

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

“PACIFICA SCIENTIAE OCCUPATIO”:
a experiência historiográfica no IHGB na Primeira República.

Versão corrigida

São Paulo
2021

PIERO DI CRISTO CARVALHO DETONI

“*PACIFICA SCIENTIAE OCCUPATIO*”:
a experiência historiográfica no IHGB na Primeira República.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências (História).

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Glezer

Versão corrigida

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca
Documentação Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

D482p Detoni, Piero di Cristo Carvalho
"PACIFICA SCIENTIAE OCCUPATIO": a experiência
historiográfica no IHGB na Primeira República / Piero
di Cristo Carvalho Detoni; orientador Raquel Glezer -
São Paulo, 2021.
587 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. História da Historiografia Brasileira. 2.
História Intelectual. 3. Epistemologia da História.
4. História das Ideias. I. Glezer, Raquel, orient.
II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE
Termo de Anuência do (a) orientador (a)

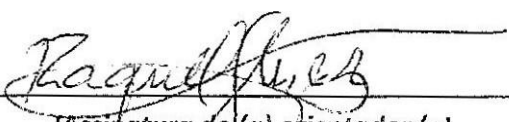
Nome do (a) aluno: PIERO DI CRISTO CARVALHO DETONI

Data da defesa: 16/08/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): RAQUEL GLEZER

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 10/10/2021



Assinatura do (a) orientador (a)

DETONI, Piero di Cristo Carvalho. ***"PACIFICA SCIENTIAE OCCUPATIO"***: a experiência historiográfica no IHGB na Primeira República. 587 f. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências (História).

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Raquel Glezer

Instituição: USP

Prof. Dr. Sara Albieri
Julgamento: Aprovado

Instituição: USP

Prof. Dr. Lucia Maria Paschoal Guimarães
Julgamento: Aprovado

Instituição: UERJ

Prof. Dr. Fernando Nicolazzi
Julgamento: Aprovado

Instituição: UFRGS

Para a minha mãe, Lúcia de Fátima
Carvalho, e para a professora Raquel
Glezer.

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutoramento só teve condições de existência em razão de todos os subsídios oferecidos pela Universidade de São Paulo. Lugar que se tornou um verdadeiro lar. Manifesto, também, gratidão ao CNPq pela bolsa concedida.

A professora Raquel Glezer é, de fato, um grande presente que o devir me proporcionou. Da minha memória não se apagarão os traços daquela intelectual impecável, comprometida e que trata a todos com respeito. Para além de uma erudição sem limites, a professora Raquel é um ser humano ímpar.

Agradeço aos professores Sara Albieri e Thiago Lima Nicodemo pelo direcionamento que deram ao meu trabalho na qualificação. Esta etapa do doutorado foi fundamental para o prosseguimento dos meus estudos.

Também sou grato aos professores Fernando Nicolazzi, Lucia Maria Paschoal Guimarães e Sara Albieri pela participação em minha banca, tornando ainda mais gratificante o empenho desta pesquisa.

Gostaria de agradecer ao professor Miguel Soares Palmeira pela oportunidade de trabalhar como estagiário em suas disciplinas. Foi uma experiência muito rica.

Um forte abraço nos meus colegas de FFLCH e de CRUSP. Com atenção especial para os “Komodos” Jean, Júlio, Ladislau, Marcelo, “Muay Thai”, Renato, Ricardo e Will. Com carinho lembro de Ginneth, Ismane, Larissa e Sarah.

Não foram poucos os momentos que a minha família me amparou neste percurso. Dedico esta tese a todos os meus familiares. Um agradecimento especial aos meus tios Dora e Júnior e ao meu irmão Boaventura, presença fundamental no decorrer de toda essa trajetória. Que essa modesta contribuição sirva de estímulo aos meus sobrinhos João Vitor, Sofia e João Gabriel junto ao caminho da educação.

Aos meus pais, José e Lúcia, por todo o empenho em me formar. Por acreditarem na educação como eixo libertador dos agentes sociais. Por me incentivarem do início ao fim sem nunca terem questionado as minhas escolhas. Grato por tudo!

À Chica (Ni) e à Nina (Sevilha): carinho em pelúcia.

Os homens do passado foram, como nós, sujeitos de iniciativa, de retrospectão e de prospecção. As consequências epistemológicas dessa consideração são notáveis. Saber que os homens do passado formularam expectativas, previsões, desejos, temores e projetos é fraturar o determinismo histórico, reintroduzindo, retrospectivamente, a contingência na história.

Paul Ricoeur¹

Nossa própria disciplina tem a sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o *panteon* dos nossos clássicos. Interrogá-lo é tarefa da historiografia, procurando deslindar as tramas que tornaram operatórias e necessárias estas escolhas, dentre um leque de outras possíveis. Reconstituir estes cenários de disputas e tensões em que ações eletivas são acionadas ajuda-nos a compreender o trabalho de escrita da história como parte de um esforço maior de construção social da vida humana.

Manoel Luiz Salgado Guimarães²

¹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pp. 392-393.

² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. *Agora* (Unisc), vol. 11, 2005, p. 32.

Resumo

DETONI, Piero di Cristo Carvalho. “*Pacifica scientiae occupatio*”: a experiência historiográfica no IHGB na Primeira República. 2021. 500? f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

Esta tese aborda os contextos historiográficos que enredaram a produção intelectual do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB no período da Primeira República. Durante quase um século, a instituição foi referencial para a cultura nacional e especialmente para os estudos históricos. A fonte explorada na pesquisa foi a **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/RIHGB**, nos exemplares dos anos de 1889 a 1930, analisando os discursos institucionais, relatórios e pareceres de comissões de estudos, artigos de revista e teses acadêmicas. Em decorrência da análise considero que a agremiação congregava uma comunidade científica marcada pelo signo do dissenso. No texto empreendi uma descrição da experiência historiográfica partilhada por aqueles sujeitos, destacando as disputas e as tensões pela melhor forma de operar o trabalho de escrita da história. Esta é abordada, aqui, através da orientação dada por Michel de Certeau, no último quartel do século XX: um lugar, uma prática e uma escrita.

Palavras-Chave: Historiografia; IHGB; Primeira República

ABSTRACT

This thesis addresses the historiographic contexts that entangled the intellectual production of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/ IHGB in the period of the First Republic. For almost a century, the institution was a reference for national culture and especially for historical studies. The source explored in the research was the **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/RIHGB**, in the copies from the years 1889 to 1930, analyzing the institutional speeches, reports and opinions of study commissions, magazine articles and academic theses. As a result of the analysis, I consider that the association brought together a scientific community marked by the sign of dissent. In the text I undertook a description of the historiographic experience shared by those subjects, highlighting the disputes and tensions over the best way to operate the work of writing history. This is approached, here, through the guidance given by Michel de Certeau, in the last quarter of the 20th century: a place, a practice and a writing.

Keywords: Historiography; IHGB; First Republic

LISTA DE ABREVIATURAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

STF - Supremo Tribunal Federal

USP - Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	17
Preâmbulo: Os passados da história no IHGB republicano	24
Parte I: Um lugar de produção do conhecimento histórico	
Cap. 1: “<i>PACIFICA SCIENTIAE OCCUPATIO</i>”. Sobre a constituição de uma <i>persona acadêmica</i> no IHGB republicano	40
O IHGB como comunidade científica: <i>persona</i> acadêmica, matriz disciplinar e dissenso.....	40
Por uma ciência (des)apaixonada?.....	56
A produção de uma ciência patriótica.....	65
Cap. 2: Recepção, circulação e legitimação de obras históricas: a Comissão de história ..	76
Uma tradição herodoteana? Narrativas de viagem como obras de história.....	76
A história nacional em perspectiva regional.....	80
Para além da história geral: modos da escrita da história.....	87
O que fabrica o historiador quando faz história? Um elogio aos metódicos.....	100
Parte II: O valor político e pedagógico da história	
Cap. 3: Uma escola de nacionalismo, um templo de patriotismo	110
Em busca da “terra dos pais”: a pátria como disposição antropológica?.....	110
Uma escrita da história científica, porém, patriótica.....	117
O <i>topos</i> do amor pátrio.....	124
A pátria como antídoto ao desterro.....	129
Pátria e nacionalismo.....	134
Cap. 4: <i>Historia magistra vitae</i>? O aprendizado da história no IHGB	143
Ainda sobre a querela entre antigos e modernos... na Primeira República?.....	143
Limites e heranças da historiografia antiga entre os modernos historiadores. A constituição de uma memória disciplinar.....	147
É possível aprender com a história?.....	155

Moralidade como resíduo do regime de historicidade antigo.....	162
O passado enquanto experiência.....	168
Uma moderna <i>história mestra da vida</i> ? O passado que ensina o futuro.....	171
Cap. 5: Uma história pública? O valor pragmático do estudo do passado, ou a utilidade social da história no IHGB republicano.....	177
As dimensões da pragmática da história.....	177
A extensão pública da história.....	184
A história como instrução: a missão educadora dos sócios do IHGB.....	188
Temas de história pública: a paz, a mestiçagem e o indigenismo.....	194
A pragmática da história como canal da “consciência nacional”.....	200
Parte III: O peso do cientificismo	
Cap. 6: O IHGB e os desafios da (não) cientificidade da história.....	205
É a história uma ciência?.....	205
Sobre as impossibilidades da história como ciência.....	211
A história como ciência.....	221
IHGB, história e verdade.....	232
As relações entre arte e ciência.....	243
Cap. 7: Uma história total? História, complexidade e construções disciplinares.....	248
A interdisciplinaridade como resposta à complexidade.....	248
Saberes auxiliares: do subsídio técnico de análise à razão filosófica.....	253
Um saber histórico e geográfico.....	257
A antropologia e a busca do Outro da nação.....	263
História e ciências sociais.....	266
História total, síntese e interdisciplinaridade: o olhar sinóptico.....	275
Cap. 8: Neotomismo à brasileira: providencialismo, ciência e história.....	276
Entre a fé a razão, ou entre a crença e a ciência.....	276

A providência divina como motor da história.....	282
A providência como mestra da vida.....	287
O cristianismo como produto histórico.....	291
O Brasil sob os cuidados do criador.....	293

Parte IV: Metodismo e historiografia

Cap. 9: Mutações do regime historiográfico metódico: arquivo, erudição, crítica e síntese.....

<i>Gosto pelos arquivos: a constituição de uma tradição erudita.....</i>	300
O destino de Sísifo: a retórica das lacunas da história.....	309
Os obreiros de Clio: das vantagens da crítica para o conhecimento histórico.....	318
<i>A performance da crítica entre o fato histórico e o fato social.....</i>	324
Olhar retrospectivo.....	335
Os caminhos para a síntese: uma memória disciplinar.....	341

Cap. 10: Pedro Lessa e os canteiros da historiografia: os desafios da prática do historiador no alvorecer do século XX.....

A prática da historiografia entre antigos e modernos.....	349
As impossibilidades das filosofias da história como modelo explicativo da historiografia.....	355
Pedro Lessa contra Buckle. As virtudes da historiografia.....	362
Em busca da síntese, ou como a historiografia encontra o seu Outro: a sociologia.....	366

Cap. 11: A apologia da Historiografia, ou a prática do historiador. Pedro Lessa leitor de João Francisco Lisboa (1913) e de Francisco Adolfo de Varnhagen (1916).....

João Francisco Lisboa, o historiador público.....	373
Um modelo de história pública.....	377
A constituição de uma prática: Varnhagen, “iniciador da Historiografia brasileira”.....	380
Varnhagen e seus pares: abertura historiográfica e memória disciplinar.....	384
Pedro Lessa e o elogio da Historiografia.....	387
Lisboa, Varnhagen e o historiador ideal de Pedro Lessa.....	391

Cap. 12: Entrelaçamentos entre historiografia e história científica. Max Fleiuss leitor de Rómulo Carbia (1925) e de Oliveira Lima (1928).....393

Rómulo Carbia e o seu modelo de história da historiografia.....393

Historiografia *versus* história sociológica: a epistemologia da história de Carbia.....397

O ensaio enquanto modelo narrativo da prática historiográfica.....400

Oliveira Lima: patrimônio historiográfico brasileiro.....402

A história científica de Oliveira Lima enquanto prática historiográfica exemplar.....405

Oliveira Lima e os combates pela história.....407

Parte V: Narrativas da história no IHGB republicano

Cap. 13: Entre iberismo e americanismo. O passado colonial nas páginas da revista do IHGB da Primeira República.....415

Elogio à Portugal.....415

Primórdios da colonização: o conflito como elemento identitário.....417

O sol e a sombra: a Colônia sob a égide do Poder régio.....423

A autonomia brasileira: entre o patriarcalismo e o nativismo patriótico.....431

A expansão geográfica do Brasil.....437

Dom João VI, o último Imperador.....442

Cap. 14: A historiografia da Independência do Brasil no contexto da Primeira República.....448

Guerra de memória: o *7 de setembro* depois do *15 de novembro*.....448

A Independência como desdobramento político.....453

Varnhagen e o Estado como fonte da nacionalidade.....456

A Independência como ideia.....462

Pedro Calmon e o *espírito de emancipação*.....468

Cap. 15: Considerações sobre a Abolição e o negro na Revista do IHGB do pós-emancipação.....475

O IHGB e a Abolição.....475

A Abolição como fato histórico: das medidas estatais à aclamação popular.....	480
A ética do trabalho livre e o espírito da Abolição.....	485
O racismo científico e as religiões de matriz africana.....	490
<i>Troia negra</i> : Nina Rodrigues revisa a história de Palmares.....	493
Cap. 16: <i>Um passado para a República</i>: reelaborando a memória nacional, escrevendo a história pátria.....	499
O destino da República: em busca das origens democráticas da nação.....	499
Ficções de fundação? Reelaboração e ampliação da memória nacional.....	506
Uma República coroada? Pedro II protetor do Instituto, prócere da República.....	516
<i>Morre um liberal, mas não morre a liberdade!</i> Líbero Badaró, mártir da historiografia republicana.....	523
Aristides Milton e a “história oficial” da campanha de Canudos. Uma história dos vencedores?.....	527
Desilusão republicana.....	533
Considerações finais.....	539
Fontes.....	543
Bibliografia citada.....	557

Introdução

Esta tese de doutorado tematiza a **experiência historiográfica** no IHGB na Primeira República. A perspectiva experiencial envolvida junto à operação de saber movimentada pelos sócios da agremiação se encontra no âmbito da historiografia como “fazer”, abrangendo, então, um horizonte tripartite: um *lugar*, uma *prática* e uma *escrita*, conforme a proposição de Michel de Certeau. Tendo isso em vista, dimensionamos os contextos epistêmicos que enredaram essa disposição de conhecimento, abordando-os a partir de uma proposta temática, dividida em partes e em capítulos. A escrita da história no IHGB, na periodização em questão, foi concebida através do signo do dissenso, ou seja, marcada por disputas e por tensões pela melhor maneira de ser operacionalizada, condição para a elevação de uma comunidade científica.

Nos primeiros momentos das atividades promovidas pelo IHGB, no cenário sociocultural posterior à Independência e de estruturação da máquina estatal imperial, se lhe impunha ao grêmio, fundado em 1838, sistematizar a produção historiográfica até então elaborada no intuito de fortalecer um contorno identitário, uma fisionomia narrativa singular, ao jovem país. Dito de outra maneira: estava em pauta um projeto, não homogêneo, de nacionalização do passado do Brasil. A sua tarefa, consoante com as razões do tempo, incidia na proposição de uma espécie de perfil para a nação brasileira, garantindo, assim, uma identidade possível junto ao concerto das nações, tendo em vista, vale ressaltar, a assimilação dos eixos sociais promotores da vida pública oitocentista.

Criado nos moldes das Academias Ilustradas surgidas na Europa, tanto no que se referia ao seu projeto de busca das origens da nacionalidade quanto em termos de sociabilidade de Corte, incluindo aí a proximidade com o imperador Pedro II, os seus trabalhos também se orientaram por elementos próprios da crítica erudita antiquária; o que o capacitava na difícil empresa de narrativizar a experiência histórica brasileira e de promover as suas práticas, já previstas nos primeiros estatutos, de coleta, de organização e de armazenamento das fontes que dariam condições de possibilidade para tanto. Ocupava-se, ainda, em alinhar o Brasil aos parâmetros sociais das ditas progressivas nações europeias e, paralelamente, em definir o nosso Outro, ou seja, o indígena.

Foram muitas as iniciativas desenvolvidas pelo IHGB no correr do século XIX: a publicação periódica da sua Revista - com estudos inéditos e divulgação de fontes; empreendimentos de pesquisa no exterior; concursos de monografias; aproximações intelectuais com estabelecimentos congêneres; expedições científicas e a realização de trabalhos junto ao Estado nas disputas fronteiriças. Sem dúvidas a sua presença foi fundamental,

e o seu status proeminente, no processo de institucionalização e de disciplinarização da história no Brasil. Contudo, o seu lugar de destaque passou a ser dividido, já no fim do século, com outras instituições: os Museus Paraense e Paulista, a Academia Brasileira de Letras/ABL e os Institutos Regionais. Sem contar que inúmeras interpretações alternativas sobre a realidade nacional eram movidas pelos intelectuais, então de “periferia”, da geração de 1870. Além disso, com a ascensão da República, o IHGB passou por sérias turbulências, a ponto de quase cerrar as suas portas, pois perdera os subsídios do governo e em razão da desconfiança acerca da sua relação historicamente próxima com a Monarquia e, especialmente, com a figura do imperador, o seu grande mecenas.

Guardadas essas recorrências de ordem burocrática e de redimensionamento institucional, que não foram, é necessário frisar, capazes de retirar o estatuto do IHGB como o lugar social mais destacado de produção do conhecimento histórico no Brasil, o recorte temático geral que se desenha nesta tese abarca a perquirição das concepções de história agenciadas enquanto devir e, principalmente, como prática e como conhecimento nas reflexões dos seus membros em uma das nossas quadras mais conturbadas: o contexto que emoldurou os decênios inaugurais da República. Desejamos compreender as suas ações nessa nova fase do Instituto inserindo-as como produtoras e produtos de uma cultura histórica que paulatinamente ganhava forma. O que se impõe é a assimilação dos seus esforços perante a constituição de uma nova consciência histórica marcada pelos eventos da Abolição e da Proclamação, o que demandava a atualização de dispositivos de inteligibilidade, epistemológicos e narrativos, no que dizia respeito a produção de conhecimento histórico, sendo eles, no limite, capazes de prover sentido àquela nova experiência que se descortinava. Nessa direção, a temática desta tese aponta que o processo de escrita da história elaborado pela comunidade científica do Instituto Histórico republicano foi atravessado por contendas simbólicas, políticas e epistemológicas fundamentais para o estabelecimento da chamada *moderna historiografia brasileira*.

O que nos interessa na abordagem das práticas, das atividades, das elaborações prescritivas e das narrativas oferecidas pelos sócios do IHGB não é outra coisa senão a elaboração de um grande mapa do saber histórico vigente na Primeira República. Uma espécie de grande léxico, sempre em disputa, contendo os principais temas, metodologias, categorias, virtudes epistêmicas, habilidades, desejos e conceitos utilizados por aqueles que se dedicavam ao estudo da história no interior daquele que era, é sempre bom lembrar, o *locus* mais privilegiado de produção historiográfica em nosso país.

A tese está dividida em cinco partes, compreendendo dezesseis capítulos. É possível que o leitor visualize as temáticas compreendidas pelas partes sendo orientadas pela já mencionada noção de *operação historiográfica* (lugar, prática e narrativa).

A primeira parte, correspondendo questionamentos em torno do IHGB enquanto **lugar social**, abrange dois capítulos. Neles, se observa as condições de possibilidade abertas pelo Instituto enquanto lugar, bem como os seus imediatos interditos. Todavia, não foi realizada uma história social da Instituição, algo já disponível exemplarmente pela bibliografia especializada, mas se tematizou o funcionamento do Instituto através da fecunda noção de comunidade científica preconizada por Thomas Kuhn. Assim, nessa primeira parte da tese nos preocupamos com as performances da *matriz disciplinar* da história que perpassa as atividades do IHGB na Primeira República. Mostrou-se preciosa a mobilização da categoria *persona acadêmica*, que compreende a ideia de ética historiográfica, um modelo de conduta partilhado socialmente e assimilado por modos de subjetivação acadêmica, recuperados, neste estudo, através das figurações movidas pelos próprios sócios acerca do Instituto e sobre as suas atividades imediatas. A *persona* do IHGB, responsável por movimentar a matriz disciplinar, pode ser apreendida através da sua divisa institucional: *pacifica scientiae occupatio*. Ela, antes de tudo, instituiu o dissenso como *modus operandi* da prática historiográfica ali realizada, favorecendo um lugar de fala legítimo. A subjetivação da disposição dissensual (relativizada e historicizada) em termos de pesquisa, reverberando as exigências da matriz disciplinar e acenando para a postura sociocognitiva do grêmio, fomentou uma postura importante por parte daquela comunidade científica: a exploração da diversidade possível para aquele regime de conhecimento sem rivalidades sectárias. Por esse motivo os sócios tenderam a mobilizar a metáfora epistêmica do *areópago* para representar o IHGB.

A *pacifica scientiae occupatio*, ademais, orientava por meio de um registro duplo e suficiente para lhe garantir as prerrogativas de uma produção de conhecimento autônoma, imparcial e objetiva. Falamos da *retórica da neutralidade* e da pátria como remetente direto das atividades historiográficas do IHGB. O que se observa, sendo essa situação umas das principais responsáveis pela sobrevivência do Instituto na Primeira República, são os sócios, ao menos prescritivamente, praticando uma ciência experimental, isolando os seus produtos intelectuais da subjetividade, das paixões e do particularismo. O remetente pátria favorecia esse regime científico, pois ela se mostrava como uma espécie de entidade que transcendia o sectarismo político ordinário.

As dinâmicas do IHGB enquanto lugar social, dando prosseguimento às performances da *pacifica scientiae occupatio*, são apreendidas por esta tese através da análise dos pareceres da *Comissão de história*. No limite, por meio deles, que se configuram como gênero historiográfico, vemos o lugar agindo junto ao estabelecimento de um saber válido, sendo possível verificar a eleição de disposições epistemológicas, fluxos de temas, modos de escrita e figurações ideais do historiador em sua prática.

A segunda parte da tese, preocupada com o **valor político e pedagógico da história**, tem como seu centro de atenção dois eixos intercambiáveis: o apelo a uma escrita da história que possui como remetente a pátria e o magistério moderno da história. De uma forma ou de outra, o que estava em jogo era não perceber a história brasileira enviesada através do olhar do Outro, daí a importância do *topos* do amor pátrio e a perspectiva de um devir nacional em formação, que remete a uma forma moderna de aprender com a história. O que essa parte do trabalho invoca são as maneiras possíveis da história fomentar o sentimento de pertencimento, algo importante devido a novidade da República. Desse modo, a mobilização da disposição patriótica ambiciona colocar, modernamente, a história em movimento, lançando-a em um futuro em aberto, sendo que as prerrogativas da exemplaridade, em uma perspectiva própria do âmbito formativo, projetadas junto a esse sentimento ambicionam a instrução geral, mas por meio de uma espécie de tomada de consciência de que se está apreendendo uma nova experiência temporal que necessita ser articulada lado a lado à construção nacional brasileira.

Assim sendo, não era tão somente uma retomada do passado por ele mesmo o que acudia as iniciativas dos sócios do IHGB, mas uma maneira de alcançar no tempo transcorrido, a partir da *história mestra da vida* em sua versão moderna, exemplos que norteassem o presente e promovessem o agenciamento pragmático do futuro. Todo esse registro temporal estava compassado com modulações próprias das políticas de memória instituídas a partir dos republicanismos em circulação, interação e apropriação.

É possível sustentar, sobretudo através da ideia de magistério em perspectiva formativa, que a produção historiográfica do IHGB na Primeira República ainda era marcada pelas disputas entre antigos e modernos. Não é um exagero dizer que aí encontra-se a sua peculiaridade, entrevista pelas demandas simultâneas de uma pedagogia da história aproximada de uma história que se quer científica. Esta tese aciona o par antigo/moderno como ferramenta heurística para situar o saber histórico então elaborado. Complementando o todo dessa discussão, o encerramento da segunda parte do estudo aborda o âmbito público da história prescrita e produzida pelo Instituto Histórico.

A parte três, que aborda o problema do **cientificismo** no IHGB, tem como horizonte compreensivo mais amplo a investigação das formas possíveis da história se elevar ao patamar de ciência, mais especificamente de uma ciência social. É preciso lembrar que os sócios do IHGB formavam uma comunidade científica, havendo a circulação de tradições quanto ao fazer historiográfico, implicando no conhecimento do método crítico e do trabalho empírico, bem como assimilando as ciências sociais como espaço de trabalho explicativo. A historiografia do IHGB é altamente analítica, condição primeira para a montagem de parâmetros explicativos ditos científicos. Contudo, o problema da cientificidade da história não estava livre da dissensão. Ou seja: havia disputas e tensões envolvendo o caráter científico da disciplina na instituição, chegando ao ponto de alguns importantes autores assinalarem que ela não se constituía como tal. Nessas propostas de ciência da história presente no Instituto não se verificava uma perspectiva unitária de apreensão do real. O que se pode afirmar é uma intensa dinâmica de apropriação do cientificismo europeu, tornando cada viés científico em discussão único, sobretudo, se levado em conta os movimentos de adaptação à ambiência nacional

A(s) ciência(s) da história em circulação no grêmio possuíam um esteio epistêmico comum: autonomia, objetividade e imparcialidade. Essas disposições compunham a já citada *retórica da neutralidade*. De todo modo, é essa preocupação com a cientificidade da história que guiará a história junto ao desafio da complexidade, em que a disciplina vê a necessidade de se portar *interdisciplinarmente*. Além do mais, o cientificismo corrente na agremiação carioca é apropriado por diversos sócios religiosos, movimento de saber, de base tomista, que não impede o encontro entre a fé e a razão, ou entre a crença e a ciência. Essa historiografia ultramontana ao invés de desautorizar os predicados científicos da história os fortalece categoricamente, chegando a um grau tão avançado que até mesmo os mistérios de Deus passam a ser aprendido pela disciplina.

A quarta parte trata de forma mais detalhada a dimensão **metódica** implicada na produção do conhecimento histórico no IHGB na Primeira República. Nesse momento da nossa pesquisa enfatizamos a tradição erudita que se forma no Instituto, com raízes que remontam aos momentos originários da agremiação, e a tentativa, por parte dos sócios, de solucionar o problema das lacunas da história, o que movimentava a crítica histórica, chegando ao ponto de se abordar o fato social. O que se percebe nessa reflexão é a atualização do regime historiográfico metódico, muito em função das demandas por reescrita da história derivadas do contexto pós 15 de novembro. Está em discussão a delimitação de uma operação que vai do arquivo à escrita. Tudo isso atravessado pela potente ideia de *dúvida metódica*, disposição de

saber que movimenta a investigação historiográfica. A ideia de *regime historiográfico*, com todas as habilidades, virtudes e desejos implicados em sua mobilização, oferece a chance de promover a identificação do ofício do historiador no contexto, ainda mais se levado em consideração a poligrafia. Não era apenas o trabalho com as fontes o que estava em altercação, mas o seu próprio estatuto e a possibilidade de ampliação do seu alcance enquanto esteio empírico. Sofisticava-se a percepção de que elas seriam um espelho da realidade, um decalque; oferecendo tão somente uma perspectiva historiográfica pautada no mimetismo ingênuo. Além disso, o historiador passa, não de forma unânime, a posicionar o todo da sua investigação a partir de uma perspectiva ancorada no presente, ou seja, institui-se o *olhar retrospectivo*, um dos componentes para a investigação do significado da *síntese* para os sócios do IHGB.

Ainda no âmbito do metodismo, em se que se elabora uma identidade para a figuração do historiador na Primeira República, percebemos a emergência da categoria **historiografia**, tematizada por Pedro Lessa e por Max Fleiuss, oferecendo as condições de possibilidade para o entendimento do todo da pesquisa histórica, do arquivo à narrativa. Desse modo, vemos que os referidos sócios possuem a consciência que historiografia vai além da dimensão narrativa do conhecimento histórico, pressupondo, pois, uma operação de conhecimento. A historiografia, conforme se desenha nesta tese, é uma prática, ou melhor, um fazer.

A última parte empreende uma análise sobre as **narrativas da história** presentes na Revista do IHGB. Desse modo, nos posicionamos no último estágio, que não é sequencial, da *operação historiográfica* movimentada pelo Instituto. Colocamos em relevo as lutas de representação envolvendo as formas de narrativa da experiência histórica brasileira no contexto assinalado, ressaltando problemas referentes à história do Brasil colonial, à Independência, à Abolição e à República. Essa disposição narrativa, que não esgota os conteúdos da Revista, coloca em primeiro plano maneiras exequíveis de ordenar o tempo da nação, sobretudo, após os eventos envolvendo a Proclamação. Em uma atitude moderna os sócios do grêmio se lançam ao escrutínio do sentido histórico da pátria, não sem disputas e tensões, operadores epistêmicos da nossa investigação. Em suma, observamos a atualização historiográfica empreendida no IHGB após o 15 de novembro, em que se busca redimensionar uma nova fisionomia narrativa para o Brasil.

O IHGB no período delimitado foi objeto de estudos relevantes, alguns dos quais citados nesta pesquisa, e outros que, embora conhecidos, não estão referenciados. Na perspectiva de atualização da história da história nacional, consideramos necessário esmiuçar detalhadamente o conteúdo de sua *Revista*, para melhor explicitar as diversas maneiras propostas para os

trabalhos históricos e historiográficos, das personagens mais conhecidas e reconhecidas como intelectuais insígnias como das menos conhecidas, figuras meio apagadas, quase sombras, no - cenário cultural local, além das figuras internacionais que percorriam o mesmo espaço.

Durante a realização desta pesquisa de doutoramento, a multiplicidade de temas e de propostas encontradas nas leituras foi inicialmente uma dificuldade. Desse modo, a solução que encontramos foi, como dito, a da apresentação por temas, agregando e estruturando o que aparece como caótico e desconexo, mas que, organizado, permitiu o reconhecimento do espaço institucional como *areópago*, tal como proposto por diversos sócios da agremiação.

Preâmbulo: Os passados da história no IHGB republicano

I.

A história enquanto conhecimento, ou como disciplina, possui os seus passados, e cada uma dessas instâncias está inserida, necessariamente, em uma construção coletiva de pensamento, quer dizer, em uma matriz disciplinar participante de uma determinada cultura histórica. Estes não se constituem de modo passivo, como se na matriz disciplinar não houvesse disputas por aquilo que se quer, ou se pretende, autorizado. O processo que leva à escrita da história é decorrente de embates, de tensões, de disputas, de combates epistêmicos, mesmo que muitas das vezes esse processo entre em um movimento de esquecimento ativo, ou até mesmo de silenciamento, operado por certa memória disciplinar que é capaz de escamotear um percurso dissensual. Vale lembrar que disputas por conhecimento não implicam em sectarismo. De todo modo, no procedimento epistemológico que transpõe a experiência para uma dimensão passível de investigação, a historiografia tende a produzir a sua própria memória no interior da matriz disciplinar. Daí o surgimento da galeria dos clássicos e das correntes historiográficas hegemônicas. Um dos papéis ativos da história da historiografia, assumido nesta tese, é o de revelar os caminhos que levam a determinadas escolhas em detrimento de outras até então colocadas na esfera das condições de possibilidade na matriz disciplinar que circunscreve a produção de conhecimento histórico no IHGB na Primeira República

Tendo isso em vista, podemos ir além de uma visão homogeneizadora referente à construção do saber histórico no contexto republicano, tendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB³ como *locus* privilegiado de análise. No *lugar social* mais autorizado quando o assunto é a promoção dos estudos históricos havia polissemia relativa de vozes em constante conversação cruzada, em seguidas traduções de regimes historiográficos que definem os principais temas de estudos, as metodologias, as categorias e os conceitos que devem, ou não, ser utilizados, bem como os modos de narrativa histórica possíveis. Essa disposição era favorecida pela *retórica da neutralidade* movida pelo Instituto. O dissenso era fomentado em uma instituição que quer se portar como um “areópago”, ou seja, uma arena epistêmica. Dos seus salões abordamos os resultados de pesquisa alcançados, além de parte das dúvidas e das incertezas historiográficas colocadas naquele(s) dado(s) contexto(s) epistêmico(s). A partir das atividades do IHGB, conforme relatadas em sua *Revista*, compreendemos um pouco melhor os passados da nossa disciplina, de maneira a interrogarmos pelo “processo intelectual do

³ A partir de agora a abreviatura IHGB será utilizada na referência ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

conhecimento histórico”.⁴ E isso tudo pode ser verificado, segundo João Pandiá Calógeras, através da sua própria missão. O Instituto não visa “sistematizar e criar um cânon ou escola; estimula investigações, soma esforços, mas deixa inteira às inspirações individuais de escolha de métodos e modos de apreciar. Provoca a atividade de pesquisa: não as norteia”.⁵

A reconstituição desses “cenários de disputas e tensões em que ações eletivas são acionadas ajuda-nos a compreender o trabalho de escrita da história como parte de um esforço maior de construção social da vida humana”.⁶ Para Manoel Luiz Salgado Guimarães, parte dos desafios lançados à história da historiografia apontam para uma percepção investigativa tripartite e cruzada - disposição propedêutica desta tese: 1) a abertura para uma “investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado pressupõe o reconhecimento da historicidade do próprio ato de escrita da história, inscrevendo-o em um tempo e em lugar”; 2) após esse direcionamento crítico se faz necessário uma analítica que inscreva essa prática escriturária no âmbito das disputas entre memórias localizadas no interior da matriz disciplinar, em conformidade com um processo que busca dar uma compreensão plausível ao mundo da vida dos contemporâneos. Porque uma modalidade de escrita da história que passa a ser “vitoriosa” em uma determinada matriz disciplinar tende a levar ao silenciamento todo o percurso que a consagra. Assim sendo, esse movimento de construção do saber historiográfico passa a ser visto como algo natural; 3) de forma tal que se pode reconhecer que esse registro advém das memórias criadas na própria matriz disciplinar, que leva a construção do saber histórico a perder a sua “ancoragem no mundo como parte do drama social humano, quando escolhas são efetuadas, que definem o passado que se deseja, ou que se necessita, como forma de inventar um futuro”.⁷ Assim, se suspende, a partir dessa vigilância historiográfica, a ideia de escrita da história como algo evidente.

O material analisado na *RIHGB* republicano é capaz, enquanto vestígio tangível de passados disciplinares específicos, de nos remeter uma *mensagem passada* acerca das possibilidades abertas, em termos de procedimentos epistemológicos e de estratégias discursivas, junto à realização da operação de escrita da história do Brasil. Ele nos faz pensá-los como indícios, “não necessariamente articulado por uma linguagem consciente, acerca de culturas passadas, demandando do leitor outro tipo de procedimento interpretativo”, qual seja,

⁴ WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 177.

⁵ CALÓGERAS, Pandiá. *Estudos históricos e políticos (Res Nostra)*. São Paulo: Editora Nacional, 1936, p. 35.

⁶ GUIMARÃES, Historiografia e cultura histórica... op. cit., p. 32.

⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 24.

o que respeita o regime de escrita vigente, tendo em vista a sua produção e o seu consumo em uma dada cultura histórica. Nessa *mensagem passada* encontra-se a oportunidade, entre outras coisas, da percepção dos passados da história situados em seus contextos epistêmicos estruturantes. Preocupação geral desta tese.

Os textos dos sócios do Instituto, que passam por discursos institucionais, relatórios e pareceres de comissões de estudos, artigos de revista e teses acadêmicas, são aqui tratados a partir de um particular processo de escuta, dado que historicizando os seus horizontes de significação discursiva atentamo-nos para os seus cenários de emergência. Alguns deles performam-se como *textos prescritivos*. Eles preocupam-se com a caracterização normativa daquilo que os sócios entendem como a melhor forma de escrever a história, imbuídos que estão na proposição de significações epistêmicas plausíveis junto aos desafios enfrentados pela matriz disciplinar em funcionamento.

Portanto, nesse processo de escuta consideramos as maneiras específicas pelas quais as textualidades discursivas que estamos trabalhando articulam projetos de escrita, efetivos ou indiretos, de história. O que demanda a percepção das modulações cognitivo-epistêmicas impressas no trabalho de narrativização controlada da experiência. Em suma, lê-los e compreendê-los “em sua historicidade é devolvê-los ao tempo em que foram produzidos, alargando, dessa forma, os sentidos de uma disciplina que possui ela mesma sua história”.⁸ Proceder dessa maneira nos faz adentrar a um conjunto de contextos epistêmicos disponíveis, a uma matriz disciplinar em que o conhecimento acerca do processo histórico elabora-se a partir de ordens singulares, de uma gramática epistêmica, de uma sintaxe meta-paradigmática em que as experiências vividas encontram razão para tornarem-se narrativas. Esse processo de tradução da experiência da história deriva de regras e de procedimentos partilhados, sempre em disputa, por um *coletivo de pensamento* situado historicamente. Essa comunidade incita modos peculiares em que a temporalidade, a epistemologia e a escrita se articulam historiograficamente.

O exame das fontes permite-nos indicar a complexidade das discussões promovidas e em que momento elas acontecem, bem como as disputas e as tensões que atravessam a experiência historiográfica articulada no Instituto. De forma tal que não se propõe, nesta tese em particular, a pesquisa de regularidades, de referências intertextuais, de uma economia epistêmica comum, ou pela partilha consensual de conceitos, categorias e noções entre os

⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: _____. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 16.

sócios, compreendendo que esses aspectos não são unitários, porém, são articulados lado a lado e ao mesmo tempo que as interrogações epistemológicas em discussão, as concepções heterodoxas ou plurais de história e de historiografia e as mutações e as discontinuidades de tradições sobre o *métier* do historiador. Uma tentativa de dissenso, que se apresenta relativamente possível e factível pela ética historiográfica do IHGB, traduzida pela divisa “*pacifica scientiae occupatio*”.

II.

A escrita da história apresenta-se como uma via possível para o conhecimento da experiência social humana, e vincula-se à formulações que tornam o passado uma instância inteligível no presente, se inserindo no que denominamos de cultura histórica, expressão que coordena “uma dimensão sistêmica dos dispositivos coletivos de produção de sentido para o passado, que se manifestam em diferenciados campos da vida social”.⁹ Nessa direção, Pandiá Calógeras, convidado como conferencista pelo IHGB, celebra que desde 1838, ano de sua fundação, o grêmio e os seus sócios aparecem como os “criadores dos estudos nacionais, sob o tríptico aspecto etnográfico, geográfico e analista”.¹⁰ As suas atividades e práticas são exemplos das articulações intelectuais próprias da história disciplinada mais autorizada na cultura histórica republicana. As habilidades dos sócios são responsáveis por emoldurar e incitar formas de consciência histórica compartilhadas coletivamente, dado que a sua “riqueza científica” é amparada pelo “escol da mentalidade histórica brasileira”.¹¹ É, portanto, o *topos* do caráter ilustrado dos sócios permeado pelo aristocratismo intelectual.

A parte epistemológica da operação historiográfica referente aos modos possíveis dos historiadores tornarem o passado presente por meio de dispositivos cognitivo-interpretativos é elaborada no seio de uma matriz disciplinar na qual os seus praticantes equacionam o que julgam pertinente e digno de atenção para uma determinada comunidade que se arroga científica. Lembrando que essa (re)construção do passado não é monopólio dos postulantes à historiadores, pois existem trocas epistêmicas e operações de saber que dialogam com o que é considerado “além” da matriz disciplinar.

É tarefa vã citar a importância, prossegue Pandiá Calógeras, dos nomes que fazem parte do rol de articulistas presentes no IHGB, bem como daqueles que estão nas fileiras dos

⁹ OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história da historiografia brasileira e as suas evidências. *História da Historiografia*, n. 10, 2012, p. 275. Disponível em: <https://cutt.ly/NcZwNIQ> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁰ CALOGERAS, *Estudos históricos...* op. cit., p. 35.

¹¹ Idem, p. 35.

estabelecimentos regionais congêneres, que recriam as ações de “culto aos estudos do passado nacional”, agora sob a perspectiva republicana: Manoel Barata, Barão de Studart, José Higinio, Alfredo de Carvalho, Francisco Vicente Vianna, Bernardino de Souza, Teodoro Sampaio, Braz do Amaral, Oliveira Lima, José Pedro Xavier da Veiga, Toledo Piza, Orville Derby, Basílio de Magalhães, Oliveira Vianna, Washington Luís, Alfonso Taunay, não esquecendo Capistrano de Abreu. Todos eles estão presentes em uma “colmeia de trabalhadores, (que) examinou o país inteiro, e institutos, arquivos e bibliotecas regionais atestam por sua pujança e brilho de suas contribuições o alto valor da matriz a que se filiam”.¹²

Como aponta Salgado Guimarães, os artefatos historiográficos produzidos por esses intelectuais, constituídos por práticas e por textos que almejam reconstruções identitárias, são fontes possíveis para uma verificação metódica acerca de como os sujeitos ordenam a temporalidade humana narrativamente, bem como para o entendimento das formas como a história se constitui como instância de saber e disciplina.¹³ Ao estudar a “cultura histórica investigamos o desenvolvimento social da experiência histórica e de sua manifestação objetiva na vida de uma comunidade”.¹⁴ Essa apreensão da temporalidade através do saber histórico, as formas de prover inteligibilidade à consciência histórica, ocorre discursivamente, e ela pode ser traduzida por intermédio de enfoques políticos, cognitivos, narrativos ou através de outros dispositivos coletivos que ambicionam a promoção de sentido e de significado para o passado.¹⁵ Todas essas dimensões são acionadas no IHGB no contexto da República, com especial atenção para os enfoques que dotam a história de caráter disciplinar e narrativo, condições entendidas como relevantes para o acesso à consciência histórica.

As transformações advindas da ruptura entre o Império e a República federativa não se restringem tão somente ao plano político. Novas “políticas da memória” passam a ser implementadas nesse contexto e entram em uma movimentação conflitiva. No período pós-1889 emergem discussões acerca do estatuto do passado brasileiro e novas expectativas sobre o futuro da nação são colocadas em exame. Isso reclama um processo de reescrita da história brasileira, em que a própria epistemologia do conhecimento histórico passa por revisões e por

¹² Ibidem, p. 35.

¹³ GUIMARÃES, Historiografia e cultura histórica... op. cit., 2005.

¹⁴ MARCOS, Fernando Sánchez. Cultura Histórica. *Culturahistórica, Espanha*, 2009. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf. Acessado em 18 de dez. 2016.

¹⁵ RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. *Culturahistórica, Espanha*, 2009. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, pp. 3-26]. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf > Acessado em 03 de dez. 2020.

readequações junto às demandas dos novos tempos, porque as próprias maneiras de objetivar uma dada realidade histórica são dependentes das suas formas de objetivação. Ou seja, as esferas temporais relativas à experiência histórica brasileira, o seu passado e o seu futuro, entram em um processo que estabelece negociações e reajustamentos junto à nova ordem estabelecida. Mesmo que possamos assinalar que o 15 de novembro não corresponda a uma modificação abrupta no cenário político brasileiro, na medida em que há a prevalência dos mesmos grupos existentes desde a crise do Império, acrescido de um grupo militar mais ativo, esse contexto passa a experimentar certo clima de inquietude que se espraia por diversos tecidos sociais e intelectualizados do momento. Argumentamos que as primeiras décadas republicanas, nos mais diversos substratos sociais e intelectuais, vivenciaram um relativo dinamismo de projetos e de discussões acerca dos possíveis caminhos que a experiência nacional teria ou poderia tomar. Ainda mais diante de um rápido processo de desilusão com relação à disposição política recém instaurada. Desse modo, a própria maneira implicada nas formas de se construir historiograficamente essa realidade histórica, do arquivo à escrita, passa por um momento epistêmico reavaliativo importante.

Não defendemos essa ambiência como uma transição situada entre um antes e um depois ou como um momento de passagem, mas a assimilamos a partir das soluções encaminhadas para os problemas levantados pelas gerações antecedentes, ligadas às interpretações romântico-historicistas da história, bem como a partir dos próprios problemas por ela colocados e diante dos quais respostas possíveis são elaboradas.

Essa consideração nos parece importante por oferecer a oportunidade da “elaboração” da memória disciplinar então emergente no contexto universitário, a qual alimenta uma perspectiva depreciativa sobre os produtos intelectuais e culturais, incluindo aí os referentes às formas e aos modos operatórios da historiografia, imediatamente anteriores a esse período.¹⁶ Essa postura nos faz enxergar a operação intelectual daqueles que se arrogam historiadores como um campo em construção.¹⁷ Estamos diante de uma espécie de *Janus bifronte*. A escrita da história no contexto republicano não é mais, por um lado, a que respeita totalmente os protocolos disciplinares estabelecidos pelas gerações que fundaram o Império, assim como, de outro, ainda não é a que obedece aos padrões acadêmicos estabelecidos nos cursos e nos

¹⁶ FRANZINI, Fabio. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia. In: PEREIRA DAS NEVES, Lucia. M. B; GUIMARÃES, Lucia. M. P; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 261.

¹⁷ Cf. LATOUR, Bruno. Abrindo a caixa-preta de Pandora. In: _____. *Ciência em ação*. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

departamentos de história instituídos nas recém-fundadas universidades brasileiras.¹⁸ Estamos em um terreno em que regimes historiográficos convivem abertamente. Atentamo-nos a partir de um olhar vigilante, utilizando a metáfora latourniana da *caixa preta do saber*, para algumas dimensões dessas formas específicas de fazer historiografia na busca da historicidade da rede complexa de interações e de controvérsias político-epistemológicas que contribuem para o estabelecimento da matriz disciplinar da história na República.

Como salientamos, entre os discursos e as prescrições produzidas pelos sócios do IHGB havia uma constante preocupação, ainda que não sistemática, de meditar e discutir uma série de problematizações que se referem à produção mais adequada de um texto com feições historiográficas e que dão conta, razoavelmente, de abordar o passado em sua singularidade. Tal posicionamento questiona certo consenso que aborda a produção historiográfica brasileira do alvorecer republicano no patamar do chamado “paradigma positivista” da história. Nesse contexto em particular nem mesmo a cientificidade da historiografia parece ser algo evidente. A diversidade de posições não é de fácil identificação e compreensão, sendo necessário uma sensibilidade hermenêutica, pois elas estruturam-se através de caracteres sutis, mas que em um exame mais detido mostram-se importantes na construção dos diferentes trabalhos ali confabulados e na determinação da maior ou da menor aceitação de certas figurações do historiador como úteis ou inválidas para aquele contexto, o que faz movimentar regimes historiográficos concorrentes naquele polo de saber.

No contexto disciplinar abordado, o trabalho historiográfico ampara-se em predicados formais e epistêmicos destituídos de esteio profissionalizante *stricto sensu*, universitário ou especializado. São tempos de *historiadores por vocação*, segundo a pertinente expressão de Raquel Glezer: homens que “apesar da sua formação profissional ter sido feita em outra área de conhecimento, dedicavam-se à história”.¹⁹ Os primeiros cursos de história aparecem nos anos de 1934 e de 1935, na *Faculdade de Ciências e Letras da USP* e na *Universidade do Distrito Federal*. Ou seja: são as diretrizes da especialização e da profissionalização que se tornam imperativas nessa conjuntura, movimentando-se como fatores decisivos nas contendas intelectuais que animam aqueles sujeitos.²⁰ Porém, a nossa entrada no universo da historiografia

¹⁸ Cf. NICOLAZZI, Fernando. Ensaio histórico e escrita da história: a historiografia brasileira entre 1870 e 1940. *Mimeo*, 2009.

¹⁹ GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, FFLCH, Universidade de São Paulo, 1977, p. 234. Disponível em: <https://cutt.ly/ScLFnLl> Acesso: 08 abr. 2021.

²⁰ Cf. IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 55-78. Disponível em: <https://cutt.ly/WvBIeZx> Acesso: 08 abr. 2021; FERREIRA, Marieta

brasileira não será pela porta principal, a do modelo científico-acadêmico profissional majoritário do qual somos herdeiros, mas será pela porta de trás, a do “conhecimento histórico em construção”, uma porta bem menos grandiosa. Seguindo Bruno Latour, nesse interim encontramos as seguintes situações:

Incerteza, trabalho, decisões, concorrência, controvérsias, é isso o que vemos quando fazemos um *flashback* das caixas pretas certinhas, frias, indubitáveis para o seu passado recente.²¹

Ao adentrarmos o mundo da *historiografia brasileira em construção* não carregamos como horizonte de análise preceitos colocados de antemão quanto ao conteúdo dessa, ainda utilizando a metáfora latourniana, *caixa preta do conhecimento*, quer dizer, quanto ao que constitui, portanto, o tipo de saber que nos propomos investigar:

observaremos o fechamento das *caixas pretas* tomando o cuidado de fazer a distinção entre explicações contraditórias desse fechamento, uma proferida depois dele, outra enquanto ele está sendo tentado.²²

Em meio a esse processo, visível no âmbito universitário, as tecnologias e os produtos historiográficos desenvolvidos pelas primeiras gerações republicanas começam a ostentar a alcunha de pré-científicos e de amadores, produzidos por inconstantes polígrafos. Vinculados a abordagens de natureza política e, portanto, com dimensões tão somente acontecimentais, ou fiadas em eruditismo inócuo. Esses artefatos passam a ser entrevistados por uma memória disciplinar, que ao eleger certas verdades sobre o que deve ser o saber histórico escamoteia toda uma produção possuidora de caracteres próprios e com funcionamento específico, mesmo que não seja apenas por meio de um eixo diretor. Uma das tarefas desta tese consiste no resgate de parte desses horizontes obliterados, silenciados ou esquecidos, voltando a dotá-los de historicidade, pois nesse cenário intelectual questões candentes estão em jogo entre os postulantes à historiador: a atualização da tradição historiográfica imperial; o esforço na direção de definir uma cronologia republicana para a história do Brasil; a continuada busca por novas fontes e por parâmetros para examiná-las; o anseio por métodos e por suportes teóricos que conferem estatuto de cientificidade à disciplina; o perfil do historiador face ao dos cientistas sociais; a conciliação entre história nacional e história regional; a eleição de novos atores sociais e de temáticas que possam representar o povo e a identidade brasileiras, levando em

de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

²¹ LATOUR, Bruno. Abrindo a caixa-preta de Pandora, op. cit., p. 18.

²² LATOUR, Abrindo... op. cit., p. 31.

consideração que os eventos da Abolição e da República tornam possível imaginar a existência de uma nação constituída por uma população juridicamente constituída por homens e por mulheres livres.²³ Consideramos que todas essas problemáticas podem ser acionadas a partir das práticas desenvolvidas no IHGB.

Além do mais, há todo um debate historiográfico que denuncia, em meio aos confrontos de memória e de poder existentes nas décadas de 1920 e de 1930, a cristalização da “imagem da república oligárquica e, por conseguinte, da nação incompleta - cujos intelectuais seriam incapazes de pensar por si próprios, sendo meros repetidores, ‘importadores de ideias’”.²⁴ Desde os anos 20 notam-se, em diversos extratos sociais e intelectuais, severas críticas aos insatisfatórios modos de governabilidade empregados pelo Estado republicano, *locus* acentuado de práticas coronelistas e caudilhistas, de egoísmos políticos, de ausência de ação coletiva, de insolidarismos públicos; de padrões constitucionais incompatíveis com o *Brasil Real*, posto que copiados do modelo federativo norte-americano, ou seja, sem ressonância alguma junto à experiência social nacional. Essa tradição inventada, responsável por dar o rótulo de *República Velha* ao contexto, amadurece e se consolida com o *Estado Novo*, que tomado em bloco é intencionalmente acoplado aos objetivos “dos revolucionários de 1930” e entendido como “um desdobramento natural da ‘revolução’, produzindo um corte radical com o passado do país”. A Primeira República, também concebida estrategicamente em conjunto, é “avaliada como um grande fracasso e equívoco, praticamente desde o seu começo, em 1889 ou 1891, anos da Proclamação ou da Constituição, não importa”.²⁵ Porém, tal afirmação não condiz, cabe assinalar, com a realidade político-social-cultural correspondente aos primeiros momentos republicanos. O que não significa que ali não haja desmandos políticos ou mazelas sociais. Muito pelo contrário. Mas o que precisamos deixar em relevo é que os intelectuais daquele contexto, inclusive aqueles que se identificam e são reconhecidos como historiadores, buscam, sim, a modernização

(...) de uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico, considerados, com intensidades que variavam conforme a adesão ou a aceitação do republicanismo, em grande medida, responsáveis pelo ‘atraso’ em que o país se encontrava.²⁶

²³ GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 25.

²⁴ AVELAR, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Introdução (orgs.). *Contribuições à história intelectual do Brasil republicano*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012, p. 20.

²⁵ ABREU, Martha; GOMES, Angela de Castro. Apresentação (dossiê A nova ‘velha’ República). *Tempo*, UFF, Niterói, v. 13, n. 26, 2009, p. 3.

²⁶ GOMES, *A República...* op. cit., p. 25.

E recorrendo às formulações de Pierre Nora avançamos no sentido da compreensão da historiografia como um lugar de memória²⁷, dado que ela, no movimento de diálogo com o tempo transcorrido e de mobilização de recursos coletivos de reconstrução do passado a partir das demandas sociopolíticas do presente, efetiva uma postura que confere significados possíveis àquilo que foi e já não é mais, ou seja, à própria passadidade do passado em conformidade com o presente. O trabalho historiográfico deve direcionar-se para o vislumbre das “artimanhas da memória” decorrente desse procedimento caro às formas de historicização dos artefatos culturais humanos, pois tendem a naturalizar objetos sobre os quais o seu olhar se direciona mais efetivamente. Esse tipo de interrogação nos leva a colocar em primeiro plano as intrínsecas relações entre história e memória, posto que o conhecimento sobre o passado não pode estar desvinculado da sua relação com o presente que o efetua e o evoca. Nas palavras de Salgado Guimarães: “Escrever sobre o passado é igualmente silenciar sobre aspectos do presente, erigir referências canônicas para adentrar este passado”.²⁸ Ou, de acordo com a ponderação de François Hartog: “dizer a ‘evidência da história’, não é desde já estabelecer uma dúvida, deixar lugar a um ponto de interrogação: é tão evidente, depois de tudo”?²⁹

III.

Capistrano de Abreu, destilando a conhecida ironia, externaliza o seu descontentamento com relação aos trabalhos do IHGB no final do século XIX:

Parece incrível, mas é exato; quase não há no Instituto quem saiba fazer esta coisa tão simples – editar um livro. A prova é que nem mesmo as coisas mais mezinhas, como determinar a época em que foi escrito, (...) nem mesmo isso se julgam obrigados os seus sócios.³⁰

Tal parecer é corroborado pela análise de Lucia Maria Paschoal Guimarães, para quem o IHGB no final de século XIX se vê em momento de retraimento das suas atividades de pesquisa histórica, em que a *Escola Palatina*, exortada por Araújo Porto-Alegre, “perdera o brilho de outrora”³¹. Isso pode ser percebido, segundo a estudiosa, pela pouca produção das comissões de estudos e pelo desaparecimento dos concursos de monografia e dos debates

²⁷ Cf. NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, n. 10, 1993, pp. 07-28. Disponível em: <https://cutt.ly/jcZq9lp> Acesso: 08 abr. 2021.

²⁸ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. A cultura histórica oitocentista... op. cit., p. 98.

²⁹ HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 11.

³⁰ Ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 – 1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 22.

³¹ GUIMARÃES, *Da Escola...* op. cit., p. 22.

acadêmicos em suas sessões. A burocracia assombra o recinto, pois os quadros sociais da agremiação estão entregues à servidores ou pessoas próximas da família real. O Instituto “arrastava-se, por entre homenagens e cerimoniais, relegando as atividades acadêmicas para um plano secundário: convertera-se num salão elegante do Paço”.³² Além disso, as dificuldades do agora *Silogeu* se materializam através do corte das verbas estatais, reduzidas à metade do que era repassado pelo governo imperial. Para muitos intelectuais e políticos republicanos o Instituto representava “uma herança típica de *ancien régime*”.³³ Porém, esse momento em que quase encerra as suas atividades, em que chega a aceitar em suas fileiras sócios que contribuem financeiramente para o funcionamento da agremiação (sócios beneméritos), começa a ser superado com a presidência do barão do Rio Branco a partir de 1908.

A tese de Lúcia Guimarães assinala que o ritmo empregado por Juca Paranhos, somado ao seu prestígio político e pessoal, leva o IHGB a uma nova projeção naquele universo intelectual, dando uma guinada em suas atividades. A sua precoce morte em 1912 foi sentida pelos sócios, porém, o novo presidente, o conde de Afonso Celso, até então orador oficial do grêmio, continua com o processo de ampliação das suas contribuições ao estudo do passado do país, que chega a materializar-se, por exemplo, na realização de dois congressos nacionais de história, ocorridos, respectivamente, em 1914 e em 1931. Além disso, a partir da década de 1910 o IHGB volta a colocar em circulação, segundo Fábio Franzini e Rebeca Gontijo, o debate político e cultural do país em compasso com o discurso histórico ali elaborado e pensado.³⁴

A passagem do Império brasileiro para a República no final do Oitocentos é um período de intensa atividade intelectual, conforme Hugo Hruby.³⁵ O IHGB, devido aos vínculos tecidos pelos seus sócios com a Monarquia desde a sua fundação, e por ser reconhecido e atuar, até aquele dado momento, como o *lugar social* considerado mais reconhecido na produção do conhecimento histórico disciplinar no Brasil, não fica totalmente incólume a esses debates, mesmo que a posição de Lucia Guimarães esteja correta. Como não pode deixar de ser percebido que as distintas concepções e ideias sobre a história e sobre o *ethos* do historiador no Instituto estão atreladas a um projeto que foi interrompido de alguma maneira pelo novo regime

³² Idem, p. 22.

³³ Ibidem, p. 23.

³⁴ FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930 - 1980). *Mimeo*, 2016, p. 2.

³⁵ CF. HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica/RS, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2500> Acesso: 08 dez. 2020.

político, que segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães intenta a produção de uma “história nacional como forma de unir e transmitir um conjunto único e articulado de interpretações”.³⁶

Criado em 1838, o IHGB permaneceu sob a proteção direta do imperador durante quase toda a segunda metade do século XIX, sendo muito atingido, nas finanças e autoridade, com o final da Monarquia. Todavia, mesmo recrutando agentes manifestadamente monarquistas, a agremiação percebe, com certa rapidez, a necessidade de se adaptar à nova atmosfera política e social partindo para uma “recomposição, tanto organizacional como acadêmica, de sua prática e de seu discurso”.³⁷

A identidade do historiador, da sua disciplina e das suas práticas são atualizadas com o advento da República. O trabalho de construção simbólica de uma nação republicana exigiu a reconfiguração da *episteme* historiográfica, bem como uma negociação com o pecúlio intelectual herdado do período imperial, tanto em termos de prescrições quanto em temáticas e formas de abordagem do passado, o que possibilitou novos parâmetros de legitimidade para a disciplina. Heróis, narrativas, hinos e celebrações diversas foram acionados como forma de instituir um espaço propriamente simbólico que fosse condizente com a ambiência nacional-republicana. O papel do historiador, agenciador de temporalidades, passou a ser o de afirmar que o novo contexto político não era fruto do acaso, mas resultado de longos processos de transformação social, cuja memória precisava ser recuperada. O Instituto Histórico foi protagonista nesse processo. Essas considerações são importantes porque, como assinala Salgado Guimarães, cada geração reinventa para si a herança intelectual que deseja para o seu presente. Isso ocorre entre aqueles intelectuais que assumem a tarefa historiadora como um ofício, uma profissão, um magistério ou uma vocação intelectual. Esse movimento é de natureza disciplinar, no qual esses sujeitos

(...) repensam as regras de seu ofício, redefinem as práticas que viabilizam o conhecimento do passado, reinventando a própria operação histórica num cenário de tensões e conflitos, a partir do qual a disputa pelo passado remete às disputas pela significação do próprio presente.³⁸

Na esteira dessa discussão, esta tese busca entender e descrever como os intelectuais do IHGB, instituição tradicional na produção de conhecimento histórico no Brasil,

³⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, CPDOC/Vértice, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 17. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935> Acesso: 08 abr. 2021.

³⁷ GOMES, *A República...* op. cit., p. 30.

³⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: HARTOG, François. *O século XIX e a história*. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998, p. 9.

compreenderam, no período delimitado, a história enquanto conhecimento e como processo, em um momento decisivo de reelaboração da memória nacional. Mais: quer assinalar quais os contextos epistêmicos foram acionados pela agremiação, preocupada com os fundamentos e princípios estruturantes da disciplina história, o que implica observar como ela dotava de sentido explicativo a experiência histórica nacional. Enquanto saber disciplinado a história mobiliza instrumentos intelectivos e virtudes epistêmicas para realizar essa operação. Historicizar esse processo a partir das atividades, das reflexões e das narrativas oferecidas pelos sócios do Instituto é o desafio que enfrentamos. Podemos dizer que uma questão perpassa a nossa temática de estudo: o que é história e quais os seus atributos, funções e usos no interior da instituição no período? O momento intelectual e político em que se inscreve a nossa análise favorece este estudo: a escrita da história no Brasil republicano passa por um duplo processo reavaliativo. Primeiramente relacionado com demandas de legitimação de um saber disciplinado e, em paralelo, com a redescrição da experiência histórica nacional:

(...) o estudo e a escrita da história deveriam adquirir novas características, além de reformular outras, reinventando a tradição historiográfica herdada do Oitocentos, a fim de construir uma tradição historiográfica republicana. Tal empreendimento deveria enfrentar um conjunto de temas cruciais, relativos à questão da formação nacional.³⁹

A disciplina história é, nesse momento, praticada pelos chamados “homens de letras”, que não possuíam uma formação *stricto sensu* em história, formando um heterogêneo conjunto de “polígrafos”: intelectuais não especializados que podem se ocupar de formas diversas com o ensino, com a escrita da história e com os debates historiográficos que incidem na literatura e nos temas sociais do país. Exerciam, em geral, atividades no jornalismo, no magistério e na crítica literária, e não raro eram religiosos. Esse é o perfil mais visível dos postulantes à sócios do IHGB no contexto republicano. Alguns eram burocratas, com atuação na política, na diplomacia, na administração e, também, na organização de arquivos e de bibliotecas. E esses sujeitos que se ocupavam com o estudo e com o ensino de história possuíam um leque amplo de interesses intelectuais, podendo escrever sobre os mais variados assuntos: fauna, flora, etnografia, folclore, filologia, linguística, geografia, geologia, entre outros.⁴⁰

Mas foram esses mesmos sujeitos, de formação e de atuação generalista, que instituíram certos princípios de disciplinarização junto ao campo de conhecimento da história na Primeira

³⁹ GONTIJO, Rebeca. Historiografia e ensino de história na Primeira República: algumas observações. *Anais do XII Encontro Regional de História do Rio de Janeiro - Usos do Passado* (2006). Niterói: UFF, 2006, p. 4. Disponível em: <https://cutt.ly/YcLHWN7> Acesso: 08 abr. 2021.

⁴⁰ GONTIJO, Historiografia e ensino de história... op. cit., p.5.

República, de modo a permitir que identifiquemos em seus trabalhos e pensamento um domínio de práticas específicas de pesquisa, de leitura e de escrita no âmbito da história.⁴¹ Angela de Castro Gomes assinala que por mais complicado que seja a identificação do perfil do historiador e da sua disciplina nesse contexto podemos acessá-la por meio do estoque de tradições historiográficas disponível, incluindo a recorrência de temas, de procedimentos de investigação e de referências intelectuais (figuras-chave).⁴² Esse parecer teórico habilita-nos na investigação de chaves de leitura referentes à historicidade da disciplina história e às condições de emergência e de circulação de problemáticas propriamente historiográficas, bem como propõe possíveis reflexões (in)atuais para esse campo de saber. O IHGB é o nosso *locus* de análise.

O Instituto foi, no alvorecer republicano, um dos auditórios privilegiados que colocou em discussão e em circulação uma espécie de agenda de pesquisa coletiva, que não era enunciada de forma uniforme por meio de manifesto teórico ou por tratado, por exemplo, mas que perpassava a preocupação dos seus sócios em individual e das comissões acadêmicas em geral. Rebeca Gontijo sinaliza as principais demandas requeridas à disciplina no período em questão, e que são fomentadas pelo IHGB naquele(s) contexto(s) específico(s): 1) pesquisa de documentos e ampliação do acesso aos mesmos; 2) reflexões epistemológicas quanto ao trabalho da escrita da história; 3) métodos de análise; 4) problemas da narrativa e da interpretação. Essa agenda invisível de problemas historiográficos era fragmentada e dispersa em razão dos meios utilizados para a sua divulgação: artigos, resenhas, discursos, prefácios, traduções e notas bibliográficas. Nesse material, aparecem “apontamentos úteis não tanto para estabelecer como a história deveria ser escrita, mas para indicar aquilo que o historiador não deveria esquecer ao longo do trabalho, sob pena de não ter sua autoridade reconhecida”.⁴³

Nosso objetivo é redescrever parte da história do conhecimento histórico no Brasil, e partindo das atividades e das práticas desenvolvidas no IHGB republicano percorremos as condicionantes de inteligibilidade implicadas em sua consecução em si. Um postulante a historiador tem as condições de julgar, em meio aos impasses, as clivagens, aos dissensos e as divergências da sua matriz disciplinar, sobre aquilo que é aceitável ou não em termos de produção historiográfica, em razão dele estar subjetivado por normas, não unitárias, próprias de uma prática. Em resumo, estudamos um lugar de produção do conhecimento histórico que era evocado pelos sócios como “corporação”, “congregação”, “oficina”, “templo”, “escola”, “colmeia” – em muitos momentos eles se autointitulam como “obreiros”. Designações que indicam, em última instância, um trabalho coletivo independente das performances dos regimes

⁴¹ Idem, 2006.

⁴² GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

⁴³ GONTIJO, *Historiografia e ensino de história...* op. cit., p. 4.

historiográficos circulantes, apropriados ou recusados como autorizados. Esta tese visualiza, em última instância, os contextos da *operação historiográfica experienciada* no IHGB em sua fase republicana, do arquivo à escrita efetiva da história.

Parte I

Um lugar de produção do conhecimento histórico

Capítulo 1 - “*PACIFICA SCIENTIAE OCCUPATIO*”. Sobre a constituição de uma *persona acadêmica* no IHGB republicano

(...) o Instituto não visa sistematizar e criar um cânon ou escola; estimula investigações, soma esforços, mas deixa inteira às inspirações individuais de escolha de métodos e modos de apreciar. Provoca a atividade de pesquisa: não as norteia.⁴⁴

João Pandiá Calógeras

O IHGB como comunidade científica: *persona acadêmica*, matriz disciplinar e dissenso

O vice-presidente Conselheiro Manoel Francisco Correia, em sua alocução do ano de 1897, confirma alguns preceitos da “*pacifica scientiae occupatio*”. Seguindo a sua orientação, o Instituto Histórico acolhe em suas fileiras diferentes religiões, nacionalidades e profissões. Aceita entre os seus agremiados todo aquele que demonstra aplicação e boa vontade junto aos estudos acadêmicos: magistrados, bispos, advogados, engenheiros, médicos, clérigos, militares, intelectuais, católicos, ateus, políticos, desse ou daquele partido, que se congregam em um clima de armistício intelectual.⁴⁵ Isto é, todos eles homens, brancos (ou considerados como tais) e da elite intelectual e política do país.

A abrangência de temas e de propostas científicas⁴⁶ abarcada pela *persona* “*pacifica scientiae occupatio*” torna o Instituto, no parecer de Belisário Pernambuco, uma “oficina de trabalho”. Um lugar possível para o esclarecimento da “consciência nacional”, bem como um auditório apto a receber os “cultores da ciência” que trazem contribuições aos estudos históricos, geográficos e etnográficos. Na agremiação carioca estão os “verdadeiros apóstolos do intemerato patriotismo”, que em seu entender “sacrificam o necessário repouso da afanosa existência, empenhando-se na pugna científica, na reivindicação moral da nossa pátria, pela investigação dos pergaminhos”, bem como apuram as “nossas preciosidades históricas”.⁴⁷

⁴⁴ CALÓGERAS, João Pandiá. *Estudos históricos*.... op. cit., p. 36.

⁴⁵ CORREIA, Conselheiro Manoel Francisco. Alocução do vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897, p. 421.

⁴⁶ Podemos caracterizar as propostas de ciência circulantes no IHGB a partir da definição clássica oferecida por Robert Merton: 1) um conjunto de métodos característicos por meio dos quais o conhecimento é certificado; 2) um estoque de conhecimentos acumulados que se origina da aplicação desses métodos; 3) um conjunto de valores e costumes culturais que governam as atividades denominadas científica; ou 4) qualquer combinação das três anteriores. MERTON, Robert. A ciência e a estrutura social democrática. In: MARCOVICH, Anne; SHINN, Terry (orgs.). *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 183.

⁴⁷ PERNAMBUCO, Belisário. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901, p. 266.

Um conjunto de virtudes epistêmicas, habilidades e desejos foi acionado para o cumprimento do eixo orientador dessa *persona acadêmica* no Instituto Histórico,⁴⁸ entre os quais a diligência, o rigor e a confiabilidade, próprios do regime historiográfico metódico, como também o reclame pela função social da história tendo como fim último o conhecimento da pátria, remetente direto dessas asserções, além da conduta da abnegação. A noção de pátria ao mesmo tempo que circunscreve o ser nacional marginaliza os seus Outros. De todo modo, também estava presente o caráter supostamente desinteressado das suas atividades, que torna os sócios “evangelizadores do saber”, em razão tanto das habilidades historiográficas quanto das operações científicas. É a *retórica da neutralidade*. O desejo por uma verdade científica, para além dos seus códigos internos, direciona-se no sentido da “perfectibilidade humana” relativa e historicizada – esteio para o necessário “cultivo humano”.⁴⁹ O que evidenciava o aristocratismo dessa história desejada por parcela dos sócios. A “*pacífica scientiae occupatio*” agenciava a performance da matriz disciplinar da história junto aquela comunidade científica inserida na Primeira República. Essa matriz se orientava através da perspectiva do cientificismo⁵⁰ se transformando, conforme passavam os anos, em direção a um “condicionalismo” pós-evolucionista e pós-determinista.

Podemos exemplificar como a matriz disciplinar da história abarcava disposições paradigmáticas, ou regimes historiográficos, diferentes a partir de uma mesma comunidade científica. O presidente do IHGB Olegário Herculano defende, por exemplo, que a história faz parte do conjunto das ciências sociais, demandando o maior cuidado, o maior esmero e a maior “atenção dos homens de letras”.⁵¹ Em um parecer da Comissão de História, de 1899, a história é alçada à categoria de ciência “cosmopolita”.⁵² Enquanto isso, de um modo parecido com o

⁴⁸ A categoria *persona acadêmica* abre, em síntese, a possibilidade de se pensar diferentes maneiras de ser algo, e no caso estamos falando das formas de reconhecimento do historiador disciplinado. Podemos concluir que há uma tensão essencial entre esses modelos de conduta ideais e as virtudes epistêmicas requeridas, ou deixadas à disposição, pela matriz disciplinar. Se os repertórios de virtudes epistêmicas que estão disponíveis em dados contextos dão suporte para diferentes concepções de história, argumentamos que a *persona acadêmica* articula modelos exemplares de conduta através dos quais o sujeito aprende a ser historiador; projetando, inclusive, imagens de si para referendar a sua prática socialmente. O esquema proposto por Herman Paul possibilita-nos sondar o que entendemos como uma espécie de *ethos* do historiador e de seu conhecimento produzido. Em resumo, as habilidades, os desejos e as virtudes epistêmicas compõem certos modelos típicos ideais junto ao trabalho do historiador, emergindo aí, então, a necessidade de uma *persona acadêmica*. PAUL, Herman. Sources of the Self: Scholarly Personae as Repertoires of Scholarly Selfhood. *BMGN: Low Countries Historical Review*, n. 131, 2016, pp. 135-154. Disponível em: <https://cutt.ly/RcZrbQd> Acesso: 08 abr. 2021.

⁴⁹ PERNAMBUCO, Belisário. Discurso de posse. *RIHGB*, p. 266.

⁵⁰ Arno Wehling considera o cientificismo como uma forma de compreensão do mundo que se opera de modo racional, derivando, inclusive, em leis fundamentais. Cf. WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre historicismo*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2001.

⁵¹ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, p. 427.

⁵² Parecer da Comissão História sobre as obras de Adolfo Saldías. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899, p. 357.

que Silvio Romero elabora em sua *História da literatura* (1888), Manoel Francisco Correia separa o conhecimento em geral entre ciências físicas e ciências morais, sendo que a história se localiza no limite dessa fronteira epistemológica, configurando-se como uma ciência mista.⁵³ A matriz disciplinar acolhia posições historiográficas relativamente distintas, sendo que a sua base epistêmica era ancorada pelo metodismo e por um cientificismo em mutação, oferecendo condições de possibilidade para a implementação do dissenso na comunidade de historiadores.

Em suas prescrições normativas Joaquim Nabuco enfatiza o caráter de comunidade científica⁵⁴ que o Instituto Histórico arroga para si desde a sua fundação. Como se passados todos os movimentos políticos e intelectuais da segunda metade do século XIX ele preservasse o núcleo duro da matriz disciplinar que lhe orienta. O IHGB deve, para ele, “conservar o antigo brilho das tradições desta casa”. Deve se preservar, pois, “o mesmo espírito de sua fundação”.⁵⁵

Entre as falas daqueles sócios encontramos a consciência e a percepção, assim como é visível no discurso de Joaquim Nabuco, de que havia tradições historiográficas, modos de fazer, de pensar e de escrever a história brasileira; repertórios de conhecimentos que acompanham as ações dos sócios desde os seus momentos fundacionais. Um lugar comum nessas apreciações sobre a atividade historiográfica realizada ao longo dos tempos no Instituto diz respeito à representação do grêmio como um lugar de culto “das tradições nacionais” metodicamente orientado⁵⁶. Um lugar responsável por manter os elos que ligam os sujeitos às suas nacionalidades por meio de instrumentos cognitivos apropriados.⁵⁷ Aparecia aí a noção de tradição, inventada como sempre, delimitando os planos da identidade e da alteridade.

O desejo imediato de Nabuco era que o historiador do IHGB trabalhasse de forma diligente com a dimensão empírico-erudita, não sem mobilizar a análise conceitual, e que,

⁵³ CORREIA, Conselheiro Manoel Francisco. Alocução do vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1897.

⁵⁴ Comunidade científica é entendida neste trabalho a partir da abordagem de Thomas Kuhn. Segundo a sua epistemologia da ciência, uma comunidade científica se performa através de um grupo de praticantes de uma especialidade dita científica que se apresentam unidos por elementos compartilhados, porém perpassados pelo dissenso, passíveis de subjetivação através da iniciação em uma matriz disciplinar. É a partir do ambiente fornecido pela comunidade científica que os praticantes de uma especialidade científica se auto-representam e são percebidos como responsáveis pela resolução de um conjunto de problemas de maneira pericial. KUHN, Thomas. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1977.

⁵⁵ NABUCO, Joaquim. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896, p. 309.

⁵⁶ MAGALHÃES, Basílio de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVII, parte II, 1914, p. 585.

⁵⁷ Robert Merton esclarece o processo de internalização e de subjetivação do *ethos* da ciência, fundamental para a instauração da uma *persona* acadêmica: “O *ethos* da ciência é esse complexo afetivamente modulado de valores e normas que se considera serem obrigatórios para o homem de ciência. As normas são expressas na forma de prescrições, proscições, preferência e permissões. Elas são legitimadas em termos de valores institucionais. Esses imperativos, transmitidos por preceitos e exemplo, e reforçados por sanções, são internalizados em graus variados pelos cientistas, modelando sua consciência científica ou, se alguém preferir a e expressão mais atual, seu superego”. MERTON, Robert. *A ciência e a estrutura social democrática...*, op. cit., p. 183.

sobretudo, não caísse em uma “escola religiosa”, ou em uma única maneira de abordar temáticas e problemas de pesquisa. Havia, em sua acepção, um movimento de canonização historiográfica por parte de certos historiadores brasileiros no início de República. O seu protesto caminha no sentido de o Instituto não ficar refém da redução da “história nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant.”⁵⁸ É uma crítica à memória disciplinar majoritária que se formava com o advento do novo regime, em que se questiona, ademais, a ideia de próceres unitários da República, principalmente quando se faz do passado colonial e imperial *tábula rasa*. Não deixa de ser uma crítica à parcialidade nas análises historiográficas. Em seus dizeres:

Abstraio de se fazer o Brasil datar suas tradições somente da independência, atribuindo-se assim à história portuguesa, antes que a Brasileira, como se não existíssemos, a glória, os esforços de quantos lutaram para povoar, criar e conservar essa nossa nacionalidade durante os seus três primeiros séculos: direi somente que esquecer na história do Brasil a luta holandesa é esquecer a página sem igual de heroísmo e afirmação nacional do nosso passado.⁵⁹

A suspensão do novo cânone era o desejo de Nabuco. Há em sua fala o anseio de expandir as temáticas dos trabalhos historiográficos e a ideia de indivíduo máximo de uma época também era colocada em dúvida, na medida em que requer e demanda a escolha de diferentes atores. Em suma, está em jogo aquilo que o autor concebia como “sentimento de nacionalidade” - que estava inscrito na experiência da história antes do movimento da Independência, chegando ao momento das lutas contra os holandeses no período colonial. A ideia de história do aclamado abolicionista era multitemática, mas não incorporava problematizações referentes à identidade e cultura indígena e afrodescendente, o que era natural no contexto republicano, em que não se valorizava, além disso, o lugar da mulher na história. A história desejada por Nabuco não era, ademais, totalmente linear, havendo nela sobredeterminação de extratos do tempo.

A dimensão comunitária do conhecimento produzido pelo Instituto Histórico é percebida em uma fala de Edgar Roquette-Pinto, em que se almeja a nacionalização da pátria e o sempre renovado conhecimento sobre a história brasileira: “o problema é tão sério, que para o resolver não bastou a erudição de Candido Mendes nem a documentação e o patriotismo do avisado barão Homem de Mello; precisamos do concurso do país inteiro”. Assinala, em seguida, o sócio: “será trabalho de muita gente, de muito tempo, de muito dinheiro; que importa?”.⁶⁰

⁵⁸ NABUCO, Discurso... op. cit., p. 310.

⁵⁹ Idem, p. 310.

⁶⁰ PINTO, Edgar Roquette. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 589.

A matriz disciplinar da história enredava a fala dos sócios, em que se mantinha e se reforçava, em meio às diferenças, uma postura intelectual fundamentada através de uma espécie de “apostolado científico que se impunha à respeitosa admiração do mundo civilizado”. Para alguns sócios, o olhar do Outro, sobretudo, do europeu, condicionava relativamente os produtos intelectuais nacionais. O fazer historiográfico do grêmio era representado como uma contínua cadeia de progressos descontínuos. As ações e os estudos do passado serviriam de estímulo para as gerações presentes assim como para as futuras. Os seus trabalhos, reforçados pelo exemplo da sua *Revista*, que informa os fazeres ali cultivados, apresenta-se como um “monumento construído por nossos maiores.”⁶¹

Eis uma caracterização da *persona* “*pacifica scientiae occupatio*”, o *ethos* historiográfico-institucional do IHGB:

(...) remanso onde o espírito do investigador encontra-se completamente emancipado desses prejuízos que a sociedade alimenta, conseguindo apenas desagregar os homens, na luta inglória, pelo malsinado egoísmo de exigentes convicções pessoais.⁶²

Nesse sentido, não era o credo político ou a seita religiosa partidária, nem a proeminência do social ou os desígnios da fortuna, que dirigiam as atividades ali executadas. O Instituto era figurado, por meio dessa *persona acadêmica*, como uma comunidade desenvolvida, em que se balizavam, mas não se eliminavam, as diferenças - diferenças essas vistas em perspectiva historicizada. Os regimes historiográficos, as virtudes epistêmicas, os paradigmas ou as formações discursivas existiam correlatamente e em disputa, desde que fossem de matriz europeia. Em termos de conduta se queria afastar das atividades historiográficas interferências externas. De todo modo, todas essas perspectivas eram abarcadas pela matriz disciplinar. Somado a isso temos outra qualidade investida na *persona*: “(...) o seu programa é acatado com veneração, porque orienta-se pelo patriotismo nesse acrisolado estudo que glorifica o passado, estimula o presente, e torna rutilante a alvorada do futuro”.⁶³ Vemos essa equação movimentando as atividades do IHGB em sentido epistêmico e social.

Todavia, não é difícil decompor com exemplos essa equação. Segundo o sócio Manoel Francisco Correia, a história disciplinada e científica também se compromete com a descoberta da “marcha evolutiva da civilização na confusão de acontecimentos que revolteiam,

⁶¹ PERNAMBUCO, Discurso... op. cit., p. 266.

⁶² Idem, p. 267.

⁶³ Ibidem, p. 267.

tumultuam e se atropelam”.⁶⁴ E para Manoel Peregrino da Silva, o Instituto Histórico, para além da pesquisa erudita, deve operar a “síntese histórica”, no caso evolucionista, pois é essa a “moderna concepção de história” capaz de extrair regularidades dos fatos que compõe a experiência da história.⁶⁵ Para o pernambucano Alfredo de Carvalho, a história deve ser organizada cientificamente, movimentando, então, as leis de condicionamento e as conexões ente os fatos históricos, deixando de estar vinculada apenas à dimensão erudito-factual.⁶⁶ É a *persona acadêmica* que possibilitava essas abordagens relativamente diferenciais sobre a história. Além disso, era uma ciência da história que se ocupava com a dimensão social, que abria margem para que se pudesse inventariar a civilização e a pátria brasileiras. Por outro lado, o peso da matriz da história era incontestado, pois mesmo que os sócios do IHGB mobilizassem regimes historiográficos concorrentes, que para nós significam paradigmas, havia a disposição mais abrangente que demanda a sistematicidade junto ao estudo da história, materializada no racionalismo e no metodismo investigativo, bem como no desejo pela compreensão dos princípios invisíveis que articulam os fatos históricos no tempo.

Os regimes historiográficos atuantes no Instituto eram diversos: evolucionista, darwinista social, positivista, providencialista, moralista, metódico, nacionalista-patriótico e, o mais comum, os híbridos. Todos eles eram subsidiados epistemologicamente pela matriz disciplinar da história. Ou seja, esses regimes historiográficos performavam a partir do metodismo, da possibilidade de a história ensinar e da determinação racional do processo histórico, derivando daí, inclusive, leis (deterministas ou condicionais). A “*pacifica scientiae occupatio*” movimentava a comunidade de historiadores ao culto e ao estudo da pátria por meio de instrumentos intelectivos, racionais e metódicos considerados adequados.

Nesse sentido, o IHGB é concebido por Ramiz Galvão enquanto um lugar social de produção do conhecimento em que se venera e onde se cultua as seguintes virtudes epistêmicas: a “verdade” e a “justiça”, mecanismos intelectuais caros ao regime historiográfico metódico. Além disso, o grêmio congrega em seus esforços investigativos, em suas atividades e em seus fazeres a “liberdade de opiniões”, uma síntese da possibilidade de diversos paradigmas de conhecimento disponíveis coabitarem o mesmo espaço-tempo. Nesse lugar específico se demanda e se deseja, segundo ele, o culto e a projeção “das convicções sinceras” – “só se requer o talento, o saber e o patriotismo”.⁶⁷ O orador, com essas palavras, equaciona e decompõe

⁶⁴ CORREIA, Discurso... op. cit., p. 419.

⁶⁵ SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1905, p. 606.

⁶⁶ CARVALHO, Alfredo Ferreira de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907, p. 732.

⁶⁷ GALVÃO, Ramiz. Discurso de recepção do sócio Francisco José de Oliveira Vianna. *RIHGB*, tomo 94, parte II, 1924, p. 601.

analiticamente as disposições intelectuais, cognitivas e sociais implicadas na *persona pacifica scientiae occupatio*.

A ideia de uma comunidade científica aparece também no discurso do sócio Manuel Porfírio de Oliveira Santos, no qual a contribuição para aquele projeto coletivo tem como horizonte a própria vocação, no sentido de “condição de sucesso em todos os cometimentos da vida humana”.⁶⁸ E o sócio admite que do trabalho em conjunto que congrega, sem justapor, posturas paradigmáticas se retira um “rico ensinamento”, qual seja, o encontro entre a ciência e a pátria, sendo “um estímulo o vosso exemplo de pioneiros da ciência”.⁶⁹

E nela não havia apenas um posicionamento único de ciência da história, mas o convívio de proposições relativamente diferenciais, reveladoras do núcleo epistêmico daquela matriz disciplinar, que está vinculada a dimensão de “culto”, no sentido de cultivo de padrões sobre como fazer e reproduzir ciência. Em suas palavras: “Falei-vos há pouco do estímulo do vosso exemplo: é natural, pois, que eu acrescente, que vejo nele ao mesmo tempo o incentivo da emulação – essa quase virtude, que não é um atributo só dos moços, senão também dos velhos”.⁷⁰ A abnegação também era percebida nessa ideia, posto que “quantas horas se pode aspirar como prêmio das lucubrações e fadigas” “que tanto abreviam a vida dos homens de letras” – essas condutas estão presentes na elaboração do saber histórico e no reconhecimento social de um fazer que se elabora coletivamente. Podemos dizer, a partir dessa autopercepção dos sócios quanto à natureza dos trabalhos do grêmio, que o Instituto era o núcleo mais representativo da matriz disciplinar da história no Brasil, em razão do seu estado de especialização, das formas de disseminação do saber historiográfico produzido por seus sócios, da divisão de trabalho presente nessa comunidade de historiadores, por comportar disposições historiográficas divergentes e, também, pelo número expressivo de intelectuais que se dedicavam ao estudo da história, à prática historiográfica e à publicação de livros de história.

O sócio Julio Fernandez enfatiza que o maior patrimônio do IHGB, resultado prático de todo um trabalho científico da comunidade, é a sua *Revista*: “el presente mejor y mas completo archivo”, a que os estudiosos em geral podem se utilizar em suas pesquisas nos mais diversos ramos de saber; o que torna a “casa da história” um verdadeiro “laboratório científico” e uma assembleia de “doutos”, apta a receber todas as disciplinas disponíveis que dialogam com a história, como a antropologia e a geografia.⁷¹ A comunidade científica abriga posições paradigmática divergentes, porém a sua *persona acadêmica* tem como base e requer o “amor à

⁶⁸ SANTOS, Manuel Porfírio de Oliveira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 90, parte II, 1921, p. 797.

⁶⁹ Idem, p. 797.

⁷⁰ Ibidem, p. 798.

⁷¹ FERNANDEZ, Julio. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1902, p. 296

pátria”, o trabalho coletivo e a busca refletida da verdade condicional. A retórica cientificista faz com que a comunidade de historiadores do IHGB deseje ser autônoma, sem interferências externas em sua produção intelectual. Esses são requisitos da *persona* “*pacifica scientiae occupatio*”, que pretende fazer do Instituto, em termos de postura cognitiva, um lugar independente e relativamente aberto ao dissenso no contexto. A *RIHGB* é a forma como essa comunidade específica divulga a sua produção intelectual, que se arroga, naquele contexto epistêmico, científica. O material da *Revista*, tomado como produto científico, se constitui como um instrumento de visibilidade, de legitimidade e de autoridade no que tange à prática intelectual desenvolvida pelos agremiados.

Por conta disso tudo o Instituto possui, para Ramiz Galvão, a representação de um *areópago*, quer dizer, um lugar que congrega várias vozes ou posições sobre o que é a história, bem como um ambiente que guarda as tradições. Princípios básicos e estruturantes da *persona acadêmica* “*pacifica scientiae occupatio*”, desde que sejam vistos, também, através das virtudes epistêmicas metódico-historicistas da “justiça”, da “correção”, da “honestidade” e da “retidão no juízo”. Não é apenas a documentação de arquivo a sua preocupação, mas as formas e os modos possíveis de adentrar ao passado enquanto “ressureição”, no sentido de processo e de devir, à moda micheletiana.⁷² Mas esse mergulho ao passado deve estar compassado com as virtudes do regime historiográfico metódico.

A dimensão de comunidade científica também é invocada pelo diplomata-historiador Manuel de Oliveira Lima, que ao ver-se fazendo parte daquela “associação científica” logo se imagina coparticipe de trabalhos coletivos. O IHGB se mostra, para esse sócio, como a instituição mais bem preparada para a realização dos trabalhos históricos no Brasil: “colaborarei desta forma, posto que modestamente, na obra importantíssima já realizada por essa associação a qual a história nacional tudo deve”.⁷³ Teófilo Braga chama, segundo Oliveira Lima, a atenção para a *Revista* do grêmio como um indício para se verificar que naquele recinto existe tradições bem delimitadas de estudos sobre a história brasileira. A *Revista*, assim como as ações dos sócios, propõe novas pesquisas no presente e, certamente, serve de fonte para trabalhos futuros. “Os documentos valiosíssimos aí publicados, as memórias interessantíssimas aí estampadas, abrangem e encerram todo o nosso passado”.⁷⁴ Ela se constitui como terreno fértil para subsidiar trabalhos que a colocam sobre o crivo da reflexão teórica, dando-lhes significação filosófica, onde a “lei do progresso” toma campo para o descobrimento das ditas linhas mestras que

⁷² GALVÃO, Ramiz. Discurso de recepção do sócio Francisco José de Oliveira Vianna. *RIHGB*, tomo 94, parte II, 1924, p. 456.

⁷³ LIMA, Manuel de Oliveira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895, p. 368.

⁷⁴ LIMA, Discurso... op. cit., p. 368.

governam a experiência da história. É por meio da captura refletida de matérias e de memórias, mas não no sentido meramente cumulativo de conhecimento, que se pode descobrir o sentido último da nacionalidade em formação. Para Oliveira Lima, as atividades do Instituto figuram como um exemplo notável de trabalho científico coletivo no Brasil, instaurando uma comunidade científica de estudos da história. É uma comunidade justamente por comportar perspectivas historiográficas relativamente divergentes, mas, também, porque partilha uma matriz disciplinar comum.

Oliveira Vianna, em seu discurso de posse, como uma forma de demonstrar o seu conhecimento acerca das atividades, dos interesses e dos desejos daquela corporação, vale-se de algumas ideias do orador Ramiz Galvão, considerando-o mestre insuperável tanto nas “letras clássicas” quanto nas “letras históricas”. As palavras que Vianna recupera de Ramiz para iniciar a sua preleção, e se inserir em uma comunidade científica específica e ordenada, caminham no sentido do reconhecimento das seguintes disposições disciplinares: 1) o IHGB necessita contar com sujeitos versados em todas as especialidades intelectivas, na medida que os problemas de pesquisa em história, geografia e etnografia são “vastíssimos”; 2) podendo, então, os seus intelectuais exercitarem o “talento” e a “cultura universal” para a consecução do “livro da pátria”; 3) a concepção de história desenvolvida no Instituto envolve, pois, múltiplas questões, o que demanda, necessariamente, “variados ramos do saber humano” (interdisciplinaridade). Ela é a mestra (moderna) e todos lhe “prestam reverência e subsídio”.⁷⁵

O sociólogo Oliveira Vianna apontou, tornando a sua voz uníssona com a de Ramiz Galvão, que essas prerrogativas tornavam a tarefa do Instituto uma das mais complexas em termos de elaboração de saber, posto que a grandiosidade da obra, que passava por um trabalho de cooperação coletiva, exigia um perfeito “espírito de excelência”, condizente com a própria *persona* do grêmio. O que é próprio de uma comunidade que se comporta e se faz representar como científica. Assim, o IHGB é entendido como o maior “centro cultural científico” do país. Para certa parcela dos seus membros, nesse centro se reelabora até certo ponto as heranças da matriz civilizacional europeia e racional. Existiam outras instituições no país autorizadas para o estudo das transformações históricas, mas o Instituto Histórico era considerado a instituição em que esse tipo de operação de conhecimento era praticado com excelência.⁷⁶ Essa

⁷⁵ VIANNA, Francisco José de Oliveira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 94, parte II, 1924, p. 433.

⁷⁶ Essa representação do IHGB relaciona-se com a ideia de ciência normal preconizada por Thomas Kuhn. Em uma ideia inicial a ciência normal progride em razão da especialização proporcionada por um paradigma em uso. No entanto, no *Posfácio* da segunda edição de *A estrutura das revoluções científicas*, Kuhn admite que se tivesse que escrever novamente o seu ensaio, começaria pela identificação de comunidades científicas que possuem compromisso amplamente compartilhados, ao invés de investigar possíveis áreas da ciência envolvidas com certos temas de pesquisa, quer dizer, os paradigmas. É o que tentamos fazer aqui. O progresso científico apresenta-se

comunidade científica pode dinamizar a própria performatividade da matriz disciplinar. Os planos especializado e generalista conviviam na ética da agremiação.

De acordo com a leitura de Oliveira Vianna, o Instituto Histórico

(...) não só é a mais venerável e a mais austera como mesmo a mais compreensiva e mais especializada – pois o estudo da História, abrangendo hoje todas as especialidades, pede a colaboração de todas as ciências: as ciências naturais, as ciências do homem, as ciências da sociedade.⁷⁷

A extensão e a longevidade das atividades do IHGB são vistas pelos sócios como um indicativo que a nação imaginada Brasil deve muito aos seus trabalhos. Ele é entendido, e se faz entender, como o lugar mais representativo no que se refere à criação e à recriação dos códigos que conformam a brasilidade (majoritária). Desde os tempos do Império, em 1838, o grêmio registrava os feitos daqueles que são responsáveis por fundarem a nacionalidade. O Instituto é percebido como um centro de cultura que vivenciava e registrava todos os momentos de dúvida, de inquietação e de afirmação nacional e seus trabalhos representavam as fases da história do país: “nos vossos arquivos, guardastes a história do Brasil colonial; mas do Brasil autônomo, do Brasil-Império e do Brasil-República, sois a testemunha viva e presencial”.⁷⁸

Os fatores contemporâneos não passavam, para alguns sócios, incólumes aos registros do Instituto, na medida em que a sua sensibilidade tem um quê de sismógrafo no que tange aos fatos referentes à consciência nacional e coletiva. Mesmo que haja certo veto à história do tempo presente, as questões coevas movimentavam subterraneamente, pelo olhar retrospectivo, as pesquisas e as narrativas historiográficas. Admitia-se que todos os fatores relacionados à “alma nacional” encontravam ressonância no interior daquela instituição. O ser nacional brasileiro era bastante fragmentado. Algo que era apagado pelo unificador conceito de nação mobilizado por certos sócios do IHGB, assim como pela noção de pátria. De todo modo,

como um aprofundamento do conhecimento de determinados fatos. Essa forma de progresso é efetivada em razão da prática da ciência normal especializada (e dissensual) que, por sua vez, mostra-se possível graças a complexificação da matriz disciplinar. KUNH, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 220. Para uma abordagem epistêmica sobre o tema do progresso científico e da incomensurabilidade em Thomas Kuhn ver MENDONÇA, André Luis de Oliveira; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Progresso científico e incomensurabilidade em Thomas Kuhn. *Scientiae Studia*. São Paulo, vol. 5, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ss/v5n2/a02v5n2.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

⁷⁷ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 433. Ocorreu entre os sócios do IHGB no período uma “patrimonialização” da produção historiográfica da instituição. A produção intelectual daquela comunidade de historiadores era exposta como uma referência que necessitava permanentemente ser rediscutida. De alguma maneira, essa herança intelectual se solidificava como algo a ser conservado, mesmo que possa não ter a mesma pertinência face ao que originalmente significa. José Alves de Freitas Neto oferece um estudo, partindo do caso argentino de Bartolomé Mitre, que reforça a nossa percepção quanto a ideia de patrimônio historiográfico. Cf. NETO, José Alves de Freitas. Mitre e a edificação de um patrimônio historiográfico argentino. *História da historiografia*, n. 7, 2011, pp. 78-93. Disponível em: <https://cutt.ly/wcL5HEN> Acesso: 08 abr. 2021.

⁷⁸ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 454.

passado-presente-futuro eram instâncias que se acoplavam e davam sentido aos desejos dos sócios desde o momento da sua fundação.

Oliveira Vianna sintetiza, mais uma vez, os anseios e os desejos dos associados:

Nos códices da vossa biblioteca; nos manuscritos dos vossos arquivos; nas páginas da vossa Revista; cada um dos obreiros da nossa História, cada um dos edificadores da nossa nacionalidade, cada um dos seus heróis, anônimos ou gloriosos, escrevem um testemunho, fixou na memória, preparou uma revelação; de cada um a alma palpita nesta casa, dentro desta cidade de livros, cheia do grande silencio do mundo, mas rumorosas das grandes vozes do passado.⁷⁹

Na celebração de posse do sócio Afrânio Peixoto, o orador do IHGB, Ramiz Galvão, representa o Instituto, mais uma vez, com a metáfora epistêmica da “oficina de trabalho”, quer dizer, um lugar que congrega diversas concepções de história em relação.⁸⁰ Um lugar em que coabita posições paradigmáticas e regimes historiográficos, em que habilidades, desejos e virtudes epistêmicas são mobilizados abertamente.⁸¹ É o princípio da matriz disciplinar da história e os seus imediatos não ditos. Para Ramiz Galvão, a agremiação é uma casa “austera”, uma “sociedade séria”, o que nos leva a imaginar que o Instituto Histórico se porta como um centro de pesquisas em que o grau de especialização possibilita o dissenso, por meio de posições paradigmáticas diferenciais que circulam e são apropriadas na comunidade, e o consenso, a base epistemológica da matriz disciplinar.

Para além da dimensão científica estabelecida, ele era representado como uma espécie de “centro espiritual”⁸² daquela sociedade, o que garante que as ações da sua comunidade se voltem, também, para a história pátria. Essa espiritualidade pode muito bem ser entendida como ideologia. Completamos, com essas afirmações, a dupla face da atuante *persona acadêmica* “*pacifica scientiae occupatio*”.

Desde a fundação havia em suas atividades, na perspectiva dos sócios no período, grande cabedal de conhecimentos úteis não só para a ciência como para a sociedade. O que não deixa de implicar, contudo, formas excludentes de elaboração desse social. Uma concepção de ciência normal que servia não só para o presente como para a memória do “tribunal da

⁷⁹ Idem, p. 454.

⁸⁰ GALVÃO, Ramiz. Discurso de recepção do sócio Afrânio Peixoto. *RIHGB*, tomo 85, parte II, 1919, p. 509.

⁸¹ Essa afirmação leva-nos diretamente ao conteúdo da categoria *persona acadêmica* criada por Herman Paul: “modelos de construção de si [selfhood] acadêmicos ou os modelos de habilidades, atitudes e disposições que são considerados cruciais para a busca do conhecimento acadêmico”. PAUL, Herman. “What is a Scholarly Persona? Ten theses on virtues, skills, and desires”. *History & Theory*, v. 53, n. 3, 2014, p. 353. Disponível em: <https://cutt.ly/7cZtOtO> Acesso: 08 abr. 2021.

⁸² GALVÃO, Discurso... op. cit., p. 510.

posteridade”: estudos de antropologia, de geografia, de sociologia, de história e de demais campos de conhecimento cruzados. Nesse movimento epistemológico as habilidades, os desejos e as virtudes se multiplicavam no interior dessas instâncias de saber, sendo que em seus fazeres havia intercâmbio de conhecimentos, o que tornava esse acervo cognitivo cultivado pela comunidade de historiadores no IHGB, sobretudo, a partir da sua *Revista*, fonte de pesquisas e de informações confiáveis a todo e qualquer pesquisador. É uma tarefa “semi-secular” e que pode ser entendida por meio destas imagens epistêmicas: “(...) o Brasil é um gigantesco veeiro de ouro, que deve ser explorado em todos os sentidos. A natureza e a sociedade são dois documentos sempre lidos e sempre inesgotáveis de assuntos”.⁸³ Eram convocados a participar do Instituto tanto autores especialistas em história, em geografia e em antropologia, como generalistas que, de algum modo, se preocupavam com os chamados “assuntos brasileiros”.

É preciso, para Damasceno Vieira, que esses agentes “tragam para este Instituto o resultado de suas pesquisas, das suas análises, das suas generalizações em toda a ordem de trabalho, a fim de que se constitua aqui o mais vasto e o mais seletivo repositório da riqueza intelectual do país.”⁸⁴ Desse modo, mostra-se interessante a forma como João Xavier da Mota se reconhece enquanto membro do Instituto Histórico. Ele o toma como uma comunidade científica. Há uma dimensão comunitária de ciência em sua representação. O exemplo dos trabalhos anteriores serve como ponte para novas iniciativas acadêmicas e o seu compromisso dito desinteressando reforça o poder da matriz disciplinar da história: “(...) meu mais ardente desejo é que outros venham cheios de saber dar-lhe novos fulgores, para ele (o Instituto) avançar na senda gloriosa que tem trilhado e lhe foi traçada pelos seus inolvidáveis fundadores”.⁸⁵

Através da sua *persona* o IHGB recruta certa diversidade de estudiosos, bem como abre margem para distintas formas de estruturação epistêmica implicadas em obras com teor histórico, geográfico e antropológico; o que torna possível a emergência de uma comunidade científica.⁸⁶ Tristão de Alencar Araripe, orador na posse de Damasceno Vieira, afirma: “O Instituto Histórico, quando vos aceitem como parte desta corporação, teve em consideração os vossos trabalhos, os vossos serviços tão liberalmente consagrados às ciências e à pátria”.⁸⁷ Dessa forma, o Instituto é apresentado partir da ideia de “comunidade social” daqueles que se

⁸³ VIEIRA, Damasceno. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, p. 316.

⁸⁴ VIEIRA, Discurso... op. cit., p. 316.

⁸⁵ MOTA, João Xavier. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, p. 269.

⁸⁶ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LIII, parte II, 1891, p. 532.

⁸⁷ ARARIPE, Tristão de Alencar. Discurso de recepção do sócio Damasceno Vieira. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, p. 533.

dedicam ao “estudo das letras”, categoria que no contexto designava todas as formas de trabalho e de operação de saber a partir daquilo que hoje chamamos de humanidades.

As representações do IHGB aceitas e legitimadas aparecem, em Joaquim José Gomes da Silva, da seguinte forma: “assembleia de sábios nacionais e estrangeiros”, e os seus sócios são considerados “cultores”, no sentido comunitário de um fazer que se cultiva (em história e em geografia), além de todos serem chamados de homens de letras.⁸⁸ Essa ideia de “homem de letras” é vista em sentido *lato sensu*, o que contribui para o entendimento do tipo de ciência produzida pelo IHGB, ou seja, de fronteiras disciplinares flexíveis.⁸⁹ A sua contribuição é, então, um “passaporte para minha viagem até este mundo de literatos”.⁹⁰ O Instituto, mesmo sendo percebido e legitimado como um lugar de especialização, também era concebido através de uma comunidade em que as fronteiras disciplinares eram porosas. O grêmio é apresentado por esse sócio como “corporação ilustrada e patriótica”, conforme atesta: “(...) dignarem-se de descerrar as portas deste templo da sabedoria para deixar passar o humilde leigo, que hoje toma uma cadeira no recinto, em que tem assento os mais notáveis representantes das ciências humanas, políticas, sociais e positivas de dentro e fora do país”.⁹¹

Manuel Porfírio de Oliveira Santos argumenta que através do sentimento de gratidão (em razão de ser aceito pela comunidade) verifica-se o sentido de um anseio pessoal que se exprime como a tradução de um reconhecimento - algo que não se esquece e que se torna um dever, posto que é situado por modelos de conduta por todos conhecidos: “*pacifica scientiae occupatio*”. Há, para esse sócio em específico, responsabilidade quanto à investidura do cargo, pois é um título que representa um *ethos* historiográfico. O Instituto Histórico é a mais “antiga associação científica do Brasil” e, nessa qualidade, é a representante “do pensamento e dos sentimentos brasileiros em tudo o que respeita ao passado, ao presente e ao futuro da nossa nacionalidade”.⁹² Assim, se forma uma figuração⁹³ possível para o IHGB: “Bem comparado, vejo no Instituto um conselho de sábios, de homens de Estado, de magistrados e de

⁸⁸ SILVA, Joaquim José Gomes da. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIV, parte II, 1891, p. 189.

⁸⁹ Ver: NETO, Antônio Machado. *A estrutura social na República das Letras*. São Paulo: EDUSP, 1973.

⁹⁰ SILVA, Discurso... op. cit., p. 190.

⁹¹ Idem, p. 190.

⁹² SANTOS, Discurso... op. cit., p. 799.

⁹³ Roger Chartier argumenta que uma “figuração é uma formação social cujo tamanho pode ser muito variável (os jogadores de um jogo de cartas, a tertúlia de um café, uma turma de alunos de uma escola, uma aldeia, uma cidade, uma nação), em que indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões”. CHARTIER, Roger. *Formação social e Habitus: uma leitura de Norbert Elias*. In: _____. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 100.

profissionais, que, à semelhança do *areópago*, o maior tribunal de Atenas, tem a seu cargo a guarda das leis, da religião e dos costumes e a vigilância da educação pública do Brasil!”⁹⁴

Mais uma vez o exemplo da *Revista* como veículo de disseminação⁹⁵ do saber produzido pela comunidade de historiadores do Instituto aparece como o *locus* privilegiado para se observar a concorrência paradigmática inscrita na matriz disciplinar. Ela constitui-se como uma “mina de tesouros e de doutrina”, estando ali desde a poesia até os dotes eloquentes dos oradores, do crivo metódico dos historiadores aos juízos dos jurisconsultos. Assim, temos uma imagem mais aproximada da sua atuação, que mormente é, no início do período, percebida acriticamente como um reduto de monarquistas ou alienados seguidores de Pedro II.⁹⁶ O modelo de conduta mais destacado no IHGB, a “*pacífica scientiae occupatio*”, confirmado por meio da sua publicação mais destacada, é outra vez recuperado - agora pelo sócio Garcia Merou:

Asilado do tumulto das paixões transitórias e dos interesses efêmeros que nascem e desaparecem sem deixar rastros, poderia se repetir, a propósito desta gloriosa instituição, que ela não pode morrer porque está ligada à nada que a interdita, e que somente a ruína da civilização pode trazer a sua própria ruína, pois a civilização é a única obra que elabora em suas atividades.⁹⁷

Para Merou, o Instituto era no Império um “centro de civilização”, e o mesmo na República. Ali encontram-se “escritores eruditos”, “estadistas depurados”, “críticos sagazes”, “romancistas fecundos e brilhantes”. Em sua comunidade permanece o amor dito desinteressado pelo estudo da história pátria multiproblemática e multitemática. O IHGB é apresentado como uma assembleia de “sábios ilustrados”, que ensinam os elementos da moral e da ciência. Todos os povos do continente americano jazem em aprendizado acompanhando os seus passos. A educação cívica é um dos seus motes, garante Merou. A ignorância é, portanto, aplainada pelas luzes da pragmática da história. Os seus sócios estão em pé de igualdade com os mais sábios “ilustradores” da educação do globo.⁹⁸ E ele, nessa representação social específica sobre o

⁹⁴ SANTOS, Discurso... op. cit., p. 800.

⁹⁵ Marta Ferreira Abdala Mendes conceitua a noção de disseminação científica: “(...) a disseminação científica seria o processo que pressupõe a transferência de informações, transcritas em códigos especializados, a um público seletivo de especialistas. Pode ser resumida como a comunicação que se estabelece dentro da comunidade científica, a fim de difundir os resultados científicos, sendo realizada em dois níveis: 1) Intrapares: dirigida ao público especializado de uma mesma área do conhecimento e 2) Extrapares: as informações circulam para especialistas de outras áreas de conhecimento”. MENDES, Marta Ferreira Abdala. *Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista-divulgador José Reis (1948-1958)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2006, p. 28. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/19779> Acesso: 03 dez. 2020. Cf. também BUENO, Wilson. C. Jornalismo científico: conceito e funções. *Ciência e Cultura*, v. 37, n. 9, pp. 140-1427, 1985.

⁹⁶ Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola...* op. cit., 2006.

⁹⁷ MEROU, Martin Garcia. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895, p. 337.

⁹⁸ Essa característica projetada junto ao IHGB é uma herança advinda dos seus primeiros movimentos fundacionais. O objetivo dos associados, no passado e no presente, revela o intuito do “esclarecimento” pelas

Instituto, fomenta formas ideológicas elitista e conservadoras, atualizando certo processo civilizador junto ao âmbito do conhecimento.

A “*pacifica scientiae occupatio*” agenciava, por meio dos seus modelos de conduta, atividades intelectuais e instaurava um lugar de fala autorizado e legitimado. A instituição era percebida como uma comunidade científica em que paradigmas, regimes historiográficos, formações discursivas eram mobilizados em meio à “uma atmosfera tranquila”, “um doce remanso”, em que se sobressaem e se condensam todos “os cirros de pureza cristalina, todos os pensamentos, todos os ideais que almejam o bem da Pátria e da humanidade”.⁹⁹

No desempenho das suas atribuições o IHGB, para Susviela Guarch, tem como objetivo animar todas as formas possíveis de disseminação científica. Ele era considerado o mestre das demais instituições que surgiram derivadas dos seus objetivos e do seu programa. Por seu exemplo, “doutos” estudiosos da pátria estão à procura de novos conhecimentos, que são os maiores bens da humanidade. O IHGB, além disso, organiza eventos e traz para o Brasil quadros estrangeiros também preocupados com o estudo da história em suas variadas formas¹⁰⁰ - todos os requisitos de uma comunidade científica.

Para João de Lira Tavares, nenhuma associação é mais digna de engrandecimento cívico que o Instituto Histórico. E aí entra a face de Janus da *persona* ali circulante. Em primeiro lugar: nenhuma instituição é mais “fecunda de constantes incentivos às ações dignificadoras do homem” (branco) junto à pátria. Em segundo lugar: ali se colhe “pacientemente e se perpetua com carinho, examinando e corrigindo, as mínimas informações interessantes à elucidação dos fatos sociais”.¹⁰¹ Na fusão dos horizontes dessas duas marcas epistêmicas encontramos o sentido da “*pacifica scientiae occupatio*”. Essa insígnia condensa os modos de condutas do IHGB diante do saber histórico, perante a sua prática e frente ao seu público leitor.

Recorremos ao plano prático das prescrições dos sócios para elucidarmos a performatividade do citado lema no que se refere à fusão dessas marcações epistêmicas assinaladas. Alexandre José Barbosa Lima defende, em perspectiva moderna, que a história deve transcender a sua dimensão episódica, bem como buscar soluções para a falta de coesão científica entre os fatos no tempo. Para ele, é necessário deixar em relevo os “nexos” que conectam os acontecimentos uns aos outros, o que implica na interdição do acaso na história e na possibilidade de intervir racionalmente junto à evolução da civilização, capturando a sua lei

elites, as quais, por seu turno, se encarregam de “ilustrar” a sociedade em geral. Cf. NAXARA, Márcia Regina Capelari. Pensando origens para o Brasil no século XIX: história e literatura. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 32, 2000, pp. 47-64. Disponível em: <https://cutt.ly/acL5aW0> Acesso: 08 abr. 2021.

⁹⁹ GUARCH, Susviela. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901, p. 229.

¹⁰⁰ GUARCH, Discurso... op. cit., p. 229.

¹⁰¹ TAVARES, João de Lira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 80, parte II, 1916, p. 805.

geral e o seu ritmo.¹⁰² Em uma direção assemelhada Gastão Rush assinala que a história supera a dimensão de crônica dos fatos, postulando a tarefa de elucidar as “leis imprescritíveis” que orientam os sujeitos no tempo a partir do soerguimento do “denso véu do futuro”. A história modula-se a partir de encadeamentos lógicos e racionalizáveis, e por meio dos seus elos se retira o aprendizado necessário para compreender a civilização, em plano universal, e a pátria, em plano nacional.¹⁰³

A dimensão de trabalho coletivo e público da história, prescrita pela *persona* “*pacifica scientiae occupatio*”, pode ser verificada na fala de Nicolau Debbané:

Vosso Instituto é antes de tudo uma reunião de obreiros em prol do Brasil; vossas eleições, antes de serem honrosas distinções, antes de serem recompensas valiosas, são verdadeiras incitações ao trabalho patriótico; eleger um sócio quer dizer chamar um trabalhador de boa vontade para cooperar no projeto que prossegue, que é o bem do Brasil: unido a vós, aproveita ele a vossa sabedoria e encontra em vós o alento e o auxílio da parte que lhe incumbe nesta obra comum.¹⁰⁴

A ideia do Instituto enquanto guardião da memória nacional ou como um centro científico especializado, mesmo que poroso disciplinarmente, dedicado ao estudo da história, também está presente exemplarmente no discurso do Padre Belarmino José de Souza. Há em sua fala algumas categorizações sobre o Instituto que nos faz perceber, de alguma maneira, a figuração que o grêmio possui entre os nossos letrados e as nossas letradas. Em suas palavras assertivas: “Aqui está o arquivo de nossa história; aqui está o patrimônio de nossas letras; aqui está o testamento que habita a todos os herdeiros de nossas glórias”.¹⁰⁵ Há o entendimento de que o IHGB é o lugar privilegiado para o estudo da história nacional, destacando-se ante as demais instituições congêneres existentes no país. Aqui está uma inevitável dimensão do saber que considera o trabalho de quem se habilita como historiador como uma criação, ou mesmo invenção, da realidade dos agentes sociais. Há a consciência que o trabalho simbólico-figurativo-científico do historiador é capaz de agenciar realidades possíveis junto ao plano da realidade histórica. Segundo o Padre, ao Instituto Histórico está reservada a “tarefa de transmitir-nos tudo o que temos de mais precioso do passado, todo este movimento, que não foi acelerado, mas prudente e sábio, da organização da nossa pátria”.¹⁰⁶ Há, sim, certo rescaldo eurocêntrico e etnocêntrico na fala do sacerdote cristão.

¹⁰² LIMA, Alexandre José Barbosa. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXI, parte II, 1908, p. 574.

¹⁰³ RUSH, Gastão. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907, p. 747.

¹⁰⁴ DEBBANÉ, Nicolau José. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915, p. 652.

¹⁰⁵ BELARMINO, José de Souza (padre). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896, p. 285.

¹⁰⁶ BELARMINO, Discurso... op. cit., p. 285.

Por uma ciência (des)apaixonada?

Nos salões da agremiação carioca não adentram, afirma Olegário Herculano, dissensões políticas. Os intuitos dos sócios são considerados “nobres” e os seus serviços desinteressados, conforme a sua *persona*.¹⁰⁷ Por décadas no IHGB não arrefece o zelo pela causa da pátria, instância antropológica que representa a identidade nacional por anterioridade. Os sócios trabalham por amor ao Brasil, como ressalta o presidente Olegário, sem remuneração de qualidade alguma, sem outro incentivo que não o do cumprimento rigoroso de um dever considerado cívico.¹⁰⁸ Em outras palavras: abnegação cívico-intelectual.

Por tudo isso, são “dedicados levitas” os membros do IHGB na opinião do sócio Damasceno Vieira. A “*pacifica scientiae occupatio*” é atravessada pela *retórica da neutralidade*, na qual se declara que os credos particulares estão abaixo da pátria e do trabalho metódico organizado com todas as suas regras inscritas na matriz disciplinar.

Crises políticas, de consciência histórica, regimes historiográficos beligerantes, são aplainados pela *persona*, que aglutina em torno de si “distintos homens” versados em letras e em ciências do país. Uma ciência em construção cujo eixo diretor se estabelece pelo amor à pátria e pela autonomia científica. Esse é o conteúdo da “caixa-preta” do saber produzido pelo Instituto Histórico.¹⁰⁹ É um cultivo científico que se quer isento das prerrogativas políticas e dos interesses particulares, mesmo que isso implique descompasso entre o que é prescrito e o que se é produzido como historiografia. Para Vieira,

(...) o Instituto tem atravessado sobranceiro a geração contemporânea, através de todas as tempestades políticas que convulsionam o nosso belo país, e ao passo que lá fora bramem, latentes ou explosivas, paixões nem sempre justas, revoltas nem sempre patrióticas, ele guarda no sacrário de seu seio, como arca hebraica, as suas tradições eternas como graníticos monumentos, ou tesouros das suas constantes investigações no mundo da inteligência, e bem assim os testemunhos eloquentes de veneração pelas mentalidades superiores que ilustram a nossa pátria.¹¹⁰

¹⁰⁷ Essa dimensão da *persona* acadêmica do IHGB relaciona-se com uma das disposições inscritas no *ethos* da ciência formulada por Robert Merton, qual seja, a do universalismo. Essa instância revela que a “objetividade exclui o particularismo”, ou seja, o plano de certificação de um conhecimento que se quer científico não deve envolver critérios religiosos, políticos, étnicos, de classe ou de gênero. Conforme bem pontua o sociólogo da ciência: “O universalismo encontra expressão imediata no cânone de que as alegações de verdade, de qualquer que seja a fonte, devem ser submetidas a *critérios impessoais preestabelecidos*; consoante com a observação e com o conhecimento anteriormente confirmado”. MERTON, A ciência e a estrutura social democrática... Op. cit., p. 186.

¹⁰⁸ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1897, p. 421.

¹⁰⁹ A metáfora epistêmica da caixa preta do conhecimento é de Bruno Latour. O seu significado em nosso trabalho pode ser verificado na introdução da tese. LATOUR, Bruno. Abrindo... op. cit., p. 16.

¹¹⁰ VIEIRA, Discurso... op. cit., p. 315.

Ao explicar a *persona* acadêmica que acompanha o Instituto, o conde Afonso Celso declara que ela se ocupa com a agência da ideia de “cultura pátria”.

O lema todo da *persona* é: “*Auspice Petro secundo, pacifica scientiae occupatio*”. Significa que mesmo na República a figura de Pedro II era lembrada como a de seu mais austero sócio. A insígnia está nessa ordem por conta das atividades do IHGB terem sido inauguradas no Império. Pedro II foi, por mais de meio século, a estrela da comunidade de historiadores do Instituto, que fundado sob os moldes das Academias se vinculava ao Estado.¹¹¹ Porém, em termos epistemológicos, a *persona* apontava para a ideia de pátria como entidade superior, ou à parte, de qualquer vertente ou orientação política. Não por acaso que diversos sócios representavam as ações da instituição como “culto da Pátria”. Era mais do que a monarquia que estava grafada nessa insígnia, mas a figura de Dom Pedro II, o imperador esclarecido, que o Instituto Histórico, como forma de acomodar as rivalidades políticas e as controvérsias de saber, alça à símbolo da comunidade de leitores(as) de história que acompanha o Instituto. A mobilização da imagem de Pedro II, assim como a da pátria, gera, nele, autonomia para a prática historiográfica perante a política - esse era o desejo dos sócios naquele presente republicano.

Vejamos a caracterização dada pelo conde de Afonso Celso, alguém que nutre simpatias pela Monarquia, para o antigo imperador:

Feito de bondade, sabedoria e moderação, durante meio século presidiu gloriosamente esse espírito os destinos nacionais, emulando com destreza as figuras culminantes da humanidade na prática ininterrupta de todas as virtudes particulares e públicas. E, na desgraça – naufrágio de tantas altaneiras – soube mostra-se superior ainda à grandeza passada (e era imensa!) – mais majestoso, mais augusto, mais soberano do que quando transformava, perante o orbe atônito, o único ceptro da América no seu maior símbolo de paz e de liberdade¹¹²

Então se suspende estrategicamente a vinculação com a Monarquia, trançando uma aproximação direta (mas ponderada) com a imagem de Pedro II. Era ele, mais do que a Monarquia constitucional, o modelo exemplar que guiava os sócios do Império à República.¹¹³

E Joaquim Nabuco reelabora o cânone nacional a partir da *persona acadêmica* do Instituto, pois deseja uma escrita da história que não silencie a herança imperial. De todo modo,

¹¹¹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, tomo 156, vol. 388, 1995.

¹¹² CELSO, Afonso. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVI, parte II, 1893, p. 149.

¹¹³ Luciana Pessanha Fagundes admite que as relações oficiais do regime republicano com o passado monárquico só se tornaram mais amigáveis a partir da década de 1920. Cf. FAGUNDES, Luciana Pessanha. Entre comemorações, rituais e passados construídos: a Monarquia sob o olhar da Primeira República. *Anais do Seminário cultura e política na Primeira República: campanha civilista na Bahia*. Santa Catarina: UESC, 2010. Disponível em: <https://cutt.ly/ccLA2fz> Acesso: 08 abr. 2021.

não se coloca em suspeita total o papel, por exemplo, de Benjamin Constant, considerado o fundador da República, mas se tem o princípio epistemológico do distanciamento: somente com o passar do tempo, e o autor fala em um quarto de século, se pode julgar com propriedade o passado. Há, aqui, uma interdição a uma história imediata, relacionada ao regime de ciência historicista.¹¹⁴ José Bonifácio e Tiradentes são, sim, inauguradores das ideias de independência e de República, porém, deseja-se alargar e acomodar outros indivíduos agentes da história brasileira, como por exemplo os “heróis pernambucanos de 1817”. Bonifácio como prócere submete, por outro turno, o silenciamento de atores como Pedro I. Os dois são coparticipes de um mesmo fato histórico: a Independência. “A ideia é que entre Tiradentes e José Bonifácio de um lado e Benjamin Constant de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase setenta anos, a que posso dar o nome de deserto do esquecimento”.¹¹⁵ Há a ideia de progresso entre o Primeiro e o Segundo Reinado: “(...) progresso material, intelectual e moral do país”.¹¹⁶ A reelaboração da história brasileira desejada por Joaquim Nabuco não era orientada por motivos de origem política (mas talvez ideológicos), porém, movimentava-se através de uma tomada de consciência de que o passado era relativamente plural tanto quanto o presente; o que demandava uma visão sinóptica sobre o mesmo. Ademais, o substrato patriótico, que está em um modo de anterioridade diante das formas políticas e da nação, proporcionava ao historiador republicano extrair das suas investigações personagens e situações que correspondiam ao plano da identidade (excludente) brasileira, não estando elas à gosto dos impulsos políticos do tempo. Essa disposição movia a *persona* em questão.¹¹⁷

Retoricamente se tenta desenhar, como Félix Pacheco, um projeto epistemológico distanciado de tudo o que ocorre nos meandros políticos, das paixões, que estão do “lado de

¹¹⁴ Segundo Marieta de Moraes Ferreira, desde o século XIX ao “(...) estudo da história se atribuiu a interpretação do passado distante, tendo o passado recente sofrido uma interdição. Fundando-se numa concepção de que o afastamento temporal era uma condição para se obter uma maior objetividade na escrita da história e defendendo uma ruptura entre o passado e o presente, sustentava-se que só os indivíduos possuidores de uma formação especializada poderiam executar essa tarefa”. FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, 2018, p. 82. Disponível em: <https://cutt.ly/7cLDeMO> Acesso: 08 abr. 2021.

¹¹⁵ NABUCO, Joaquim. Discurso de posse. *RIHGB*, p. 311.

¹¹⁶ NABUCO, Joaquim. Discurso... op. cit., p.311.

¹¹⁷ Mara Cristina de Matos Rodrigues adverte que, de algum modo, os reclames de Joaquim Nabuco foram incorporados ao leque de problemas historiográficos desenvolvidos ao longo da primeira metade do século XX: a “despeito do conhecido processo de republicanização da memória nacional, em curso desde os primeiros tempos da proclamação, parece que essa advertência surtiu efeito dentre seus pares. A memória nacional ampliou-se tanto no sentido de evitar o apagamento da memória imperial, como reclamava Nabuco, quanto no sentido de aumentar seu repertório de eventos e heróis republicanos para além daqueles aos quais a historiografia vinha se dedicando nos primeiros anos após o 15 de novembro de 1889”. RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Memórias regionais no IHGB: os centenários das revoluções pernambucana e farroupilha – 1917 e 1935. *Revista Memória em rede, Pelotas*, vol. 4, n. 10, 2014, p. 2. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/107194> Acesso: 08 abr. 2021.

fora” do grêmio. É o modelo de ciência experimental renascentista que acredita ser possível ao sujeito cognoscente se afastar totalmente diante do produto científico por ele elaborado.

Era uma estratégia que buscava dar garantia de funcionamento ao IHGB no que se refere à política institucional e à forma mesmo de credenciar as suas atividades enquanto comunidade científica.¹¹⁸ Era essa disponibilidade historiográfica que servia de esteio para a *persona* performada no Instituto Histórico. Percebemos essa estratégia em duas passagens escritas por Pacheco em seu discurso de posse em 1913:

Percebesse que o ar, neste grave salão, que o tempo encheu de harmonia solene, não é o mesmo que lá fora se respira. A meia sombra que aqui reina, entre as velhas preciosidades acumuladas, só pode convidar ao fecundo silêncio, gerador dos pensamentos altos e inspirador das obras dignas, a que todos deveriam consagrar uma parcela do seu tempo e de seu engenho. Sinto-me leve ao subir as longas escadas que aqui me conduziram e estou evidentemente desapressado neste recinto de paz severa e de calma sabedoria.¹¹⁹

Lá fora, a atmosfera é bochornal e pesada. Dir-se-ia que as ambições, que aliás resumem apenas o incerto da vida, conspiram para tudo infeccionar e perverter.¹²⁰

A *persona* é retomada por Ramiz Galvão no cerimonial de posse dos sócios Enéas Galvão e Afrânio de Melo e Franco. É ela quem oferece os rumos que as pesquisas no Instituto Histórico devem assumir, colocando em movimento todo um *ethos* historiográfico: “Não trazeis para aqui o partidarismo político, que tantas vezes desvaira espíritos cultos; também não vos apaixonam exclusivismos filosóficos, que conduzem por vezes os mais respeitáveis cientistas à juízos menos seguros”.¹²¹

Nesse sentido, a *persona* “*pacífica scientiae occupatio*” mobilizada pelos sócios do IHGB se configura como a ética historiográfica assumida pela instituição. Em João Coelho Gomes Ribeiro, a sua performatividade relaciona-se com o sentimento de abnegação daquilo que é externo à ciência da história, bem como ao rigor operado nas pesquisas. Além disso, ela

¹¹⁸ Francisco Gouvea de Sousa investiga o *ethos* científico da comunidade de historiadores do IHGB. Em suas palavras, “(...) a construção do tempo moderno se deu em um contexto em que o desenvolvimento moral, que compreende o papel de certos homens dentro de uma sociedade e Estado, é separado da política em um movimento onde a crítica, como instrumento da moral, submete a política ao juízo da razão. Assim, abrandar os ânimos, respeitar a razão, dar continuidade a debates anteriores são faces da moral particular a esses sócios do IHGB comprometidos em se distanciar das tergiversações políticas”. SOUSA, Francisco Gouvea de. *Entre fronteiras e nações: um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1870 a 1890*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultural, Pontifícia Universidade Católica/RJ, 2008, p. 94. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12208/12208_1.PDF Acesso: 03 dez. 2020.

¹¹⁹ PACHECO, Félix. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 563.

¹²⁰ PACHECO, Discurso... op. cit., p. 563.

¹²¹ GALVÃO, Ramiz. Discurso de recepção dos sócios Enéas Galvão e Afrânio de Melo e Franco. *RIHGB*, tomo LXXVII, parte II, 1914, p. 617-618.

traz consigo o espírito comunitário da produção de ciência em que existe atributos morais a serem seguidos. O trecho é longo, mas de grande valia para percebermos a *persona* que se constituiu no Instituto no período em questão:

Hoje os grêmios científicos, como este Instituto, quais outros mosteiros medievais, pairam de cima do bulício da vida social intensa, guardam e cultivam também o fogo sagrado do amor à ciência, e neste momento, eu sou o peregrino que vem pedir guarita a este claustro majestoso, onde só se venera a tradição concretizada dos documentos acrisolados pela crítica. Venho em busca de luz e de quietação moral para o espírito combalido e incerto, diante das agitações da hora presente; venho em demanda da região serena e calma do passado, onde, em uma metrópole secular, se ostentam os mausoléus dos gênios de Canovas, a par dos sepulcros rasos alcalinados de simples flores do campo, desde que, em uns e outros, se encerrem tradições de glória e de civismo.¹²²

Raul Tavares também subjetiva a “*pacifica scientiae occupatio*”, o modelo de conduta implícito do IHGB, fato e indicador das suas atividades. Em seu cerimonial de posse, o sócio deixa claro a sua satisfação de fazer parte de uma “congregação de eleitos”, “uma esfera afastada da rudeza e da vaidade material do mundo”.¹²³

Esse era o próprio ideal do historiador cientista (elitista), aquele que praticava o seu *métier* invocando a *retórica da neutralidade* e que falava para (e pela) a pátria, para o íntimo da nação (unitária), para aquilo que a representava em termos de memória e de identidade nacional por anterioridade, independentemente do regime político que estivesse vigorando. Vemos que a noção de pátria é, por outro lado, essencialista e homogênea as diferenças. Ora, há muitas pátrias nessa pátria. De todo modo, tal característica incidia na própria forma de periodizar a história brasileira, sendo necessário para aquele momento suspender a periodização através dos fatos políticos diante da demanda patriótica. Não havia a presença nessa periodização dos modos de ser indígenas e afrodescendente no tempo. Ademais, o papel secundário da mulher na história era reafirmado. Consideramos que a identidade nacional, ou a memória acionada pela noção de pátria, são produtos do tempo, isto é, dependentes do olhar do historiador, que era um sujeito branco, racional, cristão, elitista (aristocrata intelectual), etc.

Mais uma vez a “*pacifica scientiae occupatio*” é performada: através da verdade controlada metodicamente, por exemplo, por Voltaire, Montesquieu, Bossuet, Renan, Taine, Michelet, Lamartine, Thiers, se atinge o “amor pelos grandes vultos”, admite Raul Tavares;

¹²² RIBEIRO, João Coelho Gomes. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1911, p. 638.

¹²³ TAVARES, Raul. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912, p 490.

exemplos de abnegação, de patriotismo e de altivez, que escrevem, no limite, com heroísmo e com orgulho as páginas mais exemplares da história da humanidade.¹²⁴

Segundo Francisco Agenor de Noronha Santos, tudo no IHGB orienta-se pelo “retiro sagrado” do silêncio das atividades científicas, onde “vive a cuidar de velhos papéis que rendado de suas laudas dizem muito de outros tempos”, contribuindo para tornar viva as tradições nacionais e para realizar um saber detalhado sobre a história “dessa formosa terra da Guanabara”.¹²⁵ A importante tarefa que o Instituto Histórico exercita, alheia às rugas de partidos e às contendas literárias, direciona-o cada vez mais, afirma o sócio, ao apreço dos que vivem nos canteiros da inteligência e da pátria.

Ele coloca em evidência as atribuições dos sócios da agremiação, entre elas, por exemplo, a análise dos grandes acontecimentos - os de maior ressonância - da história nacional e a realização do julgamento dos elementos econômicos e sociais que ajustam o conflito das raças sobre o território brasileiro no correr dos séculos, o que imprime, também, uma leitura acerca do movimento de expansão geográfica. Esse registro implica no conhecimento da geografia física e política, da história econômica, da antropologia e dos mais diversos ramos que explicam os sujeitos em sua pátria - função do IHGB para esse sócio. “Dentro da alma forte e sacrificada dos grandes obreiros, que ergueram o monumento de trabalho – que é o IHGB, havia a comunhão de esforços para levar avante essa tarefa difícilima”.¹²⁶ O que se elabora e se deseja é uma história única (nacional-patriótica) para um país plural como é o Brasil.

João da Costa Lima Drumond se diz inspirado em seus estudos pela matriz disciplinar da história. Para além do incentivo ao estudo da história, o novo sócio vê o grêmio disciplinar a história a partir de duas principais virtudes epistêmicas: imparcialidade e objetividade. É por meio desse aparelhamento científico que os chamados obreiros de Clio podem “(...) extrair grandes lições da experiência humana, no culto do passado”.¹²⁷

Ao figurar como novo sócio do Instituto, o estudioso Antonio Augusto de Lima diz “venerar sem fetichismo as coisas do passado”, abrindo, então, “a alma confiada às aspirações do futuro sem as vertigens da utopia”. De todo modo, Lima alega ser a situação moral e social do IHGB, em que há uma ciência que supera as paixões, que infunde nas gerações o patriotismo: “por ele tem passado esse sentimento de unidade histórica e de integridade territorial, que forma, no espaço e no tempo, o próprio sentimento da pátria”.¹²⁸ O projeto historiográfico do

¹²⁴ TAVARES, Discurso... op. cit., 496.

¹²⁵ SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912, p. 427.

¹²⁶ SANTOS, Discurso... op. cit., p. 428,

¹²⁷ DRUMOND, João da Costa Lima. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912, p. 328.

¹²⁸ LIMA, Antonio Augusto de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1906, p. 401.

IHGB não pode ser assinalado por meio da abordagem de leis ou pela análise de decretos e atos políticos, que padecem na precariedade da sua origem mutável, dado que ele sobrevive pela convergência dos esforços intelectuais permanentes para a guarda da memória (eletiva) do povo - “não interpretada através das urnas políticas, mas perscrutando intimamente as inclinações naturais, nos seus antecedentes históricos, na sua religião e sua cultura cívica e moral”.¹²⁹

É no Instituto que a história disciplinada se conjuga com a noção majoritária de história pátria, formando então a sua *persona* “*pacífica scientiae occupatio*”. Os ruídos dos acontecimentos de “fora” da agremiação, de “fora” do recinto científico, são ecos amortecidos, quando não cessam de todo. Aí, sim, podem eles serem julgados racionalmente. Nele se tolera opiniões relativamente distintas, pois na matriz disciplinar científicista da história localizam-se paradigmas em concorrência: discerne no “turbilhão dos sucessos não o que deve ser senão o que é”, afirma Antonio Augusto de Lima. E as suas decisões são tomadas, em tese, a partir do ponto de vista humano, sem superstições de seitas ou paixões de partidos. É por isso que a sua missão tem sido, e continua sendo, o “sagrado ministério” da nossa formação nacional.¹³⁰ Por isso, João Pandiá Calógeras o representa através da ideia da “plenitude da calma”, pelo recolhimento de quem, para “descansar do labor diurno, se acolhe no gabinete de estudo e ali procura indagar fatos sem outra paixão além do respeito a probidade intelectual”.¹³¹

Alberto Rangel também mobiliza a “*pacífica scientiae occupatio*”. Para ele, o Instituto abriga tradições de pensamento e de interpretações do passado, posicionando-se de forma autônoma e instaurando o dissenso ante essas disposições intelectuais. Ali os sócios acionam um passado vivo só possível, em tese, pela retirada do posicionamento do sujeito cognoscente historiador perante as paixões políticas que o circundam. Por meio de “uma educação filosófica bebida numa escola de observação e experiência” a história se performa, de uma forma ou de outra, por “meio de métodos pertinentes e eruditos”.¹³²

¹²⁹ LIMA, Discurso... op. cit., p. 402. Essa performance da “*pacífica scientiae occupatio*” vincula-se à demanda por imparcialidade por parte do sujeito cognoscente historiador. Porém, como já aludimos, o remetente das investigações do IHGB é a pátria. Hugh Lacey tem uma boa interpretação para que compreendamos essa dupla demanda requerida pela *persona acadêmica* circulante no Instituto: “O ideal da imparcialidade requer que os valores éticos e sociais – e a aplicabilidade de uma teoria a serviço de quaisquer valores particulares – não desempenhem papel cognitivo algum na aceitação da teoria. Por outro lado, os valores éticos e sociais necessariamente desempenham papeis na justificação de endossamentos”. LACEY, Hugh. A imparcialidade da ciência e as responsabilidades dos cientistas. *Scientiae studia*, São Paulo, vol. 9, n. 3, 2011, p. 488. Disponível em: <https://cutt.ly/9cLBhSD> Acesso: 08 abr. 2021.

¹³⁰ LIMA, Discurso, op. cit., 402.

¹³¹ CALÓGERAS, João Pandiá. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1905, p. 216.

¹³² RANGEL, Alberto. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912, p. 391.

Solidônio Leite comunga do ideal de ciência do IHGB: uma “Casa de estudos onde, à mercê de Deus, não há partidos políticos, nem ódios nem ambições mesquinhas”.¹³³ A *persona* indica que nele os valores de uma moral particular, as disposições partidárias e o sentimento de paixão não possuem, prescritivamente, valoração historiográfico-científica. Os seus trabalhos congregam princípios científicos e interpretação da memória coletiva¹³⁴, isto é, imparcialidade, objetividade e pátria.

Enquanto isso, o sócio argentino Ramon Cárcano também se faz sabedor da *persona* acadêmica do Instituto Histórico. Segundo a sua perspectiva, ali jamais entram violências e lutas, sejam de qualquer natureza. Ciência e patriotismo majoritários dominam as atividades da agremiação: “Se há encendido las ideas y no han estalado las pasiones. Se conservado siempre la asociacion de los nobles anseios, que significa la solidaridad de la pátria”.¹³⁵ Dentro dessa concepção epistêmica e, também, institucional localizam-se os interesses da investigação historiográfica, da engenhosidade dos publicistas, da inspiração e da eloquência dos oradores, dos aconselhamentos serenos dos pensadores e dos estadistas. Os interesses identitários, as suas concordâncias e as suas discordâncias, se revelam através da atividade intelectual, responsável por analisar, validar e consolidar as orientações coletivas dessa comunidade em específico.¹³⁶

O monarquista Eduardo Prado reconhece que ao ser “laureado” com o título de sócio da instituição está apto a fazer parte, pois, de uma longa herança de trabalhos e de estudos junto, principalmente, ao campo da história. A ideia de herança dá a medida certa do senso de comunidade científica, pois coloca em destaque disposições intelectivas e morais que se consolidam, não sem controvérsia, no tempo. “Para quem tem tido uma vida por tantas partes dispersas, a quietação deste remanso de turva corrente contemporânea oferece muitas consolações e muitos encantos”.¹³⁷ “*Pacifica scientiae occupatio*”. Eduardo Prado aciona uma imagem que simboliza as atividades e a tradição de pensamento da instituição fomentadas pela matriz disciplinar. Antigamente o seu prédio foi um convento, e nisso a simbologia dupla: o IHGB preserva uma operação de pensamento em que prevalece “a paz e o estudo”.¹³⁸

¹³³ LEITE, Solidônio. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 85, 1919, p. 435.

¹³⁴ A noção de memória coletiva acionada por nós possui dimensões identitárias, da forma como concebe Michel Pollak. É possível dizer “(...) que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudo históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, p. 5. Disponível em: <https://cutt.ly/jcZuayL>. Acesso: 08 abr. 2021.

¹³⁵ CÁRCANO, Ramon. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXIII, parte II, 1910, p. 204.

¹³⁶ CÁRCANO, Discurso... op. cit., p. 205.

¹³⁷ PRADO, Eduardo. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901, p. 239.

¹³⁸ PRADO, Discurso... op. cit., p. 239.

Para Garcia Merou, falar do Instituto é falar de um *areópago* que congrega tradições de pensamento, ou tradições de se fazer história: posições historiográficas que reforçam o sentimento nacional a partir da história.¹³⁹ Para o sócio argentino, nenhuma associação que congrega as esferas artísticas, científicas e literárias alcança tamanha notoriedade no continente como o IHGB. Nascido em meio a um “turbilhão político”, em que inúmeras facções políticas se movimentam de forma conflitiva junto à cena pública no momento da construção do Estado nacional, mantém-se o grêmio diante desse “espírito de anarquia” e de “despotismo”, “tranquilo e silencioso”.¹⁴⁰ Essas adjetivações são absolutamente ideológicas. Está é a genealogia da “*pacífica scientiae occupatio*”. A pátria em estado solar diante das facções políticas e da parcialidade intelectual, e a ciência no controle das atividades historiográficas. Esses eixos formam um programa investigativo intersubjetivo. Merou afirma que “assim a história desta associação, durante mais de meio século, constitui a história intelectual do Brasil”.¹⁴¹

Outro sócio argentino, Lucas Ayarragaray, possui uma ideia clara sobre a “*pacífica scientiae occupatio*”. Para ele, o Instituto Histórico estuda, investiga e medita o que está disponível pela “civilização imaterial”, que, em suma, reúne tudo o que é de invisível junto à formação histórica nacional, ou seja, as suas próprias tradições e a sua memória coletiva (majoritária), não sendo uma perspectiva de história sem pregnância social, porém, legitimadora dos signos patrióticos e civilizacionais, o que implica, cabe dizer, usos políticos do passado. Essa proposta do sócio é agenciada pelo regime historiográfico moralista.¹⁴² De todo modo, a partir desse regime também se investiga, no limite, a pátria. É ressaltado, pois, que os interesses mais imediatos daquela congregação de historiadores estão relacionados mais especificamente com a valorização das origens e com a investigação dos caracteres morais que orientam a formação da nação. É obra de meditação, transcendência e desinteresse. A crítica moral é, cabe salientar, dotada de cientificidade, perfazendo a matriz disciplinar científicista. Porém, apresenta uma visão de mundo extremamente conservadora. Assim,

(...) a aristocracia, aquella que estudia, investiga, medita y trata de cimentar la civillización imaterial sobre lo espiritual y el ideal, es em todos los países uma

¹³⁹ Mais do que uma assimilação passiva da tradição há uma (re)invenção dela. A tradição é formada por um conjunto de elaborações simbólicas que é transmitido de geração em geração, tendo uma dimensão repetitiva. De todo modo, a tradição deve ser concebida como uma instância dinâmica, uma orientação para se adentrar o passado e uma forma de organizar o presente para o tempo futuro. Eric Hobsbawm assinala que “a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. Cf. HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. ____; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

¹⁴⁰ MEROU, Discurso... op. cit., p. 336.

¹⁴¹ Idem, p. 336.

¹⁴² Um adendo: a obra de Ayarragaray é marcada por um flagrante “racismo científico”.

minoria esclarecida. La del Brasil tiene aqui su cenáculo, à donde acuden de tiempo em tiempo sus representantes màs genuínos para discurrir sobre el origen y el fin moral de las cosas e desentrafiar de la subversión aparente fuerzas imponderables que elaboran e gobiernan. Asi construyen, recogidos em la meditación, la obra transcendental y desinteresada, que cumplará y ennoblecerá lo que em el porvenir há de constituir el gran Brasil, aureolado com la irradiación de las belas letras y de las artes.¹⁴³

Quer dizer, o IHGB é figurado, acionando a sua *persona*, como um lugar “tranquilo” e “autorizado” diante da causa maior da civilização imaterial, correspondendo a pátria, a cultura, o idealismo, a espiritualidade e a superioridade do pensamento. Há, no texto, certa dose de conservadorismo e aristocratismo. Mas a performance do regime historiográfico moralista atende a “*pacifica scientiae occupatio*”. O conhecimento elaborado por esse regime historiográfico, chancelado por aquela *persona acadêmica*, torna-se um antídoto potente para aquilo que Ayarragaray chama de civilização material, que concebe o mundo social através do imperativo imediatista da técnica, que de algum modo pode ser inimiga do progresso moral (conservador) como um todo.

A produção de uma ciência patriótica

A(s) ciência(s) da história produzida(s) no IHGB, e a *persona acadêmica* que abarcava essa dimensão cognitiva, tem como direcionamento a memória coletiva, elevando e fortificando o suposto caráter (homogêneo essencialista) do povo brasileiro. Para além das suas atribuições internas os seus resultados alcançavam, em última medida, desejos públicos: “nos desgostos e decepções da existência, a sua voz calma nos suscita serenidade e conforto”.¹⁴⁴ As crises políticas estavam sempre no horizonte, mas a pátria¹⁴⁵ e a ciência superavam os valores extra comunidade - um mote da “*pacifica scientiae occupatio*”.

A ideia de “*pacifica scientiae occupatio*”, a *persona acadêmica* orientadora das práticas do Instituto, direciona as formas específicas de fazer ciência da história em uma posição de longa duração.¹⁴⁶ Ela coadunava a sensibilidade do sujeito patriótico, preocupado com a

¹⁴³ AYARRAGARAY, Lucas. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVII, parte II, 1914, p. 524.

¹⁴⁴ CELSO, Discurso... op. cit., p. 149.

¹⁴⁵ Fernando Catroga oferece um quadro conceitual importante para que compreendamos o significado da noção de pátria, a qual se torna o remetente implícito da ciência da história produzida no IHGB: “No seu sentido mais estrito, ela englobaria, portanto, um território específico sacralizado pelos seus deuses (lares pátrios), onde se circunscreve um sentimento de pertença inclusivo e com fronteiras traçadas pela inserção e filiação dos indivíduos nos grupos de tipo comunitarista, dado que eles evoluíam tanto os vivos, como os morto e os que hão de vir”. CATROGA, Fernando. Pátria e nação. NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *Conceitos e linguagens, construções identitárias*. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 15.

¹⁴⁶ Essa disposição do conhecimento histórico relacionada com a cientificidade responde ao contexto epistêmico apresentado por Luciana Murari: “A atmosfera que respiravam estes intelectuais brasileiros nas últimas décadas do século XIX pode ser definida pelo que Ernest Renan, uma das grandes fontes desse novo pensamento, chamara

memória coletiva do país (excludente) com uma forma de elaborar o saber que respeitava a verdade, a objetividade e a imparcialidade – virtudes historicizadas. É essa fusão epistêmica que orientava a *persona* da agremiação.¹⁴⁷ Diversas vertentes de patriotismo e variados projetos de ciência eram abarcados pela comunidade de historiadores. Trocou-se o regime político e houve mutações na *episteme*, mas o Instituto, ao menos prescritivamente, se manteve sempre igual a si mesmo. Era uma concepção de política institucional que reunia, no limite, sensibilidade patriótica e científica majoritárias em moldes modernos. Desde 1838 assentavam-se em suas fileiras cientistas diversos, com seus estilos de pensamento¹⁴⁸ específicos, movimentando paradigmas diversificados, todavia relativamente colonizados. Ali estavam homens de letras de variadas estirpes, cientistas de todas as escolas, artífices mobilizando distintas formas de evocar o passado. Não havia mulheres. Havia certa pretensão de universalidade do saber em sua missão cultural. Em resumo, e partindo da percepção dos seus próprios sócios, o IHGB, nessa direção, era um “centro cultural” patriótico por excelência.

O presidente da instituição, Joaquim Norberto de Souza e Silva, por ocasião da posse de Joaquim José Gomes da Silva Neto, mostra uma face da “*pacifica scientiae occupatio*”: a de uma ciência que informa e está à serviço da esfera pública cívica - uma concepção de conhecimento de utilidade social. Porém, cabe ressaltar, não se trata de uma ciência partidária, posto que ela se pretende autônoma. Diz o presidente:

(...) consagrastes vossa atividade e solícitude no serviço da nossa bela pátria, como também preparastes, guiastes no caminho da vida jovens inteligências, que são hoje cidadãos presentes dessa mesma pátria, e, ainda mais, livrastes muitas vezes da opressão a inocência, ou com os arrazoados mostrastes muitas vezes os nossos tribunais onde parava a justiça, e qual a vereda a seguir.¹⁴⁹

Em seu discurso prescritivo sobre a história, Afrânio Peixoto assinala que o grêmio, desde a publicação dos seus primeiros estatutos em 1838, se porta de forma relativamente aberta para grande leque de pensadores. Além da produção científica, o Instituto se preocupa com a história pública, com uma epistemologia que defende a *autonomia*, a *imparcialidade* e a

de *fê na ciência*”. MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica*. Ciência e nacionalidade no país d’Os Sertões. São Paulo: Annablume, 2007, p. 32.

¹⁴⁷ A autonomia científica elaborada pelos sócios do Instituto remonta à uma tradição que tem como símbolo Galileu Galilei e a sua postura ante à Igreja. O que está em jogo é a possibilidade de conduzir a pesquisa dita científica sem intervenções externas: MARICONDA, P. R.; LACEY, H. A águia e os estorninhos: Galileu e a autonomia da ciência. *Tempo Social*, vol. 13, n. 1, 2001, pp. 49-65. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v13n1/v13n1a05.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁴⁸ Cf. FLECK, Ludwik. Consequências para a teoria do conhecimento da história apresentada a partir de um conceito. In: _____. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrifactum, 2010.

¹⁴⁹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Discurso de recepção do sócio Joaquim José Gomes da Silva. *RIHGB*, tomo LIV, parte II, 1891, p. 191.

objetividade, condições ideais para a promoção do dissenso em sua comunidade. Cabe mencionar que além de coligir, metodizar, publicar e arquivar os documentos necessários para a história, a geografia e a etnologia, também faz parte dos seus horizontes a promoção de conhecimentos na esfera do ensino público; divulgando cursos, conferências e publicações variadas, compreendo o que o estudioso chama de *educação nacional*. “Não só os geógrafos e os historiadores têm, pois, assento devido aqui, senão também os didatas, os professores ou escritores, todos aqueles que fazem objeto de suas investigações – a terra e a gente do Brasil”.¹⁵⁰

A *persona* domina a visão de história e de ciência do sócio José Maria Moreira, General do exército. O Instituto é visto como uma escola, “augusto e grandioso templo nacional”, “templo da religião da pátria”, em que “patriotas e previdentes” podem construir um tipo de ciência comunitária onde não há apenas um paradigma ou regime historiográfico dominante. Ao mesmo tempo percebe-se pregnância no sentido de ser um saber que se orienta para um fim identitário, no caso, o conhecimento da pátria (única).

Essas posições paradigmáticas eram todas de matriz eurocêntrica, mesmo com o processo de apropriação. Era um saber cívico o que se desejava. Tais eram os elementos da *persona* acadêmica e que perfaziam a concepção de ciência dos sócios do IHGB.¹⁵¹ A *persona* era, com o passar dos anos, cada vez mais subjetivada por aquela comunidade de historiadores, agenciando as atividades dos sócios. Uma ciência da história patriótica (majoritária), cívica (esfera pública republicana) e distanciada das paixões humanas (ciência experimental)¹⁵² era o destino do seu programa epistêmico-historiográfico.

José Higino Duarte Pereira possui uma visão comunitária da ciência que é produzida no Instituto Histórico republicano. Ele entende a instituição como uma “corporação”. Mas não é uma ciência fechada em si mesma e que não abrange temáticas sociais, porém, um saber que presta “relevantes serviços à história de nossa pátria”, ocupando, por isso, lugar destacado entre as instituições congêneres existentes no Brasil.¹⁵³ É necessário sempre dizer que a pátria como identidade nacional silencia agentes sociais e harmoniza diferenças sociais, naturalizando-as.

¹⁵⁰ PEIXOTO, Afrânio. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 85, parte II, 1919, p. 503.

¹⁵¹ MOREIRA, José Maria. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 90, parte II, 1921, p. 810.

¹⁵² As intrincadas relações entre paixão e razão acompanham a história da filosofia. Esse problema remonta, inicialmente, à Platão. A contenda entre essas duas dimensões é, na história da filosofia, “(...) marcada por um permanente conflito, em que a razão se colocava como capaz ou disposta a controlar e, quiçá, extinguir as paixões humanas, entendidas como apetites, desejos, sentimentos e emoções. Se quisermos estabelecer um conhecimento verdadeiro, uma política justa e uma vida ética feliz, deveremos dominar e extirpar o que é contingencial em nós, em nome do que é necessário e universal”. Isso vale para a história. CARVALHO, Alonso Bezerra de. Razão e paixão: necessidade e contingência na construção da vida ética. *Conjectura*, vol. 17, n. 1, 2012, p. 215. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/127115> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵³ PEREIRA, José Higino Duarte. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIV, parte II, 1891, p. 166.

De todo modo, essa relação com o mundo social não interfere, se vista pela ótica da sua política institucional, no princípio de autonomia daquela comunidade, assegura Pereira.

É como associação letrada, e como comunidade de historiadores atravessada por uma *persona*, que o IHGB recebe o sócio Felisbello Freire. Dois eixos são observados para a sua escolha: o “amor às letras” e seus préstimos aos estudos históricos, bem como a sua sensibilidade social. Ambas as qualidades solicitadas pelo *ethos* em questão.¹⁵⁴

Homero Batista salienta, em sua recepção, que são três as distinções que o levam a pertencer aos quadros sociais do Instituto: de homem público, de servidor da nação e de homem de letras. Essas categorias levam o IHGB a aceitar esse sócio em suas fileiras.

Vemos que se conjuga o trabalho intelectual com demandas que são da alçada pública. Essa era uma das condições para que a divisa “*pacifica scientiae occupatio*” se desenvolvesse nessa comunidade de historiadores. Para o grêmio eram recrutados os estudiosos que aspiravam um lugar em que se trabalhava os aspectos da cultura em geral e as preocupações patrióticas majoritárias em termos de saber produzido.¹⁵⁵ Lembramos que o referente historiográfico dos sócios era a pátria, instância que preservava a memória coletiva do Brasil e a sua identidade, transcendendo as disputas políticas, as paixões, o sectarismo e o subjetivismo. Uma pátria majoritária, cabe dizer, que emudecia diversos segmentos de identidade e de cultura.

A ideia de “*pacifica scientiae occupatio*” está presente no discurso de Antonio Olinto Pires, mais especificamente através da convicção que o IHGB é uma “assembleia de estudiosos” que se movimenta epistemicamente a partir do desinteresse (partidário), entregando-se à verdade das coisas transcorridas. Essa ideia não se desvincula da construção social da identidade nacional. O ideal da *persona* congrega essas duas perspectivas. A verdade (experimental) e a pátria (majoritária) acima das facções políticas ordinárias e dos sentimentos apaixonados. É, inclusive, por conta dessa concepção de ciência que o Instituto conseguiu adentrar ao século XX republicano. Ali conviviam monarquistas, republicanos, cristãos, ateus e sujeitos, em tese, com qualquer outro tipo de credo, desde que mantivessem duas ideias máximas: a “verdade” e o “culto da pátria”.

Tais deliberações não são menos importantes para a política, desde que seja um agir que suspenda as facções. É a ideia de pátria que assegura as atividades do IHGB. A pátria está, enquanto componente antropológico vital, em um movimento anterior ao da nação e da política. Essas duas instâncias são, em realidade, dependentes dessa noção. Mas tudo isso em uma

¹⁵⁴ ARARIPE, Tristão de Alencar. Discurso de recepção do socio Felisbello Freire. *RIHGB*, tomo LIII, parte II, 1890, p. 549.

¹⁵⁵ BATISTA, Homero. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 575.

perspectiva de história única, onde prevalece o conceito de história como singular coletivo. A “*pacifica scientiae occupatio*”, por meio da *Revista* e do regime historiográfico metódico, bem como através de outras atividades dos sócios, oferecia aos leitores de história e ao público em geral um horizonte tão amplo de entendimento da realidade histórica que “talvez não haja em nenhum outro país do nosso continente”. Quem percorre os seus trabalhos, de uma forma ou de outra, encontrará estudos relacionados às coisas da “nossa terra”, podendo dali “beber o filtro da verdade que os conforta e anima no prosseguimento de suas pesquisas e esforços”. A “*pacifica scientiae occupatio*”, que movimenta a matriz disciplinar cientificista da história, engendrava estudos que advém de “um remanso de confraternidade e de paz”, em que tudo era regido por uma fórmula epistemológica de longa duração, qual seja, o afastamento “do torvelinho das paixões e dos ódios, na convivência amigável dos cultores das ciências e das letras na intimidade salutar dos livros (...)”.¹⁵⁶ É uma obra cívica e imperecível, posto que a pátria, mais até do que a nação, supera os pensamentos estritamente político-partidários, os sentimentos próprios da paixão e da parcialidade. A pátria (majoritária), como lugar de origem, de civismo e de memória, formava o culto direcionador das atividades do grêmio. Era o seu remetente intelectual e a sua garantia de existência enquanto lugar autorizado de saber. Por meio do estudo da história pátria o Instituto Histórico pôde arrogar para a si a autonomia - fomentando o dissenso historiográfico - de sua performance institucional.

Afrânio Peixoto admite que o IHGB é o grande “centro espiritual de nossa nacionalidade”. Os sócios do Instituto, em um lugar comum naquela conjuntura epistêmica, são vistos como aqueles que desvelam a “alma do Brasil”, na medida que a trajetória da agremiação se confunde com a própria memória coletiva da nação. Desejava-se a preservação do plano ideológico presente nas formas do IHGB oferecer sentido para história brasileira. Se cria, dessa maneira, a ideia de uma história única com um sentido francamente essencialista.

Epitácio Pessoa também recupera a *persona* “*pacifica scientiae occupatio*” ao afirmar que a sua entrada para a comunidade científica do Instituto é a possibilidade de

concorrer quanto em si caiba, homem público e particular, para a prosperidade e renome desta patriótica instituição, para o engrandecimento deste edifício, majestoso que, no dizer de um dos seus notáveis fundadores, tem por alicerces profundos, sólidos, inabaláveis – o amor das letras e o amor da Pátria.¹⁵⁷

Temos o exemplo, ainda de 1889, da recepção do novo sócio Tenente-coronel João Vicente Leite de Castro. Na cerimônia, o então presidente do Instituto, Joaquim Norberto de

¹⁵⁶ Cf. VIEIRA, Discurso... op. cit., p. 341.

¹⁵⁷ PESSOA, Epitácio. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901, p. 195.

Souza e Silva, também mobiliza a *persona* “*pacifica scientiae occupatio*”. É por meio desse *ethos*, o programa epistemológico e de conduta da agremiação, que a instituição consegue, como vimos, sobreviver academicamente na Primeira República e se manter como a principal instituição que se dedica ao estudo da história. A obra que lhe deu acesso àquela comunidade de historiadores foi o *Dicionário Histórico das campanhas do Uruguai e Paraguai*, redigida, segundo consta, no calor da Guerra do Paraguai. Ela é uma mostra das faces do trabalho dito científico, em que se mobiliza as virtudes epistêmicas da sinceridade e do rigor, que se coadunam com o esforço do estudo patriótico. O trabalho aceito para o seu ingresso no IHGB prega o “culto da pátria”, sendo, ademais, considerado fonte para outros trabalhos vindouros, o que reforça a ideia de comunidade de historiadores. O sócio produz uma história dos vencedores, mesmo apelando para a *retórica da imparcialidade*:

O vosso patriotismo não vos impediu a imparcialidade, e expressaste os fatos dessa luta internacional com clareza e justiça; fostes sincero nos vossos estudos históricos, nos quais os futuros escritores encontrarão informações exatas e dignas da história, que só é valiosa e aceitável, quando respeita a verdade, e, portanto, a justiça.¹⁵⁸

Nas palavras de Edgar Roquette-Pinto, o IHGB pratica o mais nobre “culto do passado”, quer dizer, ele tem uma atividade conhecida por todos em razão do seu aspecto de continuidade de tarefas, bem como é um lugar em que se procura enaltecer o passado de modo eletivo. Vemos aqui mais elementos da *persona* “*pacifica scientiae occupatio*”.

Essa era outra forma com que o Instituto Histórico, entre outras maneiras, se legitimava como lugar de conhecimento autorizado para a produção do conhecimento histórico no(s) contexto(s) epistêmico(s) do período. Segundo o sócio, “aqui repousam as nossas mais puras tradições e se guardam com desvelo as lições dos que se foram”.¹⁵⁹ A distinção de poder participar do grêmio também estava inscrita nos horizontes da *persona*, ou *ethos* historiográfico, sobretudo, no que diz respeito a sua fama pública de lugar que apreende a história pátria (homogênea-unitária-essencialista):

Não recebi a distinção que me fizestes como se fosse um prêmio de virtude ou de saber: mas vejo nela o desejo de amparar, com o prestígio desta casa, um simples estudioso desta terra muito amada, a vontade de animar, de o guiar nas suas incertezas com a nossa experiência.¹⁶⁰

¹⁵⁸ ARARIPE, Tristão de Alencar. Discurso de recepção do sócio João Vicente Leite de Castro. *RIHGB*, tomo LII, parte II, 1889, p. 533.

¹⁵⁹ PINTO, Discurso... op. cit., p. 587.

¹⁶⁰ Idem, p. 587.

O arcebispo Joaquim Arcoverde, mesmo sendo religioso, também aciona a *persona* “*pacifica scientiae occupatio*”. Para ele, as atividades do IHGB se fazem conhecer e são conhecidas pela construção da “imagem da pátria”. A pátria mostra-se como o nó organizador dos laços de pertencimento virtualmente existentes entre homens e mulheres. Por outro lado, Arcoverde aciona o regime historiográfico metódico e coloca em relevo a razão, sendo a *persona* acadêmica totalmente contemplada: “desde o alvorecer da razão, já eu era estimulado a sacudir o pó que encobre os túmulos dos nossos velhos heróis, a evocar a sua memória, a interroga-los acerca de seus feitos e de suas glórias (...)”.

A *persona* está atravessada pelas noções de veneração e de justiça: o culto e a reverência do passado, a razão historiadora e a verdade. Além disso, argumentava o arcebispo Arcoverde que a partir dos “sacrifícios” dos “grandes varões ilustrados” se recolhia ensinamentos. Assim, as “dedicações pela pátria” os tornam “veneráveis” “no pedestal de honra em que os coloca a justiça da história para nos servirem como lição objetiva de patriotismo voraz”.¹⁶¹

Quer dizer, em suma, que a razão e o metodismo historiográfico mostravam-se como as disposições epistemológicas aptas a tornar presente tais lições. Não é menos importante assinalar que Joaquim Arcoverde concebia os sócios do IHGB como “sábios” e “patriotas”, isto é, as faces da “*pacifica scientiae occupatio*”.

Para Lucas Ayarragaray, o IHGB internaliza e subjetiva a sua *persona* acadêmica. Há meditação metódica em suas atividades de interpretação da realidade do presente pelo passado, “em harmonia com las transformações experimentadas por el sentido histórico y exhumando las cosas que fueran”.¹⁶² E assinala que mais do que eruditos, os sócios do IHGB são instados a serem psicólogos e sociólogos, estando aí visivelmente um pendor público para essa história que se quer realizar. Ou seja, a *persona* “*pacifica scientiae occupatio*” subjetivada por aqueles letrados quer investigar a pátria, emergindo daí, então, problemas de ordem pública (não partidária), como é o caso do descobrimento das raízes sociais e psicológicas do povo brasileiro.

Afonso Arinos de Melo Franco apresenta o Instituto como um lugar “augusto” e “venerável”, em que o passado ali cultivado ora causa-lhe um sentimento afável ora de terror. Essas adjetivações não dão outra ideia que não seja a de aristocracia intelectual. Mas o que importa dizer é que o grêmio congrega a cientificidade das atividades meditadas com as “recordações vivas dos grandes homens da Pátria”.

¹⁶¹ ARCOVERDE, Joaquim (Arcebispo). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXI, parte, 1898, p. 650.

¹⁶² AYARRAGARAY, Discurso... op. cit., p. 528.

As atividades meditadas ligavam-se ao caráter científico proporcionado pela prática dos sócios, sobretudo, em se tratando de uma comunidade científica atuante há mais de cinco décadas. Já as recordações vivas ligavam-se a um passado não apenas disciplinar, mas, sim, no âmbito da memória coletiva, do passado vivo, que age corporalmente e sensivelmente na vida dos sujeitos históricos. Então, a “*pacifica scientiae occupatio*” não se preocupava apenas com o passado disciplinar, mas também com o passado vivo, prático, do Brasil.¹⁶³

Essa *persona* acadêmica presente na instituição também é subjetivada por João Mendes de Almeida Junior. Para ele, quaisquer que sejam os fatores secundários invocados na formação do povo brasileiro há um princípio que domina o pensamento do Instituto: a unidade nacional mantida pelo sentimento patriótico e pela tradição. Observemos bem a ideologia da história única criada pela instituição. Esse horizonte da memória coletiva é devidamente racionalizado pela dúvida metódica, da forma estabelecida pela matriz disciplinar da história. Por conta disso ele “é o guarda vigilante de todos dos esforços dos maiores para formação de nossa unidade”,

(...) atestando a todo o momento que a soberania, expressão de personalidade política, não pode deixar de ser inteira, isto é: indivisível; que o princípio da personalidade coletiva, como a personalidade individual, reside na unidade da consciência e da vontade; que a consciência e a vontade, por produzirem a liberdade, não se podem afastar uma da outra em ponto algum; que não há meia soberania, assim como não há meia liberdade.¹⁶⁴

Em Aurelino Leal a *persona* traduz um “contato respeitoso com o passado” promovendo certo saudosismo em relação ao mesmo: a “comovente visão dos vultos das eras priscas; adoração de grandes personagens, revistas em efígie, construtoras do que somos e expoentes do que valem”.¹⁶⁵ Vê-se, especificamente aqui, que a *persona* chegava a ativar até mesmo uma dimensão ontológica da história via exemplaridade-passadista.

Desse modo, assevera Nicolau Debbané que se engana quem acredita que no IHGB há uma reunião de “sábios” que não possui outro fim que não seja o deleite do próprio espírito, ou seja, uma vã satisfação da própria curiosidade ou o prazer egoístico. Enganam-se aqueles que projetam na agremiação a caracterização de “assembleia” que tem por princípios apenas os estudos especulativos.

Não, meus senhores: o Instituto não é a tenda de Aquiles, é antes o centro de direção de luta, e o arsenal onde se fabricam as armas de ação pacífica, mas por isso não menos efetiva, em prol do progresso do Brasil: no frontão deste

¹⁶³ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903.

¹⁶⁴ JUNIOR, João Mendes de Almeida. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903, p. 221.

¹⁶⁵ LEAL, Aurelino. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915, p. 705.

edifício vós podeis também mandar gravar está divisa: ‘Aqui se aprende a defender a pátria’”.¹⁶⁶

É nesse sentido que os trabalhos do Instituto Histórico são figurados através de um cunho prático, de tal modo que todos os seus esforços convergem para um alvo comum, qual seja, o patriotismo cívico-ideológico, elo comum societário e fomentador da identidade.

O IHGB é considerado, para Carlos Vidal de Oliveira Freitas, uma “corporação científica” e uma “associação de doutos”, em que se fabrica e se cultiva as mais altas “virtudes morais e cívicas”. Lugar em que se fomenta “com amor o estudo da história”, o Instituto compreende, para esse sócio, uma “sociedade de homens de saber”, um “templo de saber” cujo “altar-mor é a pátria”. Ciência (experimental), pátria (majoritária) e comunidade de saber (elitista e conservadora) se intercambiam dando forma a *persona* acadêmica na instituição. Na agremiação se venera, munidos pelos artificios científicos e cognitivos, “a memória dos grandes cidadãos, grandes pelo saber e pelas virtudes, grandes pela abnegação com que serviram ao país”.¹⁶⁷ Formas possíveis de (ab)usos do passado

O IHGB apresenta-se, para além de uma corporação científica, como uma casa de “varões ilustres” que por meio dos seus trabalhos historiográficos “colorem” pontos significativos da identidade nacional. Os sócios são reconhecidos por serem “portadores de um saber ciclópico” e “venerados pela grandeza e qualidade dos serviços prestados não só a causa das letras, mas, igualmente ao bem-estar e progresso de toda a Nação”.¹⁶⁸

Nesse contexto ainda se acreditava no caráter ilustrado dos intelectuais, estabelecendo, na verdade, uma versão contemporânea do processo civilizador.

Para André Werneck, o estudo da história é a forma mais positiva de formar “bons cidadãos” através do estudo dos sujeitos e das situações históricas que criam a identidade nacional e despertam o desejo pelo conhecimento da história pátria.

Reconhecemos, aí, a conservadora história moral e cívica, o aprendizado da história verificado na matriz disciplinar da história naquele contexto. Desse modo,

(...) com clarividência verdadeiramente admirável, com abnegação dos seus interesses de momento, sem esperarem recompensas, e ainda muitas vezes tendo a ingratidão dos seus contemporâneos, incapazes de compreender as condições dos servidores da pátria, e que popularizam de preferência os demagogos e utopistas, os seus sócios buscam criar e

¹⁶⁶ DEBBANÉ, Discurso... op. cit., p. 653.

¹⁶⁷ FREITAS, Carlos Vidal de Oliveira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIII, parte II, 1900, p. 511.

¹⁶⁸ CAVALCANTI, Amaro. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897, p. 410.

preparar elementos que futuramente seriam a base de nossa prosperidade e grandeza.¹⁶⁹

Silvio Romero afirma, em sua posse, que os criadores do IHGB o intitulam de *geográfico, etnográfico e histórico* com a intuição clara de que os problemas nacionais, os mais sérios, os mais graves, os mais profundos, tudo aquilo que se pode chamar de *caso brasileiro*, passam pela ordem do conhecimento social. As gerações que sucedem os fundadores não desmerecem esse triplo empenho indicado. Romero argumenta que o Instituto tem, portanto, prestado relevantes serviços ao país e pode-se dizer que ainda empresta, naquele presente republicano, os subsídios para muitas ideias patrióticas.

Candido Luiz Maria de Oliveira e Joaquim Nogueira Paranaguá reforçam a *persona* acadêmica da instituição. Paranaguá o considera como um “tabernáculo de ciência” (experimental) “impregnado por uma atmosfera de civismo” (ideologia), em que diversos brasileiros prestam “serviços à Pátria” (história única). Eles representam a glória da pátria enquanto patrimônio a ser conservado. Quem adentra aquele recinto científico retira “lições de educação cívica” (conservadorismo) e de dedicação ao Brasil. Já Oliveira observa que dos salões da agremiação carioca “ecoam tradições do patriotismo e da ciência”, que conjugadas formam a “*pacifica scientiae occupatio*”.¹⁷⁰

Encontramos, nesse sentido, tradições inventadas em conversação com o eurocêntrico e com o etnocêntrico e uma ciência que acredita ser possível a neutralidade a zero grau.

A *persona* está presente, como vimos, no vocabulário historiográfico de Debbané, posto que para esse intelectual o Instituto é o lugar por excelência de culto aos “maiores de nossa terra”, buscando neles os exemplos para as gerações do presente: homens, brancos e da elite. Ali encontram-se, paralelamente, o domínio da ciência, do pensamento e da ação, em que estão situados os “obreiros” que promovem com sabedoria a prática historiográfica, responsável por brasileiros e por brasileiras conhecerem a sua cultura.¹⁷¹

Os trabalhos e as pesquisas realizadas no Instituto são como, valendo-nos de uma metáfora epistêmica de Alfredo Nascimento, a “arca santa das tradições”. Nele se arquiva a memória da nação e se confirmam os laços íntimos que compõem a experiência da história percebida enquanto singular coletivo, a qual suspende as formas identitárias de história que coabitam um mesmo espaço/tempo. Tanto o passado disciplinar quanto aquele que está vivo

¹⁶⁹ WERNECK, André. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897, p. 333.

¹⁷⁰ OLIVEIRA, Conselheiro Luiz Maria de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVII, parte II, 1904, p. 436; PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1905, p. 631.

¹⁷¹ DEBBANÉ, Discurso... op. cit., p. 652.

através da experiência da história - por isso falavam em termos de tradições - são acionados pela “*pacifica scientiae occupatio*” no sentido de identidade majoritária da história. Além disso, há a função pública da história que se apresenta por meio do trabalho com os vestígios das tradições. Eis, aí, o papel do IHGB como “associação científica”.¹⁷²

Enquanto isso, para Susviela Guarch a comunidade de historiadores do Instituto é admirada não só no Brasil como no exterior. É um centro destinado à “verdade” do passado para que se determine o “presente”. Sabemos, contudo, que a verdade é filha do tempo.

Essa é uma postura ideológica, pois a busca pela verdade do passado é um processo que envolve *políticas da memória*. Mas essa é uma filosofia que acompanha o grêmio e que estabelece, por meio da atuação dos sócios, a *persona “pacifica scientiae occupatio”*. Os sócios elaboraram, desde a fundação, essa divisa e a fizeram tornar-se uma marca epistemológica. Dois fatores sintetizam as atribuições dos sócios do IHGB: a união da memória e da inteligência; da pátria e da ciência. A sua *persona* vincula-se, assim, à “memória da ciência e da humanidade, onde encontra eterna consagração”.¹⁷³ Como mais um “obreiro da ciência” a fama pública da instituição torna Susviela Guarch tanto um patriota quanto um cientista. Em sua figuração republicana, ela aparece como uma “douta assembleia” de sujeitos preocupados com a história - científica e patriótica. Um tipo de ciência que instaurava uma artificialidade programada ao instituir o certo e o errado, a adequação das formas ou a sua inadequação por meio de um experimentalismo neutro, e uma pátria majoritária, ou seja, que unificava arbitrariamente aquilo que pertence e aquilo que não pertence às tradições nacionais.

¹⁷² SILVA, Alfredo do Nascimento. Um átomo da história pátria. *RIHGB*, tomo 55, parte II, 1892, p. 107.

¹⁷³ GUARCH, Discurso... op. cit., p. 227.

Capítulo 2 - Recepção, circulação e legitimação de obras históricas: a Comissão de história

No estado atual dos nossos conhecimentos, essas generalizações são arriscadas e, por falta de informações suficiente, podem degenerar em fantasias mais ou menos brilhantes. Mais profícuo é obter uma documentação segura.¹⁷⁴

Comissão de história

Uma tradição herodoteana? Narrativas de viagem como obras de história

Um mecanismo importante para o funcionamento do Instituto era a divisão do trabalho através de comissões. Havia a Comissão de geografia, de antropologia, de história, de redação, de admissão de sócios, subsidiária de história, orçamentária e de estatutos. Havia rotatividade, por meio de eleições, entre os seus membros. Reunidos os sócios dissertava-se, sob a forma de parecer, sobre questões específicas relacionadas às suas atribuições. Neste capítulo são analisados os pareceres produzidos pela *Comissão de história* do IHGB. Os membros que faziam parte dela eram os responsáveis por avaliar o mérito das obras remetidas pelos postulantes à sócios.

Os pareceres nos servem como amostragem para o entendimento do que era e de como se produzia uma obra histórica no contexto estudado. Esses trabalhos respondiam às disposições paradigmáticas que circulavam naquela comunidade de historiadores. Se uma obra era aceita, isso implicava que aquele trabalho estava legitimado pela matriz disciplinar. Os pareceres nos revelam as demandas epistemológicas colocadas às obras de história, qual o fluxo de temas requeridos e quais os modos de escrita acionados pelos pretendentes a novos sócios. Ser aprovado pela comissão significava a legitimação de toda uma prática historiográfica, de uma ponta à outra, do arquivo à escrita. Em outras palavras: o parecer favorável da comissão representava que o postulante à sócio podia ser apresentado como historiador. Tal aceitação nos permite a investigação dos valores que eram partilhados por aquela comunidade. Ao ser credenciado, o sócio passava a comungar de uma *persona acadêmica* e de uma matriz disciplinar, segmentos que amparam a nossa ideia de comunidade.

Uma recorrência nos pareceres remete-nos à consideração das narrativas de viagem como obras de história.¹⁷⁵ Isso por alguns motivos: esses textos possuem uma dimensão de

¹⁷⁴ Parecer da Comissão de história do IHGB sobre as obras de Franklin Dória. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 537-538.

¹⁷⁵ O recurso à narrativa de viagem não era novidade no IHGB, pois desde a fundação da agremiação ele fazia parte da elaboração do saber que se queria historiográfico. “As viagens científicas integraram, com efeito, as

visualidade que os tradicionais livros de história não possuem; eles fazem, por meio dos seus dispositivos de visualidade, os leitores sentirem-se participantes de uma comunidade imaginada; se tem a ideia que o viajante registra a verdade dos fatos, pois a visualização por meio da descrição implica que ele “esteve lá” e “viu”; esses relatos servem como fonte. É possível acompanharmos essas demandas, bem como a forma de recepção dessas narrativas de viagem, em alguns pareceres da Comissão de história.

Essa postura da comissão atualizava uma tradição antiga em que os relatos de viagem eram apresentados como obras históricas, praticamente seguindo a tradição herodoteana. Heródoto mobilizava o procedimento da autópsia e estabeleceu a figura do *Hístora* em suas narrativas. A autópsia traz a marca de enunciação “eu vi”, que possui a função disruptiva de provar algo em uma economia narrativa. O *Hístora* é a testemunha que sabe por que viu.¹⁷⁶

Tal disposição antiga de fazer crer e ver era complementada com o testemunho da audição, pois além de ter visto pode-se ouvir. Assim, a comissão aceitava como obra de história viagens que cumprissem esses requisitos e modos de performance narrativa.

Para emitir o título de sócio ao major João Vicente Leite de Castro julgava-se a sua obra *Dicionário geográfico e histórico das companhias do Estado Oriental do Uruguai e do Paraguai*, obra que veio a lume no volume 50 da *Revista*. O *Dicionário* tem como fonte um itinerário de viagem. Ressalta-se na obra os atos de heroísmo dos aliados na guerra do Paraguai, com a descrição minuciosa de lugares e de cenários onde se desenvolveu o conflito. É escrita com documentos oficiais, algo caro para os cânones, e vale-se da autópsia, pois ali estão testemunhos de quem presencia os fatos. Abre-se duas vias de observação que conferem credibilidade à obra: a indireta e a direta;¹⁷⁷ ambas oferecerem legitimidade a um texto que se quer de história naquela conjuntura.

A Comissão outorgou o título de sócio para Alfredo Ernesto Jacques Ourique em razão do estudo sobre as regiões limítrofes entre Paraná e Santa Catarina. É um trabalho dentro dos cânones da crítica histórica. Ele possui, então, “mérito científico”.¹⁷⁸ Há um lugar-comum na obra do autor: o apelo à narrativa de viagem.¹⁷⁹ Nessa viagem, Ourique oferece aos leitores a

primeiras propostas metodológicas do IHGB”. FERREIRA, Lúcio Menezes. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil Imperial. *História, ciência, saúde – Mangueiras*, vol. 13, n. 2, 2006, p. 276. Disponível em: <https://cutt.ly/ocLSCCw> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁷⁶ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Humanitas, 2014, p. 291.

¹⁷⁷ Sobre a observação, os seus limites e as suas potencialidades ver BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou, O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹⁷⁸ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Alfredo Ernesto Jacques Ourique. *RIHGB*, tomo LIII, parte II, 1890, p. 531.

¹⁷⁹ François Furet observa que grande parte dos relatos de viagem, no caso francês, estampam o título de história.

possibilidade de conhecer os indígenas da região Sul, o que mostra preocupações antropológicas em seu texto. A dimensão visual legitima o texto que se pretende de história. Na incursão pelo Sul, Ourique estuda as raças, os usos e as instituições indígenas. Narra fatos que os caracterizam, especialmente os Botocudos, a partir de um grau de desenvolvimento intelectual parelho ao das “raças mais adiantadas”, suspendendo teorias correntes como a da decadência indígena ou a da degeneração.¹⁸⁰

O bispo Carlos Luiz d’Amour também foi aceito pelo IHGB. Interessante observarmos que em princípio o religioso não produzia historiografia. A sua produção caracteriza-se por cartas pastorais, relatando visitas às dioceses. Nelas há, todavia, elementos úteis ao historiador: o conhecimento das populações interioranas do país *in loco*, pois as cartas pastorais eram narrativas de viagens, além dos fatos narrados interessarem à história religiosa do Brasil.¹⁸¹ Também as cartas pastorais de João Batista Correa Nery foram aceitas em 1909: eram sobre dioceses do Sul de Minas. Encontramos nelas o histórico das dioceses, as suas posições, os seus limites, a extensão geral de cada uma; as freguesias, a população e os aspectos culturais. As narrativas são legítimas pelo fato do narrador ser uma testemunha ocular. Assim, “as narrações de D. João Nery apresentam a vantagem de serem minuciosas e de trazerem informações históricas modernas”.¹⁸² O autor, além disso, visualizava lugares específicos e compulsava os arquivos das regiões visitadas, confirmando o que via. Um trabalho de historiador.

O Pe. Joaquim Souza foi aceito em 1897. A Comissão indica que *Sítios e Paisagens* é uma moderna crônica, em que o factual e o episódico informam totalidades processuais. Essa disposição se torna factível pelo empirismo do testemunho ocular. O autor preocupava-se com

Para uma abordagem sobre o conceito de história implícito nessa literatura de viagem ver FURET, François. “L’ensemble histoire” In: _____. FURET, François. *Livre et société dans la France du XVIII^e siècle*. Tomo II. Paris: Mouton and Co., 1970.

¹⁸⁰ Kaori Kodama assinala que as viagens para o conhecimento das populações indígenas era um recurso que acompanhava as pesquisas etnográficas durante o século XIX. Todavia, apesar “(...) de os letrados saberem que um dos requisitos ligados ao conhecimento científico deveria pautar-se no conteúdo verossímil do caráter da fonte, dado pelo testemunho ocular, sabiam também que este, por si, não era única garantia de um conhecimento ‘verdadeiro’ e científico”. KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasil (1840 – 1860): história, viagens e questão indígena. *Boletim Museu Emílio Goeldi*, Belém, vol. 5, n. 2, 2010, p. 264. Disponível em: <https://cutt.ly/ycLV0cm> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁸¹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Carlos Luiz d’Amour. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, pp. 363-364. No entanto, deve ser salientado que esse tipo de fonte é impregnado pela ideologia da Igreja católica. Portanto, o saber advindo da visão dos bispos deve, necessariamente, passar pelo crivo crítico do método histórico, mesmo que grande parte dos sócios possa concordar com o conteúdo das cartas em razão de serem cristãos. Para José Carlos Souza, o objetivo das cartas “pastorais é orientar, exortar e admoestar (...) as comunidades, tendo em vista os seus problemas e/ou necessidades”. ARAÚJO, José Carlos Souza. *A Igreja católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 102.

¹⁸² Parecer da Comissão de história sobre as obras de João Batista Correa Nery. *RIHGB*, tomo LXXII, parte II, 1909, p. 304.

a tríade coligada fatos, lugares e homens, numa “coleção” em que tudo se prende à história brasileira. Segundo a Comissão:

(...) tendo para cada um dos acontecimentos uma surpresa histórica, uma novidade, uma reflexão ou juízo circunstanciado e crítico; é enfim, um trabalho de merecimento, cuja leitura desperta o gosto pelas nossas crônicas, muitas das quais se acham esquecidas no interior do Brasil.¹⁸³

A Memória do Tuiuti rendeu a Francisco Manuel da Cunha Junior um lugar no Instituto. Ele participara da Guerra do Paraguai e as suas narrativas detêm o poder da autópsia: ele presenciara os fatos que relatava, descreve os acontecimentos e as batalhas: indica as posições dos exércitos, frisa as dificuldades das manobras, “que deviam ser operadas entre o minguido exército de três mil homens ante a enorme massa de inimigos”, cita as designações das brigadas, nomeia um por um os comandantes, dos oficiais aos soldados – “de tudo se lembrou para fazer justiça e de coisa alguma se esqueceu para mais realçar os méritos desses bravos”.¹⁸⁴ A testemunha ocular é tão precisa que os leitores “parecem presenciar” as batalhas. Outro elemento relatado é a memória do viajante: “desenvolvendo a sua narração prende os cuidados do leitor, a ponto de parecer que está presenciando essas lutas, onde pelejou-se com todas as armas desde o canhão 32 Withwort até a arma branca... a baioneta, a faca e o punhal”.¹⁸⁵

Around and about South America, vinte meses de estudo e investigações torna Frank Vincent sócio correspondente, com outro livro de viagens, que segundo os sócios se poderia ler com “satisfação” e com “interesse” historiográfico. O autor foi retratado como “sério”, “escrupuloso” e “verdadeiro”, dando aos leitores a medida do seu itinerário pela América e tornando visível os hábitos, as instituições e a história dos povos narrados. O autor da narrativa de viagem não exagera na “cor local” e é fiel à descrição testemunhal. A narrativa é viva, pois além das paisagens o elemento humano está presente. O seu olhar foi comparado ao do naturalista,¹⁸⁶ tamanho o espectro de minúcia de sua descrição e de sua autópsia, aspectos fundamentais de uma história que pela evidência faz ver.¹⁸⁷

¹⁸³ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Joaquim Silvério de Souza. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897, p. 355.

¹⁸⁴ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Francisco Manuel da Cunha Junior. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, p. 372.

¹⁸⁵ Parecer da Comissão... op. cit., 1892, p. 372.

¹⁸⁶ Os relatos de viagem de Frank Vincent não deixam de expressar as suas impressões pessoais sobre a experiência da viagem. Todorov assinala que, do ponto de vista dos leitores, o autor desse gênero literário-historiográfico deve narrar a descoberta daqueles sujeitos considerados Outros, os ditos “selvagens” de regiões longínquas ou representantes de civilizações não europeias. TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. *Revista de letras da UNESP*, São Paulo, vol. 46, n.1, 2006, pp. 231-244. Disponível em: <https://cutt.ly/fcZnebK> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁸⁷ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Frank Vincent. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, p. 406.

A obra *Expedição a Mato Grosso – A Revolução de 1906* foi aprovada em 1906, conferindo o título de sócio à Dantas Barreto. Os arguidores sinalizam que o seu livro não é de história *stricto sensu*, posto que o seu autor está próximo temporalmente do seu objeto de estudo. Ele está inserido em um momento no qual as paixões ainda estão vivas, resultando, em tese, na parcialidade do relato: “Impossível é apurar com perfeita análise os acontecimentos, suas origens reais, o caráter exato dos vultos políticos, que neles tomaram parte, o verdadeiro móvel de todos os seus atos e deduzir daí todas as considerações filosóficas que o caso suscita”.¹⁸⁸ Se o livro do General não se configurava como obra de história propriamente dita, poderia servir ao menos como subsídio para uma futura pesquisa. Os eventos beligerantes ocorridos em Cuiabá em 1906, que resultaram em uma “verdadeira guerra civil”, são retratados fielmente pelo militar. Frisamos que Dantas Barreto, mesmo sendo testemunha ocular do conflito, não demonstra parcialidade em suas análises – mesmo apresentando certa indignação sobre o comportamento do governo federal diante da população mato-grossense revoltada. Um adendo: o fato de se interditar uma história do tempo presente não impossibilita que parcela dos sócios se valham do horizonte regressivo da história.

Inferno verde foi a obra de Alberto Rangel avaliada pela Comissão. O livro não foi considerado obra de ficção e, também, não se encerra no estilo do autor. Mas os artifícios de ficção mobilizados, creditados como obra de artista, são tributários das viagens que o autor fez ao Amazonas, e devedores da observação, o que fez da obra uma sucessão de representações sociais reais. “A História não é, simplesmente, a exposição dos acontecimentos políticos, feita a abstração do meio físico e do Estado de cultura dos espíritos. Como observação dos fenômenos sociais, ela tem que atender a todas as condições, que os tornam possíveis, e os elementos de que se compõem”.¹⁸⁹ E foi feita uma “leitura euclidiana” da obra de Rangel, interpretação a qual se filia tematicamente, como podemos comparar através do prefácio¹⁹⁰ escrito pelo engenheiro-jornalista ao livro em questão, em que se ambiciona retratar problemas sociais congêntos da nação.

A história nacional em perspectiva regional

¹⁸⁸ Parecer da Comissão de história sobre as obras do General Dantas Barreto. *RIHGB*, tomo LXXI, parte II, 1908, p. 470-471.

¹⁸⁹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Alberto Rangel. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II 1912, p. 306.

¹⁹⁰ Euclides da Cunha apresenta a obra de Rangel enfatizando a sua escrita vingadora: “É uma grande voz, pairando, comovida e vingadora, sobre o inferno florido dos seringais, que as matas opulentas engrinaldam e traiçoeiramente matizam das cores ilusórias da esperança”. CUNHA, Euclides. Preâmbulo. In: RANGEL, Alberto. *Inferno verde* (cenas e cenários do Amazonas). Tours: Tipografia Arrault, 1927.

Topos temático recorrente nos pareceres da Comissão é o da história regional. Essa discussão não era nova entre os historiadores, posto que acompanha as dinâmicas de centro e periferia implicadas, desde os antigos, nas obras historiográficas. Nos contextos das historiografias clássica e moderna o centro nos remete, em termos de paradigma vigente, às regiões que consolidam a hegemonia, não só politicamente como em termos civilizacionais, como no caso da maioria dos países europeus de passado imperialista e dos Estados nacionais modernos. A escrita da história reproduz a lógica de poder política e a de distribuição espacial.

Na passagem para o século XX o conjunto de pareceres da Comissão nos faz refletir sobre o destino desse importante par de categorias, pois denuncia que uma das principais reclamações do momento é, justamente, a falta de histórias regionais, situação em que o par centro/periferia foi atualizado. Nas histórias regionais do período o centro estava na periferia, ou o todo estava nas partes, posição que pode ser confirmada pelo desejo dos Estados federados de possuir uma história republicana autônoma. Esse cenário tem como uma das suas mais notáveis perspectivas historiográficas a mutação na operação que tinha como fim último a elaboração de uma história geral do Brasil, desejada desde os primórdios do IHGB.

Desse modo, em 1889 foi avaliado o ingresso de Evaristo Castro para sócio. A obra remetida pelo estudioso foi *Notícia descritiva da região missioneira da Província do Rio Grande do Sul*. O autor analisou cada um dos Sete Povos das Missões, da sua fundação até a destruição, esclarecendo como ocorreu a colonização e investigou todo o processo de aculturação. Descreveu física e politicamente esses povos, dando a ver o passado dessas comunidades do nível tangível ao invisível. Nesse plano chegou, por meio de documentação oficial e fontes orais, aos usos e às instituições daquelas comunidades, dando conotação social à obra. O trabalho alcançou as demandas postas à historiografia regional: uma obra que se orientava a partir da escala local, evidenciou a aculturação, fez descrições físicas e políticas, descreveu os usos e as instituições de uma comunidade. Na Comissão argumentaram que seu livro de história regional era obra de história, de geografia e de etnografia¹⁹¹, o que implicava em uma consciência interdisciplinar.

¹⁹¹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Evaristo Afonso de Castro. *RIHGB*, tomo LII, parte II, 1889, p. 422. Na República se intensificou a problemática do regionalismo historiográfico, matéria entre os sócios desde a fundação. Ou seja, mesmo que ocorressem divergências, a relação dos Estados com o plano da nacionalidade era articulada por força do discurso. Os fatos históricos passados nos Estados da Federação eram considerados significativos e importantes, devendo se constituir como subsídios para a elevação de um passado nacional comum, servindo, então, à finalidade da elaboração e da legitimação do Estado-nação. MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da História e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

Novos temas passaram a ser demandados após a Proclamação da República. E mesmo antes: desde a recepção do cientificismo europeu novas formas de abordagem ao nacional foram acionadas, e dois elementos se tornaram mais evidentes: a reclamação por histórias mais regionalizadas¹⁹², colocando em segundo plano modelos como a História Geral do Brasil escrita por Varnhagen e temáticas que fugissem da abordagem no nível do empirismo ingênuo.¹⁹³

Tal foi o caso de *História da seca no Ceará (1877-1880)*, de Rodolfo Marcos Teófilo. O autor permaneceu, de início, detido nos protocolos do fazer historiográfico formulado pelos intelectuais fundadores do Império, iniciando a sua história com uma corografia, propedêutica da história, por sua capacidade de fazer ver o espaço. As primeiras histórias regionais modernas que se têm notícia eram corografias. Ele narrou a situação, limites, superfície, litoral, configuração física, constituição geológica; clima, estações, secas e os grandes invernos. Mas o seu estudo ultrapassou a corografia, pois dos elementos geodescritivos passou ao elemento humano, em simbiose com o meio. Teófilo era, como se deixa entrever, um adepto das teorias deterministas do meio: descreveu a indústria agrícola, a criação pastoril, o comércio, o movimento marítimo, as estradas de ferro, as rendas gerais e provinciais. É interessante como o macro está no micro. E, depois, ao âmbito das instituições: divisão civil, judiciária, executiva policial, eclesiástica e escolar. Era uma história total em que o nacional estava no regional, pois o tema da seca trouxera novos atores para a trama da história: mendigos, sertanejos, desvalidos, vítimas - todos sofrendo flagelos físicos e morais. Merece menção da Comissão o fato de o autor ser testemunha do seu relato, movimentando a autopsia.¹⁹⁴

¹⁹² A análise de Anne-Marie Thiesse sobre as relações entre regional e nacional na França da Terceira República (1870-1940) é útil para a compreensão do caso brasileiro: “O regionalismo correspondia a uma representação da nação como um conjunto de diversidades complementares. A unidade (nacional) é rica por suas diversidades (regionais): esta fórmula foi muito utilizada na época pelos países que atingiam a última fase do processo da construção nacional. Dessa forma, a unidade estando bem consolidada, a diversidade poderia retomar seu lugar, sendo a ela subordinada. Insistir sobre a complementaridade das diversidades geográficas era também uma maneira eficaz de ‘pacificar’ a sociedade, sugerindo que as diferenças sociais, também, fossem complementares e não devessem, portanto, suscitar antagonismos”. THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República Francesa. *Educação*, Santa Maria, v. 34, n. 1, 2009, p. 15. Disponível em: <https://cutt.ly/VcZbCHE> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁹³ No necrológico de Varnhagen, escrito em 1878, Capistrano de Abreu, a partir da crítica ao Visconde de Porto Seguro, sinalizava para as novas demandas colocadas à atividade historiográfica: “É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo porque se elabora a vida social”. ABREU, João Capistrano de Abreu. Necrológico de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: NICOLAZZI, Fernando (org.). *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República – 1870-1940*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 22.

¹⁹⁴ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Rodolfo Marcos Teófilo. *RIHGB*, tomo LII, parte II, 1889, p. 477-479. Para um enfoque teórico sobre a autopsia e a epistemologia da visão ver HARTOG, François. *Evidência da História...* op. cit., 2011.

Irineu Jofly foi aceito como sócio correspondente em 1891 por conta do seu livro *Breve notícia sobre a Paraíba*. Os arguidores alertaram que havia um “estado de ignorância” no que dizia respeito ao interior do Brasil. Por tal motivo, o de tornar o Brasil mais conhecido entre os brasileiros(as), havia mérito na obra; uma contribuição para a pátria.¹⁹⁵ Na organização do livro seguiu os protocolos: linguagem simples e sem atavios, enumeração sumária dos dados etnográficos, circunspeção geográfica do plano regional como abertura para os dados e os fatos históricos propriamente ditos. E novamente o fator de legitimação narrativa foi a autopsia: conhecedor das tradições locais, o autor agregava informações úteis ao livro, provenientes de suas incursões pelos sertões nordestinos.¹⁹⁶

Inocência Serzedelo Correia foi aprovado, em 1899, tendo em vista os méritos da obra *O Rio Acre (ligeiro estudo sobre a ocupação Paracicini no Rio Acre. Limites, navegação e comércio com a Bolívia)*. Interessante que por meio de uma temática regional Correia contribuiu com a síntese pelo fato da disputa no Acre entre Brasil e Bolívia estar colocada em perspectiva histórica, remontando do período colonial até o momento em que apresentou a obra.

Uma forma de atualização da historiografia imperial para a praticada na República foi o recurso aos jogos de escala. E a obra acima citada, partindo do jogo de escala entre regional e nacional, também se vale do *regime* historiográfico metódico, posto que instaura a dúvida sistemática para a análise dos tratados envolvendo os dois países.¹⁹⁷

Otaviano de Toledo ofereceu uma “memória” sobre Araxá à Comissão julgadora em questão. Consideramos importante o uso dessa expressão, pois as “memórias” no século XIX serviam como gênero preparatório para a história geral. Talvez o autor ambicionasse um estudo abrangente partindo da história regional. O que se retém como inovação é o capítulo dedicado à instrução, raro entre historiadores; sendo mais frequente entre ensaístas e publicistas. Tal tipo de estudo era considerado um dever patriótico.¹⁹⁸

¹⁹⁵ As viagens de Capistrano de Abreu ao interior do Brasil para o conhecimento das populações e da natureza sertaneja são sintomáticas dessa demanda historiográfica na Primeira República. Além disso, o conhecimento do interior do Brasil faz-se necessário para a “aplicação” das teorias mesológicas correntes no contexto. De acordo com Rebeca Gontijo, as “teorias mesológicas eram, então, amplamente aceitas como capazes de explicar as desigualdades sociais. Segundo Capistrano, a natureza é um dos ‘motores’ atuantes na ‘feitura do caráter nacional’. Outro ‘motor’ é a raça, seja ela admitida como produto da natureza ou como fator originário e irredutível. Mas, afirma o autor, meio e raça não são os únicos fatores a contribuir para a construção da estrutura social. Considerava ele que se ambos ‘agem sobre a sociedade, a sociedade reage sobre eles; o meio social de efeito passa a ser causa; de resultante passa a ser componente’”. GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 30, n. 59, 2010, p. 23. Disponível em: <https://cutt.ly/OcLHh43> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁹⁶ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Irineu Jofly. *RIHGB*, tomo LIV, parte II, 1891, p. 281.

¹⁹⁷ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Inocência Serzedelo Correia. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899, pp. 352-355.

¹⁹⁸ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Otaviano de Toledo. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, p. 299.

O padre José de Almeida foi aceito em 1894, sendo avaliado por um opúsculo sobre Barbacena. Observa-se no micro o geral, em obediência às demandas das histórias regionais.¹⁹⁹ Essa disposição de escala possibilitava uma história total. Diferentemente da história geral, essa história total não era empírico-cumulativa, mas representacional. Ela operava os saberes da corografia, da geografia, da etnografia e da história, o que nos permite afirmar que essas instâncias de saber são interdependentes no período estudado.²⁰⁰

Lucio de Azevedo foi aprovado em 1894 por *Estudos de história paraense*. O livro respeitava os cânones da crítica, revelando o seu “gênio investigador”, considerada pelos membros da Comissão como “conscienciosa”, “judiciosa” e “inclinada ao espírito da verdade”, qualidades que a fazem atender as diretrizes *metódicas*. Ela não se modula apenas no plano episódico, atingindo em seu estudo o plano das representações sociais.²⁰¹

Cincinato Braga foi acolhido no Instituto em 1895 com uma monografia sobre São Carlos. O trabalho foi considerado “conciso”, porém nos protocolos metódicos. Era uma outra obra de história regional que desejava fazer o interior do Brasil conhecido.²⁰² Chama a nossa atenção que essa monografia também foi categorizada como “memória” pela Comissão, indicando ser ela um trabalho preparatório e devidamente criticado: “Dando o devido valor a todas as parcelas que devem concorrer para a formação do grande todo da nossa história (...)”.²⁰³

Manoel Baena enviou duas obras para serem avaliadas: *Informações sobre as Comarcas da Província do Pará e Índice alfabético da legislação provincial do Pará, 1854 a 1880*. O parecer da Comissão indica que suas obras revelam disposição para o estudo da história pátria.

¹⁹⁹ As histórias regionais são assim classificadas em razão do elemento espacial ser colocado no plano das escalas. Deve-se ter em mente que a noção de espaço oferece a compreensão sobre as relações sociais, conflituosas ou não, nele desenvolvidas, permitindo assimilar as formas de vida através de tensões, de interações e de interpretações. A elaboração e a construção de uma escala local, por ser atividade de um agrupamento humano, compreende: estabelecimento de relações sociais (interatividade e complementaridade); identidade e memória cultural (sentimento de compartilhamento de pertencimento); particularidade política (representações, instituições); e a conexão entre as diferentes escalas da organização social (família, classe e intercâmbios extra grupais). Cf. BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 25-57.

²⁰⁰ Parecer da Comissão de história sobre as obras do Pe. José Joaquim Correia de Almeida. *RIHGB*, tomo LVII, parte II, 1894, pp. 302-304.

²⁰¹ Parecer da Comissão de história do IHGB sobre as obras de Lucio de Azevedo. *RIHGB*, tomo LVII, parte II, 1894, pp. 379-380.

²⁰² A história regional enquanto um lugar-comum na Primeira República obedecia ao seguinte pressuposto epistemológico: “trata-se de explorar a dinâmica segmentar e conflituosa pela qual uma forma de pertencimento territorial inscrita na ordem das relações metonímicas – ou seja, de uma alteridade que se estabelece na relação parte-todo – é integrada aos quadros de uma cultura nacional que lhe precede e dá sentido. A região, aqui entendida como classificação derivada de um processo anterior de unificação política, depende, como outras unidades de singularização cultural, da organização da experiência em um relato encadeado, capaz de oferecer um sentido de ancestralidade, isto é, de continuidade e coerência entre passado e presente”. NEDEL, Letícia Borges. Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 11, n. 19/20, 2004, p. 348. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6361> Acesso: 08 abr. 2021

²⁰³ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Cincinato Braga. *RIHGB*, tomo LVIII, 1895 p. 323.

Salienta, além do mais, as descrições geográfica e histórica minuciosas das regiões paraenses, destacando as faixas interioranas.²⁰⁴

Manuel de Oliveira Lima tornou-se sócio em 1895 por *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*. Suas qualidades de escritor foram admiradas: “deleite de leitura”, “trabalho de mérito real” e de “incontestável valor”. O trabalho representava, em última medida, o regionalismo historiográfico: “Gravitando em torno dos acontecimentos históricos de Pernambuco, que formam o assunto principal do seu estudo, o autor do livro nos dá em rápido esboço, como acessórios de seu tema, brilhantes páginas sobre toda a história do Brasil desde a sua descoberta até o momento atual”.²⁰⁵ A obra baseia-se em fontes críveis e criticadas, porém o escritor se faz presente. A narrativa “corre fluente” e “correta”, sendo ao mesmo tempo “sincera” e “desapaixonada”. Esses aspectos são, para não poucos sócios, dotes de um historiador.²⁰⁶ Para se fazer história regional havia a necessidade de trilhar todas as etapas da operação historiográfica. No limite, a história regional buscava ser a história do Brasil.

Em 1899 o Capitão Honório Lobo foi avaliado pela *Memória histórica sobre Paranaquá*. O livro aparece como outra obra de história regional. O autor remontou os primeiros povoadores da localidade, ainda no século XVI, em que narrou o movimento do sertanismo bandeirante, outra marca temática dessa historiografia. E trabalhou com vestígios arqueológicos encontrados naquela região para dar suporte à sua narrativa historiográfica, mobilizando, além disso, documentos oficiais da câmara e livros de memorialistas para fazer a história da cidade como parte da história de São Paulo, por sua vez parte da história do Brasil.²⁰⁷

Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis, precedida de um bosquejo histórico das descobertas das Américas credenciou Honório Lima a participar das atividades do IHGB em 1889. Essa obra distancia-se de uma história factual. A Comissão encontrou nela vários eixos temáticos: a história dos usos e das instituições, o descortino das tradições locais de Angra dos Reis, a análise das agremiações sociais, o comércio, a indústria, a riqueza patrimonial, as vias de comunicação, os produtos naturais, as causas de progresso e de atraso. A obra de Lima é um retrato das transformações por que passava a historiografia na época em sua luta para

²⁰⁴ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Manoel Baena. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895, pp. 377-378. Para Albuquerque Júnior, a historiografia regional não pode limitar-se a representar as localidades, estando distante de uma proposta em que há “um trabalho de explicação do regional”, “de elaboração do regional, de ressignificação, de atualização do sentido que a região possa ter”, “um trabalho de invenção ou reinvenção do regional e do local”. JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. “Receitas regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico”. *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio - Identidades*, Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008, p. 9. Disponível em: <https://cutt.ly/4cLCyAE> Acesso: 08 abr. 2021.

²⁰⁵ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Oliveira Lima. *RIHGB*, tomo LVIII, 1895, p. 324.

²⁰⁶ Parecer da Comissão... op. cit., p. 324.

²⁰⁷ Parecer da Comissão de história sobre as obras do Capitão Honório Décio da Costa Lobo. *RIHGB*, tomo LXII, 1899, pp. 319-320.

deixar de colocar a sucessão política no tempo, muitas vezes com ares de crônica, como *leitmotiv* da história.²⁰⁸ Mas que fique bem entendido: há certo rescaldo providencialista nesse livro. Outra história regional carioca é a de Felisbello Freire, *História da cidade do Rio de Janeiro*, na qual através do regional o autor opera uma espécie de síntese nacional. Foi ressaltado que a obra obedecia “aos métodos científicos da moderna ciência da história”, “jogando com todos os elementos para descrever os fatos”; revelando a “evolução geral dos acontecimentos” e a “marcha da civilização” naquele contexto regional, bem como atendendo a demanda por estudos sobre as instituições “e a formação do elemento étnico e a política”.²⁰⁹

Adelino Antônio de Luna Freire enviou, em 1898, para a Comissão uma série de títulos sobre a história de Pernambuco. O que está definido nos trabalhos dele como uma filosofia da história é a causa republicana em Pernambuco - que se manifesta desde os tempos coloniais, sendo reforçada pela Revolução de 1817 e pela Confederação do Equador. E aparece outro *topos temático* dessa historiografia: os Estados, ao contarem a sua história, agora a partir de um sentido republicano, buscam a origem e a prioridade dessa ideia. Vários Estados da Federação passaram a contar com histórias regionais da República.²¹⁰

Pedro Solto Maior também ofereceu um livro sobre a história de Pernambuco, no qual demonstra fatos e situações que comprovam a prioridade do Estado na luta pela Independência e na difusão das ideias republicanas. Porém, a organização da matéria do livro requeria cuidado e cautela visto que não se localizou um eixo norteador que ligasse a luta contra os holandeses à Revolução de 1848. A obra foi considerada uma ilusão teleológica, pois cada movimento em si possui, em sua avaliação, características próprias e situadas. Mesmo que sejam movimentos republicanos possuíam dimensões específicas.²¹¹

A história da *Sabinada* levou Braz do Amaral a fazer parte do Instituto Histórico. A exposição dos eventos foi considerada minuciosa, a narrativa atraente e as conclusões foram tidas como objetivas e imparciais; e mesmo não desvendando completamente quais os “instigadores” desse movimento sedicioso que custou alto número de vítimas, “oferece, contudo, um quadro fiel e empolgante dos tristes acontecimentos”.²¹² Sublinhamos que o

²⁰⁸ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Honório Lima. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1889.

²⁰⁹ Parecer da Comissão História sobre as obras de Felisbello Freire. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1902, p. 409.

²¹⁰ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Adelino Antônio de Luna Freire. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898, pp. 689-690. Sobre o caso de Pernambuco ver RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo memórias e histórias: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica/RJ, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=19904@1> Acesso: 03 dez. 2020.

²¹¹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Pedro Solto Maior. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1911, pp. 486-487.

²¹² Parecer da Comissão de história sobre as obras de Braz do Amaral. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1911, p. 480.

movimento não foi considerado, por esse autor, como um precursor da República. E por outro lado, cabe ressaltar, o Estado que colocou termo a revolta foi enaltecido.

Aníbal Veloso Rebelo estudou as tentativas de emancipação anteriores à 1822. Depois de evidenciar o papel importante do fator indígena nas lutas pela soberania, analisa criteriosamente o influxo das ideias liberais, trazidas no século XVII pelos beligerantes holandeses, além de realçar os impactos do ideário da Revolução Francesa aqui nos trópicos. O que se observa no trabalho de Rebelo, que integra as teses do *Congresso de História Nacional*, é a consolidação de um passado republicano, diferentemente do que ocorre com a história da Sabinada escrita por Braz do Amaral, através das revoltas ocorridas no período colonial.

Em suma, tal tipo de construção historiográfica ocorria desde a Proclamação da República, e na década de 10 já estava francamente estabilizada. Os Estados passaram, portanto, a ter as suas histórias republicanas.²¹³

Para além da história geral: modos da escrita da história

O projeto de uma história geral acompanhou o desejo das nações modernas. Conjugando perspectiva iluminista (civilização) e um ideário romântico (nação) as histórias gerais pretendiam um domínio total sobre os fatos. Esse gênero historiográfico promovia um jogo de escala que se estruturava do macro ao micro, do universal ao nacional, do geral ao particular, da nação para a região. Isso implicava em uma perspectiva política na qual a civilização se irradiava do centro para a periferia. Essa concepção de história aplainava e homogeneizava as diferenças sociais em prol dos laços comuns que formavam e fundamentavam a nação. A história geral era a soma das partes que formavam o nacional, com cronologia linear e ascendente. Esse gênero não abordava temáticas referentes ao presente. Por fim, a história geral era factual e não conceitual, porém, fortemente erudita.

A produção de uma história geral implicava na mobilização da metáfora do mosaico, quer dizer, os múltiplos relatos, as histórias particulares, poderiam ser totalizados pelo historiador. A história geral era, nesse sentido, concebida como a somatória dessas histórias especiais a partir de um horizonte mais amplo. O programa de uma história geral do Brasil demandava a solução de problemas políticos, estéticos e teóricos. Essa nova tecnologia historiográfica necessitava urdir um modelo explicativo geral, equacionar uma disposição de saber erudita, criando uma nova forma de relação com o Estado. Nos primórdios do IHGB o

²¹³ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Aníbal Veloso. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915, pp. 749-752.

modelo de história geral foi predominante frente as histórias particulares. A compreensão dirigida ao passado colonial em termos de continuidade suspendia, ou tornava marginal, a relativa performance autônoma desse tipo de história. Assim, a história geral era capaz de equilibrar, como no caso da *História geral do Brasil* (1854) de Varnhagen, a demanda erudita moderna, uma forma narrativa, herança das filosofias da história setecentista, e uma proposta de interpretação do Brasil que promovia o Estado como o grande personagem desse enredo

Na passagem para o século XX ocorreu a superação de tal modo de narrativizar a experiência. Havia uma série de interditos e de impossibilidades epistemológicas colocadas à História geral desde a década de 1870. De modo geral, passou-se a ver, por exemplo, o universal a partir do regional, mudando o jogo de escala macro/micro, considerando a proliferação de histórias regionais utilizando a parte pelo todo, o que implicava na regionalização monográfica do saber historiográfico do país, almejando a síntese histórica (evolucionista ou modernista), movimentando o conceitual diante do factual e o temático diante do cronológico. O que passou a mover a pesquisa historiográfica foram os problemas advindos do presente do sujeito cognoscente, abrindo a possibilidade para a emergência das especialidades da história.

Esse movimento epistemológico pode ser verificado, com riqueza de detalhes considerável, nos pareceres emitidos pela Comissão de história do Instituto, reproduzindo, mesmo que imperfeitamente, as transformações historiográficas mencionadas.

Apresentamos a seguir uma amostra de como os modos possíveis de escrita da história disponíveis no contexto republicano absorveram a retração do modelo de história geral, ou *síntese historicista*. Talvez o ensaio de interpretação do Brasil, a *síntese modernista*, seja o herdeiro das histórias gerais. Veremos, então, como as histórias particulares, ou especialidades da história, ou modos de escrita da história, se portaram diante das rupturas epistêmicas presentes através da perda do protagonismo do modelo historiográfico antes dominante. Essa disposição reabilitou modelos de história silenciados pelo projeto de história geral, e apresentou novos e/ou reformados modos historiográficos.

Tentamos demonstrar como o conjunto das transformações historiográficas na *episteme* republicana pode ser observado a partir de cada modo particular de história, avaliado pela Comissão de história.

1) Biografias históricas: A *História do General Osório*, de Fernando Luiz Osorio, foi analisada em 1895. Era obra projetada em dois volumes, mas apenas o primeiro foi publicado, o que oferece um indício de sua recepção: a Comissão diz que não é possível, tendo como base o primeiro livro, “estudar ou apreciar a unidade filosófica que deve presidir a todo o escrito

literário ou científico”.²¹⁴ Segundo ela, deveria haver uma razão, mesmo nas biografias, que orientasse a trama dos fatos, uma disposição de sentido que desse suporte ao enredo historiográfico, que direcionasse os fatos a partir de uma espécie de espectro plurievolutivo, o que no período se tornara possível através da sociologia.²¹⁵ O mérito da obra estava na compreensão do diálogo entre história geral e regional. Ressalta que a verdade sobressai na pena de Osório por seu metodismo²¹⁶, provocando nos leitores um “juízo reto” sobre o biografado, em que as manifestações da sua individualidade são colocadas em relevo.²¹⁷

Enquanto isso, os escritos de Velho da Silva, condensados em *Vultos da história pátria*, apresentam um panteão dos “grandes homens” republicanos, em que “eminentes patriotas” foram biografados, inserindo-os em todos os ramos da atividade humana. As biografias estão dispostas cronologicamente para não se constituírem em fragmentos, mas, sim, como partes ligadas entre si, decorrendo daí a realização do objetivo do ensino elementar: o estudo da história do Brasil através da biografia dos seus homens ilustres.²¹⁸

O livro de Afonso Celso apreciado pela comissão, *Vultos e Fatos*, é uma miscelânea que apresentava biografias de chefes e de ex-chefes de Estado e curiosidades de viagens. O Conde era, como é de conhecimento comum, um monarquista histórico, o que não o impediu de ser aceito como sócio. O mais interessante da obra é o retrato intimista de Pedro II nos momentos subsequentes à queda do Império. O Instituto abriu espaço para uma história do tempo presente, posto que está detalhado no livro, por exemplo, que a Pedro II repugnava em acreditar que fora traído nos atos que resultaram no *15 de novembro*. Em outro momento do livro, o do banimento da realeza, o ex-monarca é mostrado saudoso, mas jamais afeito a uma conspiração. Enfatizamos, então, essa história não oficial, intimista, de Pedro II.²¹⁹

²¹⁴ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Fernando Luiz Osório. *RIHGB*, tomo 95, parte II, 1925, p. 328.

²¹⁵ Sobre a dimensão sociológica subjacente a interpretação dos fatos históricos no contexto epistêmico da Primeira República ver NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836 – 1936. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, 2016, pp. 89-110. Disponível em: <https://cutt.ly/3cZqzEX> Acesso: 08 abr. 2021.

²¹⁶ Temístocles Cezar informa que desde o século XIX biografia e história dialogavam mediante à duas questões principais: “a constante busca de marcas de cientificidade e a tarefa de escrever a história da nação. Em ambos os casos, era preciso romper com a *poética da história* (...)”. CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, vol. 2, n.3, 2003, p. 74. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1042> Acesso: 08 abr. 2021.

²¹⁷ Parecer da Comissão... op. cit., 1925, p. 328.

²¹⁸ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Velho da Silva. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898.

²¹⁹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Afonso Celso. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, p. 374. Anos depois, entre 1913 e 1916, verificamos uma iniciativa de biografia que estabelece essa tensão “entre a vida pública e a vida privada na tentativa de traçar uma imagem complexa das personagens”. São as pesquisas sobre Domitila, a Marquesa de Santos, apresentadas por Afonso Taunay e Alberto Rangel. A diferença aparece no trabalho mais dedicado em todas as fases da pesquisa histórica por parte dos autores. De todo modo, vemos esse tipo de biografia ganhar terreno na Primeira República. ANHEZINI, Karina. Desnudar a historiografia na Primeira República:

O historiador argentino Adolfo Saldías foi aceito como sócio pelo livro *Rosas y su época*. A biografia retrata o contexto histórico, político e social, movimentando jogos de escala e faz da história de uma vida a história de uma época. Uma obra que se refere a um indivíduo e a um país estrangeiro não foi um interdito, pois a ciência da história é, no limite, cosmopolita: “A história, ciência cosmopolita por excelência, não comporta particularismos. Alteiem-se os acontecimentos, sobressaiam os lados nobres da humanidade, e em uma imensa tela, avistada de todos os pontos do horizonte, desdobrar-se-á o quadro majestoso da civilização ocidental”.²²⁰

Rodrigo Otávio submeteu o livro *Felisberto Caldeira (crônica dos tempos coloniais)*. Não era uma biografia que relatasse exaustivamente a vida de um indivíduo, mas uma forma específica de fazer história em que aparecem jogos de escalas a partir da narração sobre um sujeito construindo um contexto histórico. Pelas referências indiretas contidas no parecer da Comissão de história, essa relação do biografado com o seu contexto, ou de uma escrita biográfica que insere os sujeitos junto ao “meio”, é devedora das reflexões do intelectual francês Hippolyte Taine, através da ideia de “homem partícula”.²²¹

Uma biografia habilitou José Manuel Cardoso de Oliveira, a obra *Pedro Américo, sua vida e suas obras*. Destacamos que se trata de uma biografia com uma estrutura ainda próxima aos modelos antigos de história, pois é um panegírico encomiástico: elogio à vida do pintor Pedro Américo. Mesmo sendo um livro que prima pelo estilo literário e que movimenta o metodismo crítico, a Comissão considerou que em razão de “tudo elogiar” diminuía seu mérito, mas não deixava de ser louvável a forma como o autor conectou as principais obras de Américo com o espírito patriótico demandado pela conjuntura historiográfica.²²²

A Comissão julgou que a obra de Lafaiete de Toledo, *Os poetas mineiros*, deveria figurar na *Revista*. O estudo sobre os poetas de Minas Gerais é um trabalho que abrange a cultura em geral, demonstrando como a biografia era tida como fragmento desse âmbito; e não somente uma narrativa que encerrava a vida e a morte de um sujeito histórico.²²³

Entre as obras remetidas por Ernesto Sena foi destacada a sobre o *Conselheiro Antonio Ferreira Vianna*. O livro fugiu de uma análise focada na vida e na obra de um indivíduo, pois construiu, paralelamente, contextos históricos. Pela biografia narram-se contextos possíveis, e

Alberto Rangel e Afonso Taunay na construção da Marquesa de Santos. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (orgs.). *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 199.

²²⁰ Parecer da Comissão história sobre as obras de Adolfo Saldías. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899, p. 357.

²²¹ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 237.

²²² Parecer da Comissão de história sobre as obras de José Manuel Cardoso de Oliveira. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903, pp. 139-140.

²²³ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Lafaiete de Toledo. *RIHGB*, tomo LXV, 1892, p. 298.

no caso desta em específico passagens e situações relativas à política parlamentar imperial. Ressaltou-se, ademais, as faces do biografado: jornalista, orador, escritor e jurisconsulto. Não era uma biografia linear do nascimento à morte, mas, sim, uma biografia espectral, em que vários contextos emergiam em paralelo com a narrativa central.²²⁴

E o livro de Eugênio Egas sobre Diogo Feijó foi definido como obra conscienciosa e bem formulada, “(...) da qual pode-se extrair essa caracterização quem, dotado de penetração analítica e de capacidade imaginativa, quisser assinalar o valor social de Feijó na evolução política do povo brasileiro”.²²⁵ A partir da sua vida pública desenham-se as tensões e as disputas no pós-Independência. Mas não apenas a dimensão pública do Pe. Feijó foi narrada – a sua vida privada como religioso, professor e intelectual também foi abordada em um movimento de imbricamento dessas duas facetas, em que uma ilumina a outra.

2) História econômica: Liberato de Castro Carreira foi avaliado através da obra *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação*. A Comissão julgadora argumentou que os fatos tratados não eram novos, mas a disposição dos conteúdos, todavia, dava a entender que o seu fio condutor narrativo previa, em forma de antecipação, a República por meio do viés econômico. A Comissão apresenta o parecer que o autor lidava bem com a tarefa historiadora em sua totalidade. Reuniu materiais úteis, proveitosos e até então pouco trabalhados; e embora se “emaranhe em um dédalo árido”, que é o universo do econômico, achou um “fio de Ariadne” que o levou por “cardos e espinhos” até o fim do seu objetivo, compreendendo, pois, todo espaço da Independência do Brasil até a queda das instituições monárquicas. Assim, o estudioso demonstra como os mesmos elementos que organizam a Monarquia se mantem na República - tudo isso pela perspectiva econômica.²²⁶

Portugal econômico, de Anselmo de Andrade, é uma amostra que essa instituição podia ser considerada de interesse em outros países. A Comissão destacou que o autor analisou aspectos sociais, culturais e políticos pela lente econômica, compreendendo a economia

²²⁴As biografias escritas pelos sócios buscam, assim como era feito na Europa, elaborar contextos sociais. O gênero não é mais cingido pelo vaticínio da narração da vida do biografado do nascimento à morte. As biografias na passagem para o século XX são, no limite, espectrais. Elas passam a compreender aquilo que Pierre Bourdieu concebe como “pluralidade de campos de ação” em que o indivíduo se insere. Há, assim, a possibilidade de reconstituir o contexto, ou seja, a “superfície social” em que o indivíduo se torna agente. Cf. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaina (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

²²⁵ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Eugênio Egas. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913, pp. 536-538.

²²⁶ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Liberato de Castro Carreira. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, p. 273. Edgar Carone sinaliza que no contexto da Primeira República os estudos de história econômica passam a circular com maior intensidade. Cf. CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1972.

portuguesa desde a constituição geológica, passando pelo estabelecimento de latifúndios, as aptidões agrícolas e industriais, o movimento migratório, até chegar ao regime de propriedade, vendo a dinâmica do capital acumulado, a circulação fiduciária, os estabelecimentos de previdência e crédito, as taxas de juros e a exportação e a importação. Percebemos a realização de uma história da instituição economia.

Essa é uma das grandes transformações existentes entre a historiografia dos fundadores do Império e a republicana: a passagem da analítica dos costumes para a das instituições.²²⁷

Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho aborda a economia como instituição social. Historiograficamente, os seus trabalhos são metódicos, mas com a análise voltada para fontes que respondem a problemas econômicos. Assim, as histórias econômicas desde cedo estabelecem as suas identidades: “(...) apoia-se o escritor em copiosos dados estatísticos e fatos averiguados, confrontando-os com os de origem estrangeira, e revela-se conhecedor da situação econômica das nações europeias e norte-americana”.²²⁸

A Comissão avaliou *Allocution prononcée*, do Conde de Figueiredo, primeiramente pelo fato do livro se debruçar por um campo em desenvolvimento no Instituto, a história econômica, que conferiu o título de sócio ao Conde; e depois, por analisar com critério a evolução política e econômica operada no Brasil à luz dos acontecimentos do *15 de Novembro*, algo que mostra que o Instituto estava ciente da importância da produção de trabalhos que se valessem do olhar retrospectivo, destacando os estudiosos que se empenhavam nesse tipo de análise.²²⁹ Era um registro diferente da antiga economia política romântico-historicista, dado que se privilegiava a abordagem econômica de matiz sociológico a partir da preocupação com as instituições.

Em 1891, Antonio Francisco Bandeira Junior foi proposto para sócio. Em seus livros aparecem duas preocupações historiográficas em destaque: as condições possíveis para a realização de uma história do tempo aproximado, no caso a história do Império, e o estabelecimento de noções de história econômica. As notícias históricas abrangem ramos da administração pública: os ministérios de Pedro I, das Regências, da Menoridade e do Segundo Reinado; examina a dívida interna, a dívida flutuante, a dívida ativa, as receitas e as despesas do Brasil, a taxa de câmbio de 1853 até 1889, as rendas alfandegárias, entre outros problemas

²²⁷ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Anselmo de Andrade. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903, pp. 135-140.

²²⁸ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903, p. 135. Na década de 1940 já era percebida por alguns intelectuais brasileiros a importância da história econômica na Primeira República. GOMES, Angela de Castro. “Primeira República no Brasil: uma história da historiografia”. In: _____; MOURÃO, Alda (orgs.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Editora FGV, 2014.

²²⁹ Parecer da Comissão de história sobre as obras do Conde de Figueiredo. *RIHGB*, tomo LIII, parte II, 1890, p. 459.

econômicos. É da sua autoria, entre outros opúsculos, *Crise financeira e o elemento servil*, que traz novos problemas investigativos para a cena historiográfica republicana, por enfatizar, através do prisma econômico, os problemas gerais dos cativos.²³⁰

Fatos econômicos, de Miguel de Carvalho, aborda acontecimentos históricos que são analisados pela lente econômica, assinalando, então, a sua dimensão social. O autor apresenta a percepção do que era exigido: os fatos sociais deveriam ser classificados analiticamente, não mais como episódicos. Uma dessas classificações de fatos é a econômica.²³¹

A história econômica submetida em 1915, *A moeda circulante no Brasil*, credenciou Ramalho Ortigão, que abordou a natureza e a função da moeda. Para o caso brasileiro associa o seu estudo à grande inflação que o país vivia em 1915. O estudo da moeda e a sua interação social era considerado deflagrador de representações dignas de análise por intermédio de toda uma técnica historiográfica autorizada, o que implicava a classificação analítica e a explicação sociológica, via economia, das mesmas.

3) História do direito: Isidoro Junior concorreu a uma cadeira como sócio do IHGB, no ano de 1896, com a *História do Direito Nacional*, na qual compreende o direito como uma ciência social e o seu foco de estudo, as instituições jurídicas, como instituições sociais, comparando o direito romano e germânico com as leis dos primeiros povos ocidentais, que ainda se valem do direito costumeiro, no intuito de criar paralelos sociológicos. Discorreu sobre a organização do direito na Península Ibérica, estabelecendo como o direito se processa em Portugal - desde a contribuição dos povos que ali se estabeleceram até a instauração dos tratados de leis pelas dinastias, conciliando o plano jurídico com o social. O final do livro foi dedicado ao Brasil, as características das três raças formadoras da nacionalidade, e qual a contribuição de cada uma para o direito pátrio. E analisou como o direito relacionava-se com a colonização do Brasil, o que demonstrava a faceta social da instituição.²³²

²³⁰ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Antonio Francisco Bandeira Junior. *RIHGB*, tomo, LIV, parte II, 1891, pp. 208-209.

²³¹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho. *RIHGB*, tomo LXXXVI, parte II, 1913, p. 561.

²³² Parecer da Comissão de história sobre as obras de Isidoro Martins Junior. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896, p. 232. Mesmo privilegiando as instituições jurídicas como fenômeno social essa forma tradicional de abordagem da história do direito ainda é vinculada a uma espécie de tecnicismo exagerado, bem como orienta-se por meio de um excesso de erudição que priva o analista de mobilizar uma síntese interpretativa. Segundo Antônio Carlos Wolkmer: “Daí a historiografia jurídica presa aos textos legais e à exegese de seus corifeus orientar-se rumo, ora a um formalismo técnico-dogmático, ora a uma erudição antiquada da vida social”. WOLKMER, Antônio Carlos. Paradigmas, historiografia crítica e direito moderno. *Revista da Faculdade de Direito*, Curitiba, ano 28, n. 28, 1994/1995, p. 60. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/9368> Acesso: 08 abr. 2021.

João Mendes de Almeida Júnior foi recebido em 1901, com o *Processo criminal brasileiro*, obra que o classificou como jurista, historiador e escritor. Como jurista apresentou todo o aparato de saber do direito, considerando o apelo social da instituição jurídica, e como historiador colocou em perspectiva tal instituição mobilizando o regime historiográfico metódico. Como escritor, para além do estilo, observava-se a retirada do posicionamento autoral junto à estruturação da obra, na medida em que os fatos históricos respondem, em tese, a sistematicidade da ciência e do método.²³³

Outro livro de história do direito foi oferecido em 1915: *A política brasileira no Prata até a Guerra contra Rosas*, de Pinto da Rocha. Concedor do direito internacional ofereceu aos fatos a sua interpretação moral, histórica e jurídica. A Comissão faz um parecer rico em informações, assinalando que fazer história do direito é fazer história

(...) a monografia de Pinto da Rocha orna-se com duas virtudes de alto valor: tem o sentimento da História, isto é, traduz o sentimento geral, que as massas experimentam sem poder definir, e sobrenada, na poeira informe do fato, como nebulosa esparsa, de onde surgirão mundos – e indica a direção, que a Política imprimiu ou parece ter impresso às energias sociais, vencendo dificuldades criadas pela confusão de documentos, que ainda não sofreram desbastamento depurador da Crítica, nem foram sequer metodicamente classificados para o aproveitamento da história.²³⁴

Hélio Lobo foi credenciado em razão dos seus livros também fundirem história e direito. O estudo do direito em perspectiva histórica era uma das especialidades mais demandadas no contexto, posto que deixava à disposição do leitor a análise de instituições sociais. O livro era sobre os litígios de fronteira entre Brasil e Bolívia. O estudo do direito histórico abriu espaço para que o intelectual praticasse os modos da história diplomática.²³⁵

Se no Império encontramos a prevalência dos modelos de história filosófica e de história geral, que acima de tudo estavam preocupados com os costumes da sociedade, na passagem para o século XX o objeto de atenção passava a ser as instituições.

A monografia de Agenor de Roure, *Formação do direito orçamentário brasileiro*, apresentava direito e economia em perspectiva histórica. O livro abordou a evolução financeira

²³³ Essas propostas historicistas de apreender a história do direito, ocultando-se através do mito da neutralidade e da universalidade dos pressupostos científicos, distancia-se do “problema crítico do conhecimento histórico” e modula-se por meio de uma visada linear e conservadora”. HESPANHA, Antônio M. *A história do direito na história social*. Lisboa: Livros Horizontes, s/d, p. 9, p. 12-13.

²³⁴ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Pinto da Rocha. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915, p. 640.

²³⁵ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Hélio Lobo. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912, pp. 303-305.

do Brasil, destacando os princípios do direito orçamentário: a anualidade, a fiscalização e a prestação de contas, e como eles se cristalizaram na legislação brasileira. Conforme a comissão:

Não quis limitar o autor a apontar os princípios e as ideias à medida que as necessidades sociais lhes davam o corpo e as leis, ou a prática, lhes davam expressão jurídica. Penetrou mais no âmago dos fatos, para mostrar como eles repercutiam na formação dos orçamentos, e como estes devem ser compreendidos à luz da História, da Política e do Direito.²³⁶

Direito administrativo e ciência da administração, de Oliveira Santos, foi recebido de forma positiva em 1920. Segundo a Comissão, na “sistematização da vida social”, expressão do “equilíbrio das energias” que se unem para a formação da sociedade, o direito é um “fenômeno histórico”.²³⁷ De qualquer forma, estudá-lo sem atender às fases do seu desenvolvimento é, então, mutilá-lo, implicando no desconhecimento da sua função social.²³⁸

4) Antropologia histórica: A Comissão analisou, em 1889, o *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*, de Antonio Alves Câmara. O autor observara *in loco* as construções. Interessante notar uma primeira habilidade: ele coligiu vocábulos indígenas para adentrar a cultura. No mais, ele construiu fatos históricos com o auxílio dos instrumentos da antropologia, expondo instituições e usos para extrair o plano identitário daquelas populações, citando versos e desenhos oriundos desses povos.²³⁹ Praticamente ele montou um arquivo etnográfico.

O antropólogo Couto de Magalhães entrou para o Instituto devido aos discursos na *Sociedade de etnografia e civilização dos índios*. Esses discursos eram protestos contra a indiferença com os indígenas brasileiros. Os estudos etnográficos deveriam estar à serviço do bem-estar social desses povos. A utilização da linguística como um instrumento de análise tinha tanto uma função investigativa, dado que por ela se compreendia melhor os usos e as

²³⁶ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Agenor de Roure. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917, p. 683.

²³⁷ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Oliveira Santos. *RIHGB*, tomo 85, parte II, 1920, p. 459

²³⁸ Parecer da Comissão... op. cit., p. 460. O que é possível observar na recepção das obras de história do direito é uma tensão entre aquelas que recorrem às investigações do passado jurídico como uma maneira de legitimar o Direito diante dos defensores de uma ciência do Direito vinculada ao estudo da forma. Cf. WIEACKER, Franz. *História do Direito Privado Moderno*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967, p. 43; LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 82.

²³⁹ São modelos de análise linguística indígena os trabalhos realizados na passagem para século XX por João Capistrano de Abreu e por Karl von den Steinen. Embora as suas obras “não satisfaçam a muitos requisitos da moderna linguística descritiva (que elas precederam de muitos anos), podiam ambas ter provocado uma mudança radical nos estudos das línguas indígenas brasileiras. Steinen e Abreu puseram completamente de lado a preocupação imediatista de formular regras para eventual aprendizado prático sofrível da língua em questão, para descrever, como descrevem, cientificamente, tão objetivamente quanto lhes foi possível, as línguas que tiveram ocasião de documentar. As descrições de ambos são baseadas antes de tudo, como se requer das descrições modernas, em textos nativos, e a de Abreu é acompanhada da maior coleção de textos indígenas que já se editou no Brasil”. RODRIGUES, Aryon D. Os estudos de linguística indígenas no Brasil. *Revista de Antropologia*. São Paulo, vol. 11, 1963, p. 11. Disponível em: <https://cutt.ly/zcZdngt> Acesso: 08 abr. 2021.

instituições dos indígenas, quanto pública, já que era um canal possível para agregá-los à sociedade - considerando o processo de aculturação que isso resulta.²⁴⁰ A linguagem dos indígenas deveria ser descrita densamente e por meio de fontes primárias.

O IHGB avaliou, em 1889, a obra *Origem das espécies e América pré-histórica*, de Feliciano Bitencourt. A Comissão disse que a primeira parte da obra nada tinha de histórica, mas possuía alto “valor científico”, “e só por ela vê-se que seu autor está habilitado a ser excelente auxiliar nos nossos trabalhos”.²⁴¹ Era importante, e o trabalho de Bitencourt corroborava isso, conhecer a origem de homens e de mulheres, os antepassados, à época de suas aparições na terra para que se observasse o desenvolvimento histórico. O autor era adepto do poligenismo e partidário da teoria dos centros múltiplos de criação.²⁴² O estudioso se mostrava aberto às doutrinas científicas que circulavam no país. A sua escolha como sócio demonstrava que o IHGB era um dos locais de recepção dessas ideias e espaço importante para elas.²⁴³

Romaguera Corrêa concorreu ao posto de sócio em 1898, enviando à Comissão de história o *Vocabulário rio-grandense*, um estudo sobre as línguas indígenas localizadas no Rio Grande do Sul. Observamos, nesse sentido, que esse é um tema clássico e fundamental para a realização da história do Brasil, pois desde ao menos Humboldt considerava-se a língua dos indígenas como vestígio possível para reconstituir a história desses povos.²⁴⁴ O que podemos observar é uma maior sistematicidade analítica que se queria científica.

João Maria Pereira de Lima submeteu *Iberos e bascos*, remontando às origens primitivas de Portugal em busca da “ancestralidade” nacional, algo que até aquela quadra de tempo não era abordado, via de regra, pela historiografia portuguesa que situava a sua identidade a partir do cristianismo e do estabelecimento da primeira dinastia. A sua posição etnográfica sofreu questionamentos por parte da Comissão: o seu monogenismo naquele contexto intelectual específico era alvo das mais variadas controvérsias antropológicas.

²⁴⁰ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Antonio Alves Câmara. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901.

²⁴¹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Feliciano Pinheiro de Bitencourt”. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1889, p. 421.

²⁴² Parecer da Comissão... op. cit., 1889, p. 421.

²⁴³ De acordo com Lilia Schwarcz, os monogenistas compõem uma vertente majoritária de compreensão da natureza humana e de sua origem até meados do oitocentos, baseando-se no humanismo e em princípios bíblicos, decorrendo dessa postura a ideia de que a humanidade é uma só. Já os poligenistas, que emergem após a segunda metade do século XIX, acreditam na pluralidade de centros de criação como espelhamento às diferenças raciais, o que fortalece a perspectivas biologizantes em sua disposição de taxonomizar os comportamentos humanos, considerados determinados por leis naturais. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

²⁴⁴ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Romaguera Corrêa. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898, pp. 693-694.

A monografia de Moreira Teles, *O Brasil e a emigração, notas de estudos de Brasil e Portugal*, é um trabalho interdisciplinar. O autor à primeira vista tem por objeto a vida econômica nacional sob o ponto de vista das relações entre Brasil e Portugal, passando ao assunto da imigração, que naquele contexto era um problema antropológico. Para ele, os melhores imigrantes para o Brasil são os portugueses, porque o povo necessita manter a sua unidade étnica, abalada pelo processo de miscigenação, ou “pela assimilação tumultuária de vários elementos estranhos”.²⁴⁵ A mestiçagem era, pois, motivo de disputas intelectuais.

5) História da arte: Ernesto da Cunha de Araujo Vianna ofereceu uma monografia, bem aceita pelos sócios da instituição, sobre história da arte. A sua especialidade era a análise de pinturas, de esculturas e da arquitetura. Os participantes da Comissão consideraram inegável a relação das produções artísticas com a “dinâmica social”. As fontes para o estudo da história foram telas, estátuas, cenóbios e catedrais. “E como as manifestações estéticas constituem apanágio das civilizações duradas no cadinho da multimilenária história humana, complexa é a sua apreciação integral que demanda sólidos conhecimentos práticos e fortes estudos de Sociologia – donde há notória escassez dos críticos de arte, digamos de tal nome”.²⁴⁶

Laudelino Freire produziu uma monografia sobre a história da arte vivamente aceita no IHGB em 1917. A Comissão considerou que o autor transmitiu com detalhamento os traços característicos da evolução da pintura do Brasil em todas as suas fases, com boas biografias sobre pintores brasileiros, além da reprodução de seus quadros. Em suma: a obra de Freire é

produto valioso de paciente investigação, estimulada por dois sentimentos nobilitantes: o carinhoso interesse pelas coisas da pátria e o gosto artístico a traduzir-se no estudo, na crítica e no apreço das produções daqueles que têm o dom de exprimir os encantos da forma e da cor, transportando e fixando na tela pedaços espiritualizados de natureza.²⁴⁷

²⁴⁵ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Moreira Teles. *RIHGB*, tomo 83, parte II, 1918, p. 308. Desde a emergência e a circulação de ideias e de teorias raciológicas no país o Brasil é concebido como um espaço de mistura racial, “com todas as implicações que isso traria em termos de (im)possibilidade de progresso e de civilização. De acordo com as teorias raciais, a mestiçagem emergia nesse momento como incógnita, uma ambiguidade que pairava sobre a ideia polêmica de paraíso racial. Ao mesmo tempo mácula e singularidade, a mescla das raças significava a degeneração e a ameaça ao futuro, mas também despertava curiosidade de estudiosos nacionais e estrangeiros”. DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Tempo*, vol. 13, n. 26, 2009, p. 60-61. Disponível em: <https://cutt.ly/PcLOmTe> Acesso: 08 abr. 2021.

²⁴⁶ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Ernesto da Cunha de Araujo Vianna. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915, p. 787.

²⁴⁷ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Laudelino Freire. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917, p. 682.

Cousas do passado, de Escragnolle Dória, era mais um livro que recolhia temas fora do eixo temático da formação nacional. O livro, de forma inovadora, oferece um quadro geral da arte brasileira e uma “história do cotidiano”.

Esses temas, no contexto da República, ganham força e tornam-se populares, fazendo com que o leitor de história tivesse maior variedade de assuntos para estudo, ou por interesse de pesquisa e erudição ou mesmo para satisfazer a sua curiosidade.²⁴⁸

Aspectos da arte brasileira colonial, de Antonio da Cunha Barbosa, é recebido em 1898. A Comissão informou que o livro demonstrava monumentos valiosos cujo subsídio material era suficiente para a reconstituição da arte do período colonial. A arte era vista como fonte e como estímulo de análise, mostrando a abertura para problemas e objetos atualizados na passagem para o século XX com o IHGB como um importante palco para essas renovações. A Comissão reservou atenção em seu parecer ao afirmar que o autor não era apenas historiógrafo, narrando cronologicamente a sequência de pintores e escolas artísticas, mas se mostrava, igualmente, como crítico da arte, fazendo apreciações estéticas das obras na duração.²⁴⁹

6) História religiosa: O ingresso de Dom João Esberard foi assegurado por suas obras, consideradas como um “passaporte para a sua peregrinação no mundo das letras e das ciências”.²⁵⁰ A monografia remetida à comissão abordava temas que emergiam na virada para XX. Ela é um estudo histórico-litúrgico sobre a Rosa de Ouro oferecida na ocasião em que o Papa Leão XIII abençoou a princesa Isabel por conta da promulgação do *13 de maio*, estudo considerado inovador para época por se dedicar à análise das representações.

Vicente Lustosa foi recebido por *A Igreja Católica e o Estado*, livro cuja temática não se vinculava ao problema da formação nacional. É um estudo de caso. O seu eixo orientador é político e situado em um contexto aproximado. Lustosa investigava todas as consequências políticas da separação entre Estado e Igreja católica na República, com argumentos até o plano cultural. A cisão entre essas duas instituições levava a transformações de natureza moral na sociedade. É o relato do processo chamado pela historiografia de “romanização”.²⁵¹

²⁴⁸ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Escragnolle Dória. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912, pp. 231-232. “No final do século XIX, como sabemos, houve uma grande mudança, especialmente da pintura. Os velhos temas históricos, tratados de forma retórica, perderam grande parte de sua importância. E um enorme interesse pela vida cotidiana tornou-se mais atrativo em uma sociedade em processo rápido de modernização”. PEREIRA, Sonia Gomes. Revisão historiográfica da arte brasileira no século XX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 54, 2012, p. 106. Disponível em: <https://cutt.ly/JcZy3i9> Acesso: 08 abr. 2021.

²⁴⁹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Antonio da Cunha Barbosa. *RIHGB*, tomo LXI, 1898, p. 640.

²⁵⁰ Parecer da Comissão de história sobre as obras de João Esberard. *RIHGB*, tomo LIV, parte II, 1891, p. 252.

²⁵¹ O processo de romanização, que não é um movimento homogêneo e vertical, pode ser resumido na aproximação das lideranças políticas da Igreja católica brasileira com as diretrizes do Vaticano, em termos de postura institucional e de liturgia. Essa movimentação ganhou força com a Proclamação da República e com o fim do

O livro de Paulo Barreto, *Religiões do Rio*, ocupou lugar destacado entre as obras de história disponíveis. A obra foi considerada única em seu gênero na literatura local. A Comissão argumentou que havia vários títulos circulantes no país capazes de detalhar os quadros sociais da nação, desde o romance até os livros de viagem, porém, poucos abordavam o elemento da crença - vital para a vida social. O livro tem “tom histórico, porque fotografa o Estado d’alma fluminense num período de sua evolução”.²⁵² Destacamos que é uma história secular das religiões, que respondia aos reclames da matriz disciplinar da história, com pendor metódico-cientificista, diferente das tradicionais histórias eclesiásticas.

7) Historiografia literária e forma literária: Eduardo Prado foi aceito como sócio com *Le Brésil*, uma síntese histórica dos movimentos literários brasileiros. Ressaltamos que a Comissão considerava o fenômeno literário fonte de destaque para se acessar a realidade histórica, como era para os românticos: o espelho da nação. Outro ponto sublinhado é que Prado vale-se do metodismo historiográfico para criticar as correntes literárias, as obras e os seus autores. Fazer história da literatura era, portanto, também fazer história.²⁵³

O IHGB se mostrava, por meio da sua Comissão de história, aberto à múltiplas tendências e formas de praticar o *métier*. É o caso de Tristão de Alencar Araripe Junior, que foi aceito sócio por conta das suas obras histórico-literárias. A Comissão julgava que por meio do *romance* poder-se-ia acessar uma dada realidade histórico-social. Acenava-se, portanto, que o romance tinha condições de se tornar um documento, cabendo aos historiadores torná-lo um vestígio tangível do passado. Destacamos que os participantes da Comissão encontraram no romance de Araripe Junior pesquisa histórica para a reconstituição dos cenários e das personagens das suas tramas, como em *Reino encantado*.²⁵⁴

regime do Padroado. Ver MARIN, Jéri R. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. *Revista de Ciência Humanas*, n. 30, pp. 149-169, 2001. Disponível em: <https://cutt.ly/rcL2rBI> Acesso: 08 abr. 2021.

²⁵² Parecer da Comissão de história sobre as obras de Paulo Barreto. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907, p. 690.

²⁵³ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Eduardo Prado. *RIHGB*, tomo LXII, 1899, pp. 309-310. O livro de Eduardo Prado se enquadra em uma longa tradição que concebe a literatura como um documento revelador da realidade histórico-social: “Ao longo de nossa história político-intelectual, as mais diferentes correntes de pensamento tenderam a conceituar a literatura enquanto instância portadora e/ou refletora do mundo social. Assim, a produção literária aparecia como reflexo imediato e diretamente condicionado pela ordem social. Raros foram os nossos autores que se rebelaram contra esse paradigma de análise, buscando formas alternativas para pensar a relação literatura-sociedade. Os que tentaram esse caminho foram tachados de alienados, alienígenas, e definitivamente proscritos da legião dos escritores consagrados. Afinal, a grande acusação que sobre eles pesava era séria: desconhecer a nação”! VELLOSO, Mônica P. A literatura como espelho da nação. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 239. Disponível em: <https://cutt.ly/GcZQup8> Acesso: 08 abr. 2021.

²⁵⁴ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Tristão de Alencar Araripe Junior. *RIHGB*, tomo LVI, parte II, 1893, pp. 166-167.

8) História social: *Hospital dos Lázaros*, de autoria de Francisco Batista Marques Pinheiro, foi analisado em 1895. É considerado inédito, entrando no arco de atualização dos estudos históricos. Foi ressaltado pelos avaliadores a diligência do pesquisador em dar todos os contornos do hospital, com as suas instalações no geral e as características do seu funcionamento. O mais importante: o autor fez uma análise social da doença, que naquele contexto era um sinal de exclusão. Estava, aí, a inovação dos estudos de Pinheiro: ele colocou luz alta sobre sujeitos excluídos, marginalizados e estigmatizados pela sociedade, mesmo que sob uma ótica racionalizadora que classificava os agentes sociais.²⁵⁵

O estudo de João Tolentino Guedelha Mourão sobre o divórcio foi acolhido em 1902. Temos por meio dessa pesquisa outra monografia fora do eixo da formação nacional. Os novos temas abertos na passagem do século XX deram condições, pois, para o estudo das instituições e suas representações, como é o caso da análise sobre o divórcio. A pesquisa colocou em evidência as consequências sociais do divórcio em uma sociedade majoritariamente cristã, em que havia formas distintas de encarar essa instituição, dependendo do gênero. E todas as consequências foram apresentadas, sobretudo, aquelas que estigmatizavam a mulher divorciada. Podemos classificar a obra como um estudo sobre as representações sociais.²⁵⁶

A monografia *A mulher e a guerra*, de Érico da Gama Coelho, é uma exposição temática do modo pelo qual as mulheres se relacionam com a guerra, na perspectiva da erudição histórica. A obra, fartamente documentada, vai do mito das Amazonas às guerras contemporâneas. O autor coloca em relevo que as mulheres aparecem como protagonistas da história. Há uma proposta analítica de caráter psicológico no que tange às mulheres nos campos de batalha: elas desaprovam a guerra agressiva, mas eram de um valor heroico, de uma abnegação incomparável na guerra defensiva.²⁵⁷ No final fez uma defesa delas no mundo contemporâneo, destacando os seus direitos sociais usurpados. Mesmo assim as mulheres, nessa obra em específico, não estavam totalmente livres dos recorrentes preconceitos de gênero.

O que fabrica o historiador quando faz história? Um elogio aos metódicos

²⁵⁵ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Francisco Batista Marques Pinheiro. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895, pp. 316-317. Um breve panorama sobre a história da saúde pública, que nos faz localizar historiograficamente o exercício intelectual de Francisco Batista Marques Pinheiro, pode ser verificado em ROSSI, Daiane Silveira; WEBER, Beatriz Teixeira. Apontamentos historiográficos sobre a história da saúde pública. *Anais do XVII Simpósio nacional de história conhecimento histórico e diálogo social* – ANPUH, Natal: UFRN, 2013.

²⁵⁶ Parecer da Comissão de história sobre as obras de João Tolentino Guedelha Mourão. *RIHGB*, tomo LXV, parte II, 1902., pp. 491-492.

²⁵⁷ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Érico da Gama Coelho. *RIHGB*, tomo 80, parte II, 1916, p. 608-609.

O que os pareceres da Comissão também nos revelam é a caracterização ideal do ofício do historiador. Esses pareceres, de uma forma ou de outra, não circunscreviam apenas a narrativa da história, a última parte da operação historiográfica, mas descreviam todo o processo cognitivo, metódico e técnico que envolvia a fabricação do conhecimento histórico. Em outras palavras, ao julgar os méritos das obras de história que os postulantes à sócios do IHGB remetiam àquela Comissão os avaliadores expunham as dimensões do fazer historiográfico.

Os pareceres da Comissão de história nos servem, dessa maneira, como vestígios tangíveis da prática da história no contexto epistêmico assinalado pela tese. Consideramos que o parecer favorável da banca avaliadora autorizava a obra em juízo, a prática historiográfica por trás da sua fabricação e o intelectual que a concebeu, tornado, pela instituição de saber mais representativa no que se refere à disciplinarização da história, um historiador.

Gabriel do Monte Pereira foi acolhido como sócio em 1894 por suas aptidões eruditas – traço que marcava a prática do historiador no contexto.²⁵⁸ Bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa remeteu ao Instituto documentos de interesse à história ibérica, precedidos de breve narrativa crítica. A Comissão qualifica as suas habilidades: “literato de boas letras”, “crítico judicioso”, “epigrafista”, “arqueólogo”, “curioso da verdade” e “bom narrador”. Essas habilidades descreviam o fazer de um historiador erudito.²⁵⁹ A tarefa erudita era considerada fulcral na produção do saber histórico. Através dela o material que formava a base empírica de uma pesquisa histórica passava pelo crivo cognitivo que estabelecia a verdade. A erudição, através das suas habilidades, tornava o material empírico (as fontes) do historiador apto, ou não, a referendar um plano investigativo, bem como tinha a ambição de delimitar o verdadeiro, condição para toda e qualquer obra histórica. A erudição buscava resolver problemas historiográficos. Diferentemente do caso europeu, em que a erudição passou a ser criticada, no Brasil essa forma de perceber o universo fenomênico foi transformada em elemento basilar da

²⁵⁸ Pedro Afonso Cristovão dos Santos tem uma definição para a prática da erudição que pode ser útil para compreendermos a performance do regime historiográfico metódico na passagem do século XIX para o XX: “Enquanto hipótese, sugerimos que o espaço primordial da erudição eram os momentos não-narrativos de um texto, ou os momentos em que a narrativa era suspensa, para dar lugar a demonstrações e raciocínios voltados para a resolução de alguma questão histórica específica. Desse modo, algumas narrativas poderiam ser eruditas em função de seu lastro documental e da maneira como combinavam narrativa com momentos de resolução de dúvidas; outros escritos seriam especificamente de erudição, dedicados exclusivamente à resolução de problemas (...). A erudição ocuparia, assim, os momentos em que a narrativa é temporariamente suspensa para a resolução de alguma ‘dúvida’ (vocabulário já presente na produção acadêmica setecentista), ou seja, um problema historiográfico”. SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. *Cobiçando o Amazonas: erudição histórica e diplomacia na questão dos limites entre Brasil e França no Segundo Reinado*. Tese (Doutorado em História – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2014, p. 59. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20012015-121856/pt-br.php> Acesso: 03 dez. 2020.

²⁵⁹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Gabriel do Monte Pereira. *RIHGB*, tomo LVII, parte II, 1894, p. 375.

tarefa historiadora. O fator erudição histórica, no sentido de meditação prolongada sobre certos assuntos, da posse do saber enciclopédico, da manipulação de técnicas investigativas era um determinante que levava um estudioso a ser figurado como um historiador no IHGB na República. Esse foi o mérito, por exemplo, de Clóvis Lamarre em *Camoens et les Lusitades: étude biographique et littéraire, suivie du poème annoté*.²⁶⁰

A Comissão também avaliou as obras de Miguel Arcanjo Galvão. O que foi ressaltado pelos sócios do Instituto estava inserido nas diretrizes do regime historiográfico metódico. Várias qualidades foram apontadas para tanto: “paciente espírito de investigação”, “busca da verdade insondável”, “decodificação de documentos insuspeitos”, “estudo fiel e circunstanciado” de períodos da história brasileira. Todas essas habilidades formavam, pois, a figuração ideal do historiador na Primeira República.²⁶¹

Os trabalhos sobre o “descobrimento do Brasil” ofereceram à Zeferino Cândido a oportunidade de fazer parte do IHGB. Cândido orientava as suas pesquisas através do regime historiográfico metódico. Não deixando de valorizar “os créditos literários do seu autor”, compreendia-se que as suas pesquisas históricas tinham condições de existência “pelo paciente espírito de investigação”, bem como pelo “judicioso critério na apreciação dos fatos”. Essas virtudes epistêmicas mobilizadas pelo novo sócio estavam de acordo com a tradição erudita.

As pesquisas de Cândido abriram espaço para a instauração da “narrativa dupla”, conforme estabelecido por Anthony Grafton, pois é obra de pesquisa paciente, meditação erudita e pautada em critérios analíticos, respeitando protocolos disciplinares, podendo os leitores acompanharem os seus resultados.²⁶² A sua aprovação, tendo em vista o exposto, “revela em inteiro relevo o critério e penetrante intuição de seu autor no julgamento dos fatos, o que constitui a primeira e mais importante tarefa do historiador”.²⁶³

Alberto de Toledo torna-se sócio em 1901, com *Uma reivindicação improcedente*, trabalho de erudição histórica que colocava em dúvida a prioridade da ideia republicana em Pernambuco. A análise de Toledo, sob farta documentação, concluiu que na Revolta de 1710 não havia intuítos políticos. Essa ideia, do republicanismo dos Mascates, é amplamente aceita no contexto. Porém não é só de uso político do passado que vivia a historiografia. A dúvida metódica colocava em suspensão esse novo cânone republicano: “O autor da impugnação

²⁶⁰ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Clóvis Lamarre. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1889, p. 477.

²⁶¹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Miguel Arcanjo Galvão. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898, p. 477.

²⁶² Cf. GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre as notas de rodapé. Campinas: Papirus, 1998.

²⁶³ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Zeferino Cândido. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899, p. 351-352.

mostra-se, então, senhor da história da época e apresenta erudição e lógica nas suas deduções; pelo que, senão escreveu uma história, apurou a verdade de um fato que jamais poderá ser posto em dúvida, à vista dos argumentos que apresenta”.²⁶⁴

Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho entrou para as fileiras do Instituto pelo *Estudo histórico das relações diplomáticas e políticas entre França e Portugal, desde a constituição da monarquia portuguesa até a queda de Napoleão Bonaparte*. A Comissão arguidora considerou uma obra de erudição histórica, sobretudo, porque Leite Velho valeu-se do valioso recurso da diplomática: estudo crítico e metódico de documentos oficiais e tratadísticos. O autor possuía “erudição”, “laboriosidade” e “espírito de método pouco vulgares”.²⁶⁵

Outro trabalho que mobilizava a erudição histórica proporcionou o título de sócio à Augusto de Siqueira Cardoso: *Notas genealógicas sobre os ascendentes e descendentes Pedro Taques de Almeida Paes Leme*. O recurso à genealogia é uma das modalidades (técnico-narrativas) de estudo da história mais antigas ligadas ao regime historiográfico metódico. Esse trabalho implica erudição: a consulta de genealogias paralelas para a confrontação das informações, a pesquisa de códices antigos e a procura por documentos de cartório e de arquivo. Tudo isso visando a virtude epistêmica metódica da “autenticidade”.²⁶⁶

A *Genealogia paulistana* foi o livro aprovado para o ingresso do sócio Luiz Gonzaga da Silva Leme. A genealogia elaborada por ele, segundo a Comissão em questão, era a mais completa e autêntica existente no Brasil. Os sócios ressaltaram que a obra estava repleta de fatos devidamente criticados, bem como estaria à disposição dos futuros historiadores que se ocupariam com a síntese integral da experiência história nacional.²⁶⁷

Diogo de Vasconcelos foi recebido pela Comissão em 1904. A Comissão considerou que suas obras sobre a história de Minas Gerais não se constituíam em mera exposição de fatos em ordem cronológica, porém estavam distantes da síntese do desenvolvimento histórico-social

²⁶⁴ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Alberto de Toledo. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901, p. 300-301.

²⁶⁵ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, *RIHGB*, tomo LXVI, 1903, p. 132.

²⁶⁶ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Augusto de Siqueira Cardoso. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903, p. 160.

²⁶⁷ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Luiz Gonzaga da Silva Leme. *RIHGB*, tomo LXVII, parte II, 1904. A genealogia era concebida no contexto como uma das mais tradicionais ciências auxiliares da história. Esse tipo de estudo, que se vale fartamente do regime historiográfico metódico, aborda a origem, o desenvolvimento e a disseminação de grupos humanos inter-relacionados. O mote principal desses estudos é a localização de ascendentes e de descendentes de indivíduos ou grupos. O procedimento de pesquisa genealógico envolve a identificação dos parentescos formais ou informais entre indivíduos por meio de um leque amplo de fontes, mormente escritas, que possam comprovar uma correlação entre eles. SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. *A genealogia em Portugal e o desafio do presente*. Porto: Centro de estudos de genealogia, heráldica e história da família, s/d. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/35305> Acesso: 08 abr. 2021.

daquele Estado. Os seus livros não possuíam, em tese, plano de organização e tampouco ideias gerais que pudessem enredar os fatos estudados. Mas o seu trabalho possuía valor erudito, sendo considerado uma “memória” atravessada por todo o crivo crítico.²⁶⁸

A Comissão avaliou *Limites dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo*, de Bernardo Horta de Araujo. O trabalho sobre fronteiras, presentes no contexto federativo republicano, foi dos que mais demandaram do historiador a mobilização do regime historiográfico metódico. A obra conta com uma coleção vasta de documentos antigos e modernos, particulares e oficiais, devidamente criticados e autenticados pela erudição histórica. Destacamos que no livro há um horizonte metódico com o objetivo de estabelecer a verdade e a justiça, disposições epistêmicas caras a toda obra que se quer de história, conforme a Comissão avaliadora.²⁶⁹

Daniel Azevedo com a *Contribucion al estudio de la cartografía de los países del Rio de la Plata* foi aprovado em 1906. O esforço de Azevedo no estudo de mapas históricos, orientado pelo crivo crítico e conhecimento bibliográfico, foi destacado em razão do metodismo implicado em sua pesquisa sobre os limites territoriais envolvendo Brasil e Paraguai. A matéria em juízo foi considerada de difícil compreensão, sendo possível o seu estudo somente através do suplemento erudito advindo de uma longa trajetória junto ao estudo da história.²⁷⁰

Norival Soares de Freitas foi acolhido pela Comissão por seu trabalho de captura, de organização, de crítica e de divulgação de fontes históricas. É um trabalho que requer desde o estabelecimento de um arquivo, no sentido de *corpus* de fontes disponíveis, passando pela erudição acadêmica que o situa compreensivamente, até a crítica, que vai desde a conferência da autenticidade das fontes à análise classificatória dos fatos históricos que o material empírico informa.²⁷¹ Vemos que a erudição crítica atravessava a operação historiográfica.

Alberto Lamego ganhou uma cadeira em razão do “trabalho de uma vida dedicado” à erudição histórica, que o levou a publicar *A terra goitacá à luz de documentos inéditos*, o primeiro de uma série de cinco volumes, em que o autor “pretende enfeixar, amontoando-os convenientemente, os preciosos papéis antigos, em número superior a mil, que se lhe depararam

²⁶⁸ Fabiana Dias admite que essa divisão do trabalho da operação historiográfica, em que as memórias se orientam pela arrecadação de materiais comprobatórios, advém do contexto academicista do século XVIII. Cf. DIAS, Fabiana. Da gênese do campo historiográfico: erudição e pragmatismo nas Associações Literárias dos séculos XVIII e XIX. *Revista de teoria da história*, ano, 2, n. 4, 2010, p. 20. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28936> Acesso: 08 abr. 2021.

²⁶⁹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Bernardo Horta de Araujo. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1995, p. 586-587.

²⁷⁰ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Daniel Garcia Azevedo. *RIHGB*, tomo LVIV, parte II, 1896, p. 385.

²⁷¹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Norival Soares de Freitas. *RIHGB*, tomo LVI, parte II, 1908, pp. 521-524.

nas bibliotecas e arquivos, públicos e particulares, da Europa (...).²⁷² O autor era leitor do manual de Charles Langlois e Charles Seignobos, *Introdução aos estudos históricos* (1897), e salientava que sem documento não havia história.²⁷³ O que não significava ausência de teoria.

No ano de 1891 a Comissão de história aprovou João Batista Perdigão de Oliveira, com as virtudes epistêmicas próprias do regime historiográfico metódico: a “imparcialidade” e a “objetividade”. Assim, o historiador deve demonstrar a “pertinência de estudo” das suas investigações.²⁷⁴ A Comissão destacou que a obra de Oliveira recuperava os mártires e os heróis do Ceará a partir de um viés republicano. Percebemos que na avaliação dos escritos de Oliveira ocorreu a recuperação de um léxico epistemológico que oferecia condições de possibilidade para existência da comunidade de historiadores do IHGB. A “imparcialidade” e a “objetividade” eram procedimentos cognitivos que faziam da obra de história um produto cientificamente referendado. A pertinência do estudo estava relacionada com a disposição metodicamente conduzida do trabalho historiográfico, em que se testa se o mesmo é exequível.

José Soto, com o *Álbum da guerra del Paraguay*, se ofereceu para sócio em 1896. A Comissão parabenizou o autor pela parte gráfica do livro, no que tange a reprodução de fotografias de cenas e de pessoas na Guerra do Paraguai, o que era inédito. Porém, o patriotismo exagerado do escritor argentino o impediu de ver, e de fazer ver, os atos heroicos das outras nações, como a brasileira; tendo o livro um interdito: a falta de imparcialidade.²⁷⁵ A ciência da história defendida pela comunidade de historiadores do IHGB absorvia a verve patriótica, como uma ideia suprapartidária, algo que não fora assimilado por Soto, derivando o veto a sua obra.

A Revolução de 1842 foi o objeto de estudo de João Batista de Moraes. Em princípio, em termos de metodologia e de teoria da história, a Comissão se ressentiu do que chamou de “partidarismo” implícito. Por ser um agente da política imperial foi compreendido o partidarismo em sua análise sobre a política do Segundo Reinado, mas que fora amenizado pela estrutura da obra: profundamente patriótica e abundante em documentos oficiais e privados. O livro foi considerado uma janela possível para o conhecimento verdadeiro da história pátria.²⁷⁶

²⁷² Parecer da Comissão de história sobre as obras de Alberto Lamego. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915, p. 620.

²⁷³ Elena Hernández Sandoica argumenta que Langlois e Seignobos entendem que “a história, sob pena de se perder na confusão dos seus materiais, tem de obedecer estritamente à necessidade de proceder sempre por questões, como as outras ciências”, o que implica que eles não negam o papel hermenêutico-interpretativo em relação às fontes, bem como a relação que a historiografia deve manter com as demais ciências sociais. Cf. SANDOICA, Elena Hernández. *Los Camiños de la historia*. Cuestiones de historiografía y método. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

²⁷⁴ Parecer da Comissão de história sobre as obras de João Batista Perdigão de Oliveira. *RIHGB*, tomo LIV, parte II, 1891, p. 202.

²⁷⁵ Parecer da Comissão de história sobre as obras de José Soto. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1996, p. 264.

²⁷⁶ Parecer da Comissão de história sobre as obras de João Batista de Moraes. *RIHGB*, tomo LXXII, parte II, 1909,

Francklin Dória entregou à Comissão de história, em 1896, o livro *A Independência do Brasil, Ensaio Histórico*. Antes de adentrar aos pormenores da obra a Comissão ofereceu este parecer: “A história do Brasil é ainda alguma coisa por fazer, não tendo por enquanto saído do período oscilante da sua formação. A semelhança de um edifício à distância, iluminado em noite de festa, há intervalos preenchidos por sombras, vultos, que nem todos se distinguem”.²⁷⁷ Os examinadores continuaram o parecer dizendo que naquele contexto historiográfico múltiplos eram os elementos arquivados para a história definitiva do Brasil, porém, nenhum escritor ousava consubstanciar em “molde duradouro” o correto trabalho das gerações de cronistas, de “historiadores incompletos e parciais”.²⁷⁸ Tais afirmações demarcavam um lugar-comum nas reflexões da comunidade de historiadores do IHGB naquele contexto: o desejo da escrita do que eles chamavam de “grande livro da pátria”, que de certo modo iria atualizar, ou substituir, a história geral do Brasil escrita por Varnhagen na década de 1850.

As obras de Joaquim Nabuco foram aceitas em 1896, sem considerações especiais, mas talvez as qualidades projetadas ao intelectual nos permitam pensar o que era ser um historiador: suas obras são escritas com “mão de mestre”; elas revelam “dotes de fino e erudito escritor”; seu “gênio é altruísta, busca a justiça e o amor ao próximo”; seu “tino de historiador” é de “filósofo” e de “observador”, além de ser “criterioso”. Um elemento estava acima dessas qualidades: o “amor pela pátria”.²⁷⁹ Acompanhando o parecer encontramos a figuração do historiador ideal para a comunidade do Instituto Histórico.

O argentino Mariano Poliza remeteu diversas obras da sua autoria em 1898, porém, foi a *História argentina* que mais se destacou na visão dos sócios. Isso por conta de três elementos: a perspectiva de conjunto, a visão filosófica dos acontecimentos históricos e o aporte interdisciplinar na análise (Poliza era geógrafo, historiador, economista e antropólogo). Esses três elementos conjugados foram considerados motivos suficientes para subsidiar a execução de uma síntese histórico-sociológica (modernista) da experiência nacional. O caso de Mariano Poliza apresentava-se, nesse sentido, exemplar.²⁸⁰

Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho foi considerado merecedor de fazer parte do grêmio por conta da publicação de *Organização republicana do Estado do Rio de Janeiro*,

p. 305.

²⁷⁷ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Francklin Dória. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896, p. 305.

²⁷⁸ Parecer da Comissão... op. cit., 1896, p. 305.

²⁷⁹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Joaquim Nabuco. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896, pp. 268-269.

²⁸⁰ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Mariano Poliza. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898, pp. 576-577.

1889-1894, uma obra de história do tempo presente. A Comissão avaliou esse tipo de produção através das suas lentes metódicas e da “*pacifica scientiae occupatio*”:

Já tem dito e repetido em ocasiões solenes que o nosso Instituto é uma arena neutra, onde são respeitadas todas as crenças políticas e religiosas e que para a admissão em seu seio ele somente atende à aptidão científica manifestada pelos que cultivam os estudos de nossa história e geografia.²⁸¹

O princípio da neutralidade, no qual o historiador se retira como autor, era condição essencial para o estudo de temáticas próximas no tempo, bem como a virtude epistêmica da imparcialidade – movimento necessário em uma obra dita de ciência da história. O livro, além do mais, foi redigido com suposta prudência: “(...) não tem tom panfletário contra os inimigos políticos vencidos, nem um panegírico ao seu partido vencedor”; daí a convicção da comissão de que ele pode ser lido através da virtude da confiabilidade.²⁸²

Pedro Lessa enviou a monografia *É a história uma ciência?* para a obtenção do título de sócio. Trabalho incomum para época, no qual se localiza a ideia de historiografia como a atividade do historiador - uma história da historiografia da antiguidade até o momento em que escreve. A abordagem do renomado juiz de direito, que se vale teoricamente do regime historiográfico metódico, mesmo sendo uma obra de história intelectual, também foi aplaudida pela Comissão em razão de ter colocado em suspenso o conhecido determinismo de Henry Thomas Buckle, cuja obra era relativamente paradigmática na segunda metade do século XIX.²⁸³ A sua história da historiografia foi valorada pela Comissão: “erudita”, “patriótica” e “repositório precioso de fatos”, contendo “bom número de ideias gerais”.²⁸⁴ Fazer história da historiografia significava, de uma maneira ou de outra, fazer história.

Os Sertões abriram as portas do Instituto para Euclides da Cunha. A Comissão de história julgou o livro como científico, histórico e moral. Científico em razão de Euclides valer-se de fatos dados geológicos, geográficos e psicológicos que circunscreviam os homens e as mulheres no ambiente natural dos sertões da Bahia. O valor histórico residia na minuciosa e “verídica” crônica das trágicas campanhas de Canudos. Moral porque a obra se orientava pela

²⁸¹ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho. *RIHGB*, 1913 pp. 362.

²⁸² Parecer da Comissão... op. cit., 1913, p. 362-363.

²⁸³ Sobre a recepção das ideias de Buckle e a historicização da posição de Lessa diante do contexto intelectual da passagem para o século XX conferir o estudo de MURARI, Luciana. *Tudo o mais é paisagem*. Representações da natureza na cultura brasileira. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24042007-111238/pt-br.php> Acesso: 03 dez. 2020.

²⁸⁴ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Pedro Augusto Carneiro Lessa. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901, p. 224.

imparcialidade, pela independência e pela elevação no julgamento dos agentes sociais que vivenciaram os fatos ali ocorridos - dando voz aos marginalizados pela guerra e aos vencidos.²⁸⁵

A Comissão de história foi favorável à escolha de Augusto Tavares de Lira como sócio em 1905. As suas obras sobre as regiões interioranas do Estado do Rio Grande do Norte estavam perfeitamente em compasso com o metodismo exigido ao historiador para fazer parte do grêmio. Seus escritos apresentam “estimáveis características de investigação histórica”, muita solidez na argumentação e “penetrantes deduções”. E Lyra se portava, ainda, como um “analista e argumentador vigoroso”, “em estilo sóbrio e correto, sem afetações pretenciosas”.²⁸⁶

Percebemos que a Comissão não julgava somente o mérito narrativo da obra de história específica, mas toda a prática historiográfica implícita nos livros remetidos.

Assim, a redescritção de todos esses fios abertos acerca da figuração da história e do historiador na República, do momento do arquivo à fase da exposição, nos leva à um nó que nos habilita a ver os predicados requeridos pela chamada *moderna historiografia brasileira*.

²⁸⁵ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Euclides da Cunha. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903, p. 131.

²⁸⁶ Parecer da Comissão de história sobre as obras de Augusto Tavares de Lira. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897, p. 738.

Parte II
O valor político e pedagógico da história

Capítulo 3 - Uma escola de nacionalismo, um templo de patriotismo

Pela organização, pela natureza de seus estudos e também pela sua antiguidade, pode esta Congregação considerar-se como o guarda fiel das tradições e da história da nossa pátria (...).²⁸⁷

Gastão Rush

Falei-vos da Pátria, e dela tudo quanto se diz é sempre pouco.²⁸⁸

Martim Francisco Ribeiro de Andrada

Em busca da “terra dos pais”: a pátria como disposição antropológica?

Na sessão ordinária ocorrida em 9 de agosto de 1901 foi recebido pela agremiação carioca mais um novo membro às fileiras dos “obreiros da história”: Eduardo Prado. Considerado um intelectual da mais alta envergadura no período, que mantinha uma posição política favorável a Monarquia, demonstrava que mesmo com a emergência da República posições divergentes coabitavam aqueles salões. Suas palavras enaltecem os trabalhos da “corporação”, fundada por “patriotas”. O Instituto, “ilustrado pela cooperação de grandes brasileiros”, um recinto “prezado dos sábios” devotos ao estudo da história, a que os(as) brasileiros(as) deviam muito por apontar as dimensões da sua ontogênese, era uma “grande escola de nacionalismo”. Em virtude da sua atuação o povo brasileiro mostrava-se “cada dia mais nacionalizado”. O que mais se destaca no discurso é a afirmação: “Não é, porém esta casa somente um templo de patriotismo; é uma escola das virtudes que ele exige”.²⁸⁹

A necessidade da prescrição de uma história que provocasse nos cidadãos republicanos o sentimento patriótico colocava a experiência nacional em movimento, fazendo dela um vir a ser contínuo, posto que os participantes da instituição se reconhecendo livres da alienação do desterro encontravam um compasso ideal entre o que se quer ser e o que se é na realidade – algo de suma importância dada a novidade política da Abolição da escravidão e da implantação da República. (Re)inventava-se, em última medida, o nacional.

Procurava-se nacionalizar a própria ideia de nação, e o patriotismo invocava não só um sentimento de pertença, mas um compromisso com o agir.²⁹⁰ Não por acaso Tristão de Alencar

²⁸⁷ RUSH, Discurso... op. cit., p. 746.

²⁸⁸ ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXII, parte II, 1909, p. 385.

²⁸⁹ PRADO, Discurso... op. cit., p. 238.

²⁹⁰ “Definindo, pois, o sentimento pátrio – *patriotismo* – como uma *fidelidade*, o que implica uma relação sacrificial e um vínculo que é de ordem sentimental, mesmo na sua acepção mais local e comunitária e, portanto, subjetiva, existe nele sempre uma dimensão contratualista”. BERNARDES, Joana Duarte. O moderno do antigo: a estesia

Araripe disse que uma das suas virtudes relacionava-se com o “bem do gênero humano”.²⁹¹ E Antônio Coutinho Pereira ressalta, corroborando a fala de Eduardo Prado, que os quadros do Instituto Histórico eram constituídos por “operários de uma oficina em que a força motora é o patriotismo”, na medida em que tão “dignas, nobres e gloriosas são sempre as tradições do povo brasileiro (...) que fielmente guarda este Instituto até hoje”.²⁹²

Mas cabe destacarmos, contudo, que a ideia a qual a história brasileira deveria atender as prerrogativas do patriotismo não se apresentava necessariamente como uma inovação em termos historiográficos, mesmo que seja possível ponderar que os seus usos na Primeira República possuem uma nova conotação semântica e uma nova utilidade prática. O botânico viajante Karl von Martius deixara em destaque, na sua premiada dissertação *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845), texto fundacional da moderna historiografia brasileira, às gerações futuras as virtudes que uma escrita da história patriótica abrangeia. Para o naturalista, atento aos preceitos de Cícero, a história é uma mestra, porém, modernamente ela ensina via experiência o presente e mesmo o futuro: “Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo”. A escrita da história atingia o sentimento, que se tornou um verdadeiro *topos* no contexto, do “amor pátrio”, o que significa não conceber o Brasil através de um olhar que não seja o nacional. Dessa maneira, virtudes cívicas emergiam em forma de ação social, tais como: a coragem, a constância, a indústria, a fidelidade e a prudência. O Conselheiro Tristão de Alencar Araripe atualiza o bávaro Von Martius: “o historiador [é o] benfeitor da pátria, se souber no manejo da pena escolher assuntos a figurar os grandes moldes, em que deve fundir-se o patriotismo brasileiro”.²⁹³

De todo modo, frisamos que essa concepção de pátria acabava, de uma forma ou de outra, marginalizando culturas e identidades singulares que coabitavam o território brasileiro; também elas possuidoras de horizontes patrióticos singulares.

O historiador português Fernando Catroga admite que o apego à noção de pátria para os sujeitos que almejam situar-se no tempo, orientando-se, posiciona-se ôntica, lógica e cronologicamente anterior à ideia de Estado e de nação, sendo deles uma espécie de substrato com feições antropológicas. Esse dado ajuda a compreender melhor como esta noção passa a ser fundamental no processo de organização social na República por acionar profundos

cívica do jovem Almeida Garret nas revoluções liberais ibéricas. In: AZEVEDO, Francisca; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (orgs.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 255.

²⁹¹ ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, tomo 57, parte II, 1894, p 279.

²⁹² PEREIRA, Comandante Antônio Coutinho Gomes. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXIV, 1911, p 526.

²⁹³ ARARIPE, Indicações... op. cit., p 264.

sentimentos de pertencimento. Um observador atento da vida política e intelectual nacional, como José Veríssimo, nos oferece a ideia exata do que estava em jogo para os sócios do Instituto quanto ao cultivo sentimental do patriotismo, e quais os seus efeitos na vida prática da nação e da sociedade: “(...) o amor da pátria alenta-se do conhecimento do passado, e do seu presente, e da fé no seu futuro”.²⁹⁴

Se recorrermos à semântica antiga do vocábulo pátria, que pode ser remontada à Homero, ela significa primordialmente, em sua forma mais básica, “terra dos pais” (hêpatris), o que engloba “tanto o enraizamento natalício, como a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia”.²⁹⁵ O seu valor cívico e ideológico torna-se, para Fernando Catroga, nodal para as sociedades em variados estratos de tempo, dado que a sua mobilização inculca o autorreconhecimento e une, eficazmente, uma pequena comunidade, conduzindo os indivíduos a aceitarem os imperativos do grupo - doação que podia ir até ao sacrifício da própria vida.²⁹⁶

A consequência dessa prerrogativa argumentativa é clara: é por intermédio da perspectiva patriótica que as comunidades ou os grupos, e estamos falando em termos de Estado e de nação, chegando ao ponto extremo do cidadão, podem narrar a história desejada. Assim, em busca de certa ancestralidade fundacional os grupos passam a compartilhar características comuns: as mesmas ficções de origem, o mesmo idioma, o mesmo território e a mesma memória coletiva e cultural. Essa “terra dos pais”, e as suas respectivas ficções de fundação, tornam-se a origem das origens, um esteio de certa maneira sacralizado que se constrói, se filia, se impõe e se identifica - estrutura estruturante. O processo de atribuição de sentido patriótico é um movimento que também define a alteridade.

Para o geógrafo Yi-Fu Tuan, uma pátria impõe referenciais que fazem os seres humanos se identificarem, os quais podem ser de grande visibilidade e relevância pública, tais como monumentos, templos, campos de batalha sagrados ou cemitérios. Esses sinais visíveis existem em razão da demanda por um sentimento de identidade coletiva. Eles incentivam a consciência e a lealdade para com um lugar – geográfico e/ou simbólico. Porém, essa afeição à pátria pode se instaurar com gestos pequenos: ter familiaridade com um lugar natalício, a certeza da alimentação e da segurança, as recordações de sons e de odores, a rememoração de atividades coletivas e prazeres mínimos acumulados ao longo do tempo. A ambição dos sócios do IHGB

²⁹⁴ VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906, p. 72.

²⁹⁵ CATROGA, Pátria e nação... op. cit., p. 13.

²⁹⁶ Idem, p. 13.

era transformar em narrativas essas experiências. Tuan argumenta que a pátria é uma concepção coletiva, onde homens e mulheres partilham referenciais de forma intersubjetiva. A afeição patriótica é, nesse sentido, um fenômeno de escala mundial. Ela é a energia vital da nação. Ela não se vinculada à nenhuma cultura ou sociedade em especial, variando de intensidade entre os diferentes períodos históricos.²⁹⁷ A história pátria garante, no limite, a sobrevivência e a difusão de um patrimônio de referenciais intersubjetivos construído na duração.

A noção de pátria circulava nas prescrições e nas narrativas dos sócios do Instituto Histórico como uma herança que se deve transmitir e difundir, isto é, um destino que se desvela, ou mesmo uma vocação de grupo que se autoconhece e se autoconstrói. A história pátria (majoritária) possui, portanto, um quê de culto, quer dizer, um lugar sacralizado em que se acessa todo um repertório de tradições, e instância em que os brasileiros e as brasileiras se reconhecem como agentes históricos e sujeitos dotados de cultura: “sacrário augusto dos gloriosos feitos da nossa história, e onde se conserva, em toda a sua pureza, o culto da Pátria”.²⁹⁸ Assim, a ideia de pátria relaciona-se com a de memória – ela é feita de recordação (e comemoração).²⁹⁹ Uma memória que é, via de regra, seletiva na forma de organização e de orientação daquilo que é o nacional, pois falar em rememoração é ativar políticas da memória, que no caso direcionam a fundação de um passado, agora, republicano.

Nesse sentido, a concepção de história de Agenor de Roure estava intimamente ligada com a noção de pátria. O sócio admite que ela possui um apelo sentimental, próprio do coração, além de promover a solidariedade humana e coletiva. Assim, a ideia de pátria servia como combustível indispensável para a nacionalidade. O seu esteio era de matriz antropológica, de ligação a uma espécie de cosmovisão. O conceito de pátria circulante na instituição aplainava as diferenças culturais fazendo com que existissem pátrias interditas no interior de uma pátria maior, que supostamente representava a brasilidade. Assim sendo,

(...) para os povos as tradições são os fundamentos que suportariam construção da pátria, são as raízes que a prendem aos seus corações, são as lições da solidariedade coletiva. Arrancar ou desprezar as tradições é matar a nacionalidade como se mata a árvore, cortando-lhe as raízes.³⁰⁰

²⁹⁷ TUAN, Yi-Fu. Afeição pela Pátria. In: _____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: EDUEL, 2013.

²⁹⁸ CASTRO, José Olímpio Viveiros de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, p. 709.

²⁹⁹ No entanto, dessa dimensão resulta outra consequência: “(...) quando se passa da esfera subjetiva para a pública, ela não pode ser pensada fora das políticas da memória e das suas finalidades apelativas, integradoras e escatológicas, como sobejamente o demonstram os múltiplos usos e abusos ideológicos a que sua ideia esteve (está) sujeita”. CATROGA, Fernando. *Pátria e nação...* Op. cit., p. 14-15.

³⁰⁰ ROURE, Agenor de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917, p. 715.

Todo o movimento temporal da nação, as suas formas de entendimento de si mesma, está lastreado pela ideia de pátria. De tal modo que a ideia eurocêntrica de progresso pode até ser projetada no presente e virtualmente no futuro, porém as suas raízes estão no passado, na tradição dos povos, na memória viva. O cultivo da história é o próprio cultivo da pátria. A ideia de pátria ressoa como memória coletiva³⁰¹ para aqueles sujeitos, sendo ela unidade de língua, de religião, de direito, de costumes, etc. Para que a pátria possa existir em sua plenitude abarca, assim, uma tradição moral e sentimental. É o amor pela terra de origem, tanto em sentido geográfico quanto de educação sentimental. A pátria toma, nesse sentido, como ideia a recordação do invisível do passado que nos constitui. “Do amor ao torrão natal vem o amor da Pátria, justamente porque das recordações do passado é que se alimenta o sentimento de patriotismo”.³⁰² De acordo com a historiadora alemã Aleida Assmann, o passado recordado, como o patriótico, não se confunde com o saber desinteressado sobre o passado denominado de história: “(...) a reflexão sobre a recordação conduz ao cerne da reflexão sobre a motivação da formação da identidade nacional”.³⁰³ É impossível não perceber que a instituição de uma pátria significa, também, erigir fronteiras ante a alteridade do Outro.

É a dimensão subjetiva, ou intersubjetiva, que envolve o sentimento de pátria. É o grau mais íntimo em termos de pertença coletiva a um dado agregado humano no tempo e no espaço. Para Assmann, o “(...) patriotismo surge como fundamento de uma nova identidade comum, que abarca diversos estratos sociais, sem, no entanto, suprimi-los”.³⁰⁴

Valendo-se das metáforas epistêmicas do “berço”, da “origem”, do “túmulo” e do “destino”, Agenor de Roure sintetiza o ideal de pátria:

(...) assim como o sino arrasta os fiéis da religião para junto do altar da igreja, o coração toca a reunir os fiéis do patriotismo junto ao altar da Pátria, para a defesa dos túmulos que guardam recordações, para a defesa dos berços dentro dos quais vivem as esperanças. Sem os túmulos e sem os berços, sem o passado e sem o presente, não se pode cuidar do futuro da Pátria. Sem as raízes de ontem e sem a floração de hoje, não há árvore que amanhã de frutos.³⁰⁵

³⁰¹ As prescrições dos sócios do IHGB são compatíveis, mas não justapostas, com a clássica leitura da memória coletiva realizada por Maurice Halbwachs. A história torna-se, para o estudioso francês, um mecanismo de reestabelecimento da continuidade da tradição, quer dizer, da memória coletiva. Segundo Halbwachs, “(...) para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras”. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 72.

³⁰² ROURE, Discurso... op. cit., p. 716.

³⁰³ ASSMANN, Aleida. A luta das recordações nas histórias de Shakespeare. In: _____. *Espaços da recordação*. Formas e funções da memória cultural. Campinas: UNICAMP, 2011, p. 91.

³⁰⁴ ASSMANN, op. cit., p. 86

³⁰⁵ ROURE, Discurso... op. cit., p. 716.

Vemos, então, que a pátria representa a memória coletiva que se deseja colocar em evidência, e não aquela que de fato representa a pluralidade identitária inscrita no processo histórico. Ela oferece sentido para a existência da comunidade, dado que é o elemento que difunde as memórias compartilhadas. Assim sendo, mantém-se o culto do passado, ou seja, o cultivo das tradições; isso em uma dimensão “passadista”, posto que significa, acima de tudo, a conservação da pátria. Esse processo coloniza a identidade e a cultura do Outro da nação, indígenas e cultura afrodescendente, por exemplo.

As nações possuem, para Agenor de Roure, corpo e alma em sentido metafórico – o território é considerado o corpo e a história a alma. Portanto, um país que não cultiva a história, o seu estudo enquanto memória coletiva, é uma espécie de corpo sem alma: “Se devemos cultivar a terra, não podemos abandonar o culto das tradições; porque, sem elas, pode existir o país, mas a Pátria sofre, definha e morre”.³⁰⁶

As nacionalidades são compostas, para Félix Pacheco, por estratos de temporalidade. Esses estratos são acumulados com a passagem do tempo histórico e tomam a feição de tradição. A atualidade é, pois, transitória e efêmera. No mais íntimo da nação está o seu passado modelado pelos desígnios da pátria. Diante desse cenário, o autor desenvolve uma intrincada teoria sobre a tradição ou memória coletiva, ambas se travestindo de sentimento patriótico. Quer dizer, ele deseja o acesso ao nível experiencial da história:

Os povos e as nações, como os indivíduos, não representam nada por si. A configuração e os aspectos, que exibem, só por equívoco poderão ser tomados como valores improvisados. A atualidade é sempre o trânsito: adiante dela vem o futuro diverso para desaparecer a seu turno no vórtice infundável do tempo a incorporar-se ao passado.³⁰⁷

Nesse sentido, o Instituto está, para Pacheco, à serviço da pátria:

É, como se vê, uma obra colossal. Este grêmio augusto e venerável simboliza, por assim dizer, a Pátria na impessoalidade tranquila e formosa de suas expressões. O que vós tendes feito para assegurar a unidade cultural do Brasil, pelo respeito às tradições coletivas da raça e do povo, é serviço que não se mede e para o qual não há louvores que bastem.³⁰⁸

Acionar o substrato pátrio significa conferir, antes de tudo, sentidos emocionais ao ser nacional. A pátria, que enreda todos os cidadãos e todas as cidadãs sob um solo comum por meio de tradições partilhadas, cativa a emoção junto aos seus filhos: “(...) a descrição de que o

³⁰⁶ Idem, p. 716.

³⁰⁷ PACHECO, Discurso... op. cit., p. 563.

³⁰⁸ Idem, p. 567

país natal foi cenário empolga os ‘filhos da terra’ e enche-nos de orgulho e fé; orgulho pelos ascendentes que emergiram, fé pelas energias de que foram herdeiros e que constituem os seus combates na continuada porfia, que é a grandeza nacional”.³⁰⁹

Apontava Oliveira Vianna, em uma interpretação da história que se vale dos princípios patrióticos circulantes, que os grupos sociais se parecem com os grupos individuais, quer dizer, eles pressupõem “determinantes” relativas que vem do passado e que conformam a personalidade coletiva. Nisso está o peso da pátria como “lugar dos pais”, o que implica em um autoconhecimento que também destaca certas obscuridades do passado. Afirma Vianna: “(...) o conhecimento dessas ‘determinantes’ nacionais é, pois, essencial à ação de todos os que exercem uma função dirigente na sociedade, principalmente os que tem o encargo da direção política”.³¹⁰ Desde o Império, argumenta ele, há um idealismo por parte dos legisladores em querer ver as instituições políticas brasileiras pelos olhos dos outros, numa espécie de *mal de Nabuco*. O desconhecimento da pátria leva, de qualquer maneira, os constituintes e os legisladores a formularem princípios estranhos a nossa formação, portanto, totalmente inadequados. Nesse sentido, “(...) entre os fatores que determinam a marcha das sociedades, o papel reservado à ação da vontade consciente é modestíssimo, é insignificante mesmo”.³¹¹ Para além dessas determinantes há, todavia, todo um mundo de forças organizadas que chega a incidir mesmo no presente dos sujeitos cognoscentes. Por isso o reclame pela noção de pátria, a qual absorve, de algum modo, todas essas demandas e requisitos, inclusive a face negativa do passado. Como argumenta o sociólogo carioca: “(...) se descartamos o que deve ser levado a cargo do automatismo, do hábito das paixões e sobretudo da imitação, veremos que o número de atos verdadeiramente voluntários é bem pequeno”.³¹²

De todo modo, tal disposição torna evidente que os usos políticos do passado patriótico podem levar a uma postura política de cariz autoritário, como podemos perceber na própria obra e posição pública de Oliveira Vianna.

Mas o que as discussões em torno da noção de pátria revelam é que o passado exerce uma força poderosa e sutil no presente. Homens e mulheres estão enlaçados de todos os lados por uma espécie de “atmosfera impalpável e imponderável” chamada passado vivo. O passado patriótico performa-se, então, através de uma interferência no agir social de maneira profunda

³⁰⁹ LEAL, Discurso... op. cit., p. 705.

³¹⁰ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 451

³¹¹ Idem, p. 451.

³¹² Ibidem, p. 451. Um estudo que se atém à interpretação política de Oliveira Vianna acerca do passado nacional, bem como ao significado da ideia de Brasil legal e Brasil real, é o de SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na sociologia de Oliveira Vianna. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 20, 2008, pp. 238-269. Disponível em: <https://cutt.ly/jcZxkiJ> Acesso: 08 abr. 2021.

e invisível.³¹³ Oliveira Vianna torna científica, no caso, a noção de pátria, autorizando ainda mais a sua elevação à pensamento majoritário.

Uma escrita da história científica, porém, patriótica

Um recinto de “sabedoria” e de “serenidade”, isento das paixões políticas e do subjetivismo, preservando em suas aspirações mais profundas o valor da pesquisa intelectual, mas com forte tendência à valorização da fraternidade humana. Essa foi a representação oferecida por Joaquim Xavier da Silveira Junior ao espaço de trabalho aberto pelas atividades do IHGB. Esses atributos projetados à instituição não excluem o “espírito de nacionalidade”, antes, estimula o “culto da unidade moral da pátria brasileira, através do espaço e dos tempos”.³¹⁴ Alcibiades Furtado, servindo de segundo-secretário na recepção de Silveira Junior, destaca que o objetivo do grêmio é o estudo dos fatos interessantes a história com imparcialidade e com justiça, em que busca-se o engrandecimento da pátria.³¹⁵ Portanto, não havia, no Instituto, incongruência entre história ciência e história patriótica.³¹⁶

Há, no entender do intelectual em destaque, um quê de tarefa espiritual no legado deixado pelos associados a partir da sua *Revista*: “aproximar as idades e de infundir as gerações, que se sucedem e se distanciam cronologicamente”. Existe, além do mais, a oportunidade de metodicamente oferecer sentindo à experiência histórica. Nessa direção, para Silveira Junior, há o “(...) sentimento de sua unidade lógica e moral e a consciência de solidariedade por entre as contingências e as vicissitudes acidentais do meio e do momento”.³¹⁷

Adolfo Augusto Pinto observa, por seu turno, nos trabalhos do Instituto o lugar mais adequado para a criação de uma “comunhão íntima com a alma da” sua “pátria, conversando em espírito com a memória dos fatos e dos homens que a vitalizaram na sucessão dos tempos”.³¹⁸ Os trabalhos da instituição situam-se, assim, em um recinto de produção de conhecimento ileso a “eterna revolução que torvelinha lá fora”. A vida moderna era considerada revolta e agitada, enquanto que entre as preocupações dos agremiados impera a calma da

³¹³ VIANNA, Discurso... op. cit., 1924.

³¹⁴ JUNIOR, Joaquim Xavier da Silveira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907, p. 646.

³¹⁵ FURTADO, Alcibiades. Discurso em razão da recepção do sócio Joaquim Xavier da Silveira Junior. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907, p. 645.

³¹⁶ Esse impasse entre história científica e história patriótica, ou que requer um posicionamento político, não é um problema somente colocado aos sócios do IHGB. O ensaísta Manoel Bomfim enfrentava, segundo Rebeca Gontijo, a mesma questão, e tal qual certos agremiados do Instituto advogava por uma história que congregasse imparcialidade e posição política. Cf. GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, ‘pensador da história’ na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, pp. 129-154. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16523.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

³¹⁷ JUNIOR, Discurso... op. cit., p. 646.

³¹⁸ PINTO, Adolfo Augusto. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXII, parte II, 1909, p. 358.

meditação refletida sobre os destinos da nação, “como sagrado Aventino em que o sentimento do amor pátrio se recolhe em retiro espiritual”.³¹⁹ A ideia de pátria travessa, então, todas as atividades da agremiação.

O sócio Alfredo de Carvalho, bastante conhecido nos círculos letrados da passagem para o século XX por causa das suas atividades no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano/IAHGP, foi recepcionado no Instituto em 1907. Em seu discurso de posse fica evidente uma das principais percepções acerca de qual é a sua tarefa naquele contexto. Ou seja, a instituição é concebida como um lugar que vai além de uma mera “reunião de eruditos”, na medida em que aquele recinto é o grande responsável por guardar a memória da brasilidade - as suas tradições mais íntimas; aquilo que lhe afigura enquanto o mais primordial em termos identitários e de sentido. Em seu entender, a verdadeira casa do patriotismo: “(...) pois não sei de expressão mais sublimada deste nobilíssimo sentimento coletivo que esse vosso mister de manter vivas as tradições da nossa terra, lembrando as incertezas do presente com as memórias melhores de outra idade”.³²⁰ Interessante o posicionamento desse sócio, posto que ele argumenta, e os termos são de sua autoria, que essa é a utilidade social da “ciência da história” praticada por aqueles intelectuais.

Para os desavisados que não sabem situar qual o tipo de experiência intelectual era fomentada pelos sócios do IHGB, Alfredo de Carvalho é bastante esclarecedor: “o culto do passado é a religião das nacionalidades”.³²¹ De outro modo: um povo pode acompanhar os seus destinos, a sua história em si e para si, através da consciência acerca das suas origens, o que denota, inclusive, uma dimensão sociológica para esse tipo de saber, pois deixa à disposição dos interessados a possibilidade de prever as ações dos homens e das mulheres no tempo. Portanto, a história praticada no Instituto não serve apenas de “simples deleite de curiosos”, mas é uma verdadeira “tarefa de pensadores”, porque não é algo novo a tentativa de organizá-la em moldes científicos; o que oferece vazão para que os interessados em compreender as formações histórico-sociais no tempo possam determinar as “leis de subordinação” e as “relações de dependência” existentes entre os fatos humanos. Afirma Alfredo de Carvalho:

(...) não obstante a variedade prodigiosa e a falácia ocasional das teorias que modernamente tem surgido para explicar a direção, significação e condições do desenvolvimento da humanidade – desde o teoracionalismo de Herder e o

³¹⁹ PINTO, Discurso... op. cit., p. 358.

³²⁰ CARVALHO, Alfredo Ferreira de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907, p. 732.

³²¹ CARVALHO, Discurso... op. cit., p. 732.

espírito absoluto de Ratzel – a história não pode ser um mero registro de fastos.³²²

Ela possui utilidade social: fonte de nacionalismo e de patriotismo, combustíveis indispensáveis para aquela nova ordem político-social, e para a própria ciência histórica.

Desse modo, Araripe mobiliza, em suas *Indicações*, elementos da historiografia clássica, mais especificamente as *Vidas paralelas* de Plutarco, para justificar formas historiográficas possíveis que desempenhassem o papel de conformar o patriotismo.

O recurso ao gênero biográfico³²³, que pode ser acionado no interior de outros gêneros ou como forma específica e própria de narrativa historiográfica, muito presente nas páginas da *Revista*, parece corresponder, por exemplo, às expectativas patrióticas que os sócios disseminavam em suas reflexões, posto que ele torna visível aos cidadãos da República modos e formas de conduta moral de brasileiros do passado, “barões beneméritos”, que apontam para o espírito de enraizamento nacional: “se o homem quer e deve conhecer a história da pátria, a história da pátria forma o homem”. Seguem as prescrições do historiador cearense:

Pinte o historiador brasileiro os nossos grandes cidadãos, como Plutarco desenhou os homens celebres da Grécia e Roma, e estou certo, que conseguirá fazer relevantíssimo serviço à terra do nosso berço, em prol de quem suscitará patriotas sinceros e verdadeiros.³²⁴

Interessante notar que Tristão de Alencar Araripe mobiliza outro recurso estético-historiográfico no interior do seu argumento: o recurso da *cor local*, tão caro entre os nossos historiadores românticos. Então, quando o Conselheiro fala que o historiador deve “pintar” os grandes cidadãos brasileiros, ele não deixa de entrever que os leitores de história têm à disposição a visualização de um agir moral passado em que o espírito de patriotismo prevalece e torna-se fundamental na formação histórica brasileira.

Enquanto isso, Eugênio Egas afirma que o Brasil ainda não possui história, porque não tem sociedade. Por isso, cumpre infundir no espírito dos cidadãos e das cidadãs o patriotismo através da biografia dos grandes vultos e pela narrativa dos grandes feitos e acontecimentos, que na fórmula de Buckle atestam a vitória do homem sobre a natureza através da técnica no intuito de proporcionar o progresso e o bem-estar geral.

³²² Idem, p. 732.

³²³ Para um estudo sobre o gênero biográfico no século XIX ver OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 58: “Afora sua eficácia como instrumento de civilização, nas vidas e nos feitos dos grandes personagens revela-se o ‘movimento geral’ da história”.

³²⁴ ARARIPE, *Indicações...* op. cit., p. 274.

Demandavam o registro dos fatos praticados em defesa dos direitos, da honra e do amor pátrio. Lembramos que o escrutínio e a divulgação de uma biografia estão de acordo com os cânones da história científica.

O empenho e o desejo dos sócios, por meio do demorado, paciente e consciencioso trabalho de erudição e de análise, era o de marcar bem a ideia de pátria; apresentando-a soberana e digna de um culto permanente, promovendo a verdade, e todas as habilidades envoltas nesse trabalho, visando o desejo de nacionalizar a própria nação. Era um registro epistêmico altamente colonizador. A consagração das tradições brasileiras enchia o Instituto do espírito de patriotismo e de ufanismo³²⁵, uma possível mutação do *topos* da *história mestra da vida*.

Segundo Solidônio Leite, no IHGB “não fica lugar para outras coisas, que jamais penetraram nesta casa onde sem desfrutar a imagem da pátria, todos se filiam e a conceituam para glorificá-la”.³²⁶ Diante desse trabalho considerado hercúleo, que é a marca do patriotismo-nacionalista dos seus sócios, a *Revista* é a prova cabal desse esforço, e o trabalho de erudição e de crítica diligente se apresenta, para ele, com fundo patriótico. Somente pela via da crítica se reavivaria o sentimento nacional, pois era via esse saber que os(as) brasileiros(as), à luz da verdade, poderiam conhecer a si mesmos.

Já o nacionalismo de Basílio de Magalhães é devedor das posições filosóficas de Auguste Comte, a quem chama de “incomparável pensador de Montpellier”. O amor pela terra, pelo Brasil, por sua nacionalidade, guia o historiador pelos caminhos da história. Uma das faces da concepção teórica da história dele é a do empiricismo, entendido em termos filosóficos como a aproximação com a dimensão sensível da experiência. Leitor de Comte, assim expõe a sua visada argumentativa, a qual não aceita pré-disposições teóricas e metafísicas:

(...) cheguei ao ponto em que estou, de só admitir a fé demonstrável, a mais simpática de quantas criaram homens, a mais humana de quantas se atribuem a super-homens, a que em suma possibilita a felicidade, neste efêmero transcurso de vida, pelo supremo influxo do amor em todas as suas excelsas manifestações³²⁷ ✓

³²⁵ Sobre o ufanismo patriótico na Primeira República, especialmente na literatura cívico-patriótica, ver HANSEN, Patrícia. *Brasil, um país novo*. Literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111516/pt-br.php> Acesso: 02 dez. 2020. Para uma avaliação mais abrangente do tema ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Ufanismo: versão otimista da nação. In: _____. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

³²⁶ LEITE, Discurso... op. cit., p. 432.

³²⁷ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 798.

Essa concepção teórica de história orientava e fortalecia o regime historiográfico³²⁸ nacionalista-patriótico, na medida que a realidade do mundo da vida o tornava sujeito sensível de uma comunidade de valores comuns, incidindo, inclusive, sobre os corpos.

Em Eduardo Prado, o Instituto aparece cercado por insígnias patrióticas:

Fundado por patriotas, numa época de patriotismo, tendo por fim a investigação do passado; ilustrado pela cooperação de grandes brasileiros. Prezado por sábios, este Instituto, votado ao estudo da história, é ele próprio já um largo pedaço da história do saber brasileiro.³²⁹

Para Prado, os trabalhos dos sócios são figurados na Primeira República como imperecíveis. Todas as formas de análise são congregadas em seus salões, e ainda assim as suas portas estão abertas para pesquisas recentes e inovadoras, em razão da conjugação entre o dever patriótico e a ciência geral da historiografia, que a tudo faz parecer importante em termos de contribuição ao estudo do Brasil. Nesse sentido,

(...) poderá, quem sabe, apagar-se do coração dos homens futuros o sentimento de Pátria, mas se dentro deles surgir, nesta terra, algum psicólogo, que com reverência devida as grandes coisas mortas, quiser escrever a história do patriotismo brasileiro, uma página, e das mais belas, será, senhores, em honra vossa.³³⁰

Os trabalhos do Instituto devem ser acompanhados, segundo Homero Batista, pelos órgãos públicos e os seus auxílios complementares. É por essa obra que se conhece a singularidade do país e que fortalece o “espírito nacional”, fomentando a educação do sentimento patriótico para que se possa conhecer melhor os deveres cívicos.³³¹ O discurso patriótico engendra formas de agir na esfera pública. Os governos responsáveis necessitam se valer de iniciativas dessa natureza, pois é “com a argamassa das tradições e dos predicados morais que se alicerça a grandeza das nações”.³³² Nele aprende-se

³²⁸ A categoria “regime historiográfico” mobilizada por esta tese é formulada por Fernando Nicolazzi. “Se a operação historiográfica, da forma como é pensada por Michel de Certeau (um lugar, uma prática, uma escrita), nos direciona ao centro do trabalho histórico, um regime historiográfico, sem perder de vista a operação que lhe dá sentido, direciona o olhar analítico ao seu entorno, às expectativas projetadas a ela e as suas formas de recepção; remete ainda à experiência do tempo que torna possível definir as relações entre passado, presente e futuro, mas também às delimitações de ordem teórica e/ou prescritiva que não se converteram em textos historiográficos propriamente ditos”. NICOLAZZI, Fernando. *A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história*. In: BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno (orgs.). *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 26.

³²⁹ PRADO, Discurso... op. cit., p. 238.

³³⁰ Idem, p. 239.

³³¹ BATISTA, Discurso... op. cit., p. 580.

³³² Idem, p. 580.

(...) a conhecer e a amar a pátria. Conhecendo-a, tem-se a impressão de sua grandeza, no esplendor da terra fecunda e vasta; amando-a, o sentimento de dever de a sustentar e conhecer, como herança de honra, a transmitir, intacta e digna, às gerações de amanhã”.³³³

As atividades de saber elaboradas pelo Instituto Histórico são apreendidas por Enéas Galvão através de um chamado da pátria. Elas correspondem, simultaneamente, ao apego pelo saber e pela nação, e além de chegarem aos seus pormenores fenomênicos, capturam o seu sentido diretor. Em suas palavras:

Constituis, pelo rumo de vossas investigações e pelos altos intuitos que vos animam nessas pacientes pesquisas acerca de tudo que diz respeito à formação e desenvolvimento da nossa nacionalidade, não apenas um importante centro de atividade intelectual, mas, também, uma verdadeira escola de amor da Pátria.³³⁴

Solidônio Leite fala que o caminho da verdade, uma virtude epistêmica³³⁵, é a forma mais grandiosa de se praticar o amor pela pátria. Uma verdade que somente os historiadores podem alcançar, dado que estão equipados metodicamente para desautorizarem filosofias de sentido que deturpam uma possível leitura particular do Brasil. Essa Casa cuida dos materiais para a realização de uma história integral da sociedade, meditada com rigor científico para que a historicidade da pátria seja respeitada também em sua integridade. Assim, o agremiado adverte: “a história de um povo não se escreve convenientemente sem que a preceda do longo trabalho preparatório, onde possa se apoiar com segurança”.³³⁶ Uma dessas operações cognitivas é justamente a busca pelo singular como forma de desautorização de teorias que enquadram o país em supostas “leis gerais”, os determinismos, com valoração científica, muitas das quais detratoras da pátria.

Vemos, nos textos acima citados, a missão patriótica do trabalho erudito.³³⁷

³³³ Ibidem, p. 580.

³³⁴ GALVÃO, Enéas. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVII, parte II, 1914, p. 609.

³³⁵ Categoria do saber elaborada por Herman Paul. Ela mostra-se importante para avaliarmos as performances da prática dos historiadores. Isso abre a possibilidade para investigarmos não apenas o funcionamento interno dos textos considerados historiográficos, na medida em que, como quer Paul, os “fazeres” do historiador invocam performances reguladas por virtudes partilhadas por um campo disciplinar. PAUL, Herman. *What is a Scholarly...* op. cit., p. 348-371.

³³⁶ LEITE, Discurso... op. cit., p. 429

³³⁷ Angela de Castro Gomes é precisa sobre a figuração do erudito e sobre o seu trabalho na Primeira República: “Não sendo ‘profissionais’ da história – são por ofício diplomatas, professores, jornalistas –, dedicam-se a esse campo do conhecimento de forma sistemática e apaixonada, acumulando um grande saber, cuja principal fonte de legitimidade é o trabalho de pesquisa documental: o trabalho de consultar, reunir, criticar e ‘copiar e fazer copiar documentos manuscritos’. Esse tipo de erudição é assim uma forma de acumulação de conhecimentos que não deriva de estudos formais e que exige esforço longo, regular e direcionado”. GOMES, *História...* op. cit., p. 99.

A posição de Afonso Arinos é interessante, pois prefere uma história patriótica a uma história científica. E aqui não há a coadunação das duas modalidades. Nós “não temos história, nem historiadores; cumpre fazê-la, antes de escrevê-la. Deixemos este encargo às gerações do porvir, em vez de fazer a história da nossa pátria, incumbe-nos de construir a própria pátria”.³³⁸ Ele encontra no historiador romano Tito Lívio um aliado para tal propósito, pois o autor antigo faz da história um instrumento de eloquência criadora e de patriotismo. Ademais, se vale da herança grega que a modula em arte para cativar a educação cívica. Para o caso brasileiro, especificadamente, não se necessita do historiador cientista, mas de um intelectual com qualidades historiadoras que movimentem a opinião pública a partir de um acentuado patriotismo. A “missão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não é tanto a de ser geógrafo ou historiador, quanto a de ser brasileiro”.³³⁹ O IHGB é figurado, através das suas atividades, por João Xavier da Mota como “templo da história pátria”.

A pátria acima da nação é uma constante nos discursos dos sócios. Segundo eles, uma história pátria não se detém na factibilidade dos episódios, mas volta-se para o substrato mais profundo da experiência da história. Os fatos que estão envoltos em sua estrutura narrativa possuem profundidade social, são relativos e direcionam a história para um triplo aspecto temporal: passado-presente-futuro. A história pátria possui, nesse sentido, uma teoria da historicidade, em que através da circunscrição do fato se extrai partículas de experiência da história passada. É o futuro do passado e o passado do futuro, além de ser a história do presente passado e do presente contemporâneo.³⁴⁰

A principal dimensão, e isso está no âmbito da ética, que coliga os sócios do IHGB é o “amor do seu país”. É um amor sem ostentação, na medida em que os sócios estão reunidos em uma assembleia de “doutos” cuja virtude da abnegação orienta as suas atividades. É um direcionamento que aciona virtudes de pertencimento à esfera pública. Este é o paradoxo orientador das atividades da instituição: caminha pelo internalismo das ciências, respeitando formas específicas de uma prática, bem como realiza um saber útil à sociedade de maneira ampla.³⁴¹ Ela é figurada como “um lugar sagrado” que só dá acesso aos “grandes eleitos da

³³⁸ FRANCO, Discurso... op. cit., 1903, p. 216. Sobre o desejo dos sócios da instituição de escreverem o grande livro da pátria no futuro ver HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica/RS, 2007. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2500> Acesso: 03 dez. 2020.

³³⁹ FRANCO, Discurso... op. cit., p. 216.

³⁴⁰ MOTA, João Xavier. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, p. 367.

³⁴¹ Peter Burke afirma sobre as relações entre internalismo e externalismo: “De um lado, temos a abordagem ‘interna’, que explica a mudança em uma ordem de conhecimento em termos de crescimento e declínio a partir de dentro; de outro lado, a abordagem ‘externa’, que associa a mudança dentro de uma ordem de conhecimento à

inteligência e do saber”. A “glorificação da pátria” aparece, nesse sentido, como um pensamento diretor, uma ambição de trabalho - um ideal maior que norteia o saber e o fazer de todos os sócios. E como sabemos: saber é poder.

O topos do amor pátrio³⁴²

Entre as falas dos sócios do Instituto Histórico encontramos a consciência e a percepção de que há a convivência de tradições historiográficas, modos de fazer, de pensar e de escrever a história brasileira - repertórios de conhecimentos comuns e partilhados, não sem disputas, que acompanham as suas atividades desde a sua fundação. Um lugar-comum nessas apreciações sobre a atividade historiográfica realizada ao longo do tempo nele diz respeito a sua representação como um local apropriado, e ajuizado, para a realização do chamado culto ao “amor das tradições nacionais”.³⁴³

O “amor pátrio” faz do país, para F. A. Georlete, o herdeiro imediato da civilização latina no continente americano, e esse sentimento, ademais, aparece como uma espécie de escudo contra interpretações que estereotipam o passado brasileiro, muitas das vezes o valorando por meio de uma taxonomia determinista. Em suas palavras: “Empenhar-me deste modo a favor de um país amado, cujos progressos se anunciavam extraordinários, e que havia de conquistar, em pouco tempo, a primazia entre os povos latinos, e tentar destruir lendas espalhadas por escritores pouco escrupulosos”.³⁴⁴

Basílio de Magalhães também mobiliza *o topos do amor pátrio*. Para compreender o Brasil, amá-lo, torna-se preciso a existência de um distanciamento do *mal de Nabuco*, o complexo nacional que compreende valorativamente nossos padrões de comportamento perpassados através do olhar do estrangeiro.³⁴⁵

mudança no mundo exterior a ele”. BURKE, Peter. *O que é história do conhecimento?* São Paulo: Editora da UNESP, 2016, p. 153.

³⁴² Para Joana Duarte Bernardes, os conceitos de pátria, liberdade, virtude, patriotismo, cidadão, igualdade e nação emergem na literatura europeia ligada a temas cívicos e a momentos revolucionários. “Assim foi na Inglaterra das revoluções do século XVII, na Revolução Francesa, nos movimentos antinapoleônicos e nos levantes populares da península Ibérica contra Napoleão”. BERNARDES, Joana Duarte. *O moderno do antigo...* op. cit., p. 253.

³⁴³ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 585. A temática do amor pátrio está presente no romantismo brasileiro. Nesse ambiente ela relaciona-se com a experiência estética do exílio e da saudade. Marcelo de Mello Rangel aborda esse assunto a partir da poesia de Gonçalves de Magalhães. “No ‘Oceano’, distante da ‘pátria’, tudo é ‘cemitério’, ‘horror’, morte, ou seja, a possibilidade de ser arrancado à alegria provocada pela companhia dos parentes e amigos. No ‘Oceano’, bem como na ‘pátria’, há ‘tempestades’ e ‘trovões’, entretanto apenas na ‘pátria’ o poeta encontrava ‘braços estendidos’”. RANGEL, Marcelo de Mello. *Gonçalves de Magalhães e a civilização do Império do Brasil através da poesia. História e perspectivas*, Uberlândia, vol. 24, n. 45, 2011, p. 172. Disponível em: <https://cutt.ly/acZpDXo> Acesso: 08 abr. 2021.

³⁴⁴ GEORLETE, F. A. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXII, parte II, 1909, p.377.

³⁴⁵ Sobre a temática do “mal de Nabuco” na paisagem intelectual da passagem do século XX ver JUNIOR, Guilherme Simões Gomes. *Mal de Nabuco. Paisagem, crônica e crítica. Tempo social*, São Paulo, vol. 27, n. 2,

Segundo Magalhães,

(...) essa juventude rebrilhante de talento vive a enaltecer em suas rimas formosas os canais de Bruges ou os luars de Veneza, e abebera-se de todo “leitmotiv” que traz o sinete de algum corifeu da escola do Velho Mundo, como se nada a seduzisse ao berço natal, como se a pátria nada houvesse que lhe livrasse a alma, estuante de emotividade, às mais supernas estesias³⁴⁶!

Em suma, em todos os artefatos literários, como no teatro, no conto, no romance, o que se constata é o predomínio, na Primeira República, daquilo que Basílio de Magalhães chama de “estrangeirismo”. Assuntos dos mais diversos, “passando por gregos, romanos e bíblicos”, são perpassados pelo pastiche ou pelo “mimetismo da produção abundante da França”³⁴⁷. Isso traz, nessa perspectiva de análise, a volta do colonial “gongorismo”. Para ele, amar o Brasil significa, assim, assumir um valor positivo para experiência da história propriamente brasileira, bem como para os seus artefatos culturais. Fala-se, então, de originalidade.

O tom nacionalista no discurso de Adolfo Augusto Pinto é claro, reforçando a ideia de pátria como local de origem, tanto no sentido subjetivo e identitário como no domínio objetivo de paisagem territorial. A configuração da pátria brasileira ocorre, em seu entender, por força da providência divina. Para a sua plena compreensão como substrato antropológico do ser nacional o historiador deve fazê-la conhecida e amada. Amada em sua natureza física, em sua gente e em seus costumes em comum:

(...) conhecido e amado nas suas coisas e em seus homens, o que, em suma, quer dizer: conhecido e amado na estrutura que o corporifica e na alma que o vem espiritualizando através dos séculos, e em sua geografia e história.³⁴⁸

Esse gesto, essa habilidade que a escrita da história provoca, evoca três formas distintas de elaboração da temporalidade: o passado é cultuado, o presente é ilustrado e o futuro é edificado de forma planejada. Isso leva à missão da agremiação: proporcionar “a solidariedade

2015, pp. 201-230, esp. p. 206. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/108183> Acesso: 08 abr. 2021: “O primeiro sintoma do mal de Nabuco é a sensação de estrangeiro na própria pátria, o desejo da viagem e a conclusão de que o perambular pela paisagem brasileira não vale um passeio no cais do Sena ou na estrada de Amalfi. O segundo sintoma é a inadequação no velho mundo e o reconhecimento de que as impressões causadas pelas melhores obras da civilização reverberam no *habitus* mental forjado no engenho de açúcar pernambucano, onde o menino passou os primeiros oito anos de vida; tema que é abordado na autobiografia de Nabuco em capítulo posterior: ‘Massangana’, a casa da madrinha, onde o homem tomou forma, na condição de senhor em uma sociedade escravista”.

³⁴⁶ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 597.

³⁴⁷ Idem, p. 587.

³⁴⁸ PINTO, Discurso... op. cit., p. 361.

do indivíduo para com a espécie e com os seus” - posicionamento de elevado pendor nacionalista, que para ser atingido necessita do amor à pátria.³⁴⁹

O *topos do amor pátrio* também é mobilizado por Manuel Porfírio de Oliveira Santos, que ao considerar o IHGB um “laboratório de pesquisas científicas”, uma “grande oficina de trabalho”, um “templo” e uma “escola”, também apregoa que o culto do passado é próprio do civismo republicano, que dizer, uma “grande virtude pública”, que se resume através das ideias de amor às “leis e à pátria”.³⁵⁰ O amor pátrio como civismo é um chamado aos brasileiros e às brasileiras para que se defenda, se estimule e se divulgue a federalismo científico como a forma de política mais adequada para o caso nacional. Isso não é considerado uma posição partidária por parte dos sócios, pois o federalismo é considerado o estágio mais avançado da democracia. O *amor pátrio*, e cívico, legitima o federalismo. Chega-se a chamar cada Estado de pátria.

De todo modo, a vida social ideal repousa, para Alberto Torres, sobre o altruísmo, mas ela tem a sua forma mais primária na família tradicional. A solidariedade coletiva, que excita o patriotismo cívico, ampara-se no desejo gregário da segurança material, derivando na família, nos estímulos afetivos, nas ações desinteressadas, no instinto do sacrifício e no esforço por outrem. É uma ilusão a supremacia do *amor pátrio* sobre o amor familiar tradicional, pois esse substrato primordial é, também, fonte fundamental para a emergência do civismo.³⁵¹

No discurso de posse de Artur Guimarães o *topos do amor pátrio* é acionado mais uma vez como condição *sine qua non* para a manutenção das tradições nacionais. “Qual dos ilustres consócios, a começar pelo venerando presidente atual do Instituto, não se abraça em santo patriotismo quando sonha para o Brasil elevados feitos e o quer grande, unido, forte, reto, próspero”.³⁵² O *amor à pátria* serve de esteio para uma tripla temporalidade: é exemplar, serve de guia ao presente e, ao mesmo tempo, é orientadora do futuro. Todos devem, embora haja diversidade de formação, abraçar a causa patriótica com amor. Ser patriota é conhecer a verdade em todos os sentidos: “se cometeu erros, é de seu interesse e dignidade saber quais foram, para os emendar, ou para não cair outra vez neles”.³⁵³ Mais do que individual esse deve ser a disposição temporal dos agentes sociais diante da sua pátria. Ama-se o passado, então, para que os seus erros não perpetuem.

O geólogo e “amigo do Brasil” John Casper Branner não concebe o progresso a partir do universo material que cerca os homens e as mulheres, mas, sim, a partir da dimensão

³⁴⁹ Idem, p. 361.

³⁵⁰ SANTOS, Discurso... op. cit., p. 800.

³⁵¹ TORRES, Alberto. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1911, p. 554.

³⁵² GUIMARÃES, Artur. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVII, parte II, 1904, p. 472.

³⁵³ GUIMARÃES, Discurso... op. cit., p. 473.

imaterial, espiritual, relacionada à constituição nacional e patriótica do povo. Para ele, não são os edifícios novos, as avenidas largas, as ruas bem calçadas, a iluminação elétrica, os incontáveis automóveis, tudo que é conhecido sob o nome de progresso, o mais importante. Pelo contrário: “o espírito forte crescente de nacionalismo e de patriotismo brasileiro, de fé iluminada e de confiança bem fundada no futuro deste grande país” está condicionado a forma como os seus cidadãos amam o seu lugar de origem e de destino. Para ele, a ideia errônea de que o progresso de uma nação é essencialmente material leva muitos indivíduos a abandonarem os seus costumes para adotarem costumes estrangeiros. Discorda radicalmente dessa ideia, pois desloca a essência dos conceitos de pátria e de nação. Necessariamente, cada nação tem as suas próprias características e é de se esperar, afirma o novo sócio, que o Brasil continue a ser o Brasil e cada vez mais brasileiro e patriótico – cada vez mais amado integralmente.³⁵⁴

De acordo com Laudelino Freire, o Instituto Histórico é o abrigo seguro do patriotismo, tão necessário ao tempo presente com suas “cristalinas fontes de instinto de nacionalidade”, fator imprescindível para a completa integração que oferece a consciência de que o Brasil é dos “seus filhos”. Mais: dos filhos que o amam.³⁵⁵ Ao que parece por sua fala, não são todos os “filhos” de modo integral, mas tão somente aqueles que se submetem ao ideal patriótico civilizador, sendo a pátria uma instância que marginaliza e separa.

A recuperação de futuros-passados patrióticos apontava para dois movimentos: um, que a dimensão patriótica estava presente em nossa história, sendo necessário resgatá-la, e outro, que essa dimensão era, ao mesmo tempo, produtora de uma cultura cívica no presente, importante para o estabelecimento da ordem pública.

O amor patriótico é, tendo em vista o que foi assinalado, entrevisto como produto e produtor de um modo específico de conceber a experiência histórica:

Foi o patriotismo quem deu-nos por pátria um país vastíssimo; quem formou a independência política com regime constitucional em 1822; quem assegurou a integridade dos povos do mundo sem a mácula da escravidão doméstica em 1888, e quem acaba de dar-nos o governo da democracia em 1889.³⁵⁶

Essa demanda pela difusão do patriotismo não deixa dúvidas acerca das expectativas de colocar a história em movimento, projetando-a em um futuro em aberto, em que as dimensões de exemplaridades vinculadas a esse sentimento devem instruir, mas a partir da condição da

³⁵⁴ BRANNER, John Casper. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 512-13.

³⁵⁵ FREIRE, Laudelino. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917, p. 745.

³⁵⁶ ARARIPE, Indicações, op. cit., p 289.

tomada de consciência de que se está experienciando uma nova temporalidade que deve ser elaborada *pari passu* com a construção da nação.

É fundamental para o conhecimento dos “grandes homens” da nação, assevera André Werneck, a observação do meio em que vivem em todas as suas condicionantes, ou seja, a visualização dos recursos que contam para servir a nação, onde “aproveitando, pois, as forças existentes, criando outras, e muitas, com material desequilibrado e heterogêneo, fazendo obra duradoura e útil” criam e fortalecem os laços que os prendem uns aos outros, provocando a solidariedade dos habitantes do mesmo território e dando origem ao amor da pátria.³⁵⁷ Os “grandes homens” republicanos ao serem circunscritos em seu meio, superando os atavismo deterministas, inventam modos de ser patrióticos.³⁵⁸

Para Werneck, a pátria representa, não é por acaso o recurso historiográfico da biografia entre os sócios, os “servidores” a que deve a sua grandeza, os que sabem impor a nacionalidade aos contemporâneos, quer dizer, os que usam do seu poder simbólico para o bem da liberdade, da prosperidade, da indústria e para a grandeza moral e material do país. Através do conhecimento do passado se pode julgar, para ele, o valor dos grandes homens da pátria, pois esse registro se modula “com ânimo desprevenido, abandonando pequenos senões que são comuns na natureza”.³⁵⁹ De todo modo, esses “grandes homens” só possuem esse estatuto, admite, por terem amado e cultuado a pátria.

Esses grandes homens eram entendidos como sujeitos brancos, cristãos e membros da elite política ou letrada.

Dessa maneira, Roquette-Pinto argumenta que o Brasil não é “inseparável”, mesmo com diversidade de gentes com seus costumes diversos e línguas diferentes. O amor à pátria e às tradições novamente é evocado: “(...) não de ficar sempre irmanados se a sua união amorosa for cimentada pelas tradições, agasalhadas na alma coletiva”.³⁶⁰

E o político e intelectual Alberto Torres assume que para homens e mulheres a imagem da pátria reside na ideia da sociedade que ampara e que protege no abrigo da lei dos costumes,

³⁵⁷ WERNECK, Discurso... op. cit., p. 333.

³⁵⁸ Para uma análise dos óbices das teorias do meio cf. MURARI, Luciana. “Em guerra contra a natureza: representações do conflito entre o homem e o meio no Brasil”. In: _____. *Tudo o mais é paisagem*. Representações da natureza na cultura brasileira. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24042007-111238/pt-br.php> Acesso: 03 dez. 2020.

³⁵⁹ WERNECK, Discurso... op. cit., p. 334.

³⁶⁰ PINTO, Discurso... op. cit., p. 590.

na sorte da família e na garantia do futuro da prole. Na contemporaneidade a pátria garante, acima de tudo, a segurança da ordem e do progresso.³⁶¹

Vemos, então, que o amor pela pátria é a própria garantia de existência de uma sociedade de tipo conservador – no passado, no presente e no futuro.

A pátria como antídoto ao *desterro*

As palavras de Afonso Celso na recepção ao sócio Gastão Rush são sintomáticas para o entendimento da pátria enquanto *loci*. Após afirmar a importância epistemológica de se conjugar história e geografia, que é o objeto de análise privilegiado por Rush em seu discurso, o orador destaca o “patriótico programa político e social” que o (re)conhecimento da paisagem nacional proporciona aos leitores-cidadãos da República:

A descrição física do Brasil revela belezas, riquezas, magnificências incomparáveis. Cumpre que a narrativa dos sucessos brasileiros corresponda ao cenário, o quadro não destoe da moldura, a constante conformidade se estabeleça entre os atos dos habitantes e os esplendores da natureza ambiente. Cumpre desmentir o insolente conceito atribuído a um viajante estrangeiro: ‘no Brasil, tudo é grande menos o homem’³⁶².

A noção de pátria como *loci* abrange tanto o reconhecimento amoroso da paisagem natal quanto o sentimento de situar-se no tempo a partir das suas origens.³⁶³ Para o agremiado Aurelino Leal: “É a consciência histórica do *habitat*, que ele aprendeu a amar através das tradições ouvidas, na lareira dos avós encanecidos; das lendas que os velhos lhe ensinaram, das superstições locais que lhe espalharam no cérebro, tudo a lhe afirmar a sua posição de representante de outras gerações, que venera e imita”.³⁶⁴

Segundo Gentil de Assis Moura, a pátria relaciona-se ao ambiente: ao solo de origem ancestral que oferece esteio à nacionalidade. Por esse motivo que a história não pode, em sua acepção, se desinteressar pelo estudo dos impactos do território e do clima sobre a orientação nacional. Cientificiza-se, para alguns sócios, a disposição sentimental diante da pátria. Deve-se reconhecer o solo da pátria e buscar, em plenos sertões, quem está sofrendo a “agrura do mais

³⁶¹ TORRES, Discurso... op. cit. p. 553.

³⁶² CELSO, Afonso. Discurso em razão da recepção do sócio Gastão Rush. *RIHGB*, tomo 70, parte II, 1907, p. 748.

³⁶³ E Joana Duarte Bernardes nos deixa inteirados sobre as faces da noção de pátria. Neste caso enquanto *loci*: “Sendo o *lugar onde se nasce*, sendo a paisagem, a terra que a vista alcança e cuja possibilidade de apreensão denuncia uma marcação física do *eu* (por conseguinte, a emergência de um efeito aurático advindo da *terra*), e uma *de*-marcação memorial que, pressupondo a distância temporal e (muitas vezes) geográfica, compreende a presença de *outros* tornados *patricios* - como uma *fidelidade*”. BERNARDES, Joana Duarte. O moderno do antigo... op. cit., p. 255.

³⁶⁴ LEAL, Discurso... op. cit., p. 707.

completo desconforto”. Não se pode deixar de abordar o “influxo histórico” formador do ser nacional e de se observar as “pegadas de nossos antepassados”, muito menos deixar de vislumbrar “a fascinação das cenas que as paragens evocam, das aspirações que geram, como que penetram no ar, não achando por certo que seja um elemento entranho neste meio”.³⁶⁵

Em suma, não se poderia deixar o(a) brasileiro(a) ser um estranho em sua própria pátria, um desterrado em sua própria terra. A preocupação com o desterro, do não reconhecimento de si, acompanha as preocupações dos sócios do Instituto no período. É justamente a partir de tal preocupação que a ideia de pátria ganha força enquanto eixo diretor explicativo e formativo via saber histórico. Estar no desterro significava, entre outras coisas, não se reconhecer identitariamente, estar perdido em temporalidades destoantes, alienado pela alteridade do Outro. Essa necessidade do recurso à pátria é mais do que apenas a menção ao solo de origem – é uma referência que supera o sentimento de não pertencimento a um dado agregado cultural, como se existisse um exílio em sua própria terra.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada oferece o antídoto para a possível desorientação de sentido que o sentimento de desterro tende a acarretar:

Pode-se admirar a magnificência das outras cidades, mas ninguém ama senão a cidade onde nasceu. Verdade axiomática na natureza humana, esse amor é indestrutível, é permanente em todos os estágios da existência, em todas as idades, em todas as condições.³⁶⁶

Destacamos que Ribeiro de Andrada tomava a ideia de pátria como uma predisposição antropológica do sujeito, ou seja, um dado próprio da natureza humana em sua ambição por situar-se identitariamente a partir da sua origem, não apenas por intermédio de um lugar geográfico, mas sentimental, no sentido de pertencimento afetivo para com as estruturas simbólicas de um grupo humano específico e natalício. Lembrando que estabelecer um ponto de origem patriótico significa silenciar trajetórias identitárias, patrióticas, que correm em paralelo ao plano de sentido que se estabelece.

De acordo com Alberto Torres, as formas de veneração prendem-se ao passado, ao apreço às “glórias de antanho” e ao culto à “memória dos avós” por força de um sentimento que nada tem de comum com o misticismo ou com os cultos religiosos dos antigos. O

³⁶⁵ MOURA, Gentil de Assis. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 87, parte II, 1920, p. 428.

³⁶⁶ ANDRADA, Discurso... op. cit., p. 387.

reconhecimento da paisagem natal dilata-se sentimentalmente, e nesse sentido realoca o homem junto a desordem³⁶⁷ do tempo, e vai ao horizonte da “terra do berço”, onde encontramos o

Canto dos pássaros e o perfume das flores que conhecemos. Mas as nossas almas ligam-se, na sociedade, por força dos costumes, das leis, dos interesses, das relações de comércio, mais íntimas da pátria, e, principalmente, pela sensação, de apoio e mutualidade, da vasta mutualidade vizinhança moral – desenvolvimento do sentimento doméstico – que nele se inspira e dele tira forças. Este é o sentimento dinâmico, o sentimento propulsor que nos dirige, apontando-nos o futuro, isto é, para a sorte da prole. A pátria é, em sua última essência, o lar da prole. O lar, os penates do homem moderno, estão ligados a imortalidade que tem na terra, na perpetuidade da família.³⁶⁸

O sócio do Instituto Joaquim Xavier da Silveira demonstra o valor da herança ibérica, motivo de entusiasmo entre certos intelectuais republicanos e condição para o país encontrar-se identitariamente, vencendo o sentimento de desterro ou de ruína:

Nada mais lógico, por conseguinte, nem mais consentâneo com os próprios ensinamentos da história, de que o elevadíssimo apreço em que temos as nossas origens ibéricas, e o carinhoso empenho que pomos em que se transmitam às populações futuras desta esplêndida região sul-americana o cunho de nossa nacionalidade e o acervo de nossas tradições”.³⁶⁹

Silveira Junior é taxativo acerca do papel da escrita da história no Instituto: criar vínculos identitários entre os cidadãos e as cidadãs da República a partir da ideia ancestral de pátria, tornando possível o que chama de unificação temporal entre passado e futuro. Sendo assim, a instituição possui como tarefa fundamental: refundar a “continuidade histórica entre a Pátria pretérita e a Pátria engrandecida do dia de amanhã”.³⁷⁰ A noção de pátria aparece como uma herança que se deve cultivar. Ela mobiliza elementos de vida e de unidade para brasileiros e brasileiras, lugar para se enfrentar a perenidade do tempo:

(...) sois vós, portanto, os executores dessa grande operação cultural do patriotismo, por meio da qual será legada a nossos filhos e nossos netos a pátria de nossos maiores, intacta e perfeita na sua substância e identidade – íntegra e um consequimento na pureza de sua individualidade nacional.³⁷¹

³⁶⁷ O diagnóstico dado não por poucos intelectuais da Primeira República aponta para a impressão de uma espécie de “desordem no tempo” da nação, como se houvesse um descompasso, no plano da ordem histórica, entre o que se quer ou pode ser e o que de fato é. Cf. NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13823> Acesso: 03 dez. 2020.

³⁶⁸ TORRES, Discurso... op. cit., p. 555-556.

³⁶⁹ JUNIOR, Discurso... op. cit., p.649.

³⁷⁰ Idem, p.649.

³⁷¹ Ibidem, p.650.

O Instituto era considerado, nesse sentido, um dos detentores do patrimônio histórico-cultural nacional de tipo colonizador, e essa tarefa não era de pequena envergadura, posto que sem os operosos trabalhos dos seus sócios existia a possibilidade, sobretudo pela velocidade da passagem do tempo naquela contemporaneidade, do seu desaparecimento.

A odisséia brasileira é resumida da seguinte forma: defesa do território dos invasores estrangeiros no período colonial e assimilação do negro e do indígena ao influxo português, suspendendo os estigmas da degeneração³⁷² advindos da noção de raça. Se deseja a superação “desse prejuízo das raças a que o verniz do gobinismo tolamente emprestava máscara de ciência (...)”. Essas disposições históricas marcam a identidade nacional e alçam o Brasil à categoria de sociedade supostamente civilizada: ele passa a ser concebido como um incidente do passado, fruto do acaso e sem o determinismo das filosofias da história e de certos evolucionismos ou a pecha do providencialismo. O passado nacional, essa herança e esse patrimônio, não é traumático para Ribeiro de Andrada, porém é positivado sem grandes conflitos, sobretudo quando observado pela lógica identitária: “nossas prendas avultam obscurecendo nossos defeitos”, e o “nosso passado, adorna-o um exame de singularidades boas”.³⁷³

Basílio de Magalhães mobiliza o regime historiográfico nacionalista-patriótico. Para se evitar as desterro, a sensação de efemeridade das coisas mundanas, faz-se necessário o conhecimento do ser da brasilidade em todos os seus sentidos, passando desde o domínio étnico e chegando mesmo às atividades de melhoramento social e político. O nacionalismo pregado pelo autor está relacionado ao desejo de ver o país se “peculiarizar”. É necessário “tomarmos forma própria, como todo povo que quer viver digna e cumpridamente ao consórcio universal”.³⁷⁴ É possível identificar-se com os legados da cultura ocidental, admirar o mundo greco-romano e se maravilhar com as civilizações levantinas. Tudo isso é possível, mas só a partir do momento que tivermos, em última medida, “esgotado a matéria prima nacional, e como uma distração de viajeros ricos e ociosos”.³⁷⁵

Nesse sentido, se passa a pensar a interação de brasileiras e de brasileiros com o substrato nacional através da forma de culto: “(...) só o culto acendrado de nossas tradições pode tonificar a geração de agora, amolentada, além do mais, por esta desoladora crise proteiforme, que a alquebra e apavora simultaneamente”³⁷⁶.

³⁷² Sobre a recepção das teorias científicas raciológicas no Brasil e seus usos por intelectuais os mais diversos ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

³⁷³ ANDRADA, Discurso... op. cit., p. 385.

³⁷⁴ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 597.

³⁷⁵ Idem, p. 597.

³⁷⁶ Ibidem, p. 599.

Culto e cultivo aparecem correlatamente: cultivar, ou seja, dar vida ao sentimento patriótico. Esse movimento, ou disposição, era uma verdadeira construção, ainda valendo-nos da ideia de culto como cultivo e, também, como veneração. O que implicava, também, uma depuração daquilo que pode ou não pode ser da ordem patriótica. Esse gestual leva a largos traços de ufanismo. Diante da desordem do tempo o remédio do amor à pátria, do avivamento nacionalista, parecia ser um caminho para o ordenamento experiencial e para a transcendência da sensação de desterro. “Precisamos desse culto, como de um remédio urgente e eficaz”³⁷⁷.

O regime historiográfico nacionalista-patriótico, essa formação discursiva ou paradigmática, tem como eixo uma máxima historiográfica formulada por Eduardo Prado, qual seja, a história “é uma escola de patriotismo e de dignidade cívica”.³⁷⁸ E o sociólogo e historiador Oliveira Vianna tem uma concepção contemporânea de pátria, que significa a terra dos ancestrais ou a terra dos pais, o mundo em que vivem os antepassados, ou o cultivo do solo a partir de toda a espiritualidade que o termo confere:

(...) centro da grei, com as tradições que eles criaram, com a civilização que fundaram, com as dores que sofreram, com as alegrias que tiveram, com as glórias e triunfos que alcançaram. Mas, se o novo patriotismo renega o passado, renega tudo: logo, renega a pátria – e será preciso forjar com os materiais da nossa língua, um novo vocabulário para exprimir o patriotismo desses patriotas sem pátria³⁷⁹

Essa forma de culto do passado, de admiração por ele, como resposta ao sentimento de crise da ordem do tempo e do sentimento de desterro, não implica em um retorno ao passado por ele mesmo, ou desdém com o presente, e indiferença para com o futuro. Essa admiração tinha, então, a função de prestar homenagem aos agentes sociais do passado, fazendo os contemporâneos herdeiros de uma pátria. Estes possuem exemplos a seguir, pois naquele contexto a história, ao menos como saber, ainda ensina, é *magistra vitae*, o que abre condições para os patriotas do futuro construírem a nação.

A luta contra a ruína³⁸⁰, ou contra o sentimento de desterro, movimentava, também, o *topos* do *amor pátrio*. Ela é o antídoto para os males nacionais. “O mal de muitas almas

³⁷⁷ Ibidem, p. 598.

³⁷⁸ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 450.

³⁷⁹ Idem, p. 450.

³⁸⁰ Para uma teorização sobre a ideia de ruína a partir da obra de Euclides da Cunha ver HARDMAN, Francisco F. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides da Cunha. *Estudos avançados*, 10, 26, 1996, pp. 291-310. Disponível em: <https://cutt.ly/ucLLdwS> Acesso: 08 abr. 2021. Cabe salientar que há duas formas de se conceber as ruínas. A primeira, de matriz romântica, insere as ruínas naquilo que é chamado de antiguidades nacionais, servindo, então, como fato de contemplação. Porém, há o sentimento de arruinamento. Ele parte desta lógica: aquilo que não é antes de ser.

brasileiras é o de se acharem desprendidas do passado e desenraizadas da terra”.³⁸¹ Na intuição de Eduardo Prado, o Brasil se compõe por sujeitos desnacionalizados, isto é, eles se constroem identitariamente a partir de signos de sentido emanados dos Outros.

A pátria é visualizada por Afonso Arinos como elemento de coesão social - material e imaterialmente. Uma unidade invisível que forma a imaginação do nacional:

Mas, essa unidade, essa coesão, de cuja realidade material poderia nascer e vibrar a alma brasileira, como a harmonia imaterial e divina resulta e nasce da união das peças grosseiras de uma lira, segundo a imagem Simnies, no seu diálogo com Sócrates, referido no Fédon, de Platão; essa unidade, condição indispensável a que o povo brasileiro ocupe lugar no mundo, está ameaçada todos os dias, não pelos estrangeiros, mas por nós mesmos.³⁸²

Na pátria está a origem das origens. É um sentimento que congrega o culto dos antepassados e o reconhecimento pelos “serviços prestados”. É a gratidão exemplar e a conservação da raça, da religião, da língua - “todas as qualidades de permanência”.³⁸³ A *colonialidade do poder* é explícita nessas variantes do significado de pátria.

Nesse sentido, é tempo, pondera Afonso Arinos, de cultivar elementos próprios da pátria, como por exemplo a “constância”, o “respeito pelas causas permanentes”, “o amor pelas causas definitivas”, “a percepção do instinto de estabilidade”. Sem essas qualidades a ordem social está ameaçada. Além disso, sem elas os povos se dispersam, se pulverizam ou entram em estado de decadência absoluta. “No meio desse fermento de desagregação, vós sereis como as amphycionias gregas, meus senhores, vós tereis essa alta missão social e política de velar pela tradição e o culto comuns”.³⁸⁴

Para Artur Pinto Rocha, é no seio da história pátria, como se fosse um verdadeiro “relicário”, que o pensamento fomenta laços de coesão entre os agentes históricos, os fazendo viver em sociedade e partilhar os mesmos vínculos; oferecendo, assim, condições do humano transcender o desterro, próprio das formações nacionais no movimento conflitante de identidade e de alteridade a que passam no momento de avaliar o seu pecúlio patriótico.³⁸⁵

Pátria e nacionalismo

Wilson Martins reconstrói, na *História da inteligência brasileira*, os horizontes de expectativas de homens e de mulheres de letras da Primeira República ao afirmar que esse é um

³⁸¹ PRADO, Discurso... op. cit., p. 239.

³⁸² FRANCO, Discurso... op. cit., p. 217.

³⁸³ Idem, p. 217.

³⁸⁴ Ibidem, p. 219.

³⁸⁵ ROCHA, Artur Pinto. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVIII, tomo II, 1915, p. 676.

“período de intensa reafirmação nacionalista”, no qual se reconciliam velhos(as) e moços(as), revolucionários(as) e conservadores(as), militares e civis. Há uma bruma densa e agônica que sinaliza que um mundo acabou e que algo de desconhecido está por vir, “mas o veículo comum de todas as reformas possíveis ou imagináveis era o nacionalismo”. E tal atmosfera nacionalista não passava despercebida aos olhos dos sócios do IHGB.³⁸⁶ O nacionalismo não era apenas uma fórmula política, mas um princípio organizador que justificava e ao mesmo tempo orientava as investigações daquela antiga agremiação carioca.

Assim, o conhecimento do passado não se apresentava, para alguns dos sócios do Instituto, como um mero atrativo de colecionador ou constituído por cenas que satisfaziam a curiosidade dos leitores. Não era apenas de “interesse paleológico”: ele era entendido como uma escola de educação cívica - fórmula incomparável de desenvolvimento do nacionalismo³⁸⁷, onde se poderia, no limite, delimitar a própria consciência coletiva. Considerava-se que por meio dessa forma específica de abordar o tempo localizavam-se as melhores condições de emular e de conferir credibilidade ao civismo, surgindo daí a força para enfrentar os problemas contemporâneos mais urgentes. É o que se pode chamar, pois, de “verdadeira moral da história”, segundo Afrânio Peixoto. Há, portanto, a promoção de um compromisso com a esfera pública, em que se disponibiliza elaborações simbólicas, identitárias e de sentido para a ordem republicana.³⁸⁸ O posicionamento de Peixoto, que congrega “civismo patriótico” e “nacionalismo”, também não é algo novo na vida intelectual do Ocidente.

Em 1882, o historiador francês Ernest Renan, uma referência corrente na atmosfera intelectual brasileira na Primeira República, também formaliza essa aproximação em uma famosa aula na Sorbonne. Para ele, a nação é “um princípio espiritual”, formado por estes atributos: “a raça, a língua, os interesses, a afinidade religiosa, a geografia, as necessidades militares”. Nessa ordem de fatores há dois caminhos que o historiador deve observar para se compreender o sentimento nacional:

³⁸⁶ MARTINS, Wilson. Pátria, latejo em ti. In: ____; *História da inteligência brasileira (1915-1933)*. Vol. VI. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

³⁸⁷ As ideias de nacionalismo dos sócios do Instituto podem ser melhor entendidas a partir da clássica formulação defendida por Benedict Anderson: uma união entre todos os cidadãos em torno de um sentimento, de cariz antropológico, compartilhado. No nacionalismo moderno a sociedade não é mais imaginada a partir de uma imagem central legitimada por um poder sobrenatural, porém, se organiza em torno do sentimento de consciência nacional. Ele ressalta a importância da linguagem comum para o nacionalismo, ou seja, os cidadãos partilham signos intersubjetivamente como forma de evidenciar a fidelidade à causa nacional. Em suma, o nacionalismo é uma identidade compartilhada, soberana e finita, a qual os cidadãos projetam toda a sorte de sacrifícios. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³⁸⁸ Para uma análise que concretiza os argumentos de Afrânio Peixoto conferir GOMES, Angela de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. *Anais do XXV Seminário Nacional de História*. Fortaleza: UFC, 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/RcLGk5J> Acesso: 08 abr. 2021.

(..) a posse em comum de um rico legado de lembranças; a outra, o consentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar a valer a herança que recebemos indivisa. (...) A nação, como o indivíduo, é o resultado de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de devoções. O culto dos ancestrais é, entre todos, o mais legítimo; os ancestrais fizeram de nós o que somos. Um passado heroico, grandes homens, glória (refiro-me à verdadeira), eis o capital social sobre o qual assenta-se uma ideia nacional. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter feito grandes coisas juntos, querer continuar a fazê-las, eis as condições essenciais para ser um povo. [...] No passado, uma herança de glória e lamentos a ser partilhada, no futuro, um mesmo programa a ser realizado (...). Uma nação é, pois, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizemos e daqueles que ainda estamos dispostos a fazer. Ela supõe um passado; resume-se, porém, no presente, por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum.³⁸⁹

Vemos que a ideia de nação se vincula à de pátria, pelo fato de exigir um território, real ou imaginário, e uma população. Para a nação se afirmar como um “nós”, ela deve narrar-se, pois, como um destino social ditado pelas origens. A pátria é “(...) o alfa fundamental de todas as filiações étnico-culturais e políticas, matriz que age como um apelo, ou melhor, como uma herança, cujo dever de transmissibilidade acena para contornos escatológicos”.³⁹⁰ A nação é ôntica e cronologicamente posterior à pátria. O que não se percebe, nessa operação, é que o estabelecimento das origens implica, necessariamente, um uso político do passado.

De qualquer forma é preciso, para Afrânio Peixoto, nacionalizar a nação, proporcionando uma visada social sobre ela em sua dimensão de pátria. Ressalta-se, nesse movimento, os trânsitos complementares entre cultura e civilização. É suspensa a noção prévia de vícios e de virtudes e elabora-se o nacional (o seu ser) sem o espectro do Outro lhe conformando e estigmatizando. Em suma, busca-se o rompimento com todas as formas e com todos os tipos de estereótipos projetados ao Brasil e aos brasileiros³⁹¹. Ao mesmo tempo que internamente a imagem construída para combater os estereótipos externos segmenta grupos sociais diferenciais, estereotipando-os. Argumenta o estudioso:

³⁸⁹ RENAN, Ernest. O que é uma nação? Apud: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997, p. 38-40.

³⁹⁰ CATROGA, Pátria e nação, op. cit., p. 23.

³⁹¹ Tania Regina de Luca também entende, em seu estudo sobre a *Revista do Brasil*, que no contexto da Primeira República há, por parte dos intelectuais, uma revalorização do passado nacional no sentido de redescobri-lo sem o filtro estrangeiro. “A história, a geografia, a língua, a produção literária, o sistema político, as características antropológicas da população passaram a ser esmiuçados num esforço que, segundo seus mentores, permitiria aos brasileiros assenhorearem-se efetivamente do país”. LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 41.

Já no-los descreveram, sentados indolentemente sobre os calcanhares, à porta do rancho, pitando descalços o seu cigarro de palha, cuspidando para o lado, o olhar baço que mira sem ver, quase em modorra, tanto sem ação sem pensamento... Ou então, em uma arrancada, sobre alazão, por montes e vales, cerrados e caatingas, campeando o barbatão, dias de esforço e de luta heroica, apenas com um punhado de paçoca e um gole de água. Tiram daí conclusões definitivas sobre o Brasil todo, e de sempre, preguiçoso e inerte para uns, sóbrios e sofrendores para outros³⁹²

A acolhida de Basílio de Magalhães junto à corporação do Instituto é marcada pela “ufania” e pelo “deslumbramento”. Para ele, a figuração dos trabalhos do IHGB movimenta-se *pari passu* ao regime historiográfico nacionalista-patriótico, bem como se coaduna com o *topos* do *amor pátrio*. Além disso, vale notar que a ideia de pátria defendida por esse sócio no contexto republicano é, também, aproximada da ideia de civismo, ou seja, ela se organiza a partir da imposição de um dever coletivo sobre a esfera pública republicana.

Em suas palavras:

Fidalgamente acolhido nesse templo das nossas venerandas tradições, mais me aviventa a fibra, sempre vibrante de um civismo que repontou na quebra auroral da existência e se não entibiou jamais, ainda quando o atritaram as primeiras desilusões amargas de uma senda sonhada como um tapiz de rosas e onde, entretanto, abrolharam, triste e pavidamente (...).³⁹³

Os trabalhos históricos do estudioso servem de contribuição para “esse patriotismo doutrinado e inflexivo” elaborado no IHGB. O patriotismo é a ideologia da República. A figuração do grêmio poderia ser caracterizada por meio das seguintes adjetivações: “Uma nau batida e sequiosa de tradições”, isto é, “o amado Brasil” a quem as suas pesquisas se voltam.

Magalhães não deixa de apontar, em seu discurso de 1914, com tristeza os confrontos bélicos que movimentavam a Primeira Guerra Mundial. Para o intelectual, a resolução dos impasses envolvidos nesse conflito se operaria por meio do fortalecimento do sentimento nacional, no sentido de autoconhecimento identitário e reconhecimento positivo da alteridade.

Este excerto resume o que o é o espírito patriótico do autor:

Choremos essa medonha hecatombe de seres humanos e este atouso desabar de monumentos de civilizações multimilenárias, nos quais acaba de engolfar-se, com rubra e retroante insânia, quase todo o Velho Mundo!³⁹⁴

O remédio para essa situação encontrava-se no elemento patriótico, e ele deve ser requerido no sentido do fortalecimento da identidade nacional. A ideia de pátria associa-se,

³⁹² PEIXOTO, Discurso... op. cit., p. 506.

³⁹³ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 598.

³⁹⁴ Idem, p. 600.

como vimos, a de civismo em Basílio de Magalhães. Uma pátria congrega, no limite, os “impulsos da própria sinergia, [prosegue] a sua rota de paz em demanda do progresso e do porvir, sempre livre, sempre unida, sempre grande e sempre forte”.³⁹⁵ A pátria é, nesse sentido, uma organização sócio-simbólica bastante eficiente, agindo ideologicamente no estabelecimento do novo regime, que a requer como civismo.

No cerimonial de posse do presidente americano Theodor Roosevelt a questão da temporalidade das Américas naquele contexto historiográfico e político foi colocada em relevo, bem como as diretrizes patrióticas de reforço das identidades nacionais dos países americanos. Advogava Roosevelt, com exceções mínimas, que todas as nações americanas, incluindo o Brasil, possuem um legado comum da “civilização ocidental”, mas em contraste com as velhas nações divergentes belicamente da Europa possuem substancialmente formas análogas de governo e paralelos de ideais, de religião, de passado e de cultura.³⁹⁶ São, portanto, os elementos patrióticos que agem junto à estruturação de uma nacionalidade, dando a ela identidade e a possibilidade da compreensão da alteridade; do Outro como construção social e cultural, o que auxilia na resolução de todo e qualquer desconcerto entre comunidades imaginadas.

Para Oliveira Vianna, o que a observação atenta dos países com “efervescência patriótica” demonstra é que o orgulho nacionalista do passado corresponde, *pari passu*, ao orgulho com relação as expectativas de futuro que se elaboram no presente. Esse movimento permite a fuga de estereótipos dados pelos Outros e a revivência daquilo que o ser nacional possui de forma *sui generis*. Essa abordagem oferece, em resumo, o culto nacional do passado enquanto instância “sagrada”, mesmo que pareça em um segundo momento uma essencialização. E reforça a argumentação:

Toda marcha impetuosa para o futuro busca sempre as razões de seu ritmo na admiração das grandezas ancestrais. Nunca como agora, o sentimento nacional dos grandes e pequenos povos se mostrou mais robusto e militante; mas nunca, como agora, o culto do passado, o orgulho do passado, o sentimento do passado se mostraram também mais ardentes, mais vivazes, mais conscientes, mais profundos. Todos os povos como que se voltam sobre si mesmos, procurando, nas suas tradições e na sua história, o segredo da sua força, o sentimento da sua unidade, a revelação do seu futuro.³⁹⁷

Não era uma volta ao passado por ele mesmo o que estava em jogo para esses sujeitos, mas uma forma de buscar no pretérito, tal qual a *história mestra da vida* prescreve

³⁹⁵ Ibidem, p. 600.

³⁹⁶ ROOSEVELT, Theodor. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 677.

³⁹⁷ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 452.

modernamente, exemplos que orientassem o presente e projetassem um futuro em aberto. Isso passava, necessariamente, por políticas da memória compassadas com o(s) republicanismo(s).

Tendo isso em vista, a pátria, na visão de Afrânio Peixoto, também se confundia com a tarefa do civismo, sendo uma escola de patriotismo. O civismo modelarmente recuperava os ícones do passado que se querem, agora, republicanos. Grandes homens e grandes feitos são projetados ao futuro. É uma profissão de fé essa atividade: um caminho para a educação nacional. No seu labor diligente, as atividades do IHGB ofereciam um arquivo de civismo. As suas “memórias” passavam a ser partes de um quebra-cabeça cuja construção levaria ao entendimento da nacionalidade. É “um batismo civilizado, na promessa milagrosa dos seus primeiros passos, para essa maravilha que hão de ver os pósteros assombrados”.³⁹⁸

De acordo com Roquette-Pinto, “o Brasil precisa do nosso esforço para a sua nacionalização definitiva”.³⁹⁹ E fala nesse contexto do tema da “grande pátria”, que se diferencia de imperialismo e aparece como a instância garantidora da identidade de todos os seguimentos sociais através da ideia de nacionalismo.

Do todo ao fragmento a pátria, nos discursos pronunciados na instituição, é desejada através do conagraçamento das suas partes, “qual uma grande família cujos filhos prosperam nos seus lares, trabalhando pelo bem comum e ligados pelo mesmo intento”.⁴⁰⁰ O problema é que esse mosaico que abrange a noção de pátria conta com peças autônomas ou de outro tabuleiro, dito de outra forma, o ideário patriótico autocentrado pode se dirigir para as periferias do país em um processo neo-civilizador.

O regime historiográfico nacionalista-patriótico, estudado através do Instituto, antecipa cronologicamente as dimensões próprias daquilo que Christian Lynch chama de “paradigma nacionalista periférico”. A emergência desse paradigma sugere uma mudança na maneira de conceber o lugar específico dos países periféricos no mundo, bem como a maneira pela qual se afere a “qualidade” da sua produção cultural. Conforme ele pontua: a

“(…) crítica às concepções evolucionistas unilineares que haviam predominado sob o paradigma cosmopolita permitia identificar a singularidade de cada nacionalidade. Essa crítica matizava a crença na universalidade dos modelos, avançando, em seu lugar, a tese de que cada país possuía uma trajetória própria (...)”.⁴⁰¹

³⁹⁸ PEIXOTO, Discurso... op. cit., p. 504.

³⁹⁹ PINTO, Discurso... op. cit., p. 590.

⁴⁰⁰ Idem, p. 590.

⁴⁰¹ LYNCH, Christian. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 56, n. 4, 2013, p. 745. Disponível em: <https://cutt.ly/1cLM3KK> Acesso: 08 abr. 2021.

Mesmo assim, é imperioso dizer, no âmbito local se recria as disposições simbólicas de domínio entre centro e periferia.

Há em algumas falas dos sócios o desejo de nacionalizar o Brasil, de mostrar ao mundo civilizado as características marcantes da pátria. Existe um passado já estudado pelas gerações anteriores, porém na República há, para alguns estudiosos, o reclame por uma pátria que esteja desvinculada das dimensões ocidentalizantes que marcam a sua construção no século XIX, para mostrar ao Brasil o que há de brasileiro em nosso país. O remetente discursivo sempre é a pátria, instância que supera o Estado-nação e a própria ideia de sociedade, destinos manifestos do discurso histórico no século anterior.

Roquette-Pinto esclarece a sua posição intelectual: “À medida que os anos vão chegando o que o entusiasmo contemplativo das primeiras idades se vai transformando, sinto cada vez mais que o Brasil precisa ser conhecido e nacionalizado”.⁴⁰² Acreditamos, nesse sentido, que o patriotismo seja uma espécie de pêndulo entre centro e periferia. Além disso, havia muito o que ser estudado na história do Brasil, não sendo uma história fechada sobre si mesma.⁴⁰³

Esses dois vetores se aproximam dialogicamente: nacionalização da pátria e conhecimento mais aprofundado da mesma: “O que nos falta é conhecer o que se tem descoberto e conhecido”.⁴⁰⁴ Então, esses elementos conjugam-se um ao outro em forma de desejo historiográfico: “Abra-se o melhor mapa do Brasil; por pouco que se tenha andado pelas terras do colosso verse-a quantas coisas faltam nessa carta para que ela possa orientar um naturalista, um industrial, um comerciante ou um estadista”.⁴⁰⁵

Os analistas da situação nacional não poderiam se esquecer das artimanhas do meio, no sentido de singularização identitária territorial. A teoria do clima está presente no pensamento de Afrânio Peixoto por ser uma fórmula invisível que condiciona os aspectos nacionais. Mas é por converter tão bem a natureza, em uma direção contrária à bastante difundida teoria de Buckle, que se “enche de brio” o ser nacional. Para o autor, é premente redescobrir o Brasil com toda a aparelhagem científico-historiográfica disponível. É pátria enquanto desvelamento.

Enquanto isso, até mesmo uma periodização temático-identitária foi formulada por Ribeiro de Andrada para criar horizontes de sentido à experiência histórica brasileira. Baseada

⁴⁰² PINTO, Discurso... op. cit., p. 588.

⁴⁰³ “Ao mesmo tempo, o campo de estudos históricos encontrava-se em plena formação, exigindo certa autonomia em relação a outros tipos de estudo; estabelecendo as regras para uma historiografia cientificamente orientada e impondo um ideal cívico-patriótico com o qual aqueles que escreviam a história deveriam se identificar”. GONTIJO, *Historiografia e ensino de história...* op. cit., 2006.

⁴⁰⁴ PINTO, Discurso... op. cit., p. 588.

⁴⁰⁵ Idem, p. 588.

nas idades do país, ele propôs um esquema formativo em que os elementos patrióticos emergiam como condição para a identificação da nacionalidade. Interessante sublinhar que a ideia de história pátria possuía a característica de estar acima dos interesses políticos de cada época e dos regimes instaurados. A história pátria podia ter a função de criar distância histórica diante do passado português, não no sentido de negação absoluta de um passado que já foi partilhado, mas, sim, em termos de ajustes de contas sem litígios: “O Brasil já é alguém de valor iniludível na família dos povos. Licitamente, generosamente ajustou suas contas ao deixar o teto paterno”.⁴⁰⁶ Em sua infância, mas já nos primeiros rasgos de soberania, derrotou o invasor holandês; a Batalha dos Guararapes foi a sua puberdade; a maioria veio com o Ipiranga; a Regência representava os desencontros de quem se faz adulto; o Segundo Reinado o momento do juízo definitivo; a participação nas convenções de paz em Haia significava o momento exato em que o Brasil se fazia merecedor de estampar o *status* de nação ilustrada diante da civilização.

Temos, ainda, o nacionalismo patriótico de Alfredo Pinto Vieira Melo que procura não induzir hostilidade aos de “outras terras” ou de outros continentes, pois podem colaborar na grande obra do dito progresso brasileiro. Porém, Melo combate o “cosmopolitismo”, que se infiltra na vida das nações e que conduz ao “comunismo” negador da noção de pátria. O nacionalismo defendido por Melo se moldava às preocupações locais.

Era uma concepção de federalismo político como símbolo sagrado da união indissolúvel da pátria, na qual há o vínculo comum que estreita a solidariedade entre os Estados, ou seja, algo absolutamente conveniente para a conjuntura político-social da Primeira República e que afastava os detratores da carta de 1891. Essa ideia consistia na defesa da soberania perante qualquer outra nação, na prática confiante da justiça como ideal supremo de força moral, no sentimento de confraternização, na educação cívica da mocidade; tudo isso para não deixar o país ser absorvido pela indiferença cosmopolita que assombrava as “grandes nações”.⁴⁰⁷

Então, a história pode seguir, conforme quer Melo, a sugestão de Robertson, qual seja, de acompanhar o desenvolvimento e a constituição das nacionalidades: devendo assinalar, em última medida, as modificações efetuadas na legislação, nos usos e nos costumes, na política - em tudo aquilo que concorresse para o aperfeiçoamento do sentimento patriótico e das instituições.⁴⁰⁸ Era a concepção, como pode ser entrevisto, moderna de história.

Além do mais, ela pode ser também, afirma Olegário Herculano, próxima da “doutrina de Guizot”: o estudo dos fenômenos sociais que diretamente atuam sobre a vida da pátria para

⁴⁰⁶ ANDRADA, Discurso op. cit., p. 386.

⁴⁰⁷ MELO, Alfredo Pinto Vieira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 85, parte II, 1919, p. 349-50.

⁴⁰⁸ MELO, Discurso... op. cit. p. 350.

dali retirar ensinamentos que circunscrevem, então, o Estado e a sociedade, tanto física quanto moralmente.⁴⁰⁹ Era o magistério da história. Ou seja: se desejava efetivar um movimento no plano do devir histórico que cria e recria o nacional, amparado por uma base patriótica.

⁴⁰⁹ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 428.

Capítulo 4 - *Historia magistra vitae?* O aprendizado da história no IHGB

(...) nem por isso deixa a História de ser mestra da vida, a fonte justa onde se bebem as lições do passado, sem cujo conhecimento não teríamos hoje a maravilhosa obra deste glorioso Instituto.⁴¹⁰

Ainda sobre a querela entre antigos e modernos... na Primeira República?

Uma das discussões que acompanha a disciplinarização⁴¹¹ da história no Brasil, desde ao menos a fundação do IHGB em 1838, está ligada à por vezes implícita caracterização do saber dos historiadores antigos face ao saber dos modernos.⁴¹² No Instituto Histórico republicano encontramos ecos dessa contenda, que passou a ser relevante para a delimitação de um discurso considerado historiográfico. O par antigo/moderno tornou-se, desde que deslocado como uma espécie de ferramenta heurística, apto a nos oferecer um entendimento adequado da história em movimento, quer dizer, por um lado aponta para os distanciamentos que o conhecimento histórico, em processo de disciplinarização, toma diante das heranças clássicas e, ao mesmo tempo, deixa em evidência quais são os desafios que os obreiros de Clio enfrentam, sobretudo, no que tange à questão da cientificidade da história.⁴¹³

⁴¹⁰ SANTOS, Discurso... op. cit., p. 800.

⁴¹¹ Michel Foucault, em sua aula no Collège de France *A ordem do discurso*, afirma que uma disciplina pode ser definida da seguinte maneira: “um domínio de objetos, um conjunto de métodos e um *corpus* de proposições” que passam a ser considerados legítimos, com valoração de verdade, conformando certas regras, técnicas e instrumentos conhecidos. De algum modo, esses instrumentos são compartilhados por determinados grupos, coletivos de pensamento, por intermédio de um jogo dinâmico de consensos e de dissensos. Em outra oportunidade, esclarece o conceito de disciplina: “conjunto de elementos (objetos, tipos de formação, conceitos e escolhas teóricas) a partir de uma única mesma positividade, no campo de uma formação discursiva unitária”. Todo esse aparato de saber, de formas de prover inteligibilidade ao mundo fenomênico, fica à disposição daquele que queira dela se valer epistemicamente. A validação dos conhecimentos inscritos em uma disciplina não está vinculada a nenhum autor em especial, mas, sim, a uma comunidade discursiva historicamente ambientada. Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Editora Loyola, 2007, p. 30; FLECK, Ludwik. Consequências para a teoria do conhecimento... Op. cit., 2010; FOUCAULT, Michel. *Saber, historia y discurso*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015, p. 86.

⁴¹² Rodrigo Turin analisa a recepção dos antigos, ou da antiguidade clássica, nas duas primeiras décadas de funcionamento do IHGB, momento que coexistiam os modelos antigos e modernos de história. “De todo modo, longe de ser algo naturalizado, porque ainda a ser construída, a elaboração de uma escrita moderna da história nacional não deixaria de coexistir e de confrontar-se, de diferentes formas e com sentidos diversos, com a autoridade da tradição clássica”. TURIN, Rodrigo. “Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). *Revue électronique du CRH*. v. 7, 2001, p. 1. Disponível em: <https://journals.openedition.org/acrh/3748> Acesso: 08 abr. 2021. O autor reitera que não há um único uso possível, ou somente um eixo de recepção, dos antigos entre 1840 e 1860. E recupera estes 5 horizontes compreensivos sobre os antigos: 1) críticas à autoridade dos antigos; 2) seu uso como emulação; 3) os antigos enquanto figuras de autoridade; 4) seu uso comparado com os indígenas. 5) seu uso para heroizar vultos da história brasileira.

⁴¹³ A historiadora Angela de Castro Gomes sintetiza o principal eixo das discussões fomentadas por aqueles sujeitos que se arrogam historiadores, e que são percebidos como tais, naquela sociedade letrada. De um lado há as “demandas da conjuntura política, que se traduzem em pontos substantivos a serem contemplados na narrativa da história do Brasil: datas, vultos, eventos, explicações, etc. Mas eles também envolviam toda uma discussão sobre a própria natureza e características do saber histórico, remetendo-o ao tipo de produção que estava sendo consideradas como científica”. GOMES, Angela de Castro. *A república...* Op. cit., p. 25.

Talvez o que possa ser assinalado de imediato é que o saber histórico elaborado na Primeira República ainda traz em seu cerne resíduos das disputas epistêmicas entre antigos e modernos, e talvez esteja aí uma das suas especificidades. Há momentos de coadunação justaposta entre os pares. Por vezes encontramos, dependendo do pecúlio intelectual de determinado sócio da agremiação, maior pendor para os modernos ou maior simpatia pelos antigos. Mas o que vale ressaltar é que o par estava lá, e é a partir dessa dinâmica dialógica que encontramos certas dimensões próprias da história no contexto abordado.⁴¹⁴

Temístocles Cezar argumenta o seguinte:

Se a permanência das referências à antiguidade deve-se a formação em retórica dos homens de letras do século XIX, o abandono parece ser uma das vias para instituir o pensamento científico.⁴¹⁵

Um dos *topos* disciplinares que acompanhava o saber histórico no século XIX e primeira metade do seguinte, e um dos principais fatores das contendas que definiam as balizas de um saber histórico tido como moderno no Brasil, é o que destacava o elemento da cientificidade.⁴¹⁶ No entanto, em um movimento de coadunação justaposta, a exigência de um fim pedagógico para a história, ou seja, que de algum modo ela possa intervir modelarmente junto à sociedade não deixava de apontar para as heranças da *historia magistra vitae*⁴¹⁷ no interior dessa conjuntura historiográfica. Dito de outra forma: a demanda por cientificização não invalida, na maioria dos casos, o aspecto pedagógico da história - pelo menos enquanto saber. Os referenciais clássicos ainda se apresentavam atuantes, mesmo em estado de rarefação, nas

⁴¹⁴ Francisco Murari realiza um exercício de aproximação e de distanciamento entre antigos e modernos em que observa o valor pedagógico da história alcançar o século XX, como no caso Hannah Arendt. “Por essa fórmula retórica de uma percepção de visada direta sobre o passado antigo Hannah Arendt condensa o anelo de um refrigério que alivie, se não cure, o *pathos* de seu tempo”. MURARI, Francisco. O fardo e o fio: na contramão da procissão historiográfica. *História da historiografia*, n. 15, 2014, p. 84. Disponível em: <https://cutt.ly/LcL7AFB> Acesso: 08 abr. 2021.

⁴¹⁵ CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: PEREIRA DAS NEVES, Lucia Maria Bastos (et al). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p. 117-118.

⁴¹⁶ Ver IUMATTI, Paulo Teixeira; VELLOZO, Júlio César de Oliveira. Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889 – 1934). *Revue Pluridisciplinaire du Monde Lusophone*, n. 2, pp. 1-72, 2014; TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da historiografia*, n. 2, 2009, pp. 12-28. Disponível em: <https://cutt.ly/zcZmlKZ> Acesso: 08 abr. 2021.

⁴¹⁷ Jörn Rüsen nos explica essa constituição exemplar de sentido: “A história ensina, a partir de inúmeros acontecimentos do passado que transmite, regras gerais do agir. A memória histórica volta-se para os conteúdos da experiência do passado que representam, como casos concretos de mudanças no tempo (no mais das vezes por ações intencionais), regras ou princípios tomados como válidos para toda mudança no tempo e para o agir humano que nela ocorre”. RÜSEN, Jörn. *História viva*. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 51.

reflexões dos sócios. Esses dois estoques epistêmicos conviviam, reforçando a argumentação, em um processo de tensão não totalmente excludente ou diametralmente oposto.⁴¹⁸

Tanto nos discursos proferidos nos salões da agremiação quanto nas elaborações prescritivas acerca do melhor modo de estruturar a história enquanto saber estabelecido, o que o leitor encontrava eram constantes menções à antiguidade e à questão da moralidade do agir humano; citações aos seus historiadores, bem como as formas como elaboravam a história, as quais eram mobilizadas como contraponto, ou como fatores essenciais, para a prática historiográfica dita moderna.

O que o diálogo epistêmico entre antigos e modernos apontava para a escrita da história na República era, entre outras coisas, a tentativa de encontrar uma abertura de conhecimento mais apropriada face aos parâmetros protocolares exigidos pelos novos regimes historiográficos em elaboração e em circulação no período. Mas isso significava que não é de todo contraditório o acoplamento dos elementos do par, havendo distanciamentos e aproximações, mesmo que grande parte dos sócios mobilizasse o repertório clássico para legitimar um novo *ethos* para o historiador, sobretudo, a partir do da retórica cientificista, abrangendo todo o horizonte de transformação pós-evolucionista.

O visconde de Ouro Preto movimentava, por exemplo, em sua reflexão tanto os preceitos antigos quanto os preceitos modernos de história. Segundo suas palavras, a história não é somente, recobrando Cícero, a *testemunha dos tempos*, a *luz da verdade*, a *memória viva*, a *mestra da vida*⁴¹⁹, a *mensageira do passado* - adjetivações que compreendem o *topos* antigo. Ela é, além do mais, *amiga dos oprimidos*. Em suma: *a grande justiceira*.⁴²⁰ Nessa perspectiva de denúncia, ela torna o passado adjetivo e não substantivo, ou seja, a própria história, pela via

⁴¹⁸ Para um estudo sobre a construção historiográfica da antiguidade face a identidade nacional brasileira no começo do século XX a partir dos compêndios didáticos de história ver TAVARES, André Luiz Cruz. *A presença da história antiga nos compêndios didáticos de história da Primeira República e a construção identitária nacional*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103083> Acesso: 02 dez. 2020. Segundo ele, nas primeiras décadas do século XX, “(...) vários historiadores europeus, norte-americanos e brasileiros propuseram trabalhos estabelecendo esta relação do Mundo Antigo com as questões identitárias nacionais e com as mais diversas manifestações sociais e culturais atuais, todos evidenciando, à sua maneira, o aliciamento da Antiguidade por indivíduos ou grupos sociais interessados em legitimar suas reivindicações e anseios do presente no passado antigo”.

⁴¹⁹ Reinhart Koselleck circunscreve o conceito de história na antiguidade, momento em que vigora o *topos* da *história mestra da vida*: “Assim, a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorporar, no presente, os erros antigos. Assim, ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros”. KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: _____. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, pp. 41-60.

⁴²⁰ OURO PRETO, Visconde. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIII, parte II, 1900, p. 525.

de um perspectivismo futurocêntrico moderno, modela o passado. O passado era, nesse sentido, concebido em transformação.⁴²¹ Portanto, em um mesmo registro vemos o visconde de Ouro Preto, assim como outros sócios, mobilizando elementos antigos e modernos pretendendo, de alguma maneira, deixar à disposição dos sujeitos formas possíveis de orientação no tempo, princípio epistêmico de toda e qualquer história.

A história traz esses adjetivos, entre virtudes epistêmicas e a sua importância como processo: *extraordinário coeficiente de vida, luz da verdade, fanal da civilização, vínculo a prender elos da interminável teia humana*. Preceitos antigos que são orientados modernamente para o entendimento racional do agir humano junto à esfera pública nacional. O autor citado toma a ideia de história como algo *imprecável, permanente na imortalidade dos tempos*. A história era, por outro lado, um *contínuo*, a preservação da experiência por meio da tradição, possível de ser acessada pelo sujeito histórico dotado de patriotismo e capaz de se orientar no mundo por ter uma identidade que o antecede.

Percebemos nas preleções do presidente Olegário Herculano de Aquino e Castro referências ao modo antigo de conceber a história e a historiografia matizado por elementos modernos. As duas matrizes se intercambiavam e formavam uma modalidade única capaz de abordar o passado, havendo nesse processo a permanência dos resíduos das tecnologias historiográficas dos antigos juntamente com os novos elementos demandados pelos modernos. Não havia exclusão, porém, também não havia justaposição. Assim, a história é considerada *literatura, ferramenta útil e proveitosa*, “primeiro canto ao alvorecer da vida nacional”, *mestra da vida, testemunha irreversível dos tempos, fonte irrecusável dos tempos, fonte de luz inextinguível* junto à existência, *ciência social* destinada à enriquecer o futuro com as experiências do passado; a história tem por escopo a *verdade* e o supremo encargo de *acompanhar a marcha progressiva* da humanidade, registrando os anais com *imparcialidade conscienciosa, inalterada calma, rigorosa exatidão e indefectível justiça* os acontecimentos mais notáveis noticiados na vida das nações; delineando com fidelidade o caráter pessoal e político dos homens e das mulheres que mais se distinguem, e descrevendo com discernimento o impacto que exercem - agentes e fatos - sobre a época e o meio social que representam.⁴²²

⁴²¹ Nesse sentido, o “perspectivismo histórico passou de uma mera determinação do conhecimento para uma determinação fundamental de toda experiência e de toda resultante da ‘história em si’”. KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – Contribuindo à apreensão historiográfica da história. In: _____. *Futuro passado...* op. cit., pp. 161-188.

⁴²² CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 427. Segundo Vicente da Silveira Detoni, o *topos* da história mestra da vida sobrevive na Primeira República, corroborando nossa investigação: “(...) o *topos* das lições da história encontrou meios de sobreviver no interior dos procedimentos da produção de um novo livro sobre a história do Brasil, uma escrita mais científica, mais sintética, e que, perante as novas configurações da sociedade brasileira,

Recapitulando: o estatuto da herança historiográfica clássica pode ser observado a partir de um vetor de dupla face, ou seja, em um primeiro movimento as figurações antigas eram celebradas como necessárias para a própria existência dos modernos historiadores. Porém, em um esforço que historiciza as próprias produções e as formas historiográficas disponíveis, eram colocados novos desafios ao *métier*, em que ressaltavam as limitações antigas e apontavam para o caminho da complexificação delas. Em outras palavras: estávamos em um jogo constante de rupturas/continuidades, herança/desafio, pecúlio/novidade, tradição/ inovação, atualização/desatualização. A partir dessa movimentação foi se desenrolando, *pari passu*, a disciplinarização da história na Primeira República, e surgindo as figurações socialmente reconhecidas de historiador.

Limites e heranças da historiografia antiga entre os modernos historiadores. A constituição de uma memória disciplinar

Tristão de Alencar Araripe oferece, em *Indicações sobre a história nacional*, algumas pistas para compreendermos a complexa relação entre antigos e modernos no IHGB republicano. Para o sócio, entre os antigos mobiliza-se ideias pouco abrangentes em suas prescrições e em suas narrativas historiográficas; há pouca capacidade de generalização; um restrito alcance geográfico, na medida em que a história pensada por eles, segundo os seus historiadores mais destacados, localiza-se dentro do eixo espacial Europa-África; descrição factual pouco explicativa; escolha de foco nas grandes individualidades, o que abre margem para a eleição dos heróis como os sujeitos responsáveis por movimentar a narrativa histórica; sujeição da passagem do tempo à episódios bélicos e de conquista. Quer dizer, os historiadores da antiguidade, na ambição de lançar ao futuro fatos memoráveis⁴²³, se atém ao âmbito acontecimental e de natureza política.⁴²⁴ No entanto, as prescrições antigas, mesmo sendo consideradas desatualizadas diante daquele momento historiográfico específico, são tidas como um estágio preparatório, ou como inspiradoras, para um saber que almeja a complexificação dos seus pressupostos epistemológicos e a consecução de novas formas narrativas.

ordenaria mais uma vez o passado, atualizando a capacidade dele oferecer uma orientação política”. DETONI, Vicente da Silveira. *A moderna historia magistra vitae de José Otílica*: regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870-1940). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206273> Acesso: 03 dez. 2020.

⁴²³ François Hartog embasa a nossa argumentação, posto que admite que em “(...) seu princípio, esta história retórica, concebida como coletânea de exemplos, era feita por quem se supunha fazer a história (os cidadãos, o homem público, o príncipe)”. HARTOG, François. O tempo desorientado: tempo e história. Como escrever a história da França? *Anos 90*, v.5, n.7, 1997, p. 10. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6183> Acesso: 08 abr. 2021.

⁴²⁴ Cf. ARARIPE, Indicações... op. cit., 1894.

No entender de Araripe, a história moderna desloca o foco do indivíduo para as coletividades, dos heróis para as nações – em um viés eurocêntrico, cabe mencionar. Ela é conduzida, além disso, por uma linha ascendente de progresso amparada pela concepção de civilização; apresentando-se mais espacializada, se expandindo para outros continentes como a América, bem como multitemática, abrangendo diversos fatores que conduzem homens e mulheres no tempo e em sociedade.⁴²⁵ Vejamos os seus apontamentos:

Os historiadores de então celebravam os indivíduos pelas proezas bélicas, e as guerras pela extensão do horror e do estrago. O estrategema e a felicidade celebrizavam o general; a vastidão dos males dava importância às guerras. O espírito moderno não encara a humanidade dentro de tão estreitos limites; ele a quer conhecer em toda a sua plenitude, e para esse fim estuda os fatos de todos os gêneros e analisa-os por todas as faces.⁴²⁶

Nesse jogo de aproximação e de distanciamento entre antigos e modernos podemos arrolar outro elemento em disputa: o que se refere ao estatuto da literatura, da narrativa, na exposição do conhecimento histórico. Isso porque a arte literária, ou a dimensão poética da narrativa histórica, que para muitos se quer rigorosa e cientificizada, pode comprometer uma análise isenta e correta da realidade social. Pedro Lessa é taxativo quanto a essa questão. Ao analisar a obra de Xenofonte revela: os seus trabalhos “mais assemelham aos cantos de uma epopeia do que aos capítulos de uma história”.⁴²⁷

Verificamos aí contornos delimitadores para a disciplina história diante dos artefatos literários, posto que o seu ajuizamento apontava, mesmo que de maneira sutil e indireta, para a demanda por procedimentos, por protocolos ou por prescrições que são caros à exposição narrativa do historiador. Estava em jogo, então, a distinção de dois tipos específicos de textualidade e de duas formas de se atingir o entendimento da realidade histórica, cada uma com as suas expectativas e as suas atribuições determinadas.⁴²⁸

⁴²⁵ A perspectiva de Tristão de Alencar Araripe corrobora, é bem verdade, as colocações de Manoel Luiz Salgado Guimarães acerca da invenção moderna das nações. Emerge, no Oitocentos, um “novo personagem histórico: a nação. Narrativa por excelência da legitimidade nacional, a história deve ensinar de forma organizada o passado necessário para a produção de sujeitos nacionais. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista... op. cit., p. 18.

⁴²⁶ ARARIPE, Indicações... op. cit., p. 265.

⁴²⁷ LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito da história. *RIHGB*, tomo 69, parte II, 1906, p. 208.

⁴²⁸ A figura do historiador químico, presente entre os chamados metódicos da passagem do século XIX para o XX, e que tem na figura de Fustel de Coulanges o seu principal representante, é um exemplo sintomático dessa negação do artifício literário na operação historiográfica. O historiador químico, ademais, suprime a instância autoral em favor da objetividade absoluta da sua análise. Ver HARTOG, François. *O século XIX e a história*. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

Porém, essa assertiva não é absoluta. Bárbara Winther acredita, por exemplo, que os historiadores da antiguidade clássica “não são considerados exemplos a serem seguidos em todos os aspectos. Um desses aspectos diz respeito à aproximação com a literatura, a forma poética de escrita, considerada por alguns dos autores que analiso uma forma que não se adéqua à escrita da história”.⁴²⁹ Por outro lado, Vicente Detoni recupera as pouco conhecidas prescrições sobre a história e sobre a historiografia saídas da pena do anarquista José Oiticica, publicadas em 1910, nas quais se salienta que as exigências por imparcialidade e por objetividade são perpassadas por uma demanda própria do “domínio da arte da exposição”.⁴³⁰ Já Ivan Norberto Santos assegura a existência da aceitação da dimensão artístico-literária por certa parcela dos historiadores republicanos: a “(...) qualidade literária da narrativa, portanto, não era então fator de desmerecimento para a elaboração do conhecimento histórico, sendo, para muitos, peça fundamental da sua realização”.⁴³¹

De todo modo, para alguns sócios do Instituto Histórico a história na antiguidade ainda está despida dos atributos de cientificidade necessários para oferecer a autoridade requerida. Entre os antigos encontra-se, argumenta Raul Tavares, a habilidade da “elegância narrativa”, mas ela não é, de todo modo, perpassada pela apresentação de um método. Além disso, ela mostra-se parcial e não objetiva, “narrativa e não profunda”. Segue, desse modo, alguns casos: “(...) militarmente escreveu Cezar; descritivamente Xenofonte; literariamente Salústio; Tácito moralmente. Só Políbio percebeu-a na miragem de seus largos horizontes a gente e a época para mostrar como deveria ser no futuro”.⁴³²

Assim, a menção à dimensão do “espírito”, propriamente romântica, aludida por Araripe era uma das manifestações próprias dos modernos, dado que ela sinalizava para uma expansão da ótica interpretativa dos antigos. Esse “espírito” era o próprio conceito moderno de história. Agora o saber historiográfico, que buscava a sua complexificação, deveria atingir, sob o fio

⁴²⁹ SILVA, Bárbara Winther da. *A escrita da história no IHGB no final do Império e Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015, p. 21. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/3196> Acesso: 03 dez. 2020.

⁴³⁰ DETONI, A moderna... op. cit., p. 46.

⁴³¹ SANTOS, Ivan Norberto. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p. 63. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co obra=141713 Acessado 03 dez. 2020. Assim, parece ser possível encontrar naquela conjuntura epistêmica de início de século certa aproximação entre a historiografia clássica e a moderna por intermédio da questão da arte literária. Exemplo: Oliveira Vianna diz que nas obras de Xenofonte, de Tucídides, de Tácito e de Tito Lívio o resultado é a realização de obras de arte, na medida em que nelas encontramos as seguintes habilidades e virtudes epistêmicas: “arte da narração, arte da criação, a arte da ressurreição para falar com Michelet”. Todas elas fundamentais e ideais para o moderno historiador. VIANNA, Discurso... op. cit., p. 445.

⁴³² TAVARES, Discurso... op. cit., p. 494.

invisível da civilização, todos os caracteres que constituem o sujeito enquanto ser histórico – tarefa postulada pelos românticos e pelos fundadores do IHGB. A dimensão pedagógica permanecia no âmbito do saber, quer dizer, a história possuía a função de ilustrar as sociedades em perspectiva moderna e futurocêntrica; aumentando, dessa maneira, a percepção dos atributos que garantissem uma organização social e política harmoniosa e que pudesse atender ao maior número de nações possíveis.⁴³³

Com relação aos episódios militares, recorrentemente evocados pela historiografia na Primeira República, eles não tinham como princípio a exaltação dos conflitos por eles mesmos, ou a retirada de um extrato moral beligerante, como era realizado entre os antigos, posto que o “espírito moderno”, carregado de perspectivas pacifistas, dirigia a teleologia dos fatos históricos. João Ribeiro oferece, em 1915, mostras dessa ideia. O autor de *História do Brasil – curso superior* (1901) entende que a instauração da República é um desses acontecimentos governados pela paz proporcionada pelo “espírito moderno”. O fim da escravidão e a queda da Monarquia tardavam a se tornar realidade, no entanto o seu fim já estava prefigurado pelo “espírito moderno”, apresentando-se como acontecimentos necessários e com grau de previsibilidade determinado. Nesse sentido, não se verificaram nesses episódios conflitos belicosos e que instaurariam uma guerra civil ou revoltas sanguinolentas. A República, enquanto exemplo de uma particular perspectiva moderna da história, foi colocada em escala processual, distante de uma ideia de natureza histórica estática, própria dos antigos.⁴³⁴

Araripe pode complementar a argumentação: a Proclamação da República decorre do motor da história evolucionista e progressista eurocêntrico; sendo a Monarquia de Pedro II uma fase preparatória, e porque não, necessária. A República foi um evento necessário. A sua eclosão estava em maturação e em espera, pois era prefigurada pela teleologia moderna.

Para Ribeiro:

A República, outro fato essencial, esteve às nossas portas desde o século XVIII, constantemente, sem descanso, sem quase interrupção. Resistimos ainda, e como sempre, fomos os últimos a adotar essa expressão da política continental.⁴³⁵

⁴³³ A diferença da proposta de Tristão de Alencar Araripe acerca do movimento civilizador da história em relação à leitura dos sócios fundadores do Instituto reside no fato do historiador cearense não marginalizar negros e índios. Araripe tem uma teoria própria da miscigenação. Com relação ao projeto do IHGB Manoel Luiz Salgado Guimarães é claro: “Ao definir a nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no novo mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu”. GUMARÃES, Nação e civilização... op. cit., p. 7.

⁴³⁴ Cf. RIBEIRO, João. Discurso de Posse. *RIHGB*, tomo 78, Parte II, 1915.

⁴³⁵ RIBEIRO, Discurso... op. cit., p. 626.

Enquanto isso, Agenor de Roure suspendeu os pareceres que caminhavam no sentido de localizar a história sob o prisma dos grandes crimes e das misérias da humanidade. Não se desejava, nesse sentido, e a sua *história mestra da vida* tem um quê de denúncia, glorificar tiranos, déspotas, assassinos, ladrões ou conquistadores. E o aprendizado da história se performa na direção de denúncia das infâmias e dos erros praticados nas sociedades, para que assim as gerações futuras possam desviar-se deles; algo, por sinal, já praticado pelo historiador romano Tácito⁴³⁶. Em suas palavras:

As lições do passado não nos veem somente dos atos de heroísmo, das boas noções, dos nobres gestos, das cavalheirescas atitudes e das leis morais e cavalheirescas. Elas resultam, talvez com mais força, dos erros, das vivências das injustiças e dos crimes das gerações anteriores. A História ensina o que é bom e deve ser mantido e inflado, mantido ou melhorado; mas ensina também a conhecer os caminhos tortuosos, as veredas escuras, os lóbregos caminhos do coração de um déspota e, melhor ainda, o labirinto da alma coletiva dos povos, de modo a guiarmos a humanidade por uma estrada mais larga e mais livre, cheia de luz e de ar, venerando os tropeços e os obstáculos com mais facilidade do que as gerações precedentes, por isso mesmo que os conhecemos e podemos evitar.⁴³⁷

Assim, a história não se sustentava por intermédio de um catálogo de crimes contra a humanidade. E os historiadores clássicos escolhiam abordar, em sua visão, daí surgindo essa tradição temática, a problemática das guerras com os subjacentes valores morais de honra e de glória. Se desejava suspender, no limite, essa memória disciplinar com uma atualização do *topos*. A história enquanto denúncia era “também o relatório dos castigos infligidos”.⁴³⁸ Conjugando os elementos clássicos do *topos* com preocupações modernas, o magistério da história caminhava junto aos conceitos de formação e de melhoramento da sociedade. Entrou em cena a ideia de correção: devemos corrigir os erros do passado com vistas ao progresso. A denúncia dos crimes e dos despotismos passou a ser realizada para que não haja repetição.

A escrita da história dos antigos foi, em tese, emoldurada por factuais restritas e pouco explicativas, de acordo com a sua recepção entre uma parcela significativa dos sócios do IHGB. Esses fatos construtores das suas narrativas apresentavam-se sempre através dos pontos de vista político, militar e de fundo moralizador; sendo que a ideia de natureza humana era colocada de antemão. O passado, dessa forma, explicava o presente.

⁴³⁶ Sobre a linguagem do tacitismo ver ARAUJO, Valde Lopes de. A época das revoluções no contexto do tacitismo: notas sobre a primeira tradução dos Anais. *Estudos ibero-americanos*, v. 26, n. 2, 2010, pp. 343-365. Disponível em: <https://cutt.ly/RcLv8sW> Acesso: 08 abr. 2021.

⁴³⁷ ROURE, Discurso... op. cit., pp. 718-719.

⁴³⁸ Idem, p. 719.

O próprio presente se apropria do passado: *historia magistra vitae*, segundo Araripe. Os grandes homens, não as nacionalidades, não o povo, são os sujeitos da história. Para o estudioso cearense, os modernos estavam do lado da mudança, da transformação, do processo histórico, e mesmo quando elencavam os grandes homens, esses eram portadores da civilização, da paz, capazes de proporcionar melhoramentos progressivos às nações. Mas aqui a figuração antiga da história coadunava-se à moderna, na medida que para o estudioso o tom pedagógico era capital, mesmo que agora direcionado ao futuro. Uma nova *historia magistra vitae*? A ideia de povo é fundamental, não só tematicamente, mas enquanto elemento diretor da narrativa. Disso resultaram novas preocupações: o refinamento das instituições, a prevalência da paz, a ordem política, as conquistas da técnica e da indústria, a harmonia entre os povos. É o processo civilizador edificante, resultado da aproximação entre os conceitos antigo e moderno de história. As suas *Indicações* nos servem de guia para entendermos estes apontamentos:

(...) verdade é, que duas circunstâncias, patentes ao espírito de todos, concorrem para dar essa superioridade generalizadora dos historiógrafos modernos sobre os narradores antigos, aos quais aliás não faltavam talentos e engenho.⁴³⁹

Como pudemos acompanhar até agora, o par antigo/moderno se intercambiava. Em conexão passava por mutações, ou mantinha permanências, mesmo que nesse processo um necessitasse do outro para se identificar, como no caso da colocação de Araripe: “a história antiga individualiza-se, quando a história moderna generaliza-se”.⁴⁴⁰

Outro aspecto que entrava nessa equação diz respeito aos fatores empiria, crítica documental e prova. Os modernos valem-se desses dispositivos e virtudes, havendo entre eles a necessidade do rigor científico, mesmo salientando que se deve levar em conta e problematizar a própria noção de documentação, empiria, crítica documental, evidência e prova. Essas tecnologias historiográficas não eram encontradas, com o rigor esperado, entre os antigos, segundo os sujeitos inseridos nesse contexto historiográfico. Havia rebaixamento do valor de verdade para esses modos de fazer história.

Os antigos, ou a historiografia clássica, também são mobilizados por Solidônio Leite. Cícero, aquele que popularizara o *topos* da *historia mestra da vida*, foi desautorizado entre os modernos em razão do uso de fontes que se norteavam por parâmetros subjetivos: “Cícero, desejando uma história do seu consulado, e supondo obtê-la do seu amigo Lucrécio, recomendou-lhe pusesse de parte a fidelidade na descrição dos sucessos, e soltasse as velas ao

⁴³⁹ ARARIPE, *Indicações...* op. cit., p. 267.

⁴⁴⁰ ARARIPE, *Indicações...* op. Cit., p. 266.

sentimento da amizade”.⁴⁴¹ Diante dessa situação se reivindicava o saber dos modernos, que se corporificava através dos trabalhos que se encontram, por exemplo, na *RIHGB*, dado que nesse suporte o historiador encontrava material sólido e pacientemente metodizado, isto é, depurado das fábulas e do espírito subjetivo, para encontrar a verdade dos fatos, notícias ou sucessos. Diz ele que sobrevivendo um único exemplar da *Revista* há um “brado contra as mentiras”.⁴⁴²

Já Alfredo do Nascimento Silva aponta, em seu sugestivo artigo *Um átomo de história nacional*, que a missão do historiador moderno se desloca para a complexidade dos fatos históricos - vistos como verdadeiros prismas. Ali, nessa espécie de espectro, podem ser vistos elementos relacionados ao território, aos costumes, à raça, às tribos, aos povos e, em um grau inicial, à família; muito próximo daquilo que Mommsen pregava no contexto alemão, ou Fustel de Coulanges na França. Argumenta Nascimento Silva: “é o indivíduo homem, a célula viva da sociedade”. Valendo-se dessa metáfora epistêmica organicista prossegue: “a célula é o átomo do indivíduo, este é a célula da humanidade, e ela uma diminuta parcela do mundo, que por sua vez é apenas um átomo do universo”. O historiador moderno tem a sua disposição, portanto, “a apreciação da marcha da civilização”, sendo necessário para o seu o perfeito entendimento

(...) descer à observação minuciosa do que se passa em todos os grãos da escala social, em todos os tempos e em todos os recantos da humanidade, e mesmo por ter tão altas aspirações não pode deixar de ir colher no infinitamente pequeno os dados das premissas para a sua conclusão.⁴⁴³

Nesse sentido, são relevantes as prescrições de Basílio de Magalhães, realizadas em seu discurso de posse, sobre as relações de aproximação e de distanciamento entre antigos e modernos. A originalidade da sua reflexão está em considerar a história como parte da sociologia de Comte. Ele verifica em suas elucubrações teóricas que a história enquanto “dinâmica social”, que é, segundo os pressupostos positivistas, a análise do desenrolar do devir histórico sob a pressão da determinação social, encontra as suas raízes na historiografia clássica: “Os que têm julgado sem esse critério recorrem às obras dos Heródotos e dos Xenofontes, dos Lívios e dos Tácitos, da assombrosa greco-romana, como demonstração de que ela é tão velha quanto o mundo”.⁴⁴⁴ Mas Basílio de Magalhães utiliza a metáfora epistêmica da “cralolatria” para enfatizar os limites da historiografia clássica para o seu contexto epistêmico-

⁴⁴¹ LEITE, Discurso... op. cit., p. 433.

⁴⁴² Idem, p. 433.

⁴⁴³ SILVA, Um átomo... op. cit., p. 107.

⁴⁴⁴ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 587.

historiográfico, quer dizer, entre os antigos, em uma percepção muito próxima a de Tristão de Alencar Araripe, se estendendo até os cronistas coloniais luso-brasileiros,

(...) a humanidade discorria por sua sanguinosa fase militar, de conquista ou de defesa, e só primavam, no vasto cenário da evolução coletiva, os grandes, os fortes, os guleiros do rebanho social, ‘pasteurs de l’humanité’, na frase feliz de August Barbier, patriarcas, teocratas, reis, generais, profetas⁴⁴⁵

E o historiador estabeleceu uma linha de continuidade entre a historiografia clássica e os cronistas da América portuguesa, posto que eles estavam atrelados à dimensão episódico-acontecimental da história. Os cronistas se limitavam a realização de panegíricos, de biografias encomiásticas dos chefes da administração pública e de narrativas bélicas. Para Magalhães, não havia a preocupação entre os antigos de colocar em foco o povo e a evolução da nacionalidade, obra do século XIX. Em outras palavras: uma obra dos modernos. E há grande importância no trabalho dos fundadores do IHGB, com destaque para a *Dissertação* de Von Martius.

Segundo Basílio de Magalhães, o sábio bávaro Von Martius foi o inaugurador da moderna historiografia no Brasil, distanciada das prescrições moralistas e episódicas próprias da historiografia clássica. É a ele “que devemos os primeiros lineamentos para a composição de uma história integral da nossa pátria”.⁴⁴⁶ Martius elabora, por meio da sua *história filosófica*⁴⁴⁷, um plano condizente com as diretrizes da historiografia moderna.

Doravante, suas prescrições perdem ganho cognitivo pelo fato de não terem agregado as reflexões do autor da “filosofia positiva” e da “política positiva”, isto é, o “pai” da moderna concepção de sociologia: Auguste Comte. Mas o pecado maior do plano de Martius, ainda com um pé entre os antigos, é o de realizar o elogio ou o panegírico da Monarquia, coisa que estava distante de um conhecimento científico, como proposto por Comte e seus contemporâneos. Mesmo que seu plano seja audacioso, tal elemento rebaixa as suas prescrições se colocadas em

⁴⁴⁵ Idem, p. 588.

⁴⁴⁶ Ibidem, p.588.

⁴⁴⁷ Manoel Luiz Salgado Guimarães esclarece esse ponto ao destacar as premissas básicas a que um historiador deve subordinar o seu plano de escrita diante da demanda por uma figura autoral capaz de refletir teoricamente sobre os fatos que podem, em um movimento filosófico, ordenar o tempo da nação: “A exigência de uma história filosófica descartava do horizonte de possibilidades os anais, as crônicas como legítimas formas de gênero histórico agora em processo de redefinição. Mais do que simplesmente narrar os fatos acontecidos localizando-os temporalmente, seria preciso a intervenção do historiador/autor, uma proposta de inteligibilidade para os fatos do passado submetidos agora a um trabalho de seleção e enredamento específicos. Reconstruir o passado que se deseja narrar, essa a tarefa dessa primeira geração de escritores e literatos que igualmente vão se construindo, através da escrita que propõe, como os primeiros historiadores do Brasil”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 101.

uma escala de valor científico. Conforme Comte, sem Deus nem Rei: “fórmula visceral da escola política por ele fundada”.⁴⁴⁸

É de 1854 a primeira *História geral do Brasil*, escrita por Francisco Adolfo de Varnhagen. Para Magalhães, Varnhagen supostamente aplica o plano de Martius, e duas objeções à obra são levantadas, saídas da pena do Barão Homem de Melo e de Eduardo Prado. Para o primeiro, “Varnhagen reduz o passado ao sentido de suas ideias, mutilou a verdade histórica para fazer prevalecer a sua opinião. Tudo na obra do sr. Varnhagen é pálido e sem vida”⁴⁴⁹. E recorre às palavras de Eduardo Prado, também pouco amenas: “O eminente e excêntrico Varnhagen tem toda a dureza de um saxão, que era, e uma inexplicável índole deprimidora de toda a grandeza e de toda a beleza; é, enfim, o homem que em nossa História menoscaba de todas as heroicidades”.⁴⁵⁰ Vemos dois conjuntos de argumentos sendo articulados a partir da crítica à historiografia de Varnhagen: a crítica à falta da virtude epistêmica da imparcialidade científica⁴⁵¹, que em consequência leva à falta de padrões objetivos e de neutralidade em suas abordagens, e julgamentos sobre os modos de exposição que Porto Seguro empregava em sua *História* – aqui a dimensão literária do texto histórico, herança antiga, é demandada entre os modernos. Esses dois pareceres sobre a historiografia de Varnhagen sinalizam para coexistência de preceitos antigos e modernos na prática historiográfica. Para chegar a essa conclusão observamos a dupla demanda: pela imparcialidade e pelo apelo ao âmbito literário da história.

É possível aprender com a história?

Os ensinamentos da ciência da história, ou da historiografia, desvendam, para Olegário Herculano de Aquino e Castro, presidente do Instituto, os enigmas de todos os séculos e de todas as sociedades, pondo em contato do presente os grandes homens da antiguidade, comunicando seus feitos, suas ideias, suas descobertas, suas virtudes e seus defeitos. E pelas reflexões que sugere, através do seu meditado e ajuizado estudo, instrui mais do que podem fazer as “sabias lições de nossos preceptores” dos dias atuais.⁴⁵²

⁴⁴⁸ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 589.

⁴⁴⁹ Idem, p. 590.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 590.

⁴⁵¹ Por mais que certa memória disciplinar, sobretudo a da primeira metade do século XX, tenha atribuído ao contexto moderno e cientificista a propagação e os usos da virtude epistêmica da imparcialidade, ela é uma herança antiga que pode ser remontada à Tácito e à sua máxima (política e epistemológica) *sine ira et studio*. Ver MOMIGLIANO, Arnaldo. Tácito e a tradição taciteana. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

⁴⁵² CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901, p. 321.

Em Enéas Galvão vemos a pressão exercida pelo passado. O *topos da história mestra da vida* atravessa o seu discurso de posse no IHGB e se constitui como terreno seguro para o desenvolvimento da experiência da história. A exemplaridade é o clarão por onde se desenvolvem os acontecimentos históricos:

Revelando-se o passado cheio dos mais belos exemplos de coragem, de abnegação e de civismo, que nos legaram os espíritos superiores que colaboraram na grande obra de fundação do Brasil, fizeram a sua independência, zelaram sempre pela sua unidade e glorificaram o seu nome, fortaleceis e avivais aquele nobre sentimento, sem o qual não há inspirações nem estímulos capazes de manter a existência livre de uma nação e assegurar-lhe os destinos do progresso.⁴⁵³

Os antigos ensinam, argumenta Afrânio Peixoto, a partir da conjugação das instâncias do tempo e do espaço, sem as quais a historicidade do mundo da vida não tem condições de existir. Hipócrates, por exemplo, assume que é a terra que faz os seus viventes, situando-os no tempo e no espaço. Assim ocorre com todas as composições étnicas, abrangendo “os costumes, a preguiça, a covardia, o trabalho, a coragem, também os diversos governos do homem”, que são frutos culturais, geograficamente situados e historicamente relativos – por isso passíveis de aprendizado. Os costumes e instituições sociais são resultantes da própria terra, em uma posição sensualista. Atenodoro, o mestre de Estrabão, observa que o homem é fruto ou produto do meio, da dinâmica e dos inconvenientes do território. Já Platão e Aristóteles, na esteira de Heródoto, assinalam que “países férteis, homens indolentes; países pobres, homens robustos”.⁴⁵⁴

O que vale notar é que a historicidade, a circunscrição dos homens no tempo e no espaço, é uma herança de entendimento advinda da historiografia clássica. Plínio enfatizava, na interpretação de Peixoto, que o clima tem ressonâncias na psique dos povos do norte. E Quinto Cúrcio era mais explícito ao afirmar que a “rudeza” do território fazia os homens “rudes”. As teorias do determinismo do meio estão presentes, para esse associados, entre os clássicos, sendo todos eles geógrafos *avant la lettre*: como Vitruvius que atribuiu, nessa direção, à inteligência mediterrânea o clima das suas terras; Cícero acreditava, por seu turno, que os costumes dos povos estavam intimamente relacionados com a natureza do lugar; Horácio reconhecia que a diferença entre áticos e beócios também se vinculavam ao meio de origem; e na Idade Média Ibn-Khaldun não dissociava a história da geografia. O que se destaca em todos esses pensadores é que eles ensinavam a partir da localização dos sujeitos e das suas instituições junto

⁴⁵³ GALVÃO, Discurso... op. cit., p. 609.

⁴⁵⁴ PEIXOTO, Discurso... op. cit., 471.

ao plano da temporalidade. Se estabelecia, então, a noção de historicidade – demanda do vaticínio magisterial da história e da historiografia.

Os modernos também tomaram o tempo e o espaço em comunhão como condição para o aprendizado, que nesse caso pende para teorias deterministas. O passado geográfico explicava o presente. E nesse rol de autores estavam: Bodin, Charron, Montesquieu, Buckle, Taine, Abbé Raynal, Edgar Quinet e Renan. Esses autores concebiam teorias do meio que explicavam o presente dos povos. Notamos que Afrânio Peixoto transforma o seu o olhar analítico em retrospectivo. O saber geográfico, no sentido ontológico de conhecimento do meio, como ensinamento do presente se localizava entre os clássicos. A fusão das disciplinas história e geografia, consequência epistêmica desse movimento, possuía uma história que ele historiciza para abordar a geografia como mestra da vida e do presente (uma memória disciplinar).

O nosso argumento é que o *topos* magisterial atravessava a *episteme* romântico-historicista e possuía força de agenciamento no século XX, pelo menos em sua primeira metade e em termos de saber.

Enquanto isso, o estudo de todas as facetas da inteligência humana, com atenção para a dimensão da história, seguia irrestritamente os preceitos ciceronianos para alguns sócios do IHGB: “criou-lhe a adolescência, recriou-lhe a velhice, adornou-lhe os sucessos prósperos e consolou-o nos adversos.”⁴⁵⁵

O passado era, e conseqüentemente a história, concebidos como elementos que beiravam a sensação de onipresença.

É nesse sentido que a permanência do *topos* da *história mestra da vida* encontra lugar destacado nos argumentos do sócio argentino Garcia Merou, posto que em sua concepção de história há momentos de clarividência das situações que acometem os sujeitos em seu tempo como também momentos em que eles são tomados por crises e pela falta de entendimento no que tange à passagem do tempo, quando a humanidade vacila por caminhos obscuros. É recorrendo ao passado, à situações já experienciadas, que o problema é solvido.⁴⁵⁶ Sem os ensinamentos do passado a humanidade jaz em um crepúsculo melancólico, argumenta Merou. Tal diretriz historiográfica é devedora de autores como Sêneca, Marcial, Plutarco e Luciano de Samósata. Segundo Merou: “nesses períodos de luto, os que quiserem reanimar a chama divina, os que poriam uma nova chama sagrada, duvidam e se desesperam, sobretudo, os estadistas e intelectuais. Porém, a história está ali para ensinar o caminho a seguir”.⁴⁵⁷

⁴⁵⁵ DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1896, p. 335.

⁴⁵⁶ MEROU, Discurso... op. cit., p. 337.

⁴⁵⁷ Idem, p. 338.

Percebemos que havia um certo aristocratismo no resgate do magistério da história por parte de Merou, posto que as formas de governo, inspiradas em clássicos da historiografia, deveriam ser regidas por sujeitos ilustrados.

Em se tratando de história como devir, como processo, não há certeza acerca dos seus direcionamentos na concepção de Manuel Porfírio de Oliveira Santos. O devir histórico surpreende o analista do tempo, que fica indeciso ante a sua performatividade. De acordo com as suas palavras: “Em relação ao passado (vós o sabeis) nada se pode ter como certo com o concurso da História; e daí a primeira razão de ser deste Instituto, a criação portentosa dos nossos maiores”!⁴⁵⁸ Nesse sentido é que a história, como saber e como devir, deve ser assimilada, modernamente, como a grande *mestra da vida*.

O *topos* tende a se desviar produtivamente para questões epistemológicas. É ele que descobre a inconstância do devir. Não é este, nessa direção, o sentimento dos filósofos da história, que o colocam em um patamar inferior, posto que para eles é pela “incerteza do seu testemunho” que se guia o processo histórico. Localiza-se aí, para aqueles sujeitos inspirados pelo apostolado da razão iluminista, a causa “principal dos seus erros” em termos de construção de um saber científico.⁴⁵⁹ Porém, essa *história mestra da vida*, em uma lógica moderno-científica, pode extrair lições do passado a partir do momento em que ela coloca à disposição as continuidades ao analista-historiador, quer dizer, a evidenciação das recorrências, das tendências e das leis é o seu destino manifesto diante de uma consciência histórica que tem como *leitmotiv* a ideia de transformação formativa. Se falta muitas vezes a verdade nas narrações históricas, “nem por isso deixa a História de ser mestra da vida, a fonte justa onde se bebem as lições do passado, sem cujo conhecimento não teríamos hoje a maravilhosa obra deste glorioso Instituto”.⁴⁶⁰ Vem do passado, assinala Santos, a luz que mostra, no presente, o caminho a seguir em busca de um futuro benfazejo. “Essa luz é a História!”.⁴⁶¹

A figuração da história e do historiador para esse sócio está amparada nos ensinamentos de Tucídides, quer dizer, o historiador é antes de tudo um analista, que pode errar em suas sentenças, mas nunca falsear a verdade da história. É esse “o único ponto em que me parece ter razão os filósofos, que tanto deprimem a arte de Tucídides – o maior historiador da Grécia”.⁴⁶² O fato de o estudo da história poder distinguir o falso do verdadeiro é o que faz desses trabalhos obra de ciência. O essencial é, nesse sentido, extrair, no campo de qualquer uma dessas

⁴⁵⁸ SANTOS, Discurso op. cit., p. 800.

⁴⁵⁹ Idem, p. 800.

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 800.

⁴⁶¹ Ibidem, p. 800.

⁴⁶² Ibidem, p. 800.

possibilidades, o discernimento dos fatos para as conclusões que se prestam. Só assim, e amparada em preceitos antigos de interpretação da história, se faz ciência. Dessa maneira, esse princípio básico de toda operação historiográfica, a expurgação do falso diante do verdadeiro, apresenta-se como uma herança antiga.⁴⁶³

Para Jonathas Serrano, a história é “uma ciência educativa por excelência”, pois coloca em presença da vida a sua “infinita variedade” de fontes e todas as suas possibilidades de “reavivamento”. E, de acordo Langlois e Seignobos, não se contesta nessa forma de aprendizado a íntima conexão entre história e ciências sociais. Estas facilitam, graças a observação, a compressão de temporalidades mais recuadas que sobrevivem na atualidade, enquanto aquela oferece informações acerca da formação humana e permite melhor esclarecer a humanidade; extraíndo lições.⁴⁶⁴ Deve ser dito que esse passado que ensina congrega ideais civilizatórios europeus (que se valem do conteúdo das formações edificantes antigas) compassados com as exigências patrióticas.

E para o sócio José Maria Moreira, o ser humano era um pequeno ponto da existência. Essa existência que do passado extrai lições o faz caminhar em um vir a ser ininterrupto - devir. Do passado se lança as bases para o entendimento do homem, esse grão de areia em um oceano cercado pela efemeridade da vida: “(...) e o pensamento, assim formulado, não se faz impenetrável; é transparente. Acontece que aí, logo acrescentei: igual por igual, o mundo físico se resume no ponto; o mundo moral, no homem”.⁴⁶⁵

Eis que a *história mestra da vida* continua a ter pregnância performática e prescritiva entre os sócios do IHGB:

Mas o que é certo é que a continuidade aí está se impondo, tudo dominando nessa descontinuidade aparente, porque não é lei do mundo físico simplesmente; também se afirma como lei da sociedade humana. Observai. No atlas cosmológico, as montanhas não se improvisam, nem representam a ossatura do planeta ou todo o seu esqueleto. No atlas sociológico, igualmente, não surgem de golpe repentinamente, os grandes homens e os grandes acontecimentos; uns e outros não aparecem sem nenhum antecedente, sem nenhum labor subterrâneo.⁴⁶⁶

⁴⁶³ Sobre a herança da historiografia de Tucídides entre os historiadores modernos, com especial atenção para o caso alemão do século XIX, ver PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *História da Historiografia*, n. 6, 2011, pp. 103-122. Disponível em: <https://cutt.ly/wcZt5F5> Acesso: 08 abr. 2021.

⁴⁶⁴ SERRANO, Jonathas. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 85, parte II, 1919, p. 522.

⁴⁶⁵ MOREIRA, Juliano. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917, p. 808.

⁴⁶⁶ MOREIRA, Discurso... op. cit., p. 808.

O passado ensinava: o ser humano era fruto do passado replicado no presente em movimento formativo. Para esse sócio é a *história mestra da vida*. Ela quem subordinava o saber dos sujeitos, em uma perspectiva ontológica e como ser social. Eram os ensinamentos da história que norteavam as direções do devir humano. O indivíduo interagia com a história. Mas para além do sentido biografista de Carlyle e Emerson, e no sentido de Comte: aquele que sentenciava que se o homem se agita a humanidade o conduz. Ou seja, há uma coadunação entre preceitos antigos e modernos de história. O passado se faz como fonte de ensinamentos e de vida, porém, é a partir do desenvolvimento do devir, do sentido dos acontecimentos junto ao tempo, que ocorre a elaboração do agir humano. A história tinha funções pedagógicas nessa prescrição. É ela que incita o ser humano a compreender a história em formação:

É o homem desta sorte, agitando-se, trabalhando, seja como criador de uma religião ou seu apóstolo ou discípulo modesto, seja como fundador de uma filosofia, de uma ciência, ou seu estudioso assíduo, seja como organizador de uma política, ou um propagandista, quer na atividade pacífica, quer na atividade militar, é o homem prosseguindo os esforços de outros homens, é a criatura a merecer a atenção da História. Pode não ser o gênio, o santo, o herói. Mas é o ser humano sob o aspecto do espírito, do coração, do caráter.⁴⁶⁷

O *topos* do passado exemplar é sugerido por Homero Batista. Mas para esse agremiado não era só o futuro, em perspectiva moderna, que conferia sentido ao passado na forma de memória à posteridade, mas era o próprio passado que assumia o estatuto de portador de uma experiência socialmente útil para o desenvolvimento não só do homem como da nação. Há sempre que se perguntar sobre as políticas da memória implicadas na moderna *história mestra da vida*. Em seus dizeres:

Os povos vivem na História e pela História. Cada agrupamento humano tende a afirmar a sua característica pelas condições especiais de temperamento, pelas tendências, propósitos e ideais, que a ação comum revela e que os grandes fatos patenteiam em resultados decisivos; de modo que cada povo, consoante as suas tradições e experiência haurida dos próprios acontecimentos, tem a sua diretriz.⁴⁶⁸

Enfim, a história ainda atende, no entendimento de Aurelino Leal, as prerrogativas de ser *mestra da vida*. Por conta disso ela “faz amar as gerações que já viveram” e, também, nos dá conta dos feitos dos “grandes homens”, além de apresentar “formidável balanço de coisas úteis que a humanidade construiu” visando a previsão. Em resumo: ela representa uma grande

⁴⁶⁷ Idem, p. 809.

⁴⁶⁸ BATISTA, Discurso... op. cit., p. 577.

e poderosa sugestão: “a força do homem de hoje é seguir pegadas do homem de ontem, imitando-lhe a conduta moral e cívica”.⁴⁶⁹

José Bernardino Bornan argumenta, por seu turno, que entre filósofos, políticos, sábios e grandes personalidades a história é concebida, naquele presente de passagem para o século XX, como modelo digno de emulação, em uma atualização dos códigos dos antigos. O passado, então, como celeiro de exemplaridade tanto no sentido ontológico quanto epistêmico. Os antigos embasam a história desejada por Bornan. Segundo ele, ela tem imunidades, ou melhor, prerrogativas: cumpre dizer a verdade, louvar os beneméritos e estigmatizar os maus. A piedade pode perdoar os erros e mesmo os crimes dos homens que desapareceram do cenário do mundo; a história não. Ela é inexorável. Assim, se a piedade escreve na “lousa do sepulcro” do mau cidadão uma prece, a história, se ali tivesse que escrever algo, escreveria um epitáfio de maldições. Porque é a história o guia máximo para o estabelecimento de padrões éticos socialmente aceitáveis.⁴⁷⁰

Olegário Herculano reforça as funções magisteriais da história dizendo que são seguramente dignas de reflexão as lições que são fornecidas pelos copiosos “anais da vida dos povos e o que dela se colhe”. As verdadeiras glórias eram as que consistiam no conhecimento e na prática das irrefragáveis leis sociais da humanidade – grande parte emanando do pretérito. A realização de grandes ideias e de generosos cometimentos entrelaçava a sabedoria e a prudência, a liberdade e a ordem, a moral e a virtude; assinalava o triunfo da justiça e da equidade.⁴⁷¹ Todas essas virtudes, em Herculano, estão atravessadas pelo eurocentrismo.

Valendo-se da referência antiga de Plutarco, fala da eternidade da história: *viva testemunha dos tempos, luz da verdade e escola da experiência*. Pondera que a razão humana, tardia em seus progressos, necessita de um guia esclarecido que dirija e ative a sua incerta e demorada busca pela verdade das coisas no mundo. Esse guia não é outro senão a história.

Ela o toma, pois, pela mão desde os primeiros passos, desde a sua infância; caminha com seus passos e previne através dos seus conselhos os desvios da fraqueza ou da inexperiência, recolhendo geração a geração o testemunho daqueles cujo acordo inspira o agir humano via experiência por meio do aprendizado.⁴⁷²

⁴⁶⁹ LEAL, Discurso... op. cit., p. 707.

⁴⁷⁰ BORNAN, José Bernardino. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915.

⁴⁷¹ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899, p. 409,

⁴⁷² CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898, p. 730.

Desse modo, a realidade dos fatos passados é o meio seguro que espanta as ilusões e as quimeras que embalam todas as idades dos espíritos “mal orientados”, a quem ao desgosto do estado presente das coisas, em uma ideia de uma suposta perfeição imaginária do *status quo*, ou no sofrido desejo de celebridade instantânea, tem praticado e inspirado o amor pelas novidades imediatistas ante as coisas que duram e se eternizam.⁴⁷³ Quer dizer: o presidente do Instituto estava prescrevendo uma moderna *história mestra da vida*.

Moralidade como resíduo do regime de historicidade antigo

A matriz moral de interpretação da história estabelece, para os historiadores antigos, as formas de ligação entre os fatos e a ação humana. Isso é redimensionado pela razão moderna. Os preceitos morais resistentes na *episteme* moderna são responsáveis por dar sobrevida ao conceito antigo de história, e por valorar pedagogicamente essa nova concepção de história e de historiografia.⁴⁷⁴ A moralidade engendrada por essa perspectiva de história elucida a aceitação e o compartilhamento dos valores patrióticos, o que não inviabiliza a cientificidade dessa proposta específica de conhecimento. Não podemos deixar de dizer que em muitos casos vemos a moralidade, que pode movimentar seculares juízos de valor, sugestionando o eurocentrismo e até mesmo o etnocentrismo.

Para Alfredo Nascimento, a história ensina através da moralidade, e em natureza pública. O ensinamento da história se traveste através do culto da admiração. Nas formas de entusiasmo pelas quais se comemora também está presente o *topos* ciceroniano por meio dos atributos morais. Esses predicados levam a outro *topos*: o do “amor pátrio”, que diz o articulista ser o “resoluto por entre os escolhos onde é certo naufragar”. Por meio dessa disposição, a moralidade operava como resíduo dos regimes historiográficos antigos. Nascimento, orador substituto do Instituto Histórico quando da recepção dos sócios Garcia Merou e Tomaz Ribeiro, assim percebe a funcionalidade das formas modernas de aprender por via da moralidade: “Quando tais sentimentos nobres irrompem impetuosos de um peito que ainda sente os reflexos

⁴⁷³ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 730.

⁴⁷⁴ Um estudo importante para a compreensão das relações entre moral, normatividade, orientação e história, privilegiando uma análise de fenômenos mais contemporâneos, é o seguinte: MATA, Sérgio da. *Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico*. In: ARAUJO, Valdeí Lopes de; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando (orgs.). *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. “Da Antiguidade Clássica à era moderna, como sabem todos, o elemento normativo era considerado um dos principais aspectos definidores – se não definidores – do conhecimento histórico”. MATA, *Historiografia...* Op. cit., p. 61.

vigorosos das grandes emoções, a palavra entusiástica escapa involuntária dos lábios não afeitos à eloquência, como o braço guerreiro afronta a morte que o espera (...).⁴⁷⁵

A história também ensinava para Susviela Guarch: o desequilíbrio do corpo social, mal de origem da sociedade, especialmente quando a educação ocupava segundo plano na administração pública ou entre os cidadãos de modo geral, se originava da falta de pressupostos morais colocados como balizas reguladoras do agir. A moral é aprendida, por isso a força do *topos* magisterial. O magistério da história via moralidade servia para a correção de diversas modalidades de ação social, como por exemplo a usurpação dos direitos dos cidadãos, os egoísmos, a falta de humanitarismo das nações que preferem adorar os ídolos da guerra, a moral extraviada da família ou na ausência do trabalho. Da moral derivavam imperativos categóricos.

O *topos* magisterial, via moralidade, sobrevivia por meio de um caleidoscópio de temas públicos: pela instituição da educação, pelo espírito moral, pelo sentimento de humanidade e confraternização dos povos, pela distinção moral daquilo que é ético.⁴⁷⁶ Mal compreendidas essas características do *topos* por quem há de cultivá-las encaminha-se, em vez da aurora de paz, uma “noite de eterna luta” entre os governantes e o povo; nunca a verdade ou a sonhada harmonia da ordem social.⁴⁷⁷ A moralidade, resultado do aprendizado da e com a história, garantia ideologicamente toda e qualquer forma de relacionamento societário, seja em escala micro, da comunidade, seja macro, da nação.

A ideia de moralidade estava compassada com a de ordenamento social: o conhecimento da história, e conseqüentemente dos padrões morais que dirigem as instituições sociais humanas, era o orientador dos sujeitos em suas existências. Essa qualidade era um resíduo atuante do *topos* ciceroniano. O espectro moralizante, fruto da permanência subterrânea do *topos* magisterial, pode eleger formas supostamente virtuosas de se portar no mundo da vida, tais como a lealdade, a gratidão e a honra étnica, tudo isso projetado em âmbito nacional. Esses mesmos elementos morais são projetados pelos historiadores do Instituto Histórico na reconstrução do passado que se quer atuante no presente. Eram princípios considerados universais, racionalizados e aptos a se desenvolverem na esfera pública.

O padre Belarmino fez a conjugação entre antigos e modernos. Se de um lado havia a necessidade, o desejo, de avançar na síntese histórica da nação, inclusive partindo de métodos

⁴⁷⁵ NASCIMENTO, Alfredo. Discurso em razão da recepção dos sócios Garcia Merou e Tomaz Ribeiro. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895, p. 340.

⁴⁷⁶ Jörn Rüsen afirma, ao analisar a constituição de sentido exemplar, sobre a moral, ou regras gerais de conduta, junto a experiência da história: “Com a validade atemporal das regras gerais, a história ensina sua própria supratemporalidade como sua ‘moral’, com a qual ganharia significado para a vida prática atual”. RÜSEN, História viva... op. cit., p. 52.

⁴⁷⁷ GUARCH, Discurso... op. cit., 1901.

sociológicos contemporâneos aptos a perquirir os fatos sociais, chamados naquela situação epistêmica de “indução conjectural”, a apreciação da história deveria ser de origem moralizante, na qual se buscam regularidades que visavam ensinar. Vemos o conteúdo do *topos* ciceroniano se convertendo a partir de mecanismos cognitivos de natureza moderna.

Segundo o padre: “(...) para mim, aquele que melhor aprecia os fatos, é o melhor historiador, deve o Instituto dirigir as suas vastas vistas, e pouco a pouco despertar o gosto pela crítica moralizante”.⁴⁷⁸ Nesse sentido, o religioso cristão advoga que “as letras instrutivas não devem ficar isoladas das letras educadoras”.⁴⁷⁹ E em outra prescrição historiográfica compreende a performatividade do moderno magistério da história. “Seja qual for a fórmula adequada, o historiador de um país pode ser um moralista que educa, um clínico que cura, um engenheiro que trabalha, um jurisconsulto que dita leis”.⁴⁸⁰

O historiador sob a orientação do padre Belarmino deve instruir, corrigir e educar a nação. O que implica a imposição de formas de ser e de agir no mundo e na vida. O Brasil é visto como um país novo⁴⁸¹ para o padre e o ensinamento da história caminha no sentido de se evitar os traumas do passado. Não há em seu entender uma continuidade pacifista na trajetória do país no tempo. De acordo com as suas palavras: “é preciso verificar as impressões do terror do século passado e da ambição guerreira dos primeiros anos deste, atuando no espírito, nos costumes, na religião, na política da nova nação e bem assim nas outras da América latina”.⁴⁸²

Assim, a opinião corrente era, para Lucas Ayarragaray, que o papel fundamental da história estava ligado intimamente ao desvelamento dos modos e dos destinos de uma civilização. Apresentava uma divisão alegórica entre “civilização material” e “civilização imaterial”, sendo a última o lugar destacado para se verificar os elementos circundantes da moral de um povo. Eram os sentimentos elevados da moral, em tese, que orientavam as civilizações imateriais. A moral era entendida enquanto virtude e estava do lado dos antigos, distante, pois, da civilização da técnica moderna; responsável por tornar o homem desconectado da sua pátria. Em suas asserções:

(...) es, sin embargo, la civilización espiritual que suspedita y orienta y es, por su intermedio, que se transmite le edad em edad fuerza del povo, el sopio

⁴⁷⁸ BELARMINO, Discurso... op. cit., p. 287.

⁴⁷⁹ Idem, p. 287.

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 288.

⁴⁸¹ Interessante notar que essa expressão “país novo” é frequentemente mobilizada no período. Segundo Antonio Candido, ela designa a seguinte situação: a ideia de que a nação “ainda não pudera realizar-se, mas que atribuía a si mesmo grandes possibilidades de progresso futuro”. Além disso, o país novo traz a conotação semântica da “pujança virtual, portanto, a grandeza ainda não realizada”. CANDIDO, Antonio: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987, p. 141.

⁴⁸² BELARMINO, Discurso... op. cit., p. 288.

moral que suscita los pensadores, los visionarios y reformadores que impulsan a la humanidad a hacer la jornada a grandes pasos, como los dioses de la *Ilíada*.⁴⁸³

Era a moral advinda, como quer o sócio acima citado, dos antigos a forma concreta pela qual se estabelecia e se instaurava o sentimento patriótico. Estamos falando de formas de conduta consideradas exemplares que visavam o bem e a melhoria social, bem como o estabelecimento de uma ética social afetiva entre os agentes históricos nacionais. A moralidade era desde a antiguidade a responsável pelo destino dos povos. “Sin embargo, las potencias morales, de donde iban a manar a torrentes de emociones é ideas que pronto arrasarian, para transformar, vieja organización del mundo (...)”.⁴⁸⁴

A modernidade colocava obstáculos ao homem para conhecer o mistério, o sobrenatural, o invisível da providência, pois agia em prol do aperfeiçoamento da técnica e da ciência, capazes, segundo ele, de tornar o homem inumano e incapaz de dotar de sentido a sua existência, posto que se distanciava da experiência do mundo. Para o sócio argentino, esse era o destino da “civilização pagã”, que refém do ceticismo não conseguia mais orientar-se modelarmente via exemplaridade do passado e da moral, bem como pela perspectiva providencial. Era um verdadeiro desencantamento do mundo.⁴⁸⁵ Destacamos, contudo, o conservadorismo de Ayarragaray. Podemos compreender os limites da civilização pagã através do texto:

(...) para sostener la magnífica civilización pagana, yá caduca, roída por escetismo y la incoherencia, como toda civilización que agotó-lo principios que le dieron impulso e vida – como em la decadencia contemporanea – no habia sinó pedantes de safismos convencionales, investigadores de espíritu especializado e fragmentario, políticos obsecados por la rutina y corrompidos por las aberraciones del poder, declamadores sin entusiasmo, reformadores sin convicción, classes dirigentes extenuadas por el escepticismo y las preocupaciones egoístas e sensuales.⁴⁸⁶

Assim, o mundo moderno se distingue radicalmente do antigo, no sentido de que no primeiro há o primado do materialismo, enquanto entre os antigos, sendo aí uma virtude, encontra-se o “sacrifício desinteressado” por causas morais e espirituais. Esse materialismo

⁴⁸³ AYARRAGARAY, Discurso... op. cit., p. 525.

⁴⁸⁴ Idem, p. 525.

⁴⁸⁵ Essa expressão é utilizada aqui como uma forma de esclarecer a leitura da história de Lucas Ayarragaray. Essa expressão, com carga sociológica, marca a trajetória intelectual de Max Weber. Em seu sentido original, ela demonstra o processo de racionalização moderna do mundo em perspectiva de longa duração. Para o sociólogo: “(...) significa principalmente, portanto, que não há forças misteriosas incalculáveis, mas que podemos, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo. Isto significa que o mundo foi desencantado. Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar aos espíritos, como fazia o selvagem, para quem esses poderes misteriosos existiam. Os meios técnicos e os cálculos realizam o serviço”. WEBER, Max. *A ciência como vocação*. In: _____. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 165.

⁴⁸⁶ AYARRAGARAY, Discurso... op. cit., p. 526.

vive, afirma ele, da “aparência sem alma”, na medida em que está à serviço do imediatismo e do tecnicismo de todas as instituições. As raízes morais “que habían nutrido la brillante y grandiosa civilización pagana habían muerto; sólo pendían frutos extenuados de las ramas secas”.⁴⁸⁷ Os elementos morais combatidos pelos modernos deveriam ser resgatados enquanto força de sentido e de orientação para o mundo contemporâneo: a família, a religião, o sentimento, a fama pública, a solidariedade política dos cidadãos; em suma, “la organización de los intereses tradicionales, ardía el verbo, la potencia propia de la convicción infinita, la seguridad in la gravitación hiperbólica del alma humana y la crecencia en la realización inevitable del destino”.⁴⁸⁸

Para Ayarragaray, havia um movimento agônico entre um mundo que se esvai e um nascente, que deve resgatar valores da antiguidade. O estudioso argentino pretendia estabelecer um verdadeiro (re)encantamento do mundo pela via espiritual, metáfora expandida para tudo aquilo que torna o mundo dos homens habitável moralmente através do tradicionalismo conservador, em que o passado age como força orientadora diante das carências de sentido atribuídas ao mundo moderno. Segundo o autor:

Vosotros, que sentís agitados por todas las inquietudes del pensamiento contemporáneo y creis en las fuerzas imponderables y sois atraídos por los misterios do mundo e da vida haceis obra duradoura, poniendo vuestros empeños para desenvolver-los fatores espirituais de la civilización brasileira.⁴⁸⁹

A moral é o esteio da civilização, direcionando o processo histórico em seu destino manifesto de ordenamento do mundo social. Assim, “(...) situaciones, aun las mas anómalas, em la coherencia general de la historia, tienden siempre a um resultado moral y á una significación transcendente em los destinos de una civilización”.⁴⁹⁰

Ainda nessa direção, a justiça, que possui valorção e significado moral, é uma das maiores virtudes da história para Raul Tavares. Ela é uma herança dos antigos. Segundo as suas proposições, ela apresenta-se enquanto uma fonte perene em que todos os princípios éticos e morais repousam. Ela é imprescindível, além disso, na epistemologia historiográfica. É o lugar de destaque para o acolhimento dos sistemas, das crenças, das virtudes políticas e sociais. Ser justo significa, antes de tudo, ser elevadamente virtuoso e atento a todos os sistemas de crenças,

⁴⁸⁷ Idem, p. 526.

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 526.

⁴⁸⁹ Ibidem, p. 528.

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 530.

posto que culturalmente criados.⁴⁹¹ Segundo Tavares: “A justiça é a maior e mais profunda de todas as virtudes: História sem virtude, é como um templo sem amor”.⁴⁹² O mais importante para se reter aqui é que a justiça (retributiva) em Tavares é uma virtude que possibilita uma ética da responsabilidade para com o passado com ressonância moral. “Nela se deve calcar a História: dela se deve impregnar até à medula a alma do historiador. Mal-aventurados aqueles que acreditam enganar a posteridade, faltando com a justiça à História”.⁴⁹³

Há uma série de motivos, argumenta Aurelino Leal, que justificam a atividade historiadora; e todos eles se movem dentro do círculo moral, que engloba a moral cívica e a moral social. “Esses elementos da moral nos são legados do mundo antigo e são luz para o mundo de hoje”.⁴⁹⁴ A moralidade é uma estrutura estruturante da ordem social.

Jonathas Serrano advoga que para além do carácter disciplinar da história ela pode produzir uma “ética da ação”. Uma história, amparando-se em Ernest Renan, sob o ponto de vista moral. Há que explicar vícios e virtudes em todos os âmbitos sociais e políticos. Mas a moralidade, para Serrano, não está ligada tão somente a verificação da queda dos tiranos e a punição ou glorificação dos cidadãos da República. A moral em história revela, modernamente, a existência de determinantes sociais.⁴⁹⁵ Metamorfose da *historia magistra vitae* sob a égide moderna, trazendo consigo a cientificização historiográfica e revelando os motivos morais que nutrem um dado agregado humano.

Enquanto isso, o verdadeiro progresso, salienta Olegário Herculano, fomentando uma nova lógica moderna assim como Ayarragaray, distintivo da civilização é o aperfeiçoamento moral pela cultura do espírito. Ela incute, além disso, no homem e na mulher a consciência do dever, da dignidade e da honra. A história para ele é a grande fomentadora do ordenamento social, a qual se orienta por padrões culturais filtrados pelo raio de ação do processo neo-civilizador. Argumenta o presidente do IHGB:

E onde ir buscar as normas, como discernir os princípios tão importantes e os apreciáveis resultados que devem produzir da humanidade? Onde melhores e

⁴⁹¹ O manual de Luciano de Samósata *Como se deve escrever a história*, escrito no século II d. C., uma das poucas prescrições historiográficas legadas pelo mundo antigo, é assertivo quanto a posição do historiador almejar uma história justa (*historias dikaias*). A verdade, um dos traços mais significativos da historiografia desde a sua emergência na Grécia, em Luciano não é senão o instrumento que conduz ao justo, ver LOPES, André Leme. Moralidade e justiça na historiografia antiga: o ‘manual’ historiográfico de Luciano de Samósata. *História*, v. 24, n. 2, 2005, pp. 187-205. Disponível em: <https://cutt.ly/3cLMtvv> Acesso: 08 abr. 2021.

⁴⁹² TAVARES, Discurso... op. cit., p. 492.

⁴⁹³ Idem, p. 492.

⁴⁹⁴ LEAL, Discurso... op. cit., p. 705.

⁴⁹⁵ SERRANO, Discurso... op. cit., p. 522.

mais profícuas lições ir procurar, senão nos fastos dessa mesma humanidade, gravados sem indeléveis nas fulgentes páginas da história?”⁴⁹⁶

Os autores acima citados admitiam que onde as letras, as ciências e as artes ostentavam as suas faculdades e o seu vigor intelectual, onde resplandeciam as “belas” imagens que glorificavam a natureza humana, onde se encontravam acumulados, então, os verdadeiros patrimônios de sabedoria que constituíam a grandeza moral do homem, achava-se forte e luminoso o farol da história, iluminando a civilização. Acreditavam no papel civilizador, em uma espécie de educação ilustrada, das letras e dos intelectuais junto à sociedade. O estabelecimento da moral implicava formas de agir no mundo pautadas pela lógica do ordenamento social enquanto adequação a algo. O que, em muitos sentidos, manifestava configurações próprias de um processo de imposição ideológica.

O passado enquanto experiência

Na teoria da historicidade formulada por Agenor de Roure encontramos a ideia de que o progresso é um produto da inteligência que potencializa a experiência. Com um dado importante: a noção de pátria, que tem propriedades antropológicas em seu entender, se liga a memória coletiva entendida enquanto experiência. A noção de progresso é perpassada pelo *topos da história mestra da vida*, sendo tal magistério possível por meio da experiência: “Os exemplos da história animam a virtude e fortalecem o espírito, desviam-nos do mal como nos encaminham para o bem, iluminam e orientam”.⁴⁹⁷ O que ele deseja argumentar é que o passado, a experiência, a tradição, não são interditos para o progresso da pátria, categoria central em uma experiência da história de tipo moderna: “Não! A História não é um empecilho para ao progresso. Podendo-se defini-la como biografia das nações, ela contém exemplos que devem ser seguidos e lições que devem ser aprendidas”.⁴⁹⁸ A história como processo não era, portanto, um peso morto. Estava distante da imobilidade, pois é força viva, bem como de um pretenso diagnóstico de “inatividade”.⁴⁹⁹ “E o tempo, vós sabeis, é mofoso, é tardio e mandrião”!⁵⁰⁰

O tempo histórico não era, na perspectiva de Roure, fator de experiência. O tempo decorrido tinha apenas a função de tornar distante os fatos. Pela distância histórica que o sujeito cognoscente pode agrupá-lo, reuni-lo e enfeixá-lo, “como acontece de estrelas duplas que a

⁴⁹⁶ CASTRO, Discurso... op. cit., p. 731.

⁴⁹⁷ ROURE, Discurso op. cit., p. 716-717.

⁴⁹⁸ Idem, p. 717.

⁴⁹⁹ Ibidem, p. 717.

⁵⁰⁰ Ibidem, p. 717.

olho nu parecem ser uma só estrela, de um olho só brilho”.⁵⁰¹ O tempo decorrido, matéria do historiador, que propiciava o distanciamento histórico ao observador, se distinguia do tempo enquanto experiência, posto que aquele estava mais próximo do sentido que da presença. O direcionamento dado permite que acreditemos que o *topos* da *história mestra da vida* sobrevivia na *episteme* modernista, como no exemplo citado de Agenor de Roure. Além disso, o *topos* se transvestia de análise moderna: era para tirar lições do passado que o historiador transformava o tempo da experiência, da memória coletiva, do vivido, da moderna *história mestra da vida*, em uma maneira de visualizar a formação.

Há uma passagem em que Roure sintetiza a sua concepção de temporalidade e como ela se coaduna em uma perspectiva metodológica moderna, porém com fatores explicativos próprios da mutação que o *topos* magisterial atravessava na passagem do século XX no Brasil:

O tempo é um elemento indispensável a verdade histórica, mas não é fator de História. Sem os fatos não há história. O tempo decorrido apenas permite a observação dos fatos no seu conjunto e nas suas minúcias, para dessa observação serem tiradas lições do passado e da experiência.⁵⁰²

Os cultores da história, no sentido de cultivo de um modo específico de lidar com a temporalidade e com a história, acreditava Roure, deviam respeitar as tradições. Isso não significa uma concepção de passado como algo que não se altera junto ao tempo, que vem a ser a réplica irrefletida no presente. Indo em outra direção, e movendo o *topos* ciceroniano em estado de mutação, o que se queria, de fato, era retirar os interditos que advogavam que a história não ensinava. Em outra passagem lapidar encontramos o *topos* atuando, formando e demandando praticamente um regime historiográfico, no qual se encontra, pois, protocolos acerca do fazer, do crer e do escrever história:

(...) o que se quer é livrar do passado as lições dos erros e da experiência, os exemplos de civismo e de virtude e os lindos gestos de abnegação, desinteresse e altruísmo, para, com tudo isso, ser feita a preparação do futuro, adaptando a construção da pátria de exigências da vida moderna, melhorando-a e não insistindo em conservá-la tal qual, mas também não pretendendo destruir o que está feito para começar uma nova construção, sem as linhas tradicionais da sua arquitetura política, moral e social.⁵⁰³

Em João Coelho Gomes Ribeiro encontramos a tradição, outra forma específica de lidar com passado enquanto experiência, como lugar destacado para a abordagem da temporalidade.

⁵⁰¹ Ibidem, p. 717.

⁵⁰² Ibidem, p. 717.

⁵⁰³ Ibidem, p. 718.

O que esses sujeitos parecem não compreender é que toda tradição é inventada, sendo demanda política do presente. Era a tradição o ponto de origem e de destino dos estudos históricos praticados no IHGB, tanto no sentido de memória coletiva quanto de continuidade de atividades e de atos elaborados socialmente por uma dada coletividade autônoma. Ela emprestava materialidade ao passado que se performava pela exemplaridade. Era a ela que as instâncias do presente e do futuro deviam recorrer na direção da promoção de uma comunidade de sentido.⁵⁰⁴

Através da tradição se movimentava o tempo histórico no Instituto, sendo ela um vestígio do *topos* da *historia magistra vitae* na Primeira República. Para uma importante parcela dos sócios da instituição a tradição, metamorfose da *historia magistra vitae* na modernidade, apresentava-se como o pretexto necessário para a realização da tarefa historiadora nas primeiras décadas republicanas, justamente por referendar o novo contexto social junto aos intrincados movimentos próprios de usos do passado e das políticas da memória:

Tradição! Palavra mágica que, de *per sí*, evoca um mundo de personalidades, de atos e de sucessos de toda a sorte, os quais, se entretecendo, ora por continuidade histórica, ora por filiação causal, através dos séculos, formam a trama misteriosa da história! É essa obra da lei social da solidariedade humana, atuando, no passado, e iluminando o futuro, que vós, aqui estudais, com carinho e constância, sob a inspiração do lema clássico: saber, para prever, com o fito de prover.⁵⁰⁵

A história era, para o sócio Basílio de Magalhães, a verdadeira mestra da vida, não só em termos de saber, mas falando de devir. O *topos* magistral atendia as demandas e os desejos desses letrados. E ela, para além do conhecimento histórico, se dirigia à vida. Era possível aprender com a história no alvorecer republicano. Magalhães defendia que a função do *topos* era, em primeiro lugar, de estruturação do saber, sendo que essa instância se elaborava por meio do diagnóstico da experiência da história. Além disso, o *topos* não se encerra no domínio do pequeno mundo dos historiadores, na medida em que ele tem função pública, isto é, fomenta o ufanismo e o nacionalismo; justapondo-se a outro *topos*, qual seja, o do *amor pátrio*. Todas essas dinâmicas aproximavam a história da experiência, da tradição e da memória coletiva. Se desejava, no limite, a “carnalidade” exemplar do passado.

⁵⁰⁴ Jörn Rüsen demonstra que o tempo é derivado da experiência. Esse parecer ajuda-nos a compreender as relações entre tradição, temporalidade e história mestra da vida realizadas pelos sócios do IHGB: “O tempo é uma dimensão fundamental, universal e elementar da vida humana. Ele é experimentado como devir e fenecer, nascimento e morte, mudança e duração. Sendo experiência, ele precisa ser de tal modo apropriado mediante feitos interpretativos da consciência humana para que o ser humano possa orientar-se nele, estabelecer uma relação significativa entre sua vida e ele”. RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido*. Orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 13.

⁵⁰⁵ RIBEIRO, Discurso... op. cit., p. 639.

Mesmo em uma atmosfera moderna, os desígnios do passado ainda atingem o presente: são eles os orientadores da experiência, ao menos em âmbito prescritivo, para Homero Batista. O que estava em jogo era a possibilidade de a história ensinar a partir do passado, sendo possível verificarmos, pois, aspectos da ideia de *história mestra da vida* nos discursos dos sócios:

Fazendo emergir do seio da história o esforço contínuo despendido para a nossa constituição social, tornaremos manifesta a consciência que a nação possui do seu passado e do seu destino, - passado digno e glorioso que nos enche do mais justo orgulho, destino que se antevê grandiloque, pela impulsão natural das forças imanes do país e das instituições liberais que possui.⁵⁰⁶

Era esse o papel por excelência dado por Homero Batista às atividades do IHGB, sendo considerado uma difícil missão patriótica, posto que essa concepção de história coloca em evidência aspectos próprios da *consciência nacional*, “que se revê e se retempera na própria história”.⁵⁰⁷ Outra passagem do seu discurso mostra a eficácia do ensinamento do passado, tomado enquanto experiência, junto ao presente:

E é afirmando a consciência da evolução que efetua e se integra no seu gênio, nas revivência do passado e nos seus desígnios superiores, que um povo se constitui forte e livre, representando no convívio dos outros povos um poder que se faz considerar e respeitar.⁵⁰⁸

Uma moderna *história mestra da vida*? O passado que ensina o futuro

Para Olegário Herculano de Aquino e Castro, a história se engrandece através das gloriosas tradições do passado e aviventa aquilo que Sainte-Beuve chama de “suave perfume da antiguidade”. Nos registros que são lançados “em nossos anais vamos abrindo duradouras fontes de luz que terão de esclarecer a rota que mais tarde hão de trilhar os diligentes obreiros do futuro”.⁵⁰⁹ Uma moderna *história mestra da vida* que ensina o futuro?⁵¹⁰

⁵⁰⁶ BATISTA, Discurso... op. cit., p. 579

⁵⁰⁷ Idem, p. 579.

⁵⁰⁸ Ibidem, p. 579.

⁵⁰⁹ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 320.

⁵¹⁰ Fernando Catroga sinaliza que o *topos historia magistra vitae* permanece atuante no século XIX adiante, diferentemente da tese canônica de Reinhart Koselleck que advoga uma dissolução do *topos* no Oitocentos. Além disso, assume Koselleck, que na modernidade as filosofias da história deslegitimam as narrativas exemplares epistemologicamente. Em posição diametral Catroga assume o seguinte: “Em termos epistêmicos, a legitimação da coerência interna das grandes explicações sobre o sentido do tempo, quer do saber historiográfico propriamente dito, relevava as relações entre antecedentes → consequentes. O que se entende, dado que não seria convincente explicar a sequência do eixo temporal a partir do efeito que elas mesmas procuravam demonstrar. Daí, a versão moderna e historicista da asserção ciceroniana, muitas vezes camuflada sob as vestes da previsão, pois a teoria da história dos filósofos, tal como as dos historiadores, continuarão a defender a importância de se explicar o passado, a fim de se compreender o presente e se transformar o futuro”. CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestra da Vida? *Estudos ibero-americanos*. PUC-RS, Edição especial, n. 2, 2006, p. 21. Disponível em: <https://cutt.ly/McLYAAs> Acesso: 08 abr. 2021.

Em José Olímpio Viveiros de Castro, no cerimonial de posse datado de 1907, o *topos* magistral aparece, mas readequado aos parâmetros modernos. A história é, “realmente, a grande mestra da vida, iconoclasta impiedosa a derribar ídolos, às vezes transviada, mas sempre sedenta de verdade”.⁵¹¹ O passado ainda era considerado fonte de ensinamento, porém esse magistério não ocorria irrefletidamente, por meio de um estoque de exemplos, mas iconoclasticamente, quer dizer, colocando abaixo qualquer pretensão de verdade geral ou de idolatria. As palavras desse sócio colocavam em suspensão a própria noção de verdade, porque essa passava a ser produto de uma construção intelectual que dependia do sujeito cognoscente e da sua visão perspectivada. Não se procurava a verdade fenomênica em si, ou seja, uma projeção espelhada da realidade, mas a possibilidade de se enxergar o correto, o plausível, o pertinente, o verossímil, dentro dos aparatos críticos aplicados sob a forma de inquérito que o historiador tinha à disposição e que estruturavam o regime historiográfico metódico.

O progresso social não estava, para o antropólogo Roquette-Pinto, atrelado à recusa do ensinamento do passado ou do passado em si mesmo. As “formas tradicionais brasileiras” deveriam ser respeitadas e elevadas ao patamar mais alto de veneração. A *historia magistra vitae* estava em perfeito funcionamento de sentido ao lado da ideia moderna de progresso. Uma das condições para o progresso era o próprio culto do passado: “Destruí-los [os signos do passado] sob pretexto de progresso, impiedosamente, não é trabalhar pelo nosso bem; progresso nunca foi incompatível com a veneração justa e digna, que não é absolutamente fetichismo”.⁵¹²

A *história mestra da vida* também é invocada por Félix Pacheco. Nessa forma de se conceber teoricamente a experiência da história era o passado o orientador das demais instâncias temporais. O fluxo do passado designava como as coisas aconteciam. Porém, diferentemente do caso do *topos* antigo, não é um passado tomado como natureza humana e moral intocáveis e imutáveis, mas como mobilidade e passível de transformação em sua formulação. Contudo, a ideia de que o passado ensina estava presente: ensina pela transformação, pois é ele o esteio seguro por onde se desenvolve o sentimento patriótico-nacional. Nas atividades do Instituto, “vive, em verdade, o grande Brasil no processo definitivo de sua gloriosa evolução. É uma existência reversiva, mas útil e fecundíssima: o que seria das nações, se elas não pudessem remirar-se no seu passado”?⁵¹³ A atualidade é sempre compreendida em estado de depuração, diferentemente da solidez do passado. “Vós só

⁵¹¹ CASTRO, Discurso... op. cit., p. 710.

⁵¹² PINTO, Discurso... op. cit., p. 596.

⁵¹³ PACHECO, Discurso... op. cit., p. 564.

conservais o sedimento bom, que for ficando do tumulto incontido”.⁵¹⁴ Arremata Félix Pacheco com esta elaboração epistêmica acerca do passado a maneira como ele é parcialmente concebido no IHGB:

Erigistes no vosso meio um refúgio consolador, onde os verdadeiros amigos da Pátria possam recolher-se no gratíssimo afã de contar-lhe as glórias profícuas e anunciar-lhe as esperanças ridentes preparadas no silêncio das eras pelo esforço continuado das gerações.⁵¹⁵

O papel do grêmio era o de fornecer exemplos futurocêtricos. A exemplaridade da história era considerada o guia seguro para os povos e para as nacionalidades. O passado entre alguns dos seus sócios possui força de agenciamento do agir humano, não sendo, pois, mero instrumento de imitação: “Vosso papel, nesta emergência, é o mesmo que tantas e tantas vezes tendes desempenhado: reter no turbilhão renovador, que se desencadeia, o que for digno de ficar para exemplo o ensinamento dos vindouros”.⁵¹⁶

Nas falas de Pacheco sobressai a ideia da busca de um sentido norteador para a experiência da história, e isso envolve, claro, uma meditação sobre o tempo. E ressalta o estudioso que “aí das nações que não prezam e não cultivam a sua História! A segurança do futuro só pode estar na razão do que já tivemos realizado”.⁵¹⁷ Mas isso não significa uma tomada natural do passado como orientador, da forma como é entre os clássicos, posto que “não se aconselha com isso a reversão integral a moldes que se partiram, nem o regresso a coisas extintas. Seria absurda semelhante ideia”.⁵¹⁸

Mas é do passado que surge, então, os esclarecimentos tanto do presente quanto do futuro, como pode ser vislumbrado nos seguintes termos colocados por Enéas Galvão: “Das sombras do passado como que emerge o suave clarão, que nos mostra as voltas do caminho presente; as esperanças que tecemos, fitando um risonho porvir, tem as suas raízes profundas nas tendências e nas aspirações que sobrevivem”.⁵¹⁹

As mortes do barão do Rio Branco e do visconde de Ouro Preto são sentidas no discurso de Raul Tavares, e as suas biografias são exemplares. Modelos vivos para a jovem geração republicana, pois “(...) a lembrança daqueles velhos vultos varonis é como uma lança que nos penetra fundo, é como uma chaga a sangrar eternamente”.⁵²⁰ Mais do que uma lamentação, a

⁵¹⁴ Idem, p. 564.

⁵¹⁵ Ibidem, p. 564.

⁵¹⁶ Ibidem, p. 565.

⁵¹⁷ Ibidem, p. 566.

⁵¹⁸ Ibidem, p. 566.

⁵¹⁹ GALVÃO, Discurso... op. cit., p. 610.

⁵²⁰ TAVARES, Discurso... op. cit., p. 491.

exemplaridade do passado toma a feição de força e de agenciamento social futurocêntrico. E os exemplos deles servem aos homens públicos de toda sorte: “Resta-nos, porém, a esperança de que eles mais do que ninguém hão de nos governar, guiando os nossos passos incertos pelo roteiro seguro do magnífico e impagável exemplo”.⁵²¹ Neles foi projetado atributos e qualidades como a fé, a crença e o ideal, tudo aquilo que reforça a exemplaridade. Interessante que o passado passou a ser transposto para o futuro tal como numa capsula do tempo.

Desvendar não só os enigmas passados, mas os do futuro, era o caminho que o historiador deveria trilhar, abrindo margem para uma direção futurocêntrica da história. Uma moderna *história mestra da vida*? “Estender indefinidamente a imaginação sobre o espaço para descortinar o mundo do futuro, não é missão mais exaustiva que discernir o mundo do passado. E essas preocupações atraem igualmente a curiosidade humana”.⁵²²

Para o agremiado Eugênio Egas, havia deturpação na historiografia moderna, na qual se desejava tudo destruir, tudo aniquilar, tudo arrasar. A história voltava, nesse caminho, a ser tão somente a “simples recordação de tiranias e matanças, que, imortalizando os atos execráveis de uma idade, perpetua a ambição de se cometerem outros em todas as que se seguem”.⁵²³ Havia, pondera o sócio em questão, alguma lei que determinasse a fatalidade de tão abomináveis acontecimentos? Por qual razão os ideais de paz universal ainda não se tornaram realidade? De todo modo ficou o seguinte recado: “(...) erros e desvarios de contemporâneos comprometem o presente, retardam os frutos do futuro, mas não podem aniquilar a boa obra do passado, alicerce das construções sociais”.⁵²⁴ Era a leitura criteriosa do passado, mediante instrumentos considerados científicos, que o tornava centro orientador da sociedade, fazendo com que a história trilhasse o horizonte de ser *mestra da vida*.

Alertava Olegário Herculano sobre as vantagens da *historia magistra vitae* em seu contexto moderno. Para ele, era incontornável a necessidade de um povo que se quisesse civilizado conhecer a sua história, de perscrutar as tradições do seu passado, as memórias do seu tempo, com o fito de ajuizar as condições do futuro. Através da história se compreende, continuava o presidente, a vida social em todas as fases da sua formação, sendo que o farol era o passado. Através da história pode-se estudar os “tipos” característicos de uma época, as dimensões de índole de um povo, os princípios morais, as ideias que circunscreviam uma dada situação. O passado oferecia a oportunidade de acompanhamento do curso dos acontecimentos

⁵²¹ Idem, p. 491.

⁵²² TAVARES, Discurso... op. cit., p. 805.

⁵²³ EGAS, Eugênio. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915, p. 720.

⁵²⁴ EGAS, Discurso... op. cit., p. 721.

e de ponderação das tendências históricas que delimitavam às instituições sociais, construindo, assim, a representação de um futuro possível. Por meio dos ensinamentos do passado existia a chance de se determinar com o rigor da justiça o valor moral dos homens que pelo pensamento e pela ação, pela palavra e pela escrita, realizaram as suas ações no cenário do mundo.⁵²⁵ Sendo eles, portanto, ícones possíveis para as gerações que ainda estão por vir.

Mas é interessante observarmos, mais uma vez, a questão da moralidade. Essa preocupação moderna apresentava-se como um resíduo da *historia magistra vitae*, como apresentado. Existia a valorização do sentimento moral, que se consubstanciava na ideia de patriotismo, que ensina em perspectiva futurocêntrica. O conteúdo moral, para alguns sócios, se distinguiu: entre os antigos encontramos a ideia de natureza humana transmitida pela continuidade estática entre passado e presente, com a ideia de honra, glória e eternização; entre os modernos havia a ideia do progresso futurista, principalmente na ordem material, industriosa e técnica, da paz entre os povos e da elevação do patriotismo como categoria central no aprimoramento do gênero humano. Em última medida ocorre uma transformação da moralidade entre antigos e modernos. Mas a disposição para a aprendizagem continua, pois é uma constante antropológica. Tristão de Alencar Araripe deixou-nos algumas indicações:

Se os historiadores da antiguidade deixaram-se ofuscar pela glória das armas e das conquistas, o historiador dos nossos dias evita esse erro, e expõe a admiração e ao culto das nações o verdadeiro patriotismo, cujo intuito é o bem do gênero humano.⁵²⁶

O historiador moderno tornava o fato histórico uma instância analisável a partir de ângulos e perspectivas diferentes. Mas por meio dessa pluralidade de visões abertas por um acontecimento era possível, também, tornar o tempo histórico racional, proporcionando aos analistas ensinamentos junto ao entendimento do tecido social, abrindo, inclusive, margem para intervenções nessa própria realidade e/ou criando expectativas de futuro.

O topos da história mestra da vida é articulado, por fim, por Afrânio Peixoto em sua dimensão de conhecimento do passado, argumentando que se um dos seus endereços é o passado, o outro é o futuro. Vemos, portanto, as metamorfoses junto à capacidade do ensino da história. É uma forma de ensinar, orientar, prever o futuro. “A história é a ciência do passado que explica o futuro”.⁵²⁷

⁵²⁵ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 412.

⁵²⁶ ARARIPE, Indicações... op. cit., p. 279.

⁵²⁷ PEIXOTO, Discurso... op. cit., 1919.

O que apresentamos por hora era a capacidade moderna do ensino da história. Ela era, para muitos sócios, elaborada cientificamente em termos de utilidade pública. Ela refazia o passado, o transformava em memória, além de ensinar o presente e o próprio futuro. O *topos* em seu contexto-epistêmico agora modernista ensinava em uma dimensão tripla: reconstruía o passado, fazendo-o fator de orientação formativa, além de ensinar o presente e prever o futuro.

Capítulo 5 - *Uma história pública?* O valor pragmático do estudo do passado, ou a utilidade social da história

Convém, portanto, sugerir a instrução nacional pelo doutrinamento da história.⁵²⁸

Tristão de Alencar Araripe

(...) o verdadeiro poder é saber.⁵²⁹

Olegário Herculano de Aquino e Castro.

As dimensões da pragmática da história

Em sua alocução presidencial de 1896, Olegário Herculano de Aquino e Castro declara que não era somente nos meandros da política, da administração e da indústria, espaços em que se exerce a atividade humana, que se promovia o “adiantamento” de um país e a estabilidade das suas instituições liberais. Era, por outro lado, por meio do apurado estudo das letras e do desenvolvimento da instrução pública, mediante educação moral e intelectual bem dirigidas, que se encontrava o engrandecimento e o progresso constituintes da verdadeira civilização.⁵³⁰ Por meio dessas balizas, argumentava, a história passava a representar a superioridade da inteligência sobre a matéria, da razão sobre a força, e da vontade sobre os erros acumulados pela ignorância ou pela paixão – fazendo, então, com que a civilização chegasse aos trópicos.⁵³¹

Nessa perspectiva, a história tem utilidade social, que implica, necessariamente, em uma *colonialidade do saber* levada aos extremos.

De todo modo, indaga-se Olegário Herculano: o que é a civilização, que tanto tem preocupado a atenção de homens e de mulheres de letras? Em seu entendimento, seguindo Guizot, era o aperfeiçoamento social, a evolução histórica e o progresso da própria humanidade a partir do melhoramento das condições de existência - melhoramento e bem-estar não apenas no tocante à condição material, mas no que se refere à natureza moral, a qual revela o

⁵²⁸ ARARIPE, Indicações, op. cit., p 262-263.

⁵²⁹ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXIII, parte II, 1900, p. 537-538.

⁵³⁰ O conceito de civilização empregado por Olegário Herculano de Aquino e Casto assemelha-se ao francês descrito por Norbert Elias. De acordo com Elias, “(...) *civilisé* era, como *cultive*, *poli*, ou *police*, um dos muitos termos, não raro usados quase como sinônimos, com os quais os membros da corte gostavam de designar, em sentido amplo ou restrito, a qualidade específica de seu próprio comportamento, e com os quais comparavam o refinamento de suas maneiras sociais, seu ‘padrão’, com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores”. ELIAS, Norbert. Sociogênese do conceito de *civilisation* na França. In: _____. *O processo civilizador*. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 52. A diferença em Olegário Herculano é que a sua noção de civilização absorvia a dimensão edificante dos antigos

⁵³¹ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1896, p. 347.

desenvolvimento das forças intelectuais pela instrução e por meio da efetividade do direito e da seguridade das liberdades públicas. Tudo era propriedade da civilização.⁵³²

E Tristão de Alencar Araripe assume, em suas *Indicações sobre a história nacional*, que a função social da história⁵³³ é a de instruir e civilizar os povos.⁵³⁴ Os domínios da história guardavam a capacidade de ensinar e de formar cidadãos e cidadãs. Em seu entender, a história tinha a vocação para guiar os destinos dos agentes históricos na esfera pública nacional, provendo aos seus cidadãos “experiência” e “tino preventivo”. Devia-se sugerir a instrução nacional através do “doutrinação da história”.⁵³⁵

A proposta de realizar o doutrinação dos cidadãos via saber histórico, em sua acepção pedagógica moderna, apresentava o dilema sobre qual tipo de passado deveria ser evocado, e de que forma possuía, ou não, uma função pragmática⁵³⁶ no presente, quer dizer, de que maneira as representações históricas poderiam se performar enquanto esteio para o melhoramento e a intervenção no mundo político-social do país. A exemplaridade do passado permanecia entre as preocupações dos letrados do Instituto, porém ela não era uma fonte irrefletida e natural, mas, sim, uma instância na qual se poderia apoiar criticamente, ou um germen que tinha o futuro encapsulado em si. De todo modo, o tempo histórico em sua dimensão pragmática abria a possibilidade de os sujeitos gerirem, de alguma maneira, o mundo fenomênico. A palavra de ordem é patriotismo, “um sacro amor”⁵³⁷, e o passado brasileiro deixa à disposição os estímulos

⁵³² CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p.730-31.

⁵³³ A história passa a ter valoração pragmática e utilidade política e social *pari passu* com a sua estruturação como ciência no contexto da segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX. “A utilização política da ‘História’, que atingia um amplo público de ouvintes e leitores, só foi possível porque a História foi entendida não apenas como ciência do passado, mas sim como espaço de experiência e meio de reflexão da unidade de ação social e política que se tem em vista”. GÜNTER, Horst; ENGELS, Odilo; KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 190.

⁵³⁴ A concepção de civilização de Tristão de Alencar Araripe e de outros sócios coevos, remonta, como quer Jean Starobinski, à segunda metade do século XVIII francês: a “(...) palavra *civilização* tanto mais rapidamente quanto constituía um vocábulo sintético para um conceito preexistente, formulado anteriormente de maneira múltipla e variada: abrandamento dos costumes, educação dos espíritos, desenvolvimento da polidez, cultura das artes e das ciências, crescimento do comércio e da indústria, aquisição das comodidades materiais e do luxo. Para os indivíduos, os povos, a humanidade inteira, ela designa em primeiro lugar o processo que faz deles *civilizados* (termo preexistente), e depois o resultado desse processo. É um conceito unificador”. STAROBINSKI, Jean. A palavra ‘civilização’. In: _____. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14.

⁵³⁵ ARARIPE, *Indicações*, op. cit. p 262-263.

⁵³⁶ Essa ideia de história pragmática pode ter raízes a partir de uma recepção difusa de certo hegelianismo na vida letrada brasileira do século XIX e primeira metade do XX. Hegel elaborou três formas de história: a *história original*, a *história reflexiva*, a *história filosófica*. A história pragmática localiza-se como uma modalidade da história reflexiva, que recebe essa designação em razão de ministrar ensinamentos e instrução. Hegel ressalta a mobilização da história pragmática para o ensinamento moral. A história pragmática cumpre, portanto, o vaticínio de ser uma mestra educadora. Cf. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 15.

⁵³⁷ ARARIPE, *Indicações*, op. cit., p 289.

necessários para que os contemporâneos alcancem esse sentimento de pertencimento civilizacional via instrução pública.

O saber histórico para Adolfo Augusto Pinto era fonte de progresso, de aperfeiçoamento moral e de autoconhecimento histórico-social não apenas da nação, mas dos próprios sujeitos enquanto participantes de uma mesma cultura. Vemos, então, os regimes de historicidade moderno e clássico atuando em uma mesma *episteme* e recorte espaço-temporal, isto é, na Primeira República brasileira. Para esse estudioso:

O passado está morto: entretanto não há fonte mais exuberante de vida, mais forte estímulo do progresso, melhor escola de aperfeiçoamento do que este glorioso campo santo – o reino dos mortos! Desamá-lo seria desamar as nossas próprias raízes, o ambiente e o processo de nossa formação, a maior porção do nosso ser; seria, em resumo, desarmarmos a nós mesmos.⁵³⁸

Luiz Alves da Silva Porto assumia que o seu conhecimento sobre história era mais aproximado da utilidade social da disciplina. Disse que por conta do trabalho ordinário em mais de meio século não lhe sobrava tempo “para o estudo de gabinete”, no qual se adquire o saber meditado. Não lhe fora “dado folhear os livros de ciências”, mas asseverava que seguia o caminho da análise e do estudo dos “homens e das coisas”, “formando, então, um pequeno pecúlio de experiência, o qual, a seu turno, não se aprende nos livros”.⁵³⁹

Para o jornalista José Carlos Rodrigues, a produção historiográfica dos sócios do IHGB não deveria se restringir à atividade de “coligir narrativas fiéis dos acontecimentos”, uma das tarefas tradicionalmente realizadas pela agremiação e que não poucas vezes foi reafirmada naqueles salões, através do regime historiográfico metódico. Também era condição para a realização de um trabalho de teor historiográfico encontrar o sentido subjacente aos fenômenos passados, o que pode ser percebido através das categorizações de sentido dadas à história: a “alma do povo”, o centro dos “ideais e aspirações” de um país, a “síntese do seu temperamento moral e intelectual”.⁵⁴⁰ Os estudos históricos educam e cultivam o que Rodrigues chama de “consciência nacional”, a maior tarefa que o historiador enquanto figura intelectual pode fomentar. Resumindo sua argumentação: “um país sem tal ideal é um agrupamento, mas não

⁵³⁸ PINTO, Discurso... op. cit., p. 364.

⁵³⁹ PORTO, Luiz Alves da Silva. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899, p. 323.

⁵⁴⁰ RODRIGUES, José Carlos. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, 1907, p. 727. Os historiadores se encaixam na larga categoria “intelectuais” no contexto da Primeira República. Segundo Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, pode-se perceber, a partir de um balanço sobre a produção intelectual na Primeira República, o seu papel vanguardista na política, lugar em que esses sujeitos arrogam para si, bem como assimilam a identificação geral que a sociedade brasileira projeta junto ao seu vaticínio, a missão de esclarecer as elites envolvidas com a construção do Estado-nação. GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 270. Disponível em: <https://cutt.ly/AcLGwvf> Acesso: 08 abr. 2021.

uma nacionalidade: terá crônicas e memórias, mas não história propriamente”.⁵⁴¹ Também podemos destacar em seu texto estas palavras: “pesquisar este passado, porém, não é necessariamente tarefa do antiquário (...)”.⁵⁴² A aptidão, cara ao exercício do historiador, pode fortalecer os vínculos patrióticos, fundamentais à consciência nacional, sendo responsável por guiar o horizonte de sentido dos sujeitos dentro de um todo coletivo que se quer civilizado.

Tal perspectiva acerca da figuração e do papel da história como saber que intervém no social pode ser melhor compreendida através deste outro rápido comentário realizado pelo jornalista em seu discurso de posse:

Ainda há dias um célebre arquiteto francês, que por aqui passou, nos aconselhava que não imitássemos as capitais europeias, mas nos aplicássemos a realçar nossas próprias belezas naturais. Ora, quanto mais acertado é tal conselho no que toca ao nosso próprio gênio, à nossa índole nacional: como adquirirmos essa consciência senão pelo estudo da nossa própria história.⁵⁴³

Tendo isso em vista, o saber histórico em sua dimensão pragmática ressalta a identidade nacional, a sua independência como agrupamento humano face às demais nações; o que é motivo suficiente para que se evite toda a sorte de impulsos e de paixões no interior de tal coletividade, bem como a alienação pela cultura alheia.⁵⁴⁴

O adágio magisterial moderno estava em pauta para aqueles sócios do Instituto Histórico: a análise intelectual dos eventos passados fornecia estabilidade ao presente, bem como o esteio para os projetos futuros do país.

Nas suas prescrições sobre a utilidade da história para a sociedade, Joaquim Xavier da Silveira Junior ressaltava que no Brasil contemporâneo existia a necessidade de enaltecer os nossos antecedentes morais e étnicos, que por seu turno enchiam os cidadãos da República do sentimento de ufanía e de glória, dando ao país um lugar destacado entre os povos que almejavam o engrandecimento da civilização nos trópicos.⁵⁴⁵

O comandante Antônio Coutinho Gomes Pereira era um dos sócios que ressaltavam a característica social presente na construção e na organização do saber historiográfico. Apresentava-se como um “modesto operário” que auxiliava os “grandes arquitetos” na execução de um saber plural e abrangente, destinado a capturar as linhas mestras que envolviam

⁵⁴¹ RODRIGUES, Discurso... op. cit., p. 727.

⁵⁴² Idem, p. 728.

⁵⁴³ Ibidem, p. 728.

⁵⁴⁴ Renato Ortiz admite que as discussões que giram em torno da identidade brasileira se operacionalizam em contraponto ao estrangeiro. Cf. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 7.

⁵⁴⁵ Cf. JUNIOR, Discurso... op. cit., 1907.

o sentido do passado. Por isso a história se expandia cada vez mais - ela trazia todas as qualidades da sua conceituação magisterial moderna:

Projeta sobre o passado um feixe de luz, através dos séculos procurando descobrir a rota seguida pela humanidade na sua marcha progressiva, afim de poder prever a sua trajetória futura, com a segurança talvez, com que o astrônomo prediz o aparecimento de um astro, cuja órbita conhece.⁵⁴⁶

Essa postura historiadora, de reconhecer que o seu saber possuía a capacidade de acompanhar e intervir na dinâmica social, faz do seu trabalho mais do que obra de mera curiosidade; e recuperando Cícero, a história se torna, então, mestra da vida.

O olhar crítico projetado sobre o passado, não sendo ele mais um desdobramento natural no presente, tornava-o objeto de contenda no presente em termos de racionalidade pragmática e pública. Desenvolver uma escrita da história compatível com os protocolos disciplinares exigidos por aquela agremiação significava, entre outras coisas, prover de sentido a experiência histórica nacional em uma direção na qual se poderia intervir, prognosticar e participar ativamente do seu desenrolar enquanto devir. Nesse contexto epistêmico, em que se pensava no Instituto a função pedagógico-pragmática da história, os acontecimentos passados não eram, para parcela significativa dos sócios, assimilados como uma instância imóvel, mas considerados como produtos do tempo e do espaço, ou seja, a partir da sua historicidade.

Em tese, todo o conteúdo subjacente à experiência nacional poderia consubstanciar-se em história, mas com a advertência de que esse processo de atribuição de sentido, perpassado pela aparelhagem crítica que identificava a prática, trouxesse consigo elementos de utilidade pragmática para a sociedade. A história aparecia como uma forma de saber estratégica apta a servir os cidadãos republicanos.⁵⁴⁷

Almejar uma pragmática da história era, nessa direção, dotar o presente da capacidade de avaliar as linhas de força da temporalidade nacional, dotando-as de sentido explicativo, fazendo desse exercício algo útil para a sociedade, posto que recriava as condições que estabeleceram símbolos, imagens, valores, conceitos, tradições que identificavam o brasileiro no tempo, bem como deixava à disposição dos sujeitos em questão um conhecimento coerente acerca das demandas mais urgentes que assolavam a sociedade brasileira. Daí a sua utilidade na instrução pública republicana.

⁵⁴⁶ PEREIRA, Discurso... op. cit., p 522.

⁵⁴⁷ Eliana Dutra adverte “que a realidade de uma escrita da história, como monumento nacional, praticada por alguns historiadores afinados com a moderna ciência da história, é um demonstrativo da rota tomada pelo país na via da cultura e da civilização”. DUTRA, Eliana de Feitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte: Editora Humanitas, 2005, p. 215-216.

O valor pragmático da história, de saber que informa e transforma a realidade, especialmente pela ação difusora da instrução pública ilustrada, sanava as principais carências de orientação porque passava a sociedade em questão com o seu recém instaurado modelo político-administrativo e de sociedade. Na perspectiva magisterial moderna a história abria a possibilidade de uma compreensão não estática do passado e projetava, igualmente, futuros em aberto aos brasileiros e às brasileiras; sendo esses futuros possíveis construídos pela ação humana, senhora do devir, posto que estes passavam a pertencer à instância do racionalizável. Aptos, pois, a modelar o presente e a perspectivar projetos de modernização que poderiam colocar o país na vanguarda civilizacional. Essa disposição fez do passado elemento identitário em direção tanto interna quanto eterna.

O sócio Alfredo do Nascimento e Silva não titubeou em afirmar a máxima: a história conhece as mazelas do passado e previne os seus desdobramentos no presente e no futuro. E a pragmática da história estava à serviço do esclarecimento⁵⁴⁸ dos povos e das sociedades, o que atende aos interesses da civilização.

Interessante a perspectiva do autor: o esclarecimento via história, como processo e como *episteme*, passa pelo delineamento completo de todos os segmentos sociais em que os agentes históricos estão inseridos. Do mais simples ao mais complexo, evolutivamente: do homem, célula matriz da sociedade, passando por tribos, famílias, raças e povos.⁵⁴⁹ Movimento que imprime uma clara tentativa de hierarquizar os estratos do tempo. É um tipo de história absorvida pelos ditames que estabelecem um estado de colonialidade.

O povo é, em seus variados aspectos étnicos e sociais, o agente da história nessa formação discursiva. A pragmática utilitária da história se ocupa com o seu porvir, o seu vir ser; a nação é vista em formação, ela não possui um acabamento prévio: “no futuro desse quadro jaz uma multidão muito maior e muito diversa dessa que acabamos de ver”.⁵⁵⁰ O texto de Araripe é paradigmático nesse sentido e o cânone republicano passou a eleger personagens que faziam parte do que se considerava ser o povo brasileiro, representante ativo da história. A pragmática da história, e com ela a função social da história, oferece os contornos da moderna

⁵⁴⁸ Sobre as dimensões envolvendo o esclarecimento da história cabe a seguinte reflexão: “O conceito de esclarecimento, na medida em que possui o sentido de processo, significa algo inacabado, voltado, por excelência, para o futuro. Este ponto de partida da presente exposição não é desprovido de pressupostos. A liberdade e a crença, dela decorrente, de que haja algo como um progresso ou aperfeiçoamento ético do ser humano, são os alicerces imprescindíveis da compreensão da história aqui em jogo. Pressupõe-se, por outras palavras, que os homens não são deterministicamente programados em seu agir, mas que são, ao contrário, capazes de auto-regular-se, auto-orientar-se. BICCA, Luiz. O esclarecimento e a moral da história. *Síntese*. Revista de filosofia, Belo Horizonte, v. 17, n. 51, 1990, p. 34. Disponível em: <https://cutt.ly/WcLmTtZ> Acesso: 08 abr. 2021.

⁵⁴⁹ NASCIMENTO E SILVA, Um átomo... op. cit., p. 100.

⁵⁵⁰ Idem, p. 100.

historia magistra vitae. O que estava em jogo era o rastreamento de uma formação discursiva que assumia existir entre os modernos a possibilidade a história fornecer ensinamentos.

Para Barbosa Lima, a história supera uma mera disposição factual sem profundidade social ou interpretativa, em que não se faz possível encontrar diretrizes de sentido entre os eventos. Ressalta, por outro lado, a utilidade social e pragmática para esse tipo específico de saber. Diz ele: “na confusão aparente com que os acontecimentos se sucedem há que aprofundar o exame desse possível nexos (...)”.⁵⁵¹ Esse gesto, de natureza indutiva e próprio da pesquisa em si, deixa à vista o que pode ser considerado como um mero acidente histórico e aquilo que, de fato, se reproduz insistentemente, ainda que sob fisionomia multidirecional, caracterizando tendências ou séries repetitivas; acentuando feições, assim, destinadas a prevalecer, oferecendo um uso prático do estudo da história para aqueles que se interessam em intervir positivamente em termos de ação social.

Percebemos, no discurso de Barbosa Lima, a influência da sociologia positivista capitaneada por Auguste Comte, chamada pelo sócio de “sociologia dinâmica”, que oferece, pautada em postulados ditos científicos, uma teleologia altruísta e positiva ao povo diante da dinâmica dos fatos históricos no tempo, na medida em que promete a paz, a eliminação da guerra, da tortura e da escravidão.

Tendo como pressuposto tais considerações epistemológicas, o autor citado enxerga o sentido histórico das nacionalidades de tipo ocidental ancorado em aspectos “egoístas” sobre o que chama de inclinações simpáticas ao povo: “longos séculos se passam antes que as vitórias do altruísmo se possam generalizar e impor aos estadistas e as multidões”.⁵⁵² Essa história que o associado elabora de maneira prescritiva não deixa de possuir, em certa medida, tons de denúncia, evocando mesmo uma linguagem tacitista em sua formulação, e isso não entra em choque, a seu ver, com as condições de imparcialidade caras ao ofício - ambas as posições convivem epistemicamente:

Outros remodelam a história deformando-a, encantados em algumas dezenas de anos, que não bastam para evidenciar a lei geral que rege fenômenos tão complexos e denunciar o ritmo que a acentua de século para século. Desses, uns celebram os progressos do socialismo; outros julgam que caminhamos para a dissolução dos laços domésticos; em geral narram quase todos, insensíveis, profissionalmente embotados, indiferentes ao doloroso espetáculo, batalhas, guerras e revoluções, canonizando heróis, cuja glória gradam, segundo o número de batalhões dizimados, de cidades conflagradas, de lares devastados, de mulheres e crianças, condenados à miséria e a dor.⁵⁵³

⁵⁵¹ LIMA, Discurso... op. cit., p. 570-71.

⁵⁵² Idem, p. 571.

⁵⁵³ Ibidem, p. 576.

Para se atingir condições de imparcialidade o saber produzido pelo Instituto Histórico necessitaria inclinar-se pela busca da “verdade objetiva”, porque os eventos de natureza moral e social, que estão sob os cuidados do historiador, trazem consigo a singularidade de portarem-se de maneira modificável. A análise isenta, guiada pela ciência e pelo senso de objetividade, permitiria uma conduta favorável ao historiador no sentido de produzir uma narrativa dita verídica e pública, que significava justa e neutra, dos fatos passados, podendo ressaltar, nessa direção, tanto a dimensão conflitiva ali presente quanto a de tons continuístas inscritas no conjunto de contextos que formam o tecido histórico.

A extensão pública da história⁵⁵⁴

Para Gastão Rush, a história não pode ser elaborada e concebida como “um simples repositório de fatos”. O seu papel e a sua utilidade alcançam outro patamar: “o de guia seguro para os que se dedicam à difícil tarefa de governar”. Ou seja, a história, em sua dimensão pragmática, cumpre funções políticas ideológicas e pode estar relacionada com o ordenamento possível do espaço público. Esse sócio acredita em leis que condicionam as instituições e a sociedade, e a história pode fornecer o conteúdo dessas leis, preservando a sua neutralidade, aos estadistas, tornando possível conhecê-las profundamente visando uma intervenção social, “para levantar o denso véu que cobre o futuro, para maior benefício de sua pátria e da humanidade”.⁵⁵⁵ Ao crer na cientificidade da história e em sua utilidade social e pragmática, porque proporciona “uma série de encadeamentos, cujos elos oferecem não poucas vezes bem fundadas analogias”, passa a ser possível ao historiador desvelar e evidenciar situações passadas em que o provimento do bem da esfera pública, preservando a axiologia de sua epistemologia, ou a harmonia social são prejudicados. Exemplifica com a “teoria imperialista”:

Já que buscamos exemplificar, a qual [a teoria imperialista] surge na vida de muitos povos, porquanto para eles a sua reprodução corresponderá as sucessivas manifestações de um mesmo fenômeno político-social, quer lavrasse em tempos idos, junto às pirâmides e à esfinge, quer se revele agora nas terras que banha o Mescharcebê.⁵⁵⁶

⁵⁵⁴ Por mais que o campo da história pública e suas práticas sejam demandas da atualidade, e que as suas perspectivas estejam relacionadas com problemas contemporâneos, podemos posicionar a ideia de história pública em perspectiva histórica. Para o caso em questão projetamos a ideia de história pública para o contexto estudado, pois nesse momento a história também era pensada para o grande público, possuía função de intervenção na esfera pública, preocupava-se com os problemas sociais da época, implicando, portanto, em uma postura que transcendia ao internalismo de uma comunidade epistêmica. Ver ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

⁵⁵⁵ RUSH, Discurso... op. cit., p. 747.

⁵⁵⁶ Idem, p. 749. Mescharcebê não pode ser localizado

Angela de Castro Gomes pondera que o esforço dos historiadores em prover uma utilidade social à história estava ligado à necessidade de se efetivar uma cultura cívico-patriótica no país, responsável por oferecer condições de possibilidade para o agente da história republicana emergisse: o cidadão.⁵⁵⁷ A República trouxe consigo a demanda pelo estabelecimento de discursos de identificação coletiva, patrióticos e que disseminariam sentimentos, valores e simbologias adequadas ao momento político em questão. E nessa direção que a história pátria passou a ocupar um lugar estratégico. Em virtude desse quadro político-social a educação nacional, e toda a sua carga cívico-patriótica subjacente, apresenta-se imperativa, ainda mais quando carregada de perspectivas histórico-identitárias.

Castro Gomes é assertiva com relação a esse ponto:

(...) a educação era vista como a mais segura das estratégias para se transformarem os comportamentos e valores das sociedades rurais, patriarcais e tradicionais, criando uma nova mentalidade, mas conforme aos valores das consideradas modernas sociedades urbano-industriais.⁵⁵⁸

O valor pragmático do estudo do passado estava repleto de expectativas, de projetos de sociedade, na medida em que poderia acionar imagens, sentimentos, valores que fariam dos brasileiros e das brasileiras cidadãos participativos (e identificados) em relação aos rumos da esfera pública local. A conjuntura política instaurada demandava um ensino da história pátria vivificador, que transbordasse o sentimento de comunidade nacional.

No contexto abordado, o ideário cientificista, os projetos de modernização e as noções de progresso e de evolução estavam em circulação, o que resultava em formas complexas de experienciar a temporalidade, visto que perpassadas pelo filtro da apropriação. Em uma perspectiva formativa, a República é evocada como um acontecimento inexorável e previsto no desenrolar do devir histórico nacional. A ideia de democratização da esfera pública, de republicanização das instituições e de redução das desigualdades sociais que atravessavam o país historicamente mostravam-se como os caminhos inevitáveis da nação. Se isso causa, em um primeiro momento, certa sensação de passividade diante do desenrolar dos fatos, por outro torna aqueles sujeitos agentes participantes da história, porque capazes de saber em que direção os fenômenos se desdobram.

Ramiz Galvão, orador do Instituto, atribui a esta forma de conceber o devir a responsabilidade pela emergência da República entre nós: “A República implantou-se em 1889

⁵⁵⁷ GOMES, *A república...* op. cit., p. 85.

⁵⁵⁸ Idem, p. 95.

sem os horrores desencadeados em outras nações, quase como uma transição natural do regime liberalíssimo, que nos felicitara por cerca de meio século”⁵⁵⁹

Mas a noção de que a República se realizava como desdobramento do eixo da formação da experiência histórica nacional, tendo os cidadãos a missão patriótica de acompanhar esse direcionamento temporal, trazia consigo, para não poucos letrados, a sensação de incompletude e de que as coisas ainda estavam por fazer; deixando certa impressão de que existiria um descompasso entre o tempo social e o tempo histórico; entre “o lento e descontínuo desenvolvimento social e o progresso do tempo”. O tempo da nação parece, nesse sentido, “desorientado”.⁵⁶⁰ A utilidade social da história, a pragmática social, a busca por orientação e por sentido a partir do entendimento e da difusão da história, levava esses sujeitos a enfrentarem essa situação cuja direção é o ordenamento do tempo e a nacionalização do passado. A dimensão pragmática da história, a história em si e para si, conforme a teorização clássica de Reinhart Koselleck⁵⁶¹, aparece como uma das maneiras possíveis para o tempo da nação poder ter um encontro consigo mesmo. De qualquer forma, o que está em pauta entre os sócios do Instituto Histórico para enfrentar essa situação envolve a reescrita da história, como *episteme* e mais profundamente como processo, além da disponibilização de dispositivos de inteligibilidade aptos a reordenar a temporalidade. Movimento intelectual que operava uma verdadeira negociação com o pecúlio historiográfico já disponibilizado pelas gerações que fundaram o Império, readequando-o para as demandas esperadas por aquele auditório.⁵⁶²

A sensação de aceleração do tempo, de que tudo pode desaparecer através da sua velocidade, implica em um retorno à história, particularmente a da pátria, “para retemperar a alma combalida pela superexcitação da vida moderna nas tradições do nosso passado, que nenhum outro conheço em mais ricos em rasgos de abnegação e de civismo”.⁵⁶³ Para Viveiros de Castro, o aspecto mais importante relacionado ao caráter de uma nacionalidade é o da consciência do seu valor próprio, e isso o faz pensar a situação brasileira, porque, em seu entender, os cidadãos vivem demasiadamente voltados para questões do presente, sem que se ocupem com projetos de futuro: fantasmas do perigo germânico e o problema da tutela política

⁵⁵⁹ GALVÃO, Ramiz. Parecer da comissão de história para a admissão do sócio João Ribeiro. *RIHGB*, tomo 78, parte II, 1915, p. 630.

⁵⁶⁰ Cf. NICOLAZZI, *Um estilo de história...* op. cit., 2008.

⁵⁶¹ Cf. KOSELLECK, *Futuro passado...* op. cit., 2006.

⁵⁶² Sobre o processo de reescrita da história na passagem para o século XX a partir da obra de João Capistrano de Abreu cf. OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Para a autora, a reescrita é uma dimensão própria da historiografia moderna.

⁵⁶³ CASTRO, *Discurso...* op., p. 710.

dos EUA são as grandes questões que o sócio aponta como as maiores preocupações dos nossos intelectuais. Citando Castro:

em vez de nos considerarmos um povo que tem confiança na sua força, e que se sente capaz de alcançar os mais gloriosos destinos, porquanto não pesa sobre nós a maldição divina que o único obstáculo que o esforço humano não pode superar, vivemos exclusivamente preocupados com o presente (...).⁵⁶⁴

Pedro Lessa aponta em seu discurso de posse para outra missão consagrada ao trabalho do historiador em sua dimensão pragmática. Em seu entender, o Brasil ainda é um país novo, que diferentemente, por exemplo, da Europa não comporta tradições e tendências conservadoras tão arraigadas.⁵⁶⁵ Isso pode ser constatado, afirma o jurista, a partir das “bruscas transformações de ordem política e jurídicas” a que o Brasil assiste, “não facilmente realizáveis em outro ambiente”.⁵⁶⁶ Interessante destacar que essa expressão, país novo, é frequentemente mobilizada no período: uma história enquanto processo que ainda está por ser concretizada, a qual se movimenta para realizações em um futuro em aberto. Com o auxílio das ciências sociais ela é virtualmente prefigurada no sentido de evocar a materialização de benefícios sociais para a esfera pública republicana. A seguinte exemplificação de Lessa nos oferece algum entendimento acerca da pragmática da história demandada por alguns sócios: as ciências sociais, ao utilizarem a base empírica oferecida pela história, cuja correção na apuração das circunstâncias que propiciam a emergência dos fatos sociais a identifica como domínio de saber, estão aptas a efetivarem processos comparativos entre regimes políticos, como no caso entre parlamentarismo e presidencialismo, quer em relação ao outro quer em caso de alternância entre eles em diversas partes do globo.

Tais propostas permitem a compreensão do que entendiam os sócios da atuação da história para as necessidades do novo regime, pois ela, em conjunto com as ciências sociais, poderia oferecer segurança racional para analisar a conjuntura política que melhor se adequaria a determinados países, levando em consideração fatores étnicos e do meio social.

Em outra interpretação pragmática da história, Viveiros de Castro coloca em suspeita, visto que considera um equívoco que impede o progresso político, a comparação entre Estado e “organismo humano”. Em seu entender, o equívoco do esquema organicista de Estado reside na atribuição de idades progressivas e estanques para situar o seu desenvolvimento: infância,

⁵⁶⁴ Idem, 710.

⁵⁶⁵ Sobre esse tema ver HANSEN, Patrícia. Sobre o conceito de ‘país novo’ e a formação de brasileiros nas primeiras décadas da República. *Iberoamericana*, vol. 24, n. 45, 2012, pp. 7-22. Disponível em: <https://cutt.ly/8cLkZ3i> Acesso: 08 abr. 2021.

⁵⁶⁶ LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907, p. 719.

virilidade e velhice, com crises próprias nas respectivas idades. Afirma que é uma concepção escolástica que é tomada como dogma científico. O Brasil vive, nesse sentido, no descompasso das idades, o que impede o seu progresso devido à crise de consciência que se instaura dentro desse esquema teórico. “Vã teoria! Erro funesto!” Para ele, não é a idade mais avançada que leva a sua extinção e a sua ruína, mas, sim, a “corrupção dos cidadãos” - e a história brasileira evidencia essa afirmação. Tal situação só pode ser sanada através da instrução pública e do conhecimento integral da pátria, pois implica no engrandecimento da ideia de respeito com relação ao domínio público e um sentimento de dever para com o desenvolvimento da ordem democrática: “O futuro da Pátria, senhores, está exclusivamente nas nossas mãos: somos nós os obreiros do seu progresso, os sustentáculos da sua honra e do seu prestígio internacional”.⁵⁶⁷ O conhecimento do passado é o lugar seguro para se superar “injustificados desânimos”. A evocação dos antepassados revigora a energia social, pois esse movimento leva ao adágio latino: *impavidi progrediamur*, quer dizer, corajosamente progrediremos.

Para José Bernardino Bornan, a utilidade social da história, a sua racionalização instrutiva, se confunde com a sua função magisterial, na medida em que pode servir especialmente aos negócios públicos atuais:

Parece que há em nosso país certa aversão pela *História*, a mestra da vida, como definiu um grande orador da antiguidade; entretanto, o seu cultivo especialmente por aqueles que dirigem ou aspiram dirigir os negócios públicos, é uma grande necessidade, porque em suas páginas eles encontrarão ensinamentos, erros e mesmo desastres. O homem público que lembrar-se de que a *História*, como disse Lamartine, é Panteão dos nomes ilustres, mas também o pelourinho dos nomes infames, há de pautar os atos pelos preceitos da moral e da justiça, para que a memória não acorrentada ao pelourinho, a essa coluna, emblema da ignominia, que *História* ergue em suas páginas para o castigo dos maus.⁵⁶⁸

A história como instrução: a missão educadora dos sócios do IHGB

O amor ao país, às suas tradições, às especiais condições da atualidade, tudo convidava ao aprofundamento dos estudos públicos da história; investigando e preparando os subsídios que pudessem servir a obra do futuro. Dentre eles estava, certamente, a instrução.

Pois é de conformidade com os esforços da inteligência e da vontade que se propagam, segundo Olegário Herculano, as “ideias generosas” e os “arrojados estímulos” que assinalam a marcha da civilização em um país de liberdade e de ordem; e que o melhor meio de assegurar

⁵⁶⁷ CASTRO, Discurso... op. cit., p. 712.

⁵⁶⁸ BORNAN, Discurso... op. cit., p. 766.

essa liberdade é justamente através do desenvolvimento da inteligência e da ilustração.⁵⁶⁹ Uma instituição como o IHGB não poderia deixar de ter como uma das suas preocupações e diretrizes justamente a instrução, que era vista, então, como verdadeiro bem do aperfeiçoamento moral e civilizador.⁵⁷⁰ Cabendo assinalar o forte pendor ideológico desse modo de educação.

A questão da utilidade social da história reforçava as preocupações quanto à instrução. A educação pela via da consciência histórica deixava à disposição dos futuros cidadãos da República, segundo algumas posições dos sócios da instituição, a possibilidade de se reconhecerem como coparticipes de um todo coletivo diferencial.⁵⁷¹ Além do mais, a educação vista como instrução pragmática, ou seja, capaz de prestar serviços ao progresso e ao melhoramento social nacional faz da história não apenas uma disciplina que oferece um conhecimento sensível acerca do passado, mas, igualmente, uma instância de intervenção no devir histórico: ao sujeito é possível ser senhor do destino da nação.⁵⁷²

Herculano prescreve, “sem embaraços que dificultam a marcha dos tempos”, que caso se quisesse ver o rápido e o franco adiantamento e progresso da vida social não se poderia prescindir da instrução ilustrada. Estava, pois, na consciência dos principais intelectuais⁵⁷³ do

⁵⁶⁹ GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombra”. In: _____; PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / FGV-CPDOC, 2002.

⁵⁷⁰ CASTRO, Olegário Herculano D’Aquino e. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901, p. 323.

⁵⁷¹ Nesse sentido, os “historiadores, então, passaram a definir com maior precisão que a ‘história é a nação: a história é a civilização’, exatamente quando se ampliava o direito à cidadania a uma parcela maior da população. Nesta perspectiva, a História tornou-se imprescindível para a formação da cidadania, integrando-se no currículo escolar que buscava direcionar a pedagogia, ou seja, a escola tinha como função criar e aperfeiçoar ‘uma pedagogia do cidadão’”. BITTENCOURT, Circe. *Pátria, civilização e trabalho*. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990, p. 18. Maria Helena Câmara Bastos sugere que o “fortalecimento do sentimento nacional exigia, também, a educação do caráter, entendida como educação moral, preceitos, regras, exemplos, conselhos, comentários morais de fatos da vida escolar e da história”. BASTOS, Maria Helena C. Amada Pátria idolatrada. Um estudo da obra *Porque me ufano de meu país*, de Affonso Celso (1900). *Educar em Revista*, Curitiba, n. 20, 2002, p. 4. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2109> Acesso: 08 abr. 2021.

⁵⁷² José Veríssimo enfatiza, em *A Educação nacional*, a premência de um programa de educação nacional em que o ensino de história aparece como tarefa fundamental: “A educação nacional não se pode fazer senão pelo estudo da Pátria e, no estudo da Pátria, a sua história é, quase poderia dizer, a parte principal”. VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906, p. 97. Lucia Maria Paschoal Guimarães assinala que na “ótica dos letrados que frequentavam o IHGB, conhecer a realidade do país e seus problemas, apenas não bastava. Era preciso modificá-la. Neste sentido, entendiam que a escolarização, em todos os níveis, se constituía num instrumento poderoso de correção do processo evolutivo e capaz de impulsionar o progresso da sociedade brasileira”. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: O projeto da Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras: (1916-1921). *Revista de História*, n. 141, 1999, p. 94. Disponível em: <https://cutt.ly/scLJz0v> Acesso: 08 abr. 2021.

⁵⁷³ Sobre as relações entre propaganda educacional, civismo e história pátria ver: GOMES, Angela de Castro. José Veríssimo e ‘A educação nacional’. História pátria e cultura política republicana. In: JUNIOR, Raimundo Barroso Cordeiro; CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves (orgs.). *Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século XX*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010, esp. 148. Para Angela de Castro Gomes, naquele contexto vários intelectuais partilham da ideia “de construção de uma narrativa da história do Brasil ‘acessível a’ e ‘compreensível por’ um grande público de cidadãos ou de futuros cidadãos republicanos,

país a compreensão das “vantagens reais” e dos “incalculáveis benefícios” que resultavam da boa organização e do aperfeiçoamento do ensino das classes populares.

Os monumentos simbólicos erguidos por toda a parte em homenagem às letras e às ciências, às artes, à piedade, à indústria, às instituições de ensino prático, aos estabelecimentos de doutrina e de instrução moral e religiosa, às associações pias, aos liceus, aos institutos profissionais e tantas escolas de educação, prendem homens e mulheres republicanos à “ciência da vida”, em proveito de si mesmos e da sociedade da qual fazem parte.⁵⁷⁴

Utilizando-se de um vocabulário corrente à época, de matriz organicista, Alfredo Nascimento e Silva argumentava que a educação leva à “higiene social”, apontando que os cidadãos republicanos têm a oportunidade de desenvolvimento tendo como base o conhecimento da história por intermédio da instrução, da moralidade e do civismo; elementos que conjugados suspendem os atavismos formativos projetados junto ao país. Essa higiene social seria um fator de civilização, desde que a população se submetesse aos ditames da razão médica, marcada pelo cientificismo da época.

Nascimento e Silva assinala que a instrução pública só se concretiza satisfatoriamente por meio do implemento de escolas em todo o território brasileiro: “a cada escola que se abre corresponde uma masmorra que se fecha”.⁵⁷⁵ O universo escolar livraria os cidadãos republicanos do cativeiro da ignorância sobre si, sobre os outros, sobre o passado e sobre o futuro. Se desejava a educação como uma esfera libertadora, nos moldes iluministas, ainda mais quando provida de sensibilidade histórica: promotora de esclarecimento e de autoconhecimento coletivo, bem como fomentadora de expectativas quanto aos projetos políticos de nação. Ele escreve, dessa maneira, a história da *Associação Amante da Instrução Pública*, instituição “benemérita” inspiradora para o país - um verdadeiro átomo de história pátria. Conhecer “um átomo da história é levar, portanto, um contingente ao seu todo, fornecer um substrato à sua apreciação e colocar uma pedra nos seus alicerces”.⁵⁷⁶

A referida *Associação* foi fundada no Primeiro Reinado. Em seus primeiros anos de funcionamento era denominada de *Sociedade Jovial e Instrutiva*. Ela tinha função assistencialista: favorecer as parcelas da população que sofriam com as mazelas sociais do país. Seu objetivo era, além disso, o de buscar a instrução pela educação primária. Essa iniciativa é um futuro-passado que deve realizar-se na República sob a forma de política pública: “a Amante

fosse ele adulto, fosse de crianças e jovens em idade escolar”.

⁵⁷⁴ CASTRO, Olegário Herculano D’Aquino. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899, p. 408.

⁵⁷⁵ NASCIMENTO E SILVA, Um átomo... op. cit., p. 102.

⁵⁷⁶ Idem, p. 108.

da Instrução é uma associação de caridade que vive e vence a custa mesmo da caridade”. Ela é uma verdadeira “casa de educação completa e de instrução”.⁵⁷⁷

A *Associação*, consciente da sua missão histórica, e sendo exemplo para o estabelecimento de instituições congêneres na República, instrui e assiste os mais necessitados, mas não questionou a escravidão no país. Barbara Winther faz um apontamento importante sobre a dimensão sexista implícita na educação feminina:

As meninas que são atendidas por essa instituição são tratadas pensando na sua posterior entrada na vida de casada, no exercício do papel de esposa, conforme as características da época, exercendo um papel de mulher, que tem na função progenitora do lar, um dos seus locais de ação por excelência.⁵⁷⁸

No limite, o passado histórico da *Associação* sugeria que a sociedade brasileira deveria guiar-se pela perspectiva da civilização. A instrução pública aparecia, nessa direção, como o destino manifesto inscrito no horizonte de nossos intelectuais, inclusive entre aqueles que se reconheciam, e se faziam reconhecer, como historiadores. Essa era a preocupação da pragmática da história.

Em texto de grande circulação no período entre os nossos letrados José Veríssimo coloca a questão nos seus devidos termos:

(...) para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro, é a educação, no mais largo sentido, na mais elevantada acepção destas palavras.⁵⁷⁹

A utilidade social da história estava, nesse sentido, destacadamente atrelada ao ensino. Pela instrução a ordem social poderia se estabelecer. O ensino da história, e a instrução de modo amplo, servem para que o sujeito se constitua enquanto um ser social e consciente, “despertando suas faculdades intelectuais e cultivando suas inclinações afetivas”.⁵⁸⁰ Nesse processo se desenvolve a língua, a leitura, a escrita e os números, por exemplo. É o primeiro andaime para a socialização dos agentes sociais no universo republicano. Segundo Susviela Guarch, o grau máximo do ensino de história e do seu conhecimento sobre a realidade educacional do país relaciona-se com a construção de instituições de ensino, inclusive de uma *Universidade Livre Popular*. O projeto é apresentado pelo sócio em sua posse como de interesse à tradição esclarecida do grêmio. Nessa universidade toma parte, assim sendo, todos os agremiados

⁵⁷⁷ Ibidem, p. 127.

⁵⁷⁸ SILVA, *A escrita da história no IHGB...* op. cit., p. 60.

⁵⁷⁹ VERÍSSIMO, *A educação...* op. cit., p. 60.

⁵⁸⁰ GUARCH, *Discurso...* op. cit., p. 231.

interessados na causa maior da educação, da instrução primária ao ensino superior. Esse modelo educacional, encontrado em países europeus, sana problemáticas verificadas no desequilíbrio da instrução no país e fomenta a necessidade de vulgarizá-lo amplamente. Assim, ele descreve o modelo educacional das universidades populares:

Ela foi instituída para as classes obreiras no sentido mais amplo da palavra, para todos aqueles cidadãos que, por diversas razões de arte, de ofício, de emprego, de negócio, não dispõem para instruir-se senão das horas da noite e dos dias festivos; porém isto não significa que as Universidades Populares sejam somente para os operários, senão para as pessoas que tem necessidade de completar uma parte ao menos do ensino científico, posto estejam obrigados a consagrar a maior parte do seu tempo em ocupações comerciais e industriais.⁵⁸¹

Com esse tipo de ensino, amparado no saber histórico *lato sensu*, especialmente na esfera do devir, se tem em mente a consecução de uma sociedade de igualdade e de confraternização, que também cultiva o sentimento mais nobre, isto é, o do amor pátrio.

A utilidade das atividades do Instituto Histórico está em sua missão educadora, capacitada no esclarecimento dos povos e das nações não só na América como de todo o mundo. Para o sócio argentino Garcia Merou, não é só a riqueza material e o desenvolvimento econômico dos povos que formam o índice ou o coeficiente do progresso. A ilustração, o esclarecimento, a educação são caminhos contundentes para que as nações se desenvolvam plenamente. Nisso repousa a utilidade social das pesquisas do Instituto.⁵⁸²

Tudo isso não deixa de ser, como frisado acima, um processo civilizador-ideológico.

Para o sócio Jonathas Serrano está entre os artistas, os intelectuais e os mestres professores o direcionamento dos caminhos do devir histórico nacional: missão nobre, patriótica e a mais veneranda a causa da educação entre os brasileiros e as brasileiras da República, e o IHGB deve abraçá-la e orientá-la. Os sócios do Instituto Histórico ilustram e educam a juventude, transmitindo o vivo fogo patriótico. O professor é o grande agenciador da civilização e das glórias nacionais: essa obra se mantém no transcurso do tempo, propaga-se por gerações sucessivas que recolhem “tesouros” e erguem admiráveis monumentos do saber humano. Ensinar é fecundar, é desenvolver, é aviventar, é promover as faculdades intelectuais superiores, sobretudo, aquelas de ordem moral e ética.⁵⁸³ A educação serve à pátria, na mais alta acepção do termo: o reconhecimento do brasileiro enquanto tal, despido de uma visão

⁵⁸¹ Idem, p. 231.

⁵⁸² MEROU, Discurso... op. cit., p. 337.

⁵⁸³ SERRANO, Discurso... op. cit., p. 518-19.

deturpada, estereotipada ou alienada sobre si mesmo. Evita-se, nesse caso, a instauração do não lugar, ou seja, do desterro.

No início da década de 1920 saem prescrições dos salões do Instituto sobre a utilidade da história em termos de “profilaxia rural” e de instrução pública primária. Para Manuel Porfírio de Oliveira Santos o que se impõe é a elevação “da instrução primária antes de tudo, visto que, no meu entender deve ser, mesmo com sacrifício, profundamente disseminada por todo o país”.⁵⁸⁴ A instrução pública caminha, assim, ao lado da história enquanto processo, posto que sem ela não é possível assimilar a instituição de um povo organizado, no sentido de almejar o desenvolvimento, o “adiantar-se no tempo”, e o progresso civilizatório. Sem a instrução pública “se anulam as legítimas aspirações de um povo no tocante ao polimento dos seus costumes, a soberania das suas leis, a cultura de sua inteligência, ao possível aperfeiçoamento, em última análise, do seu estado social”.⁵⁸⁵ Um povo sem instrução é cativo da história; uma situação que o aprisiona em um eterno vir a ser que não se concretiza. Não dirige o curso da história, mas é dirigido por ele. Segundo suas palavras: “um povo sem instrução é cego, a quem falta a luz do entendimento para guiá-lo no caminho da vida: é uma coletividade, que, pela obstrução das suas faculdades intelectuais, irremissivelmente se afunda no obscurantismo de suas ideias”.⁵⁸⁶ É a educação que orienta o caminhar da história ao progresso e ao estabelecimento dos melhoramentos sociais necessários. O desenvolvimento da consciência histórica é motivo suficiente para uma campanha pela educação pública.

A difusão da educação pública, principalmente de seu ensino primário, é o caminho para o que é chamado, como dito, de higiene social, condição para que as regiões menos favorecidas do país, especialmente nos sertões, suspendam o estado de “descuido”: “Amolentadas no ócio, sem aspirações nem estímulos, nota-se, naquelas populações, a ausência de toda ação de aperfeiçoamento, de independência, de gozo e bem-estar”.⁵⁸⁷ Devemos lembrar que o projeto apresentado era higienista e tinha forte marcador ideológico, prevendo a domesticação dos corpos, embora aparentemente preocupado com a saúde e educação das suas populações.

A história em perspectiva pública tornaria possível a essas populações conhecerem os princípios da sua existência, podendo se precaverem das “moléstias do corpo”, se formando via educação. É a forma que elas passariam a saber “quais os deveres que a natureza e a sociedade lhe impõem, a se utilizar dos meios posto à sua disposição pela ciência, para combater as

⁵⁸⁴ SANTOS, Discurso... op. cit., p. 802.

⁵⁸⁵ Idem, p. 802.

⁵⁸⁶ Ibidem, p. 802.

⁵⁸⁷ Ibidem, p. 803.

doenças das inóspitas regiões que habitam”.⁵⁸⁸ Não! Enfatiza o sócio: o sertanejo não é um doente. O seu problema está relacionado com a pouca educação que tem à disposição.⁵⁸⁹

Existe, pois, um represamento de “energia viva” entre essas camadas sociais, que são consideradas antes de tudo fortes - “Esta é a doutrina de Euclides da Cunha”.⁵⁹⁰

E para a solução desse problema público, no qual a história como instrução direciona o destino das nações, os sócios indicavam a educação primária como o ponto de partida.

Aos olhos dos sócios da agremiação no período, a história tem a utilidade de ser formadora integral dos seres humanos. A história é o diagnóstico, em termos de processo, para os problemas sociais brasileiros, assim como é o destino das suas ações - individuais ou públicas. É pela história que se diagnostica nossos males de origem, inclusive de origem biológica, sendo a educação em sentido *lato sensu* a fórmula eficaz para se quebrar com os supostos atavismos impostos por nossa formação histórico-social. Assim, “desconhecer a existência desses males e a necessidade de combatê-lo, sustento que, atualmente, é a maior necessidade a atender é derramar a fluxo à instrução primária por todos os recantos do país”.⁵⁹¹

Salientamos, de forma breve, que em 1916 o Instituto inaugurou uma *Academia de Altos Estudos*, transformada em *Faculdade de Filosofia e Letras* que funcionou até o ano de 1921.⁵⁹² Entre os seus professores encontravam-se intelectuais respeitados à época, tais como Ramiz Galvão, Afonso Celso, Max Fleiuss, Clóvis Bevilacqua, Roquette-Pinto, Afrânio Peixoto, Alfredo Gomes, Laudelino Freire e Ramalho Ortigão.

Quer Academia ou Faculdade, o que depreendemos das iniciativas institucionais do IHGB é que elas representavam uma decisão de intervir e de participar ativamente nos debates e nas contendas inscritas no âmbito do ensino e da educação *lato sensu* daqueles contextos. Elas foram o resultado de longos anos de debates, apontamentos, sugestões, discussões e enfrentamentos que os sócios da agremiação promoveram na Primeira República.

Temas de história pública: a paz, a mestiçagem e o indigenismo

⁵⁸⁸ Ibidem, p. 803.

⁵⁸⁹ Pode-se encontrar no seguinte texto um histórico do chamado sanitarismo rural na Primeira República: SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, 1985, p. 193-210 – conferir a p. 4. Disponível em: <https://cutt.ly/OcZhVlp> Acesso: 08 abr. 2021. Segundo o autor: “Era o resgate dos sertões e do sertanejo que se impunha como tarefa de construção da nação. É nesse sentido – da busca, no sertão, das raízes da nacionalidade– que o passado não nos condenava, mas antes nos redimia”.

⁵⁹⁰ SANTOS, Discurso... op. cit., p. 803.

⁵⁹¹ Idem, p. 803.

⁵⁹² Cf. MELO, Thais. Da Historiografia à Academia: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na educação e na política educacional do início do século XX (1900 – 1920). *História e cultura*, Franca, vol. 7, n. 2, 2018, pp. 203-225. Disponível em: <https://cutt.ly/BcL3p5L> Acesso: 08 abr. 2021. GUIMARÃES, A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro... op. cit., pp. 91-100.

Uma temática historiográfica de utilidade pragmática, provavelmente advinda do ideário positivista circulante relacionava-se ao estabelecimento da paz entre os povos.⁵⁹³ Evitava-se uma visão conflitiva do devir histórico, sendo o caminho pacifista o mais adequado para o progresso das nações em termos de orientação moral e democrática. O moderno historiador deveria distanciar-se da importância dada pelos antigos aos eventos belicosos ou às narrativas heroicas de guerra. A reescrita da história na República e a sua difusão, que passava por novos ângulos temáticos e de análise, celebrava os grandes heróis da paz e os momentos de congraçamento entre as nações e os povos, aqueles que traziam consigo a melhoria da esfera pública e a concórdia entre os sujeitos.

Joaquim Nabuco pregava, por exemplo, a deposição das armas e dos conflitos na história brasileira, celebrando os acordos diplomáticos que traziam benfeitorias às nações. A guerra, e toda a sua destruição, era objeto de interesse dos antigos, e possuía como palco o “velho mundo”. Já a paz era o destino manifesto dos povos americanos, mesmo após os sangrentos episódios da colonização e das guerras de independência, acontecimentos que não deixavam de manchar a história do continente.

Mas não devemos esquecer que no Instituto Histórico parte dos seus sócios silenciavam os conflitos inseridos nos movimentos, chamados nativistas à época, que contestavam o *status quo* da Colônia, fazendo o caminho para o Império e, posteriormente, para a República parecerem um “processo natural, caracterizado pela ausência de traumas e rupturas”.⁵⁹⁴

O conhecimento social da história, a sua utilidade e a sua pregnância junto ao mundo da vida, caminhava em direção dos horizontes pacifistas. Tomado isoladamente, segundo Alberto Torres, o sujeito é, em toda a parte, um inimigo da guerra. Esteja onde estiver, no terreno natal ou no estrangeiro, o sentimento, a razão e o interesse comum pela ordem acompanham os agentes históricos. Seja qual for o seu estado, para onde se dirija a sua intenção e a sua sorte, a sua fortuna ou a sua predestinação, a sua história de modo amplo, ele está ligado ao pacifismo. A história é, como devir, a diretora do curso da paz.⁵⁹⁵

⁵⁹³ A sociologia de Comte oferece um esquema de entendimento da experiência da história pautado em três fase sucessivas. A fase teológica-militar implica a explicação dos fenômenos sociais através de seres ou forças. Já a segunda etapa é a metafísica, a qual invoca entidades abstratas para a compreensão humana. Enquanto isso a terceira etapa é a fase positiva, onde espírito humano de forma autorreflexiva observa criticamente o devir humano. ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Nesse terceiro nível surgem as sociedades industriais, as quais Comte acredita ser o Estado de civilização mais desenvolvido. Nelas prevalece o pensamento positivo científico, aglutinador do espírito humano, desassociado da violência e das guerras, voltado para a assistência humana e para a adoração da humanidade, seu objeto de culto. CARVALHO, José Murilo de. A humanidade como deusa: o movimento positivista brasileiro defendeu os direitos dos negros, das mulheres e dos operários. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 21 set. 2007, pp. 1.

⁵⁹⁴ GUIMARÃES, Debaixo da imediata... op. cit., p. 523.

⁵⁹⁵ Cf. TORRES, Discurso... op. cit., 1911.

Então, uma das utilidades sociais mais admiradas da história, a ponto de ser concebida como um dos mais significativos avanços da civilização ocidental, uma conquista da humanidade, estava vinculada à confraternização dos povos. Mesmo que haja, por vezes, instabilidade na unificação das sociedades políticas, a história é útil no sentido de promover a aproximação entre todas as nações do globo. Havendo incidentes efêmeros que desatam os laços da civilização fraternal dos povos existe o ensino da história como fórmula e como remédio para se precaver de algo que é considerado um retrocesso. A paz, a união entre as diversas nacionalidades, o armistício político, são sintomas de engrandecimento humano só possíveis de serem alcançados pelo magistério da história.

A partir de uma interpretação organicista, Alfredo do Nascimento e Silva nos explica os caminhos necessários para essa utilidade social, ou esse valor pragmático, da história,

Entre as dissensões de outrora que faziam das nações acérrimas inimigas, e essa fraternização que do futuro poderá fazer da espécie humana um só organismo, funcionando sincrônico em todas as suas partes componentes, há fatalmente a fase transitória, de que somos contemporâneos, durante a qual a suspeita, a falta de confiança recíproca, a carência de mutua expansibilidade, faz com que, ao apertarem as mãos, os povos sintam ainda o ligeiro estremecimento de seus arcaicos rancores, e sofram o atrito, por vezes bem rude, da vaidade, do egoísmo e do amor próprio de que ainda não souberam se emancipar.⁵⁹⁶

Quanto ao problema da mestiçagem as discussões no Instituto podem ser visualizadas em um artigo de 1897: *Populações indígenas e mestiças da Amazônia. Sua linguagem, suas crenças e seus costumes*, de autoria do crítico literário José Veríssimo. No início do seu artigo é apresentada a forma como se dá a mestiçagem no continente americano:

A América é o vastíssimo cadinho em que se fundem hoje as diversas raças e gentes do globo. Porventura, sua missão histórica é dar, servindo de campo para o cruzamento de todas elas, unidade étnica à humanidade, e, portanto, nova face às sociedades que hão de viver no futuro.⁵⁹⁷

José Veríssimo não era adepto do adágio antropológico das raças puras, ou arianismo. O Brasil é, conforme pensa, o local privilegiado para se verificar tal asserção. O autor propõe que no país, mais do que em outra parte do mundo, tende a emergir uma sociedade mesclada, distanciada dos seculares preconceitos europeus, das disposições sociais das antigas civilizações asiáticas, bem como da contornável “barbárie” dos africanos, considerações que

⁵⁹⁶ NASCIMENTO E SILVA, Alfredo. Discurso em razão da recepção dos sócios Garcia Merou e Tomaz Ribeiro. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895, p. 340-341.

⁵⁹⁷ VERISSIMO, José. As populações indígenas e mestiças da Amazônia. Sua linguagem, suas crenças e seus costumes. *RIHGB*, tomo L, parte I, 1897, p. 295.

ainda denotam preconceito. Ele pondera que o português, diferentemente dos ingleses, não se constrange em se miscigenar com os indígenas e com os africanos e que a partir desse contato ele civiliza as demais etnias, mas também as absorve para transformar-se física e moralmente.⁵⁹⁸

O estudioso paraense apresentava uma concepção de mestiçagem bastante particular, baseada na hereditariedade psicológica, teoria provavelmente de matriz haeckelista (Ernst Haeckel (1834- 1919), a qual preconizava que os sofrimentos e os traumas são transmitidos dos pais para os filhos, com impactos geracionais. Argumentava que no âmago mais íntimo dos chamados mestiços, em suas psiques, localizavam-se todos os sofrimentos das gerações que os antecederam, sobretudo, as que passaram pelo martírio da escravidão. Essas aflições, que no passado se corporificavam dolorosamente, nas gerações atuais se manifestariam sob a forma de abatimento, de tristeza e de apatia. Essa postura teórica de Veríssimo confrontava aquelas teorias científicas sobre o nacional, especialmente as inspiradas em Agassiz, que classificam os brasileiros e as brasileiras como indolentes devido a mestiçagem em termos morais.

Enquanto isso, o entendimento da mestiçagem estava, para Tristão de Alencar Araripe, relacionado intrinsecamente com o meio, pois esse interfere na moldagem da fusão étnica entre as raças. A consciência sobre a mestiçagem importava pelo fato de apontar para a identidade do ser nacional, e por oferecer uma forma de acompanhamento racional, dando margem para a prevenção de possíveis atavismos, dos seus caminhos - que ainda estavam em processamento, sobretudo em razão da imigração.

O que o Araripe propunha não deixava de ser um exame sobre o que é ser brasileiro(a). E esse exercício iniciava-se pelo conhecimento da colonização, momento que as raças observadas em nossa formação iniciaram um processo de mutação que chegava até aquele momento. Ter consciência desse processo impediria que seguissemos o caso europeu: o do conhecimento incompleto da sua etnicidade, posto que negligenciavam a presença ancestral dos asiáticos em sua formação. Era necessário conhecer todas as determinantes étnicas nacionais, para a verificação do grau formativo do brasileiro(a), com todas as temporalidades subjacentes a esse movimento, permitindo a coevos a possibilidade de racionalizar esse processo e propor políticas públicas.⁵⁹⁹ Há, no texto de Araripe, a possibilidade de manipulação do desenvolvimento étnico da nação para a concretização de uma raça brasileira.

⁵⁹⁸ VERISSIMO, As populações indígenas... op. cit., p. 296-297

⁵⁹⁹ Cf. ARARIPE, Indicações... op. cit., 1894. Sobre o fenômeno da mestiçagem no Brasil da passagem do século XIX para o XX ver VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870 - 1919*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. De acordo com Rodrigo Turin, Romero também assume que o objetivo da análise da mistura étnica é “estabelecer um sentido histórico que rege o contato”, “propondo modos de lidar conscientemente com esse processo de mestiçagem. A mistura tem um sentido; ela deve ter um sentido que coincida com o sentido da viabilidade de uma ordem social”. TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o*

Alberto Torres salientava que o problema das raças humanas, como questão de seleção social, já era matéria julgada pela experiência. No seu entender, porque já verificado, em quatro séculos de miscigenação as diversas “variedades humanas” do Brasil foram capazes de atingir o grau mais elevado de aperfeiçoamento moral e intelectual alcançado por qualquer outra raça alheia. Em sua compreensão, o mestiço, o representante étnico nacional, é possuidor de uma vitalidade e de uma média de longevidade, de fecundidade e de inteligência acima da alcançada pelas raças ditas superiores. E afirma categoricamente que o negro e o índio são suscetíveis de elevados padrões morais e intelectuais.⁶⁰⁰

Outra das funções públicas da história foi, com a sua respectiva utilidade social, fomentar os estudos indigenistas. Não apenas os de gabinete, na acepção de Couto de Magalhães, mas os públicos, no sentido de trazer o indígena, sobretudo, os da região norte, para o seio da civilização. Segundo Couto de Magalhães:

Está o tipo intimamente ligado aos nossos destinos, foram os representantes dessa raça perseguida quem primeiro nesta terra estendeu a mão de amigo aos tripulantes da frota de Cabral; foram eles depois nas pessoas de Arariboia e Poti o braço direito dos colonizadores na expulsão dos franceses e dos holandeses; eles são o elo fundamental de nossa nação, o tipo índio, o tronco dessa raça valorosa, que através de quatro séculos, há escrito a nossa história com tantas páginas de heroísmo.⁶⁰¹

Porém, a indiferença, que Couto de Magalhães denomina de criminosa, dos governos com relação aos indígenas brasileiros levava-o a estudar as suas línguas, seus usos e suas instituições, além de lhes “ministrar” a catequese para protegê-los “contra a bala homicida do homem branco” que os forçara como elemento de colonização. O indígena deveria ser integrado ao Brasil, suas tradições respeitadas e incorporadas ao patriotismo nacional. Além disso, esses sujeitos históricos poderiam, por seu turno, receber uma educação histórica sentimental para também se sentirem coparticipes da sociedade brasileira - via de mão dupla. A questão era não colonizar ou tornar o indígena objeto de estudo tão somente, mas lhe oferecer dignidade histórica e social no seio da nação.⁶⁰² Porém, mesmo que haja certo humanismo na perspectiva

futuro. Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, p. 169. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10266> Acesso: 03 dez. 2020.

⁶⁰⁰ TORRES, Discurso... op. cit., p. 591-92.

⁶⁰¹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVII, parte II, 1904, p. 458.

⁶⁰² O indigenismo triunfante na Primeira República é o de natureza positivista, que sob a égide da chamada proteção fraternal visa a aculturação das comunidades indígenas. Cf. RODRIGUES, Cíntia Régia. A construção da política indigenista na República brasileira a partir das ideias de modernidade. *Tellus*, ano 11, n. 21, 2011, pp. 203-223. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/248> Acesso: 08 abr. 2021.

indigenista de Couto de Magalhães verificamos, ali, também as dinâmicas do processo civilizador-ideológico.

Diferentemente do negro, mormente analisado sob uma perspectiva negativa, o indígena não era considerado apenas como um agente social “bárbaro” e inapto à civilização, porém, era representado, não poucas vezes, como um elemento que poderia alcançar a redenção, bastando, a realização de ações efetivas da esfera pública nacional para promover esse ideal - atitudes elaboradas, por exemplo, pela catequização.⁶⁰³ Esse movimento imprimia uma atualização de uma longa tradição de abordagem indigenista presente no próprio IHGB.

Outra postura quanto ao mesmo problema encontramos no opúsculo *O selvagem perante o direito*, publicado na *RIHGB* em 1901, por Souza Pitanga, em que há uma clara defesa dos povos indígenas diante do tipo de sociedade estruturada na República. Ele iniciou sua análise a partir da revelação da acentuada diminuição da população indígena desde a colonização, tornando público que em um horizonte não muito longe poderia haver a “extinção da raça”.

O autor continuou a sua argumentação, após deixar o leitor ciente do genocídio indígena no Brasil, salientando os usos retóricos da teoria da inferioridade racial como pretexto para a escravidão e para a usurpação das riquezas dessas populações. E salienta, como Alberto Torres, que não há inferioridade étnica. Além disso, ele argumentava que os indígenas compartilham um tipo específico de civilização, o que não os impede de fazer parte “comunhão brasileira”.⁶⁰⁴

Havia um propósito indigenista no artigo de Pitanga ao colocar em evidência a grade de leis elaboradas no Brasil referente ao problema indígena. O sócio do Instituto salientava que os índios brasileiros se organizam socialmente a partir do que chamava de “estado de natureza”, e que deveria ser preservada tal condição social, política e cultural. Além disso, essa situação fazia com que as leis da sociedade juridicamente organizada não se adequassem ao modo de vida indígena, necessitando esses agentes de leis específicas.

Essas preocupações de história pública foram levantadas pelos sócios do Instituto Histórico relacionando-as com o estabelecimento de eventos, de situações e de temáticas históricas que deveriam despertar nos cidadãos e nas cidadãs o sentimento de amor patriótico. No entanto, tal disposição junto ao passado não ocorria de maneira apaziguada, natural ou sem seletividade, posto que o novo simbolismo historiográfico republicano estava em aberto e em disputa, sendo objeto de divergência tanto no que dizia respeito aos personagens, eventos e temáticas em si quanto no que se referia à forma de moralidade prática que eles difundiam.

⁶⁰³ SCHWARCZ, *O Espetáculo das Raças...* op. cit., p. 111–113.

⁶⁰⁴ PITANGA, A. F. de Souza. *O Selvagem perante o direito*. *RIHGB*, tomo LXII, parte, 1901, p. 24.

Seguindo a linha argumentativa construída por Tristão de Alencar Araripe, observamos o privilégio na escolha de abordagens que identificam o sentido da colonização e os desdobramentos da mestiçagem e da imigração corrente no país.

Essas temáticas diante do olhar do historiador proporcionam uma atitude compreensiva mais sofisticada acerca da história brasileira, mesmo que elas já estivessem em circulação no Oitocentos entre os intelectuais e em diferentes espaços de saber. A reescrita da história em sua dimensão pública demandava sensibilidade sobre os momentos originários da nação. Havia uma demanda pública colocada à história relacionada com a promoção de interpretações que facultassem aos cidadãos a partilharem um passado comum na República, em que os(as) brasileiros(as) pudessem se reconhecer, bem como se almejava uma definição étnica possível para o povo, resultado do conagraçamento de diferentes elementos, com temporalidades igualmente distintas, que levam ao chamado “molde do brasileiro”.⁶⁰⁵

A pragmática da história como canal da “consciência nacional”

Segundo a percepção de Olegário Herculano, não há quem desconheça a utilidade, ou antes, a pragmática da história, que de acordo com os seus dizeres pode acompanhar “a origem da vida da humanidade”. Na “linguagem dos mestres” a história não possui uma utilidade decorativa, mas possui uma função civilizadora: é a luz dos tempos, a depositária fiel dos acontecimentos que tem mudado a face do mundo, a testemunha irrecusável da verdade, a voz dos bons conselhos e da prudência, a regra de conduta e a escola dos costumes.

Nesse consórcio de preceitos antigos e modernos vemos a utilidade pragmática da história, e sem os quais os sujeitos encerravam-se no “estreito círculo dos nossos conhecimentos individuais e de nossas próprias cogitações”.⁶⁰⁶ Herculano afirmava que sem história há inércia: o estranhamento sobre o que se passa na ordem social e a ignorância quanto ao que é precedente ou ao que circunscreve. O cidadão republicano deveria se reconhecer através da história, que naquele momento estava sendo reescrita no IHGB.

Retomamos a análise lembrando que civilizar é uma das formas mais eficientes de subjugar o Outro pela razão.

A obra de estímulo à “consciência nacional” operada pelo Instituto tinha, para Oliveira Vianna, quase um século de existência: uma obra, em tese, do mais alto valor patriótico.⁶⁰⁷

⁶⁰⁵ Cf. ARARIPE, Indicações... op. cit., p. 1894.

⁶⁰⁶ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 320.

⁶⁰⁷ Cf. VIANNA, Discurso... op. cit., 1924.

A história extrapolava virtudes epistêmicas chegando à problemas de ordem pública, quer dizer, o estudo do passado, enquanto vocação e como análise, ia além da dimensão historiográfica ou artística, na medida em que ela tinha por intenção última a exaltação e o culto de natureza ufânica, inculcando, em tese, nos brasileiros e nas brasileiras os mais nobres sentimentos de pátria e de civismo. Em suma, ela estava além do deleite artístico e da curiosidade. E estava além da dimensão especulativa, posto que o seu fim último era pragmático, quer dizer, de intervenção e de operação na própria realidade social.⁶⁰⁸ Esse era o fim, de qualquer maneira, de toda obra que se queria, então, de ciência social. O sentimento de amor desmedido pela pátria não retirava da história a virtude epistêmica da objetividade. Antes: era a objetividade das ciências sociais, incluindo a história, a responsável por cultivar o sentimento de ufanismo entre os brasileiros e as brasileiras. Nesse sentido, para além de todas as habilidades, desejos e virtudes epistêmicas constituía-se a história a partir da valoração pública, de atuação ética visando o melhoramento da sociedade. Essa postura pública da história era a requerida pela “consciência nacional” demandada pela esfera pública republicana em busca da legitimação política (não partidária) e dos seus principais símbolos estruturantes.

O engrandecimento da pátria era, para Vianna, um processo cumulativo, ou seja, ao longo dos séculos, pela meditação sobre a experiência da história, os sujeitos nacionais adquiriram, do século I ao V, uma entusiasmada “consciência nacional”:

Nossa História não é, como a do pequeno Portugal, uma história que terminou; é, ao contrário, uma História em começo, uma História em marcha, que acentua cada vez mais o seu interesse. Nela não vamos buscar uma lição de resignação, para repetir a frase de Sealey, mas uma lição de entusiasmo e de fé, um maior sentimento de nós mesmos e do nosso próprio presente, uma consciência mais iluminada e mais robusta do nosso próprio futuro.⁶⁰⁹

A disposição ufânica inscrita na pragmática da história relacionava-se intimamente com o aumento de uma suposta energia nacional que ofereceria aos cidadãos e cidadãs, ao povo em geral, o orgulho de sua própria história em formação. Era essa uma das utilidades públicas e pragmáticas da história para aqueles sujeitos, isto é, deveria ser estímulo à admiração, ao louvor e ao culto do passado nacional - um passado branco, ilustrado e cristão. Vemos, pois, ser constituída uma *persona acadêmica* nacionalista e patriótica. A história possuía a função

⁶⁰⁸ A historiadora Tania Regina de Luca, ao comparar os registros epistêmicos da geografia e da história, salienta o seguinte: “À visão grandiosa fornecida pela geografia contrapunha-se uma história sem ou cor ou brilho - circunstância que causava uma sensação de profundo desconforto, tornada ainda mais incômoda na medida em que a essas disciplinas atribuía-se nobre função de ensinar aos cidadãos a cartilha do patriotismo”. LUCA, *A Revista do Brasil...* op. cit., p. 86.

⁶⁰⁹ VIANNA, *Discurso...* op. cit., p. 449.

pública de dilatar, inflar, intensificar, esclarecer, entusiasmar, amar desmedidamente um país que passava, ao menos nos círculos letrados, por uma espécie de sentimento de descompasso na ordem do tempo. A consciência nacional levava, enquanto formação discursiva, ao entendimento que se deve respeitar, por exemplo, os heróis e os mártires da história brasileira, sobretudo, no que diz respeito aos aspectos morais herdados dos mesmos.

Em suma, o conhecimento e o estudo do passado possuíam para aqueles sujeitos valor inestimável, pois iam além da dimensão interpretativa ordinária; atingindo a dimensão pragmática. Ela tem valor de história pública, de utilidade social.

O que estava em jogo era, para Oliveira Vianna, que o estudo do passado desse margem para investigações que deveriam ter por mote a operação ou intervenção no presente no sentido de melhoramento social, a partir da valorização do passado e por meio da consciência nacional.⁶¹⁰ A história, no limite, era um caminho cívico-patriótico que se deveria trilhar.

Na pena de Basílio de Magalhães encontramos a constatação da utilidade do trabalho do historiador: fortalecimento da consciência nacional, amor pela pátria e busca do progresso enquanto fundamentos para a sociedade republicana. Essas percepções podem ser visualizadas a partir da recepção negativa que dá a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen:

O historiador, srs., quando digno de sua missão, quando tem a mira exclusivamente nos foros da cultura e no engrandecimento da Pátria, é incontestavelmente inestimável fator de progresso. Quanto me pesa acrescentar ao que já fica dito – que o sr. Visconde de Porto Seguro, excluiu do seu livro o retrato dos patriarcas da nossa Independência, de previdente autor do incomparável projeto abolicionista de 1825, para substituí-lo pelo do bispo Azeredo Coutinho, defensor perpícuo (sic) da escravidão africana.⁶¹¹

Essa volta às origens, recorrente entre os nossos letrados, haja vista a proliferação de *ensaios de síntese histórica*, como forma de encontrar os males de origem nacionais, exigia a apreensão do invisível da nação: algo substancial na experiência da história, materializada em moralidade, em ação social, em atitudes, em valores ou em sentimentos. Muitas vezes tal desejo não era alcançado por meio da história disciplinada. Por isso demandava-se o seu estudo pragmático, que por sua vez não deixava de movimentar usos políticos do passado⁶¹², como é o caso da ufanía – versão demasiadamente otimista da nação. Entendemos, neste estudo, o

⁶¹⁰ Cf. Idem, 1924.

⁶¹¹ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 590.

⁶¹² HARTOG, François; REVEL, Jacques. “Note de conjoncture historiographique”. In: _____. *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de L’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001, p. 14.

ufanismo enquanto uma mutação do conceito antigo de história na República, mais especificamente do seu *topos* exemplar *historia magistra vitae*.⁶¹³

Por fim, a utilidade social da história estava presente nos horizontes interpretativos de Aurelino Leal. Para ele, o cuidado com que certos legisladores, publicistas, professores e toda sorte de intelectuais da época assimilavam a história pensada e produzida no IHGB, por meio de uma perspectiva *lato sensu* de formação, mostrava-se como um indicativo importante e consistente de que se tornava necessário incutir “na alma do adolescente o conhecimento dos tempos já vividos”.⁶¹⁴ Para complementar a asserção, o estudioso cita o filósofo francês Alfred Fouillée: “O ser que não tem nenhuma noção de História é um novo mundo como uma criança ou mesmo como um órfão que jamais tivesse conhecido seus pais”.⁶¹⁵ A ausência de história, como *episteme* e como ontologia, provoca a indiferença do homem para com tudo aquilo que o cerca. O passado é em todos os tempos um estimulante do presente e um provocador de imitações públicas. Condição para o estabelecimento de uma consciência nacional, isto é, para a elaboração de um conhecimento sobre si, que significa, também, autorreflexão.

⁶¹³ Para Juliana Bastos Marques, a capacidade de fornecer exemplos de conduta e de valores cívicos, própria da historiografia antiga, permanece atuante na modernidade, avançando pelo século XX adentro. MARQUES, Juliana Bastos. *A historia magistra vitae e o pós-modernismo. História da historiografia*, n. 12, 2013, pp. 63-78. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/618> Acesso: 08 abr. 2021.

⁶¹⁴ LEAL, Discurso... op. cit., p. 706.

⁶¹⁵ Idem, p. 706.

Parte III

O peso do cientificismo

Capítulo 6 - Os desafios da (não) cientificidade da história

A história é um contínuo devir, um *fueri* perpétuo: e, pois, pela sua própria natureza escapa à determinação de um princípio diretor.⁶¹⁶

Pedro Lessa

(...) são essas ciências que insuflam aos textos paleográficos o hálito de uma vida nova e dão aos depoimentos, fixados nas páginas mortas dos arquivos, uma tal vibração e uma sonoridade tal, que, lendo-as, é como se estivessem a ouvir a própria voz dos nossos contemporâneos.⁶¹⁷

Oliveira Vianna

É a história uma ciência?

Qual o estatuto de cientificidade do conhecimento histórico que acompanhou a escrita da história na modernidade, em graus diferenciados e a partir de fórmulas variadas? Valendo-nos dessa pergunta podemos encontrar a própria condição de existência da história moderna, que foi colocada no centro das atenções do IHGB desde a sua fundação em 1838. O problema ganhou relevância no Brasil após a década de 1870, momento inicial da perda de força, ou melhor, das mutações dos regimes historiográficos que amparavam a escrita da história no início do Império – de forte marca romântica. Esse foi o período de maior intensidade da entrada do cientificismo europeu no Brasil. Sílvio Romero imortaliza esse momento por meio da imagem do “bando de ideias nova”. Essa também foi a ambiência da ampliação do trabalho dito científico em instituições que em pouco tempo ganharam projeção nacional, tais como o Museu Emilio Goeldi e o Museu Nacional, com pesquisas etnográficas, a Escola de Minas de Ouro Preto, capitaneada pelo francês Claude-Henri Gorceix (1842-1919), além das importantes faculdades de medicina, que já existiam desde o início do século XIX. Essas instituições, aliadas aos estudos dos acadêmicos de ciências jurídicas, se tornaram os agentes responsáveis por introduzir no Brasil toda uma voga cientificista. Evolucionismo, darwinismo, spencerismo, positivismo, monismo, todos eles em processo de hibridação, eram formas de acesso à realidade cada vez mais acionadas por esses intelectuais. Os sócios do IHGB não se mantiveram imunes a essa nova atmosfera.⁶¹⁸ Portanto, como transformar a história em uma ciência? Isso seria

⁶¹⁶ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 258.

⁶¹⁷ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 444.

⁶¹⁸ Thiago Lima Nicodemo, Pedro Afonso Cristovão dos Santos e Mateus Henrique de Faria Pereira fazem uma descrição acerca da voga científica entre os historiadores da passagem para o século XX: “(...) os historiadores formados no contexto da crise da Monarquia e nos primeiros anos republicanos procuravam se distanciar das

possível ou estava ligada ao âmbito da arte? Seria um ramo da retórica? Enfim: como fazer a história ser uma ciência social?

Fazer história para Raul Tavares é conferir foros científicos a uma prática onde a produção da verdade histórica é desvelada pelo olhar cognoscente, ou seja, capaz de assimilar, pelo historiador, o conhecimento de forma objetiva. Para tanto, se requer a autoridade do cientista: um intelectual público que também fala para os cidadãos.⁶¹⁹ Ele estava inserido em uma comunidade dita científica⁶²⁰, qual seja, a comunidade do IHGB, a qual partilhava das tradições do método crítico e dos trabalhos com as fontes documentais, investindo na assimilação das ciências sociais como dimensão explicativa. Isso quer dizer que no Instituto se produzia uma ciência com alto grau de base empírica, não se configurando em uma abstração metafísica em suas funções e em seus fundamentos analíticos. A história oferece esse suporte analítico estruturante dos seus padrões explicativos ditos científicos. Conforme Tavares:

(...) historiar é imprimir no seio da verdade, que se desnuda, a verdade que se adorna; e para adorar é mister que se não falseiem a austeridade e a singeleza; historiar é construir em bases sólidas, é levantar edifícios firmes, providos de fixidade e não imaginar colunas dóricas de capitel dourada, na fragilidade das arquiteturas de filigrana.⁶²¹

A postura de Raul Tavares como historiador era historicista, pois não havia nenhum elemento de origem transcendente ou metafísico em sua visão sobre o conhecimento histórico. Tudo se passava neste mundo – no tempo e no espaço.⁶²² Para o autor, o historiador deve ser um cientista, porque historiar significa “compreender as belezas naturais que os fatos encerram, (...) desvendar como eles foram, como eles são”. Há, aqui, uma clara intenção de situá-los no tempo percebida quando ele usa a metáfora do “pintar”, ou seja, a antiga *cor local* romântica.

gerações anteriores, mostrando-se atualizados nas discussões científicas típicas da *Belle Époque*. As diferenças de fato, técnicas, vão se colocando em um tempo mais lento, mas geram efeitos importantes na experiência da história”. PEREIRA, Mateus H. F.; SANTOS, Pedro Afonso C.; NICODEMO, Thiago Lima. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2018, p. 41.

⁶¹⁹ Ivan Domingues traça um panorama das relações entre o *ethos* científico, a ética republicana e os horizontes do intelectual público na modernidade. Cf. DOMINGUES, Ivan. O intelectual público, a ética republicana e a fratura do *ethos* da ciência. *Revista Scientiae Studia*, v. 9, n. 3, 2011, pp. 463-485. Disponível em: <https://cutt.ly/kcLPX2z> Acesso: 08 abr. 2021.

⁶²⁰ Thomas Kuhn ao elaborar a noção de “comunidade científica” tem como objetivo, em nosso entender, pensar a ciência como uma prática coletiva, e para que essa atividade possa, de fato, ser constituída torna-se necessário a observância de um espaço epistêmico único, próprio, adequado para que ela, enfim, se desenvolva com certa legitimidade. Cf. KUNH, *A estrutura das revoluções...* Op. cit., 1975.

⁶²¹ TAVARES, Discurso... op. cit., p. 495.

⁶²² Entre as possíveis atribuições do historicismo podemos encontrar esta, definida por Gunter Scholtz: “A transposição do modo histórico e genético de percepção para todos os fenômenos da cultura, isto é, uma percepção histórica universal do mundo humano, que, assim, aparece como histórico, como mundo historicamente determinado”. SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. *História da historiografia*, n. 6, 2011, p. 44. Disponível em: <https://cutt.ly/pcZj9bZ> Acesso: 08 abr. 2021.

Trata-se de um recurso adaptado ao contexto cientificista que tinha como ambição tornar a história situacional, circunscrevendo as qualidades da experiência, dos sujeitos e das suas instituições. De todo modo, “História é uma ciência, como queria Alexandre de Humboldt, e o historiador deve ser um cientista”.⁶²³

Nesse sentido, vários fatores foram observados por Olegário Herculano, presidente do IHGB, para a realização de uma ciência da história: a absorção da tradição, a abordagem da sucessão dos fatos, a análise destes, a apreciação do caráter dos homens e das mulheres a partir da historicização da vida social ou da experiência. Isso exerceria, então, influência sobre o desenvolvimento, o progresso e o tipo de civilização de um povo.⁶²⁴

Para os sócios da Primeira República, a contribuição do Instituto à ciência era reconhecida, na medida que em seus salões o dissenso tomava parte naquela comunidade de historiadores.⁶²⁵ As suas contribuições científicas, que possuíam apelo público, estavam contidas nos artigos da *Revista* e na reprodução das atas das sessões veiculadas desde 1838, e suas atividades configuravam-se, na visão de Belisário Pernambuco, como “um repositório” a ser emulado, o que dava a ideia de comunidade ou campo “útil e instrutivo nos conhecimentos humanos”.⁶²⁶ Tratava-se, portanto, de uma Revista que era o veículo da ciência ali produzida:

Não há, até hoje, na língua portuguesa uma outra publicação que, na espécie, a exceda em valor histórico-científico; e daí procede o afã com que a mesma revista é procurada pelas Academias e pelos homens que consagram a melhor de suas atividades ao cultivo da inteligência."⁶²⁷

A Revista era tomada como um “bem científico”⁶²⁸, aclamada no Brasil e no exterior, e produto de uma comunidade que tinha balizas protocolares, embora não restritivas, em sua configuração. Nela figurava, pois, a prática científica do Instituto no tocante à historiografia.

Assim também era entendida a sua biblioteca, mais um vestígio da ideia de comunidade, haja vista que ela se constituía por obras doadas ou que chegavam ao grêmio por permuta.

⁶²³ TAVARES, Discurso... op. cit., p. 495.

⁶²⁴ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898, p. 730.

⁶²⁵ Nos inspiramos nas reflexões de filosofia política de Jacques Rancière para pensar o dissenso no interior de uma comunidade científica. A escolha dessa noção visa a valorização da diferença e do conflito. Essa comunidade comum é, pois, instituída pela própria divisão. Cf. RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES Adauto (org.) *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶²⁶ PERNAMBUCO, Discurso... op. cit., p. 269.

⁶²⁷ Idem, p. 269.

⁶²⁸ Júlio Benvoglio aponta o lugar do periódico de história junto à matriz disciplinar. As suas colocações cabem para a *Revista do IHGB* na Primeira República: “Estratégia, dispositivo e agência ao mesmo tempo, as revistas acabaram por capturar para si a fama e a autoria, singularizando-se ao lado de autores ou de obras clássicas. Tornaram-se espaços desejados de publicação e objetos privilegiados de leitura.” BENTIVOGLIO, Júlio. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia? In: ARRAIS, Cristiano Alencar; _____ (orgs.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 10.

Através dos seus volumes, vários regimes de saber podiam ser acionados, desde o clássico até o mais contemporâneo. Na biblioteca do IHGB estavam presentes todas as ferramentas para o funcionamento de um verdadeiro “laboratório científico”. Tanto que por meio do estudo das revistas e dos livros que compunham a seu acervo, encontramos a prescrição da virtude epistêmica da abnegação, no sentido de que para se fazer ciência seria necessário a erudição, que só se conseguiria com o passar do tempo e com a recusa de aspectos do mundo social. Souza Pitanga, orador na recepção de Belisário Pernambuco, chegou a evocar a metáfora epistêmica do “departamento científico” para figurar as atividades e as ações dos seus sócios.⁶²⁹ Estaríamos, portanto, diante de uma comunidade científica.

A abrangência de temas e de propostas de ciência abarcada pela “*pacifica scientiae occupatio*” tornava o Instituto, no parecer de Pernambuco, uma “oficina de trabalho”, um lugar aberto para o esclarecimento da consciência nacional, bem como um auditório apto a receber “cultores da ciência” que traziam alento aos estudos históricos, geográficos e etnográficos. Na agremiação estariam os “verdadeiros apóstolos do intemerato patriotismo”, que, no seu entender, “sacrificam o necessário repouso da afanosa existência, empenham-se na pugna científica, na reivindicação moral da nossa pátria, pela investigação dos pergaminhos” e pela apuração das “nossas preciosidades históricas”.⁶³⁰ Uma série de virtudes epistêmicas, de habilidades e de desejos eram acionados para o cumprimento dessa *persona acadêmica*. Entre elas: a da diligência, própria do regime historiográfico metódico, como também a da função social da história como fim último do conhecimento da pátria, que era o remetente dessas asserções, além da salientada ascética abnegação. Também estava presente, como podemos perceber, o caráter desinteressado e universal das suas atividades, próprio das comunidades científicas, tornando os sócios do grêmio “evangelizadores do saber”.⁶³¹ A procura incessante pela verdade, para além dos seus códigos internos, afluía no sentido da “perfectibilidade humana” em perspectiva historicizada; esteio para o progressivo “cultivo humano”.⁶³²

Havia uma noção de comunidade científica, ou epistêmica, na fala dos sócios, em que se mantinha e se reforçava tradições de pensamento em uma espécie de “apostolado científico que se impõe à respeitosa admiração do mundo civilizado”. Isso quer dizer que o fazer

⁶²⁹ PITANGA, Antônio Ferreira de Souza. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIII, parte II, 1900, p. 273.

⁶³⁰ PERNAMBUCO, Discurso... op. cit., p. 266.

⁶³¹ Para Robert Merton, o desinteresse é um dos quatro pilares que conformam a ética científica: a “tradução da norma do desinteresse na prática é efetivamente apoiada pela responsabilidade última dos cientistas em relação a seus pares competidores. Os ditames do sentimento socializado e da conveniência coincidem amplamente, uma situação que contribui para a estabilidade institucional”. MERTON, *A ciência e a estrutura social democrática...* op. cit., p. 195.

⁶³² PERNAMBUCO, Discurso... op. cit., p. 266.

historiográfico na agremiação era visto como uma contínua cadeia de progressos, ou seja, as ações e os estudos do passado no grêmio serviam de estímulo para as gerações presentes, assim como as futuras. O estudo diligente da passagem do tempo era preservado, assim como o desejo pela ordem cívica.⁶³³ Nesse sentido, os trabalhos do Instituto Histórico, reforçados pelo exemplo da sua Revista que informava os fazeres ali cultivados, apresentam-se enquanto um “monumento construído por nossos maiores”.⁶³⁴ Eis a uma performance possível da aristocrática *persona* “*pacífica scientiae occupatio*”:

(...) aqui neste remanso onde o espírito do investigador encontra-se completamente emancipado desses prejuízos que a sociedade alimenta, conseguindo apenas desagregar os homens, na luta inglória, pelo malsinado egoísmo de exigentes convicções pessoais”.⁶³⁵

Nesse sentido, não era o credo político ou a seita religiosa partidária, nem a proeminência do social ou os desígnios da fortuna que orientam, exclusivamente, as atividades ali executadas. O IHGB, por meio da sua *persona*, era representado como uma comunidade em que prevalecia o sentimento do dissenso. Era uma noção de comunidade bastante desenvolvida em que se balizavam, mas não se eliminavam as diferenças – se vistas, claro, em perspectiva historicizada e da pela ótica da colonialidade do saber. Os regimes historiográficos, as virtudes epistêmicas, os paradigmas ou as formações discursivas existiam de maneira correlata, lado a lado, no IHGB. Tem-se, então, a instauração de uma matriz disciplinar.⁶³⁶ Temos outra caracterização da *persona* “*pacífica scientiae occupatio*”:

(...) o seu programa é acatado com veneração, porque, em verdade, orienta-se pelo patriotismo nesse acrisolado estudo que glorifica o passado, estimula o presente, e torna rutilante a alvorada do futuro.⁶³⁷

Estas eram, no limite, as figurações do IHGB na Primeira República no sentido de continuidade de uma tradição relativamente plural de pensamento. As suas ações eram herdadas no presente, sendo que os salões da instituição eram transformados em uma espécie de – a expressão era dos sócios – “núcleo de cientistas”.

⁶³³ No Brasil, assim como na França do mesmo período, o “aggiornamento científico e a reivindicação de um magistério cívico são inseparáveis e se exprimem, em particular, na produção e na difusão de uma história nacional”. DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p 106.

⁶³⁴ PERNAMBUCO, Discurso... op. cit., p. 266.

⁶³⁵ Idem, p. 267.

⁶³⁶ Cf. KUNH, *A estrutura das revoluções...* op. cit., 1975.

⁶³⁷ PERNAMBUCO, Discurso... op. cit., p. 267.

O Instituto movimentava, para o agremiado Aristides Milton, alguns horizontes epistêmicos considerados indispensáveis para a escrita da história do Brasil. Além da relevância para a elucidação dos fatos nacionais, estavam em jogo virtudes como a da justiça e do estabelecimento da verdade, componentes fundamentais para a elevação da história à categoria de ciência. O grêmio congregava, nessa direção, “operários do saber”, posto que o trabalho era coletivo; e esses mesmos sócios trabalhavam “humildemente” para o progresso da sociedade e da ciência. Os historiadores da instituição possuíam visão de justiça para com o passado ao colocá-lo em seus devidos termos pelo trabalho de historicização. Outras virtudes eram acionadas juntas com a do trabalho honesto, paciente e metódico, responsável por livrar a experiência histórica do “esquecimento doloroso”, do “erro funesto”, da “inequidade atroz”.⁶³⁸ Todo esse movimento epistemológico resultava nesta constatação:

Daqui ressurgem as grandes glorificações, que o perpassar ininterrupto dos tempos prepara e defende. Transitam por aqui os homens, que influíram no presente para vingar as idades do passado e transmitir ensinamentos fecundos às gerações do porvir.⁶³⁹

Como se pode perceber era a moderna história mestra da vida sendo acionada mais uma vez. Recorda Olegário Herculano de Aquino e Castro, em sua alocução presidencial do ano de 1901, que nem o passar dos tempos, nem a evolução das ideias ou até mesmo a contrariedade entre as gerações desloca ou esmorece a perseverança e a energia daqueles que congregam em nome da ciência histórica. Nesse *métier* não se leva em consideração, alerta Herculano, “prazeres do espírito”, que são rápidos e inconstantes como os sentidos humanos, mas, sim, aqueles que têm utilidade prática e que servem à vida dos cidadãos e das cidadãs, sendo, então, eternizados pelo tempo. Através do estudo científico e da apreciação dos fatos se estabelece uma epistemologia prática para o acesso à verdade histórica⁶⁴⁰, certamente como se visa o bem geral da pátria, livrando-a dos erros e das incertezas que a rodeiam.⁶⁴¹

⁶³⁸ MILTON, Aristides. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895, p. 370.

⁶³⁹ MILTON, Discurso... op. cit., p. 370.

⁶⁴⁰ Segundo José Carlos Reis, os historiadores do século XX, e aí incluímos os sócios do IHGB, elaboram uma epistemologia da história “prática”: os historiadores “observam o que a comunidade faz e o conhecimento e verdade passíveis são definidos pela própria prática histórica. Não há que prescrever ou normatizar; há que se praticar segundo os critérios estabelecidos pela comunidade de historiadores. O critério a ser observado é o da ‘intersubjetividade praticada’ pela comunidade dos historiadores, que é o único filtro competente e autocontrolável para decidir entre o relevante e o irrelevante, o rigoroso e o fabuloso em história. E se esta muda, é normal e desejável que se mudem os critérios e a prática. O conhecimento histórico encontraria sua validade na operação concreta de historiadores concretos e não em uma definição ideal e apriorística, atemporal, do que ‘deveria ser’”. REIS, José Carlos. História e verdade. *Síntese – Revista de Filosofia*, vol. 27, n. 89, 2000, p. 322-323. Disponível em: <https://cutt.ly/OcZaVgR> Acesso: 08 abr. 2021.

⁶⁴¹ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901, p. 320.

Jonatas Serrano observa, valendo-se dos escritos de Gabriel Monod, que nos meandros da elaboração de toda e qualquer forma de saber há certa parte inevitavelmente incerta. É precisamente o objetivo do método histórico perquirir os meios que circunscrevem uma situação histórica específica, para que dessa forma logre a verdade mais perfeita possível.⁶⁴² Porém, essa “inevitável parte de subjetividade e de hesitação tem azo a que muitos pensadores neguem o caráter de ciência à nossa disciplina”. O certo é que a história não é uma infalível geometria, afirma Serrano, nem tampouco se mostra como uma simples sucessão de acidentes fortuitos coligidos ao acaso. É uma ciência *sui generis*. O domínio da história corresponde aos fatos passados que, por conseguinte, não podem ser observados diretamente. Porém, ser passado ou ser presente não demonstra um suposto caráter intrínseco e inerente próprio da natureza do fato, porém, invoca as diferenças de posição relativas a um dado observador.⁶⁴³

Sobre as impossibilidades da história como ciência

É a história uma ciência?, texto publicado na *Revista* do ano de 1906, abriu as portas da agremiação ao jurista Pedro Lessa. Na *RIHGB*, como forma de atenuar as vozes dissonantes ali existentes, pois a questão da cientificidade da história não era algo totalmente resolvido entre os sócios, o trabalho estampou outro título: *Reflexões sobre o conceito da história*. A intenção de Lessa é a de apresentar o conceito de história entre antigos e modernos, bem como verificar as possibilidades de a história realizar-se como ciência social. Como referido, o estatuto de cientificidade da história era algo premente no contexto, confirmando a posição de Gomes:

A Primeira República constitui-se, assim, em um momento estratégico, para a conformação de uma escrita da história do Brasil e para a delimitação do perfil do historiador, o que só poderia acontecer tendo como cenário de fundo de uma discussão sobre ciência e cientificidade⁶⁴⁴.

A atribuição de graus, de escalas ou de foros de cientificidade à história aparecia como uma preocupação incontornável para o estabelecimento de figurações possíveis do historiador. A especificidade da reflexão de Lessa residia no fato dele concluir que a história – após

⁶⁴² Clayton Ferreira Borges elucida o contexto historiográfico no qual Monod estava inserido e suas maiores preocupações: “a época histórica em que Monod e seus colaboradores se inseriam exigia cada vez mais dos historiadores estudos baseados em fundamentos confiáveis, onde o exercício da generalização – pressuposto do saber científico – fosse executado com maior prudência do que fora realizada pela geração anterior. Uma vez admitida, a imaginação deveria servir ao historiador somente se apoiasse em textos, em vestígios do passado”. BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira. A historiografia francesa do século XIX nas páginas da *Revue Historique* (1876 - 1914). *Revista trilhas da história*, vol. 8, n. 16, 2019, p. 123. Disponível em: <https://cutt.ly/EcLQb34> Acesso: 08 abr. 2021.

⁶⁴³ SERRANO, Discurso... op. cit., p. 521.

⁶⁴⁴ GOMES, *A República*... op. cit., p. 25.

meditação acerca das suas dimensões entre os antigos até os seus mais notáveis contemporâneos – não se estruturava como uma disciplina passível das performances de uma ciência social.⁶⁴⁵

Lessa afirma, a partir da obra de Henry Thomas Buckle (1821-1862), que “a história provavelmente nunca se elevará às vastas generalizações, que debalde tentaram os seus filósofos. A ciência que o gênio arrojado de Buckle supôs ter constituído, ainda hoje não é ciência”.⁶⁴⁶ Acredita em suas elaborações prescritivas, apesar dos avanços da disciplina em várias dimensões quando vista pela ótica da sua própria historicização, que a história é um modelo intelectual que não alcança o objetivo, por si só, de ser uma ciência social.

A noção de cientificidade historicizada por Pedro Lessa estava ligada ao estabelecimento de leis que podiam se generalizar em situações diferentes ou em contextos histórico-sociais distintos. Dito de outra forma, o cientista social devia ser capaz de rastrear constantes e regularidades que pudessem ser válidas em uma dimensão universalizante. Lembramos que ele não era um evolucionista ingênuo. No entanto, no que toca a história, enquanto conhecimento e disciplina, ela não alcançava esse patamar exigido. O produto do historiador era válido apenas para situações específicas, mostrava-se em constante mutação, variava conforme o olhar do observador, não apresentava padrões de continuidade estáveis ou regularidades passíveis de acompanhamento metódico, seguro e seriado.

Mesmo nessas condições o *métier* do historiador seria, em sua concepção, imprescindível: “não conheço missão mais proveitosa, nem mais augusta”. O seu minucioso conhecimento da especificidade e do singular, capaz de ver o fato histórico por diferentes prismas e de situá-lo como produto do(s) tempo(s) por intermédio de um rigoroso controle metodológico, faz dos obreiros de Clio coparticipes indispensáveis para que outras disciplinas, também em processo de criação de identidade, tenham condições de existência e de performatividade: “Esse mesmo método e esse mesmo princípio, aplicados ao estudo dos fatos históricos, têm sido fecundos em resultados, mas para o domínio de outras ciências”.⁶⁴⁷

⁶⁴⁵ Aline Michelini Menoncello confirma: “A História enquanto método de observação para a Ciência Social tinha essa nobre missão de ‘colaborar com a formação das várias ciências’, mas, para isso, Lessa negou qualquer possibilidade de ela, a História, ser uma ciência ou ter uma filosofia”. MENOCELLO, Aline Michelini. Pedro Lessa, um juiz-historiador: nação, patriotismo e raça. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, 2016, p. 40. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/144441> Acesso: 03 dez. 2020.

⁶⁴⁶ LESSA, *Reflexões...* op. cit., p. 121.

⁶⁴⁷ Idem, p. 262. Angela de Castro Gomes coloca em seus termos a dimensão “moderna” da história no entender de Pedro Lessa: “Numa certa perspectiva, pode-se imaginar que Pedro Lessa desejava identificar e delimitar o objeto da história segundo os ‘modernos parâmetros’ de seu tempo, que eram os da escola metódica, que ele conhecia e citava. Na perspectiva cientificista da época, tal opção implicava um grau de ‘inferioridade’ e de ‘limitação’ para a história, mas tal ‘posição’ estava sendo enunciada como uma ‘condição’ para a disciplina demarcar sua própria especificidade.” Por conseguinte, era por meio dessa “limitação/ delimitação” que a história, de um lado, tornava-se fundamental para o trabalho das novas ciências sociais; e, de outro, tornava-se uma

Em suma, a história, com os seus métodos próprios e o seu alcance devidamente delimitado, tinha como tarefa primeira subsidiar outras esferas de saber, sobretudo, àquelas de matriz nomológica como a sociologia. O trabalho do historiador consiste em “(...) coligir e classificar metodicamente os fatos, para ministrar, os materiais que servem de base as induções da ciência social fundamental e das ciências sociais especiais”.⁶⁴⁸

A preocupação de Lessa era epistemológica. As suas *Reflexões* se constituem como o exemplo mais significativo da caracterização teórica da história no Brasil no contexto da Primeira República. Nelas se localizam estes eixos norteadores: colocar à prova as leis da história até então estabelecidas e refletir sobre a natureza científica projetada ao trabalho intelectual dos historiadores. Quem mais se aproxima desse intento entre os historiadores modernos, no entender do autor, é Buckle, que mesmo com todos os seus esforços teóricos não alcançara tal objetivo: “Buckle não constituiu a filosofia da história. As suas generalizações não traduzem leis históricas”.⁶⁴⁹ Assim, depois de todo percurso através da historiografia ocidental, feito de forma crítica e com ajuizamentos que surpreendem pela consciência teórica, ele argumenta que a ciência da história é algo impossível, posto que os acontecimentos histórico-sociais não se submetem às leis estáveis e aplicáveis em situações variadas.⁶⁵⁰ Nesse momento entra em cena uma categoria importante para se entender o seu pensamento: “os fatos históricos estão sujeitos ao acaso”. Isso colocava em suspensão a escrita da história antiga, porque a natureza humana não era uma constante que se replicava do passado no presente de forma exemplar; as filosofias da história, porque não era possível acompanhar regularmente no tempo os costumes dos povos; e a própria história moderna que buscava a cientificidade, porque o mapeamento de regularidades traduzidas em leis condicionais era algo que fugia à própria dimensão do humano. O acaso era a própria antítese da lei. E sobre o questionamento primeiro das suas *Reflexões* o autor é contundente: “indiscutivelmente não temos aqui uma teoria que

disciplina capaz de compreender os fatos do passado, que, por serem singulares e complexos, não eram previsíveis, nem passíveis de enunciação por qualquer tipo de lei”. GOMES, Angela de Castro. Apresentação. *Reflexões sobre o conceito da história*, de Pedro Lessa. In: NICOLAZZI, Fernando (org.). *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República*. c. 1870 - 1940. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 77.

⁶⁴⁸ LESSA, *Reflexões...* op. cit., p.280.

⁶⁴⁹ Idem, p.262.

⁶⁵⁰ Antes de Pedro Lessa, em 1895, Fausto Cardoso, munido da teoria monista de Haeckel, também colocou em suspensão o caráter científico da história após a verificação das suas três matrizes: o empirismo, a filosofia da história e o naturalismo. Mauro Franco Neto argumenta que é a própria natureza do discurso histórico que o torna incompatível com a noção de ciência em voga. Essa mesma constatação serve para o caso das *Reflexões* de Pedro Lessa. Segundo Neto, “em última instância, é o próprio discurso histórico, prenhe de incertezas, incoerências e incapaz de prever, que possibilita a Cardoso avistar os limites de uma ciência e os paradoxos que ela deveria ora ou outra enfrentar”. NETO, Mauro Franco. *Ciência, evolução e experiência do tempo no fim de siècle*: estudos e revisões sobre letrados brasileiros e argentinos. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica/RJ, 2015, p. 169. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25170/25170.PDF> Acesso: 03 dez. 2020.

possa pretender os foros da ciência”.⁶⁵¹ E prossegue em seus argumentos: “Os fenômenos históricos não se repetem, como os dos corpos inorgânicos, os dos organismos individuais, e os dos próprios organismos sociais”.⁶⁵²

Todavia, encontrar uma orientação de sentido ao acaso na história, que para ele desestrutura epistemicamente as propostas historiográficas até então válidas, pode fazê-la próxima das explicações ligadas ao âmbito da providência divina, pois torna irracional o devir humano. A fundamentação epistêmica da história, abordada a partir do prisma da cientificidade corrente, está ao lado da inexatidão estruturante; uma inexatidão que não se confunde com a análise correta e rigorosa dos acontecimentos, mas que é diagnóstico de que a disciplina não possui condições de alcançar os mesmos resultados dos campos das ciências da natureza. Essa era uma constatação do regime historiográfico metódico. Temos uma inexatidão que se mostrava estruturante da sua própria *episteme*, porque era a partir dessa dimensão que o historiador podia fazer do *métier* algo com um quê de constante recomeço, um ofício dependente de versões cada vez mais bem elaboradas, sempre com o apoio do método crítico – que em linguagem simples significava ter um bom domínio de objetividade por meio da crítica interna e externa das fontes.

Retomando o saber e o legado dos historiadores clássicos, Lessa advoga no sentido de que a forma como eles encaram o conhecimento produzido está circunscrito por parâmetros que não condizem com as demandas projetadas às novas figurações modernas da história, sobretudo, por mobilizarem dispositivos do plano subjetivo, tais como a emoção: “a antiguidade clássica não fez da história uma ciência”.⁶⁵³ O fluxo das formas antigas de conceber a escrita da história encontra o seu mais contundente adversário em Buckle, não sem lembrar da importância dos filósofos da história setecentistas e do positivismo de Auguste Comte (1798-1857). A *História da Civilização na Inglaterra* é, nessa direção, “(...) um dos ensaios mais admiráveis no sentido de determinar as leis da história, de alçar a história à dignidade de ciência, ou de constituir a ciência da história”.⁶⁵⁴

⁶⁵¹ LESSA, *Reflexões...* op. cit., p. 205.

⁶⁵² Idem, p. 268.

⁶⁵³ Ibidem, p. 209.

⁶⁵⁴ Ibidem, p. 233. Leandro Couto Carreira Ricon circunscreve a proposta científica de Buckle: “Assim como Comte, Buckle acreditou na História enquanto uma ciência pura, responsável por apresentar leis gerais do progresso do ‘espírito humano’ a partir da percepção e análise das possíveis regularidades históricas cronologicamente dispostas. Ou seja, procurou configurar a metodologia e a teoria da História em conformidade com aquelas propostas pelas Ciências da Natureza, criticando aqueles que se afastavam desta premissa”. RICON, Leandro Couto Carreira. Das filosofias positivas da história à educação histórica conservadora: Comte, Buckle e Durkheim. *Revista encontros com a filosofia*, ano 8, n. 11, 2020, p. 85. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/40618> Acesso: 08 abr. 2021.

A arquitetura conceitual construída por Buckle em sua *History* para dar conta do desvelamento dos acontecimentos históricos a que se propunha investigar enfrentou, em primeiro lugar, o seguinte desafio: eles eram decorrentes de constantes historicamente determináveis ou eram frutos do livre arbítrio? No interior desse questionamento se colocava outra proposição: a da ação de reciprocidade do homem frente ao meio, ou frente à natureza. O autor inglês erige, em sua proposta teórica de investigação, quatro grandes leis fundamentais da história: a) o progresso humano correlacionado ao meio no qual o sujeito está inserido; b) a existência do espírito da dúvida; c) o valor das descobertas científicas; d) o protecionismo (estatal e da Igreja) tomado de maneira negativa. O deslocamento dessas leis históricas em direção aos fatos históricos, sendo elas consideradas verdades com valoração universal devido a sua regularidade, levava a conclusão de que o livre arbítrio não era possível ao gênero humano. Essa era a grande máxima determinista mobilizada pelo pensador inglês no entendimento de Pedro Lessa.

As leis fundamentais elaboradas pelo autor citado, no entender do jurista, não resistem a uma análise que situe os fatos históricos em suas singularidades espaço-temporais, muito menos aos recursos metódicos de apuração da verdade das coisas passadas. Justificando, Lessa coloca à prova a lei do avanço científico enquanto sintoma de progresso dos povos: se “a lei de Buckle somente compreende o progresso intelectual, o desenvolvimento das ciências, começava pelo defeito de não ser uma lei universal, e muito menos fundamental, da história da humanidade”.⁶⁵⁵ Portanto, a história da humanidade não pode ser medida pelos fatores ligados ao avanço científico da técnica sobre a natureza, posto que muitos são os vetores que proporcionam essa disposição. Inclusive essa lei não se aplica em situações específicas de igual modo, como ocorre nas ciências experimentais. O plano multiforme dos acontecimentos impede a retirada de extratos de regularidades aplicáveis em tempos e em espaços. Lessa esclarece: “reduzir a civilização ao progresso das ciências que se ocupam com o mundo físico é mutilar essa ideia complexa”.⁶⁵⁶ O que Buckle oferece em sua *History* não é ciência da história, e não se enquadra na categoria filosofia da história, que para Lessa é uma forma historiográfica “enganosa” em suas tentativas de apanhar racionalmente o devir. As suas generalizações não se traduzem em leis, argumento capital – porque a própria *episteme* conformadora da disciplina impede esse acesso.⁶⁵⁷

⁶⁵⁵ LESSA, *Reflexões* op. cit., p. 250.

⁶⁵⁶ Idem, p. 261.

⁶⁵⁷ Jacques Revel assevera que durante a passagem para o XX, em uma escala transnacional, verifica-se uma discussão sobre os parâmetros científicos, as suas regras e a sua aplicabilidade face ao campo historiográfico. Isso se deve, em partes, aos diálogos e às trocas conceituais com as ciências sociais, especialmente a sociologia. Duas

Para Pedro Lessa, a ideia de progresso, de continuidade positivada entre passado-presente-futuro e do gênero humano, estrutura-se em predicados que não podem ser abarcados pela noção de previsibilidade. Existem linhas de progresso destoantes, incertas, sincrônicas e impossíveis de serem observadas pelo filtro da regularidade estática; aliás, não é descartada a ideia de regresso e de decadência. Se o fim está no começo, o passado prenhe de futuro, nas filosofias da história⁶⁵⁸ e nas propostas de historiografia evolucionista, para o juiz o futuro embaralha todo o ordenamento da experiência.

A possibilidade de racionalização do tempo histórico estava em pauta nas agendas teóricas dos sócios do Instituto. Para parte dos agremiados a perspectiva do devir histórico era de natureza moderna, o passado explicava o presente e esse servia de esteio ao porvir. Já a visão de Pedro Lessa diferencia-se: a história, com os seus dispositivos de inteligibilidade, acessa um conhecimento maximizado da sociedade, porém a expectativa de futuro como algo que advém de um desdobramento racional das demais instâncias temporais é incongruente, o que, também, leva os obreiros de Clio a não tornarem a disciplina uma esfera de saber dotada de cientificidade nos moldes esperados e julgados adequados na época. Essa constatação enquadra Lessa em um paradigma pós-evolucionista. Acompanhem os predicados das *Reflexões*: “não podemos conhecer os conjuntos de fatos que formam o todo da história da humanidade, nem induzir, ou generalizar, para prever o futuro, tomando por base todos os fatos do passado e do presente”.⁶⁵⁹ A história como saber, além de ser uma disciplina apta a fornecer os dados corretos para as generalizações das demais ciências sociais, ambicionaria, em seu entender, a indagação exaustiva do complexo, das determinantes gerais que dão condições de possibilidade para a emergência dos acontecimentos e das situações históricas. Já a história como experiência é identificada pela mobilidade e pela instabilidade estruturante como se pode notar a seguir:

situações deixam os historiadores em alerta. Primeiro: “a síntese prematura, cujo momento ainda não chegou”. Rejeitava-se, assim, a “tentação das obras estrepitosas”, exemplificadas através das filosofias da história e das suas leis gerais do funcionamento social. O historiador, pelo contrário, assume uma posição “segundo regras rigorosas e compartilhadas”. Cf. REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2009, p. 28.

⁶⁵⁸ François Hartog localiza a crise das filosofias da história no começo do século XX, pouco mais de um século depois da sua emergência. As críticas de Lessa às filosofias da história, símbolos do regime moderno de historicidade, estão em consonância com as principais posições historiográficas e filosóficas europeias. Argumenta o historiador francês: “contudo, apenas um século mais tarde, contrariando o desmentido que lhe impingiu a história real, essas filosofias da história perderam sua evidência conquistadora e otimista, fissuraram-se e acabaram por se decompor, mesmo que, na Alemanha, teólogos e historiadores não tenham abandonado a questão? A Primeira Guerra Mundial abalara em seus fundamentos esses edifícios, que desmoronariam como a estátua de pés de argila do sonho de Nabucodonosor no livro de Daniel”. HARTOG, François. *Experiências do tempo: da história universal à história global. História, histórias*, vol. 1, n. 1, 2013, p. 171. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10714> Acesso: 08 abr. 2021.

⁶⁵⁹ LESSA, *Reflexões...* op. cit., 265-66.

A história é um contínuo devir, um *fueri* perpétuo: e pois, pela sua própria natureza escapa à determinação de um princípio diretor. Os fenômenos históricos não se repetem, como os dos corpos orgânicos, os dos organismos individuais, e dos próprios organismos sociais.⁶⁶⁰

Assim, o saber produzido pelos historiadores está destituído da capacidade de formular leis aplicáveis à sociedade em razão da complexidade do devir, pois um evento é resultado de um movimento pluricausal e os seus desdobramentos são imprevisíveis. Diante da complexidade dos fatos histórico-sociais a descoberta de uma lei específica apenas enfoca um recorte muito pequeno da realidade. A emergência de um fenômeno histórico advém, pois, de uma miríade de fatores valorativos, em que não se possui a certeza de que venham a se reproduzir e se replicar novamente no tempo e no espaço.

Segundo Lessa, a estratégia de Buckle para compreender a história possui o equívoco de condenar o homem ao determinismo mesológico, sendo ele próspero somente se dominar a natureza pela técnica – instância reguladora do progresso da humanidade: “A hereditariedade, ou o meio interno, determina-lhes o caráter e o temperamento. O meio cósmico, o meio individual e o social, atuam sobre o caráter e o temperamento, e os modificam”.⁶⁶¹ O determinismo dele encobria a individualidade do humano e a sua possibilidade de agir em conformidade de circunstâncias, sendo senhor do seu destino.⁶⁶²

O exame detido dos fatos históricos, função primeira do historiador, era útil para colocar em suspensão outra das leis que pretendia o espelhamento do devir estático assinada por Buckle, qual seja, aquela que dividia os movimentos civilizatórios em europeu e não europeu. Lessa considera os argumentos da *History* eurocêntricos, não sendo capazes de valorar positivamente outras civilizações que florescem distantes do Velho Mundo. A ideia geral é esta: enquanto na Europa o homem molda o meio para a sua existência, nas outras partes do globo a natureza é senhora do destino dos povos. E ainda: “Não poucas as induções de Buckle sobre a influência dos fatores físicos são exageradas”.⁶⁶³ Seria um truísmo a admissão de que outras civilizações se destacaram, como as existentes em África e em Ásia, antes mesmo que a europeia:

⁶⁶⁰ Idem, p. 258.

⁶⁶¹ Ibidem, p. 238.

⁶⁶² Ibidem, p. 245. O determinismo mesológico de Buckle é sintetizado por Luciana Murari: “Estudar uma sociedade dependeria, portanto, de compreender as condições físicas de seu desenvolvimento, de acordo com as leis históricas então determinadas. Estudando as leis que regeriam os fenômenos internos e externos, Buckle defende a existência de quatro diferentes classes de fatores físicos que exercem considerável influência sobre o homem: o clima, o alimento, o solo e o aspecto geral da natureza”. MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d’Os Sertões*. São Paulo: Annablume editora, 2007, p. 69.

⁶⁶³ LESSA, *Reflexões...* op. cit., p. 256.

Com toda razão diz Littré que o acerto de Buckle longe de ministrar a base da filosofia da história é um erro. (...) Foi na extremidade da Ásia, nessa Grécia meio europeia, meio asiática, que surgiu a civilização europeia, destinada a se tornar visível.⁶⁶⁴

A visão pessimista de Buckle acerca do desenvolvimento civilizatório dos países não europeus chegou a incidir sobre o Brasil. A razão para não enquadrar essa região específica dos trópicos no alinhamento do progresso deve-se ao poder intervencionista da natureza. Porém, Pedro Lessa insiste que essa colocação, além de desrespeitar a história do país, é desprovida de qualquer embasamento geográfico, histórico e científico.⁶⁶⁵

A *History* de Buckle também não passou incólume à crítica de José Olímpio Viveiros de Castro. A discordância com o estudioso inglês se operou por meio da ideia da absorção total do homem aos desígnios da natureza fora do eixo europeu, fazendo que diante do espetáculo natural os agentes dos trópicos parecessem mesquinhos e incapazes de realizar grandes feitos, ou seja, impedidos de fazer prosperar as suas nacionalidades. A resposta de Viveiros de Castro a esse diagnóstico é taxativa e nacionalista: “toda a nossa história é um protesto vibrante contra a injustiça dessa condenação”⁶⁶⁶; demonstrando ser mais um dos intelectuais que desacreditavam nas grandes narrativas de sentido que se organizam epistemicamente a partir da exposição de estruturas, as filosofias da história, deixando de lado o singular. As leis de Buckle podem ser colocadas em suspensão, argumenta Viveiros de Castro, recorrendo a um exemplo de personagem protagonista no processo de colonização do Brasil, qual seja, o bandeirante. Esse personagem é capaz de demonstrar os equívocos que estigmatizam os(as) brasileiros(as) como indolentes em virtude do poder da natureza em nosso território:

Bradam os filósofos contra a *aure-sacra fames* que impeliu esses aventureiros à conquista do deserto; eu os admiro como os pioneiros da nossa civilização, como belos exemplares da alma brasileira.⁶⁶⁷

A elevação do bandeirante à símbolo nacional significa a vitória do elemento humano sobre a natureza, suspendendo, a partir de dados e situações históricas, as teorias mesológicas. Ademais, o bandeirante simboliza os primeiros apelos para o ideal de pátria una e coesa.⁶⁶⁸

⁶⁶⁴ Idem, p. 255.

⁶⁶⁵ João Coelho Gomes Ribeiro, prefaciador da edição brasileira da *History* de Buckle, argumenta o seguinte: “Para nós, brasileiros, tem a obra um interesse particular, porque se ocupa especialmente, em certo ponto, de nossa natureza exuberante, e conquanto não sejam isentas de erro ou exagero, suas observações revelam conhecer ele bastante aquela e ter pressentido algumas das causas perturbadoras do nosso movimento progressista”. Apud MURARI, op. cit., p. 67.

⁶⁶⁶ CASTRO, Discurso... op. cit., p. 710-711.

⁶⁶⁷ Idem., 711.

⁶⁶⁸ A mitologia bandeirante foi inventada na passagem para o século XX. Na Primeira República esse personagem era considerado “como o lídimo representante das mais puras raízes sociais brasileiras, conquistador de todo o

Lucas Ayarragaray é um dos participantes da contenda que, assim como Lessa e Castro, não acreditava na cientificidade da história como enquadramento da realidade a partir de leis, ou da percepção da realidade a partir da ideia de adequação de regularidades passíveis de serem rastreadas realisticamente pelo olhar conhecedor do historiador. Segundo as suas palavras:

Aun no es posible precisar la ley que precide el desenrrollo de los fenómenos históricos y el principio esencial a que obedece el origen, progreso, culminación y decadencia, ciclo fatal de las civilizaciones.⁶⁶⁹

O trajeto da experiência histórica é abordado pelo argentino Ayarragaray como um verdadeiro enigma, escapando do juízo dos sujeitos cognoscentes e impossível de ser compreendido por uma causa ou fator valorativo:

Al enigma, no lo resolve ni el racionalismo puro, ni la selección, ni las diversas doctrinas que se sustentam em factores étnicos, antropológicos, geográficos, psicologicos ó economicos, que, yá aislados ó yá combinados, forman el núcleo de los diversos sistemas de Guizot, Gobineau, Taine, Mommsen, Marx, etc”.⁶⁷⁰

Basílio de Magalhães também prescreve as dimensões próprias do que ele considera como o conceito de história em sua relação com a cientificidade, e de que forma tal compreensão torna-se proveitosa para que os obreiros de Clio desempenhem bem o seu ofício naquela corporação de letrados – podendo eles realizar com segurança o estudo da nossa pátria. Para ele, a história não se constitui e se elabora como uma ciência *per se*. A sua proposição era próxima àquela determinada pelo ministro Pedro Lessa, ou seja, no quadro das disciplinas que se ocupam com a investigação das dimensões do homem no tempo a história está em uma posição distante do recurso da generalização, mesmo que hipotético, de leis ou de regularidades suscetíveis de controle metódico, na medida em que a volubilidade própria do ser humano e dos seus produtos culturais impede a concretização de tal proposta. Podemos, então, informar a concepção de ciência em Magalhães e a razão dos historiadores não conseguirem elevar os seus estudos e as suas pesquisas a tal patamar:

Evidentemente a História não é ciência *per se*, pois no quadro enciclopédico do saber humano não figura como tal. Não era possível categorizar as aquisições mentais, longa e pacientemente feitas pela humanidade, sem o rigor de um estalão incontroverso, qual o da generalidade decrescente e da

vasto sertão interior do país, pai fundador da raça e da civilização brasileira”. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 138.

⁶⁶⁹ AYARRAGARAY, Discurso...op. cit., p. 532.

⁶⁷⁰ Idem, p. 532.

complexidade crescente dos fenômenos, cujas leis, regidas por um dado método, só delas peculiar, constituem o sistema particular a que se chama ciência⁶⁷¹.

De acordo com as suas prescrições, é um erro epistêmico falar em “leis históricas”, dado que a história não está no horizonte das disciplinas que se ocupam com o estudo de regularidades empírico-conceituais. Mas, esse quadro se reverte no momento em que se considere a história como uma ciência social. Daí ao invés de “leis históricas” se falará em “leis sociológicas”, o que oferece um grau de definição condizente com a natureza desse tipo de saber. Não existem leis históricas para Basílio de Magalhães. Nessa situação a história se imbricava com a sociologia sem que existisse uma escala epistemológica entre elas:

Como, porém, toda ciência se caracteriza por um complexo de leis harmônicas sistematizadas, e é frequente ouvir falar em “leis históricas”, fora de boa lógica substituir sempre essa expressão técnica, que demanda uma correta linguagem científica – “leis sociológicas”⁶⁷².

Magalhães compreende o trabalho de ciências humanas, ou histórico-sociológicas, a partir da metáfora epistêmica da “enciclopédia”. A atividade e a performance do historiador, com as suas laboriosas habilidades voltadas às fontes, se conectam, então, com a disposição conceitual-hipotético-nomológica das ciências sociais. Ao final dessa operação francamente epistemológica abre-se a possibilidade de se pensar o material empírico distanciado de uma mimese ingênua da realidade, pois passara a ser avalizado por padrões explicativos advindos das ciências sociais. Exemplificando:

Ora, colocada, como está, a Sociologia no penúltimo degrau do quadro enciclopédico, e como cada ciência superior da escala não se prepara sem o concurso das anteriores, - fica nitidamente em foco quanto de porfiosa habilitação teórica se não exige do mourejador de tal escara⁶⁷³.

Nesse sentido, o autor acima citado, em um jogo comparativo entre antigos e modernos, vale-se de outra metáfora para que se possa compreender o trabalho do historiador: “alquimia do pretérito”. O que essa metáfora epistêmica revela? Em primeiro lugar remete à ideia de

⁶⁷¹ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 587. Como sabemos Basílio de Magalhães é um leitor de Sílvio Romero e provavelmente a sua concepção de ciência é devedora das reflexões do intelectual sergipano. Essa colocação pode ser percebida na classificação das ciências oferecida por Romero: a partir da “nova classificação das ciências”, as quais se modulam na “ordem crescente da complexidade dos fenômenos e na decrescente de sua generalidade”, parece possível verificá-las sob a perspectiva referente ao “grau atingindo de sua certeza”. ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Tomo Quinto. 3ª Edição aumentada, organizada e prefaciada por Nelson Romero. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943, p. 23.

⁶⁷² MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 587.

⁶⁷³ Idem, p. 587.

síntese: o trabalho do historiador é o de decompor analiticamente visando à interpretação, que oferece subsídios e ares de ciência ao todo da atividade historiográfica. Segundo: como alquimista o historiador deve conjugar empiria e reflexividade. Esse historiador fará experimentos de análise e de interpretação, ou seja, valendo-se do saber conceitual e nomológico (pós-determinismo) toma-se os fatos passados e a dinâmica do devir como representação e não como lei histórica. Tal gesto proporciona o estudo das regularidades por parte da história, na medida em que o conteúdo dessa lei deixa de ter valor realista. Esse é o passo decisivo para a história superar as filosofias da história e tornar-se ciência social. Uma síntese modernista?

A história como ciência

A perspectiva a qual a história não se apresentava como uma ciência convivia com posições distintas no interior do IHGB. Outros intelectuais do Instituto defendiam posições epistêmicas diametrais, ou relativamente distanciadas em certos pontos. O que vale ressaltar é que o problema da cientificidade da história estava longe de ser fechado e definido a partir de apenas uma perspectiva epistemológica. O IHGB era, na busca pela disciplinarização da história, uma comunidade aberta e disponível à recepção de variadas ideias acerca do fazer historiográfico de matriz europeia. Em meio a esse contexto intelectual, a demanda por tornar o *métier* uma prática com foros científicos, dotado de dispositivos específicos de teorização sobre os fatos e de metodização de regras para se alcançar a verdade dos mesmos, estava na ordem do dia; o que movimentava todo um processo de disputa epistêmica, com aproximações e com distanciamentos valorativos, pela forma legítima e autorizada de se chegar a tal intento.⁶⁷⁴

Uma das posições epistêmicas que divergem daquelas sugeridas anteriormente por sujeitos como Pedro Lessa, Viveiros de Castro e Basílio de Magalhães foi formulada anos antes pelo agremiado Tristão de Alencar Araripe em suas *Indicações sobre a história nacional*. O historiador cearense, em prescrições teóricas marcadas pelo ecletismo, apontou que a história possuía, sim, a marca da cientificidade; doravante ela não deixava de mobilizar em suas intenções os repertórios da *historia magistra vitae*, ou seja, da exemplaridade. Como vimos, o par antigo/moderno se coadunava em muitos pontos nesse momento, chegando a ser

⁶⁷⁴ Essa discussão sobre a cientificidade da história e seu alcance é uma contenda que se arrasta por todo o século XIX e início do XX. François Dosse adverte que nesse processo transnacional as “pretensões ‘cientificista’ se multiplicam e convidam a romper com a dupla tradição das letras e da filosofia que condena a historiografia à instabilidade e a reduz a ser somente um conhecimento de fraco embasamento científico e, portanto, contestável”. DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir. *Lições de história*. O caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, p. 22.

indissociável para determinados sócios. Para o Conselheiro Araripe, ao mesmo tempo em que os obreiros de Clio transformavam a história em uma ciência capacitada a rastrear as regularidades dos fatos históricos no tempo por intermédio de uma proposta rigorosa de método crítico, eles defendiam a sua capacidade de oferecer exemplos, de ser uma escola de moralidade, que a todos servia enquanto guia contundente em suas ações no mundo:

Ninguém duvida da utilidade da história, a quem um ilustre escritor antigo denominou luz da verdade e mestra da vida. Nestas palavras está o elogio da história, que não constitui uma ciência de mero deleite e recreação, mas uma escola de proveitosa lição para o homem e para a sociedade.⁶⁷⁵

Olegário Herculano articulava a história como a expositora fiel dos fatos considerados em suas causas e em seus efeitos; a exata apreciadora dos caracteres da fisionomia moral dos homens e da sociedade. A história seria a ciência que acompanhava racionalmente a própria vida da humanidade em todas as suas fases e variadas manifestações. Seria a ciência social destinada a enriquecer o futuro com as experiências do passado e abundantes conquistas do presente. É assinalado por ele que se teria avançado nas pesquisas acadêmicas, mas esse registro é pouco ante à grandeza incomensurável da ciência. Há, no raciocínio de Newton, “finas conchas na praia” percorrida, mas onde se vê “inexplorado um intermínio oceano da verdade”.⁶⁷⁶

Segundo Alcibíades Furtado, a produção científica do século XIX realizou cerca de três quartos de parte dos seus compromissos firmados. Isso porque a ciência fechava o balanço daquele século com muitas questões ainda em aberto que deviam passar à prova no século XX. No entanto, o que se verifica é que essa produção está absolutamente desmentida pelo ardor com que os novos cientistas, nos mais variados ramos, continuam a obra do século passado. A frequência de congressos, o número de teses, de revistas científicas, de artigos e de cientistas naquele contexto é a mais eloquente prova da seguinte afirmação da “fé na ciência”. O Instituto Histórico é, para Furtado, um lugar capaz de iniciar a sistematização das conclusões - ainda pouco desenvolvidas - historiográficas e sintético-filosóficas do século XIX.⁶⁷⁷

Alberto Torres desejava a criação de uma narrativa de sentido que concatenasse os fatos no tempo por meio de uma verdadeira filosofia da história evolucionista, que podia ser prefigurada pelas lentes científicas. Para o sociólogo, deviam-se buscar novas fontes explicativas para a história que não fossem as “sucessões de lutas”. A luta é uma forma de atividade animal e não o objetivo moral dos homens em sociedade. É um erro intelectual

⁶⁷⁵ ARARIPE, Indicações... p. 263.

⁶⁷⁶ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 537.

⁶⁷⁷ FURTADO, Discurso... op. cit., p. 589.

contemporâneo submeter a civilização e as condições da vida humana ao estado de “luta física entre as coletividades, classes e nações”. É necessário, pela via científica que racionaliza o devir, que esse estado de coisas seja considerado antinatural, atuando no tempo e interferindo no motor da história.⁶⁷⁸ Trata-se de uma crítica aos darwinismos de toda sorte.

Antônio Fernandes Figueira entende que a história possui a precisão de um sismógrafo ou do cálculo matemático. Ela deixa de professar os ditames da providência e do pacto factual. A história é, desse modo, um produto científico, explicada por meio da seguinte asserção:

Recolhamo-nos contando as vibrações de cada som, em um registro matemático. Faze-los reboar dentro de nossa consciência vencida seria abdicar de princípios aqui professados. A História foi poesia, confundiu-se com os deuses, humilhou-se nas enumerações cronológicas: agora é ciência.⁶⁷⁹

A análise dos organismos sociais naquele contexto é atravessada pelo fio da ciência, segundo Alfredo Nascimento e Silva. Estudam-se, em um sentido que é evolucionista em seu cerne argumentativo, os povos enquanto organismos vivos,⁶⁸⁰ fazendo dos homens e das mulheres células, de cada família um organismo próprio, de cada povo em especial uma engrenagem de um aparelho chamado humanidade, “cuja vida resulta, não do atrito das partes, mas da convergência harmoniosa dessas mil forças componentes”!⁶⁸¹ Nesse movimento cientificamente conduzido há um princípio diretor que é a fraternidade, considerada uma dimensão inata da humanidade ou um princípio natural da civilização. Isso seria a “lei da vida”, ou seja, que o plano moral acaba sendo uma projeção das forças orgânico-físicas do mundo.⁶⁸²

Entretanto, a história enquanto ciência estaria destinada a atingir diversas temporalidades, para além do tempo histórico tradicional, como quer Artur Pinto da Rocha. Seria uma história que possuiria profundidade e atingiria diversos extratos de tempo, passando do plano dos homens e chegando às instâncias do universo:

⁶⁷⁸ TORRES, Discurso... op. cit., p. 550. Ou seja, a abordagem historiográfica de Alberto Torres abre margem para a proposição de previsões. Ao identificar o cerne das transformações históricas passa a ser possível prognosticar cenários no futuro e, então, ter uma orientação para a ação. Cf. KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

⁶⁷⁹ FIGUEIRA, Antônio Fernandes. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915, p. 755.

⁶⁸⁰ O organicismo é uma base epistemológica de compreensão da sociedade com grande vigor século XIX adentro. Segundo Fernando Nicolazzi: “(...) da relação complexa e ambígua entre natureza e sociedade, bem como da referência organicista elaborada para as ciências sociais. O biológico era, além de uma maneira de compreensão, também uma forma de intervenção no social, e os problemas sociais demandavam cuidados médicos”. NICOLAZZI, Fernando. Representação e distância: naturalismo, linguagem e alteridade na escrita de *Os Sertões*. In: SILVA, Ana Roda Clochet da; _____. PEREIRA, Mateus (orgs). *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 2013, p. 245.

⁶⁸¹ NASCIMENTO, Um átomo... op. cit., p. 341-342.

⁶⁸² Idem, p. 342.

Nem a História poderia viver sem o pensamento, quando ela desce a camadas geológicas ou penetra meandros do cérebro para subir depois as vastidões etéreas, onde os mundos se cruzam no labirinto maravilhoso da Polinésia sideral: nessas peregrinações, como lâmpada eterna da lenda oriental, vai acompanhada sempre pelo espírito humano, ou ele baixe com Cuvier e com seus precursores às profundidades do planeta a surpreender nos despojos siluricos dos fosséis a vida dos foraminíferos rudimentares dos espongiários; ou ele se alevante às regiões, onde paira a fonte da vida universal, com o engenho de Copérnico, a luneta de Galileu e o gênio do Secchi.⁶⁸³

Para Aníbal Veloso Rebelo, o determinismo rege o mundo por leis estáticas.⁶⁸⁴ Aplicado à história fomenta, desde o século XVIII, às filosofias da história; modalidades discursivas que apreendiam o real através de macronarrativas organizadoras do todo ao fragmento. Para Rebelo, as filosofias da história e a sociologia trabalham no mesmo espaço epistêmico. A ciência da história dependeria desse saber conjugado. “Foi com as ciências biológicas que o interesse filosófico veio dominar a investigação no estudo do exemplar humano com apoio de uma ciência mais, que se chamaria sociologia”.⁶⁸⁵

Nenhuma geração pode, no entender de Enéas Galvão, menosprezar as que já passaram, porquanto há um elo entre elas que pode ser verificado nas tendências, nas continuidades e nas regularidades extraídas pelo saber científico quando aplicado à história. O estabelecimento das leis, de regularidades empírico-conceituais, é que oferece dinâmica científica aos artefatos historiográficos, retirando da providência e do acaso as explicações sobre o motor da história. Nesse caso, fala-se em leis fixas; e segundo Galvão:

Nenhuma geração tem, por isso, o direito de menoscar ou maldizer das que passaram, nenhuma pode orgulhar-se de haver criado, por si mesma, a obra de civilização; esta, como observa Bagehot, estudando as leis científicas do desenvolvimento dos povos, não é uma série de pontos destacados, mas uma linha colorida, cuja nuança, numa progressão constante, cada vez mais vigora e se acentua.⁶⁸⁶

Nesse caminhar se engrandecem a literatura e as artes, cresce a indústria por meio do desenvolvimento do comércio, se enriquecem as línguas e se coloca em primeiro plano a liberdade individual. Há nesse movimento do devir humano, prefigurado pela ciência, o

⁶⁸³ ROCHA, Discurso... op. cit., p. 676.

⁶⁸⁴ Rodrigo Dutra Gomes tem uma definição didática sobre a noção de determinismo: “(...) de uma forma geral, o Determinismo pode ser relacionado à ideia de regularidade, uniformidade e constância dos fenômenos da natureza, como são os dias e as noites, os nasceres e pores do Sol, as estações climáticas, a gravidade, as chuvas no verão, o ritmo dos relógios, os horários comerciais, de ônibus e metrô etc. Dessa premissa deriva-se como universal as leis da causalidade, considerando que toda Força detém, necessariamente, causas naturais e efeitos naturais”. GOMES, Rodrigo Dutra. Aspectos do determinismo científico e a geografia. *Terra livre*, ano 25, vol. 1, n. 32, 2009, p. 78. Disponível em: <https://cutt.ly/AcLGACf> Acesso em: 08 abr. 2021.

⁶⁸⁵ REBELO, Aníbal Veloso. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 80, parte II, 1916, p. 780.

⁶⁸⁶ GALVÃO, Discurso... op. cit., p. 610.

progresso das instituições sociais e políticas, alargando os horizontes do espírito humano em prol de um pensamento que é orientado pela razão científica. Esse todo complexo passa pelo crivo das regularidades científicas, podendo ser compreendidos por balizamentos cognitivos que os enxergam em sua singularidade evolutiva.⁶⁸⁷

A cientificidade da história desejada pelos sócios do Instituto, com os seus inevitáveis impactos sobre as formas possíveis de dispor a temporalidade humana, não se encontra assentada no “progresso indefinido de um Condorcet [1743-1794] ou de Pelletan [1813-1884]”, tampouco no “pessimismo” de Schopenhauer (1788-1860) e no de Gumplowicz (1838-1909), autores que negam o progresso; também não se encontra no “materialismo histórico” de Karl Marx (1818-1883), por mais que as suas teorizações sobre as instituições sociais sejam de todo excelentes, bem como no “determinismo mecânico de Taine [1828-1893]”. Nenhum desses critérios, à luz do pensamento de João Coelho Gomes Ribeiro, apresenta-se como o mais acertado para conferir foros de cientificidade à história. A resposta desse associado para as dimensões próprias de uma ciência da história passa pelas teorizações do alemão Rudolf von Ihering (1818-1892). Seguem as suas palavras para o estabelecimento da forma pela qual a ciência da história deve se comportar:

Sem o princípio da “Finalidade” consciente, imperando no mundo superorgânico, a par do de “Causalidade” fatal, dominando a natureza física, dualidade cósmica, tão profundamente demonstrada por Ihering; não se podem compreender as origens e a natureza da civilização, isto é, o próprio objetivo da História, sob forma e caráter científico.⁶⁸⁸

Nesse sentido, a reflexão de Stricker, que identifica o fim como motivo do agir, na medida em que ele impulsiona os critérios próprios da vontade e, por efeito, a representação psíquica dos atos anteriores, também são autorizados via interpretação de Von Ihering. Mas, a ciência da história almejada por Ribeiro é de dimensões coletivistas, colocando em suspensão o individualismo histórico de autores como Nietzsche (1844-1900) e Carlyle (1795-1881). Assim se teria “a marcha avassaladora da teoria coletivista, fazendo surgir da massa das energias, das aspirações e dos progressos das sociedades”. Nessa teoria, que deveria alcançar a categoria de científica, haveria uma força, uma energia vital, que movimentaria a humanidade,

⁶⁸⁷ É próprio do cronótopo historicista a “convicção de que analisando os fatos passados podemos identificar regras de transformação histórica que nos ajudem a prognosticar o futuro”. GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado agora. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valde Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p. 34.

⁶⁸⁸ RIBEIRO, Discurso... op. cit., p. 639.

“a despeito dos tropeços e decepções que se lhe antepõem, orientando-a na trajetória de um ideal de justiça e de liberdade – seu fim supremo”.⁶⁸⁹

Há, assim, regularidade no estudo da humanidade através da história, tal qual ocorre com os movimentos de translação e de rotação dos planetas. Seguem duas passagens que aproximam metaforicamente o movimento dos planetas ao da humanidade como um todo, e onde João Coelho Gomes Ribeiro encontra os símbolos epistêmicos certos para demonstrar a cientificidade da história, que em muitos sentidos se confunde com as prerrogativas das filosofias da história, posto que o fim está no começo:

(...) daí segue-se que a própria órbita da terra sofre uma transformação constante, no espaço, sem alteração dos seus movimentos próprios.⁶⁹⁰

(...) podemos equiparar a humanidade ao nosso planeta em sua trajetória, no espaço livre, tendendo, porém, sempre para um ponto definido, que é o seu fim.⁶⁹¹

E para além das perturbações retardatárias, observadas alegoricamente através do movimento dos planetas, observamos a marcha ascendente que caminha sempre em busca de um ideal específico, “embora o patrimônio da civilização se destaque de um povo para o outro (...)”.⁶⁹² Está expresso nessas afirmações o que é o motor da história para o sócio.⁶⁹³

Mas, as tentativas de uma forma gráfica para a história sob bases científicas têm falhado de Vico (1668-1744) aos contemporâneos, posto que o motor da história, no entendimento de João Coelho Gomes Ribeiro, não se movimenta de maneira espiral, tampouco por meio de uma hélice cíclica e muito menos por intermédio de linhas que se partem em combinação com curvas. Disso resulta, mesmo com os esforços de Ihering, na falta de uma figuração científica para a história e para as demais ciências sociais:

Conclui-se, porém, da interconcorrência de tantos elementos divergentes e antagônicos, a inexistência da História, como disciplina científica atualmente, parece-nos temerário e consentâneo com o caráter específico das ciências sociais em geral. Importa isso, a nosso ver, negar-se a qualidade de ciência a moral, ao direito, à economia política e mais que a todas, a sociologia, porque

⁶⁸⁹ Idem, p. 640.

⁶⁹⁰ Ibidem, p. 640.

⁶⁹¹ Ibidem, p. 640.

⁶⁹² Ibidem, p. 640

⁶⁹³ O que João Coelho Gomes Ribeiro prescreve enquanto cientificidade para a história, que segundo ele tem feições coletivistas, não é nada mais do que a antiga atribuição da história como singular coletivo descrita por Reinhart Koselleck, cujo enraizamento contextual data da passagem para o século XIX: a “ideia de coletivo singular possibilitou outro avanço. Permitiu que se atribuísse à história aquela força que reside no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, aquele poder que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo cujo nome pôde estar agindo”. KOSELLECK, *Historia Magistra Vitae...* op. cit., p. 52.

em todas essas disciplinas, o fator psicológico, o fator humano, com todas as suas incongruências e surpresas, atam preponderantemente.⁶⁹⁴

É, então, a partir da leitura do historiador alemão Karl Lamprecht (1818-1892) que a percepção de João Coelho Gomes Ribeiro sobre a possibilidade da operação de uma ciência da história aumenta. Ela compreende o estudo da história por meio da análise sucessiva das épocas da vida da nação, além de caracterizar, de certo modo, o desenvolvimento metódico da civilização no correr do tempo. Cada época possui, nessa forma de entendimento do devir histórico, manifestações que se caracterizam por uma disposição psíquica geral, a qual ele denomina de diapasão. O somatório de todos os fatores psíquicos constitui, nesse sentido, uma unidade e por isso está suscetível de uma divisão em temas. A regularidade das épocas psíquicas eis a ciência da história para Lamprecht e Ribeiro. Exemplos: simbolismo natural, tipismo, convencionalismo, individualismo, subjetivismo. Essas épocas são perpassadas pelo movimento de ocupação do território, pela exploração natural, coletiva e individual, bem como pela exploração dos fatores econômicos e comerciais, além do estabelecimento da civilização.⁶⁹⁵ O princípio estruturante dessas regularidades está prescrito desta maneira:

(...) é a marcha, na evolução espiritual, partindo da maior igualdade de todos os indivíduos de uma comunidade, o que implica o desenvolvimento progressivo. O aspecto coletivo dos fatos históricos é o essencial, porque só as manifestações coletivas são passíveis de leis regulares; a ação dos grandes homens é sempre a resultante do Estado geral do desenvolvimento do meio.⁶⁹⁶

Diferentemente de Comte, de Buckle ou de Spencer (1820-1903), a evolução, no âmbito superorgânico, encontra caracteres típicos em cada agregado social, para o agremiado do Instituto Histórico. São movimentos sincrônicos que se desenvolveriam ao longo do tempo por meio de uma tipologia psíquica coletiva, derivando na evidenciação de grandes épocas culturais. Assim é desenvolvido o seu argumento acerca do sistema científico da história projetado à experiência da história:

⁶⁹⁴ RIBEIRO, Discurso... op. cit., p. 641.

⁶⁹⁵ Luiz Sérgio Duarte faz um comentário sobre a epistemologia da história de Karl Lamprecht. Para o historiador alemão, “mais importante que a reconstrução do foi era a constituição de como veio a ser: regularidades contextuais, desenvolvimentos sociais, econômicos e culturais são mais importantes que as descrições, os grandes homens, as personalidades, o Estado e a política. É possível reconstituir grandes épocas culturais [*kulturzeitalter*] características de estágios de desenvolvimento civilizacional”. Em Lamprecht, verifica-se “a apreensão coletivista da história, regularidade, série de épocas, representações coletivas, evolucionismo, psicologia social, estágios do desenvolvimento econômico”. DUARTE, Luiz Sérgio. Karl Lamprecht (1856 – 1915), Apresentação. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada*. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: contexto, 2010, p. 124.

⁶⁹⁶ RIBEIRO, Discurso... op. cit., p. 645.

No começo nota-se uma dispersão espiritual de ideias e de sentimentos, apenas dominadas por alguns destes, isolados e sem contato aparente; pouco a pouco produz-se a concentração, a princípio violenta relativamente, como consequência dos movimentos isolados, mas intensivos; em seguida, o entusiasmo cede lugar à reflexão e produz-se a concentração estável, a qual produz a síntese de todas as aspirações isoladas, e assim se alcança o momento culminante, na vida do fenômeno social, pela integração de todas as diferenciações existentes; a concentração, porém, vai-se tornando mais rígida e exclusiva, até terminar em uma quase petrificação, que assinala a última fase da vida desse povo, dessa sociedade, do fenômeno social, em suma, do que se trata. Eis a lei sociológica de Lamprecht, que não se confunde com a de Spencer, a qual parte do homogêneo indefinido, como sabeis.⁶⁹⁷

Doravante, cabe dizer que, para certos associados, a ciência da história, por si só, não apreende o todo da fenomenalidade existente no mundo da vida. A história, e Enéas Galvão vale-se das reflexões de Gumplowicz, não alcança os estratos de experiência que formam as nações em sua integralidade por estar impossibilitada de atingir a compreensão do social em perspectiva de regularidades, diferentemente de Ribeiro e de Lamprecht. Para Galvão: “Quanto ao grandioso espetáculo natural, que se desenrola no domínio social da humanidade, a ciência da história não sente, nem tem olhos para vê-lo”.⁶⁹⁸ Antes de Gumplowicz, Buckle também percebeu a insuficiência epistêmica por parte da prática dos historiadores, que em seu entender restringem-se ao trabalho de recolha, de análise e de classificação dos materiais pertinentes às generalizações das filosofias da história⁶⁹⁹. Argumenta Enéas Galvão:

Já antes de Gumplowicz, Buckle fizera idêntica censura aos historiadores, todavia, contestar-lhe o merecimento de haverem recolhido materiais que formam mina preciosa, quer no que respeita aos anais políticos e militares, quer no que entende com a história da legislação, da literatura, da ciência, das belas artes, das invenções úteis, dos costumes e de outros produtos, concretos ou abstratos, da inteligência.⁷⁰⁰

⁶⁹⁷ RIBEIRO, Discurso... op. cit., p. 645.

⁶⁹⁸ GALVÃO, Discurso... op. cit., p. 610.

⁶⁹⁹ Valdei Lopes de Araujo situa a crítica de Buckle ao empiricismo historiográfico de sua época, adiantando, de certo modo, questões que são amplamente discutidas na passagem para o século XX: “(...) impressionam os termos precisos nos quais Buckle critica a historiografia de sua época, isso décadas antes da polêmica entre metódicos e durkheimianos na França de finais do século XIX. Deplora-se uma historiografia empiricista, por demais apegada ao fato individual, incapaz de dialogar com os avanços das ciências naturais e mesmo com alguns campos de vanguarda como a Ciência Política e a Estatística. Essa última é celebrada como a grande reveladora das leis gerais. Podemos apenas imaginar o entusiasmo de alguns, e o assombro de outros, frente à descoberta das grandes regularidades humanas, das curvas que prometiam novas possibilidades de controle e planejamento social. Essa tradição de linguagem, central no discurso das ciências sociais, retornaria de tempos em tempos em ondas de otimismo renovado, não sem deixar, nos momentos de maré vazante, importantes contribuições para nossa compreensão da história”. ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação da Introdução geral à história da civilização na Inglaterra. In: MARTINS, Estevão de Rezende. *História pensada*. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010, p. 219 - 220.

⁷⁰⁰ GALVÃO, Discurso... op. cit., p. 610 - 611.

Doravante, sem os dados da história, admite Enéas Galvão, é impossível à Buckle, visto como um filósofo da história, vislumbrar uma estruturação científica para o saber que produz a partir da sua *History*. Sem os quadros interpretativos que Buckle mobiliza a história não se torna uma ciência. Em suma, a *History* de Buckle é, para Galvão, um símbolo do trabalho científico em história, congregando a empiricidade e a percepção filosófica dos fatos:

Sem isso Buckle, não as teria referido à regularidade das ações humanas, cogitado da influência exercida pelas leis físicas sobre a organização social e o caráter dos indivíduos, bem como do papel das leis morais e intelectuais, penetrando às causas da Revolução francesa, analisando o movimento intelectual da Espanha, do século V ao século IX, e da Escócia, do século XIV ao século XVIII.⁷⁰¹

Ausente a forma específica de compreensão da ciência da história Buckle não encontra motivação intelectual, no entender de Galvão, suficiente para comensurar o processo de formação dos povos, em que se “pode afirmar a perpétua identidade da essência das fases sociais, estabelecendo como princípio básico definitivo do seu sistema a luta constante das raças”.⁷⁰² É por intermédio dessas leis conceituais certificadas factualmente que o historiador inglês estabelece, inclusive, os critérios necessários para o entendimento das nações europeias, onde se verifica as mais terríveis guerras entre as nações. Vê-se que a retórica cientificista da história legitima, no limite, os seus determinismos a partir da empiricidade proveniente do produto intelectual da sua prática.

A intenção de Éneas Galvão é, na contextualização das filosofias da história de Gumplowicz e de Buckle, salientar o lugar, o valor e a forma de operacionalização da epistemologia da história em qualquer que seja a teoria que explica e concebe o desenvolvimento humano e as suas instituições no tempo. Disso resulta as suas considerações historiográficas sobre o fazer histórico sob bases científicas, em que

(...) a vontade de um ente Supremo guiando as criaturas e a sociedade para o caminho da perfeição ou do castigo; ou seja o determinismo acorrentando o indivíduo às influências da raça de que provém e do ambiente que o cerca, ou seja o livre arbítrio permitindo organizar e medir as forças do progresso, ou finalmente, a teoria que em tudo vê o efeito, somente, das leis imutáveis da Natureza, envolvendo o mundo físico e o mundo moral nas dobras do mesmo mistério, prendendo-os à totalidade de idênticos fenômenos.⁷⁰³

⁷⁰¹ Idem, p. 611.

⁷⁰² Ibidem, p. 611.

⁷⁰³ Ibidem, p. 612.

Por sua vez, o acadêmico do Recife Artur Orlando acredita na existência de uma lei universal passível de racionalização científica: a que observa a vida ao mesmo tempo como unidade e como multiplicidade; e que se há evolução isso apenas ocorre a partir de um jogo de oscilação e de recombinação. A unidade da vida é constituída por uma forma de energia, manifesta em todos os contextos histórico-geográficos, e mesmo no universo: “massas, moléculas, plastídes, órgãos, são os diversos pontos de vista sob que a energia universal pode ser encarada”.⁷⁰⁴ Seu evolucionismo é de natureza mesológica. É plausível investigar, em sua concepção de história, o comportamento e a evolução de uma sociedade a partir das suas características geográficas, mas não universalizar os seus resultados por conta do princípio da multiplicidade. Isso fica claro na seguinte fala:

Sobre a influência do terreno árido ou fértil da proximidade do mar ou do afastamento da margem; a mesma árvore que aqui se desenvolve poderosamente e produz frutos exuberantes ali definha e fica estéril. Os povos são submetidos à mesma lei: seu solo decide a sua evolução.⁷⁰⁵

Mas, organismos animais, vegetais e sociais evoluem em direções diferentes, e isso abre margem para a diversidade de formações evolutivas. Lembrando que a evolução do meio, incluindo desde as formas mais básicas de geografia e de flora, se apresenta em uma temporalidade bem cadenciada, quase imóvel. O melhor a se dizer é que existe formas de evolução desiguais, ou melhor dizendo, multievoluções.

A característica peculiar, o aspecto identitário de uma comunidade, região ou sociedade de forma ampla são resultantes do seu estado evolutivo em contato com o estado evolutivo do meio em que se desenvolve. Isso é passível de abordagem científica. Nesse contato, que para Orlando é simbiótico, o sujeito se constitui como tal a partir dos condicionamentos do meio e através de um estado de determinação. Porém, nesses processos existem margens para a adaptabilidade, o que faz de cada situação de interação do homem com o meio algo novo. O Brasil, pela sua extensão, por sua variedade geográfica e populacional, abriga muitas formas de organização social, o que dificulta o estabelecimento de uma identidade coesa para todo o país. De todo modo, nessa multiplicidade de linhas evolutivas encontra-se um eixo norteador, uma lei geral, qual seja, a de que o ambiente – e Orlando fala da materialidade física implicada na expressão, que chama de energia – e o homem se imbricam; e que a partir desse movimento temos à disposição as formas de agir e os comportamentos sociais. E para ele a ciência da história deve se preocupar com esse processo intelectual. Essa é a sua natureza epistêmica.

⁷⁰⁴ SILVA, Arthur Orlando da. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907, p. 758.

⁷⁰⁵ SILVA, Discurso... op. cit., p. 758.

O evolucionismo de Artur Orlando possui, então, graus de complexidade e de justaposição. Segundo ele, o que observamos é que os indivíduos organizam as suas comunidades através do contato com o meio, dando condições para a emergência das instituições e das formas de conduta. Essa mesma sociedade, uma vez estabelecida, tende a individualizar-se.⁷⁰⁶ Todavia, desde os seres mais elementares, pois isso é uma lei que atravessa todas as formas de existência, localiza-se a dinâmica da unidade e da multiplicidade, sendo a sua evolução constituída por uma constante oscilação entre o indivíduo e a associação:

Daí dois grandes desenvolvimentos divergentes da vida: o reino vegetal com sua fixidez e insensibilidade, o reino animal com sua mobilidade e consciência. Daí no dizer de Bergson, duas séries de caracteres, que se opõe sobre certos pontos, se completam, sobre outros; mas, ou se completam, ou se oponham, conservam sempre entre si um ar de parentesco⁷⁰⁷

O intelectual da Escola de Recife, dando continuidade aos seus argumentos, mostra-se refratário ao darwinismo. A sua discordância com o autor de *A origem das espécies* relaciona-se com a sua descrença na ideia de que existe evolução através do mecanismo da seleção natural, não havendo, em seu entender, uma metamorfose individual e seletiva dos seres menos desenvolvidos até os seres superiores. Lembramos que essa mesma lógica, na leitura de Orlando, projeta-se para o plano social. Assim, as formas de vida, que servem de metáfora social, se desenvolvem por associação desigual e múltipla, não sendo possível revelar uma regularidade absoluta e sucessiva a partir da sua observação. Orlando desqualifica o caráter mono-evolucionista da história. Para ele: “De tão sugestiva lição dos fatos o que resulta é que o parentesco entre os seres vivos vem de muito longe e sem a forma linear que lhe emprestam os darwinistas”.⁷⁰⁸ Sua argumentação é que em se tratando de ciência os intelectuais não percebem a relação de dependência mútua existente entre os fenômenos, reduzindo tudo em relações de sucessão. A relação entre o homem e a natureza deve ser concebida em sua integralidade, compreendida enquanto coexistência de fenômenos que se penetram reciprocamente pelo polo da energia: “Assim, se explica como no organismo humano, miniatura

⁷⁰⁶ A unidade da natureza e o evolucionismo são os princípios teóricos mais destacados na teoria de Ernest Haeckel: “junto ao postulado da unidade da natureza, localiza-se na base do pensamento de Haeckel o princípio geral da evolução da natureza. A natureza encontra-se em um processo de mudança que é permanente e tem caráter evolutivo. Essa evolução não se refere apenas aos organismos, mas é um fenômeno absolutamente geral”. SANTOS, Guilherme Francisco. *A teoria gástrica de Ernst Haeckel*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pós-graduação em Filosofia/FFLCH, 2011, p. 57. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-26062012-141751/pt-br.php> Acesso: 03 dez. 2020.

⁷⁰⁷ SILVA, Discurso... op. cit., p. 759.

⁷⁰⁸ Idem, p. 760.

do organismo universal, os fenômenos físicos, químicos, biológicos ou sociais, influem uns sobre os outros, de modo a se estabelecer entre eles íntima solidariedade”.⁷⁰⁹

Dito isso, pode-se perceber que por meio de um olhar interdisciplinar sobre os fenômenos históricos, amparado pelas diversas formas de fazer crítica histórica, que Oliveira Vianna chama de “ciência das realidades mortas”, desveladas pelo testemunho dos arquivos, é possível se chegar à *síntese histórica modernista*, ou a história como ciência social. A diferença entre Vianna e Magalhães está no diagnóstico da não cientificidade da histórica, o que não impede a síntese modernista em ambos. A sociologia e a antropologia, bem como as demais ciências sociais, devem se fundir à análise histórica, sendo chamadas, então, de ciência das realidades vivas, que proporciona o olhar retrospectivo. Essas ciências das realidades vivas tornam o passado presente, como se fosse uma ressurreição no sentido proposto por Michelet (1798-1874) em França. Artur Orlando fala em reencarnação do passado. Isto é, deseja a própria materialidade dos fatos sociais:

São essas ciências das realidades atuais, que estudam o solo, o clima e o homem, que nos revelam cada dia novos segredos da vida orgânica e superorgânica, são essas ciências que insuflam aos textos paleográficos o hálito de uma vida nova e dão aos depoimentos, fixados nas páginas mortas dos arquivos, uma tal vibração e uma sonoridade tal, que, lendo-as, é como se estivessem a ouvir a própria voz dos nossos contemporâneos⁷¹⁰.

Fica marcado em tais propostas de ciência da história que não havia na comunidade de historiadores do IHGB um viés único para conceituá-las. Verificamos o dinamismo visível nas mutações do cientificismo europeu, tornando cada perspectiva de ciência da história a única em se tratando de tradução para o ambiente nacional.

IHGB, história e verdade

O sócio Solidônio Leite argumenta que só há história verdadeira caso o espaço cognitivo de trabalho armado por seus obreiros esteja distanciado das paixões, pois sem essa postura a história se transforma em fábula. O partidarismo e as paixões impedem o analista de realizar uma interpretação proba e imparcial. Para respaldar o seu argumento, o autor cita uma passagem de Joseph De Maistre (1753-1821): *uma conspiração da mentira contra a verdade do sucesso*. Nessa direção, os historiadores devem mirar em suas análises historiográficas as virtudes epistêmicas da imparcialidade e da objetividade diante das paixões, do partidarismo, da

⁷⁰⁹ Ibidem, p. 760.

⁷¹⁰ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 444.

subjetividade, da idolatria, da adoração, especialmente quando diz respeito ao âmbito da política. Ele pode incorrer no vício epistemológico de quem expõe os fatos e “oculta a verdade”.⁷¹¹ Assim resume o argumento: “Entre as sobreditas paixões, as que mais empenham as forças em fomentar enganos, são indiscutivelmente as paixões políticas”.⁷¹²

Os trabalhos de crítica e de análise, entendidos pelo associado como um processo que leva à classificação de fatos histórico-sociais, devem ser aprimorados no Instituto. São eles, em sua concepção, os eixos de pesquisa preparatórios que levam ao distanciamento das paixões.⁷¹³ E afirma que mesmo tendo sido alterado o regime político do país o seu empenho continua o mesmo, qual seja, preparar materiais metodicamente analisados à luz da sinceridade metodológica. Isso pode ser visualizado na *persona acadêmica* que orienta as atividades do grêmio: “*pacifica scientiae occupatio*”. Em suma, “seria não ter fim levar mais longe as provas de que neste Instituto é a verdade, e somente ela, a que impera soberanamente”, conclui.⁷¹⁴

A questão da objetividade e da imparcialidade da história pode ser percebida através da metáfora epistêmica do asceta mobilizada pelo padre Belarmino. A ideia de história está associada à retirada do juízo por parte do sujeito cognoscente, porém isso não implica em uma ideia de ciência objetiva livre dos compromissos com o mundo.⁷¹⁵

O homem que estuda é como o asceta que medita; aquele investiga, este ora; um e outro, porém, são homens espirituais pela aplicação das faculdades da alma descobrindo o verdadeiro e necessário gozo da vida; dobrados diante do livro; ou ajoelhados diante de Deus, em segredo de felicidade, dizem: *Secretum meum milu*.⁷¹⁶

A questão da objetividade na história se relaciona, segundo Oliveira Vianna, com dois pontos essenciais: 1) os fatos sociais são representações, ou seja, possuem materialidade e atuam no mundo de maneira fundadora; 2) há a necessidade de quadros explicativos que se direcionem junto à realidade social dos fatos, passando eles a serem concebidos como vestígios

⁷¹¹ LEITE, Discurso... op. cit., p. 431.

⁷¹² Idem, p. 431.

⁷¹³ Em *História e Verdade*, publicado no Brasil em 1968, Paul Ricoeur aborda a questão do trabalho de análise, de reconstituição do passado, junto ao plano da objetividade: “Deve a objetividade ser aqui tomada em seu sentido epistemológico estrito: é objetivo aquilo que o pensamento metódico elaborou, pôs em ordem, compreendeu, e que por essa maneira pode fazer compreender. Isto é exato quanto às ciências físicas, quanto às ciências biológicas; também é exato quanto à história”. RICOEUR, Paul. *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968, p. 23.

⁷¹⁴ LEITE, Discurso... op. cit., p. 432.

⁷¹⁵ Espera-se do historiador mais do que a subjetividade “exigida” pela objetividade, o que Paul Ricoeur chama de “boa subjetividade”. Demanda-se, então, “que a história seja uma história dos homens e que essa história dos homens ajude o leitor, instruído pela história dos historiadores, a edificar uma subjetividade de alta categoria, a subjetividade não só de mim mesmo, mas do homem”. RICOEUR, *História e Verdade...* op. cit., p. 24.

⁷¹⁶ BELARMINO, Padre. Discurso de posse. RIHGB, tomo LIX, parte II, 1896, p. 285.

empírico-conceituais. Esse é o mote da sua argumentação. O trabalho da crítica é, então, fundamental - é uma condição propedêutica. Não deseja eliminar as conjecturas de forma radical, dado que isso implica a própria falência da crítica. Pelo contrário: deve-se trabalhar com o aperfeiçoamento crítico, mas com o auxílio das ciências sociais, desejando a “(...) redução progressiva do coeficiente subjetivo da conjectura, ou mais exatamente na substituição crescente da conjuntura subjetiva por essa conjuntura objetiva, que tem para ponto de partida os princípios e os dados da ciência.”⁷¹⁷

Olegário Herculano pede que a linguagem historiadora seja objetiva, calma, fria e impassível como é a justiça; certa e transparente como é a verdade; “íntegra e pura como a consciência”. Ela não traduz os ímpetos e os fulgores das paixões e dos sentimentos. Pelo contrário: ela somente exprime os corretos artifícios da razão.⁷¹⁸ Para ele, a verdade histórica se assenta nas sólidas bases da sabedoria, da prudência e da reflexão.

Alexandre José Barbosa Lima defende, em seu discurso de posse, que o conhecimento histórico não se enquadra a partir de condições elaboradas por anterioridade, sobretudo, se são caracterizadas por proposições deterministas ou por pressupostos pessoais. O saber histórico varia, até então, “segundo a teoria que consciente ou inconscientemente presidia a essa idealização”.⁷¹⁹ Isso significa, em suma, que sem os devidos cuidados de natureza metodológica e ética o produto interpretativo oferecido pelos historiadores pode resultar em uma disposição subjetiva e autoritária por parte do sujeito cognoscente, o que incorre na sobrevalorização das paixões ou na deformação dos fatos históricos pela interpretação opinativa nas análises realizadas. Duas passagens bastante elucidativas do seu discurso podem demonstrar tal posicionamento, que, em última medida, sinalizam para a possibilidade de usos políticos arbitrários efetuados por um historiador que se deixa levar pela idolatria ou por uma guinada de tipo subjetiva, retirando o caráter científico da história:

Velando episódios decisivos, desfigurando fatos, arriscando hipóteses, forjando conjecturas, emitindo aspectos significativos, o historiador não raro ao serviço de paixões subalternas, faz com as tintas de uma eloquência venal, ou escravizado por perspectivas sectárias, um quadro que por muito seduz, transvia, corrompe, desanima ou enfurece.⁷²⁰

Desce assim a história a instrumento perverso nas mãos dos políticos sem elevação moral, sem descortino mental. Escrita de talento para essa obra de habilidade mercenária, no baralhar ou envenenar os textos e desenhar

⁷¹⁷ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 442.

⁷¹⁸ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 431.

⁷¹⁹ LIMA, Discurso... op. cit., p. 572.

⁷²⁰ Idem, p. 572.

caricaturas, em vez de retratos, são a praga das democracias imperialistas, tanto quanto comensais de césaes dadivosos.⁷²¹

Podemos ver que toda essa preocupação está vinculada às possíveis deformidades que as interpretações históricas trazem quando não direcionadas pelo rigor da imparcialidade e da objetividade científica, ou quando vista a partir de um único elemento causal. O trabalho historiográfico de reconstrução de contextos passados quando não direcionado a partir de um profundo espírito heurístico, de um olhar multifacetado por parte do observador, e quando está destituído de teorias filosóficas ou sociais que embasem a sua posterior interpretação geral e sintética, traz consigo riscos à dimensão político-social que a história engendra. Sem essa disposição preliminar as sínteses históricas suscitam rivalidades entre os grupos sociais que compartilham um passado comum, ocultando episódios fecundos para a construção de Estados democráticos, republicanos e soberanos. O historiador se responsabiliza por agir imparcialmente, perpassado pelo espírito de justiça, direcionando o seu olhar para as múltiplas situações que envolvem a emergência de um dado fenômeno histórico.⁷²² Um evento histórico é resultado de diferentes causalidades que convergem ou divergem: sociais, políticas, culturais ou econômicas. A sua tarefa está condicionada em evidenciar todos os enfoques possíveis que oferecem condições de possibilidade para a emergência de tal evento histórico

Entretanto, essa imparcialidade, segundo Alexandre José Barbosa Lima, não está destituída de certos atributos éticos e patrióticos relacionados à realização da escrita da história, dentre eles, a preservação do direito, da equidade e da razão; aspectos em que reside a definitiva solução para as deturpações causadas por aquelas possíveis interpretações de “má fé” movidas por historiadores cujo senso de partidarismo atravessa as suas análises. Para Barbosa Lima:

Malgrado a erudição com que figuram como monumentos de sabedoria, não obedecem fundamentalmente a outro instinto os livros paradoxais e as explicações tendenciosas dos Mommsen [1817-1903], Sybek, Treitschke [1834-1896], destinados a homologar com os postulados de uma ciência oscilante e depravada, as teorias políticas dos Bismarck [1815-1898] e Crispi

⁷²¹ Ibidem, p. 572.

⁷²² A ambição de imparcialidade através da virtude da justiça pode ser compreendida por intermédio da diferença entre o juiz e o historiador na interpretação de Paul Ricoeur: “O juiz deve julgar – é sua função. Ele deve concluir. Ele deve decidir. Ele deve reinstaurar uma justa distância entre o culpado e a vítima, segundo uma topologia imperiosamente binária. Tudo isso, o historiador não faz, não pode, não quer fazer”. Mesmo que se arvore como árbitro da história, o historiador não deixa de mobilizar a crítica, seja ela presente em sua corporação ou no público leitor. É, assim, que a obra de história se torna passível de um número ilimitado de revisões e retificações, o que torna a escrita da história uma atividade constante de reescrita. É a dimensão inconclusa que singulariza a historiografia ante à sentença jurídica. Como avalia Ricoeur: “mas então, seu julgamento audacioso é submetido à crítica da corporação historiadora e à do público esclarecido, sua obra oferecida a um processo ilimitado de revisões que faz da escrita da história uma perpétua reescrita”. RICOEUR, Paul. A condição histórica. In: _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 335.

[1818-1901], a galvanizar sob as roupagens napoleônicas do imperialismo o anacrônico espírito de conquista.⁷²³

Na conjuntura epistêmico-historiográfica republicana os historiadores, para Oliveira Vianna, podem recorrer aos modelos explicativos, especialmente os de teor sociológico, para elevar as operações de análise, ou de crítica, à síntese explicativa. Esses mesmos quadros explicativos lastreados por um bom domínio informacional-empírico-analítico corrigem os possíveis laivos de “má subjetividade” advinda da crítica das fontes e da análise. Esse movimento torna o conhecimento elaborado pelo historiador em um saber validado. É o casamento entre “Clio” e “Hermes”, ou a conjugação entre “operários” e “arquitetos”, figuras epistêmicas correntes no contexto aqui aludido. Segundo ele,

(...) os historiadores estão magnificamente aparelhados com incomparáveis elementos de informações, não só para retificar as ilusões da sua visão crítica, não só para restringir os surtos da sua fantasia evocadora, mas mesmo para poder reconstituir, com o possível rigor científico na sua estrutura e na sua vida, as velhas sociedade mortas⁷²⁴

Em suma, o historiador busca construir a verdade.⁷²⁵ Ela passa, ao ver de Vianna, pela necessidade de um aparelho crítico de análise e pela configuração de aportes explicativos sintético-teóricos. Para tanto, os historiadores devem abandonar o que ele chama de “indução conjectural indisciplinada”, advinda da falta de controle metódico e da insuficiência explicativa dos quadros teóricos, que a seu ver são provenientes das ciências sociais, em especial da sociologia. O ataque dele está direcionado aos historiadores reconstrutores de fatos e de contextos à luz das suas condições subjetivas, das idiosincrasias dos seus temperamentos, das inclinações das suas simpatias e antagonismos. Deve-se buscar, portanto, as induções e a crítica em fatores objetivos, o que equivale a dizer: em um controle metódico acoplado à ideia de fato

⁷²³ LIMA, Discurso... op. cit., p. 572.

⁷²⁴ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 442.

⁷²⁵ Estevão de Resende Martins nos ensina que não há uma verdade inata na atividade historiográfica, mas ela aparece enquanto um horizonte de compreensão. Essa abordagem ilumina as concepções de verdade histórica dos sócios do IHGB na Primeira República. Para Martins, “(...) a verdade como referência constitui-se em um horizonte de compreensão, a partir do qual e com vistas ao qual o historiador procede. A certeza de alcançá-la é indicativa, pois as circunstâncias concretas de realização da pesquisa apresentam variações que permitem apenas graus aproximativos de garantia da segurança cognitiva associada ao conteúdo firmado no argumento discursivo da narrativa histórica. O conjunto de tais circunstâncias, todavia, não impede a convergência dos critérios de produção de conhecimento pela prática profissional. Essa prática é orientada pela formação especializada, pela referência teórica e pelo treino metódico. Teorias e práticas encontram-se dentro de uma espécie de horizonte de referência. Esse horizonte articula a pretensão de verdade embutida na faculdade racional humana, as circunstâncias espaciais e temporais da sociedade e da cultura em que está imerso o historiador, como agente individual e social, e as questões que emergem da realidade histórica em que vivem esse agente e seus coetâneos”. MARTINS, Estevão de Resende. História: conhecimento, verdade, argumento. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 7-8. Disponível em: <https://cutt.ly/TcL23H9> Acesso: 08 abr. 2021.

social, que historiciza constantes e regularidades compassadas com o rastreamento da empiria-conceitual das representações objetivas no e do universo fenomênico.⁷²⁶ É evidente a substituição de um tipo de testemunho indireto, as fontes documentais, para um testemunho direto, o estudo do presente vivo. Isso demanda uma mudança nos padrões que envolvem as virtudes epistêmicas da imparcialidade e da objetividade, bem como movimenta uma história que se deseja escrever não mais evolutivamente, mas retrospectivamente. Atualização consistente em vista da historiografia romântica.

Para Afonso Arinos, as paixões também devem ser evitadas pelo historiador. No interior do seu ofício apenas uma virtude deve ser concebida, qual seja, a do culto da verdade refletida e meditada pela crítica objetiva e imparcial. O historiador deve ser imparcial e deve se retirar em termos de emissão de opinião; deve produzir a narrativa dupla e em forma de inquérito, dando ao leitor, através das notas de rodapé, a possibilidade de retomar os caminhos da pesquisa.⁷²⁷ Não deve demonstrar sentimentos na narrativa:

Se a única paixão admitida ao historiador é a paixão da verdade; se a verdade só pode ser colhida por quem não tenha outra preocupação a não ser buscá-la nas fontes clareadas pela crítica – o requisito essencial ao historiador é não ter opinião, não ter patriotismo, não ter admiração; ele estuda um fato, como um mineralogista estuda uma pedra.⁷²⁸

Para Arinos, por outro lado, desse modo não há história. Isso porque só existe historiografia nesses moldes quando há uma “cultura científica verdadeira” e consolidada, o que a seu ver inexistia no Brasil. Para que exista cultura científica é necessário um verdadeiro patrimônio de feitos arrolados e criticados, “quando as letras e as artes já perpetuarem esse patrimônio sob mil formas na memória e no sentimento dos homens”.⁷²⁹

Enquanto isso, para Leite Velho, o olhar cognoscente do historiador o torna imparcial. Ele não se retira completamente da narrativa histórica, para esse sócio. Ele se faz presente e julga corretamente. Não há como se manter neutro completamente, o que não significa ser tomado pelas paixões e pelos partidarismos. É o historiador que cognitivamente seleciona a informação, recorta o contexto, problematiza, questiona e propicia a situação epistêmica ideal

⁷²⁶ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 1924.

⁷²⁷ Esse movimento é uma herança oitocentista, momento em que se instituíam as habilidades e as virtudes epistêmicas que qualificavam o sujeito do conhecimento historiador. Essa aparelhagem epistêmica está centrada, sobretudo, na crítica documental, na imparcialidade e na objetividade, oferecendo condições de possibilidade para a emergência de gêneros por meio dos quais a história se expressa, como o livro monográfico, os artigos historiográficos e as resenhas. Todos eles perpassados por protocolos que traduzem aquelas habilidades e virtudes. Essa disposição epistêmica é a condição para a narrativa dupla. Cf. GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre as notas de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.

⁷²⁸ FRANCO, Discurso... op. cit., p. 216.

⁷²⁹ Idem, p. 216.

para a construção de um conhecimento de natureza objetiva.⁷³⁰ Assim sendo, Leite Velho elenca as necessárias habilidades:

Está no estudioso e investigador investigar, perspicaz e imparcial separar o trigo do joio; o que não está no seu poder é dispensar os elementos a investigar, encontra-los à mão em copioso repositório, em rico arsenal que de ano a ano cresce e se opulenta, até chegar a tesouro.⁷³¹

João da Costa Lima Drumond argumenta que há utilidade de ordem moral nas investigações históricas imparcialmente orientadas: reverenciar a verdade no “brilho único” e sincero da inteligência e na pureza própria do talento do investigador. Tudo isso se “submete nobremente aos ditames da justiça, com que não transige”.⁷³² O culto da verdade é o apostolado do historiador: não deixam de serem nocivas as mentiras parciais por serem convencionais.

De acordo com Olegário Herculano de Aquino e Castro, a ciência apresenta-se cosmopolita para que se cumpra o desempenho da sua função em conformidade com os destinos humanos. Em suas palavras: “Nem os continentes, nem os oceanos; nem as altitudes, nem os vales. Nem o equador, nem os polos, têm que opor entraves às suas conquistas: antes é sobre o conjunto das coisas criadas que ela exerce melhormente, a sua ação civilizadora”.⁷³³ Segundo ele, quanto mais positiva é a ciência, mais profundo é o conhecimento das leis da civilização. Para Herculano existem ciências físicas e morais. Mutila-se a ciência, que segundo pensa é um todo harmônico, aquele que por um único dos seus aspectos a considera. Se essas especialidades são necessárias para o engendramento de qualquer ramo de saber, a verdade superior, escopo da ciência, resulta da combinação perfeita das verdades parciais, morais e físicas. Enfim, é a verdade o objetivo da ciência, como preconiza Rousseau (1712-1778).

Herculano afirma que os principais atributos do saber científico repousam na “serenidade”⁷³⁴ e na “justiça”, que não são ofuscadas pela agitação dos partidos que se digladiam na arena pública. As controvérsias dos sábios, por outro turno, que muitas vezes “azedam”, mostrando aí a fragilidade humana, mas não incitam prevenções, suspeitas ou perseguições. Os sábios não conspiram. Eles dão as suas preferências para as teorias e sistemas,

⁷³⁰ Assim, como quer Jörn Rüsen, a categoria objetividade se refere “a um determinado tipo de conhecimento histórico que é buscado através de procedimentos de pesquisa regulamentados, lhe garante um alto grau de validade e o coloca acima das opiniões arbitrárias”. RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade na ciência histórica. *Estudos ibero-americanos*, vol. XXIV, n. 2, 1998, p. 312. Disponível em: <https://cutt.ly/ycZf47X> Acesso: 08 abr. 2021.

⁷³¹ VELHO, Bernardo Teixeira de Moraes Leite. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903, p. 154.

⁷³² DRUMOND, Discurso... op. cit., p. 330.

⁷³³ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 417.

⁷³⁴ Rodrigo Turin, a partir do caso Silvio Romero, entende a sinceridade como um pacto de verdade entre autor e leitor. Cf. TURIN, Uma nobre... op. cit., 2009.

mas em uma região isenta das ambições subversivas. Assim, a partir do entrelaçamento de saberes, na mansidão quieta dos sábios, há o progresso da ciência.⁷³⁵

De todo modo, pergunta-se Herculano: em qual das categorias científicas enquadra-se a história? Física ou moral? Segundo a sua explicação, a história é uma ciência mista em sua estruturação epistêmica. A história não prescinde da observação, do agrupamento dos fatos que se sucedem. O seu mérito consiste na penetração, por meio de uma operação crítico-conceitual de pensamento, no nexos lógico que prende e governa os acontecimentos, quer dizer, o descobrimento da marcha, do motor, evolutiva da civilização junto ao caos dos eventos “que revolteiam, tumultuam e se atropelam”.⁷³⁶ Operação de saber necessária para a retirada de um extrato moral dos acontecimentos.

Afrânio Peixoto não se considera nem historiador nem geógrafo, porém, o que move a sua atividade intelectual é a busca pela verdade, ou “o amor pela verdade”. Ele argumenta, nesse sentido, que aquilo que anima as suas investidas sobre o passado possui algo de ceticismo. Esse amor pela verdade é acompanhado por duas disposições: a que aceita cegamente o espírito da dúvida, por meio dos seus princípios internos, e a outra, cética até mesmo com a ciência e com a verdade. Ele separa esses *ethos* em duas categorias metafóricas: a dos “ousados” e a dos “tímidos”. E afirma:

(...) quanto mais cresce o ceticismo, de tudo – das Letras, da Ciência, da Arte, mais me cercam as blandícias e os afagos das faculdades, escolas e academias, dos que pontificam e se exalçam nesses templos daquelas divindades”.⁷³⁷

Para Afrânio Peixoto, o ceticismo é uma virtude que reforça o espírito de imparcialidade e de objetividade. Ele era capaz de colocar em dúvida até mesmo os artefatos científicos.

A virtude epistêmica do ceticismo abrange, nessa direção, todas as áreas do pensamento. É o mote de reflexão de Afrânio Peixoto, também assumido por Ramiz Galvão como uma das pedras angulares das atividades da instituição. Contudo, é um ceticismo diferente. Não é somente a “dúvida sistemática da escola de Kant [1724-1804]”. O ceticismo desejado move a dinâmica de progresso e de falseamento das pesquisas, em que sempre se duvida, com o rigor do regime historiográfico metódico, sobre a eficiência dos produtos científicos. Argumenta Ramiz Galvão:

⁷³⁵ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 419.

⁷³⁶ Idem, p. 419.

⁷³⁷ PEIXOTO, Discurso... op. cit., p. 502.

Este ceticismo é adorável; é forçosamente o que impera no espírito do primoroso artista, do sábio consciencioso e honesto, do professor insigne que discute na sua cátedra os problemas da vida social.⁷³⁸

Observamos as figuras do saber que circulavam no IHGB: o artista, o sábio e o professor. O que mostra a abertura epistêmica dada aos sócios do Instituto Histórico em termos de possíveis atuações enquanto historiadores.⁷³⁹ Essa forma de ceticismo relacionava-se com a própria dúvida do ponto de vista dos artefatos intelectuais produzidos, no sentido da busca intermitente pela verdade das coisas; premissa básica do Instituto tanto em relação ao seu metodismo quanto ao estabelecimento da cientificidade, como no que se referia às construções e desconstruções das memórias e das representações da nacionalidade.

Também verificamos pelas colocações do Conselheiro Salvador Pires a mobilização da aparelhagem, ou disposição, crítica do ceticismo. No seu discurso de posse há a ambição de demonstrar a sua posição favorável às controvérsias, demonstrando que o conhecimento científico opera pelo dissenso enquanto guia adequado para compreender as situações passadas que se quer historiar. Esse movimento está ao lado da crítica, ou propedêutica historiográfica: princípio geral para toda e qualquer pesquisa histórica. Para ele, não há verdade pronta e acabada em história. O saber histórico lida com a polêmica em uma dimensão contínua e aberta, o que demanda um ceticismo vigilante ainda mais seguro. Vejamos suas colocações:

(...) porque nós devemos amar as controvérsias pacíficas que se travam na arena literária: as questões já liquidadas perante a ciência ou a história, ainda reproduzidas em relevado estilo, com elegância retórica nunca prenderam meu espírito. Prefiro a controvérsia entre inteligências cultas e polidas, e não é difícil estabelecê-la; porque a verdade é que não há princípio em opinião sobre fatos de ordem científica, por mais bem transformados que eles sejam, que não se prestem à contradição e não se achem contraditórios. É o princípio do ceticismo. A história toda da evolução da ciência e do progresso do espírito humano está repleta destes exemplos.⁷⁴⁰

Já Basílio de Magalhães argumenta que entre os vetores de uma ciência da história tradicional, aquela que busca a adequação entre forma e conteúdo, entra em cena o espírito da imparcialidade. Virtude epistêmica considerada fundamental, como vimos, para os que julgam

⁷³⁸ GALVÃO, Discurso... op. cit., p. 511.

⁷³⁹ Podemos compreender a postura cética de Afrânio Peixoto através da tradição do pirronismo: “Tendo submetido a severo questionamento as doutrinas dogmáticas, tendo diagnosticado seu indecidível conflito, incapaz de optar por alguma das pretensas verdades que elas lhe oferecem, o cético é levado, acerca de toda questão que examina, a uma inevitável suspensão de juízo, ou *epokhé*. A experiência sempre renovada dessa suspensão o faz necessariamente desconfiar da mesma possibilidade de vir a legitimar-se qualquer opção filosófica particular”. PEREIRA, Oswaldo Porchat. Verdade, realismo, ceticismo. *Discurso*, vol. 25, 1995, p. 32. Disponível em: <https://cutt.ly/ccZySs7> Acesso: 08 abr. 2021.

⁷⁴⁰ ALBUQUERQUE, Conselheiro Salvador Pires de Carvalho e. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXV, parte II 1902, p. 463.

fazer ciência da história. Porém, para ele essa condição, em se tratando de historiografia, diverge daquelas movidas pelos intelectuais do período. Salienta o sócio: “É um erro, senhores, exigir-se do historiador uma imparcialidade absoluta. O simples narrador de fato, pela tonalidade que lhes dá ou pelo método que lhe põe no relato, trai forçosamente a sua opinião”⁷⁴¹. A explicação pode ser da seguinte maneira: o verdadeiro historiador não é apenas aquele que busca expor a identidade da vida nacional, que por meio do método crítico esclarece fatos históricos e sociais, propondo dali lições para a sociedade. O verdadeiro historiador não alcança tal nível de distanciamento. Ele “tem que encará-la necessariamente através do prisma do seu credo político, através do prisma da sua filosofia, através do prisma da sua fé religiosa”⁷⁴². Em suma, na concepção de ciência de Magalhães encontramos combinado posicionamento e objetividade.⁷⁴³ Há uma equivalência entre as duas posições para o autor:

Não posso imaginar que exista à face da terra um homem sem convicções, e, se ele não circunvolve, não sobredoura, não estranha delas tudo o que arranca da sua inteligência, tanto é indigno do nome de historiador, como, sobretudo, é indigno do nome de homem⁷⁴⁴.

Magalhães, arrematando suas prescrições sobre o caráter da história em si e para si, faz elogio aos historiadores que se fundem empaticamente com os seus objetos de estudo. Esse movimento, uma habilidade historiadora, se realiza na forma de inquéritos que aceitam a tomada de posição e, no limite, a convicção. Foi a forma encontrada de fazer a ciência histórica dialogar com a sociedade de modo geral. O exemplo de homem de letras que coaduna os pares científicidade e engajamento vem de Portugal e o seu nome é Alexandre Herculano. Os esforços intelectuais de Herculano, ele mesmo envolto pela realeza, traveste-se de patriotismo. Em sua pena vemos claros posicionamentos e formas de conduta de natureza político-social.

Visualizamos a situação através de um problema colocado aos historiadores do Instituto: o que deve prevalecer enquanto virtude epistêmica na prática do historiador está atrelado à dimensão da probidade. Sem ela o historiador não alcança a verdade, mas isso não significa falta de engajamento. É um dever patriótico o que estamos acompanhando: “urge que cultuemos as nossas tradições, para que reforçamos também a nossa vida”.⁷⁴⁵ E prossegue em suas

⁷⁴¹ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 595.

⁷⁴² Idem, p. 595.

⁷⁴³ O posicionamento de Basílio de Magalhães é semelhante ao de Manoel Bomfim. Ambos estão em um mesmo registro de verdade historiográfica. Esclarece Rebeca Gontijo: “A objetividade da ciência estaria, pois, na localização dos interesses do cientista. Era a partir da identificação de tais interesses que se tornaria possível, em primeiro lugar, situar o cientista em relação a seu objeto; e, em segundo, identificar as verdades ditas ou omitidas”. GONTIJO, Manoel Bomfim... op. cit., p. 132-133.

⁷⁴⁴ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 595.

⁷⁴⁵ Idem, p. 596.

normatizações que, nesse ponto, estão próximas às de Comte: “Disse Augusto Comte que os povos sem tradição tateiam nas trevas como cegos”.⁷⁴⁶

Olegário Herculano pondera que a história não pode ser escrita por coevos. A esses, como pensado por Edward Gibbon (1737-1794), cabe somente o esforço de reunir propedeuticamente com cuidado e dispor com habilidade os materiais, ficando a história, assim, abrigada ante as incertezas dos sofistas e as diversões dos declamadores. Não pertence aos contemporâneos o juízo definitivo sobre a história, mas o encargo de preparar judiciosamente os elementos necessários para que ele possa ser seguro e esclarecido.⁷⁴⁷ Por mais que se esforce o historiador para ser imparcial junto à narrativa dos fatos de que é testemunha, e por mais que se empenhe junto à máxima da justiça histórica, sem ódio e sem favor, há ele sempre de combater o predomínio, alega Olegário Herculano, da influência das ideias, dos preconceitos, das opiniões que lhe envolvem.

Nós, os herdeiros dos sacrifícios e do esforço da geração que nos precedeu, ainda nos achamos muito próximos dos homens e dos fatos para os apreciarmos imparcialmente. Cegam-nos os prodígios com o seu fulgor, e a imperiosa voz das paixões não consente que escutemos a grande voz da história. Quando se alargar a distância, quando bater a hora do porvir e da verdade, terá chegado o momento de contemplarmos o monumento à sua luz, e de julgarmos os obreiros sem ilusões.⁷⁴⁸

No entanto, pergunta-se José Bernardino Bornan: quando se deve escrever a história? A verdade histórica, para esse sócio, não pode emergir, nem mesmo com os cálculos e cuidados do método crítico, no momento dos acontecimentos, no calor das paixões contrárias umas às outras. E, assevera Bornan, que se mais tarde os estudiosos estiverem de acordo entre si é porque os interessados e os contraditores não existem mais, possibilitando, então, a escrita da história.

Deve-se entregar, pois, a análise histórica aos juízos dos pósteros.⁷⁴⁹ Não se deve concorrer com os subsídios particulares para o julgamento. O historiador deve ser imparcial, guardar silêncio para evitar discussões, contradições e explicações estrepitosas, porque as paixões ainda estão vivas e ardentes. “Quantos homens notáveis, indiferentes aos juízos dos contemporâneos, confiam que, depois da morte, os descendentes saibam defendê-los das injustiças de que foram vítimas?”⁷⁵⁰

⁷⁴⁶ Ibidem, p. 596.

⁷⁴⁷ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 429.

⁷⁴⁸ Idem, p. 429-30.

⁷⁴⁹ Hugo Hruby, ao situar a prática historiográfica do IHGB na virada do século, argumenta que há a recusa de uma história contemporânea, ou do tempo presente, entre os sócios. Recusa essa já presente nos momentos de fundação do Instituto. Cf. HRUBY, *Obreiros diligentes...* op. cit., 2007.

⁷⁵⁰ BORNAN, Discurso... op. cit., p. 765.

Manuel Cicero Peregrino da Silva orienta que a virtude epistêmica da imparcialidade presente entre os sócios do Instituto Histórico é responsável por oferecer condições de existência para a historicização das tradições nacionais, levando a reconhecer e a proclamar o mérito dos “vultos” da história pátria. Não há discordância, portanto, entre imparcialidade e exortação patriótica. A virtude epistêmica da imparcialidade leva à proteção daqueles que vivem largos anos em prol da pátria, prestando “um culto em sua memória; culto isento de fetichismo - um preito de imorredoura gratidão”.⁷⁵¹

Argumenta Olegário Herculano, na alocução presidencial de 1902, que Alexandre Herculano, em uma recepção diametralmente oposta à de Basílio de Magalhães, anuncia que o patriotismo inspira o estilo, a poesia, mas é sempre um mau conselheiro do historiador. E vê exagero na assertiva do historiador português e se contrapõe a ela, posto não ser o amor da pátria incompatível com o da verdade que inspira o historiador em seu ofício. Antes disso: quanto mais vivo e “brioso” for esse sentimento, “mais pura e elevada” se faz “ouvir a voz da razão pronunciando os irrefratáveis ditames da justiça, retidão e imparcialidade”. “Nobre” e “ponderosa” a função do historiador e da história: “tribunal de suprema autoridade”, cuja “apreciação e severo juízo irremissível” são a todo tempo destinados os fatos que assinalam a vida das nações e da humanidade.⁷⁵² O culto à pátria não inviabiliza as virtudes epistêmicas da imparcialidade, da objetividade, da sinceridade, nem os horizontes da justiça. Lembra que a pátria transcende as tensões políticas, ou o subjetivismo negativo impresso nas abordagens do tempo presente e os interesses particulares. O desejo primeiro a que se propõe o Instituto é honrá-la, assinalando as suas glórias nas páginas da história. Missão considerada nobre e difícil, pois a história tem por objetivo único a verdade, a qual se faz ouvir pela voz imperiosa da razão, da justiça e, principalmente, da imparcialidade e da objetividade; pela investigação, pelo estudo, pelo trabalho e pelo próprio esforço, “e não pelo sobrenatural e gracioso dom que, porventura, lhe quer outorgar a providência”.⁷⁵³

As relações entre arte e ciência

Para Oliveira Vianna, a modalidade de “indução conjectural” orientada pela ciência tem a capacidade de propor uma nova forma de fazer ver o passado, quer dizer, se instaura um olhar sinóptico sobre a experiência da história que leva em consideração a pluralidade de causas que governam uma situação ou fato histórico-social. Além disso, ela proporciona uma perspectiva

⁷⁵¹ SILVA, Discurso... op. cit., p. 606

⁷⁵² CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 541.

⁷⁵³ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 537.

de história retrospectiva. É um esquema teórico-prático que leva em consideração “o contingente das realidades, que não puderam ser fixadas pelos textos escritos ou guardados pelos testemunhos orais”.⁷⁵⁴ Essa forma de entender o passado tem dimensões de presentificação, ou usando a metáfora de Michelet apropriada pelo autor, de ressurreição. Ademais, essa forma de trabalhar com a experiência da história, ou tecido histórico-social das sociedades, faz do trabalho do historiador uma verdadeira obra de arte. Em suas palavras: a indução conjectural cientificamente controlada “permite fazer da História realmente uma ressurreição, isto é, uma bela obra de arte que nem por ser uma bela obra de arte, deixa de ser uma verdadeira obra de ciência”.⁷⁵⁵ É nesse sentido, indo além dos testemunhos de arquivo, que a nova crítica, amparada pela indução conjectural, tem “conseguido desvendar o mistério de certos enigmas, que apenas com os elementos arquivais lhe seria impossível esclarecer”.⁷⁵⁶

Dessa maneira, um lugar comum na conjuntura epistêmico-historiográfica da passagem para o século XX relacionava-se ao estatuto da escrita da história como arte sem prejuízo das virtudes da objetividade e da imparcialidade.⁷⁵⁷ Para muitos intelectuais em atividade, a história era a ciência capaz de subsidiar as demais disciplinas, naquilo que chamamos de *episteme* modernista. Entretanto, a história, como quer Oliveira Vianna, além de ser ciência é obra de arte. Ela faz a síntese dos conhecimentos de “forma alquímica”, mas também é construtora *ekphrasis*⁷⁵⁸, que no vocabulário dele representa o processo de presentificação literária ou pictórica do passado tal qual uma ressurreição. De acordo com o sociólogo: “Mas a História não é apenas uma grande ciência; é também e magnificamente, uma grande arte, - e essa condição de grande arte ainda torna mais complexo o labor da síntese histórica”.⁷⁵⁹

Era justamente por ser obra de arte, mas que se confundia com obra de ciência, que muitos interlocutores a consideravam capaz de transcender o mimetismo historiográfico, e fazer da história mais que a verdade considerada como adequação a forma. A demanda por tornar a história perspectivada fazia dela, também, a arte de narrar versões. A história era ciência por conta, ainda, do poder artístico que a narrativa, último estágio da operação historiográfica,

⁷⁵⁴ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 442.

⁷⁵⁵ Idem, p. 442.

⁷⁵⁶ Ibidem, p. 442.

⁷⁵⁷ Ivan Norberto dos Santos assegura a existência de certa aceitação da dimensão artístico-literária por parte dos historiadores da Primeira República: “A qualidade literária da narrativa, portanto, não era então fator de desmerecimento para a elaboração do conhecimento histórico, sendo, para muitos, peça fundamental da sua realização”. SANTOS, *A escrita amadora...* op. cit., p. 63.

⁷⁵⁸ Para João Adolfo Hansen, em texto que aborda a *ekphrasis* em seu contexto originário, “a matéria da *ekphrasis* é apresentação ou exposição do efeito de presença de algo ausente”. HANSEN, João Adolfo. *Categorias epidíticas da ekphrasis*. *Revista USP*, n. 71, 2006, p. 91. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13554> Acesso: 08 abr. 2021.

⁷⁵⁹ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 444.

provocava. Suscitava ressurreição, presentificação ou *ekphrasis*.⁷⁶⁰ Oliveira Vianna diz, em seu discurso prescritivo, que não encontra diferença entre ciência e arte, pois isso significa criar uma cisão desnecessária entre verdade e beleza.

Nas explicações de Vianna, antes mesmo da história agregar os suportes das ciências sociais, o historiador produz artefatos artísticos. A arte é, nesse sentido, uma herança clássica entre os modernos cientistas sociais, o que inclui, claro, os historiadores. Na contemporaneidade europeia daqueles sócios se pode perceber, mesmo com a riqueza e a positividade dos novos métodos informados pelas ciências sociais, “a lembrança vivaz dessas belas tradições artísticas desses períodos iniciais” em um Taine, em um Carlyle, em um Vandal ou, no exemplo máximo, em um Michelet.⁷⁶¹ Vianna argumenta que Thomas Seccombe (1863-1923) chega a alegar que nenhum historiador merece essa insígnia caso não possua “a capacidade verbal e o talento descritivo de dois ou três grandes romancistas”.⁷⁶²

A condição de ser paralelamente uma obra de síntese e uma obra de arte é o que singulariza a ciência da história para Oliveira Vianna. A própria história, como um conjunto de técnicas e de habilidades, de captura das singularidades, torna-se, no âmbito do fazer, uma arte, para além da dimensão da beleza. A rotinização e a disciplinarização tornam o fazer uma arte, que pode ser entendida, também, como técnica. Mas Vianna fala, não obstante, em artes da ficção. Para o intelectual carioca: “(...) justamente por ser uma ciência da evocação, versando matéria, a que fala o encanto das coisas vivas, não pode dispensar o auxílio das artes de ficção”.⁷⁶³ Nesse sentido, são as artes de ficção que emprestam ao saber histórico certo *interesse, sedução, curiosidade* para aqueles que se interessam pelas épocas passadas. Além disso, é o recurso da ficção, a arte das musas, que provoca a aceitação da história por diversos públicos leitores, diferentemente, argumenta, da geografia, da etnografia e da antropologia, que possuem um círculo pequeno de leitores confinados em campos autônomos. A história, ainda que científicizada, não deixa de ser um estudo que incita a curiosidade e o lazer dos seus leitores.

⁷⁶⁰ A comparação entre os espaços de trabalho de Robert Southey e Francisco Adolfo de Varnhagen serve como indício para os (des)caminhos das relações entre história e arte na historiografia brasileira: “a obra de Southey, como boa parte da experiência historiográfica brasileira do século XIX, estava dividida entre uma história em busca do verdadeiro e as tentações do poético. Varnhagen, cuja arte narrativa procurou afastar-se o máximo que pôde das reflexões literárias e estéticas, manteve, mesmo à revelia, uma certa poética em seu texto, seja por meio das metáforas provenientes da conversão dos conceitos da retórica da filosofia da história setecentista, como o conteúdo imaginativo associado à formulação de hipóteses ou à representação histórica, às vezes francamente poéticas, que fraturavam a oposição entre *res factae* e *res fictae*, seja através de fontes, como o poeta Robert Southey”. CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador: Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, vol. 3, n. 11, 2007, p. 310. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5909> Acesso: 08 abr. 2021.

⁷⁶¹ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 445.

⁷⁶² Idem, p. 445

⁷⁶³ Ibidem, p. 445.

Lembrando que a arte literária em história, conforme pensa o estudioso, responde a uma particular “teoria do gosto”. Vianna deixa essa questão bem clara, como se pode ver:

Homens de ciência, homens de arte, homens de letras, homens de guerra, homens de Estado, todos encontram nas obras históricas um interesse, uma sedução, um fascínio. Ora, esta curiosidade tão universal pelas obras de História, tem a sua razão de ser nesse caráter inevitavelmente artístico de toda ressurreição histórica.⁷⁶⁴

Se Jules Michelet prescreve uma história como presentificação do passado enquanto obra de arte, o historiador de Vianna, sensível ao movimento do heroísmo e da beleza, torna o passado mais do que uma ressurreição, mas uma “reencarnação”. É uma história que estuda o passado com o “cérebro” e com o “coração”: *pacifica scientiae occupatio*. É uma obra que deve congrega verdade e justiça nas formas de evocação do pretérito; dramatizando, pois, o passado. Esse tem, no entender de Vianna, um quê de ator que se desvela entre cenários diversos e palcos também diferentes. A história é a mestra da vida, é a mestra da evocação, é a musa que inspira o artífice. Segundo Vianna, ela “vive os seus heróis, encarna-os, infunde-se na alma de todos eles a partilha assim por um momento, do frêmito das suas emoções heroicas. Por isso mesmo, senhores, confesso que não sei de nenhum verdadeiro historiador que seja um mau patriota”.⁷⁶⁵

Desse modo, a história, para Agenor de Roure, não é a investigação dos gregos, o ceticismo dos latinos ou a crônica dos tempos modernos de Chateaubriand (1768-1848). “Mas a História, mesmo como ciência social, tem a poesia das belas atitudes, tem a pintura e o desenho dos caracteres e tem a crônica das boas e más ações”.⁷⁶⁶ Ou seja: é obra de arte.

Porém, essa ideia da história como arte atrai controvérsias no Instituto. Para Enéas Galvão, por exemplo, a ciência da história não é necessariamente obra de arte, mesmo que se module, em seu último estágio, como narrativa: “A história, tal qual se escreve, não é uma arte, repetiu Gumplowicz. Esta ciência tão altiva, adverte o grande pensador, não faz mais que urdir incessantemente a trama do tempo, sem saber o que ela tece, sem aperceber o que representa e significa a sua tarefa”.⁷⁶⁷ Essa tessitura narrativa dos fatos históricos, dando-lhes sentido, não confere, diferentemente de Oliveira Vianna, estatuto de arte à história, visto que é obra da inteligência e da razão. A narrativa histórica apenas traduz o ordenamento de sentido dado pela inteligência aos fatos no tempo.

⁷⁶⁴ Ibidem, p. 445.

⁷⁶⁵ Ibidem, p. 450.

⁷⁶⁶ ROURE, Discurso... op. cit., p. 721

⁷⁶⁷ GALVÃO, Discurso... op. cit., p. 610.

Para Raul Tavares, os artifícios artísticos acompanham a narrativa histórica. Artifício e verdade em comunhão na operação historiográfica. A presentificação do passado depende da narrativa de sentido. Em Tavares, a arte aparece como recurso inevitável para movimentar todo o trabalho articulado sob a forma de inquérito. Salienta o autor: “Assim, o artista escreve e o artífice escrevinha. Arte e ciência, o que vale dizer - elegância e verdade - são elementos com que se exercita o historiador, para investigar os fatos, colorir os aspectos, plantando a austeridade das fisionomias ou o ridículo dos caracteres”.⁷⁶⁸ O interessante é que não deixa de ser relevante que o estatuto artístico projetado à história se confunda com a noção de estilo. Assim, Artur Pinto da Rocha percebe os interditos da arte na operação historiográfica:

Repetem as almas frias, inacessíveis aos encantos da arte, que a austeridade e a precisão das suas leis repelem por perigo, o encanto da poesia, em virtude da sutileza leve e vaga das suas imagens e pela volubilidade do seu ritmo: para essas almas, uma é a realidade severa e forte, a outra é a fantasia alada, garrula e flébil.⁷⁶⁹

Alfredo Valadão argumenta que a história é a mais bela de todas as artes e de todas as ciências. Valendo-se das reflexões do francês Taine, sugestionam-se que a história é paralelamente uma arte e uma ciência. Ela requer do escritor a inspiração, mas também lhe exige a reflexão. Se o historiador-artista invoca a imaginação criadora, ele também deve manejar os instrumentos da crítica prudente e da generalização circunspecta. Se convém que as suas “pinturas”, as narrativas históricas, sejam vivas como as poesias; se requer, igualmente, o estilo exato, as divisões e periodizações perfeitamente assinaladas, as leis bem demonstradas, as induções precisas quanto da história natural.⁷⁷⁰

O que esse texto promove é uma reflexão sobre a variedade das concepções de cientificidade existentes no IHGB na Primeira República. Elas existem correlatamente, lado a lado, imprimindo dúvidas, tensões e disputas entre diferentes tradições acerca da cientificidade da história. Esse modo de lidar com a produção intelectual do IHGB nos oferece a oportunidade de transpormos a sequência evolutiva de problemas e de temas operacionalizados por uma tradicional história da historiografia.

⁷⁶⁸ TAVARES, Discurso... op. cit., p. 496.

⁷⁶⁹ ROCHA, Discurso... op. cit., p. 676.

⁷⁷⁰ VALADÃO, Alfredo. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912, p. 540-41.

Capítulo 7 - *Uma história total?* História, complexidade e construções disciplinares

Sois, vós, historiadores que lançai os alicerces de todas essas ciências⁷⁷¹.

Pedro Lessa

Mais do que nunca ela precisa do esforço combinado de muitas aptidões, em consequência de sua delicada e complicada engrenagem com o meio social e seus antecedentes.⁷⁷²

José Carlos Rodrigues

(...) o mais simples fenômeno histórico exige para a sua exata compreensão os subsídios de todas as ciências naturais, de todas as ciências antropológicas, de todas as ciências sociais.⁷⁷³

Oliveira Vianna

A interdisciplinaridade como resposta à complexidade

No processo de institucionalização e de disciplinarização da história no Brasil, caminho que teve como um dos seus marcos fundacionais a própria criação do IHGB em 1838, encontra-se presente a atribuição de identidade para todo o processo de construção dessa estrutura de conhecimento, tanto no interior da comunidade científica quanto no âmbito do reconhecimento social de uma prática específica. No procedimento de estabelecimento de regras, de postulados, de protocolos, de temáticas e de objetos se estabeleceram delimitações para aquilo que era pertinente ao historiador, bem como se erigiram fronteiras diante de outros saberes. Em muitos dos casos vemos a história valer-se dos recursos das outras ciências sociais, ou até mesmo de conhecimentos considerados da esfera das chamadas ciências da natureza. Por vezes encontramos indiferenciação disciplinar. Em outras situações a criação de fronteiras invisíveis, porém, claramente estabelecidas. Mas, é no contato com os outros saberes que se ocupavam com os fenômenos histórico-sociais, ou com alguma dimensão ligada aos problemas do espaço-tempo, que a história se reconhecia como tal, e o inverso também era verdadeiro.⁷⁷⁴ A disposição epistemológica dos historiadores no contexto republicano era, na maioria das situações, interdisciplinar⁷⁷⁵, evidenciando a consciência de que para se enfrentar a

⁷⁷¹ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 244.

⁷⁷² RODRIGUES, Discurso... op. cit., 1907, p. 727.

⁷⁷³ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 439.

⁷⁷⁴ “A história das ciências registra a eclosão de rupturas entre as fronteiras disciplinares, a invasão de uma disciplina por outra, a circulação de conceitos, a formação de disciplinas híbridas que acabam se tornando autônomas”. CAMPOS, Alzira. L. A. A produção do conhecimento: teoria e ciência dos modelos (Histórico e conceitualização de interdisciplinaridade). *Tempo & Memória*, São Paulo, v. 2, 2004, p. 1.

⁷⁷⁵ Peter Burke sugere uma possível função para a noção de interdisciplinaridade: “A interdisciplinaridade poderia ser considerada como um indispensável antídoto à especialização. Tal como a divisão do trabalho em geral, a especialização aumenta a eficiência e, assim, contribui para o crescimento do conhecimento. Ao mesmo tempo, a costumeira definição sobre ‘saber cada vez mais sobre cada vez menos’, algumas vezes se comprovou como obstáculo às novas descobertas e teorias. Viver em ilhas no arquipélago acadêmico incentiva a insularidade intelectual. Daí a contínua necessidade de evitar a ‘polícia fronteira’ intelectual, como dizia Aby Warburg (...)”.

complexidade dos fenômenos históricos fazia-se necessário a mobilização de diversos tipos de recursos intelectivos dependendo da perspectiva eleita como foco de análise. Mas tudo isso sem deixar de demarcar os seus próprios limites epistêmicos ou a sua identidade disciplinar.

Algumas considerações levantadas por Angela de Castro Gomes em seu estudo sobre o IHGB na República são úteis para acompanharmos esse movimento disciplinar: “(...) havia uma clara consciência da importância do diálogo com as novas ciências sociais, entre as quais figuravam a *sociologia*, a geografia e a etnografia, entre outras, com destaque para a primeira, que se fortalecia como ‘a’ grande ciência social do momento”.⁷⁷⁶

Nessa direção, parece-nos apropriado o acompanhamento de algumas considerações reveladas pelo discurso de José Carlos Rodrigues no ano de 1907. Para o jornalista, a história enquanto prática e como saber demanda uma “multiplicidade de cultores”, posto que esse tipo de conhecimento não pode, em sua concepção, ser elaborado a partir de uma única perspectiva analítica válida. Há, pois, histórias e versões. Não há uma verdade pronta, acabada e tida como irrefutável. Em suas palavras: a história

(...) renasce sempre nova de seus próprios estudos. Não é a grande biografia da humanidade, mas a própria humanidade ditando conscientemente. Mais do que nunca ela precisa do esforço combinado de muitas aptidões, em consequência de sua delicada e complicada engrenagem com o meio social e seus antecedentes.⁷⁷⁷

A história se constituía, então, a partir do estudo das múltiplas circunstâncias que davam condições de possibilidade para que os acontecimentos emergissem. Diante do amplo espectro de abertura ao real que o material social deixava à disposição daqueles que se ocupavam com o passado fazia-se necessário deixar em relevo que para a efetivação de um saber considerado autorizado o historiador devia considerar que as suas temáticas de investigação eram compostas de inúmeras circunstâncias que não podiam ser resumidas através de uma única direção analítica.⁷⁷⁸ Isso leva-nos a perceber que a história trazia consigo o que consideramos em nossos dias como perspectivismo metodológico e conceitual, demandando, assim, a sua reescrita

BURKE, Peter. *O que é história do conhecimento?* São Paulo: Editora UNESP, 2016, p. 53.

⁷⁷⁶ GOMES, A República... op. cit., p. 10.

⁷⁷⁷ RODRIGUES, Discurso... op. cit., p. 727.

⁷⁷⁸ Mobilizar a interdisciplinaridade como possibilidade de análise significa desvelar, a partir de um objeto de pesquisa delimitado, no caso falamos de objetos historiográficos, as múltiplas determinações históricas que o constitui. “Delimitar um objeto para a investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo arbitrariamente. Ou seja, se o processo de conhecimento nos impõe a delimitação de determinado problema isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem. É neste sentido que mesmo delimitado um fato teima em não perder o tecido da totalidade de que faz parte indissociável”. FRIGOTTO, Gaudêncio. Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *Ideação*: Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste, n. 10, vol.1, 2008. p. 44. Disponível em: <https://cutt.ly/ScLD7aS> Acesso: 08 abr. 2021.

constante, a releitura atenciosa e crítica do material empírico disponível para a sua perfeita configuração e para a abertura de diversas formas de interpretação de um mesmo acontecimento histórico. Seria possível que a história, assim sendo, se aproximasse epistemologicamente de outros campos de conhecimento.

O historiador, no processo de disciplinarização do seu *métier* e no estabelecimento de formas de reconhecimento social para a sua prática e para o seu saber produzido, se via impelido, via de regra, a importar recursos teórico-metodológicos, para não falarmos de temas e de objetos, que em tese eram reconhecidos como de outros campos. Esses saberes, que também se esforçavam para criarem as suas identidades disciplinares próprias, multiplicavam-se: *paleografia, estatística, economia política, etnografia, sociologia, geografia, arqueologia, biologia, direito*, entre outros. Não era incomum falar em “saberes auxiliares” da história, o que podia levar, é bem verdade, a uma hierarquização das modalidades de conhecimento disponíveis. Alguns desses saberes, em via inversa, só se estabeleciam como tais em função da própria existência da história. Já outros almejavam a cientificização e a independência epistêmica. Enquanto que não poucos só existiam no formato de fusão disciplinar, mesmo tendo as suas identidades resguardadas.

Joaquim Xavier da Silveira Junior acredita no caráter científico da história, sendo no seu entender “uma das mais modernas criações do espírito humano”. Para tanto, ela tem sistematizado material empírico lentamente através de gerações de estudiosos, e seus resultados são provenientes do consórcio com outros saberes também em formação, que para ele são: a *cosmologia*, a *geologia*, a *geografia*, a *paleontologia*, a *antropologia*, a *etnografia*, a *filologia*, a *estatística* e a *psicologia*. Através do atravessamento desses saberes os estudos sobre os caminhos dos sujeitos no mundo da vida se complexificam, na medida em que todos esses paradigmas em conexão abrem margem para a ampliação da noção de tempo histórico e para uma abordagem pluricausal dos acontecimentos.⁷⁷⁹

Assim, a tarefa do historiador apresenta-se naquele momento enquanto uma das mais complexas em termos de experiência intelectual se acompanharmos os juízos de Alfredo de Carvalho, posto que ela exige uma “soma extraordinária de conhecimentos” que parece “ultrapassar os limites da inteligência e da vida de um homem”.⁷⁸⁰ Era verdade que os sócios do Instituto intentavam diversificar o foco das suas preocupações, afastando-se de uma perspectiva político-factual, mesmo que essa dimensão ainda fosse considerada fundamental.

⁷⁷⁹ JUNIOR, Discurso... op. cit., p. 646.

⁷⁸⁰ CARVALHO, Discurso... op. cit., p. 732.

O mais acertado é dizer que ocorreu uma ampliação da noção de política, e não o seu abandono. Dentro ou fora da esfera política o que se esperava do historiador na República, e o IHGB era a instância de saber-poder mais proeminente para se requerer tais demandas, era a abordagem de segmentos múltiplos daquilo que formava o humano em perspectiva temporal. Isso levava, sob o controle metódico, marca distintiva da operação historiográfica por eles alinhavada, a história a elevar-se à complexidade⁷⁸¹ e, paralelamente, a evitar as grandes conjecturas que deformavam os fatos históricos, tendo como exemplo as filosofias da história. Tristão de Alencar Araripe aponta o seguinte:

O historiador, que apresentar-nos apenas o lado político e o lado guerreiro do povo, e deixar nas sombras o lado dos costumes e o lado da indústria, deixa-nos incompleta a notícia, e força-nos às probabilidades da conjectura para crer, que esse povo nem curou dos bons costumes, nem honrou o trabalho, quando representa-nos os seus males e a sua precipitada decadência.⁷⁸²

Nesse sentido, Pedro Lessa, ao falar das temáticas e dos objetos estudados pelos historiadores clássicos, que em sua opinião possuem pouco alcance analítico, posto que muito focados em feitos bélicos e ações de políticos, deixa claro que se deve avançar em direção da análise das múltiplas problemáticas que cercam um dado fato ou situação:

(...) a indústria, o comércio, os costumes domésticos, a religião, a ciência, as letras, as artes liberais e mecânicas, sobre todos aqueles fatos estudados hoje pelos historiadores, como o conteúdo principal da história.⁷⁸³

Para Olegário Herculano de Aquino e Castro, a história não é uma “simples ciência de datas”, ou dedução cronológica de fatos mais ou menos importantes que se desdobram no percorrer da temporalidade. Não é a exposição da “escola descritiva de Barante e de Lingard”, que se limita puramente à narração dos fatos, sem pretender “moralizá-los” ou “julgá-los”. Não é a falsa concepção da “escola fatalista”, que se ocupa com a ideia de que os sujeitos pouca ou nenhuma influência exercem sobre a direção dos fatos e das opiniões. A história é, ao contrário, o estudo sério, profundo e refletido. A análise esclarecida feita por meio da crítica severa e judiciosa com exata e fundamentada apreciação das suas múltiplas causas e seus respectivos

⁷⁸¹ Julio César de Oliveira Vellozo e Paulo Teixeira Iumatti constatarem haver entre os intelectuais desse contexto a “consciência de que o conhecimento de alguma forma lida não só com simplificações, mas principalmente com complexidades. Malgrado predominasse a noção de que a ciência vinha para simplificar o complexo, a estupefação diante da imensidão da natureza e a dificuldade na detecção de regularidades nas relações de causalidade no âmbito dos fatos humanos são alguns temas constantes na obra e na trajetória de Euclides da Cunha, Alfredo D’Escagnole Taunay e Oliveira Vianna – para mencionar apenas alguns nomes”. IUMATTI, Paulo Teixeira; VELLOZO, Julio César de Oliveira. *Conhecimento...* op. cit., p. 33.

⁷⁸² ARARIPE, Indicações... op. cit., p. 271.

⁷⁸³ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 211.

efeitos - em sua íntima relação com o passado, direta ligação com presente e imediato impacto sobre o futuro.⁷⁸⁴ É um estudo que para elevar-se conceitualmente demanda, portanto, a interdisciplinaridade.

Olegário Herculano acusa que junto ao desenvolvimento das ideias e dos fatos, entre ordem intelectual e ordem real, a história necessita da luz da *filosofia*, do *direito*, da *política*, da *administração*, das *ciências* e das *artes*. De toda atividade intelectual, de tudo que consiste na obra de consciência e de verdade, de reparação e de justiça, a que se se tem dedicado desde remotos tempos Heródoto, Homero, Tucídides, Xenofonte, Tito Lívio, Herder, Hume, Macaulay, Thierry, Michelet, Thiers, Alexandre Herculano, Cantù, etc.

Um dos aspectos prescritos por Oliveira Vianna que se coaduna à sua ideia geral de história e de historiografia diz respeito ao movimento pluricausal envolvido na emergência dos acontecimentos históricos. Os modernos historiadores possuem cada vez mais a consciência de que os fenômenos históricos não estão, em primeiro lugar, enredados em uma cadeia evolutiva e de feições progressistas; e, segundo, que não são resultados de uma mecânica causal, em que determinado elemento do passado é explicado por intermédio de um olhar que o localiza entre um natural antes e depois, sendo que os efeitos, da mesma forma como que as causas, para Vianna, também se modulam de maneira imprevisível. O estudioso de Saquarema estava, então, no limar do pós-evolucionismo. Segundo as suas palavras: os fenômenos históricos são

(...) extremamente complexos, resultantes, que são, da colaboração de uma infinidade de causas, tão variados e múltiplos que, embora utilizando as luzes de todas as ciências, e aparelhada com incontáveis métodos de pesquisa e crítica histórica não consegue discernir senão uma certa parte deles, que nem sempre, aliás, é a maior parte.⁷⁸⁵

O seu parecer era inequívoco e através da leitura das prescrições do filósofo francês Henri Berr, que no mesmo período deparava-se com problemas epistêmicos parelhos em França, articulava-se a seguinte normatização epistêmica: a complexidade⁷⁸⁶ fenomênica implicava, necessariamente, a diversidade do saber. E Vianna disponibilizou uma metáfora elucidativa que sintetizava esse percurso intelectual prescrito: o historiador possuía, em sua concepção, as virtudes e as habilidades epistêmicas próprias do *enciclopedismo de Aristóteles*. Isso tudo trazia consequências diretas para a elaboração do saber histórico, na medida em que

⁷⁸⁴ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 428.

⁷⁸⁵ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 439.

⁷⁸⁶ A história tende a tornar-se, após a superação dos modelos evolucionistas e mecanicistas, a “ciência da complexidade”. Cf. BURGUIÈRE, André. Da história evolucionista à história complexa. In: MORIN, Edgar. *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

as sínteses históricas, tomando como ponto de partida as resoluções teóricas elucidadas, só podem ter condições de existência caso se efetive um espaço de trabalho coletivo, assim como os membros do IHGB fizeram desde a sua fundação e Berr em torno do seu projeto editorial e intelectual em França.⁷⁸⁷

Mas esse esforço intelectual não significava tão somente um olhar institucional sobre o conhecimento histórico, porém toda uma forma específica de concebê-lo e de elaborá-lo. De acordo com as proposições do novo sócio Oliveira Vianna, todas as ciências concorrem para a consecução dessa tarefa intelectual porque as determinantes que acompanham o desenvolvimento das sociedades realizam-se a partir do prisma da multiplicidade, ou seja, há a impossibilidade de serem classificados e compreendidos sem o suporte epistêmico de todos os sistemas de conhecimento disponíveis. Para Oliveira Vianna, isso equivale a “dizer que o mais simples fenômeno histórico exige para a sua exata compreensão os subsídios de todas as ciências naturais, de todas as ciências antropológicas, de todas as ciências sociais”.⁷⁸⁸ Mas em se tratando de abordagens históricas, salienta Vianna, preocupadas com a caracterização social do humano no tempo, o mais adequado é a aproximação com essas ciências, na medida em que não é possível desenvolver uma interpretação razoável acerca do passado sem o concurso dos seus métodos, dos seus questionamentos e dos seus dados objetivos.

Saberes auxiliares: do subsídio técnico de análise à razão filosófica

Encontramos até mesmo raízes antiquárias nos subsídios técnicos de análise observados no IHGB republicano. Julio Meili, por exemplo, estudou a história do Brasil através da antiga ciência auxiliar chamada de numismática. No entanto, essa dimensão do saber histórico não era concebida, naquele contexto epistêmico-historiográfico, como um estudo do objeto por ele mesmo. Ele mostrava-se como instância passível de crítica e de comprovação informacional visando um fim específico, qual seja, o conhecimento da história do Brasil. Essa atestação pode ser averiguada nesta passagem:

As 25 medalhas de diversos metais, constantes na lista junta, todas referentes ao Brasil e que, a julgar pelo catálogo publicano no volume 49 da *Revista*, não

⁷⁸⁷ De acordo com Henri Berr, “existiria um fundo histórico que permearia um necessário diálogo que pudesse fazer frente ao pecado do ‘especialismo’, no qual a prática desses saberes se dava de forma isolada, feita por indivíduos que se recusavam a admitir possibilidades de aproximações teóricas e/ou metodológicas entre os campos disciplinares”. BENTO, Luiz Carlos; BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira. A Revue de synthèse historique. Interdisciplinaridade e epistemologia nos estudos históricos franceses. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (orgs.). As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 279.

⁷⁸⁸ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 439.

são ainda representadas no medalheiro do Instituto. Cópias, impressas em folhas, peço licença para deduzir algumas palavras, visto nelas figurarem os Brasões de suas províncias, assunto interessante que já por vezes foi tratado na *Revista*.⁷⁸⁹

Demonstra-se, então, que a crítica metódica perpassa esses resíduos da atividade antiquária⁷⁹⁰ que formam a numismática moderna. A dúvida metódica, interna e externamente, subsidiava essas habilidades, em princípio, colecionistas:

A outra cópia é a de uma medalha que se acha na coleção e é prêmio da exposição provincial da Bahia no ano de 1872. Parece que quem desenhou e gravou as armas que figuram no centro da medalha, isto é, uma pomba com um ramo de oliveira no bico não foi grande artista, entretanto, como este trabalho foi provavelmente feito na Bahia mesmo, ele pode servir de comparação. A posição da pomba difere inteiramente da que se vê na medalha comemorativa da Restauração da Irmandade de São Francisco Xavier, na Bahia em 1855, por ocasião da epidemia de cólera.⁷⁹¹

A linguística aparecia, também, como um saber auxiliar da história. Para Mario Castelo Branco Barreto, ela deixa de ser uma arte e modernamente apresenta-se com uma roupagem científica. É a ciência da linguagem.⁷⁹² Ela não está, em uma perspectiva contemporânea, mais à serviço do estudo das línguas mortas ou à serviço da exegese cristã. Ela investiga os “restos”, concebidos como vestígios, indícios ou evidências, dos povos nos mais diversificados extratos de tempo, por isso sendo de grande utilidade para a história.⁷⁹³ São “restos” que nos “davam a conhecer as variadas manifestações do engenho e da beleza de toda a humanidade, não já num só canto da Grécia”.⁷⁹⁴

A linguística tinha a seu favor, e ela oferecia essa disposição epistêmica à pesquisa histórica, o suporte da filologia e da gramática histórica. A partir desse movimento disciplinar próprio da linguística, a filologia esquadrihava a literatura e os monumentos dos povos

⁷⁸⁹ MEILI, Julio. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, p. 223.

⁷⁹⁰ Arnaldo Momigliano faz uma história do antiquariato em que se verifica os momentos de silenciamento e de entusiasmo com essa prática entre aqueles que se dedicam ao estudo da história. Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

⁷⁹¹ MEILI, Discurso... op. cit., p. 294.

⁷⁹² BARRETO, Mario Castelo Branco. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 90, parte II, 1921, p. 813.

⁷⁹³ José Borges Neto nomina essa perspectiva, originária do século XIX, de “opção histórica”: “como seu nome indica, concentra sua atenção no caráter histórico dos fenômenos linguísticos. Nessa perspectiva, a questão da variação linguística, no tempo e no espaço, passa a ser o objeto de estudos. Isso significa, entre outras coisas, que se abandona a ideia de que a tarefa da linguística é identificar uma essência da língua, mas se reconhece que as línguas, como todo fenômeno humano e social, mudam historicamente e que, portanto, a tarefa de quem quer que seja no estudo objetivo da linguagem é descrever mudanças e descobrir as leis subjacentes a elas”. BORGES NETO, José. *Ensaios da filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004, p. 51.

⁷⁹⁴ BARRETO, Discurso... op. cit., p. 815.

passados, sendo, então, de grande valia à história. O intento do filólogo⁷⁹⁵, em consonância com a linguística, era “fazer reviver as antigas civilizações”⁷⁹⁶. Para Barreto, os fundadores da linguística são Leibniz, Hervás e Humboldt, que concebem a filologia e a gramática histórica como métodos porque “acreditaram que no seu estudo achariam a solução dos mais intrincados e interessantes problemas de psicologia, etnologia e de história”.⁷⁹⁷ Pelo estudo da linguagem se tem um conhecimento integral do ser humano no tempo. Aqui há a aproximação dessas ciências, que são vistas como constituintes da esfera de atuação interpretativa da historiografia.

A ciência da linguagem, ou linguística, convém ao historiador em razão de fazer “conhecer o espírito e a civilização dos povos, para aprender melhor a língua que lhe há de servir de instrumento nas suas investigações próprias”.⁷⁹⁸ Mesmo com a sua base científica assentada a linguística se mostrava como instrumento disciplinar para o historiador, sendo uma das suas ciências auxiliares. O linguista promovia o estudo de todas as línguas. O uso da linguística criava um circuito interdisciplinar de análise para dar conta da investigação da complexidade do real. Sendo que nesses trânsitos epistêmicos encontrava-se, também, a filologia, a gramática histórica, a numismática, a crítica e a arqueologia. Eram todas elas, no limite, ciências auxiliares da história. Em suas palavras:

Das mais diversas maneiras se desganharam em ramos especiais da ciência filológica e numismática, a crítica, a arqueológica, etc... pois semelhantes disciplinas, por mais que se alarguem, sempre ficarão como ajudadoras do filólogo e do historiador, sempre serão ciências auxiliares (...).⁷⁹⁹

Já o padre Belarmino considerava o estudo das populações pré-colombianas vantajoso cientificamente, significando o primeiro passo temático da síntese. A disciplina que se ocupa com esses assuntos era a paleontologia, preocupada com os fósseis. Em suas palavras, que referendam a sua importância, “nada, porém, se pode adiantar ao muito que se tem escrito sobre estas questões, que continuam enigmáticas, porque são provas bastante claras que asseguram a

⁷⁹⁵ “Essa foi uma filologia que ganhou sólido prestígio tanto na universidade como fora dela e, mais importante ainda, conseguiu que os seus princípios se convertessem numa doutrina crescentemente popular, com um impacto que prolongou até hoje. Vou isolar só um desses princípios, provavelmente o grande responsável pela larga recepção das abordagens filológicas oitocentistas: segundo elas, as línguas traduziam os espíritos das nações”. MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. In: ALVES, Fernanda Mota (et al.). *Filologia, Memória e Esquecimento*. Lisboa: Húmus, 2010, p. 356.

⁷⁹⁶ BARRETO, Discurso... op. cit., p. 816.

⁷⁹⁷ Idem, p. 816.

⁷⁹⁸ Ibidem, p. 816.

⁷⁹⁹ Ibidem, p. 817.

origem daquelas tribos e daquela civilização”.⁸⁰⁰ O estudo dos fósseis era requerido pela história,⁸⁰¹ que se outorgava como estudo evidencial.

Um caso interessante que podemos destacar nesses trânsitos disciplinares e nessas trocas de subsídios técnicos de análise a que está sujeito o conhecimento do historiador é o da oceanografia, apresentado por Antônio Coutinho Gomes Pereira em sua posse no ano de 1910. Para o militar, os métodos da história melhoram “desde Vico, e vão se tornando mais racionais, mais positivos. As ciências que a auxiliam progridem também”.⁸⁰² Ele cita o auxílio da geologia, da arqueologia e da etnografia, com as quais o historiador “procura penetrar nas trevas que envolvem a pré-história”.⁸⁰³ A oceanografia vinha, então, suprir a deficiência das análises históricas que não levavam em consideração a importância dos mares na formação dos povos, ao mesmo tempo em que ela definia os seus interesses e delimitava a sua identidade disciplinar. As suas fronteiras epistêmico-disciplinares mostravam-se porosas: desde recurso ao conhecimento histórico, sendo método de análise para o historiador conhecer a dinâmica marítima, tanto física quanto ecologicamente; chegando até um saber que ofertava novas fontes e uma nova profundidade temporal à compreensão da experiência, passando, assim, ao diálogo com a antropologia no sentido de apontar os vestígios das migrações humanas; oferecendo novas fontes e vestígios para a paleontologia, “trazendo do fundo do mar elementos que confirmam ou invalidam teorias dominantes”; subsidiando a geografia, “estudando essa massa líquida que cobre cerca de três quartas partes do globo”. Isso tudo sem contar a sua contribuição para meteorologia, para a zoologia e para a botânica.⁸⁰⁴ Duas alusões a esses trânsitos disciplinares são exemplares:

Com os conhecimentos que já possuímos, penso, podemos acreditar na vinda do homem asiático pela contracorrente equatorial, que parte da Ásia e vem paralelamente ao equador em direção à América Central, e, antes de atingir a costa bifurca-se – um ramo segue para o México e o outro passa pelo norte do

⁸⁰⁰ BELARMINO, Discurso... op. cit., p. 288.

⁸⁰¹ Sobre esse tema ver FARIA, Frederico Felipe de Almeida. Georges Cuvier e a instauração da paleontologia como ciência. Tese (Doutorado em História – Programa de Pós-graduação interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94047> Acesso: 03 dez. 2020.

⁸⁰² PEREIRA, Discurso... op. cit., p 522-523.

⁸⁰³ Idem, p 522.

⁸⁰⁴ Ibidem, p 521-528. Os estudos de Maria Margaret Lopes revelam que na passagem para o século XX os oceanos tornam-se objeto de análise de diferentes disciplinas e estudiosos: “As coleções de organismos marinhos e amostras de águas, sedimentos e fósseis dos diferentes ambientes geológicos dos mares, dragadas por instrumentos que se aperfeiçoavam nas expedições e pesquisas da transição do século, reuniram dados empíricos, que de pontuais e esporádicos passaram a demandar observações coordenadas em todos os oceanos”. LOPES, Maria Margaret. Investigar oceanos, explorar terrenos historiográficos. *Revista Maracanan*, n. 13, 2015, p. 17-18. Disponível em: <https://cutt.ly/ucLMQYM> Acesso: 08 abr. 2021.

Pará; precisamente nesses dois países, mais do que nos outros, tem sido encontrados vestígios das civilizações asiáticas.⁸⁰⁵

Por muito tempo aceitei as ideias em voga entre os poligenistas e já estava mesmo conformado com os ascendentes símios, quando uma visita à Ásia modificou a minha orientação. Lá, eu senti que estava no berço da humanidade. A densidade daquela massa amarela impressionou-me vivamente.⁸⁰⁶

Enquanto isso, Tristão de Alencar Araripe argumentava sobre os usos das estatísticas na captação de dados sociais que traziam grande ganho empírico para a escrita de história. O uso desse recurso, caro ao positivismo, deixava a disciplina apta a perquirir diversas facetas que compunham uma dada totalidade social, apresentando um método isento de parcialidade:

(...) temos a estatística, que os antigos ignoravam, porque não faziam do estudo complexo, e confrontação dos fatos sociais essa nova ciência, que tão luminoso auxílio presta ao historiador. A boa estatística é, para assim dizer, a mais completa e perfeita história de um país; porquanto ela não é se não a exibição dos fatos resultantes da atividade de um povo em todas as suas manifestações, sem o enredo do drama, e sem o interesse das reflexões do escritor.⁸⁰⁷

Em suma, para a consecução de um programa historiográfico, para a execução da prática do historiador de modo amplo, era necessária “uma soma enciclopédica de noções gerais”, aliada ao “conhecimento perfeito da arte”, que, grosso modo, era o exato conhecimento do *métier*, só possível a partir do momento em que o sujeito cognoscente passava a estar inserido em uma comunidade epistêmica. Assim, a história aproximava-se da filosofia em sua busca pelo sentido racional das coisas do mundo e das faculdades humanas. Em busca do sentido explicativo racional da experiência que a história se aliava à filosofia: “É, sobretudo, a filosofia, a ciência das ciências, que deve ser o farol que há de iluminar a História, como outrora havia sido a religião”.⁸⁰⁸ Para alguns sócios, a razão filosófica orientava todos os saberes, tornando os subsídios técnicos de análise, as ciências auxiliares, aptos hermeneuticamente a confrontar investigativamente os *corpus* de fontes a que o historiador seleciona para a análise. Porém, como será discutido, essa perspectiva teórica será atualizada pelo saber de matriz sociológica.

Um saber histórico e geográfico

⁸⁰⁵ PEREIRA, Discurso... op. cit., p. 523.

⁸⁰⁶ Idem, p. 523-524.

⁸⁰⁷ ARARIPE, Indicações... op. cit., p. 267.

⁸⁰⁸ TAVARES, Discurso... op. cit., p. 495.

A *geografia* aparecia como uma das disciplinas que entravam em contato epistêmico com a história. Não custa lembrar que a preocupação com a geografia chamava a atenção dos agremiados desde o momento de fundação do Instituto, sendo estabelecido nos seus primeiros estatutos o privilégio do seu estudo em paralelo com o da história. A sua importância estava ligada ao estabelecimento de uma possível unificação identitária do território nacional, sem contar que ninguém duvidava que os eventos históricos se desenvolviam no tempo e no espaço⁸⁰⁹; daí o uso elevado de fontes de natureza cartográfica e corográfica na construção das formas historiográficas disponíveis. Os relatos de viagem abundavam, por exemplo, nas páginas da *RIHGB*. Vista como um conhecimento estratégico, inclusive para a resolução de impasses de fronteira, a geografia abria espaço para a ação política e para a organização da vida nacional. A historicização da experiência histórica nacional dependia inevitavelmente do conhecimento das especificidades do território, bem como da relação, muitas das quais simbióticas, do homem brasileiro com o meio. O saber geográfico tornava visível, ademais, aos leitores das narrativas historiográficas dos sócios do Instituto regiões do Brasil até então desconhecidas. Gastão Rush afirma, em seu discurso de posse proferido em 1907, que mesmo não sendo necessário encarecer o valor da história e da geografia é urgente o “consórcio íntimo dessas duas ciências na difícil empresa de escrever a história de um povo”.⁸¹⁰ É a geografia a responsável pelo âmbito da visualidade própria da história.⁸¹¹

Rush, em um jogo entre antigos e modernos, recorre ao poder da autópsia, saber advindo da visão, e da exemplaridade do passado, a partir da obra de Tucídides, com o fito de justificar o consórcio entre história e geografia. Para ele, o estudo da história adquire uma valoração ainda maior caso seja acompanhado da

(...) determinação exata do meio em que tais fatos se desenvolveram, esquadrinhando-lhe a constituição, avaliando-lhe os recursos, porque só assim

⁸⁰⁹ José D’Assunção Barros argumenta o seguinte sobre os vetores tempo e espaço na historiografia: “Na verdade, a História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constitui-se-á em espaço social”. BARROS, José D’Assunção. Geografia e história: uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço. *Geografia (Londrina)*, vol. 19, n. 3, 2010, p. 69. Disponível em: <https://cutt.ly/6cLbKpN> Acesso: 08 abr. 2021.

⁸¹⁰ RUSH, Discurso... op. cit., p. 746.

⁸¹¹ Antonio Carlos Robert Moraes salienta que há mais do que “geografia”, mas “geografias”: “A geografia (...) emerge em todas as épocas históricas, pois se refere à relação inelutável dos seres humanos com o meio que os abriga. Pode-se, portanto, dizer que em qualquer período da história e em qualquer sociedade existe uma geografia (material e discursiva) que compõe parte da cultura de cada grupo social e de cada civilização. A variedade destas geografias é inerente à variedade de culturas existentes na história humana”. MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, história e história da geografia. *Terra Brasilis*, n. 2, 2000, p. 2. Disponível em: <https://cutt.ly/CcL4BYu> Acesso: 08 abr. 2021.

é que os sucessos históricos a que aludimos atingirão sua indispensável clareza.⁸¹²

O novo sócio almeja a abertura epistêmica entre história e geografia, que conjugadas se expandem cientificamente – uma respaldando a outra em termos de legitimidade do saber.

Para Artur Orlando, a história também não pode ser dissociada do campo da geografia. É a geografia que oferece, em seu entender, as condições de percepção da historicidade dos sujeitos no tempo. Suas reflexões são devedoras do monismo de Haeckel⁸¹³, levando-o a crer que a realidade fenomênica é constituída por um fundamento único, em que a multiplicidade dos seres se apresenta redutível, no limite, a uma unidade e essência. Daí que o homem e o universo do natural convivem em um estado de simbiose criadora, havendo, então, o consórcio e a interdisciplinaridade entre história e geografia:

A história tem seu arcabouço na geografia em sua mais larga acepção, no sentido não somente de descrição pitoresca da superfície da terra, das montanhas que se elevam tantos metros acima do mar, ou dos rios que correm tantas léguas de extensão, mas ainda do estatuto de geóide em relação à natureza do clima, a riqueza do solo, ao aspecto da flora, a variedade da fauna, ao temperamento da população dos diversos povos.⁸¹⁴

A geografia possui, segundo Artur Orlando, tanto valor científico quanto importância social, pois coloca em evidência para os estudiosos a relação estreita existente entre o desenvolvimento de um país e o seu território e paisagem identitária.

Não é um estudo nominativo e laudatório de geografia, argumenta Afrânio Peixoto, que se almeja nessa *episteme* específica, porém, abordagens geográficas de valoração científica. Exemplos: é a geografia descritiva de Verenius, como também a naturalista de Humboldt, a generalista-interpretativa de Ritter, a comparativa de Perchet, a humana de Ratzel, que observam as interdependências entre a região e o plano do imaginário social. Elas dão valor à combinação entre natureza do solo, clima, vegetação e às constituições histórico-sociais do humano, em que se compara e se explica. A geografia nova é aquela de Suess, de Lapparent, de Vidal de La Blache, de Guyot, de Wagner, de Dubois, de Brunhes e de Martonne. “O livro d’*Os Sertões*, de Euclides da Cunha, é monografia, em grande estilo, dessa nova geografia”.⁸¹⁵

⁸¹² RUSH, Discurso... op. cit., p. 747.

⁸¹³ A seguir uma caracterização sobre o monismo haeckelista: “O monismo de Haeckel pretendeu ser um sistema filosófico ‘mecanicista ou panteísta’, expressando a ‘concepção unitária da natureza inteira [e] a convicção de que um espírito está em tudo e que todo o mundo conhecido existe e se desenvolve por uma lei fundamental comum’ e indistinta, no tocante à natureza orgânica e inorgânica”. DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências do Brasil* (o futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer). Tese (Doutorado em Sociologia) – Pós-graduação em sociologia, UNICAMP, 2007, p. 194-195. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281054> Acesso: 03 dez. 2020.

⁸¹⁴ SILVA, Discurso... op. cit., p. 754.

⁸¹⁵ PEIXOTO, Discurso... op. cit., p. 508.

Arrojado Lisboa, Alberto Rangel e Gastão Rush são outros exemplos de estudiosos que se valem dos estudos de uma “geografia modernista”. *Rondônia*, de Roquette-Pinto, é outra fonte de análise.⁸¹⁶ Assim como a história conservava o passado, a geografia preparava o presente da pátria.⁸¹⁷ Buscava-se um saber, em síntese, que fosse histórico-geográfico.⁸¹⁸

Afrânio Peixoto assinala, por esse turno, que na geografia localizam-se os problemas e as dúvidas humanas. É a habilidade observacional dela que sustenta as interpretações históricas. Ela educa os sujeitos em diversos sentidos, sendo os mais destacados aqueles relacionados a sua relatividade frente à passagem do tempo; mostrando que a sucessão dos eventos na duração é indefinida, bem como deixando o indivíduo ciente da brevidade das suas ações existenciais diante do todo do universo. A geografia faz os agentes sociais conhecerem a fenomenalidade do mundo humano, a sua composição e marcha - a “origem” e a “decrepitude” daquilo que forma o universo humano e inumano.⁸¹⁹

Para o General José Maria Moreira história e geografia são interdependentes. Ambas necessitam uma da outra para a produção do saber. É necessária a interdisciplinaridade entre esses dois polos, posto que os fatos históricos se localizam no tempo e no espaço. A aproximação entre esses saberes é, na argumentação de Moreira, um postulado científico desde Montesquieu, Buckle e Haeckel. “Sem essas duas coordenadas – tempo e espaço, é impossível tracejar a curva de qualquer fenômeno histórico, ainda que essa curva seja dos grandes acontecimentos e dos grandes homens”.⁸²⁰ Como se podia perceber um conjunto de imagens que se sucediam sem um quadro ou um meio correspondente? Não havia história sem geografia,

⁸¹⁶ Para uma caracterização da disposição epistêmica da geografia na Primeira República ver MACHADO, Lia Osório. As ideias no lugar. O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil do início do século XX. *Terra Brasilis*, n. 2, pp. 1-14, 2000. Disponível em: <http://redebrasilis.net/TerraBrasilis/TerraBrasilis-2-2.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

⁸¹⁷ Essa percepção a qual a geografia enfrenta problemas do presente é historicizada por Marcelo Werner da Silva: “muitas comunidades acadêmicas de geografia, notadamente do Brasil, parecem ter instalado uma regra informal de que a geografia deve tratar unicamente do presente. Todo e qualquer estudo relacionado ao passado deveria ser relegado à história. Isto, na verdade, parece ter funcionado como uma maneira da geografia garantir um lugar só seu, no amplo espectro das ciências sociais. SILVA, Marcelo Werner da. A geografia e o estudo do passado. *Terra Brasilis*, n. 1, 2012, p. 1. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/246> Acesso: 08 abr. 2021.

⁸¹⁸ O caso francês, descrito por Paul Ricoeur, pode ser útil para compreendermos essa geografia que se quer científica: “Que a geografia constitui, na ordem das ciências humanas, o correspondente exato da história, ainda é dizer pouco. Na França, a geografia começou por antecipar certas conversões metodológicas da história (...). Vidal de La Blache foi, com efeito, o primeiro, antes de Martonne, a reagir contra o positivismo da história historicizante e a valorizar as noções de ‘meio’, ‘modo de vida’, ‘cotidianidade’. Sua ciência é uma geografia no sentido de que seu objeto é, antes de tudo ‘lugares’, ‘paisagens’, ‘efeitos visíveis, na superfície terrestre, dos diversos fenômenos naturais e humanos’”. RICOEUR, Paul. História/epistemologia. In: _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 160.

⁸¹⁹ PEIXOTO, Discurso... op. cit., p.504.

⁸²⁰ MOREIRA, Discurso... op. cit., p. 807.

assim como não havia geografia sem história. Desse movimento interdisciplinar surgia o conhecimento acerca do homem no tempo e no espaço, ou seja, em estado de historicidade.⁸²¹

Mas a geografia estava à serviço da história desde um momento anterior ao estabelecimento do humano em sociedade. A geografia atravessou, em seu entender, todos os estratos de tempo da humanidade, desde aquele chamado de “pré-história, momento anterior ao surgimento do homem”. Nesse caso, sendo sempre um conhecimento que pendeu para a interdisciplinaridade, a geografia também dialogava com a geologia. Mas tudo isso era perpassado pela preocupação com o tempo histórico:

Descei nas camadas do tempo. Deixai correr a era antropozóica. Tendes, diante de vosso espírito, a terra – antes que houvesse acontecido o aparecimento do homem. Há, aí, naturalmente Geografia, que aí existe clima, solo, configuração. Mas, afinal, é geografia sem história. Geografia que ainda não é Geografia!⁸²²

Argumenta Amaro Cavalcanti que na imensidade sinuosa desse labirinto chamado vida humana história e geografia são responsáveis por fundir passado e futuro. A geografia descreve, em última medida, o território em sua grandeza e em seus limites - em suas condições e em seus elementos naturais que afirmam, ou negam, a propriedade atual ou possível dos seus habitantes. Ela é humana: descreve o caráter e os costumes dos habitantes, as suas aptidões físicas e intelectuais, além do grau da sua educação e do seu desenvolvimento. Ela descreve as tendências características do povo, manifestadas nas suas instituições e nos ramos diversos da atividade nacional. Ela nos oferece as estatísticas populacionais para bem conhecermos quem somos, para daí avaliarmos com segurança o que devemos, ou que podemos, extrair de bom e de proveitoso do presente e do futuro.⁸²³ Ela descreve, por fim, a organização e a forma dos governos nacionais, condição indispensável, no entender de Cavalcanti, para que as leis existam e se façam valer; para que a ordem exista e o progresso entre os indivíduos e as classes ocorra.⁸²⁴

Em Amaro Cavalcanti também existe a necessidade do consórcio epistêmico, ou interdisciplinar, entre história e geografia, na medida em que esses dois campos de saber

⁸²¹ De acordo com Reinhart Koselleck, pelos “menos desde Kant e Herder, os historiadores incluem em sua declaração de princípios o fato de trabalharem com tempo e espaço, referindo-se a um espaço histórico e um tempo histórico no horizonte da própria historicidade”. KOSELLECK, Reinhart. Espaço e história. In: _____. *Estratos do tempo*. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 74.

⁸²² MOREIRA, Discurso... op. cit., p. 807.

⁸²³ Sobre as relações entre espaço e tempo como condição para a historiografia, bem como a historicidade do espaço, cabem as seguintes palavras de Reinhart Koselleck: “(...) espaço e tempo representam, como categorias, as condições de possibilidade da história. Mas também o ‘espaço’ tem uma história. O espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente”. KOSELLECK, Espaço... op. cit., p. 77.

⁸²⁴ CAVALCANTI, Discurso... op. cit., p. 411.

constituem, pois, um saber primário: “Sem elas conjugadas nenhum cultor das letras, nenhum homem de ciência, nenhum homem de governo, se pode reputar condigno ou com a precisa capacidade para o completo desempenho de seus deveres e funções, quer se trate da vida pública, quer da vida particular de cada um”.⁸²⁵

Contudo, a interdisciplinaridade não estava adstrita à geografia e à história. Uma ciência auxiliar da geografia, a topografia, também mantinha contatos epistêmicos com a história. O que fortalece a nossa intuição acerca da porosidade e dos trânsitos (inter)disciplinares na Primeira República. Para Gentil de Assis Moura, o topógrafo não está reduzido ao vaticínio de reproduzir as dimensões do relevo e do solo; mas ele representa os caminhos das povoações, nota a vegetação e a área das culturas, orientando o seu trabalho junto ao estudo das condições políticas e sociais inscritas na zona cartografada. Há, também, a necessidade de lidar com o plano próprio da temporalidade. “Ele necessita juntar também as observações que dizem respeito ao passado da terra e ao passado do homem. É a geologia: é a História”.⁸²⁶ Ou seja, um triplo trânsito disciplinar foi acionado por esse agremiado: topografia-história-geologia, todas elas moduladas através do substrato tempo, que fornecia o pano de fundo para a complexidade e para a interdisciplinaridade. Se para a abordagem da terra ele tinha o auxílio do geólogo, armando então a topografia, para o estudo do passado era necessário apegar-se à literatura condizente ao assunto, estudá-la e verificar se existia a concordância entre o fato narrado e a respectiva condição de solo a que ele se referia.

Já Alfredo Valadão aproxima a história e a geografia da arte, mais especificamente da literatura. Isso ocorre pelo fato delas oferecerem o poder de revivência das coisas passadas, de presentificação daquilo que já não é mais, quer dizer, o próprio passado em sua materialidade. De acordo com Valadão:

Entre outros gêneros de estudos a Geografia e a História se revestiram sempre, para mim, dos mais amáveis e férteis atrativos ficcionais. A fim de amenizar o seu caráter didático ou porventura monótono idealizo a primeira como o romance da natureza e a segunda como o romance da civilização. Elas são respectivamente a fotografia e revivência dos aspectos físicos e sociais do planeta. Reclus entende que o fim da Geografia consiste em “reanimar a natureza em volta de nós”; e Michelet deixou esta frase, que se acha gravada no seu jazigo: “A História é uma ressurreição””.⁸²⁷

Os trânsitos disciplinares entre história e geografia são flagrados por Alfredo Valadão. Para esse sócio em específico há uma espécie de desenvolvimento simultâneo entre essas

⁸²⁵ Idem, p. 411.

⁸²⁶ MOURA, Discurso... op. cit., p. 422.

⁸²⁷ VALADÃO, Discurso... op. cit., 540.

esferas de conhecimento, sendo que elas quase que se identificam, o que abre margem, inclusive, para a ideia de antropogeografia de Ratzel. Por um lado, a geografia apresenta a feição mais material. Ela prefere a catalogação e a descrição ativa do em torno visível. Já a história revela, coadunando-se aos anseios geográficos, tendências mais gerais ligadas à passagem do tempo. É, sobretudo, filosófica e enciclopédica. A história há de exprimir a verdade, para isso necessita da geografia para se especializar e situar as ações humanas no tempo; e todo historiador há de ser, nesse processo, forçosamente um erudito, porque, segundo entende Paul Lacombe, sem erudição não há história.⁸²⁸

A antropologia e a busca do Outro da nação

Para Tristão de Alencar Araripe, os historiadores nacionais, em um caminho já aberto por Capistrano de Abreu, devem avançar na pesquisa de temáticas relacionadas à colonização, à mestiçagem e, algo da ordem do dia, à imigração. No que tange aos primeiros momentos da colonização deve-se analisar as linhas de força originárias, quais os povos que aqui se conglomera e se difundem, com especial atenção aos indígenas e as suas instituições. A preocupação com a mestiçagem, e aqui é impossível não recorrermos à antropologia, é recolocada no plano da formação nacional, sendo motivo de cautela no presente por causa do processo de imigração. Não se observa o fenômeno mais através da história filosófica de Von Martius, mas das ciências sociais.

As tentativas de compreender o indígena brasileiro e as suas temporalidades que desafiam a própria noção de tempo histórico estavam presentes entre as preocupações do IHGB desde a fundação, constituindo-se em um verdadeiro problema epistemológico.⁸²⁹ Não foram poucos os homens de letras participantes do grêmio que se aventuraram no estudo do dito “selvagem”: Varnhagen, Gonçalves Dias, Couto de Magalhães, Capistrano de Abreu, para citarmos nomes mais representativos. Comissões foram criadas e trabalhos publicados na

⁸²⁸ Idem, p. 540.

⁸²⁹ Apesar da complexidade do tema, Rodrigo Turin é bastante claro sobre os primeiros movimentos fundacionais da antropologia no Instituto Histórico. Segundo o pesquisador, a produção dos textos etnográficos no IHGB direcionara-se para duas questões principais. “Primeiro, uma busca pela especificidade histórica das populações indígenas. Interessava desvendar quais eram suas origens, seus parentescos, suas divisões, em que estado se encontravam quando da chegada dos portugueses. Todos esses pontos tinham por fim estabelecer um juízo definitivo sobre a questão fundamental: se esses grupos que aqui se encontravam tinham sempre permanecido num “Estado de natureza” ou, ao contrário, eram formas decaídas de civilizações anteriores. Para além da superficialidade do espaço, procurava-se reconstruir a profundidade do tempo. Um segundo problema que norteou os trabalhos etnográficos, decorrente do primeiro, dizia respeito à possibilidade ou não de se “catequizar” a população que ainda habitava o território, e qual seria o melhor método a ser adotado. TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. *Revista de história*, ed. especial, 2010, p. 134. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19141> Acesso: 08 abr. 2021.

Revista. Toda essa movimentação trazia para a cena intelectual a necessidade de se desenvolver um conhecimento próprio, em gestação desde a primeira metade do Oitocentos, apto a desvendar o lugar do indígena na história brasileira. É a partir dessa demanda que encontramos o destaque dado a antropologia. Não custa lembrar que em seu início o IHGB, além de estampar as insígnias de histórico e de geográfico, também apresentava a nomenclatura etnográfico. Além da questão referente ao lugar do “selvagem” na cronologia nacional, e como essa cronologia foi estruturada a partir da sua presença, dispositivos temporais outros são acionados, como aqueles que envolvem as noções de “barbárie”, de “decadência” e de “civilização”.⁸³⁰

Não só a situação do indígena no passado ancestral colocava-se como indagação, mas, igualmente, o seu próprio estado no presente. Uma das maneiras de descrever e de compreender esse elemento étnico era por meio da abordagem linguística. Foram abundantes na Revista os vocabulários indígenas coletados *in loco*. Vê-se, aqui, o trânsito epistêmico entre história, antropologia e linguística.⁸³¹ No limite, as pesquisas antropológicas no IHGB contribuíram para apagar uma série de erros históricos e geográficos, fazendo, ainda, com que os nossos indígenas fossem melhor compreendidos tanto socialmente quanto etnicamente, mesmo havendo, vale ressaltar, uma forte marca colonialista nessas análises. Como vimos, a linguística pode ser uma das modalidades de análise antropológica. Através dos idiomas aborígenes, temporalidades outras eram acessadas, aumentando em grau de complexidade os tempos próprios da nação e o conhecimento da sua cultura por meio das “sobrevivências”. O idioma era uma evidência social que se tornava fonte para o historiador, mas se apresentava, também, como um motivo suficiente para a aproximação com a antropologia, que se valia das sobrevivências para a realização das suas análises. Através de uma fonte em comum organizavam-se trocas epistêmicas importantes para a interpretação do Brasil. Não à toa verificamos inúmeros vocábulos indígenas na *RIHGB*.

⁸³⁰ Rodrigo Turin novamente nos auxilia ao expor a origem, no IHGB, desses conceitos antropológicos: para “a maioria dos sócios do IHGB, a formulação de um discurso etnográfico se dava por meio de um esquema conceitual cuja efetividade estava centrada em sua capacidade de incluir a alteridade indígena, de forma hierarquizada, ao corpo da nação. O par conceitual civilizado/selvagem, tal como usado por esses letrados, restaurava assim a funcionalidade de outra oposição: cristãos/pagãos. O que estava por trás desses conceitos opostos assimétricos, como bem salientou Koselleck, era uma experiência temporal pautada na ideia da conversão. Assim como o pagão representava um cristão em potencial, o selvagem também poderia ser compreendido como um ainda não civilizado”. TURIN, Rodrigo. O “selvagem” entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia história*, vol. 28, n. 48, 2012. p. 784. Disponível em: <https://cutt.ly/gcZnZom> Acesso: 08 abr. 2021.

⁸³¹ Em 1843 Karl von Martius prescreve, e antes dele Varnhagen, o estudo da língua dos aborígenes: “Como documento mais geral e mais significativo deve ser considerada a *língua dos índios*. Pesquisas nesta atualmente tão pouco cultivada esfera não podem jamais ser suficientemente recomendadas, e tanto mais que as línguas americanas cessam de achar-se continuamente em uma certa *fusão*, de sorte que algumas delas estarão extintas”. MATIUS, Karl von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010, p. 68.

Já Silveira Junior vai mais longe que os outros associados elencados. Entre as disciplinas que auxiliam o historiador encontram-se a *linguística*, a *geografia* e a *etnografia*. Pela língua se reconhece a “estirpe de um povo”; pela ambientação geográfica a sua fisionomia social; com a antropologia se reconhece a fixação de “características étnicas” dos homens de uma dada sociedade. Concluindo: a partir das “aptidões” étnicas demanda-se um “intrínseco aparelhamento para as justas de progresso e de humanidade”.⁸³² O que implica, para esse autor especificamente, civilizar os ameríndios através da aculturação.

A consciência interdisciplinar coadunava sem justaposição essas esferas porosas de saber. As pesquisas dessa natureza, mais do que uma demanda indianista romântica, ou um produto proveniente tão somente das descrições da matriz etnográfica, mostrava-se como uma das solicitações ao trabalho heurístico do historiador, posto que elas deixavam em evidência, davam a ver, indícios e provas acerca das origens das diferentes populações indígenas situadas nos trópicos. História e etnografia partilhavam problemas e temas em comum, havendo por parte de ambas a importação de recursos, de métodos e de categorias. A etnografia ampliava a noção de temporalidade histórica, e a ela o historiador recorria para complexificar as suas abordagens sobre a experiência nacional.

Em João Coelho Gomes Ribeiro vemos mais uma vez a demanda para que se aproxime disciplinarmente história e antropologia. Aquela é responsável por alimentar os estudos sobre o considerado “selvagem” por meio de analogias - pela verificação do estado cultural, dos costumes e das suas ideias. Essa perspectiva leva em consideração, em suma, o fundo psicológico e moral da humanidade e, portanto, a sua transformação histórica. Para o sócio, os estudos antropológicos mostram não o símile do “indivíduo primitivo”, mas como esses sujeitos, no correr dos tempos, se tornam decadentes de civilizações mais bem aquinhoadas do passado por diversos processos histórico,⁸³³ tese essa já defendida pelos sócios fundadores.

O estudo da antropologia era capaz, então, de unir o mundo das temporalidades recuadas dos indígenas ao que veio depois, isto é, a colonização cristã. De certo modo, aqui estava a possibilidade do estudo das “permanências” e das “sobrevivências”,⁸³⁴ como também das “mutações”, isso em se falando de balizas temporais de longa duração:

⁸³² JUNIOR, Discurso. op. cit., p. 649.

⁸³³ RIBEIRO, Discurso... op. cit., p. 644.

⁸³⁴ Uma fonte para a categoria “sobrevivência”, que passa a permear o estoque lexical do campo da antropologia a partir da Primeira República, é Edward Burnett Tylor e o seu livro *Primitive Culture* (1871). Todavia, mesmo que não haja evidências de uma recepção direta da obra de Tylor no Brasil, ao menos entre os sócios do IHGB das primeiras décadas republicanas, ela traz um possível entendimento acerca da categoria “sobrevivência”. O autor busca examinar a “evolução da cultura” através da análise das sobrevivências culturais de povos “primitivos” até a contemporaneidade. A partir das sobrevivências Tylor acredita ter a chance de se inserir em um conjunto cultural

No entanto é nesse manancial que cumpro haurir, os necessários conhecimentos para decifrar os enigmas da nossa etnografia, completar a história do Brasil anti-cabraliano, fixar as noções de nossa geografia, e apanhar o laço de sobrevivência que une o povo Tupã à família cristã, que convertem o Pindorama dos Brasis em terra da Santa Cruz.⁸³⁵

Já a dimensão antropológica envolvida no processo de formação do sertanejo⁸³⁶, novo símbolo da nacionalidade brasileira na Primeira República, assim é desenvolvida pelo renomado antropólogo Roquette-Pinto:

Certo ele representa um elemento transitório; ele se transformará à custa da massa europeia, que há de ir aumentando sempre pelas contingências de leis naturais indubitáveis. Mas, é preciso que essa transformação seja dirigida de modo a não prejudicar a alma brasileira, de que os sertanejos são hoje os mais fiéis depositários⁸³⁷

Roquette-Pinto assevera que o sertanejo tem sido, mesmo para os mais renomados analistas, um assunto episódico, de natureza regional, visto, por exemplo, em Alfredo Taunay e em Euclides da Cunha. Considera-se que a observação comparativa e estatística dos seus caracteres psíquicos, étnicos e somáticos ainda está em falta no campo de estudos antropológicos, sendo esse um fator determinante que evidencia a que ponto se atinge a formação da “raça brasileira” que se vê esboçada no sertão.⁸³⁸ A conjugação dos estudos antropológicos com os folclóricos se faz necessária. Assim sendo, “a etnografia do Brasil, mais que a sua História, está no período da análise trabalhosa e inglória. Amontoamos material para o futuro. Poucas generalizações resistem a uma crítica cerrada”.⁸³⁹

História e ciências sociais

Augusto Olímpio Viveiros de Castro demonstrou, em sua fala no IHGB, os trânsitos epistêmicos entre as ciências sociais e a história. No caso, o estudioso era bacharel em direito, mas isso não o impediu de recorrer ao conhecimento produzido pelos historiadores, porque o

original e reconstruí-lo. Cf. CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, EDUSC, 1999.

⁸³⁵ AGUIAR, José Lourenço da Costa Aguiar (Bispo do Amazonas). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901, p. 287.

⁸³⁶ Acompanhemos o argumento de Vanderlei Sebastião de Souza: “Em sua opinião, a antropologia física e a etnografia não poderiam mais se ater somente ao estudo dos ‘aborígenes’ e da ‘questão da raça negra’, mas também do caboclo sertanejo, que interessaria ainda mais ao Brasil. Era sobre ele que a antropologia do Brasil deveria se debruçar com mais atenção, na medida em que nele se encontrava os “documentos de nossa nacionalidade”. SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro*. Tese (Doutorado em História) – Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011, p. 129. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16337> Acessado em 03 de dez. 2020.

⁸³⁷ PINTO, Discurso... op. cit., p. 592.

⁸³⁸ Idem, p. 593.

⁸³⁹ Ibidem, p. 594.

“jurista deve ser também versado nos estudos históricos”.⁸⁴⁰ Em verdade era uma condição preliminar operar o conhecimento da história disponível para que se pudesse estabelecer a ciência do direito. Compreender o direito no mundo contemporâneo implicava o seu conhecimento no passado, tanto no sentido da averiguação do estado atual da disciplina quanto para entender culturas jurídicas pretéritas, mormente regidas por um ancestral direito consuetudinário.⁸⁴¹ Citando a *Cidade Antiga*, de Fustel de Coulanges, Viveiros de Castro, em uma atitude historicista, demonstra que os fatos e as instituições jurídicas são culturalmente situados. Sem justiça e sem discernimento histórico não se faz possível analisar as instituições passadas, quer dizer, “sem nos transpormos mentalmente ao lugar e ao tempo em que vicejaram, sem levar-se em linha de conta as condições da vida individual e do meio social de então”.⁸⁴² Estudar a história é, portanto, acompanhar a formação do direito, na medida em que somente adentrando ao passado que as verdadeiras, e complexas, causas dos acontecimentos de natureza jurídico-social, até então inexplicáveis devido à sua invisibilidade constituinte, vem à tona. O que está em jogo aqui é, então, a preocupação da história com as instituições sociais, o que demonstra que ela está distanciada da crônica.

O estudo do direito era concebido através do espectro das ciências sociais do tempo. Ele, nesse sentido, passava a ser compreendido como a pesquisa minuciosa das instituições jurídicas, que eram instituições sociais, no tempo. Isso acarretava, inclusive, uma tomada de posição, moderna por excelência, ante a temporalidade: “(...) pois que com a experiência do passado nos garante as lições legislativas para o futuro”.⁸⁴³ Além disso, o direito, dentro dessas correntes modernas das ciências sociais, fugia de atribuições metafísicas, sendo, então, as entidades jurídicas dotadas de historicidade - fatos e indicadores das sociedades de que faziam parte.⁸⁴⁴ Nas palavras de Aníbal Veloso Rebelo: “É que o Direito, no seu valor cósmico, como as instituições que geram e onde ele se desenvolve e modifica, está sujeito, através do tempo e do espaço, à doutrina da evolução”.⁸⁴⁵ As escolas históricas e evolucionistas, de um Saviny ou

⁸⁴⁰ CASTRO, Discurso... op. cit., p. 709.

⁸⁴¹ O jurista Luiz Carlos de Azevedo estabelece as relações entre história e direito em uma perspectiva moderna: “(...) na verdade, se o direito constitui uma expressão inseparável de qualquer meio social; e este direito não se conserva estático, mas se dinamiza e se transforma na medida em que as condições sociais assim exigem; não há como desvincula-lo da realidade histórica, pois é preciso saber como esse direito foi, até ontem, para entendê-lo, hoje, e melhorá-lo, amanhã”. AZEVEDO, Luiz Carlos de. *História do direito, ciência e disciplina*, s/d, p. 134.

⁸⁴² CASTRO, Discurso... op. cit., p. 709.

⁸⁴³ REBELO, Discurso... op. cit., p. 778.

⁸⁴⁴ “A ciência social do direito é aquela que investiga através de métodos e técnicas de pesquisa empírica (isto é, pesquisa baseada na observação controlada dos fatos) o fenômeno social jurídico em correlação com a realidade social”. SOUTO, Cláudio. Interdisciplinaridade: o caso das ciências jurídicas básicas. *Ciência e trópico*, n. 14, vol. 1, 1986, p. 62. Disponível em: <https://cutt.ly/xcZc2OI> Acesso: 08 abr. 2021.

⁸⁴⁵ REBELO, Discurso... op. cit., p. 778

de um Spencer, baseadas no método objetivo, ensinavam que o direito, sendo um fenômeno social e um produto em transformação no tempo, reflete, de algum modo, as condições de civilização e de desenvolvimento dos povos, atendendo-lhes as necessidades correlativas.

Alexandre Herculano é, para o sócio Aníbal Veloso Rebelo, um dos historiadores que se vale do direito como disciplina participativa no estudo da história. Em seu entender, o historiador português “pinta” as tradições da jurisprudência romana mais destacadas em paralelo com as instituições políticas e civis das nações modernas. Já entre outros historiadores contemporâneos há a interdisciplinaridade entre fatores econômicos e jurídicos. Os fatores econômicos são decisivos nas mudanças jurídicas ou na estabilidade dessas instituições específicas. “A História Econômica, por seu lado, nos diz quais são os fenômenos ao seu estudo que nos indicam a razão das transformações jurídicas”.⁸⁴⁶

O IHGB abre-se, em seu percurso republicano, para as ciências sociais. No caso de Liberato Castro Carreira para a economia, ou ciência das finanças. Ele propõe esse tipo de estudo ao grêmio, tendo um trabalho publicado na Revista sobre a história das finanças no Brasil da Colônia à República.⁸⁴⁷ Esse é um fator histórico que ajuda a entender o processo paulatino de independência do país, tanto na Monarquia quanto na República. As fontes que colige e analisa, além de aumentar o escopo do *corpus* comumente tratado pelos historiadores, evidencia novos problemas. É um estudo que tem clara função pública, e que os historiadores devem se atentar. Era uma das primeiras oportunidades em que se falava no IHGB da “ciência econômica”, que requeria o mesmo metodismo, auxiliado por generalizações próprias dessa esfera de saber, dos trabalhos historiográficos *stricto sensu*: passando da ida ao arquivo à consequente escrita da história - não que esse movimento seja escalonado mecanicamente. A economia sugeria a todos(as) brasileiros(as) que havia possibilidade de prosperidade no país, com uma melhor distribuição de renda e, logo, com a melhoria dos serviços públicos básicos. Era um tipo de história, econômica em seu funcionamento, que tinha ressonância pública.⁸⁴⁸

⁸⁴⁶ Idem, p. 779.

⁸⁴⁷ CARREIRA, Liberato Castro. Discurso de posse. RIHGB, tomo LV, parte II, 1892, p. 290.

⁸⁴⁸ CARREIRA, Discurso... op. cit., 292. O ensejo de Liberato Castro Carreira vai ao encontro das preocupações dos economistas clássicos: “Entre os economistas clássicos, já estava presente a preocupação com a qualidade de vida da população, logo, com o desenvolvimento e não apenas com o crescimento econômico. Na verdade tal preocupação pode-se dizer que esteve na origem da Economia. Assim, a problemática central tratada pelos chamados ‘economistas clássicos’ (como por exemplo, Adam Smith, Thomas Robert Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill) era como melhorar as condições de vida da população através de um aumento no acúmulo de riquezas. Entre os economistas clássicos, o meio sociocultural já era considerado como uma variável importante para explicar o crescimento econômico, principalmente em termos de sua estabilidade”. DALLAABRIDA, Valdir Roque. Economia, cultura e desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema. *R&DR*, vol. 7, n. 2, 2011, p. 285. Disponível em: <https://cutt.ly/McLI6D6> Acesso: 08 abr. 2021.

Nesse sentido, configurava-se a interpretação econômica da sociedade, uma vertente de análise social aplicada à história, a qual passava pelos ensinamentos de Karl Marx, Antonio Labriola e Friedrich Engels. O problema dessa análise, no entender de João Coelho Gomes Ribeiro, situa-se no exclusivismo perspectivo (econômico) que ela emprega, não se relacionando interdisciplinarmente com as demais ciências sociais em geral: “Tem ela, porém, a falha visceral do exclusivismo, em seu critério básico de preponderância do fator econômico, em todos os fatos históricos”.⁸⁴⁹ Se requer que a economia como disciplina dialogue com a história e com as ciências sociais no geral. O exclusivismo, ou a perspectiva teórica unitária de interpretação econômica dos fatos históricos, assim é descrito por Ribeiro:

Realmente, aplicada a história pátria tal teoria, vemos que muitos dos seus acontecimentos ela se adapta vitoriosa, como entre outros, às expedições que asseguram o descobrimento, às lutas entre franceses e holandeses, às incursões dos bandeirantes, ao cativo dos índios, às questões com o fisco da metrópole, etc; mas, muitos outros fatos, e aliás, os mais nobres e gloriosos, independem do fator econômico, como móvel preponderante, e, pelo contrário, foram influenciados por causas morais e por vezes abnegadas e puras, como entre outros: a catequese e a defesa dos índios pelos jesuítas, nas primeiras épocas, a nobreza espartana do proceder de Amador Bueno, em São Paulo, a libertação do ventre escravo, a abolição real da escravidão e muitos fatos reais.⁸⁵⁰

A análise econômica nem sempre é soberana no que diz respeito aos atos da vida social. Para o autor, nenhuma interpretação sectária da sociedade pode ser aceita naquele contexto epistêmico. Além “das relações sociais de caráter econômico, muitas outras existem de caráter moral, religioso, jurídico e político, que é mister assinalar”.⁸⁵¹

O interesse pela sociologia no Brasil remonta à década de 1870, sobretudo, através da sua recepção entre os acadêmicos do Recife⁸⁵², e através da grande recepção do positivismo no

⁸⁴⁹ RIBEIRO, Discurso... op. cit., p. 642.

⁸⁵⁰ Idem, p. 643.

⁸⁵¹ Ibidem, p. 643.

⁸⁵² O clássico estudo de Antonio Candido sobre a sociologia no Brasil estabelece as ligações entre esse saber e os juristas brasileiros do último quartel do século XIX, especialmente aqueles oriundos da chamada *Escola de Recife*: “Coube aos juristas o papel social dominante no Brasil oitocentista, dadas as tarefas fundamentais de definir um Estado moderno e interpretar as relações entre a vida econômica e a estrutura política. Foi a fase de elaboração das nossas leis, aquisição das técnicas parlamentares, definição das condutas administrativas. O jurista foi o intérprete por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo e sobre a qual estendeu o seu prestígio e maneira de ver as coisas. Mas como as teorias dominantes na segunda metade do século se achavam marcadas pelo surto científico de então, notadamente a Biologia, que saiu dos laboratórios para se divulgar de maneira triunfante, os juristas mergulharam na fraseologia científica e se aproximaram, neste terreno, dos seus pares menos aquinhoados, médicos e engenheiros, que com eles formavam a tríade dominante da inteligência brasileira. Vemos então, na Sociologia, os juristas inaugurarem uma orientação científicista – como se dizia – que contou desde logo com a cooperação de engenheiros e sobretudo médicos”. CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. *Tempo social*, vol. 18, n. 1, 2006, p. 272. Disponível em: <https://cutt.ly/ZcLRYMV> Acesso: 08 abr. 2021.

Brasil. Alguns a consideravam a disciplina que substituiria as filosofias da história iluministas, como Pedro Lessa. A sua relação com a história era bastante ambígua no ambiente intelectual brasileiro. Havia uma disputa por territórios epistêmicos. Por vezes sendo vista como disciplina auxiliar da história, situada no penúltimo estágio da operação historiográfica, aquele que conferia sentido explicativo aos fatos históricos por meio das suas generalizações e das suas leis, por outras era a história que assumia o posto de sua ciência auxiliar, subsidiando os fatos bem averiguados; havia, ainda, uma terceira via, aquela que situava as duas disciplinas coadunadas e indissociáveis. Como notam bem Mateus Henrique de Faria Pereira e Pedro Afonso Cristovão dos Santos: a sociologia era o “Outro” da história em seu processo de disciplinarização.⁸⁵³ Pedro Lessa em suas *Reflexões sobre o conceito da história* deixa algumas indicações acerca dessa contenda: “a história contém os fatos, cuja comparação nos leva às induções da sociologia e das ciências sociais particulares”.⁸⁵⁴

Dessa maneira, a sociologia, que passava a adquirir prestígio entre os nossos letrados e letradas, independente da sua matriz teórica de origem, e mesmo que as suas delimitações disciplinares apresentassem graus de variabilidade maior do que a história em sua recepção no Brasil, estava em condições de proporcionar a etapa explicativa à operação historiográfica. Isso demonstrava, em última instância, a consciência crescente de que os fatos históricos, mais do que bem averiguados e vistos pelo olhar da justiça e da imparcialidade, despidos, pois, dos elementos da imaginação e da fantasia, algo resolvido pelo método crítico, necessitavam ser problematizados teoricamente, na medida em que não se portavam como espelhamentos miméticos da realidade. Essa consciência tornava, além do mais, a prática historiográfica uma instância intelectual nunca acabada, sempre dependente do olhar analítico do observador e aberta a teorias que mudavam ao sabor dos problemas colocados.

Por outro lado, nesse momento de recepção da sociologia, em que havia a disputa entre evolucionistas e, com o passar do tempo, não evolucionistas no Brasil, os seus cultores não se preocupavam tanto em estabelecer métodos e procedimentos próprios que fornecessem a empiria para as suas generalizações explicativas, sendo o conhecimento histórico o seu par por excelência, aquele a quem recorria como uma espécie de momento preparatório. Oliveira Lima, sócio de destaque do Instituto, na introdução da sua *História Universal*, compreende a relação entre esses saberes como algo indissociável: “um grande trabalho de natureza

⁸⁵³ Cf. SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Mutações no conceito moderno de história? Um estudo sobre a constituição da categoria Historiografia Brasileira a partir de quatro notas de rodapé (1878 – 1951)”. In: COCLET, Ana Rosa; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (orgs.). *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 2013.

⁸⁵⁴ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 282.

interdisciplinar”.⁸⁵⁵ Porém, na hierarquização dos saberes, em sua perspectiva, é a sociologia a responsável por organizar e interpretar os acontecimentos histórico-sociais, que começa lá com o historiador no momento do arquivo. Em 1878, no *Necrológio* escrito por Capistrano em memória do Visconde de Porto Seguro, a sociologia (de Comte e de Spencer) já é requerida ao *métier* historiográfico, onde se lamenta que o nosso primeiro historiador moderno, Varnhagen, grande possuidor do conhecimento dos arquivos e do método crítico que protege os fatos do poder da fantasia, não mobilize o que ele chama de “doutrinas criadoras” vigentes no século, com destaque justamente para sociologia. Mas em Capistrano, ao contrário do que Oliveira Lima advoga décadas depois, o saber sociológico é uma etapa da operação historiográfica.⁸⁵⁶

Sem o saber da sociologia e da psicologia o historiador não oferecia profundidade social aos fatos históricos: não conseguia abstrair, no limite, camadas interpretativas ou extratos de tempos que não fossem ao nível dos acontecimentos enquanto totalidades processuais: “(...) o historiador sem esses conhecimentos superiores da Sociologia e, principalmente, da Psicologia tem história sim, mas história que narra simples e puramente os fatos, sem cogitar das épocas e dos homens que os produziram”.⁸⁵⁷

Para João Coelho Gomes Ribeiro, a história é um conhecimento subsidiário da sociologia. Esse é o campo responsável pelas grandes interpretações da sociedade, provendo generalizações à base empírica fomentada pelos trabalhos historiográficos. A sua perspectiva interpretativa não é evolutiva, mas, sim, retrospectiva; partindo, então, do presente para a realização das suas interpretações sociais. “Para nós, com a devida vênica dos competentes, a história é a seção da sociologia que estuda a evolução retrospectiva dos povos cultos, no tempo e no espaço, por meio de documentos autenticados”.⁸⁵⁸ Nesse sentido, para Ribeiro, os caminhos da história passam por quatro fases. 1) Historiografia (ou história clássica); 2) Filosofia da história; 3) História da civilização; 4) Sociologia dinâmica. A última etapa, então, é uma fusão disciplinar entre história e sociologia.⁸⁵⁹

Já para Pedro Lessa, o estabelecimento de leis não configura padrões de cientificidade para a história, na medida em que a complexidade inerente aos fenômenos a que se ocupa impede, como vimos, o estabelecimento de regularidades racionalizáveis. Esse procedimento é

⁸⁵⁵ Cf. LIMA, Manuel de Oliveira. Prefácio. In: _____. *História da Civilização*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1919.

⁸⁵⁶ “Para Capistrano, seria necessária, assim, uma teoria, no caso sociológica, para *interpretar* o passado em sua singularidade, manifestada por meio dos fatos, ou talvez, *revelar* a sua ‘evolução’ orgânica e necessária”. SANTOS; PEREIRA, Mutações... op. cit., p. 25.

⁸⁵⁷ TAVARES, Discurso... op. cit., p. 497.

⁸⁵⁸ RIBEIRO, Discurso... op. cit., p. 641.

⁸⁵⁹ Segundo a colocação de François Dosse, “o historiador deve contentar-se em apanhar, coletar os materiais com os quais o sociólogo fará o mel”. DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, Campinas: Unicamp, 1992, p. 26.

uma atribuição da sociologia e das demais ciências sociais, porque a elas é delegado o plano teórico-experimental-interpretativo.⁸⁶⁰ Por situarem-se junto à esfera teórica elas estão aptas, especialmente a sociologia, a formularem conjecturas interpretativas, e até mesmo condicionantes de ampla aplicabilidade, a que o conhecimento histórico tem a função de corrigir pela via da empiria. Sem base empírica não há ciência; mas o outro lado da equação também é válido: sem teoria não há ciência. Então, vale ressaltar que as induções de natureza empírica, resultantes do trabalho paciente dos historiadores, conjugadas, e sem hierarquização valorativa de saberes, com as problemáticas, as hipóteses, formuladas pela sociologia, abre a possibilidade do estabelecimento de protocolos científicos para ambas as disciplinas. Essa dinâmica disciplinar é a própria *síntese histórica*.

Enquanto isso, Oliveira Vianna admite a possibilidade de racionalizar, derivando disso constantes que se replicam em contextos variados, disposições identitárias comuns, a que ele chama de “leis gerais” (não fixas) que regulam as sociedades. Essas leis não são resultantes de uma evolução mecânica de um grau inferior, menos desenvolvido, para outro mais complexo ou sofisticado. Existem evoluções, ou melhor, variações evolutivas que se entrecruzam; derivando, daí, formas de desenvolvimento histórico tanto imprevisíveis quanto diversificadas em sua estrutura organizacional. É possível, no nível das problematizações, construir quadros gerais que, de alguma maneira, são capazes, ao menos em nível explicativo, de equacionar o movimento pluri-evolutivo do devir.

A composição da morfologia étnica no interior da história total de Vianna se faz importante. Aqui ele dialoga com a “escola raciológica” de Vacher de Lapouge, que trabalha com a variabilidade das raças e a teoria da seleção de cariz disgênica.⁸⁶¹ Nessa direção, não é possível no estudo da sociedade “explicar cientificamente a história de qualquer povo sem levar conta essa poderosa determinante da conduta humana”.⁸⁶² O que torna o estudo antropológico fundamental para racionalização da disgenia estruturante da sociedade brasileira. A seleção social possuía uma dimensão biológica e hereditária que alcançava o

⁸⁶⁰ A querela francesa entre historiadores metódicos e durkheimianos serve de exemplificação para que compreendamos a posição de Pedro Lessa: “Desde a fundação de *L'Année Sociologique*, Durkheim passa a comandar uma ‘guerra de movimento’, de anexação das demais disciplinas das ciências humanas. O conceito de causalidade social deveria ser o amálgama dessas ciências, cabendo à sociologia o papel centralizador. A história era o alvo privilegiado desta estratégia”. SILVA, Fernando Teixeira da Silva. História e ciências sociais: zonas de fronteira. *História*, São Paulo, vol. 24, n. 1, 2005, p. 128. Disponível em: <https://cutt.ly/TcZIEZn> Acesso: 08 abr. 2021.

⁸⁶¹ Cf. TAGUIEFF, Pierre-André. Sélectionnisme et socialisme dans une perspective aryaniste: théories, visions et prévisions de Georges Vacher de Lapouge (1854 - 1936). *Mil neuf cent*, n. 18, 2000. Disponível em: <https://cutt.ly/RcZblan> Acesso: 08 abr. 2021.

⁸⁶² VIANNA, Discurso... op. cit., p. 443.

registro societário de uma nação de formas sem precedentes. O autor argumenta o seguinte, movimentando categorias da sociologia e da antropologia:

(...) não sei como será possível explicar certas particularidades da nossa História colonial, especificamente o movimento bandeirante e o seu alto idealismo, sem fazer interferir o fator etnológico, sem recorrer aos subsídios da análise étnica operada sobre as massas brasileiras, da atualidade, sem apelar para os elementos, que forçosamente não de trazer as pesquisas sobre a Antropologia das classes sociais no Brasil de hoje⁸⁶³

A sociologia e a etnografia no parecer prescritivo de Oliveira Vianna aparecem, desde que conjugadas disciplinarmente, como auxiliares da ciência da história, em razão do seu poder metodológico de observação. As demais ciências experimentais também cumprem esse desígnio. E esse aspecto interdisciplinar pode ser lançado, via uma antropossociologia inspirada nas posições de Vacher de Lapouge, “principalmente quando estuda a morfologia étnica das diversas camadas sociais”.⁸⁶⁴ Essa forma específica de estudar a sociedade permite aos historiadores, segundo o estudioso de Saquarema, abordar os problemas do passado de maneira complexa, que pelo espectro do material arquivístico mais encobre do que esclarece uma dada realidade histórica. Contudo, o efeito dessa disposição teórica articulada por Oliveira Vianna resulta em um flagrante racismo científico disgênico. É sempre bom lembrar.

História total, síntese e interdisciplinaridade: o olhar sinóptico

Para a realização de um projeto de síntese histórica, que não deixa de ser uma proposta de história total, Oliveira Vianna fala da necessidade da realização de “induçãoes conjecturais”, tendo em vista as insuficiências das fontes testemunhais. Vocabulário epistêmico que o estudioso de Saquarema se apropria do historiador francês Ernest Renan, para quem a ciência da história constitui-se enquanto uma pequena ciência conjectural. A utilização das habilidades conjecturais não destituiu, para Vianna, o caráter científico da história, que em um primeiro momento pode parecer prejudicado desde que visto por um viés empirista minimalista. Essa dimensão de conjecturalidade não é privilégio da história, mas uma própria característica científica, que incide tanto nos domínios das ciências da natureza como da vida. Cabe se ater, no entanto, para as duas formas de conjecturas disponíveis: a conjectura arbitrária e a conjectura disciplinada. Mas o que isso significa epistemicamente? A primeira é própria dos velhos historiadores, modulando-se através da imaginação e sem contato com a realidade histórico-

⁸⁶³ Idem, p. 443.

⁸⁶⁴ Ibidem, p. 443.

social objetiva. Já a conjectura disciplinada é diferente: ela se orienta através dos quadros teóricos oferecidos pelas ciências sociais, especialmente a sociologia. Nesse sentido, ela se orienta através das leis (não fixas e miméticas) que regulam e que ordenam, no plano teórico, a estrutura social e a psicologia das sociedades.

Vianna preparou o seu discurso de posse visando legitimar o seu trabalho no campo dos historiadores. Ele reivindica o olhar sinóptico para a história, que é a própria síntese histórica, chamada por nós de *modernista*.⁸⁶⁵ É o conhecimento da realidade atual, do presente, da realidade circunstante, que vem por meio de um caleidoscópio interdisciplinar, advindo tanto das ciências naturais como da sociedade: antropologia com geografia, economia com sociologia. Esses cruzamentos (inter)disciplinares, perpassados pela factibilidade oferecida pela história, levam à compreensão do passado e oferecem condições para a realização da *síntese histórica modernista*.

O historiador deve, para Oliveira Vianna, se identificar com o seu tempo. E isso significa, por um lado, movimentar o presente em suas análises; e, em segundo, partir para o desafio interdisciplinar. Requer-se a atualização do *ethos* do historiador historicista oitocentista, aquele que faz da crítica e da verdade enquanto adequação das formas seu o horizonte investigativo mais imediato. Se demanda, além do mais, novas habilidades ao historiador que deseja tornar a história uma ciência social, ou seja, deve-se ir além da análise erudita que circunscreve os fatos considerados totalidades processuais. O olhar sinóptico sobre a história está armado: naquele presente o historiador “tem que estar atento a toda as revelações da curiosidade investigadora e ao frêmito de todas as ideias, pronto a acolher as grandes e pequenas verdades, que lhe venham dos quatro cantos do horizonte”.⁸⁶⁶ Todos os saberes são convocados: o naturalista e o etnólogo que trabalham em seus laboratórios experimentais, ou o antropólogo e o geógrafo em suas viagens de campo. O historiador se vale do conhecimento de todos eles, pois somente assim pode preparar, como um alquimista, a síntese, bem como presentificar o passado à luz do presente em um movimento próximo ao da ressurreição de Michelet.

Retoricamente Oliveira Vianna argumenta que os sócios do IHGB já possuem, naquela escala de tempo, o conhecimento amplo e integral acerca das demandas e dos desejos de tornar

⁸⁶⁵ François Hartog é quem teoriza sobre o sinoptismo historiográfico: “A sunopsis pertence também ao vocabulário da filosofia. Assim, ela designa a ambição da apreensão da totalidade e, em particular, para os estoicos, ela é a expressão da apreensão do universo como um sistema orgânico. A sunopsis, enfim, é o resultado: aquilo que o historiador faz ver ao leitor, a evidência, ao produzir uma narrativa sinóptica. Ao introduzir o conceito de sunopsis, Políbio recorre a esses diferentes sentidos e registros em bloco com a expectativa de tirar proveito de todos os cenários possíveis”. HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.107.

⁸⁶⁶ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 444.

a história uma síntese científica. Aqui vemos Vianna requerendo um olhar sinóptico sobre a história brasileira. Isso faz do IHGB o lugar autorizado, devido às amplas temáticas trabalhadas por seus obreiros, para o estudo “da atividade espiritual da vida brasileira, nas letras, nas artes, nas ciências, na legislação ou na política”.⁸⁶⁷

Assim, para Afrânio Peixoto a história também é total em termos de conhecimento e de processo. É um caleidoscópio que abrange todas as facetas da realidade social, porquanto se investe no estudo da complexidade inerente ao mundo da vida. Uma totalidade que se deseja, naquele momento, conceitual. Por fim: a história instaura uma grande consciência do todo social, que incorpora, em escalas diacrônicas, “lenda, tradição, vestígio do tempo, ruínas, monumentos, escritos desse divino instinto do homem, que além da perenidade da espécie conseguida pela geração, como aliás toda a natureza, logrou para si, exclusivamente, a eternidade subjetiva da memória”.⁸⁶⁸

⁸⁶⁷ Idem p. 446.

⁸⁶⁸ PEIXOTO, Discurso... op. cit., p. 500.

Capítulo 8 - *Neotomismo à brasileira*: providencialismo, ciência e história

Corre por aí, entre espíritos levianos ou superficiais, a falsa ideia da existência de um radical antagonismo entre religião e ciência, entre a fé e a razão. Vós não subscreveis a tão infundado preconceito.⁸⁶⁹

Bispo João Esberard

Deus do alto dos céus dirige os destinos de todas as nações, todos os corações ele os tem em suas mãos e assim governa todos os povos.⁸⁷⁰

Bispo Joaquim Arcoverde

Entre a fé a razão, ou entre a crença e a ciência

João Camilo de Oliveira Torres destaca, em sua *História das ideias religiosas no Brasil*, a transformação na percepção acerca do intelectual católico no século passado: “caberia, praticamente, ao século XX descobrir o valor teórico do catolicismo; uma pessoa poderia ser um intelectual em dia com as ciências e professar a religião católica”.⁸⁷¹ Dito isso, Claudia Callari e Hugo Hruby revelam que há no IHGB republicano a presença de fervorosos religiosos cristãos.⁸⁷² A importância deles no Instituto é visível até mesmo junto à dimensão empírica da história enquanto saber, como nos informa Joaquim Norberto de Souza e Silva, então presidente do grêmio: os religiosos, ao visitarem o interior e as suas vastas dioceses, devem tomar nota sobre o que veem. Esse material é solicitado para o (re)conhecimento da Pátria.⁸⁷³ Mas essa presença de religiosos no IHGB colocava em discussão questões de teoria da história, pois estavam relacionadas com a natureza desse saber. Como conciliar fé e razão? Qual o lugar de Deus no devir histórico? Esses problemas possuíam importância pelo duplo aspecto que eles invocam em nossa análise: esse contexto é propício para a aproximação entre as aspirações por disciplinarização que a história passava naquele momento e o movimento católico, que desde o

⁸⁶⁹ ESBERARD, João (bispo de Olinda). Discurso de posse. RIHGB, tomo LIV, parte II, 1891, p. 286.

⁸⁷⁰ ARCOVERDE, Joaquim (arcebispo). Discurso de posse. RIHGB, tomo LXI, parte, 1898, p. 650.

⁸⁷¹ TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das ideias religiosas no Brasil* (A Igreja e a sociedade brasileira). São Paulo: Editora Grijalbo, 1968.

⁸⁷² CALLARI, Claudia. Os Institutos Históricos: do Patronato de Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, pp. 59-83, 2001 Disponível em: <https://cutt.ly/GcLEOzw> Acesso: 08 abr. 2021.; HRUBY, *Obreiros diligentes...* op. cit., 2007.

⁸⁷³ IHGB. 18ª Sessão Ordinária em 11 de outubro de 1889. *RIHGB*, tomo LII, parte II, p. 485, 1889.

pontificado de Leão XIII⁸⁷⁴ modernizava o seu discurso fazendo-o dialogar com a racionalidade moderna.⁸⁷⁵ Para o historiador Hugo Hruby:

Nesse rearranjo de experiências e expectativas na conduta católica que os discursos, não só, mas principalmente, dos “sócios de batina” devem ser contextualizados. Suas falas sobre a História, a ciência e a fé seguiam um programa preconizado pelo Vaticano. Nas palavras dos membros do IHGB estavam expressas as tentativas de reconciliação da Igreja com a modernidade.⁸⁷⁶

O principal agente no Brasil dessa nova disposição do Vaticano talvez seja o padre Julio Maria, que percebe a harmonia entre a fé e a razão. Na passagem para o século XX as discussões envolvendo as relações entre essas instâncias estavam na ordem do dia, não sem a desaprovação de parte do clero brasileiro de cariz conservador. Para Julio Maria:

O fato da revelação se prova como qualquer fato histórico; neste exame a razão não deriva senão de si mesma: ela é livre de pôr em ação todas as regras, todas as exigências da crítica mais vigorosa. É unicamente à luz da evidência e da certeza histórica que ela reconhece o caráter divino das origens do cristianismo. Os mistérios da fé ficam incompreensíveis, sem dúvida, como os enigmas absolutamente transcendentais da ciência; eles são de sua natureza insondáveis, mas a razão pode certificar-se que eles não encerram nenhuma contradição lógica, nenhuma incompatibilidade real com qualquer certeza científica.⁸⁷⁷

O bispo do Pará, Dom Antonio de Macedo Costa, destacou, em sua posse, as novas diretrizes da Igreja Católica, que incidiam sobre a própria ideia de história como ciência. Leão XIII é chamado de sábio pelo prelado, posto que ele está disposto, por meio das suas encíclicas, em desenvolver o gosto dos estudos históricos. Nesse sentido, são muito bem-vindas as iniciativas do Vaticano na organização de comissões de história espalhadas por vários países,

⁸⁷⁴ O Papa Leão XVIII, em busca de afastar a fé do obscurantismo, incentivou os cristãos, a partir da encíclica *Aeterni Patris*, a estudarem a doutrina de São Tomás de Aquino, pela qual se podia conciliar razão e fé. Era, portanto, a filosofia neotomista que subsidiava as reflexões dos sócios religiosos do IHGB no que tangia ao possível consórcio entre fé e racionalidade, ou entre crença e ciência. Cf. LEONE XVIII. *Aeterni Patris*. Roma. Presso San Pietro, il 4 de agosto de 1879. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/it/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris.html Acesso: 22 mar. 2019.

⁸⁷⁵ Para a leitura de um estudo bem documentado sobre essa problemática cf. RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Modernidade no Brasil, Igreja católica, Identidade nacional*. Práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7062> Acesso: 03 dez. 2020. “Assim, para que a proposta da identidade católica para o Brasil fosse aceita, bastou que os intelectuais católicos conciliassem argumentos característicos do repertório católico – o providencialismo, a orientação escatológica/linear do tempo, a ordem celeste/terrestre, a revelação - com argumentos do repertório cientificista – progresso, ciência, desenvolvimento, raça, educação, povo, nação, Estado – formulando, portanto, um projeto plausível para a sociedade brasileira”. RIBEIRO, *Modernidade...* op. cit., p. 184.

⁸⁷⁶ HRUBY, *Obreiros diligentes...* op. cit., p. 131.

⁸⁷⁷ MARIA, Julio (padre). *Conferências da Assunção*. Aparecida: Editora Santuário, 1988, p. 276.

responsáveis por projetar luz à “arquivos preciosos” até então inacessíveis e, conseqüentemente, por proporcionar o “progresso da mentalidade humana”. Isso é resultado, em tese, da política intelectual da Igreja e da sua “tradição de amor à ciência, sobretudo às ciências históricas”.⁸⁷⁸ Também não podemos deixar de perceber, entre esses *sócios de batina*, o reconhecimento do Instituto Histórico como o lugar institucional autorizado para o estudo disciplinado da história da pátria. Isso pode ser percebido na fala do bispo do Pará, representante do clero brasileiro contemporâneo:

Todo o incremento dos estudos referentes às nossas cousas pátrias, todo o esforço para tirá-la da criminosa obscuridade em que jaziam tem partido principalmente daqui deste foco luminoso, deste grêmio sábio, que se tem tornado por isso benemérito do país e uma das glórias dele no estrangeiro.⁸⁷⁹

Existia um interesse mútuo de aproximação entre as atividades que estavam sendo desenvolvidas pelos sócios do IHGB com a nova linguagem mais cientificizada, filosoficamente neotomista,⁸⁸⁰ que o discurso católico assumia. José Luiz Alves traduz essa atmosfera, que para ele é representada pelo encontro da inteligência com o eterno. O poder da inteligência abrange, para Alves, todo o mundo, porém, ele está vinculado, irremediavelmente, ao “céu, porque é do céu, que descende, é de lá que emanou a chama esplendorosa, que iluminou a terra; o sufrágio dos homens é zero diante da palavra de Deus (...)”.⁸⁸¹

No clássico estudo realizado por Arno Wehling sobre os momentos fundacionais do IHGB encontra-se o argumento de que ali existe uma postura por parte dos sócios de natureza antiprovidencialista, uma herança iluminista que nega a ideia de que o processo histórico pode ser orientado por um Deus.⁸⁸² Porém, passado meio século desde a sua fundação, ainda podem

⁸⁷⁸ COSTA, Antonio de Almeida (bispo do Pará). Discurso de Posse. *RIHGB*, tomo 52, parte II, 1889, p. 487. Essas deliberações do Vaticano, sob a pena de Leão XIII, podem ser lidas na seguinte encíclica: LEONE XIII. *Saepenumero considerantes*. Roma. Presso San Pietro, il 18 de agosto de 1893. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/it/letters/documents/hf_l-xiii_let_18830818_saepenumero_considerantes.html Acesso: 19 mar. 2019.

⁸⁷⁹ COSTA, Discurso... op. cit., p. 486.

⁸⁸⁰ Diego Castelfranco aborda as dinâmicas do neotomismo a partir da segunda metade do século XX: “Frente al avance de una epistemología construida en torno al método hipotético-deductivo y a un fuerte predominio de la investigación empírica, que tendía a excluir los elementos explicativos vinculados a lo religioso, la Iglesia favoreció una epistemología centrada en el neotomismo que otorgaba un valor privilegiado al “conocimiento certero” obtenido a partir de un sólido marco lógico-filosófico y al papel jugado por las “causas primeras” – vinculadas a la acción divina”. CASTELFRANCO, Diego. **La ciência em disputa**. El vínculo entre la ciencia y el catolicismo em la Argentina de siglo XIX (1860 – 1900). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidad Nacional de General Sarmiento, 2015, p. 50. Disponível em: https://www.ungs.edu.ar/wp-content/uploads/2016/05/Tesis_Castelfranco.pdf Acesso: 03 dez. 2020.

⁸⁸¹ ALVES, José Luiz. Discurso em razão da recepção do sócio Antonio de Almeida Costa. *RIHGB*, tomo 52, parte II, 1889, p. 489.

⁸⁸² Cf. WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, v. 338, jan./mar., pp. 7-16, 1983.

ser verificadas discussões entre os membros da agremiação sobre o papel da providência divina na história. A noção de histórica filosófica mobilizada pelos primeiros membros do Instituto Histórico, como na *Dissertação* premiada de Karl von Martius, tem como intenção determinar o sentido primeiro do devir através do uso da razão e dos seus instrumentos intelectivos, o que resulta, pois, na interdição de histórias que possuem como eixo diretor teórico a providência. A ideia de história filosófica tem, ainda segundo Arno Wehling, como motivação a narrativização de constantes de regularidade junto ao mundo social, procurando, para tanto, causas que sejam humanas ou naturais. De todo modo, seja “filosófica, científica ou filosófica científica, a história, ao final do século XIX, no Brasil, encontrava-se em meio a debates entre fé e a razão, buscando legitimar-se através de leis da natureza, dos homens ou de Deus”.⁸⁸³ Ou seja, esse parecer indica que a história no IHGB está longe de possuir uma perspectiva teórica homogênea e pautada por um único viés instrumental, sendo capaz de abranger, concomitantemente, questões relativas à razão e, também, ao mistério de Deus.

Os saberes da geografia, da antropologia e da história alcançam, dessa maneira, o nível próprio da revelação divina acerca do ser humano como existência, “a quem Deus permitiu um jardim de delícias, ou de tormentos na Terra, segundo o uso que o seu conhecimento soube fazer dela”. O mistério divino pode ser revelado pela ciência, onde se localiza o “enigma mesmo da felicidade, que lhe cumpre estudar e decifrar”.⁸⁸⁴

Para o monsenhor Vicente Lustosa, ser um religioso, possuidor de uma crença particular, é algo indissociável do ser científico, pois esse exercício também se apoia em uma busca refletida pela verdade amparada na razão. Quais consequências afirmações como essa tem para o conhecimento histórico? O fundo hermenêutico implicado na religião, supostamente próximo da interpretação histórica, não deixa o bispo de Olinda cair numa “falsa ideia” de que existe uma barreira intransponível entre fé e razão.⁸⁸⁵ Uma possível conciliação entre fé e racionalidade é pretendida pelo religioso, na medida em que na sua perspectiva ambas fomentam atitudes em busca da verdade das coisas ou o seu desvelamento por meio de provas históricas. No caso cristão as provas são revividas pelos dogmas. Se para a crença cristã o

⁸⁸³ HRUBY, *Obreiros diligentes...* op. cit., p. 137.

⁸⁸⁴ PEIXOTO, Discurso... p. 505.

⁸⁸⁵ Essa forma de crença é denominada de “analogia psicológica da trindade”, que remonta à Agostinho de Hipona, particularmente à sua obra *De Trinitate*. A operação de pensamento elaborada por Agostinho resume-se desta forma: “Se Deus realmente pode ser discernido em sua criação, devemos procura-lo no ponto mais excelente dela. Ora, o clímax da criação divina, segundo Agostinho (baseado em Gênesis 1 e 2), é a natureza humana. Com base nos pressupostos neoplatônicos, herdados por ele de sua cultura, chega à conclusão de que o ponto mais alto da natureza humana é a capacidade humana da razão. Portanto, conclui, podemos esperar traços de Deus (ou mais precisamente, ‘vestígios da trindade’) no processo humano do raciocínio”. MCGRATH, Alister. *Fundamentos do diálogo entre Ciência e Religião*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

caminho da verdade é advindo da revelação de Deus, por meio de um desvelamento que ocorre através de um sistema de dogmas, o cientista busca a verdade pelos instrumentos da razão, inclusive através da história. O que se enxerga é o entrelaçamento das duas perspectivas. Daí que o conhecimento racional é uma via possível para um melhor entendimento de Deus, de forma a conduzir os homens através dos desígnios divinos.⁸⁸⁶ Desse modo, é assim que o bispo de Olinda compreende a sua acolhida para membro do grêmio em 1889:

Em todo caso minha presença aqui servirá para alguma coisa, senhores; servirá para atestar a solicitude que todos os séculos tem tido a igreja pela difusão das luzes, pela propagação das ciências; o interesse, o empenho, o esforço constante com que ela acompanha e anima as explorações do espírito humano em todas as províncias do saber.⁸⁸⁷

No discurso do bispo de Olinda, realizado em uma sessão de 1891, há uma inquietação que acompanha a nossa reflexão. O que estava fazendo em uma comunidade de saber, ou científica, que possui uma *persona acadêmica* bastante consolidada em termos de tradição de estudos, um sacerdote cristão? Eis a indagação do prelado: “Que vem com efeito fazer neste areópago da ciência o novo bispo de Olinda?”⁸⁸⁸ Ele não deixa de assinalar que a sua vocação é, todavia, de pastor em busca da conversão pelo Evangelho. Não se considera douto, erudito ou letrado, mas um amante dos livros pronto a dar prosseguimento aos objetivos intelectuais do IHGB, contribuindo com a sua obra de ciência. O bispo está ali para colaborar com uma comunidade científica, sabedor que ela possui protocolos e dimensões epistêmicas internas.

Entretanto, o que salta mesmo aos olhos na prescrição do bispo de Olinda é a sua argumentação acerca da permanência da ideia de providência⁸⁸⁹ divina em uma *episteme* que almeja, para muitos, a cientificidade da história. Os seus argumentos são puramente epistemológicos. Ele quer discorrer, no limite, sobre a teoria do conhecimento histórico. Acompanhem as suas palavras: “Corre por aí, entre espíritos levianos ou superficiais, a falsa ideia da existência de um radical antagonismo entre religião e ciência, entre a fé e a razão. Vós não subscreveis a tão infundado preconceito”.⁸⁹⁰ A primeira moção a favor do consórcio entre

⁸⁸⁶ Em Hebreus, 11, 1-3, localizamos o embasamento da teologia católica acerca das relações entre ciência e fé: “Ora, a fé é a certeza daquilo que esperamos e a prova das coisas que não vemos. Pois foi por meio dela que os antigos receberam bom testemunho. Pela fé entendemos que o universo foi formado pela palavra de Deus, de modo que aquilo que se vê não foi feito do que é visível”. *Bíblia Sagrada*. Nova versão internacional. São Paulo: Vida, 2000.

⁸⁸⁷ HRUBY, *Obreiros diligentes...* op. cit., p. 131.

⁸⁸⁸ ESBERARD, *Discurso...* op. cit., p. 284.

⁸⁸⁹ Para uma história breve e sintética da ideia de providência até o século XIX ver DOSSE, François. “El telos: de la Providencia al progreso de la razón”. In: _____. *La historia: conceptos y escrituras*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

⁸⁹⁰ ESBERARD, *Discurso...* op. cit., p. 286.

ciência e fé é mais simples. Diz o bispo de Olinda que no Instituto Histórico há uma tradição que aceita os religiosos em suas fileiras, e que em nenhum momento a fé, que é da esfera particular do indivíduo, atinge o caráter científico da produção de padres e de bispos que fazem parte do IHGB. Para Esberard, o suposto conflito entre fé e razão é impossível, porque são duas instâncias separadas, mas que partilham de um mesmo princípio, como quer São Tomás de Aquino.⁸⁹¹ Esse princípio individualiza as duas instâncias tornando-as autônomas, mas com a abertura de caminhos dialógicos.

A sua ideia epistêmica quanto às relações entre fé e ciência garante que ambas busquem a verdade. Como bispo Esberard admite que o seu objeto de saber é a verdade revelada por Deus. Para tanto, a hermenêutica bíblica e os dogmas religiosos da Igreja Católica. Esse é o método de se acionar o sagrado, que se revela junto à experiência, quase em termos antropológicos, do crente. O catolicismo também estabelece uma espécie de razão, de acordo com o sacerdote. Já a ciência também tem como objeto a verdade desvelada por intermédio da razão. Completando a sua escolha teórica: tanto a fé quanto a razão são provenientes de Deus. Explora o tema desta maneira: “Em ordens diversas o objeto é o mesmo. A verdade não contradiz a verdade. A fé e a razão procedem de Deus e eles nos devem conduzir. Como pode haver pois antagonismo entre uma e outra?”⁸⁹² Nesse sentido, há a fé lida pela Bíblia e a razão que lê a natureza. Se concebe que tanto a Bíblia quanto a natureza são ambas “dádivas de Deus”; não estando, pois, em desacordo. Se há uma discordância entre as duas instâncias, e aqui a providência divina sobrevive na *episteme* modernista republicana, isso se deve ao erro de um teólogo, um estudioso metódico da palavra de Deus, ou da má exegese do historiador, portador, também, dos ditames da razão. Esses argumentos são pautados, em Esberard, na leitura da obra do “doutor da Igreja” São Thomas de Aquino: “Demais, como poderá a religião pôr-se em antagonismo com a ciência, quando os preâmbulos da nossa fé, os *preambula fidei* de Santo Tomás de Aquino, nos são fornecidos pelas ciências racionais?”⁸⁹³

⁸⁹¹ O mérito maior da obra de São Tomás de Aquino, do ponto-de-vista da história da filosofia, localiza-se no fato dele ter constituído e elaborado a plena elucidação das relações entre razão e fé, o que contribuí, sobremaneira, para que tenha sido escolhida como ponto de partida para aquela renovação escolástica. PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1974, p. 393.

⁸⁹² ESBERARD, Discurso... op. cit., p. 286. Uma visão teológica que aborda a fé e a ciência como instâncias provenientes de Deus encontra-se em SOUZA, Josiney. Ciência e fé. Dádivas de Deus. *Revista eletrônica Espaço teológico*, São Paulo, v. 6, n. 9, pp. 18-27, 2012 Disponível em: <https://cutt.ly/6cZvfgs> Acesso: 08 abr. 2021. Segundo o credo católico, a fé “é uma sublime dádiva de Deus (Ef. 2,8). Como consequência desse entendimento, a ação criadora de Deus se torna uma cadeia infindável de mistérios. Ao mesmo tempo, Deus concede ao homem uma enorme capacidade intelectual, que o leva a desenvolver estudos sistematizados, em busca de respostas para estes enigmas. Nasce então a assim chamada Ciência; oriunda da fé, uma dádiva de Deus”. SOUZA, Ciência... op. cit., p. 18.

⁸⁹³ ESBERARD, Discurso... op. cit., p. 287.

O padre Julio Maria é contrário a uma ideia de história como simples “aglomeração de fatos sem coordenação a leis fixas, imutáveis, estranhas e superiores à liberdade humana”. Em resumo: em história se pode determinar o sentido primeiro dos fenômenos históricos no tempo, isto é, a própria providência divina, ou seja, não “apreender o lado divino da história é confundir a história com a crônica ou a gazeta; é não apreender a harmonia do verdadeiro, do bem; é não apreender Deus”.⁸⁹⁴ Providência, história e ciência são elementos de uma mesma equação. A fé conjugada com a história é, interditando a metafísica, uma ciência dos fatos.

A providência divina como motor da história

Para o padre Julio Maria, os fenômenos de cada existência, por menores que possam parecer, são muitas das vezes sinais e indicações da atuação da providência junto ao plano terreno. Quer dizer: “são preciosíssimas graças para o curso da orientação da nossa vida”.⁸⁹⁵ Trata-se de Deus, manifesto nos desígnios da providência, a instância reguladora, criadora e orientadora de todo o mundo sensível, onde se encontra, pois, os fatos históricos.⁸⁹⁶

Dois dicionários brasileiros publicados no século XIX nos oferecem o entendimento adequado da noção de providência divina. No *Dicionário de Língua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto o verbete providência estipula isto: “A suprema sabedoria de Deus em governar, e dirigir tudo (...) ordem para fazer alguma coisa”.⁸⁹⁷ Já o *Dicionário de Língua Portuguesa* elaborado por Antonio Moraes Silva, que tem uma influência maior que o anterior na vida

⁸⁹⁴ MARIA, Discurso... op. cit., p. 370.

⁸⁹⁵ MARIA, Discurso... op. cit., p. 369. Em Salmos, 127, 1-2, observamos um exemplo da dimensão judaico-cristã de providência divina junto ao universo fenomênico. “Se não for o Senhor o construtor da casa, será inútil trabalhar na construção. Se não é o Senhor que vigia a cidade, será inútil a sentinela montar guarda. Será inútil levantar cedo e dormir tarde, trabalhando arduamente por alimento. O Senhor concede o sono àqueles a quem ele ama”. *Bíblia Sagrada*, op. cit., 2000.

⁸⁹⁶ A concepção de providência dos sócios do Instituto histórico na Primeira República tem raízes na passagem do século XVIII para o século XIX. Naquele contexto ela é uma resposta epistemológica e ontológica à nova perspectiva de história que emerge, marcada pela erudição documental e por uma noção de temporalidade baseada na distinção entre passado e presente, bem como pela autoreflexividade. De acordo com Virgínia Buarque, é nessa conjuntura “(...) que se afigurou como, particularmente, difícil ao pensamento católico resguardar o lugar hegemônico que a Igreja, até então, ocupara no imaginário social, com base em uma concepção de providência divina que desconsiderava a mutabilidade histórica por um duplo procedimento interpretativo. Inicialmente, Deus era situado para além do tempo e exterior a qualquer representação, por ser eterno e absoluto. Apenas os seres criados encontravam-se inseridos na contingência e na finitude. Em seguida, a história era vista sob a perspectiva de sua finalidade última (sua união com o Criador) e de seu ápice (o evento da encarnação). Somente tomando como referenciais esse ponto culminante e essa meta derradeira é que se poderia reconstituir, de forma significativa, a ‘trajetória’ da humanidade, em suas distintas sequências temporais. Assim, ainda que concebendo a temporalidade histórica como linear-processual e irreversível, o pensamento católico considerava seu fundamento como imutável ao longo dos séculos – afinal, tratava-se da providência (ou vontade divina operante), que, ao orientar o curso da história, revela-se através dela”. BUARQUE, Virgínia. Uma história moral, apologética e... moderna? A escrita católica do século XVIII ao início do século XX. *História da historiografia*, n. 6, 2011, p. 154–146. Disponível em: <https://cutt.ly/RcLW1L2> Acesso: 08 abr. 2021.

⁸⁹⁷ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Typographia de Silva, 1832, p. 109.

letrada oitocentista, assinala o seguinte conteúdo para o verbete: “A suprema sabedoria, com que Deus rege, e dirige tudo. Direção, ordem para se fazer alguma coisa, evitar algum dano, remediar alguma necessidade presente ou por vir”.⁸⁹⁸ O conteúdo desses verbetes vai ao encontro da seguinte ideia: concluímos que se trata da noção de uma providência geral que opera secundariamente, isto é, pela mediação a partir das leis naturais ou através das paixões e dos interesses humanos como instrumentos para a realização dos seus fins superiores.⁸⁹⁹

Dito isso, acompanhamos que o conde de Afonso Celso desempenhou forte presença nos trabalhos e nas aspirações do IHGB na República. Primeiro como o orador e, depois, como o seu presidente por quase três décadas. Se hoje as suas reflexões sobre a história são pouco conhecidas, excetuando as contidas em seu livro *Porque me ufano do meu país*, naquele contexto as suas posições intelectuais alcançaram prestígio junto àquele auditório. Em termos de regimes historiográficos circulantes no Instituto, Afonso Celso oferece a oportunidade de historicizarmos a permanência da providência divina como elemento estruturante da experiência da história.⁹⁰⁰ Algo importante, pois as discussões sobre o caráter racional da história não impossibilitavam, para aqueles sujeitos, a existência de posições distintas, e no caso estamos falando daquela afiançada por Deus. Certamente este raciocínio do conde de Afonso Celso, escrito em seu livro clássico, nos proporciona uma investida nessa ideia:

Confiemos. Há uma lógica imanente: de tantas premissas de Grandeza só sairá grandiosa conclusão. Confiemos em nós próprios, confiemos no porvir, confiemos, sobretudo em Deus que não nos outorgaria dádivas tão preciosas para que as desperdiçássemos esterilmente. Deus não nos abandonará. Se aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos.⁹⁰¹

A presença da providência divina convertida em motor do devir histórico foi evocada constantemente por esse intelectual nos salões da instituição. Isso não significava que ele, em termos de trabalho intelectual, não fosse adepto dos princípios da crítica documental e da dúvida metódica. No entanto, fica evidente em suas intervenções a fé na existência de uma

⁸⁹⁸ SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, 1755-1824*, p. 260.

⁸⁹⁹ Essa é a concepção de providência em Tocqueville, e que penetra o século XIX adiante. Cf. JASMIN, Marcelo Gantus. Tocqueville, a Providência e a História. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, p.1. Disponível em: <https://cutt.ly/AcLXJHB> Acesso: 08 abr. 2021.

⁹⁰⁰ De acordo com Philippe Ariès, é Santo Agostinho quem inaugurou e popularizou o primeiro esboço de uma história providencial, oferecendo um sentido novo ao conceito de história. As ideias teológico-filosóficas de Agostinho mostram-se relevantes em razão de situar as coisas humanas na duração, diferentemente do que é preconizado pelos gregos. A perspectiva agostiniana sobre a história “abrange todo o conjunto do devir humano, para explicar por meio de algumas concepções filosóficas gerais sobre a ação de Deus no mundo através da sua providência”. ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Lisboa: Antropos, 1992.

⁹⁰¹ CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia Editores, 1908.

lógica implícita que governa os acontecimentos históricos. Mas não se trata de um providencialismo no qual os desígnios de Deus estão encobertos e são indecifráveis aos agentes históricos. Lúcia Maria Paschoal Guimarães acredita que a ideia do conde acerca da presença de Deus no desenrolar do desenvolvimento histórico é devedora de duas principais fontes intelectuais: de um lado Bossuet, cuja perspectiva aponta que Deus vale-se do próprio agir humano para corrigi-los; de outro, da visão da filosofia católica da história de Léon Gautier, em que a providência vale-se da punição expiatória para poder salvar a humanidade.⁹⁰² A providência faz-se onisciente e onipresente diante do desenvolvimento dos acontecimentos históricos no plano da temporalidade. Ela se faz presente de maneira laboriosa e diligente, cabendo aos homens, por meio da racionalidade dos seus instrumentos cognoscentes, desvelarem a sua verdadeira essência e quais os destinos por ela traçados. É possível para o conde de Afonso Celso deduzir as causas primeiras e as causas finais contidas em todos os acontecimentos, momentos e situações históricas. O método crítico é valioso para tanto.

Dito de outra maneira, ao historiador cabia investigar racionalmente a experiência histórica, dotando-a de sentido e de inteligibilidade, coadunando razão e crença, na medida em que esse era o caminho mais adequado para se tomar conhecimento dos planos de Deus. Deus, a verdade, o devir, o destino dos povos, o verbo, era acessado por intermédio de um desvelamento contínuo racionalizado por um sujeito cognoscente orientado metodicamente. Acessando o plano da vontade divina, os fatos passados passavam a ganhar sentido e compreensão, bem como o futuro podia ser planejado, visto que o historiador se tornava conhecedor das necessidades e dos propósitos do Criador. Homens e mulheres se preveniam, se orientavam, se adequavam ao fluxo determinado pelo Divino. Nesse esquema, o sentido da experiência histórica brasileira passava a estar sujeito a um tempo linear em que se notava uma instância universal diretora do desenvolvimento fenomênico. Fatos históricos, personagens, situações de todas as ordens eram arregimentados por um fluxo, um motor, estabelecido pela providência divina, sendo necessário acompanhar o seu desvelamento para que houvesse, no limite, a possibilidade da sua tradução e da sua significação, tornando os agentes históricos aptos a agir de forma correta no mundo social.

Na percepção de José Xavier Silveira Junior há, a partir da leitura de Claude Bernard,⁹⁰³ unidade no princípio da vida, sendo que a fisiologia de homens e de mulheres deve ser

⁹⁰² Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Por uma historiografia ultramontana: Afonso Celso. *Intellèctus*, vol. 2, n. 1, pp. 1-15, 2003. Disponível em: <https://cutt.ly/hcLJDxy> Acesso: 08 abr. 2021.

⁹⁰³ O francês Claude Bernard considera “a física e a química poderosas ferramentas para a experimentação do organismo e de suas partes,” sustentando “que os sistemas orgânicos possuíam um nível de organização que exigia leis fisiológicas específicas. Dessa forma, Bernard trilha o sentido inverso dos reducionistas: ao reconhecer a

observada por intermédio de fusionamentos diferenciados com o meio. Essa observação antecede a formação das raças e da sociedade: “fazer o estudo da fisiologia do homem e dos animais, é indispensável fazer o das plantas e descer mesmo até o próprio reino mineral, porque a natureza inteira subordina o homem a um regime de estreita dependência”.⁹⁰⁴ Sob a perspectiva científica da fisiologia e da organicidade, os sujeitos históricos são o resultado de um fenômeno complexo que remonta a uma formação ancestral com o todo da natureza, diferenciando-se descontinuamente.

Interessante que Silveira Junior distancia-se, em certos momentos, das teses mecanicistas dualistas, parecendo se aproximar, em alguma medida, do monismo essencialista de Haeckel, porém, a partir de uma leitura de fundo cristã.⁹⁰⁵ Nesse horizonte de análise, sob o ponto de vista intelectual e moral, o homem desde temporalidades mais recuadas afirma-se como a “força suprema entre todas as forças da natureza planetária”, mesmo que sujeito às interferências advindas do meio. O que guia esse movimento do devir histórico é a providência, convertida em “primalidade ativa do consciente da criação”, que é o fundo de verdade contido na “ilusão axiomática a que se convencionou chamar o erro antropocêntrico”.⁹⁰⁶ No desenrolar dos tempos o ser humano tende a dominar as forças da natureza, mas interagindo com ela o mesmo se complexifica. Assim, o homem torna-se humanidade, em que a família se sobrepõe à tribo, a nação à família, as raças à nação, a moral às raças, a civilização à moral. Nessa última esfera surge o cristianismo como o eixo orientador das ações humanas: “assume as projeções de uma grande luz nova que projeta a sua qualidade no seio das épocas porvindouras”.⁹⁰⁷

Existe racionalidade na perspectiva essencialista-providencial de Silveira Junior, e o conceito moderno de história desponta em sua forma mais bem-acabada com a finalidade de deixar em evidência o funcionamento do devir divino. Talvez o diferencial da sua posição esteja no momento inicial da vida humana, em que não existe um ponto elementar de origem evolucionista, mas um plasma complexo, com todos os componentes da vida, materiais e

complexidade dos sistemas orgânicos, acredita que suas leis só podem ser complexas e não simples leis físico-químicas”. JUNIOR, Wilson Antonio Frezzatti. Haeckel e Nietzsche: aspectos da crítica ao mecanicismo no século XIX. *Scientiae studia*, vol. 1, n. 4, 2003, p. 440. Disponível em: <https://cutt.ly/0cLVUs9> Acesso: 08 abr. 2021.

⁹⁰⁴ JUNIOR, Discurso... op. cit., p. 646.

⁹⁰⁵ O monismo haeckelista admite que entre os organismos vivos não se observa um só elemento que não seja derivado, de algum modo, de uma fonte inorgânica. Assim sendo, as dimensões que circunscrevem os organismos apenas podem derivar de uma disposição particular que oferece unidade aos elementos, sobretudo, o carbono – o elemento primordial dos compostos orgânicos. Há, assim, unidade entre as dimensões orgânica e inorgânica; todas as duas são sujeitadas às mesmas leis da evolução: o processo evolutivo orgânico se opera através de forças físico-químicas. Cf. CASSIRER, Ernest. *El problema del conocimiento*. Vol. IV. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 215-216.

⁹⁰⁶ JUNIOR, Discurso... op. cit., p. 647.

⁹⁰⁷ Idem, p.647.

imateriais; uma energia vital, uma força criadora que embaralha todas as linhas evolutivas posteriores. Isso tudo é um sinal da existência de Deus. O tempo enquanto eternidade supõe o mistério, todavia passível de tornar-se objeto de racionalização cognitiva. Talvez esse tempo da eternidade possa conter até mesmo um princípio cíclico, posto que voltando ao cosmos como matéria, os seres vivos entram igualmente na dinâmica da criação da vida, que é disforme e errante, mas formada pela centelha divina, proporcionando evoluções diferenciadas entre os seres vivos, ainda por conta da coexistência criadora entre natureza e estes, o que resulta na ideia de multiplicidade situacionais de existência. O pensamento cristão de Silveira Junior ao invés de repelir essa corrente científica a adapta visando a preservação do elemento sagrado.

Munida dos dados e subsídios que lhe fornecem as ciências auxiliares, a história defronta hoje a grandeza confusa do passado; penetra e analisa o conglomerado dos séculos; extrai dele lições do presente e os ensinamentos e as esperanças do futuro; e dá ao universo a consciência de que o homem se formou para o cumprimento e satisfação de um destino eterno como o tempo e condigno das próprias maravilhas da criação.⁹⁰⁸

A mensagem da providência divina ocupa lugar, também, em Félix Pacheco:

O homem, na sua marcha desabalada pelos tempos em fora, alimenta a ilusão de ir derrocando todos os Deuses e sobrepondo-se sozinho as majestades que o seu orgulho de Prometeu liberto considera extintas. E não vê, o mísero, na sua vaidade balofa, que nem ao menos consegue partir o nexo lógico da vida, na sua arrancada furiosa para a frente.⁹⁰⁹

Ainda nesse sentido providencial secularizado se concebe a civilização como uma criação em construção, conseqüentemente, uma obra da providência. Se elimina, portanto, a perspectiva do acaso junto aos acontecimentos no plano da realidade. Admitindo-se essa ideia, tanto a história quanto a providência ficam desautorizadas. Nisto o acaso não toma lugar em razão de todo o universo fenomênico estar organizado pela providência divina:

A civilização que não olhasse para traz seria como a obra do acaso. E vós sabeis que o acaso só existe na consciência daqueles que a si mesmos se enganam, supondo ilusório o facho divino, que tudo orienta, pensamento de Deus, renovado e sempiterno, brilhando para consolo das humanidades efêmeras que se sucedem em terra, como as formigas humildades num recanto deserto da selva.⁹¹⁰

⁹⁰⁸ Ibidem, p. 647-648.

⁹⁰⁹ PACHECO, Discurso... op. cit., p. 563.

⁹¹⁰ Idem, p. 563.

O que se observava era a tradução da experiência da história em eternidade, instância que suspendia a efemeridade da vida, o acaso e que alojava em seu seio as tradições e os modos de ser do processo histórico como sendo pré-estabelecidos por uma força exterior.

É por intermédio das dinâmicas da providência divina que vemos florescer as civilizações, desde o nível mais básico do indivíduo até o macro das sociedades em conexão de costumes ou modos de compartilhamento cultural. É Deus quem dirige o destino manifesto das nações, sem o qual jazem nas “trevas do esquecimento” de si próprias. Deus é o guia convicto da prosperidade dos povos devido a sua benevolência, estando nele prefigurado o futuro destes através da sua imagem, que é a semelhança dos homens e das mulheres. Arcoverde assinala isto sobre a intervenção providencial:

Em todo o decurso dos séculos, em todas as transformações do cenário do mundo, deparamo-nos com a Providência fazendo triunfar esses desígnios; em uma palavra, o governo de Deus se manifesta na história de todos os povos, os quais ou se elevam ao fastígio da glória ou se somem no pó a proporção que conservam mais ou menos intacto seu depósito de verdade e de virtude.⁹¹¹

A estrutura dos povos e das nações é modelarmente inspirada pelos desígnios imperativos da providência, que agem nas causas e nos fatores conhecidos e não conhecidos por todos. Nada lhe escapa. “Deus do alto dos céus dirige os destinos de todas as nações, todos os corações ele os tem em suas mãos e assim governa todos os povos”.⁹¹²

A providência como mestra da vida

Carlos Vidal de Oliveira Freitas afirma que mais do que qualquer outra esfera de saber a história eleva a “alma humana” acima de todas as regiões em que se localizam as misérias sociais. Ela fortifica mulheres e homens para as batalhas da vida, fazendo-os reconhecer na sua trama a “urdidura divina do criador”, dando-lhes, a partir dessa tomada de consciência, a vidência do futuro através das “névoas do presente”.⁹¹³

Já de acordo com o agremiado argentino Lucas Ayarragaray, existe naquele contexto uma luta entre um mundo que se esvai e um nascente, que resgata valores dos antigos. O que é almejado pelo estudioso é um verdadeiro reencantamento do mundo pela via espiritual. Metáfora expandida para tudo que torna o mundo de homens e de mulheres habitável no sentido

⁹¹¹ ARCOVERDE, Discurso... op. cit., p. 650.

⁹¹² Idem, p. 650.

⁹¹³ FREITAS, Discurso... op. cit., p. 512.

do fortalecimento dos laços de reciprocidade moral, em que o passado atua como força orientadora diante das carências de sentido atribuídas ao mundo moderno. Em sua posição:

Vosotros, que sientes agitados por las inquietudes del pensamiento y crees em las fuerzas imponderables y sois atraídos por los misterios del mundo y da vida haceis obra duradoura, poniendo vuestros empeño para desenvolver los factores espirituales de la civilización brasileira.⁹¹⁴

Assim sendo, o conhecimento sobre a história como devir traz consigo a figura da justiça, em referência à Volney. O historiador deve ser como aquele arguto personagem romântico observador das ruínas e dos túmulos, sabedor da inconstância, da efemeridade ou da caducidade do tempo histórico. Deve-se fazer, então, justiça aos passados que já não estão mais disponíveis e/ou silenciados, havendo, assim, a possibilidade de aprender com eles.⁹¹⁵ Há de se considerar, ainda, o passado como produto da providência divina, ou seja, tudo aquilo que é passado, e que pode confortar a sensação de perenidade da história, apresenta-se como obra de Deus. Além disso, essa ideia de efemeridade, romântica por natureza, das coisas do mundo corresponde a uma percepção mais abrandada sobre o passado, não sendo ele um atavismo, posto que a eternidade movimentava as ações existentes e agenciadas por mulheres e homens:

A história passa a ser aquela figura augusta da justiça, de que fala Volney, surgindo aos olhos da consciência humana, tal qual surgira aos olhos do solitário pensador das ruínas e dos túmulos, isto é, como trazendo às mãos a balança sagrada e incorruptível em que pesam as ações dos efêmeros às portas da eternidade.⁹¹⁶

É verdade que as multidões, os exércitos, os povos, as nações, os impérios e as raças, dormem e se desfazem em cinza nos chãos e nas ruínas onde jazem para sempre confundidos nas estratificações do grande anonimato de sombras dispersas e esvaídas.⁹¹⁷

Porém, mesmo sabedores da perenidade do tempo, que ele era relativizado em seus pontos negativos diante da eternidade da criação, o historiador julgava certos eventos, situações, momentos, personalidades, ideias, ações como relevantes para a posteridade, colocando a história, assim, providencialmente em movimento.

⁹¹⁴ AYARRAGARAY, Discurso... op. cit., p. 528.

⁹¹⁵ Sobre a temática das ruínas entre os românticos, mais especificamente entre os viajantes, ver CASTRO, Maria João. *O viajante romântico e o apelo da ruína*, 2006. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/22145> Acesso: 25 de jan. 2020. “Uma fachada desmoronada, colunas despedaçadas, constituíam o legado de uma antiguidade irrecuperável, mas que sonha essa mesma recuperação (...). Ela [a ruína] fazia recordar a origem e o passado, mas também apontava para um devir que era pronúncia de uma decadência que anunciava um fim”. CASTRO, *O viajante...* op. cit., p. 2.

⁹¹⁶ JUNIOR, Discurso... op. cit., p. 648.

⁹¹⁷ Idem, p.649.

Adolfo Augusto Pinto conta uma história na qual o povo israelita “perambula” pelo deserto. De quando em quando contemplam o céu no intuito de que mesmo vivendo sem lugar no mundo, em acampamentos, não se situam no plano do desterro, mas, sim, no conforto dos desígnios da providência, onde fazem morada. Assim deve ser a atitude dos brasileiros e das brasileiras republicanos, sendo o seu refúgio o amor à pátria, cuja proteção providencial a fizera única e digna de reverência:

(...) nascemos com os olhos levantados para esse ideal sublimado, a Pátria, grande, próspera e feliz, qual nos asseguram os altos desígnios providenciais que as revelam em notabilíssimos fatos da existência nacional.⁹¹⁸

A providência divina elevada à motor da história, à eixo aglutinador e orientador da experiência da história, colocava em primeiro plano os momentos difíceis da vida, em que se podia verificar todo o peso de responsabilidade que cercava os sujeitos, mas ao mesmo tempo esse peso era considerado transitório, pois só Deus era eterno. Diante dos desígnios de Deus, os agentes sociais nada podiam fazer a não ser pela via racional buscar o desvelamento das condicionantes colocadas de antemão pelo divino. Secularizava-se, em última medida, a providência. Esse movimento atenua possíveis formas de atavismo.

A providência tem agência de moralidade. Moraliza os acontecimentos mundanos independente do credo que se professa. Se a razão pesa nos argumentos, avalizando os seus motivos e ponderando as suas consequências, fazendo com que os sujeitos permaneçam na dúvida, em estado de perplexidade e de indecisão, “só do fundo do coração se distende de repente essa mola moral que tudo impele, então audaciosos cometimentos se praticam”.⁹¹⁹ No fundo da ação humana, grande ou de menor dimensão, a providência, silenciosa, age. Há um predomínio do sentimento do coração que pode se consubstanciar em agir providencial, sobretudo, nos momentos de hesitação das faculdades do espírito, “ante o qual desaparece o abismo em que pode soçobrar”.⁹²⁰

Para parcela dos sócios do IHGB havia uma crise de moralidade e da ordem do tempo que demandava ações pragmáticas, de utilidade social, no presente. Nesse sentido, Alfredo do Nascimento e Silva assinala que se passa da “ferocidade primitiva” à cristã “beatitude de fraternal convivência”. A sua visão sobre a experiência da história é de crise, em que os homens “ora se achegam em amistosos amplexos, ora se afastam ciosos, levando às mãos às espadas”.⁹²¹

⁹¹⁸ PINTO, Discurso... op. cit., p. 359.

⁹¹⁹ NASCIMENTO, Um átomo... op. cit., p. 339.

⁹²⁰ Idem, p. 339.

⁹²¹ Ibidem, p. 341.

Porém, mesmo as atribuições sociais, e apresentando princípios morais cristãos em sua fala, são elaboradas em um enredo constituído por acidentes efêmeros, posto que a providência divina, existente tanto em âmbito transcendental quanto particular, mostra-se capaz de aplacar todas as faltas humanas. A moral de fundo cristã é, portanto, um sacramento de princípios, um alicerce vivificador de toda a humanidade, “simbolizado na fraternidade cosmopolita que esbate as fronteiras das nações, fazendo do universo uma só pátria, e da humanidade uma família”.⁹²² Os princípios cristãos, que se performam em uma linguagem criacionista secularizada, são úteis para a satisfação da paz entre os povos. A história ensina, é mestra da vida, e ao mesmo tempo movimenta uma disposição pragmática junto à realidade social. O Deus moralizante, em uma conjuntura epistêmico-histórica modernista, não é metafísico, mas tangível a partir do momento que ele prefigura as ações dos homens e das mulheres no tempo; no mesmo compasso que racionalmente esses agentes sociais descobrem os seus mistérios a partir de elementos que conferem racionalidade aos desígnios sagrados. Para Silva, o cristianismo é perpassado pela racionalidade e torna-se uma postura moral.

Os princípios da fé racionalizada estavam presentes no pensamento de diversos intelectuais tomados por esses momentos de crise sócio-existencial. A razão servia à fé desvendando-lhe os mistérios. A divindade, o sagrado, chegava ao seu estado natural. Havia sempre uma ordem acompanhando os fenômenos, liberando, assim, homens e mulheres para realizarem todas as suas aptidões. Entender o presente é o mesmo que descobrir toda a sistemática que sinteticamente organizava as coisas tangíveis do mundo e por onde se assiste o enredo das ações humanas: “Apagam-se do mais a mais os limites entre as coisas e os fatos, e na concepção grandiosa da síntese universal, vai-se do átomo ao astro, do nada ao infinito, do mineral até o homem, e do movimento à razão”!⁹²³

O jesuíta Rafael Galanti não deixou de celebrar o seu ingresso para IHGB e de ressaltar os compromissos entre a instituição católica com os estudos históricos, que em sua acepção tem funcionalidade exemplar e movimenta o *topos* clássico *imitatio*. Assim, a Companhia tem como objetivo, amparada pela vontade de Deus, a promoção

⁹²² Ibidem, p. 341.

⁹²³ NASCIMENTO, Um átomo... op. cit., p. 341. Sobre as aproximações entre cristianismo e ciência Peter Harrison estabelece o seguinte: “O argumento de uma combinação justa entre ciência moderna e a religião cristã perpetua o ideal iluminista de um Cristianismo racional como a religião mais apta a resistir aos ataques da razão e da filosofia natural. O apelo à razão, deve-se recordar, não foi primariamente para defender as crenças cristãs contra os ataques do ateísmo ou da filosofia natural, mas para estabelecer a verdade do Cristianismo, ou uma de suas formas confessionais, contra formas de religiosidade rivais”. HARRISON, Peter. “ciência” e “religião”: construindo os limites. *Revista de Estudos da Religião*, março de 2007, p. 20. Disponível em: <https://cutt.ly/ncLLPmU> Acesso: 08 abr. 2021

(...) da boa educação da mocidade, porque a mocidade é a esperança da pátria; deseja promover o progresso das letras e das ciências, porque delas em grande parte depende a prosperidade da nação; deseja em particular promover o estudo da História pátria a fim de excitar os jovens a imitar as façanhas gloriosas de seus antepassados.⁹²⁴

O cristianismo como produto histórico

Para aqueles que professam a fé cristã, como Aristides Milton, as dúvidas sobre os propósitos de Deus não têm sentido de existir, pois há provas irrecusáveis vistas na própria história do Cristo. Milton afirma que a instituição, onde parte considerável dos seus sócios confessa ser católica, não verga diante dos comentários e das acusações de quem está de fora sobre o cristianismo ou sobre o Cristo histórico. O cristianismo é, pois, um fato histórico. O Cristo existiu enquanto homem e como divindade. Há o Cristo histórico e o Cristo que é o responsável pela maior obra de divulgação da fé até hoje existente: o catolicismo.⁹²⁵ A abnegação era uma prova da postura de fé dos sócios religiosos, que mesmo desafiados pela razão mundana não deixavam de tentar, por instrumentos cognitivos e de pensamento, descobrir as faces do Cristo histórico, aquele que veio ao mundo enquanto filho e mensageiro do Deus vivo. Sinal vivo e parabólico da união, ou da consagração, do espiritual e do temporal.⁹²⁶

O arcebispo Joaquim Arcoverde tem em mente a unificação do estudo da história com a fé, mais especificamente de cariz católica. Tudo isso em razão da providência divina ser responsável, em seu entender, por toda a organização histórico-social existente - ela é fato e indicador da própria existência de uma realidade sensível em que os homens e as mulheres partilham intersubjetivamente valores que compõe o que se considera ser a sociedade ou a civilização. A providência divina age, nessa concepção de história, sorrateiramente articulando todos os níveis da história dos povos à luz do Evangelho. Segundo as suas palavras:

É, senhores, como sabeis, soberanamente útil, nobre e proveitoso o estudo da história quando iluminado pelos clarões do Evangelho”. A relevância do estudo da história procede, principalmente, do fato dela ser “o estudo da Providência Divina, a qual maravilhosamente dirige os passos de todas as gerações humanas sem lhe tolher o preciosismo dom da liberdade”.⁹²⁷

⁹²⁴ GALANTI, Rafael (padre). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897, p. 316.

⁹²⁵ A partir do “século XIX, a corrente de pensamento chamada de historicismo (ou historismo) afirmava o caráter histórico de tudo que existe no mundo humano. Mostrava o condicionamento histórico dos fenômenos humanos, inclusive de verdades e doutrinas da fé cristã tidas como indiscutíveis, como os dogmas”. FISCHER, Joachim. História dos dogmas, história da teologia, história do pensamento cristão. *Estudos teológicos*, v. 48, n. 1, 2008, p. 87. Disponível em: <https://cutt.ly/ccLDxwW> Acesso: 08 abr. 2021.

⁹²⁶ Cf. MILTON, Discurso... op. cit., 1895.

⁹²⁷ ARCOVERDE, Discurso... op. cit., p. 650. Para um estudo sobre a performance da providência divina junto à organização dos fatos históricos ver LACERDA, Giorgio. “A Suprema Causa Motora”: o providencialismo e a escrita da história no Brasil (1808 – 1825). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/OcLBTRm> Acesso: 08 abr. 2021.

A fé católica combinava, nessa direção, com todas as propostas de ciência. A razão por ela descoberta vinha confirmar os dogmas. Era nesse sentido que a ciência da história ocupava um lugar de destaque nessa operação de saber, dado que ela confirmava todos os acontecimentos relatados no mundo da vida, orientando, assim, o universo sagrado cristão. “Que é a própria revelação cristã, senão um grande fato, um fato que como todos os demais se demonstra pelas leis e processos da história?”⁹²⁸ A razão desde que orientada, isso em profissão de fé, encaminhava homens e mulheres para o santuário. Ali a razão era outra: a fé. Duas razões que se encontravam em um grande tabernáculo. Havia, então, a racionalização da crença. Saindo do âmbito da natureza, mas que demonstrava a facticidade do cristianismo, se introduzia os sujeitos em uma região superior, isto é, a transcendental, em que a providência divina se encarregava de esclarecer e iluminar os sujeitos históricos. Em que medida, se indaga o religioso, a fé deve abrir conflito com a razão? Em que isso prejudica a fé e a crença, posto que são orientadas pela razão histórica? Arremata deste modo a sentença o bispo de Olinda:

Eis aí a verdade, que perante a incredulidade do século, pretendi afirmar. Chamais um representante do santuário, um homem de fé, para vir colaborar convosco no campo da ciência; e significais assim que a sonhada antinomia não existe. Sem dúvida, o vosso pensamento é patente, convidando o homem de fé para concorrer com seus labores no acréscimo de um patrimônio científico, não pretendeis exigir dele o sacrifício das suas crenças religiosas.⁹²⁹

Para o monsenhor Guedelha Mourão havia uma harmonia perfeita entre a fé e o estudo da história, entre a Igreja e a razão. Essas esferas não são, em sua acepção, excludentes. A *Bíblia*, o livro sagrado guardado pela Igreja com cuidados e precauções, traz consigo os acontecimentos, em tese, mais notáveis da humanidade. A história está contida na própria raiz da hermenêutica bíblica, posto que os autores hagiógrafos escrevem sob a forma de história, bem como se fala de um Cristo histórico. Não há religião mais histórica que o cristianismo em forma e em conteúdo. Nesse sentido,

(...) é constante o amor que a Igreja consagra ao estudo da História, nada ocultando do que possa interessar a verdade, como em nossos dias fez o ínclito Papa Leão XIII, franqueando os arquivos do Vaticano às pacientes investigações dos Idoutos’, que desejam conhecer das fontes mais puras dos fatos, sobre que andam divididas as opiniões combatentes”.⁹³⁰

A melhor apologia à Igreja é a sua própria história, argumenta.

⁹²⁸ ESBERARD, Discurso... op. cit., p. 297.

⁹²⁹ Idem, p. 297.

⁹³⁰ MOURÃO, Discurso... op. cit., p. 533.

Para o padre Julio Maria, a própria trajetória da experiência da história se confunde com os preceitos da fé cristã. Da mesma sorte que na história geral do mundo não se encontra um evento tão eminentemente real, sendo que na história particular do Brasil o fato mais perfeitamente histórico é o catolicismo. Segundo o padre:

Eminentemente histórico o fato cristão e católico – se lançamos os olhos para a história geral do mundo; e todos aqueles espíritos que a verdade divina revelada não veem mais do que a irradiação que purifica as almas e ‘humanifica’ os corações, não possuem qualquer que sejam os seus talentos, a verdadeira ciência da história, não tem noção do fato capital o mais amplo da história do mundo: a intervenção de Deus na vida dos povos.⁹³¹

De acordo com Julio Maria, o catolicismo não deixa, através dos seus dogmas, margem ao cientificismo cético. O sacerdote admite que a ciência do momento é a história, que ele diz ser a ciência dos fatos. Encontramos, aqui, uma explicação que une os caminhos do discurso histórico com o do catolicismo: em toda a história, segundo o padre, não há um fenômeno com tantas características de fato histórico como o cristianismo. Histórico em sua forma e em seu conteúdo. Na forma porque é uma narrativa de fatos situados no tempo/espaço. No conteúdo em razão dos seus dogmas basearem-se em fatos históricos.⁹³² Em sua opinião: “Não compreendem que o cristianismo é eminentemente histórico; e isto não porque tomasse lugar no mundo, como qualquer outro fato, mas porque seus dogmas são fatos, o seu símbolo, narração de fatos”.⁹³³

O Brasil sob os cuidados do criador

A providência divina passa, por vezes, indiferente ao agir de homens e de mulheres. Para esses agentes históricos, argumenta Aristides Milton, os trabalhos do IHGB vem revelar as vontades de Deus.⁹³⁴ A própria fisionomia social e natural do Brasil é prefigurada e agenciada

⁹³¹ MARIA, Discurso... op. cit., p. 370

⁹³² Idem, 1889.

⁹³³ Ibidem, p. 371. João Miguel Teixeira de Godoy nos apresenta o argumento necessário para pensarmos o cristianismo em perspectiva histórica, e para embasar historiograficamente a posição dos sócios religiosos do Instituto Histórico: “O fato é que as relações entre cristianismo e história ocorrem de diversas formas e a dimensão histórica desempenha um papel chave na fundamentação da doutrina, pois trata-se de uma religião que se realiza na história. Em primeiro lugar, o cristianismo é uma religião historicamente fundada, ou seja, sua criação ocorre num determinado momento da história a partir da ação de um determinado fundador. Mais do que isso, os momentos decisivos da vida de Jesus, filho de Deus, (paixão, morte e ressurreição) significam para os cristãos o evento fundamental da história humana. Tal evento possui a força de atribuir sentido ao antes e ao depois. Aquilo que vem antes são os antecedentes, a preparação. O depois revela-se como desdobramentos, onde a humanidade caminha em direção a salvação tal como foi definido pelo plano providencial do Pai”. GODOY, João Miguel Teixeira de. *Religião, Memória e historiografia*. *Revista Mosaico*, v. 5, n. 2, 2012, p. 111-112. Disponível em: <https://cutt.ly/KcLFJ1J> Acesso: 08 abr. 2021.

⁹³⁴ Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva reflete que “a história nacional oficial refletiu os interesses de uma construção identitária católica, pacífica e unificada”. SILVA, Ana Paula B. R. da. *Escrita da história e catolicismo*

pela providência: “Quando eles, entretanto, não se comovem nem se impressionam com as maravilhas que Deus espalhou pela nossa natureza tropical e opulenta, é que tendes direito incontestável pela vossa obra de patriotismo e desprendimento, Senhores”?⁹³⁵

Estudando a história do Brasil colonial, do Brasil independente, e do recém Brasil republicano encontra-se a fé católica. Essa é a posição do monsenhor Guedelha Mourão. A própria constituição da nacionalidade se confunde com a fé cristã. O substrato fé é a origem da ideia de pátria, que liga os sujeitos ao ambiente histórico. Mais: o catolicismo cria uma verdadeira civilização nos trópicos, “colaborando em todo os cometimentos uteis”.⁹³⁶

A providência divina guia os caminhos da formação histórica do Brasil, segundo Adolfo Augusto Pinto. O possível discurso da falta perante o Outro, deixando que a alteridade alheia aliene a própria concepção do ser nacional, é ressaltado. O brasileiro e a brasileira, para esse sócio, não possuem à disposição de si o senso estético do italiano, oriundo de seu tronco cultural latino, não são dotados do idealismo francês, nem da cultura científica alemã, ou do gênio industrial do estadunidense. No entanto, em virtude da generosidade da providência divina, da “Eterna Onipotência”, o Brasil apresenta-se como uma nação onde há um “maravilhoso concerto de harmonias”. Mesmo levando em consideração a divergência das suas nascentes étnicas forma um “bloco irreduzível”, a mais homogênea unidade política do Ocidente. A formação histórica brasileira abrange, em seu entender, elementos comuns fortemente arraigados, criando um bloco inteiro e um solo propício para o reconhecimento patriótico: elementos de raça, de religião, de língua, de usos e de costumes, de sentimentos e de aspiração, de legislação e de ideias. Tudo isso é, diz Adolfo Augusto Pinto, obra da providência.⁹³⁷

Para o bispo de Campinas, João Batista Correa Nery, apenas um motivo pode estar por trás da sua recepção entre os sócios do IHGB, qual seja, o fato dele ser um representante da Igreja Católica brasileira. Para o sacerdote cristão, a fé católica é um dos motores que guiam a formação do povo e da sociedade brasileira desde tempos remotos, sendo presente e atuante junto a integralidade do território nacional e participante na evolução social da nação. Nesse sentido, um povo se porta como um verdadeiro organismo derivando de uma multiplicidade viva oriunda da providência. A vida de um povo está na sua alma, no sentido de uma formação que se materializa por meio dos instrumentos da fé. É a fé o grande esteio por onde a ideia de

na passagem do século XIX para o XX: um historiador e sua militância católica. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/kcZkFNe> Acesso: 08 abr. 2021.

⁹³⁵ MILTON, Discurso... op. cit., p. 379.

⁹³⁶ MOURÃO, Discurso... op. cit., p. 534.

⁹³⁷ Cf. PINTO, Discurso... op. cit., 1909.

nação se desenvolve em sua forma plena. De acordo com as suas palavras: “Um povo, disse notável orador, é um perfeito organismo, vitalizado, é uma unidade viva derivando de uma multiplicidade viva. A vida de um povo está na sua alma, e a alma desta está na ideia e na fé”.⁹³⁸

As vidas dos povos são, nesse sentido, alimentadas por uma ideia ou princípio gerador. Nessa direção que o bispo de Campinas coloca a formação da nacionalidade brasileira a partir de uma perspectiva diretora de fundo católico e cristão. É pelo desenvolvimento da providência, do seu princípio conservador, que a experiência da história nos trópicos tem condições de existência. Assim, o agenciamento da providência divina é solicitado no IHGB pelo bispo:

Por certo, senhores, na constituição do organismo vitalizado dos povos, entram elementos mais ou menos poderosos, mais ou menos eficazes. Por outro lado, porém, levanta-se uma coisa muito mais valiosa. É a crença, é a fé, que lhe imprime sua força vivaz, suas tendências cosmopolitas, seu espírito social, seu culto a unidade, seus hábitos de organização, seus processos de coerência, seu prestígio civilizador e seus princípios de disciplina⁹³⁹

Desse modo, para que o pensamento se realize há a necessidade de uma unidade social para o seu desenvolvimento; sendo que desse movimento localiza-se a religião produzindo uma espécie de energia vital. É essa crença que leva Portugal a conseguir, em tese, todas as suas “proezas colonizadoras” no Brasil, e que leva o mesmo a se desenvolver como nação. Toda a história brasileira é, então, perpassada pela fé cristã, que se mostra como o seu grande motor implícito na organização social do país. “Elemento principal da formação da nossa nacionalidade, a fé soube ainda inspirar o valor necessário nos diversos períodos em que parecia periclitara a nossa integridade territorial”.⁹⁴⁰ Percebe-se que essa concepção de história encobre o caráter conflitivo da história no tempo e no espaço.

Era necessário naquele presente republicano, para alguns sócios do Instituto Histórico, reconhecer a necessidade de dispor os Estados do país em forma de rede. Ramiz Galvão argumenta que há, nesse sentido, a demanda por uma grande carta geográfica do Brasil, capaz de tornar visual o país em seus mínimos caracteres. O *topos* providencial é chamado nesse ponto exato, na medida em que a grandiosidade e a forma do território nacional são heranças dela:

Será preciso efetivamente conciliar o esforço dos Estados da República para que, esquecendo lutas e dissensões perniciosas e debilitantes, pondo a margem interesses secundários de partidos e indivíduos, dirijam a sua atenção solícita para esta grande obra de patriotismo: o conhecimento integral do solo que

⁹³⁸ NERY, João Batista Correa (bispo de Campinas). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1911, p. 649.

⁹³⁹ *Idem*, p. 649-650

⁹⁴⁰ *Ibidem*, p. 654.

recebemos da Providência, a composição da carta geográfica do Brasil, extrema de erros e de dúvidas que nos fazem corar.⁹⁴¹

Argumenta-se, assim, que a providência divina, mais especificamente por intermédio da fé católica, é a responsável pela grandeza do Brasil, pelo seu estado geográfico e histórico atual. Por conta disso, o arcebispo Joaquim Arcoverde convoca os patriotas e sábios do Instituto Histórico para o seguinte movimento em relação ao passado: “(...) despertar do sono os túmulos de nossos antepassados e fazê-los redizer-nos de que modo, de um vasto continente, sepultado nas trevas da barbárie, se foi constituindo está grande nacionalidade, hoje exuberante de vida e sedenta de progresso” (...).⁹⁴² A providência está, no limite, em tudo aquilo que se relaciona com a brasilidade; em tudo aquilo que a representa enquanto nacionalidade, desde os elementos naturais até mesmo os comportamentais em uma projeção de natureza societária: “(...) na origem das raças, dos idiomas, dos ritos, dos costumes dos nossos silvícolas, cujo cruzamento com o europeu produziu uma raça característica, dotada de valor até o heroísmo, e capaz de resistir com glória ao inimigo que lhe ousar ofuscar o brio (...)”.⁹⁴³ Quer se fazer acreditar que é a crença católica, desde os mais remotos tempos da colonização, a responsável material e espiritual pela organização como um todo do arranjo nacional, como pode ser visto nesta fala: “a religião católica que embalou-nos o berço, que nos trouxe a liberdade, o progresso e a civilização”.⁹⁴⁴ A religião católica serve, portanto, como dispositivo ideológico da civilização se performando através da aculturação.

Como sabemos, era a pátria o remetente direto das atividades e da produção historiográfica do IHGB. Por essa pátria majoritária esses agentes públicos e de ciências transmitiam metodicamente o seu conhecimento. Ela era uma disposição antropológica do homem em sentido de enraizamento comunitário. No caso falamos em termos de nação. Para o arcebispo Joaquim Arcoverde, a providência divina, a religião, ou a fé de modo *lato sensu*, não são incompatíveis com a disposição, ou a orientação de espírito, patriótica. Muito pelo contrário. Através do Evangelho, da suposta palavra de Deus, se ativa esse sentimento de pertença comunitarista, que para o caso religioso encontra como célula mãe a família. De acordo com o sacerdote cristão: houve “(...) tempo em que só se compreendeu melhor do que hoje que os sentimentos religiosos, inoculados na família e na pátria pelo Ministro da Igreja, dão grande

⁹⁴¹ GALVÃO, Ramiz. Sobre a necessidade de uma carta geográfica. *RIHGB*, s/d.

⁹⁴² ARCOVERDE, Discurso... op. cit., p. 650.

⁹⁴³ Idem, p. 650-651.

⁹⁴⁴ Ibidem, p. 651.

vitalidade ao sentimento patriótico, infunde-lhe certa elevação e nobreza que o formam vigoroso, enérgico e inflexível”.⁹⁴⁵

Estes dois eixos acham-se na história dos povos: patriotismo e religião. “O patriotismo ateu é uma criação nova, absurda e monstruosa. O altar e o lar são dois polos históricos da pátria”. A religião, ou a fé de modo geral, é “um grito secular de patriotismo”!⁹⁴⁶ O catolicismo para esse *sócio de batina* é uma “escola de patriotismo”, “porque é por excelência a escola da abnegação e do sacrifício; e patriotismo sem abnegação é um sentimento fátuo e ridículo”.⁹⁴⁷ É nessa escola, argumenta o arcebispo Arcoverde, que se forma o valor dos mais notáveis patriotas; todos eles manifestando, e isso pelo credo católico, as virtudes morais da abnegação, do sacrifício e do heroísmo em nome do todo coletivo chamado Brasil. “Consorescemos, senhores, a religião com a pátria, o lar com altar, como sempre estiveram em nosso país; desde o seu alvorecer, se quisermos termos uma pátria forte e feliz, onde reine, a paz, a justiça e a liberdade”.⁹⁴⁸ O Brasil que nasce da religião e do altar não pode ser concebido em sua originalidade sem a Igreja; a pátria não pode ficar sem a religião ou a família - sem o seu mais “íntimo oratório”. Arcoverde resume as intrincadas relações entre pátria e catolicismo no Brasil: “Sejamos brasileiros e inspirados na história e nos exemplos de nossos antepassados, saibamos honrar esta pátria, que nascida sob a fulgurante constelação do Cruzeiro e crescida à sombra do Cruz do redentor, nunca renegará a religião da cruz, que a fez grande, livre e poderosa”.⁹⁴⁹

Sendo o cristianismo um fato histórico, e voltando os olhos para o Brasil, o que aquela realidade nos apresenta? O catolicismo, que não é senão o cristianismo integral na concepção de Julio Maria, aparece como a religião histórica brasileira. É um fato histórico por excelência na história da nossa pátria. Para ele, é a religião católica que educa o Brasil e faz dele civilizado, com todas as suas formas de imposição de modos de ser no mundo. O primeiro símbolo da nossa pátria é a cruz. Por ela o Brasil aprende a ser brasileiro e brasileiros e brasileiras aprendem a se reconhecer. O catolicismo é o símbolo máximo da pátria.⁹⁵⁰ Argumenta Julio Maria:

A Cruz de Jesus Cristo foi o sinal da posse divina das terras do Brasil. Foi à sombra da Cruz que se formaram os nossos costumes, promulgou-se o nosso

⁹⁴⁵ Ibidem, p. 651.

⁹⁴⁶ Ibidem, p. 651.

⁹⁴⁷ Ibidem, p. 651.

⁹⁴⁸ Ibidem, p. 651.

⁹⁴⁹ Ibidem, p. 651.

⁹⁵⁰ Giovane José da Silva afirma, em sua tese de doutorado, “que o ‘moderno historiador católico’ não mais deveria fazer uma história sagrada e eclesial, abstraído-se da história profana, alheia à vida dos homens e à construção da nação”. SILVA, Giovane José da. *O batismo de Clío: catolicismo, ensino de história e novas mídias em Jonathas Serrano*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2015. p. 49. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1767.pdf> Acesso: 03 dez. 2020.

direito, legislaram-se os nossos códigos, formou-se nossa nacionalidade. Venha; venha o positivismo. Compareça perante o tribunal da história. Exorbita seus títulos, suas pretensões. Seus títulos são falsos, suas pretensões são impertinentes, exorbitantes. Debalde ele tenta esbulhar a Cruz de sua posse divina. Debalde para isso explora a nossa política, que não tem feito senão complicar. Debalde o povo o repela; o júzo imparcial da História livra-lhe a sentença, dizendo: no Brasil os usos, os costumes, os tempos, as próprias pedras, em cimos se elevam os Cruzeiros, tudo diz, tudo exclama, tudo brada: o Brasil pertence a Jesus Cristo.⁹⁵¹

Os membros do Instituto dedicam-se, declara o núncio apostólico Julio Tonti, ao estudo da história e da geografia do Brasil, e por isso sabem plenamente que nas páginas mais gloriosas de “imortal livro” dessa terra há um passado católico, em que os missionários a ela enviados doam as próprias vidas em prol da construção de uma civilização nos trópicos. Os seus nomes e os seus símbolos de fé estão escritos na história e na geografia da pátria brasileira. Em nenhum momento se reflete sobre o processo de aculturação.

Os lugares de maior renome são os que foram fecundados pelo labor daqueles Missionários heróis, que em meio de dificuldades sem cota de perigos mortais aqui anunciaram o Evangelho e plantaram a Cruz, merecendo este país de maravilhosos destinos o nome de Terra de Santa Cruz, fazendo-o nascer para verdadeira vida e verdadeira glória!⁹⁵²

A civilização brasileira orienta-se, então, pela Cruz, enfatiza o núncio apostólico. O passado do Brasil é, desse modo, católico. Para o bispo de Campinas João Nery, a fé que anima os “descobridores” é inspiradora para os patriotas inseridos no âmbito da formação nacional, sinalizando os seus grandes ideais. Ela é quem move a esperança dos brasileiros e das brasileiras, de ontem e de hoje, em meio a todas as crises políticas e sociais.⁹⁵³

No que diz respeito à ideia de pátria, ela há sempre de corresponder com a religião, porque são elementos indispensáveis: “são duas páginas do mesmo texto, dois raios do mesmo foco, dois regatos da mesma nascente”.⁹⁵⁴ A conclusão para todo espírito de boa-fé, argumenta João Nery, é esta: a igreja brasileira, a devassadora dos sertões, protetora e civilizadora dos índios, semeadora da instrução, tem sido, entre nós, esclarecida cultora das ciências, das letras e das artes; protetora do progresso, agente de elevação intelectual e moral; instrumento de paz, união, verdade e liberdade.⁹⁵⁵ A que custo?

⁹⁵¹ MARIA, Discurso... op. cit., p. 372.

⁹⁵² TONTI, Julio (núncio apostólico). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1906, p. 438.

⁹⁵³ NERY, Discurso... op. cit., p. 666.

⁹⁵⁴ Idem, p. 666.

⁹⁵⁵ Ibidem, p. 667.

Parte IV

Metodismo e historiografia

Capítulo 9 - *Mutações do regime historiográfico metódico: arquivo, erudição, crítica e síntese*

Guardando piedosamente as nossas tradições, coligindo, estudando, publicando todos os documentos que ides pesquisando, encontrando, conhecendo, prestas a nossa nacionalidade em formação o maior serviço (...).⁹⁵⁶

Afrânio Peixoto

(...) a História, que do fundo empoeirado dos arquivos extrai o ouro da verdade, para reivindicar os direitos sagrados da Pátria, que investiga e registra seus fastos gloriosos, que erige, como em os altares de um templo, a estátua dos seus verdadeiros sábios, como de seus heróis; que devassa as riquezas naturais, como perscruta a evolução, mais ou menos lenta, de um povo, que, em suma, assinala a verdadeira coordenada de cada nação no convívio dos povos cultos.⁹⁵⁷

Salvador Pires de Carvalho Albuquerque

Andais de arquivo em arquivo, de biblioteca em biblioteca em busca de fatos ocultos, das memórias consoladoras, ou dos mistérios históricos do nosso Brasil, e, uma vez colhidos esses tesouros da nossa história, trazeis para o Instituto, como o sacerdote traz para o seu altar a hóstia do sacrifício.⁹⁵⁸

Padre Belarmino

Gosto pelos arquivos: a constituição de uma tradição erudita

Nas prescrições dos sócios do IHGB republicano sobre as formas possíveis de tornar a história um conhecimento legítimo e autorizado como disciplina encontramos presente a preocupação com a avaliação daquilo que era produzido antes do contexto da Primeira República. Nessa conjuntura da agremiação existia grande interesse pelo estabelecimento e pelo aperfeiçoamento do método crítico junto ao trabalho do historiador - a condição para uma avaliação dita correta do passado.⁹⁵⁹ Suspeitava-se que esse recurso, próprio do *métier* dos historiadores, estava sendo utilizado de maneira incipiente ou que nem mesmo estivesse sendo acionado com os devidos cuidados nas narrativas históricas disponíveis na agremiação carioca

⁹⁵⁶ PEIXOTO, Discurso... op. cit., p. 504.

⁹⁵⁷ ALBUQUERQUE, Discurso... op. cit., p. 461.

⁹⁵⁸ BELARMINO, Discurso... op. cit., p. 286.

⁹⁵⁹ Em linhas gerais, o método crítico parte desta condição epistemológica: o “(...) objetivo dessa forma de raciocínio era se afastar de todo e qualquer sistema que pressuponha a existência de verdades absolutas. Em contrapartida, instaura-se um sistema hipotético em função do qual os raciocínios que almejam atingir a condição de verdadeiros são obrigados a expor a validade e a verificabilidade de seus próprios parâmetros”. ARAÚJO, André de Melo. A verdade da crítica: o método histórico-crítico de August Ludwig (von) Schlözer e o padrão histórico dos juízos. *História da Historiografia*, Outo Preto, n. 18, 2015, p. 94. Disponível em: <https://cutt.ly/1cLcNIT> Acesso: 08 abr. 2021.

e fora dela.⁹⁶⁰ Diante desse cenário, Maria da Glória de Oliveira explica a importância do método crítico para o historiador:

Como conjunto de dispositivos reguladores do trabalho investigativo, o método histórico pode ser definido como a instância em nome do qual o historiador funda a credibilidade do seu relato. Constituindo-se, portanto, em mecanismo incessante de correção de erros e obtenção de novas e precisas informações sobre o passado.⁹⁶¹

Essa demanda colocada aos sócios do Instituto Histórico, vista pelo ângulo da disciplinarização da história, apontava para a necessidade da consolidação das bases identitárias para uma prática específica diante de outras iniciativas também preocupadas com a história do país. Em um universo intelectual dominado pela figura do polígrafo estabelecer critérios básicos para a prática servia para distanciá-la da imagem do amadorismo ou da cronística. Isso não significava uma recusa total do material produzido fora daquela comunidade de historiadores, porém a sua revisão e a sua amplificação se faziam necessárias no Instituto. Temístocles Cezar sinaliza que a missão dos sócios desde a fundação confunde-se com a tarefa de “desconstruir a lógica que perpetua um conhecimento incorreto do passado brasileiro, depurando esses trabalhos de algumas de suas manchas, nem que para isso seja necessário, eventualmente, rejeitá-los do campo histórico”.⁹⁶² Mesmo que o material empírico e a prática erudita estivessem em dúvida naquele contexto historiográfico, apontamos para a formação de uma tradição erudita no IHGB, entendida através da ideia de *regime historiográfico metódico*, pautado no “gosto pelo arquivo”, na expressão pertinente utilizada por Angela de Castro Gomes.

Em primeiro lugar deve-se perguntar, pois, pelo arquivo, condição primeira para a operação historiográfica. Manoel Luiz Salgado Guimarães admite que a reflexão sobre os arquivos, lugares indispensáveis para o desenvolvimento da atividade dos historiadores, pode ser pensada a partir da sua historicidade, quer dizer, “reconhecendo o seu lugar como artefato e construção histórica, cuja arqueologia é parte do entendimento dos processos que configuram formas e possibilidades de escrita da história”.⁹⁶³ Em *Evidência da História*, o historiador francês François Hartog também refletiu sobre a problemática dos arquivos, apontando que

⁹⁶⁰ É desta forma que Rebeca Gontijo assinala um *revival* da erudição e da crítica histórica na Primeira República, dando possibilidade, inclusive, para uma agenda de pesquisa: “Supostamente, a busca de documentos e os esforços para ampliar o acesso aos mesmos, ao lado das reflexões sobre a natureza e o uso das fontes no estudo histórico; sobre os métodos de análise; os problemas da narrativa e da interpretação, constituíram uma espécie de agenda de discussão sobre a pesquisa e a escrita da história”. GONTIJO, Historiografia e ensino... op. cit., p.4.

⁹⁶¹ OLIVEIRA, Maria da Glória de. Do testemunho à prova documental: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: SALGADO, Manoel (org.). *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 233.

⁹⁶² CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: PEREIRA DAS NEVES, Lucia. M. B; GUIMARÃES, Lucia. M. P; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 98.

⁹⁶³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e erudição. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 44.

independente da sua natureza, podendo ser voluntários ou involuntários, imagéticos ou feitos de transcrições e de gravações, passando por materiais institucionais e intelectuais, eles se apresentam como objetos para uma análise historiográfica. Em suas palavras: “os arquivos, com letra maiúscula e sem ela, podem conhecer também seu momento historiográfico e seu movimento reflexivo (...)”.⁹⁶⁴ A importância atribuída aos arquivos está, nesse sentido, para além deles apontarem para um conjunto de verdades reificadas ou apresentarem-se como os repositórios empíricos provedores da prova documental incontestada, mas por iluminarem as perspectivas do historiador a partir das formas próprias e específicas, portanto, dotadas de historicidade, de reunião e de coleta dos indícios da passividade do passado, o que diz muito sobre a história que se quer, e que se pode, praticar e escrever.⁹⁶⁵ Elaborar um arquivo já é, portanto, uma forma de evidenciar a escrita da história que se deseja.

O acesso à fonte documental, a possibilidade de adentrar ao momento do arquivo, expressa uma preocupação que acompanhou a escrita da história disciplinada no século XIX. Sem documentação, indícios de realidades passadas, não havia história. Pilar da ciência histórica. Guimarães foi preciso nesse ponto, pois esse movimento instaura uma mudança na legitimação do relato que se quer verdadeiro, passando das formas clássicas do “eu vi”, da autópsia, para a erudição arquivística e bibliográfica do “eu li”. Para tanto os arquivos são de suma importância como fonte de legibilidade do passado. Assim,

(...) expliquemos melhor seu significado: tratava-se de submeter a documentação escrita aos procedimentos da crítica erudita visando estabelecer a autenticidade e a fidedignidade dos documentos em questão.⁹⁶⁶

Apenas quando realizada essa etapa do trabalho intelectual, ativa e interpretativa, se supõe que certos fatos do passado possam ser creditados como verdadeiros.

Maria da Glória de Oliveira ressalta, tendo em vista o exposto, que as virtudes e as habilidades inscritas nas tarefas de leitura, de estabelecimento e de edição de fontes, correspondem ao gesto inaugural das formas de operação historiográfica, segundo a conhecida proposição de Michel de Certeau. Nessa operação solicita-se o

(...) procedimento metódico de selecionar, de reunir, de transformar ‘documentos’ e construir ‘arquivos’ através da transcrição de manuscritos,

⁹⁶⁴ HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 238.

⁹⁶⁵ Taise Tatiana Quadros da Silva tem uma definição de arquivo próxima do nosso entendimento: “O arquivo, assim, não é considerado como um espaço neutro, mas como um lugar de poder, onde o sentido do que merece ser arquivado, foi anteriormente definido segundo interesses e concepções que sustentaram e legitimaram o ‘arquivável’, construindo-o”. SILVA, Taise Tatiana Quadros. *Transgredir a ordem do arquivo. História da Historiografia*, n. 8, 2012, p. 198. Disponível em: <https://cutt.ly/gcZxP3T> Acesso: 08 abr. 2021.

⁹⁶⁶ GUIMARÃES, História... op. cit., p. 51.

alterava-se, enfim, o estatuto de certos textos com o objetivo de configurá-la em uma coleção documental.⁹⁶⁷

A partir do estabelecimento das fontes, indícios do passado, encontramos o ato fundador da moderna disciplina história, a qual o IHGB era um dos seus operacionalizadores no Brasil. Há, então, a aproximação entre os arquivos e as técnicas de investigação.

Como sabemos, configurando-se como uma memória da disciplina no Brasil, ao longo do século XIX foi o IHGB o lugar que assumiu o vaticínio coletivo de fazer do trabalho com as fontes (vestígios, rastros, indícios, evidências) a pedra angular na construção do *ethos* do historiador disciplinado. Somente por seu intermédio, o do trabalho no arquivo, se podia, então, invocar e requerer a autoridade e a legitimidade para uma ciência que ainda estava estruturando as suas bases epistêmicas, “disputando um campo de saber que fazia do passado objeto de especialistas adequadamente preparados, e por isso dispondo sobre ele de um monopólio de fala”.⁹⁶⁸ Não é por acaso que José Honório Rodrigues identifica na fundação do Instituto o nascimento da pesquisa histórica no Brasil.

Vejamos essa demanda a partir de uma análise de caso: o programa histórico sorteado na sessão de 24 de novembro de 1840, isto é, *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil?* A relevância da proposta de Rodrigo de Souza da Silva Pontes é garantida por mover o ato criador de uma preocupação metódico-erudita de estruturação de arquivos nacionais por parte do IHGB.⁹⁶⁹ Rodrigo Pontes aponta que a tarefa daquela agremiação deve se pautar, antes de qualquer coisa, em coligir e preparar os materiais para a história e a geografia do país. A noção de arquivo aparece em seu programa:

Esses materiais, porém, ou se encontram já formados, ou cumpre ainda que sejam organizados. A este vai dando o Instituto princípio e existência, à proporção que discute, e publica memórias, pareceres, e outros quaisquer trabalhos, ou elaborados no seu seio, ou oferecidos por pessoas, que posto não façam parte da nossa associação, tomam com tudo a peito o progresso dos conhecimentos históricos e geográficos.⁹⁷⁰

⁹⁶⁷ OLIVEIRA, Do testemunho... op. cit., p. 217.

⁹⁶⁸ GUIMARÃES, História... op. cit., p. 45.

⁹⁶⁹ Fabiana Dias argumenta que Rodrigo de Souza da Silva Pontes “(...) possivelmente inspira-se em um texto de autoria do Cônego Januário da Cunha Barbosa, publicado no primeiro número da Revista, com o título: ‘Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem a sociedade central do Rio de Janeiro’. O ensaio metodológico, assinado pelo Secretário Perpétuo, pretende orientar a consecução de um exaustivo levantamento de informações que servem de suporte ao grandioso empreendimento da História Geral”. DIAS, Fabiana. *Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UERJ, 2009, p. 56. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_f6bc63a26b3bdba0faa707777e75181c Acesso: 04 dez. 2020.

⁹⁷⁰ PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número*

O que esse parecer de fundação da moderna disciplina história no Brasil revela é a consciência de que para se escrever história necessita-se indiscutivelmente recorrer a um arquivo. O processo de escrita passa a estar submetido a sua existência, e a sua existência responde a demanda por uma escrita metódica da história. Mas esse tipo de raciocínio epistêmico não é evidente, posto que o historiador se torna, igualmente, um arquivista em muitos dos casos devido à insuficiência de materiais organizados.⁹⁷¹ Nessas situações, o processo de arquivamento, que se opera a partir de uma série de procedimentos metódicos e de virtudes epistêmicas subjacentes, já é um primeiro gesto intelectual, até mesmo hermenêutico, próprio da atividade do historiador. O sócio enfatiza que é uma tarefa intelectual útil ao IHGB compulsar, conseguindo ordem para tanto, arquivos particulares, casas religiosas e arquivos públicos. A importância do arquivo, e das suas fontes, passa a ser patente em suas palavras; condição mesma para o exercício de um conhecimento que almeja certificação junto ao plano da experiência: “O primeiro passo portanto que deve dar o Instituto é solicitar o consentimento dos que nos podem fazer patentes os cofres preciosos, onde se encerram tantos documentos da maior importância para a História e para Geografia da nossa terra natal”.⁹⁷² Além disso, essa primeira operação de ida ao arquivo por parte do Instituto Histórico demanda até mesmo uma comissão própria para a realização do trabalho de higienização, de procedência, de inventariamento, de seleção e de organização do material; de criação de tipologias de identificação de temas, de prevenção contra cópias de documentos falsos ou fidedignos, ou seja, todas aquelas habilidades eruditas, e até mesmo antiquárias, com as quais o historiador iniciava o seu estudo sobre o passado. Segundo Rodrigo Pontes,

Finda a diligência, deverá cada uma das comissões apresentar ao Instituto um relatório circunstanciado do arquivo que esmerilhou, expondo o que entende acerca da autenticidade e da importância dos documentos ali depositados, e acerca das despesas necessárias para obtê-los, ou tenha que tirar cópias deles ou hajam de adquirir-se por compra.⁹⁷³

possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil? *RIHGB*, tomo III, 1841, p. 149.

⁹⁷¹ A criação do IHGB, do Arquivo Nacional e do Colégio Pedro II apresenta-se como uma maneira de enfrentar essa problemática. Assim, a “vitória da cultura histórica oitocentista, que ao interesse erudito pelas coisas do passado busca conferir um sentido presente ao esforço de reflexão sobre o passado, viabilizou a criação de diferentes formas institucionais capazes de pôr em marcha o projeto de uma história, que ao mesmo tempo que apropriando-se da tradição e dos métodos da pesquisa erudita, busca submetê-la agora às exigências de uma cultura histórica modificada. Segundo esta, o estudo dos eventos pretéritos estaria definitivamente submetido às regras da ciência”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado como história o IHGB e a Sociedade do Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio A. Passos (orgs.) *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access. 2001, p. 1.

⁹⁷² PONTES, Quais os meios... op. cit., p. 150.

⁹⁷³ Idem, p. 150.

Manoel Luiz Salgado Guimarães diz algumas palavras sobre a preocupação daqueles primeiros fundadores do IHGB junto ao estabelecimento de uma tradição de estudos que se dedicava ao levantamento, ao exame e à análise das fontes possíveis para a escrita da história do Brasil. Procedimentos que podiam ser observados através da prática historiográfica do sócio da instituição Francisco Adolfo de Varnhagen:

O documento teria a capacidade de trazer ao leitor contemporâneo a vida do passado, representando-o através de recursos narrativos postos em movimento. Presentificando uma ausência, o documento atestaria a veracidade dos fatos narrados e acontecidos num tempo passado, tornando verdadeira, e, portanto, digna de credibilidade, a história a partir deles contada.⁹⁷⁴

No texto de fundação escrito por Rodrigo Pontes também são indicados outros tipos de fontes que o historiadores, e aqueles interessados na geografia do Brasil, devem recorrer, o que implica, invariavelmente, na ampliação da própria noção de arquivo, de fonte histórica e de prova documentária, e mesmo de erudição enquanto conhecimento gerador de problemas acerca de assuntos de ordem diversificada.⁹⁷⁵ Em primeiro lugar, as fontes cartográficas, os mapas, são indispensáveis para situar um evento no tempo, para corrigir a sua localização, para ampliar a visão do leitor de história acerca da espacialidade da nação. O recolhimento dos mapas, tomados como fontes, também implica em um trabalho crítico sobre eles, identificando a sua autoria, o material utilizado, o seu contexto de confecção e a sua autenticidade. Se como quer Ricoeur, a escrita da história é realizada de ponta a ponta, da ida ao arquivo até o momento da transposição investigativa para um suporte narrativo propriamente dito, o primeiro passo da operação historiográfica, podemos dizer que esse momento analítico torna o historiador um perito,⁹⁷⁶ alguém com sensibilidade de arquivo e portador de um saber apropriado para a realização de uma prática, sendo capaz de ser reconhecido por suas habilidades. Obviamente que essa ação implícita na escrita da história se corresponde com o social.

O programa estabelecido por Pontes também prevê a realização de viagens filosóficas⁹⁷⁷ que servem, pois, como uma maneira de aquisição de fontes para a escrita da história do Brasil.

⁹⁷⁴ GUIMÃRES, A disputa... op. cit., p. 110.

⁹⁷⁵ Manoel Luiz Salgado Guimarães é claro quanto a este assunto: “Para lidar com uma massa de material que não encontra sua decifração nos textos clássicos da tradição humanista ocidental é preciso o recurso a novas metodologias de trabalho que familiarizem o pesquisador do passado com os conhecimentos de geologia, de botânica, de paleontologia, de lidar com questões cruciais, sobretudo relativas ao problema da cronologia, procedimento indispensável para uma reflexão sobre o passado destas sociedades humanas em questão, cuja origem remontaria a tempos muito recuados em relação à cronologia estabelecida para dar conta da história universal”. GUIMARÃES, Nação... op. cit., p. 6.

⁹⁷⁶ Para Paul Ricoeur, a “disparidade dos materiais que povoam os arquivos é de fato imensa. Seu domínio reclama técnicas eruditas, ou mesmo a práticas de disciplinas auxiliares precisas e a consulta de guias diversos para reunir os documentos necessários à investigação. O historiador profissional é aquele que tem sempre em mente a pergunta: ‘como posso saber o que vou dizer?’. Essa disposição de espírito define a história como ‘investigação’, segundo a etimologia grega da palavra”. RICOEUR, História/epistemologia... op. cit., p. 181.

⁹⁷⁷ Cf. FERREIRA, Ciência nômade... op. cit., 2006.

Além disso, os próprios relatos de viagem servem como obras de história e como fontes, haja vista que o seu enunciante era portador do saber originado da visão, esteve em tal lugar e foi testemunha de algo; o modelo antigo da autópsia permanecia, como vimos, como forma de dar inteligibilidade às coisas na historiografia moderna. O testemunho da visão é fonte importante para o historiador nesse programa de 1840, um dos primeiros colocados em discussão nos salões do Instituto Histórico:

As excursões científicas, porém, não se destinam somente a coligir cópias, desenhos, ou descrições de monumentos. Pontos há em História e Geografia referidos, ou indicados, pelos escritores de maneira oposta e contraditória. Alguma vez sucede que se não possa ajuizar da sua maior ou menor exatidão, sem exame e conhecimento dos lugares em que se passaram as cenas relatadas, ou sem determinar, segundo os princípios da ciência, a posição geográfica desses mesmos lugares.⁹⁷⁸

Pontes tem motivos para a prescrição desses cuidados por parte do historiador, pois para ele as narrativas históricas escritas por nossos primeiros cronistas e historiadores entram em contradição geográfica em relação ao passado brasileiro, como na localização e na caracterização de pequenas comunidades. A presença do viajante dissipa o certame, sendo ele uma espécie de juiz.⁹⁷⁹ O seu discurso do método se estrutura desta maneira:

Não tomo sobre mim a solução destas questões, que na verdade apenas podem ser decididas sendo estudadas nos lugares onde os acontecimentos passaram, estudados esses mesmos lugares, determinada a sua extensão e a sua posição geográfica, ouvidas e averiguadas as tradições, e examinados documentos, uma boa parte dos quais será difícil de examinar fora das mãos de seus possuidores, pois que consistem em títulos de propriedade.⁹⁸⁰

Para que o historiador certifique o seu saber, habilidades críticas são prescritas: caso haja dúvidas sobre os fatos é necessário estar presente nos lugares onde estes emergem; após esse exame primeiro passa-se ao estudo do referido fato inserido em uma configuração espacial que demanda estudo próprio; depois se recolhe o máximo possível de informações por meio das tradições, todo o relato que pode informar algo, desde que perpassado pelo crivo crítico, sobre o fato em questão. Somente após todas essas práticas se começa a examinar metodicamente a documentação que corroborava os fatos.

⁹⁷⁸ PONTES, Quais os meios... op. cit., p. 151.

⁹⁷⁹ Manoel Luiz Salgado Guimarães mais uma vez é esclarecedor: “O olhar assegura então a possibilidade da prova, em todos os sentidos fundamental para o trabalho de narrativa do passado e construção política da nação no presente do século XIX. O deslocamento no espaço, sobretudo para regiões do Império do Brasil brasileiro, viabilizaria também uma experiência de natureza temporal, a constatação de tempos sociais diversos coexistindo num mesmo espaço que se deseja agora unitário: o território da nação”. GUIMARÃES, A cultura histórica oitocentista... op. cit., p. 112.

⁹⁸⁰ PONTES, Quais os meios... op. cit., p. 154.

Importante compreendermos, nesse sentido, a concepção de história inscrita nesse texto fundador. Relevante por estar registrada em um dos primeiros programas discutidos pela instituição, e por reafirmar os pressupostos previstos pelos seus primeiros estatutos. Para ele, a história como conhecimento não pode se restringir aos fatos e aos acontecimentos políticos da nação. Todas as realizações humanas podem ser estudadas no que ele diz ser as “variações e alternativas porque sucessivamente passa o espírito humano”.⁹⁸¹ Arremata dizendo que os seus horizontes de estudos possuem a mesma amplitude das ciências e das artes, o que implica, também, em uma profusão de fontes possíveis para o historiador. Os argumentos de Pontes enfatizam que essa concepção de história deve ser operacionalizada por uma equipe de pesquisadores, em um trabalho coletivo que deve ser movimentado por aqueles sócios. Esses estudiosos conduzem a pesquisa aos arquivos munidos de inquéritos que direcionam aquilo que deve ser investigado, bem como arquivado, como interessante à história brasileira.

Mais de setenta anos após a discussão sobre o papel das fontes, da crítica e dos arquivos ter sido contemplada no IHGB através do programa histórico desenvolvido por Rodrigo de Souza da Silva Pontes, o renomado historiador e diplomata pernambucano Manuel de Oliveira Lima recolocou a questão, agora no contexto da Primeira República, a partir de uma conferência na agremiação com o título de *Atual papel do Instituto Histórico*, proferida em 1913. A discussão sobre “a guarda, conservação, e divulgação dos arquivos brasileiros” surge para Oliveira Lima em razão do *Congresso Internacional de Ciências Históricas*, em Londres. Ele foi convocado pela organização do evento para discorrer sobre esse tema tendo como foco o Brasil.⁹⁸² Assim, o estudioso reconhece a atuação do Instituto Histórico junto ao estabelecimento dos arquivos:

Esta casa já tem felizmente prestado neste campo assinalados serviços, arrancado à ignorância e salvando do olvido os interessantes papéis do nosso passado, de que estão cheias as páginas da sua *Revista*, e tanto dista de contemplar-se sua tarefa a respeito, que ultimamente nos seus próprios depósitos, o Instituto tem ido buscar novo e precioso material.⁹⁸³

Vê-se, por meio da demanda colocada à Lima e a partir da sua percepção quanto ao caso do IHGB, que entre a comunidade de historiadores brasileiros havia a preocupação com a parte técnica da pesquisa, aquela que transformava o material investigativo em fonte histórica. Esse vaticínio não apagava a performance da matriz romântico-historicista. Pelo contrário: a ideia

⁹⁸¹ Idem, p. 154.

⁹⁸² LIMA, Manuel de Oliveira. *Atual papel do Instituto Histórico*. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 485.

⁹⁸³ Idem, p. 485.

de história moderna demandava a atualização das pesquisas visando o aprimoramento dos relatos históricos, vistos como versões, o que implicava, logo, na sofisticação da dúvida metódica e no aprimoramento da crítica. É em razão dessa concepção de história que se pode falar de uma tradição erudita entre o Império e a República.⁹⁸⁴ Lima confirma o argumento:

É de esperar que o zelo do Instituto não fraqueje nesse ponto, antes se firme e redobre. É preferível que na *Revista* sobrelevem os documentos aos ensaios; nós carecemos mais de preparar o material, reunindo o muito que anda disperso, do que urge aproveitá-lo. O Instituto prestará ainda inestimável serviço arrecadando arquivos particulares (...), e sua atividade neste ponto deve estender-se até além das fronteiras nacionais.⁹⁸⁵

Nesse sentido, a organização dos arquivos, o trabalho da crítica erudita, a disponibilização das fontes e a escrita da história realizadas no Instituto Histórico não possuem, para Oliveira Lima, um caráter particular, restrito e fechado em si no que concerne à pesquisa histórica, posto que esses procedimentos possuem valor patriótico. Eles oferecem condições para que se conheça a identidade nacional brasileira, o que abre margem para um movimento de amplificação (nacional e internacionalmente) dos arquivos, dada a complexidade do desejo e os múltiplos vetores que o entrecortam:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem, pois, pelo que estamos vendo, um variado, nobre e fecundo papel a desempenhar na evolução da nossa cultura. Compete-lhe ser o divulgador máximo das informações relativas ao nosso passado comum, isto é, a nossa tradição nacional, para tanto transformando seus arquivos em depósito de documentos de caráter histórico, oficiais e particulares, interessando todo o Brasil, que a colonização exclusiva e ciosa portuguesa preparou uno, que a independência o Império fez realmente uno e uno deverá ficar se quiser ser grande e forte.⁹⁸⁶

É verdade que o nacionalismo de Oliveira Lima tornava o seu olhar enviesado sobre a elaboração dos arquivos brasileiros. Além disso, há a pergunta: qual identidade nacional ele se refere? De todo modo, era essa a motivação nacional-patriótica que levava aqueles sujeitos a continuarem o trabalho da crítica-erudita na Primeira República.

⁹⁸⁴ Pedro Afonso Cristovão dos Santos admite que há uma tradição erudita no Brasil que perfaz o século XIX e início do século XX, corroborando com a nossa análise: “Pode-se ainda afirmar que a geração do final do século XIX, e início do século XX, foi continuadora das práticas eruditas da geração que lhe antecedeu. A edição de documentos históricos, a produção de pesquisas voltadas à resolução de questões particulares, factuais, da história do Brasil, ocupou-lhes consideravelmente”. SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. A erudição histórica na historiografia brasileira: uma análise da memória acerca da historiografia oitocentista. *Anais do XXVI simpósio nacional de história - ANPUH-SP*. São Paulo: USP, 2011, p. 14. Disponível em: <https://cutt.ly/rcZju1o> Acesso: 08 abr. 2021.

⁹⁸⁵ LIMA, Atual... op. cit., p. 486.

⁹⁸⁶ Idem, p. 491.

O destino de Sísifo: a retórica das lacunas da história

Mesmo com todos os esforços metódicos e com todos os avanços da crítica histórica, Olegário Herculano de Aquino e Castro admitiu, em 1896, que a história geral e completa do Brasil ainda não estava feita. Muito se escreveu sobre o Brasil, mas uma obra que satisfizesse todas as condicionantes exigidas para a perfeita história de um país, como era o nosso caso, grande em extensão territorial e ainda maior em suas “antigas e gloriosas tradições”, só em um futuro distante podia ser realizada.⁹⁸⁷ Era uma história única que se desejava. Essa forma de história silenciava uma pluralidade de histórias concorrentes, como as dos indígenas e as dos descendentes de africanos. O IHGB continuava, para Olegário Herculano, a sua tradição: organização e preparo dos indispensáveis materiais para essa futura história geral do Brasil. Reunia e metodizava os inúmeros e interessantes documentos que se achavam dispersos e esquecidos: “instruída e afirmada é a bela e gloriosa história que ainda há de ser escrita em honra da pátria”.⁹⁸⁸ Devia-se levar em consideração, através do trabalho de exposição de fatos, de apreciação dos caracteres formativos da nação, de análise das instituições sociais metodicamente conduzida e de tudo o que dizia respeito à vida social do país, que havia incorreções e grandes lacunas na história brasileira que só o amadurecido e o meditado estudo erudito e a judiciosa crítica podiam preencher. A história é, assim, uma espécie de “espelho que fielmente reflete a imagem dos homens e das coisas”, tanto de longe como de perto; de modo que a reprodução dos fatos, dos vultos, dos traços, a vista de conjunto, obedece, em tese, “a rigorosa e nua verdade em quadros vivos e animados”.⁹⁸⁹ Por isso o aperfeiçoamento da crítica.

Para o sócio correspondente Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o IHGB guarda as mesmas feições da sua origem⁹⁹⁰, com as suas respectivas virtudes epistêmicas e proposições

⁹⁸⁷ CASTRO, Alocução do presidente... p. 348. Rebeca Gontijo e Marcelo de Souza Magalhães admitem que esse veto à uma história do tempo presente é elaborado ainda no século XIX. Conforme a posição dos estudiosos, desde o “século XIX, a escolha dos acontecimentos do presente a registrar podia ser vista como um ato capaz de levar à produção de uma obra imperfeita, porque submetida ao juízo de valor daquele que seleciona e exclui os fatos da história”. GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. O presente como problema historiográfico na Primeira República em dois manuais escolares. *Revista história hoje*, v. 2, n. 4, 2013, p. 85. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/91> Acesso: 08 abr. 2021. Já Maria da Glória de Oliveira, a partir do caso Capistrano de Abreu, complementa o argumento: “Aqui, pode-se atribuir à consciência moderna do tempo, que se expressa na referência ao ‘período novo’, a percepção da diferença entre o tempo vivido e o porvir, entre uma experiência precedente e a expectativa de futuro. Paradoxalmente, a consciência desse tempo novo impõe interdições à sua imediata elaboração historiográfica ou, como sugere Capistrano, acerca dessa época recente, ainda em curso, só seria possível a escrita da sua história no futuro”. OLIVEIRA, *Crítica...* op. cit., 61.

⁹⁸⁸ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899, p. 411.

⁹⁸⁹ Idem, p. 411-12.

⁹⁹⁰ Para uma análise das demandas epistemológicas, conceituais e políticas inscritas nas origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ver GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil – 1838-1857*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011. Se tem em mente que essa tradição reivindicada pelo IHGB na Primeira República é eletiva: “Falar em termos de tradição eletiva ou seletiva é também falar em formas de uso

conceituais que são decorrentes de um trabalho de “autoridade científico-literária”. O seu passado é a sua atualidade na opinião desse sócio. Eis algumas virtudes cultivadas no Instituto Histórico no que diz respeito à produção de conhecimento: suposta solidez na sua índole, não se abrindo às conveniências e às mentiras da política e do voto, e o “seu ambiente é o da serenidade das convicções refletidas”. Com trabalho paciente e objetividade se origina, através da sua consagrada Revista, uma “enciclopédia da história nacional”, em que qualquer brasileiro ou brasileira pode pesquisar os interesses da pátria no duplo aspecto (in)formativo: de conhecer algo como de se formar como sujeito histórico.⁹⁹¹

Na alocução presidencial de 1902, Olegário Herculano reforça que para a realização de um trabalho historiográfico da envergadura ambicionada pelo IHGB, de uma escrita da história para o país, mal basta a vida de um só homem, uma associação ou mesmo a boa vontade de toda uma geração. A história do Brasil é, conforme quer o presidente da agremiação carioca, uma “obra vasta e profunda”, demanda muito estudo, muita reflexão e muita diligência, além de largo tempo e recursos materiais que ainda, mesmo com os empenhos das gerações antecedentes, faltavam. As coleções impressas ou o acervo de documentos originais, que todos ou quase todos os países possuíam arquivados, ainda estavam em falta nos depósitos da agremiação, impedindo o trabalho da crítica. Além disso, documentos avulsos e esparsos coligidos através de obras escritas em tempos remotos também mal podiam ser tomados pelo esteio crítico em razão da sua imperfeição ou por acharem-se confundidos com diplomas ou títulos sem autenticidade. Eles não podiam aceitar como autoridades seguras e legítimas.⁹⁹²

Essas e outras dificuldades, consideradas difíceis de serem superadas, fazem com que aquele que se propõe a escrever a história da nação tenha que se “sepultar”, “com exclusiva aplicação de sua atividade”, nos arquivos públicos e nas bibliotecas para descobrir “entre milhares de papéis e documentos, muitas vezes indecifráveis, aquele que possa satisfazer o seu intento”. Assim, há de indagar, pois, os monumentos no estrangeiro, avivar inscrições, investigar cartórios públicos e os registros das capitais, cidades, vilas, municípios, igrejas e mosteiros; há de ser paleógrafo, antiquário, viajante, bibliógrafo, tudo, “enfim, quanto possa

do passado; uso público e, portanto, político da história”. NICOLAZZI, Fernando. História da historiografia e temporalidade: notas sobre tradição e inovação na história intelectual. *Almanack* [online], n. 7, 2014, p. 7. Disponível em: <https://cutt.ly/Jv30Aww> Acesso: 08 abr. 2021.

⁹⁹¹ ANDRADA, Discurso... op. cit., p. 384.

⁹⁹² Para a resolução desse problema se faz um apelo, político e intelectual, ao trabalho conjunto e em equipe, no Império e na República. Entre os primeiros sócios do Instituto “a exortação ao trabalho de equipe se impõe como a única via possível para se fazer a história. Esse grupo de pesquisa não deve se restringir aos habitantes da Corte. A elite provincial é convocada a coletar fonte, ou, segundo a metáfora biológica de Cunha Barbosa (1839), a fornecer ‘os membros ao corpo para uma história geral e filosófica do Brasil’”. CEZAR, Lições... op. cit., p. 99.

fazer a luz no caos da incerteza, e descortinar a verdade entre as sombras do tempo condensadas pela ignorância e pelo indiferentismo”.⁹⁹³

Norival Soares de Freitas argumenta, em 1908, que a busca por fontes ainda é o grande desafio colocado aos sócios do IHGB, não sendo suficiente o material até então recolhido pela Revista, que muitos julgam seguros. E a recolha desses documentos não fica circunscrita aos arquivos nacionais e de Portugal. História, para Norival Freitas, se faz com documentos, deles advém o caráter identitário da disciplina: “(...) pensam assim todos os que cultivam esse ramo intelectual e as encareceram, por gosto aos cantos dos arquivos, a decifrar alfarrábios que se esfarelam”.⁹⁹⁴ Para o verdadeiro conhecimento da formação brasileira o acesso aos documentos e aos arquivos estrangeiros era imprescindível, dado que ela não se restringia a um movimento somente interno. Dessa falta de lastro documental para a escrita da história brasileira surgiam trabalhos como os de Capistrano de Abreu com as suas anotações à *História Geral* de Varnhagen. Se a história do Visconde de Porto Seguro estava incompleta, mesmo com todas as virtudes epistêmicas e habilidades que mobilizou em sua prática, com todo o seu poder de descrição e o seu trabalho de crítica atento a originais e a cópias de documentos, o que dizer das novas iniciativas de pesquisa que ignoravam ou estavam distanciadas dos arquivos, do repositório empírico que ainda fazia da prática historiográfica um constante trabalho de correção e de fechamento de lacunas?⁹⁹⁵

Assim sendo, vê-se que um dos lugares comuns nas falas dos sócios é que a fonte histórica, ou que os documentos em si, é responsável por desvelar uma realidade qualquer, ou dar a vida ao passado, ou ainda por tornar o passado vivo. O que não significa uma abordagem em que o material documental torna o passado onipresente. Isso pode ser visto nesta imagem epistêmica criada por João Mendes de Almeida Júnior: “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, senhores, servir-me de uma analogia de Cujacio, é o anzol de ouro para pescar nas profundezas de nossos arquivos os monumentos e trazer à luz os exemplos de virtudes, de

⁹⁹³ CASTRO, Alocução do presidente... op. cit., p. 540.

⁹⁹⁴ FREITAS, Norival Soares de. Discurso de Posse. *RIHGB*, tomo 71, parte II, 1908, p. 566.

⁹⁹⁵ Vitor Claret Batalhone Júnior consegue circunscrever esse contexto epistêmico de reavaliação da crítica erudita através do trabalho de Capistrano de Abreu na anotação da *História geral do Brasil*, de Varnhagen. Segundo o historiador: “(...) para Capistrano, fechar as ‘lacunas’ documentais da ‘História Pátria’ seria um momento decisivo na constituição não somente da historiografia e da disciplina da história do Brasil, mas também na constituição da história nacional enquanto arcabouço de experiências e tradições que conformariam a identidade nacional brasileira. Destarte, rastrear, coligir, avaliar, estabelecer processos de crítica documental e de edição de documentos históricos eram estágios fundamentais não somente à formação e à consolidação de uma disciplina, mas também à construção de uma identidade nacional. JÚNIOR, Vitor Claret Batalhone. Conformando o discurso sobre a História Pátria: Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia entre notas e prefácios. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: USP, 2011, p. 2. Disponível em: <https://cutt.ly/acLVzpK> Acesso: 08 abr. 2021.

patriotismo e de sabedoria dos nossos antepassados”.⁹⁹⁶ Essa realidade acessada pelas fontes era colocada em modo de anterioridade através da limitadora e excludente da noção de pátria brasileira, derivada do singular coletivo.

Então, temos sócios afirmando que no contexto historiográfico da Primeira República havia ainda muita coisa por ser pesquisada. Mesmo após mais de cinco décadas desde a sua fundação a pesquisa histórica no Brasil não era tomada de maneira definitiva através dos estudos já realizados. Se requeria precisão e diligência nos estudos históricos e geográficos brasileiros, além de fatos históricos como adjetivos e não como substantivos:

Há ainda no Brasil muita coisa que não se conhece, no que se conhece por informações vagas, às vezes incompletas; fatos sobre os quais ainda não se fez observação alguma, não submetidos ao critério dos contemporâneos, e, todavia, quanto não lucrariam a Geografia e a História se pudéssemos guardar na Biblioteca do Instituto as provas de *visu* a respeito da primeira e os conceitos filosóficos a respeito da segunda?

O Pe. Belarmino acredita que a história, a partir da tradição de pesquisa erudita existente na comunidade do IHGB, está relativamente organizada. No entanto, deve-se avançar e fazer movimentar o regime historiográfico metódico. A história enquanto conhecimento deve, para o prelado, ser constantemente corrigida. É a própria ideia de história na modernidade, em que se deseja a atualização progressiva da pesquisa em busca da complexificação da interpretação dos fatos históricos.⁹⁹⁷ Para ele, desde a conjuntura epistêmica historicista, o fato histórico se distância de perspectivas unitárias, ou miméticas, de interpretação. É um refazer continuado. Isso faz com que a pesquisa saia, na República, de um estado experimental para um permanente, “onde tudo deve ser correção, que não se fará sem darmos à crítica das coisas públicas, e por conseguinte da história pátria, novos métodos pelo seu lado analítico, prático e verdadeiro”.⁹⁹⁸

A tradição erudita do IHGB, destacada por meio da mobilização do regime historiográfico metódico, tinha a sua performance assegurada na Primeira República. A tarefa do historiador ainda necessitava do estabelecimento dos arquivos e da crítica dos fatos. Essa preocupação é uma constante naquela matriz disciplinar: “A história do Brasil está cheia de sucessos desordenados, escrita como se fora uma lenda sem aquele apoio dos conceitos que, na narração dos acontecimentos, poderiam oferecer abundante cabedal de ensinamentos positivos para uma completa reforma e segura orientação”.⁹⁹⁹ Vê-se que a tarefa crítico-metódica¹⁰⁰⁰

⁹⁹⁶ JUNIOR, Discurso... op. cit., p. 221.

⁹⁹⁷ Cf. KOSELLECK, *Historia Magistra Vitae...* op. cit., 2006.

⁹⁹⁸ BELARMINO, Discurso... op. cit., p. 287.

⁹⁹⁹ Idem, p. 292.

¹⁰⁰⁰ Assim, a crítica trata-se realmente de uma regra comum entre os historiadores, conforme abordado por Antoine Prost. De todo modo, “(...) seja qual for seu objeto, a crítica não é um trabalho de principiante, como fica demonstrado pelas dificuldades dos estudantes às voltas com a interpretação de um texto. É necessário ser já

abria margem para a instauração de uma narrativa segura, conceitual e que ensinava. A dimensão metódica da pesquisa, atravessada pela dúvida, era o passo crucial para a realização do fazer historiográfico como um todo.

Capistrano de Abreu foi um dos autores que, nessa conjuntura epistêmica, se faz reconhecido enquanto historiador, dentre outras coisas, em virtude da sua sensibilidade e do seu conhecimento face à crítica histórica, o que imprimia foros de erudição a sua prática, a ponto de torna-se o historiador ícone de uma geração, mesmo não mantendo vínculos tão aproximados com o IHGB. Oliveira salienta que no seu plano historiográfico e na sua prática historiadora estão presentes, antes de qualquer atividade relativa à escrita de uma história, o “mergulho na massa documental, o estudo e a revisão cuidadosa das fontes citadas por seu principal predecessor”, no caso a obra do Varnhagen. “A biblioteca e o arquivo tornavam-se, assim, o território a partir do qual Capistrano projetava descobertas enquanto perscrutava lacunas e imprecisões da história pátria”.¹⁰⁰¹

Os trabalhos de Capistrano de Abreu são, na passagem do século XIX para o XX, sintomáticos das demandas colocadas à prática historiográfica, sobretudo, a partir das exigências do regime historiográfico metódico. Entre elas encontramos a diligência na busca por fontes originais, a prática do exame e da revisão de cópias, a comparação dos testemunhos, a transcrição das fontes, que em muitos casos exige até mesmo um processo de tradução, enfim, de edições críticas de relatos históricos; todos componentes daquilo que Paul Ricoeur identifica como o momento do arquivo.¹⁰⁰² Eis a importância desse momento para a certificação do saber histórico que se quer enunciar:

Somente a declaração explícita das fontes permite a resistência do texto ao escrutínio da crítica. A sua omissão abre, em contrapartida, a possibilidade da suspeita, ao mesmo tempo em que colocava em risco a plausibilidade do próprio discurso que, a partir delas, pretende-se sustentar.¹⁰⁰³

historiador para criticar um documento porque, no essencial, trata-se de confrontá-lo com tudo o que já se sabe a respeito de assunto abordado, do lugar e do momento em questão; em determinado sentido, a crítica é a própria história e ela se afina à medida que a história se aprofunda e se amplia”. PROST, Antoine. “Os fatos e a crítica histórica”. In: _____. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008, p. 57.

¹⁰⁰¹ OLIVEIRA, Do testemunho... op. cit., p. 217.

¹⁰⁰² Ricardo Benzaquen de Araújo avalia que é Capistrano de Abreu quem mais se empenha na busca da “verdade moderna” em historiografia na passagem para o século XX. O “método crítico, tal como interpretado por Capistrano, implica a adoção de três regras, simples, claras e sempre presentes na consciência do historiador: o privilégio da *testemunha visual*, daquela que assistiu pessoalmente aos eventos que reporta; a ênfase no caráter *lógico* do relato das testemunhas, como se a ambiguidade fosse sinônimo de equívoco ou falsidade, e a coerência, um pré-requisito para se acreditar na correspondência entre texto e realidade; e (...) a utilização do *número* e da quantidade para dirimir dúvidas no caso de documento que, embora satisfazendo as suas exigências anteriores, contivessem afirmações contraditórias”. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 38. Disponível em: <https://cutt.ly/TcLvTEA> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁰⁰³ OLIVEIRA, Do testemunho... op. cit., p. 222.

O processo de construção do arquivo, com o seu necessário exercício metódico e de erudição, colocava em circulação, entre a comunidade daqueles que buscavam o reconhecimento enquanto historiadores, uma cadeia de operações de validação a que as fontes históricas - todos os tipos de traços ou vestígios do passado - deviam se submeter para que pudessem se transformar em prova documentária ou informação averiguada. Existia uma consciência não homogênea, nem pautada em manuais definidores de normas, das qualidades e das virtudes com as quais se devia tratar a fonte histórica, inscritas no que denominamos como regime historiográfico metódico. Como ressalta Maria da Glória de Oliveira: “o arquivo já carrega em si a marca da escrita, pois, nele, o historiador exerce o seu ofício, antes de tudo, como um leitor de testemunhos”.¹⁰⁰⁴ Dessa maneira, ainda de acordo com a autora, a leitura conforma parte mesmo do “fazer” do historiador, abrindo condições para o que François Hartog denomina de cultura do comentário e da análise. Ou seja, a partir do momento que o historiador se porta como um leitor, conseqüentemente, o “método histórico pode ser definido, em última instância, a partir de ‘algumas regras de leitura’”.¹⁰⁰⁵

Se a intenção primeira do historiador disciplinado é relatar eventos do passado de forma correta, com as credenciais de uma corporação de ofício que julga o seu trabalho como sendo de um perito, com os princípios e os requisitos que passam a ser aceitos como pertinentes e confiáveis no que tange a veracidade do registro elaborado, derivando daí, inclusive, a sua figuração social, ele deve se atentar ao seu auditório e aos horizontes de leitura a que o seu trabalho se direciona. Era esse leitor da história, e aqui estamos em uma comunidade de pares de ofício, os próprios sócios do IHGB, que atestava a validade, a valoração epistêmica, a credibilidade e a utilidade da história que se queria narrada. “É na leitura que a crença na história – crença de que ela diz a verdade e que, portanto, oferece certa utilidade – se manifesta de forma mais cabal”.¹⁰⁰⁶ Essa comunidade de leitores do IHGB validava as regras, não de maneira autoritária e homogênea, que eram passíveis de serem mobilizadas, e a maneira particular pela qual elas devem ser praticadas.

Joaquim Nabuco avisa, em sua posse, que as suas incursões em história se relacionam com dois planos justapostos: escrever a biografia do pai, o senador Nabuco de Araújo, e, por outro lado, revelar aos estudiosos o *corpus* documental herdado. É um discurso do método que está por trás do seu desejo de escrever sobre a vida do pai. Diante disso, Nabuco mobiliza as

¹⁰⁰⁴ Idem, p. 218.

¹⁰⁰⁵ Ibidem, p. 218.

¹⁰⁰⁶ NICOLAZZI, Fernando. O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história. *História da Historiografia*, n. 13, dez. 2013, p. 69. Disponível em: <https://cutt.ly/bcL6GJn> Acesso: 08 abr. 2021.

ações básicas do movimento de ida ao arquivo, onde vemos uma noção plural de fontes, característica basilar do regime historiográfico metódico:

Ele tinha o costume, desde jovem, de guardar tudo que lhe dizia respeito, assim como a cópia de sua correspondência, e depois para os seus trabalhos do ministério, do Senado, do Conselho de Estado, formara o que ele chamava de pecúlio, grandes volumes em que reunia opúsculos, artigos de jornais, cartas, manuscritos relativos a cada assunto da administração ou da política. Tive assim para compulsar a respeito de sua vida e sua época um vasto material acumulado durante perto de quarenta anos, mas a sua abundância de documentos a respeito dele não me fez se não lastimar a perda de arquivos que desapareceram de todo.¹⁰⁰⁷

Vemos que a noção de arquivo perpassa as preocupações de Nabuco, sobretudo, o relativamente involuntário, como o do seu pai, que não tem a pretensão de tornar-se necessariamente acessível, e como de outros homens e mulheres a que ele lamenta não existir. Fica nas entrelinhas que uma das funções do IHGB, que acomoda às preocupações do regime historiográfico metódico, está relacionado com a organização de variadas ordens de arquivos, o que significa um primeiro gesto de escrita da história. Além do mais, a pluralidade do escopo documental vai desde os documentos oficiais até artigos de jornal e cartas privadas. Mesmo a escrita de uma biografia responde aos desejos, às habilidades e às virtudes do regime historiográfico metódico. Sendo um arquivo capaz de guardar e conservar essa pluralidade de fontes, as habilidades também se multiplicam.

“Um pecúlio”, ou *corpus* de fontes, abre margem para o levantamento de inúmeros problemas e temáticas de pesquisa. Os dados retirados de um *corpus* particular podem responder questões próprias de toda uma época - do particular ao geral. Novamente Nabuco nos fala sobre a importância dos arquivos,¹⁰⁰⁸ e no caso ele se associa ao IHGB com o intuito de se transformar em um historiador que maneja bem o regime historiográfico metódico, fundamental para que instrumentalize a sua crítica:

Nosso crédito chegou, senhores, a tal grau de fragilidade que é preciso passarmos todos ao lado do silêncio, como um grupo de jovens brasileiros acaba de subir trechos de Mont Blanc, onde o menor ruído, o som da voz humana basta para despregar o imenso bloco suspenso.¹⁰⁰⁹

¹⁰⁰⁷ NABUCO, Discurso... p 309.

¹⁰⁰⁸ Henry Rousso traz uma definição de arquivo que contempla o ensejo de Joaquim Nabuco, bem como argumenta sobre a maneira como se opera os primeiros movimentos de crítica das fontes diante desta concepção. “(...) o ‘arquivo’ no sentido comum do termo, isto é, o documento conservado e depois exumado para fins de comprovação, para estabelecer a materialidade de um ‘fato histórico’ ou de uma ação, não passa de um elemento de informação entre outros. A dificuldade consiste então em distinguir as fontes - os vestígios - umas das outras, a fim de determinar aquelas que permitem uma abordagem racional do passado. Isso implica uma escolha das fontes mais pertinentes, não por elas mesmas, mas em função das perguntas que o observador se faz previamente”. ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996, p. 86. Disponível em: <https://cutt.ly/OcZfnej> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁰⁰⁹ NABUCO, Discurso... p. 310.

Onde há resquícios, indícios, vestígios, evidências de atividade humana encontramos o historiador transformando dados em informação. Pelas margens se constrói o todo. Não há, para Nabuco, outra agremiação no país que não seja o IHGB o lugar mais propício para a execução dessas operações cognitivas. Esse é um movimento de pensamento que luta contra a indiferença para com a história da pátria, sendo uma obra necessária ao espírito público. Isto é, o momento do arquivo é um ato da história socialmente desejado.

Eduardo Marques Peixoto considera que a história é feita com documentos. Ela é metódica, em última medida, e se faz com fontes. De todo modo, ela é um verdadeiro patrimônio, no sentido *lato* do termo, de pertencimento e de guarda das feições de uma coletividade. Interessante notar que para o sócio a história é de utilidade pública: “(...) a nossa história, tesouro da mais alta valia, que deve ser conhecida de todos e servir de ensinamento àqueles que vão seguir a vida pública, se acha em grande parte soterrada nos nossos arquivos”.¹⁰¹⁰ É uma história que aguarda por ser escrita e conhecida, e que pra isso necessita do primeiro passo da operação historiográfica de “ida ao arquivo” para que se possa desvelar criticamente dada realidade histórica pré-existente enquanto intuição.

O trabalho metódico oferece condições de possibilidade para se acessar vários estratos da realidade histórica, abrindo espaço, inclusive, para o desvelamento, segundo Eduardo Marques Peixoto, dos caminhos da civilização nos trópicos:

As preciosas coleções que enriquecem os departamentos administrativos e que são lealmente estudadas podem prestar auxílios consideráveis à administração pública, à riqueza particular, às artes, às letras, à indústria, devem merecer toda a nossa dedicação, mesmo porque nos julgamos um povo civilizado, e os povos civilizados amam a história com fervor.¹⁰¹¹

Por meio dessa história documentada e criticada os erros dos antepassados podiam ser corrigidos e lições para o futuro podiam ser retiradas. Era o moderno, e unitário, conceito de história atuando. É por isso, sendo um exemplo para o Brasil, que “as nações civilizadas procuram cercar os seus documentos de todas as garantias e os tratam com verdadeiro esmero”.¹⁰¹² Outra passagem mostra o lugar das fontes para os metódicos à brasileira: “Amo as velharias do meu país, como o poeta as manhãs formosas do mês de Maria, cantadas nos seus belos alexandrinos”.¹⁰¹³ O documento era a garantia para o desvelamento do real, ele era parte do real; o todo do real estava no próprio documento. Sem documento não havia história.

¹⁰¹⁰ PEIXOTO, Eduardo Marques. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903, p. 272.

¹⁰¹¹ PEIXOTO, Discurso... op. cit., p. 272.

¹⁰¹² *Idem*, p. 273.

¹⁰¹³ *Ibidem*, op. cit., p. 274.

Imprimir o metodismo era ampliar o estoque de realidade; era proporcionar ao sujeito histórico a possibilidade dele se situar no tempo de forma segura.¹⁰¹⁴ Era inventar uma realidade que podia, sim, legitimar projetos ideológicos.

Agenor de Roure se indaga e se coloca no lugar de um poeta que visita um arquivo. É na fase do arquivo que se inicia toda a escrita. Ali já há trabalho metódico, visão de explicação e a prefiguração de uma *persona* narrativa orientada por questões investigativas. O que o sócio argumenta é que a história não é apenas escrita ou narrativa, mas um fazer cognitivamente orientado. Há em suas normatizações um elogio ao momento do arquivo e como se o fazer historiográfico no interior do regime historiográfico metódico. A passagem é longa, porém, sintetiza o momento em que historiador passa a se relacionar com o arquivo em seu *métier*:

Se convidarmos qualquer poeta para uma visita aos arquivos, é muito provável que tenhamos, como resposta, um olhar de comiseração, de quem tem pena do pobre maluco. Os arquivos são sempre atirados para os porões das repartições, para os cantinhos sem ar e sem luz, húmidos e feios. O seu segredo é desabonar, é triste. Passar horas mil dentro, folheando papéis velhos e amarelecidos, corroídos pela traça ou pelo cupim, cheirando mofo, não deve ser realmente agradável para o poeta. Reflitam eles, porém, na circunstância de que os tesouros e as riquezas jazem ocultos no seio da terra e no fundo do mar. Descendo ao porão dos papéis velhos, mergulhando nos arquivos, encontrarão os bardos uma fonte inesgotável de riqueza poética, sem se afastarem da verdade.¹⁰¹⁵

O metodismo instrumentaliza habilidades como a da paciência, posto que as informações transformadas em dados só se tornam fatos históricos depois de um trabalho crítico minucioso e que aguarda a relativa surpresa das fontes. Há, ainda, a virtude da abnegação, quer dizer, o desinteresse ascético como medida de um esforço de pensamento. É interessante que na visão de Roure o próprio movimento epistêmico problematizador junto às fontes, onde se encontram os fatos e as informações relativas à passagem do tempo, traz consigo a imaginação, sem comprometer a verdade enquanto adequação. Esse processo cognitivo é indissociável.

A história é constituída, em sua dimensão disciplinar e para José Bernardino Bornan, por memórias, por biografias, por anais, por monografias e por crônicas, que servem ao

¹⁰¹⁴ Essa atitude metódica pode ser considerada um horizonte epistêmico que se deseja. “En frase mil veces repetida, estos autores defendieron que la historia se hacía con documentos. Significaba eso idolatrar la erudición? Em realidad, defendían algo tan simple pero tan necesario como la contención del historiador, la obligación que se impone de documentar sus enunciados, evitando así el atajo de la fantasía. Por oposición a lo ocurrido em épocas anteriores, tandadas a la recreación fantasiosa, o frente a las especulaciones a que tan inclinados eran los filósofos de la historia, el modesto historiador se ocupará ahora de lo concreto, de lo que pueda fundamentarse em el archivo, de lo que tenga respaldo en fuentes. PONS, Anaclét; SERNA, Justo. Apología de la historia metódica. *Pasajes - Revista de Pensamiento Contemporáneo*, Universidad de València, n. 16, 2005, p. 135. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5130251> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁰¹⁵ ROURE, Discurso... op. cit., p. 722.

historiador enquanto material propedêutico. Esses trabalhos podem servir, pois, de fonte de consulta, fornecendo informações que, segundo esse sócio, “dão chave a certos enigmas, que se despertam na *História* muito obscuros”.¹⁰¹⁶ Através do método crítico vê-se que a história versa, em particular, sobre um ou mais indivíduos e, em âmbito geral, sobre a coletividade, podendo assim dizer que a disciplina, partindo dos indivíduos ou das coletividades, se distende até abranger a humanidade: “assim parte do infinitamente pequeno – o homem – para o infinitamente grande – a Humanidade”.¹⁰¹⁷ Esse é o resultado daquilo que é infimamente pequeno, o indício, alcançando o máximo do todo coletivo social. Um elogio, no limite, às escalas da reconstrução do passado.

Os obreiros de Clio: das vantagens da crítica para o conhecimento histórico

O conde de Afonso Celso, falando aos colegas presentes no IHGB sobre o caminho do saber histórico do momento do arquivo à sua forma narrativa, recorre a uma metáfora bastante usada pelos sócios na definição da operação que leva à produção do conhecimento histórico: a da arquitetura, da história enquanto construção. O conde ressalta que em geral o público só tem conhecimento dos arquitetos, ou seja, dos executores das narrativas históricas, porém não dos seus obreiros, isto é, daqueles que realizam o exercício da ida ao arquivo e que promovem a crítica erudito-documental: “Ninguém menciona o obreiro que carregou as pedras e as ajustou, cimentou, ergueu, banhando-as tantas vezes, mais que de suor, de suas lágrimas e de seu sangue”.¹⁰¹⁸ Teotônio Freire utiliza, nessa direção, a metáfora do “ciclope mineiro”¹⁰¹⁹ para falar dos trabalhos desenvolvidos por Francisco Augusto Pereira da Silva:

(...) metido noite e dia nas entranhas da terra para extrair-lhe do seio os metais preciosos ou as gemas que vão servir de ornamento e aumentar a opulência de quantos, sabendo da vida apenas o lado prático, estimam gozá-la à custa do esforço do terceiro.¹⁰²⁰

O exercício de coligir e de metodizar os documentos por meio da crítica, em um esforço por descobrir fontes, organizá-las, criticá-las e torná-las informação útil e correta para as interpretações históricas, assemelha-se à tarefa do mineiro. A fonte histórica, passível de

¹⁰¹⁶ BORNAN, Discurso... op. cit., p. 763.

¹⁰¹⁷ Idem, p. 763.

¹⁰¹⁸ CELSO, Afonso. Discurso em razão da recepção do sócio Francisco Augusto Pereira da Silva. *RIHGB*, tomo 71, parte II, 1908, p. 514

¹⁰¹⁹ A metáfora da construção também está presente na historiografia francesa: “Os fatos são como as pedras utilizadas para a construção civil, para a construção das paredes do edifício chamado ‘história’”. PROST, Doze... op. cit., p. 54.

¹⁰²⁰ FREIRE, Teotônio. Discurso em razão da recepção do sócio Francisco Augusto Pereira da Silva. *RIHGB*, tomo 71, parte II, 1908, p. 514.

leituras diversas desde que seja respeitado o seu conteúdo originário, é considerada um índice de realidade histórica, um vestígio evidencial e tangível de uma experiência passada – a possível prova para a construção de uma narrativa histórica.¹⁰²¹

Nesse sentido, o gesto de instrumentalização de leitura que Ribeiro de Andrada faz da Revista do Instituto indica-nos características demandadas ao saber histórico nesse contexto epistêmico: 1) metodização de noções generalizadas; 2) Perspectivismo: “subordinando-as a pontos de vista que me eram simpáticos”; 3) Curiosidade; 4) Acompanhamento racional da história nacional. O investigador pode se beneficiar, adverte o sócio, da *RIHGB* como fonte, posto que o seu material respeita as etapas da operação historiográfica, na medida em que são precedidas pelo momento do arquivo e pela crítica. Essa é a marca distintiva, em tese, dos trabalhos saídos no periódico.

A depuração dos trabalhos das primeiras gerações do IHGB, a verificação das informações por eles publicizadas e a avaliação da qualidade da crítica realizada traziam consigo problemas epistemológicos: 1) qual a qualidade da crítica realizada?; 2) em que medida as informações eram verdadeiras?; 3) o documento era a verdade em si ou uma abertura ao real?; 4) como lidar com a imaginação do sujeito cognoscente?; 5) como as fontes eram utilizadas enquanto artifício de prova por outros historiadores?¹⁰²² Desses problemas em si, derivados da forma como os historiadores brasileiros trabalhavam o documento em sua prática, emergiam virtudes epistêmicas que identificavam o seu ofício.

O general Dantas Barreto acredita que o mérito do Instituto pode ser aferido através das gerações de homens de letras e de Estado que honram a pátria com exemplos de civismo e de coragem. Para o general, a história estuda os sujeitos e os fatos, esclarece verdades, realça feitos valorosos, “que o silêncio das eras muitas vezes oculta”.¹⁰²³ Além disso, os sócios devem dar o exemplo de buscar a narração da experiência histórica nacional com exatidão e com sinceridade, porque naquela agremiação a “imaginação penetra sem compreender bem as relíquias do passado (...)”.¹⁰²⁴ Temos aqui, pois, uma tripla qualificação para a disciplina: 1) proporciona

¹⁰²¹ Fustel de Coulanges insiste, por seu turno, que “o melhor historiador é o que mais se atém aos textos” e adverte que “a história não é uma arte, é uma ciência pura, como a Física ou a Geologia [...]. Ela visa unicamente encontrar fatos, descobrir verdades”. Essa passagem é extraída de TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 93-94.

¹⁰²² Antoine Prost coloca nos devidos termos a dinâmica própria da crítica histórica: “Todos os métodos críticos visam responder a questões simples: de onde vem o documento? Quem é seu autor? Como foi transmitido e conservado? O autor é sincero? Terá razões, conscientes ou não, para deformar seu testemunho? Diz a verdade? Sua posição permitir-lhe-ia dispor de informações fidedignas? Ou implicaria o uso de algum expediente? Essas duas séries de questões são distintas: a crítica da sinceridade incide sobre as intenções, confessas ou não, do testemunho, enquanto a crítica da exatidão refere-se à sua situação objetiva”. PROST, Doze... op. cit., p. 59.

¹⁰²³ BARRETO, General Dantas. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 71, parte II, 1908, p. 530.

¹⁰²⁴ Idem, p. 530.

aos cidadãos o reconhecimento afetivo de uma coletividade de origem e de destino; 2) ela, ao estudar os homens e os fatos, tem o compromisso com a verdade, retirando episódios e situações do esquecimento; 3) há a necessidade da objetividade. É interessante, nesse caso, que a crítica, por mais que admita a surpresa das fontes, reforça a ideologia cívico-patriótica.

A crítica erudita, por meio da análise compulsiva dos documentos, etapa inicial para a concretização de uma narrativa histórica, aparece como um problema de primeira importância para o sócio Luiz Antônio Ferreira Gualberto. A questão da erudição traz consigo o conhecimento pericial da fonte como suporte para o trabalho do historiador: “(...) por mais que se diga que o estudo dos arquivos é uma preocupação estéril, ao alcance da mediana vulgar que tenha um pouco de paciência e memória, não conheço função mais nobre e elevada”.¹⁰²⁵ Problemas são suscitados no primeiro contato com o documento; trabalho preliminar para que o historiador responda um inquérito: 1) qual a procedência das fontes?; 2) pode-se atribuir autoria a ela?; 3) qual o conteúdo que o seu autor transmite?; 4) há sinceridade da sua parte?; 5) as informações legadas são involuntárias? Esse gesto crítico e propedêutico é condição, segundo Gualberto, para que alguém realize o trabalho de historiador: “ninguém ainda conquistou os foros de historiador sem esse trabalho preliminar de erudição que só poderá ser adquirido pelo estudo dos documentos”.¹⁰²⁶

O Instituto é o lugar, para o sócio em questão, onde os eruditos devem se reunir, sendo responsável por cultivar essas virtudes epistêmicas, as quais passam a apresentar-se como uma tarefa coletiva. A função crítica caminha em três direções complementares: 1) a pesquisa em busca das fontes e dos arquivos; 2) a organização e a sua crítica; 3) além da sua divulgação. A *RIHGB* tem como missão servir de estoque de fontes para as interpretações históricas.¹⁰²⁷ Gualberto ressalta essa premissa básica para se cultivar a tarefa historiadora, bem como o lugar de destaque do IHGB para esse tipo de atividade:

Esse trabalho de desenterrar dos arquivos os documentos esquecidos, classificá-los, publicá-los, é, sem dúvida, penoso e obscuro: fecundo, porém, pelas conquistas que determina. Incumbe ao Instituto essa árdua tarefa, e não se pode desconhecer a soma considerável de seu esforço nesse particular. Há

¹⁰²⁵ GUALBERTO, Luiz Antonio Ferreira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 71, parte II, 1908, p. 561.

¹⁰²⁶ *Idem*, p. 561.

¹⁰²⁷ Durval Muniz De Albuquerque Júnior deixa claro que ao adentrar o século XX “a produção histórica vai estar convencida de que a exposição histórica guardava uma relação direta com a realidade, que era capaz de, através do uso do documento, rever e expurgar da tradição tudo que é lendário, tudo que era mítico, tudo que não tinha sustentação sem provas”. JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. *Locus – Revista de História*, vol. 10, n. 2, 2004, p. 58. Disponível em: <https://cutt.ly/Zv321XZ> Acesso: 08 abr. 2021.

nas páginas dos numerosos números da sua Revista farta mesmo de documentos que facilitam de modo eficaz o trabalho do historiador.¹⁰²⁸

O trabalho do IHGB é considerado, em termos de crítica erudita, como uma atividade que examina os pormenores, sendo de difícil execução. Fala-se de “trabalho de abelhas”, no sentido da recolha minuciosa de materiais por um centro que se quer especializado e que ampara analiticamente a execução de toda e qualquer tipo de obra histórica. “Procurando reunir, por intermédio do Instituto, material e informações, ele [o historiador] sentira a necessidade de remover um dos escolhos que encontram ainda hoje os que se entregam a esses estudos: a dispersão dos dados e das notícias”.¹⁰²⁹ Como coloca em evidência Jonatas Serrano: de que importa a minúcia? É certo que existem e são infinitas, que pouquíssimo ou nada valem para a apreciação do fato ou para as sínteses. Mas não raro há nelas também características altamente significativas, exponenciais e, por isso, controvertidas, torturantes da paciência investigativa; sendo, então, indispensáveis.¹⁰³⁰

A tarefa crítica, para Homero Batista, mostra que o IHGB ao longo da sua história “tem feito muito, coligindo os documentos do passado, corrigindo erros, esclarecendo dúvidas, eliminando senões”.¹⁰³¹ A *RIHGB* é um monumento metódico, dado que é deplorável a falta de recursos para as investigações que cruzam as fronteiras nacionais em direção de arquivos como os de Portugal, do Vaticano, da Espanha, da Holanda, da França, da Inglaterra e das Repúblicas do Prata para a obtenção, em todos os níveis, das fontes relativas à nossa história. Para exercer, assim, ação ativa e direta junto à formação nacional e para o saber exato e completo da sua geografia e da sua história. Não escapa do observador, segundo Batista, os erros existentes nos mapas e na história do Brasil, sobretudo, nos livros didáticos; erros esses que vão sendo, com descaso, transmitidos de geração em geração com as suas lacunas que se vão eternizando.

A pesquisa histórica, com a crítica das fontes e o saber livresco sobre o estado da arte de um campo, com a sua obrigação de referendar premissas argumentativas a partir de evidências e provas, era um reclame que trazia consigo habilidades que diferenciavam o historiador de outros tipos de intelectuais, mesmo que eles também tivessem como matéria prima de seu interesse o passado. O historiador era alçado, assim, a posição de perito.¹⁰³² O

¹⁰²⁸ GUALBERTO, Discurso... op. cit., p. 561.

¹⁰²⁹ PINTO, Discurso... op. cit., p. 595.

¹⁰³⁰ SERRANO, Discurso... op. cit., 521

¹⁰³¹ BATISTA, Discurso... op. cit., p. 578.

¹⁰³² São os dispositivos da crítica que habilitam o intelectual no movimento de “tornar-se” um historiador, a par de muita erudição: “Com a crítica das fontes a pesquisa histórica pisa no chão seguro da facticidade do conhecimento histórico. Mesmo se ela não leva sempre a constatações inequívocas (o que acontece tanto mais raramente quanto mais remotos forem os tempos) do que, quando, onde e por que o caso foi, pelo menos estabelece o que se sabe ou o que se ignora da facticidade de Estados de coisas históricos, com base no material obtido das fontes

problema, aqui, é que a crítica era direcionada, mormente, para documentos (oficiais), indicando a história que se desejava criticada, a qual dava voz aos vencedores.

A disposição dos historiadores brasileiros que com diligência compulsavam os arquivos do exterior colocava em evidência que uma das missões do Instituto Histórico ainda estava ligada ao trabalho da crítica, assim como era assinalado em seus estatutos de fundação. A análise erudita das fontes, transformando-as em informação pertinente e criticada, fazia parte da tradição de estudos da agremiação carioca. Para além das suas missões em Viena são lembrados, por Jerônimo Melo, no ano de 1911, nomes de “sábios eruditos”, do passado e do presente da instituição, que caminham no mesmo sentido investigativo: João Francisco Lisboa, Gonçalves Dias, Varnhagen, Joaquim Caetano da Silva, Rio Branco, José Higinio Duarte Pereira, Eduardo Prado, Ramiz Galvão, João Lúcio de Azevedo, Afonso Taunay, Oliveira Lima, Alberto Lamego, Norival Soares de Freitas, Alberto Rangel, Manuel Emílio Gomes de Carvalho. A esses estudiosos a pátria deve muito do seu autoconhecimento, sendo o trabalho deles fonte de inspiração para a consolidação do *ethos* que acompanha a tarefa do historiador. Esse registro é a base do regime historiográfico metódico.

Os acervos europeus servem, ainda, para que entendamos a nossa formação ibérica e, além disso, para concebermos o Brasil em uma história global para além das suas fronteiras terrestres. Os arquivos de Estado e os diplomáticos são os alvos preferidos dessas missões metódicas. As bibliotecas estrangeiras são outros desses fundos que noticiam informações úteis. Arquivos particulares de diplomatas outra fonte. Também coleções de mapas são exploradas, assim como cartas. Jerônimo Melo nos deixa a par de como se opera a sua pesquisa documental, que na maioria das vezes é balizada por critérios rígidos de periodização. Por exemplo:

Examinei com vagar nossos documentos o que se refere aos anos de 1821 e 1822. Reconhecendo embora e muito sinceramente a minha impotência em utilizar devidamente a nossa História os dados fornecidos pelo diplomata austríaco, esforcei-me para extrair dos seus ofícios o que me afigurou digno de nota, deixando ao autor não só a responsabilidade das suas asserções da explicação que deu aos fatos que presenciou ou ouviu referir, como também o sabor característico do seu frasear, da sua narrativa e pitoresco estilo.¹⁰³³

A crítica dos fatos movimenta habilidades como o do trabalho paciente com as fontes que se tornam informação. É a diligência em jogo. Se usa relatos e narrativas históricas já produzidas,

heurísticamente. A crítica das fontes é o ponto fulcral da objetividade histórica (no sentido de ‘objetividade de fundamentação’). Ela leva a proposições históricas que, por força de sua referência à experiência metodicamente regulada, valem empírica e intersubjetivamente”. RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 123.

¹⁰³³ MELO, Discurso... op. cit., p. 469.

talvez sínteses, para contextualizar as informações. Há periodização precisa. O trabalho com as fontes passa pelo filtro da crítica e da interpretação interna e externa. Oferece autoridade para situações e episódios em que o produtor da fonte os presencia, vendo ou ouvindo. Além disso, se mantém o estilo daquele que produz a fonte voluntaria ou involuntariamente. Coligir e compilar também são habilidades desejadas, ainda mais se a fonte abre caminhos interpretativos diversos. Mas, depois, ela passa pelo crivo falseável da crítica erudita. Os dados coligidos e criticados são, em geral, de personagens políticas e momentos considerados notáveis. É uma pequena amostra de história íntima diplomática, que pode, involuntariamente, informar questões particulares e localizadas acerca de sujeitos importantes de nossa história, majoritariamente políticas. São legítimos os documentos oficiais. Vê-se que uma cadeia de habilidades norteia esse primeiro caminho junto ao arquivo, todas elas relacionadas com a erudição crítica. Não podemos nos esquecer da autenticidade que está por traz da fonte.

Vejamos um exemplo do trabalho crítico com as fontes, expandido o seu foco político em direção ao âmbito social, oferecido por Jerônimo Melo:

É a correspondência do Barão de Mareschal volumoso maço e ofícios; não só se referem à vida política, como também à vida social e militar do Brasil, no período que pode residir em nossos país, onde, como representante da Corte da Áustria, gozava de imediata confiança da imperatriz d. Leopoldina, e, portanto, de posição de destaque entre os seus colegas do corpo diplomático acreditado no Rio de Janeiro.¹⁰³⁴

Temos, aqui, à disposição da oficina do historiador o movimento de tornar informação em historiografia. É nítido que a primeiro exercício cognitivo era o da delimitação e crítica do *corpus*. Havia a importância da autenticidade da fonte e, na sequência, o estabelecimento dos problemas que as fontes podiam responder. Vê-se que havia a consciência que um mesmo *corpus* documental abria um espectro para diferentes tipos de problemas, situações e temas, mas sempre de maneira delimitada por anterioridade pelo desejo de uma história pátria.¹⁰³⁵

Questões relacionadas à distância histórica também eram evocadas no que tangia ao trabalho crítico com as fontes. Esse era o caso do veto relativo a uma história do tempo presente. Para João da Costa Lima Drumond, esse interdito tem impacto no trato para com os

¹⁰³⁴ Idem, p. 470.

¹⁰³⁵ Sobre esse tema em específico vale acompanharmos a reflexão de José D'Assunção Barros: "As fontes históricas, além de permitirem que o historiador concretize o seu acesso a determinadas realidades ou representações que já não temos diante de nós, permitindo que se realize este "estudo do homem no Tempo" que coincide com a própria História, também contribui para que o historiador aprenda novas maneiras de enxergar a história e formas de expressão que poderá empregar em seu texto historiográfico. BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. *Albuquerque – Revista de História*, Campo Grande, v. 2, n. 3, 2010, p. 74. Disponível em: <https://cutt.ly/ccLbRBO> Acesso: 08 abr. 2021.

documentos. Para que não se prive os vindouros - os historiadores futuros - das contraprovas necessárias para a averiguação dos acontecimentos, quando a dúvida atormenta a inteligência humana, faz-se necessário o arquivamento, em abundância, de documentos autênticos dos fatos presentes. Está aí, em tese, uma das funções capitais do IHGB. Na verdade, não podem os agentes sociais conhecer sempre os fatos de que são contemporâneos. Assim, o afastamento no tempo é muitas das vezes indispensável à unidade, coordenação e explicação da história. É a *retórica da neutralidade*, que não deixa de ter um pendor ideológico. De todo modo, os historiadores, prossegue o sócio, compreendem bem os fatos contemporâneos se a “retidão de caráter os acompanha”, ainda mais se estão em um ambiente “sereno” e “calmo” em que predomina o horizonte epistêmico da justiça e que não corrobora, por isso, com o flagelo das paixões, “que tudo obscurece e tudo anarquizam”, como é o caso do IHGB. Assinala Drumond:

Cabe, portanto, ao IHGB a tarefa meritória de conservar e acrescer inestimável patrimônio de documentos e monumentos fidedignos, que atestam aos vindouros os fatos notáveis de nossa época, sem as dúvidas e as controvérsias dos interesses contrariados no propósito de iludir a posteridade”.¹⁰³⁶

Tal trabalho já é realizado pela agremiação através, por exemplo, da arca do sigilo, ideia de Francisco Freire Alemão, que em 1847 reconheceu que a diversidade dos fatos e da documentação contemporânea demandava certo distanciamento que tornava operatória a execução do aparelhamento metódico. No futuro, com a verificação oportuna, tributária da suposta justiça da história, com o trabalho da crítica, associado ao plano da erudição, se podia (re)autenticar as fontes ali depositadas, arquivando-as em seguida para que, então, o historiador reflexivo as explicasse satisfatoriamente.

A performance da crítica entre o fato histórico e o fato social

A história, informa o presidente Olegário Herculano, depurada do “cadinho da verdade” deve ser “santa como um pensamento do céu”. Se o horizonte epistêmico da justiça e da verdade não presidem a exposição e a análise dos fatos há tudo menos história. Ela é “fonte de luz e leais conselhos”. Ela apresenta a origem dos erros e das incertezas produtores de malefícios sociais, na medida em que possui, pois, amplidão pública.¹⁰³⁷ Se tem em mente que o trabalho cognitivo do historiador contribui com o (re)conhecimento da identidade nacional, sendo, então, uma tarefa considerada da mais alta envergadura, posto que todas as demais formas de

¹⁰³⁶ DRUMOND, Discurso... op. cit., p. 329.

¹⁰³⁷ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901, p. 321.

entendimento da realidade do país dependem dessa operação. Aqui temos uma amostra de como o método crítico instala um registro de poder, na medida em que ele adequa a verdade a partir do binarismo falso ou correto, projetando-se junto ao estudo da identidade nacional.

Para Alfredo de Carvalho, há uma grave deficiência no que toca a atividade mais primária do trabalho do historiador no Brasil: a ainda insuficiente crítica documental; sugerindo certa “impureza das fontes” até então disponíveis. Vale ressaltar que Carvalho fala em termos de “heurística”¹⁰³⁸, citando a escola histórica alemã e o nome do consagrado historiador Barthold Georg Niebuhr. O problema da cientificidade da história, e da sua necessária crítica-erudita, está, então, colocado:

(...) quaisquer tentativas de generalização devem presentemente ser estéreis, por prematuras, a um dos mais ilustres dentre vós ainda há pouco afirmava estarmos na posição cruciante de ter de esperar, pelo menos, um século antes de publicados documentos, crônicas e monografias, possuímos um livro que satisfaça as exigências do saber.¹⁰³⁹

Para o autor não são raras as lacunas no lastro empírico disponível aos nossos historiadores. Ainda é cedo para que os sócios do Instituto se tornem “arquitetos” e produzam um material com o selo de ciência social. O que cumpre para aquele momento é, portanto, que a agremiação trabalhe coletivamente. Os sócios são, nesse processo, “obreiros diligentes e zelosos no preparo dos materiais para o grandioso movimento que erguerão futuras gerações”.¹⁰⁴⁰ Reafirma-se um dos papéis proeminentes da instituição: coligir, estudar, divulgar, investigar e arquivar os documentos necessários para a história, para a geografia, para a etnografia, para arqueologia, bem como para outros saberes subsidiários. Enfim, havia a consciência no IHGB na Primeira República que a realização de um novo “grande livro da pátria” podia se efetivar no futuro.

No IHGB republicano encontramos verdadeiros metódicos à brasileira, preocupados com o rastreamento das fontes disponíveis, tanto organizando arquivos como descobrindo outros; com a apuração heurística rigorosa das informações contidas neles, interna e externamente, em sua forma e em seu conteúdo; com a revisão minuciosa da maneira como as fontes eram tomadas como artifício de prova e como argumento explicativo por outros pesquisadores; com a possibilidade de haver lacunas informativas na crítica realizada

¹⁰³⁸ Rüsen conceitua heurística: “Heurística é a operação metódica da pesquisa, que relaciona questões históricas, intersubjetivas controláveis, e testemunhos empíricos do passado, que reúne, examina e classifica as informações das fontes relevantes para responder às questões, e que avalia o conteúdo informativo das fontes”. RÜSEN, *Reconstrução...* op. cit., p. 118.

¹⁰³⁹ CARVALHO, Discurso... op. cit., p. 732.

¹⁰⁴⁰ Idem, p. 732.

anteriormente; com os efeitos da imaginação na tarefa crítica; com a anotação de informações, fontes aproximadas e bibliografia junto aos documentos criticados; com a redação de monografias circunstanciadas referentes aos temas tratados. Todos esses requisitos, não necessariamente dispostos na ordem estabelecida, faziam parte das qualidades que um historiador devia manejar, desde o momento do arquivo até a escrita da história de fato. Mas o exercício da crítica não se configurava propriamente em uma especialidade ou em uma disciplina em si, porém, aparecia como um procedimento epistemológico, uma propedêutica ativa, um olhar vigilante, “uma abertura reflexiva para questões instituídas como nacionais”.¹⁰⁴¹ Esse movimento é, também, de fechamento para tudo aquilo que era considerado fora do eixo da formação nacional. Era, pois, um exercício delimitador de fronteiras identitárias, mostrando as relações de poder epistêmicas existentes.

O historiador, cujo labor transforma o tempo em matéria de estudo, necessita de um procedimento que seja capaz de organizar dados e informações a ponto de tornarem-se fatos históricos. Deve-se classificar os fatos, e aqui eles são instâncias sociais, sendo eles passíveis, então, de serem tomados como dados concretos da realidade e como representações. A crítica é, para o general José Maria Moreira, o caminho para se operar a prática historiográfica como uma atividade de eruditos.¹⁰⁴² É na crítica, segundo ele, que está contida a sentença que no IHGB há o “culto da história”. É no sentido, logo, de um cultivo coletivo de uma prática que forma um *ethos* de pesquisador.¹⁰⁴³ O IHGB é, nesse sentido, tomado como a instância intelectual onde o metodismo é a chave para o desvelamento do devir nacional. De acordo com as palavras do general Moreira: “É no agrupar desses materiais, no classificar todos eles, distribuindo-os sob o ponto de vista cronológico, geográfico e lógico – esta é uma das inúmeras dificuldades do historiador. Porque lhe assalta a perspicácia: a seleção dos fatos da História”.¹⁰⁴⁴

¹⁰⁴¹ OLIVEIRA, *Crítica* op. cit., p. 23.

¹⁰⁴² Gabriela D’Avila Brönstrup qualifica bem o perfil do erudito da Primeira República: “‘Erudito’ foi um dos termos utilizados entre os homens de letras brasileiros nas primeiras décadas do século XX para referir-se a um sujeito dotado de vastas informações, que, de modo geral, circulava por diversas áreas do conhecimento, em seus principais locais de produção e possuía formação autodidata ou em área diferente daquela a que se dedicava: as humanidades. Pode-se considerar ainda o domínio da linguagem literária e o interesse pelo estudo da Antiguidade, ou do que se relacionasse ao ‘antigo’, como uma de suas marcas”. BRÖNSTRUP, Gabriela D’Avila. Rodolfo Garcia esboçado em cartas: tensões entre o erudito e o intelectual. *História da historiografia*, n. 24, 2017, p. 117. Disponível em: <https://cutt.ly/fcLQ7ih> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁰⁴³ Angela de Castro Gomes percebe que a disposição crítico-erudita é a que identifica o historiador na Primeira República: “O que distinguiria fundamentalmente o trabalho historiográfico daquele realizado por outro intelectuais seria essa relação da pesquisa, da crítica e da interpretação de fontes, que exigia a identificação, a classificação e o uso dos documentos”. GOMES, *História...* op. cit., p. 99.

¹⁰⁴⁴ MOREIRA, *Discurso...* op. cit., p. 809.

Mas ao mobilizar do regime historiográfico metódico não pode o historiador, para Moreira, renunciar a parte interpretativa¹⁰⁴⁵ da operação historiográfica, reveladora dos seus elementos propriamente científicos. Assim procede o trabalho do historiador: “E levada a cabo tal seleção, o historiador, que não sabe voltar as costas para as conquistas da ciência – conhecendo assim todos os departamentos do saber humano, é, não tem dúvida, um psicólogo a pesquisar, a inquirir, a compreender a alma desses fatos”.¹⁰⁴⁶ Em suma, o trabalho operatório, responsável por tornar dados e informações em fatos históricos, deve ser atravessado por interpretações advindas, no caso, das ciências sociais. Sendo a história auxiliar, conjugada ou assimilada por elas em um tipo de saber combinatório. A ordem dos valores operatórios caberá a cada historiador colocar na mesa.

A diplomática é outro dos saberes auxiliares, ou mesmo uma habilidade, da história e suporte para o método crítico desde a primeira modernidade. “Saber ler letras antigas e distinguir códices da complexidade de conhecimentos para poder adivinhar o que deveria ter existido em determinadas épocas, por mais apagados que fossem os vestígios, é, em casos tais, preparos indispensáveis para vencer”.¹⁰⁴⁷ É nesse sentido que “o morto parece maior que o vivo” tamanha a capacidade de reconstrução do passado.

A tarefa crítica é a marca distintiva do Instituto para Félix Pacheco. A verdade dos fatos é o que se ambiciona na agremiação por meio de instrumentos cognitivos avalizados para tanto, que basicamente se resumem na heurística e na crítica interna e externa dos documentos. É essa atividade que em primeiro lugar reconhece o historiador em seu ofício e garante ao IHGB um lugar destacado entre as instituições culturais do país. Uma passagem enfatiza o papel da crítica para Félix Pacheco: “Aqui se escrevem os fatos para a depuração serena e definitiva. Imprensa, câmaras, classes, povo são apenas os agentes forçosos e os instrumentos transitórios de uma obra, cuja a edificação ulterior só a vós compete”.¹⁰⁴⁸ Esse trabalho é admirado por colocar à disposição de leitores e de leitoras narrativas do Brasil com o selo competente da verossimilhança, em que se pode observar as transformações da pátria por intermédio de procedimentos cognitivos que realçam o que supostamente há de verdadeiro na história brasileira. Se estabelece, de qualquer modo, os parâmetros epistêmicos de uma história única.

¹⁰⁴⁵ Jörn Rüsen teoriza essa instância do conhecimento histórico: a interpretação “é a operação metódica que articula, de modo intersubjetivamente controlável, as informações garantidas pela crítica das fontes sobre o passado humano. Ela organiza as informações das fontes históricas. Ela as insere no contexto narrativo em que os fatos do passado aparecem e podem ser compreendidos como história”. RÜSEN, *Reconstrução...* op. cit., p. 127.

¹⁰⁴⁶ MOREIRA, Discurso... op. cit., p. 809.

¹⁰⁴⁷ REBELO, Discurso... op. cit., p. 784.

¹⁰⁴⁸ PACHECO, Discurso... op. cit., p. 565.

O trabalho da crítica histórica atinge o plano da realidade histórica, local em que os fatos são conceituados a partir da sua dimensão fenomenal.¹⁰⁴⁹ É pela crítica erudita que se chega às contingências da matéria. Uma passagem do discurso de posse de Éneas Galvão nos faz entender o papel dessas instâncias de saber para o historiador:

Perdido, jamais, poderá ser considerado o trabalho, inútil a perseverança dos que recolhem imparcialmente, num culto sereno de verdade, triunfos ou derrotas do homem em sua peregrinação pela terra, na angustia da ignorância do seu destino final ou na indiferença pela solução dos enigmas do universo, ou na consoladora esperança de uma vida superior, considerando uma passagem este vale de dores, aspirando renascer em formas mais perfeitas, em pensamentos mais puros, libertado das contingências da matéria.¹⁰⁵⁰

A história exige, para Carlos Vidal de Oliveira Freitas, de seu praticante uma série de aptidões, de qualidades e de virtudes epistêmicas. Isso movimenta desde o estabelecimento crítico da verdade até a parte narrativa da operação historiográfica, em que, para esse sócio em específico, se localiza a beleza poética imposta pela palheta do historiador. Porém, o que se deve deixar em relevo é a sinceridade - uma virtude - da verdade refletida dos fatos à luz da crítica. A análise, decomposição em partes através da crítica, situa-se em um momento anterior ao da síntese e da poética narrativa:

Nenhuma ciência exige tanto como a História uma tão grande cópia de nobres qualidades nos seus cultores. O historiador para merecer o título não basta ser douto, ele carece ser o amante extremo da verdade, indo sacrificando sem hesitação as aras da sinceridade. O fulgor do estilo, a beleza da frase, não bastavam para ocultar as jaças do historiador, a crítica com sagacidade de seus processos analíticos descobre a lenda, arranca-lhe ouropéis de que esteja revestida e deixa nua a mostrar a insanidade do seu arcabouço.¹⁰⁵¹

Já a história tem, no entender de Amaro Cavalcanti, diversas funções. Ela autentica, compara, comprova criticamente os fatos. A sua função metódica a leva a compulsar os títulos das nossas fronteiras, explicar as razões e os fundamentos do caráter nacional e a marcha do desenvolvimento nacional na ordem material e moral a partir da crítica exata e intermitentemente erudita. Ela ilustra as origens das instituições; investiga, considera e comenta os defeitos da vida comum; oferece aos governos os relatórios irrecusáveis dos seus erros, e os exemplos e normas de boa conduta; habituando-os a concorrer eficazmente para a realização

¹⁰⁴⁹ A ênfase na empiria, oportunizada pelas fontes, “traz o conhecimento histórico para o tempo dos humanos, mostrando, ainda que involuntariamente, que a abstração metafísica é a responsável por um olhar que dilui os homens nas esferas do universal”. D’ALESSIO, Márcia Mansor. Práticas historiográficas: um estudo. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. São Paulo: UNESP, 2003, p. 189-190.

¹⁰⁵⁰ GALVÃO, Discurso... op. cit., p. 612.

¹⁰⁵¹ FREITAS, Discurso... op. cit., p. 512.

das expectativas da nação. Esse movimento se opera a partir da hermenêutica crítica e da erudição historiadora. O que está em jogo nessas operações é a construção do fato histórico.¹⁰⁵²

A crítica servia para expurgar o falso, seu princípio básico. Ela tinha, enquanto gesto propedêutico, a funcionalidade de treinar o olhar do historiador em relação às fontes que se dispunha a investigar tornando-as arquivo¹⁰⁵³; podendo ser considerada um primeiro gesto interpretativo, que não se constituía de maneira espontânea, mas, sim, por meio de um processo de apreensão e de aprendizado gradativo, com carga de abnegação, necessário para o desenvolvimento de uma prática específica, isto é, o estudo da história.

Francisco Augusto Pereira da Costa deixa-nos a par da importância da tarefa crítica por parte dos sócios do IHGB em uma passagem longa, porém, lapidar:

Afeito ao estudo das coisas pátrias nos vetustos e empoeirados arquivos do passado, procuram-lo desvendar os seus mistérios através do incognoscível; estudo sombrio, paciente, fatigante, muitas vezes sem orientação segura, em busca mesmo do desconhecido, por entre miríades de documentos, em geral de uma caligrafia hieróglifa, e de épocas que se contam por séculos, com os seus caracteres fugitivos já pela ação do tempo, ou sobre um papel rendilhado pela voracidade lepidóptera, que no capricho das suas formas corta sílabas, suprime palavras e avassala frases: somos apenas um simples cronista. Como que rude mineiro que desce às profundezas da terra, extrai diamante informe e cheio de impurezas, e o entrega ao perito e paciente lapidário para lhe dar brilho e valor. Contudo, em nossos escritos resultantes dessas pacientes investigações, sem mesmo as elegâncias da forma, legamos ao cientista e ao literato fecunda massa de materiais para a arquitetura do monumento da nossa história, de envolta com a menção de episódios belíssimos, nos quais o poema, o drama, a literatura, enfim, em todos os desdobramentos das suas múltiplas formas, encontrará inspiração nas próprias coisas da pátria, sem precisar enveredar-se nos sombrios labirintos da fantasia aos exaltamentos da imaginação¹⁰⁵⁴.

Então, a tarefa crítica própria da prática historiográfica, segundo Pereira da Costa, possui uma série de virtudes que devem ser partilhadas por toda a corporação. As habilidades requeridas incluem a transformação de informações passadas em matéria de conhecimento na forma de fato histórico, o que não é possível sem o perfeito conhecimento dos documentos,¹⁰⁵⁵

¹⁰⁵² Concordamos com Antoine Prost sobre a ideia de fato: “Um fato nada mais é que o resultado de um raciocínio a partir de vestígios segundo as regras da crítica”. PROST, Doze... op. cit., p. 67.

¹⁰⁵³ Karina Anhezini argumenta, em seu estudo sobre o metódico Afonso de Taunay, o seguinte: “A crítica de procedência assumiu grande importância para a história do Brasil escrita nas primeiras décadas do século XX devido aos esforços empreendidos para fixar a autoria de textos encontrados ou de textos conhecidos, mas anônimos ou assinados com pseudônimos”. ANHEZINI, Karina. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso de Taunay. *Revista de História*, n. 160, 2009, p. 237. Disponível em: <https://cutt.ly/ReLcwff> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁰⁵⁴ COSTA, Discurso... op. cit., p. 502.

¹⁰⁵⁵ É interessante assinalar que mesmo não havendo no IHGB grandes referências ao famoso manual *Introdução aos estudos históricos* (1898), livro que formou toda uma geração de historiadores dentro e fora da França, mormente chamados de metódicos, havia entre brasileiros e franceses certa comunhão de princípios

sem o trabalho paciente de análise da materialidade do *corpus* recolhido em sua forma e em seu conteúdo e sem a montagem de inquéritos por vestígios. Esse procedimento crítico não tem outra intenção que não seja a tentativa de deixar à disposição dos consumidores de história, que pode ir desde o cientista até o literato, um conhecimento válido e que abre ao intérprete a possibilidade de narrar as situações históricas a partir dos princípios da plausibilidade e da pertinência das informações. O trabalho da crítica torna o saber produzido pelo historiador, porque perpassado pela ideia de verificabilidade, algo fundamentado, plausível, verossímil e/ou pertinente, distante dos efeitos da imaginação. Para alguns sócios essas eram as condicionantes epistêmicas para a realização de um trabalho científico, ou pelo menos para se distanciar de operações não científicas e concebidas como amadoras. Era uma operação que estabelecia as fronteiras necessárias para a individualização da história.

Nesse sentido, no evento de recepção do ministro Pedro Lessa no IHGB, ocorrido em 1907, observamos que a sua percepção sobre o *métier* dos historiadores era bem clara e concisa: “apurar a exatidão dos fatos históricos”. Enquanto bacharel em direito, inserido, portanto, em outro campo das ciências sociais, a sua relação com os fenômenos históricos era indispensável. Lessa ressalta que passa longa parte da sua atividade intelectual com a atenção voltada para as induções que possuem por esteio a análise desses fenômenos. Essa é a base fenomênica para que possa produzir as suas sentenças e emitir os seus juízos. Contudo, por não ser disciplinado em matéria de metodismo historiográfico, ele recebe essa base empírica “de segunda mão, já transformada em leis, que frequentemente exprimem ilações precipitadas e errôneas”.¹⁰⁵⁶ São essas conclusões apressadas acerca dos fenômenos históricos, e sobre as suas circunstâncias de emergência, que a ciência do direito deve se prevenir, adverte o magistrado.

Cabe salientar que em algumas ocasiões Lessa falava em termos de *fatos sociais*, o que pode nos levar a uma compreensão mais alargada que esse intelectual possuía acerca da ideia de empiria, e mesmo de fonte histórica; na medida em que essa categorização pode exprimir, e

epistemológicos derivado de um mesmo contexto historiográfico transnacional. Vejamos a proximidade entre os metódicos brasileiros e franceses a partir desta passagem do manual de Langlois e Seignobos: “Os fatos não podem ser empiricamente conhecidos senão de dois modos: ou diretamente, quando observados no momento em que se produzem, ou indiretamente, quando estudados nos traços que deixaram. [...] Ora, a característica dos “fatos históricos” é só serem conhecidos indiretamente, através dos traços. O conhecimento histórico é, por essência, um conhecimento indireto. [...] Só pelos traços que deixaram podem os fatos passados ser por nós conhecidos. Estes traços denominados “documentos” são observados diretamente pelo historiador, é verdade; mas depois de os examinar, nada mais há a observar; a partir daí o historiador procede por via de raciocínio, para tentar extrair dos traços, até onde isso for possível, a verdade dos fatos. O documento é o ponto de partida; o fato o ponto de chegada.”⁴ de Charles Langlois e Charles Seignobos no IHGB. Apud ANHEZINI, Um metódico... op. cit., 236. Há que levar em consideração que o sócio do IHGB Afonso de Taunay é um leitor de Langlois e Seignobos. Idem., 2009.

¹⁰⁵⁶ LESSA, Discurso... op. cit., p. 718.

a sua formação em direito contribui para essa percepção, valores e normas culturalmente situados, revelando estruturas sociais que transcendem o sujeito histórico e que exercem sobre ele condicionamento ou controle social. O fato social está para além da sua dimensão puramente episódica, mesmo que essa esfera também necessite da mais apurada exatidão advinda do controle metódico manipulado pelo historiador. O IHGB possui, em suma, “um abundante e soberbo repositório de observações, a desafiar a paciência e a perspicácia dos que cultivam as ciências sociais”.¹⁰⁵⁷ Citando Fustel de Coulanges como exemplo de historiador a ser seguido Lessa projeta as suas expectativas sobre o que entende ser a função do Instituto:

Desempenhais a função de observar, reunir e descrever metodicamente os fatos sociais em séculos que, graças ao agudo espírito de crítica, ao intenso desejo de conhecer os fatos e suas circunstâncias e sobretudo a imprensa diária, permitem a formação da história em condições de que não puderam aproveitar-se a maior parte dos historiadores das épocas que nos precederam.¹⁰⁵⁸

A noção de *fato social* correspondia a uma inovação significativa para essa ambiência historiográfica. Primeiro: porque ela ampliava a noção de fonte histórica, não mais restrita ao documento escrito e ao visível. Segundo: porque ela encaminhava o historiador para a complexidade, quer dizer, para a compreensão que um determinado acontecimento era resultado de circunstâncias múltiplas - não mais derivado de uma ideia mecânica monocausal. Terceiro: porque o fato social congregava em si níveis distintos de temporalidade. Quarto: porque encaminhava a história para a interdisciplinaridade. Quinto: por fazer que a história fosse lida sociologicamente.¹⁰⁵⁹ Isso tudo fica evidente na forma como Pedro Lessa afirma ter lido algumas contribuições saídas da pena de Karl von Martius recém-traduzidas, ou seja, a sua perspectiva que concebe fatos enquanto fatos sociais o faz reconhecer nas páginas do naturalista

¹⁰⁵⁷ Idem, p. 718.

¹⁰⁵⁸ Ibidem, p. 718.

¹⁰⁵⁹ Essas colocações de Pedro Lessa nos fazem pensar, primeiro, se o jurista era um leitor da escola durkeimiana de sociologia. Em segundo lugar, as proposições de Lessa eram próximas das discussões metodológicas que animavam sociólogos e historiadores na França da passagem para o século XX. Émile Durkheim nos aponta para as disposições da crítica na construção do fato histórico a partir de um olhar sociológico. “Assim sendo, longe de serem antagônicas, estas duas disciplinas tendem naturalmente uma à outra, e tudo aponta para que elas sejam chamadas a se confundirem em uma disciplina comum, onde os elementos de uma e de outra se encontrem combinados e unificados. Parece igualmente impossível que um, cuja incumbência é descobrir os fatos, ignore em quais comparações eles devam entrar, e que outro, cujo trabalho consiste em compara-los, ignore como eles foram descobertos. Estimular os historiadores a verem os fatos históricos de uma perspectiva sociológica ou, o que dá no mesmo, os sociólogos a possuírem toda a técnica da história, eis aí o objetivo a ser perseguido pelas duas partes. Sob esta condição, as fórmulas explicativas da ciência poderão progressivamente dar conta de toda a complexidade dos fatos sociais, ao invés de reproduzir a seu respeito apenas os contornos mais gerais. Além disto, ao mesmo tempo, a erudição histórica ganhará um sentido, pois ela será empregada para resolver os mais graves problemas que a humanidade se coloca. Fustel de Coulanges amava repetir que a verdadeira sociologia é a história; nada mais incontestado, contanto que a história seja feita sociologicamente”. DURKHEIME, Émile. Prefácio. Tradução de Rafael Faraco Benthien. *Teoria e pesquisa*, vol. XVI, n. 01, 2007, p. 9.

bávaro “tão sugestiva sinopse dos institutos jurídicos de nossos aborígenes. Que opulenta e bela contribuição para se formarem as induções da ciência do direito!”¹⁰⁶⁰

Um exemplo prático dado por Pedro Lessa em seu discurso de posse pode clarificar melhor a sua ideia de fato social, e qual o papel da história em sua performance epistêmica. A questão é a seguinte: circula naquele momento, argumenta o juiz, uma discussão que afirma que as melhores lições dos economistas europeus são completamente inexplicáveis a uma jovem nação como a brasileira. As mais seguras induções da economia política e da ciência das finanças, como a básica lei da oferta e da procura, são completamente inverificáveis em se tratando de Brasil. Lessa, então, esclarece:

Ora, senhores, como no domínio da economia política os mais bisonhos neófitos bem conhecem essas verdades gerais, que por serem leis dos fatos econômicos forçosamente se verificam em todas as sociedades políticas, formadas pelos homens, só há um meio de combater tão perniciosos erros, que é explicar a tão notáveis personagens pelo estudo da nossa história que nos traços fundamentais não nos diferenciamos das demais nações, somos formados dos mesmos elementos e sujeitos as mesmas leis sociais.¹⁰⁶¹

O que Lessa demonstra com esse exemplo é que no âmbito da ciência econômica, que se constitui enquanto tal a partir do plano nomológico, sua base epistêmica e condição para as suas interpretações, são aplicadas comparações entre contextos diversificados, obtendo resultados paralelos em que se extraem comportamentos econômicos regulares. Mas para ele não há a possibilidade da universalidade exata dos resultados investigativos sem a correção empírica e o auxílio da história: pela via da particularidade, ou do singular, do metodismo, coloca-se em suspensão qualquer enfoque interpretativo que traga consigo marcas de determinação. O saber histórico, aparelhado pela crítica, proporciona às ciências sociais a possibilidade da averiguação da complexidade inerente aos fatos sociais. Essa disposição sofisticada a leitura comparativa empreendida por esses campos de saber, como o direito e a economia.

Lessa instiga algumas habilidades próprias do trabalho historiográfico colocando como fator de anterioridade a paciência analítica e o contínuo refazer das pesquisas, bem como a tarefa de colecionar tradições, biografias, memórias e crônicas. Vemos nele um sujeito que atualiza as aptidões do *métier*: o seu alcance corresponde desde à análise de vetores sociais e culturais, a tradição, até a dimensão mais episódico-factual. Oferecendo uma análise segura às interpretações das ciências sociais, a história, em uma atitude ética, contribui para a investigação segura da direção da sociedade, o que previne toda a sorte de estereótipos sociais

¹⁰⁶⁰ LESSA, Discurso... op. cit., p. 718.

¹⁰⁶¹ Idem, p. 719.

e afirma que o humano é um produto historicamente construído: “Quanto é patriótica, humanitária e fecunda a vossa missão!”.¹⁰⁶² A investigação dos fatos históricos colabora para a formação de várias ciências que almejam compreender o social. A correção na análise dos fenômenos históricos, a percepção do modo como eles se reproduzem e a sua natureza, contribui para a formulação de regras de conduta sociais, emplacando formas de ser no mundo da vida.

Nesse sentido, uma disposição interdisciplinar dos saberes passava a ser fundamental para um melhor aproveitamento da crítica histórica, habilidade metódica indispensável para os historiadores averiguarem a correção das informações que formavam os inquéritos investigativos acerca das transformações dos agentes e das sociedades no tempo. Essa disposição ampliava a noção de fonte histórica, que para Oliveira Vianna não pode ficar adstrita ao universo da documentação arquivística, que por si só parece insuficiente para o esclarecimento do passado. Em um ambiente marcado pela forte mobilização do regime historiográfico metódico, de empenho erudito na apuração e na transformação dos documentos em fonte de saber seguro, as palavras de Vianna parecem invocar novas habilidades, ou certa atualização das antigas, para o apuro da crítica, bem como para o suporte das problematizações sobre os vestígios possíveis de uma realidade passada. Acompanhemos o seu parecer:

Os documentos não dizem tudo, não fixam tudo, não apanham todos os aspectos dos acontecimentos; dizem apenas alguma coisa, fixam apenas alguns detalhes, apanham apenas alguns aspectos – e, às vezes, esses aspectos, que eles revelam, nem sempre são essenciais; esses detalhes que eles fixam, nem sempre são necessários; essa coisa que eles dizem, nem sempre contém o sentido íntimo e substancial da realidade¹⁰⁶³

Para o autor, as fontes para a realização do trabalho de “evocação do passado” não estão circunscritas à documentação escrita. Os problemas que Oliveira Vianna se propõe a investigar movimentam-se em outra direção. Passam a não estar ligados à construção de um Estado nacional, que movimenta todo um trabalho de busca e de averiguação de documentos escritos e de caráter administrativo, haja vista as primeiras movimentações dos sócios do IHGB, mas às dimensões próprias do mundo social; o que, por seu turno, reclama novas modalidades de vestígios. Também cabe sinalizar o seguinte fato: Vianna não considera as fontes uma espécie de mimeses ingênua do real. Assim como Capistrano de Abreu vem percebendo, desde a década de 1870, através da sua crítica ao historiador-cronista. As lacunas das fontes, para o autor, são constituintes da própria tarefa crítica, sendo necessário, então, trabalhar com o plano teórico e

¹⁰⁶² Ibidem, p. 719.

¹⁰⁶³ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 440.

reflexivo, instância capaz de informar o invisível do passado. Porque o estudioso argumenta que por mais que as fontes testemunhais sejam, no geral, ricas em informações que caracterizam as dimensões no presente elas não são capacitadas a informar a totalidade do mundo fenomênico. Essa conclusão sinaliza que as fontes escritas informam apenas uma camada superficial de uma dada situação histórica, e que esse registro é atravessado pelo olhar do sujeito cognoscente que as modulam. Ou seja, as fontes escritas, caso não sejam ampliadas junto ao repertório de fontes possíveis, não captam aquilo que Georges Cuvier chama, segundo Vianna, de “caracteres dominantes” das sociedades e dos povos. Tudo isso muda o regime da crítica.

Oliveira Vianna, que em suas prescrições se ocupa com a epistemologia do conhecimento histórico, realiza um distanciamento alegórico entre o que ele chama de *modernos* e de *velhos* historiadores. Os velhos historiadores, situados em um momento anterior ao surgimento das ciências sociais, não possuem princípios teórico-científico-explicativos que lhes ofereçam entendimento sobre a crítica documental ou dos elementos de arquivo. É necessário, pois, uma ampliação das atribuições do regime historiográfico metódico. Esses historiadores devem ser movidos, em suma, por um olhar objetivo¹⁰⁶⁴, no sentido sociológico de validação, capazes “de corrigir ou retificar as ilusões da sua visão crítica, ou sofrer os voos e as ousadias da sua imaginação evocadora”. Assim, as narrativas e as elaborações historiográficas caem no terreno da fantasia, se refugiando no “prosaísmo” e na “secura das efemérides para asilarem-se na alta poesia e na imaginação exuberante dos animadores de visões à maneira Michelet”.¹⁰⁶⁵ O esforço teórico de Oliveira Vianna deve ser percebido, não obstante, através da elaboração de uma memória disciplinar.

Para Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, a história lida com fatos sociais. Uma inovação historiográfica naquele contexto disciplinar. É pela via dos fatos sociais que se desvela a formação humana. Os instrumentos são imperfeitos, doravante, mesmo na interpretação dessa nova modalidade de fato o que impera é a objetividade e a verdade. Vejamos o metodismo desejado para essa nova modalidade de fato, em que se ressalta a dificuldade na implementação de protocolos que identificam o *ethos* do historiador:

Disse alguém, que assim como a astronomia era a anotadora de astros dos urbes, a história é a anotadora de fatos sociais, que vão devassar os segredos da evolução da humanidade desde as eras mais remotas; mas se a astronomia

¹⁰⁶⁴ Angela de Castro Gomes situa o ensejo de Oliveira Vianna: ele “(...) defende, claramente, que a disciplina só alcançaria o estatuto de ciência moderna pela via da busca da objetividade, o que seria possível pela associação com a sociologia, voltada para a ‘evolução geral’. O trabalho como os ‘testemunhos de arquivos’, parciais e particulares, tinha que ser acrescido de ‘experiências complementares’ trazidas pelas ciências sociais”. GOMES, *A República...* op. cit., p. 78.

¹⁰⁶⁵ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 441.

dispõe hoje de instrumento de tal poder e precisão que obrigam - pode dizer-se - os astros a entrarem no foco ou alcance do raio visual do observador, quão diferentes e imperfeitos são os instrumentos que pode dispor o perscrutador da verdade histórica através dos séculos e mesmas eras pouco afastadas? Entre muitos, poucos sinceramente bons e honestos, uma multidão deles infectados de mentiras, de suspeições e preconceitos de seitas inquinadas de partidarismos, produtos de paixões e da improbidade. E quantas e quantas vezes o que procura a verdade e só a verdade, tropeça no caminho em uma dessas lendas propectas, que durante séculos tem campeado no trono sustentado pela credulidade e pela estupidez, e vê-se a braços com a brutalidade da mentira estratificada nas consciências refratárias à evidências. Tarefa ingente – já disse o grande Herculano – porque as cãs da mentira são tão veneráveis como causa santa que resiste aos máximos esforços, e sempre disputando o passo à verdade.¹⁰⁶⁶

Portanto, a verdade é o produto da história. E esse produto só é possível pelo caminho da crítica, como é assinalado por José Bernardino Bornan: “A *História* procede dessa forma: chega à verdade enquanto adequação. Ela dispõe do instrumento de análise denominado ‘crítica’ e ele tem tal importância que a *História*, sem ele, não é *História*: será apenas crônica; é como diz Cantù, um cego que toma outro por guia”.¹⁰⁶⁷ A história vai além do fato histórico e do episódio enquanto espelhamento da realidade: ela é, sim, produto que passa por uma meditação racionalizada por parte de um sujeito cognoscente que lhe empresta horizontes de sentido artificiais baseados critérios sociológicos aceitos.

Olhar retrospectivo

O empenho da crítica e da erudição incidem sobre a própria percepção da história como conhecimento. Maria da Glória de Oliveira argumenta acertadamente que em sua acepção moderna o saber histórico assume “um caráter tanto cumulativo quanto provisório, na medida em que, ao pressupor acréscimos, revisões e retificações, apresenta-se como processo infundável de acumulação/separação de verdades parciais e relativas”.¹⁰⁶⁸ Os problemas para a efetivação do conhecimento da história sob essas premissas não são poucos. Prover a história de autoridade intelectual é um desafio colocado à toda uma corporação, mesmo sabendo que o resultado da sua prática não invoca uma percepção definitiva sobre os eventos e que disponibilize versões e perspectivas cognitivamente abertas e orientadas pela verificabilidade.

Assim, a história assemelha-se, para Andrada, a um campo de batalhas. Isso porque é impossível acessar o seu conteúdo sem que seja apontada toda a sorte de sofrimentos, de tragédias e de desgraças assistidas pela humanidade. “Também os mortos combatem”. Mas a

¹⁰⁶⁶ VELHO, Discurso... op. cit., p. 154.

¹⁰⁶⁷ BORNAN, Discurso... op. cit., p. 765.

¹⁰⁶⁸ OLIVEIRA, *Crítica*... op. cit., p. 70.

metáfora da guerra serve para a identificação do trabalho crítico do historiador, responsável, entre outras coisas, por colocar em suspenso a história dita oficial, dando vazão para que os vencidos (dentro de parâmetros civilizacionais) ganhem voz na história. As suas palavras são exemplares para acompanharmos a sua ideia de história: “feridos pela crítica, catapultados por novas documentações, quantos ídolos se esboroam”! O olhar crítico do historiador possui as qualidades da “labuta indagadora”. A história traz este conteúdo: “sacerdotisa da moral”, “metrópole da filosofia”, “contribuinte inevitável de todos os acontecimentos”. Ela possui três eixos diretores na opinião de Andrada: ela ensina, infunde nos cidadãos a percepção das regras de conduta; ela orienta os comportamentos humanos dentro de uma dada sociedade; por fim, ela é fato e indicador das transformações assistidas no plano da realidade histórica. O parecer é irrevogável para o sócio: “Elimine-a, e insignificada ficará a palavra civilização”.¹⁰⁶⁹

O regime historiográfico metódico na conjuntura epistêmico-historiográfica da Primeira República ainda se mostrava bastante atuante e era mobilizado por uma gama considerável de cultores da história, que são sócios do Instituto. Basílio de Magalhães cita, em primeiro lugar, Capistrano e considera o seu trabalho metódico uma “pasmosa atividade” de um “douto”.¹⁰⁷⁰ Temos também no elenco construído por Magalhães “o operoso barão de Studart, o erudito Oliveira Lima, Nina Rodrigues, Alfredo de Carvalho e muitos outros ilustres nossos da região setentrional e central do país amontoando materiais dispersos da nossa história”. No sul do país mais metódicos à brasileira: Antônio Piza, Theodoro Sampaio, Orville Derby, Pandiá Calógeras, José Higino, Francisco Lobo Leite Pereira, José Pedro Xavier da Veiga, Euclides da Cunha, Jaceguai, Bornan, Belarmino Mendonça, Torres Homem, Afonso Celso, Ramiz Galvão, Vieira Fazenda, e muitos outros. Todos partilham o regime historiográfico metódico, bem como os desejos e as habilidades que conferem o estatuto de verdade por inquirido ao conhecimento histórico. Uma forma de verdade histórica colonizada. Eles “esquadrinham arquivos, reconstroem roteiros, reconvocam episódios do passado e desentranham para a luz da publicidade os fundamentos em que se apoiava o edifício grandioso da Pátria”¹⁰⁷¹. O que falta, no entender de Magalhães, é um “arquiteto” capaz de dar forma a esse empreendimento que se quer científico. Que esboce, imagine e finalize o que o material analítico disponível oferece. Além disso, uma nova síntese deve se dirigir a estes destinatários: o povo, a pátria e o civismo.

O fator erudição, a paciente crítica e a análise proba dos fatos históricos, eram virtudes epistêmicas necessárias e fundamentais para o trabalho historiográfico, na medida em que eram

¹⁰⁶⁹ ANDRADA, Discurso... op. cit., p. 383.

¹⁰⁷⁰ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 594.

¹⁰⁷¹ Idem, p. 594.

responsáveis por deixar em evidência que o material investigativo oferecido pelo historiador era tão somente uma versão possível daquilo que se queria compreender no passado. São virtudes que requerem habilidades próprias do historiador, sobretudo, aquela que se situa no âmbito da diligência e da dúvida metódica, argumenta Solidônio Leite.¹⁰⁷² Esses recortes e escolhas epistêmicas diziam muito sobre o tipo de história que desejava escrever: de perspectiva única, onde os padrões civilizacionais combinavam com o sentimento patriótico.

Para Oliveira Vianna, por mais que discordemos radicalmente da sua postura política e do seu cientificismo eugênico, toda história é história do presente.¹⁰⁷³ É o presente que ilumina o passado. O que sinaliza que a cada novo olhar junto ao presente um novo passado emerge. A localização do historiador no presente pode oferecer ganhos metodológicos, como na mobilização do recurso das analogias. Exemplo: o “velho feudalismo guerreiro” é esclarecido pelo “brilhante ciclo do bandeirismo”. A observação direta e no presente capacita o analista na melhor compreensão do passado e vice-versa, indo além, pois, da crítica documental e de arquivo. Em suas palavras:

(...) nós ainda podemos encontrar muitas analogias explicativas na observação da sociedade atual dos nossos altos sertões setentrionais, onde remanescem muito daquele humor belicoso e muito daquela tempera anárquica que eram tão distintivos dos nossos heroicos conquistadores do sul.¹⁰⁷⁴

Todavia, é ingrata a missão do historiador para Bornan, mesmo com todo o seu aparelhamento crítico e erudito. Não há seguridade nos fatos narrados: “Mesmo os fatos de que fomos testemunhas oculares são narrados de modo inteiramente diverso e até muitas vezes com circunstâncias que não se deram”.¹⁰⁷⁵ Isso vem mostrar que a erudição e a crítica não são, para esse sócio, soluções para uma retomada integral da história e/ou do passado. Corre a ideia de que a história é parcial e de que não se pode reconstruí-la em sua totalidade empírica, não sendo o documento o portal para o acesso integral ao passado “como de fato foi”. O passado pode ser acionado apenas em partes através de vestígios.

¹⁰⁷² LEITE, Discurso... op. cit., p. 433.

¹⁰⁷³ Marco Silva esclarece o que está presente no horizonte teórico de Oliveira Vianna e de outros historiadores da Primeira República: “(...) vale lembrar que a contemporaneidade do historiador e de seus leitores sempre está presente em qualquer tipo de conhecimento histórico, recorte de periodização ou interpretação de História que se construa. Mesmo um historiador de radical recorte historicista, cioso dos riscos de anacronismo e desejoso de recuperar um puro passado, como Fustel de Coulanges, só exerce essa abordagem a partir de uma contemporaneidade do conhecimento histórico que elaborou tal fazer teórico e técnico”. SILVA, Marco. *O historiador e seu tempo*. Conferência na posse como sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 25 de janeiro de 2007, p. 2. Disponível em: <https://cutt.ly/acZzKjq> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁰⁷⁴ VIANNA, Discurso... op. cit., p. 443.

¹⁰⁷⁵ BORNAN, Discurso... op. cit., p. 766.

É preciso, doravante, que se evite com o máximo de cuidado nas investigações metódicas, propedêutica necessária para toda investigação historiográfica, os exageros do que João da Costa Lima Drumond chama de “crítica temerária”. O que ele quer dizer é que não se deve, de modo algum, comprometer a pesquisa na “demasia do particularismo inquiridor”, o que resulta, em tese, na perda da perspectiva de conjunto e no prejuízo da realidade histórica. Sem dúvida, como quer o “historiador Leclerc”, a ciência moderna, qualquer que seja o objeto de suas pesquisas, “procura a verdade até o infinitamente pequeno”, podendo dizer, nessa direção, que o “microscópio se tornou o instrumento universal”. Mas cumpre “neutralizar no fanatismo científico, na lição de Taine, o defeito dominante do grande pensador alemão Niebuhr, que corrigiu a obra de Tito Lívio”.¹⁰⁷⁶

Enquanto isso, Vicente Ferrer de Barros Wanderley e Araujo argumenta que os estudos presentes na *RIHGB* oferecem os alicerces para a história futura do país, que há de substituir aquela “hoje menos certa”, posto que escrita sob ponto de vista objetivo. É interessante que essa história endereçada ao futuro representa toda uma forma de pensar a sociedade, mesmo que a *retórica da neutralidade* seja mobilizada. Isso porque as formas de objetivar a realidade do mundo são derivadas das formas de objetivação. Com efeito, assevera o sócio, “a História está sujeita a contínuas revisões”. Não é o critério pejorativo de uns nem o otimismo de outros que deve dominar. “É a verdade, a imparcialidade, o que, enfim, prevalecerá”. Vicente Araujo afirma, assim, que figuras outrora inescrupulosas são no presente, à luz da documentação e das respostas do meio, perfeitamente humanas: “Tibério, o maior financeiro do Império romano; Cesar Borgia, o grande campeão da unidade italiana, já nos mostram o cortejo rubro de todos os crimes e de todos os vícios”.¹⁰⁷⁷ Ou seja, a história é uma narrativa perspectivada no presente a partir da experiência cognitiva do historiador. Dito de outro modo: há histórias e versões.

Para João Ribeiro toda história é história do presente. E essa constatação impacta absolutamente o olhar cognoscente do historiador e toda a sua aparelhagem crítica e metodológica. Para ele os historiadores são como os arqueólogos e os geólogos que “sabem descobrir os horizontes antigos e sabem deles se orientar”, podendo, por meio do olhar crítico, “desmentir todas as sínteses inábeis”. Nesse sentido, a história como conhecimento é uma substituição contínua de ideias e de fatos: “ao grado do presente, todo o passado se transforma”.¹⁰⁷⁸ A passagem a seguir sintetiza bem as suas premissas epistêmicas: “O presente

¹⁰⁷⁶ DRUMOND, Discurso... op. cit., p. 328.

¹⁰⁷⁷ ARAUJO, Vicente Ferrer de Barros Wanderley e. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 513-514

¹⁰⁷⁸ RIBEIRO, Discurso... op. cit., p. 617.

é quem governa o passado e é quem fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que lhe convém. A verdade, corrente hoje, sabe buscar, onde os há verossímeis, os seus fantasmas prediletos de antanho”.¹⁰⁷⁹ É assim que o presente “modela e esculpe o seu passado”. A imparcialidade é imprescindível, mas, para Ribeiro, se tem a obrigação de se justificar o presente, de se fundar o que o estudioso sergipano chama de “ética da atualidade”.¹⁰⁸⁰ Nesse sentido, é passível de ressurreição, no sentido dado por Jules Michelet, tudo aquilo que interessa e tenha pregnância do presente, sem cair, no entanto, no terreno das paixões e da subjetividade.

Basílio de Magalhães possui uma ideia precisa sobre as dimensões próprias do conceito moderno de história, da maneira como a interpreta Arnaldo Momigliano. De acordo com o erudito italiano, a historiografia na modernidade, de maneira descontínua e respeitando as diferentes tradições historiográficas nacionais, pode ser caracterizada por uma tensão essencial entre procedimentos empíricos, advindos do antiquariato, e aportes teóricos, possibilitados pelas filosofias da história e, depois, pelas ciências sociais.¹⁰⁸¹ Essa forma de compreender a operação historiográfica é teorizada por homens de letras e intelectuais aspirantes à historiadores no interior do IHGB, sendo que essa demanda provoca a oportunidade intelectual de tornar possível a constituição da história como ciência perspectivada. Ao recobrar o seu percurso intelectual nos domínios de Clio, Magalhães deixa-nos à disposição um testemunho consistente acerca das dinâmicas próprias da tensão essencial percebida por Momigliano:

Nos quatro opúsculos meus, que consoante com a ritualidade aqui observada, tiveste a árdua tarefa de analisar, já está a toda luz a projeção da trajetória do meu pensamento. Do primeiro, escrito aos 19 anos, ao último, traçado 10 anos depois, não fez mais que radicar-se com maior profundidade em minha alma e esgalhar-se frondentemente com os frutos de novas e mais amadurecidas lições de uma contínua *aquisição empírica* e de uma *tenaz cultura teórica*¹⁰⁸²

Ademais, no nível da história como processo, como assimilação da experiência, Basílio de Magalhães demonstra a sua consciência acerca das dinâmicas do conceito moderno de

¹⁰⁷⁹ Idem, p. 617.

¹⁰⁸⁰ Essa sofisticada posição de João Ribeiro vai ao encontro das formas de aquisição de experiência teorizadas por Reinhart Koselleck: “O fato de histórias surgirem primariamente das experiências das pessoas envolvidas e atingidas é condição de sua narratividade e, portanto, também condição da narratividade de experiências alheias, cuja análise domina a historiografia moderna. Direta ou indiretamente, toda história trata de experiências próprias e alheias. Por isso, podemos supor que os modos de contar histórias ou de elaborá-las com método possam ser relacionados aos modos como adquirimos, reunimos e modificamos as experiências”. KOSELLECK, Reinhart. *Mudança de experiência e mudança de método. Um esboço histórico-antropológico*. In: _____. *Estratos do tempo...* op. cit., p. 33.

¹⁰⁸¹ Essa ideia é do historiador Fernando Nicolazzi: “(...) a conformação da historiografia organizada em disciplina científica no século XIX, passa pelo estudo das relações entre antiquários e eruditos, de um lado, e filósofos-historiadores, de outro”. NICOLAZZI, Raízes... op. cit., p. 92.

¹⁰⁸² MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 585.

história. Ela aparece de maneira apurada em suas reflexões, sobretudo, no entendimento do valor da representação histórica, em que não a observamos enquanto uma instância imutável. Essa compreensão acerca da temporalidade é perpassada, em Magalhães, pela noção de evolução e de progresso. É o princípio da moderna história única. Ela é operada, pois, pela ideia de que as coisas passadas são possíveis de serem assimiladas desde que se respeite a sua historicidade subjacente, mesmo que vista em uma escala evolutiva. Deve ser lembrado que o magistério da história não é eliminado, mas assimilado pela perspectiva moderna da história. De todo modo, a história é concebida pelo viés da mudança, ou seja, ela é assimilada pela transformação. Essa constatação acerca da temporalidade impacta a epistemologia da história entre os modernos historiadores, posto que se o devir está em constante movimento, a sua historicização narrativa não pode ser estática. A questão é a seguinte: diferentemente de Vianna e de Ribeiro, a história é percebida por Magalhães através do presente em formação e não em retrospecto. De qualquer modo, assinala o articulista:

Preiteio o passado o mais profundo respeito. Mas a veneração não me leva à desculpar-me as erronias, nem a querer-lhe a revivescência. Isso seria contrário à evolução orgânica da Humanidade, ou, melhor, a concepção positiva do progresso.¹⁰⁸³

A história é metódica para Lucas Ayarragaray, mas ao mesmo tempo ela também tem o compromisso de fomentar o esclarecimento dos sujeitos históricos, bem como propor certo grau de “visionarismo” aos mesmos. O método histórico é um importante instrumento no movimento de civilização das sociedades. A dúvida metódica da ciência e da filosofia deve conectar-se, assim, à erudição de cátedra com os seus cânones, bem como passar pelo severo crivo crítico do ceticismo; porém, não é um ceticismo que embota o coeficiente de vida ao desafiar a moral. Ele é puramente instrumental: apresenta-se enquanto equipamento epistemológico e crítico para o historiador em sua ânsia por apreender o verdadeiro – sua principal tarefa. Ainda se acredita na infalibilidade da verdade, mesmo que a modernidade evoque a sua pluridimensionalidade

Cabe salientar, então, que a postura de grande parte dos sócios do IHGB na Primeira República indicava uma concepção epistemológica de história de tipo perspectivista, moderna por excelência, na medida em que eles assimilavam que não existiam trabalhos definitivos em história, e porque possuíam a consciência de que as questões que surgiam durante a tarefa da crítica eram igualmente históricas, ou seja, devotas do olhar cognoscente de um sujeito situado no presente. No limite, e de forma simples, a prática do historiador era um contínuo (re)fazer.

¹⁰⁸³ Idem, p. 585.

Em suma, enquanto alguns perspectivavam a história através do eixo da formação, outros já a compreendiam pelo vetor retrospectivo.

Os caminhos para a síntese: uma memória disciplinar

O historiador estrutura, para Aníbal Rebelo, a síntese. Ele está preocupado com as transformações junto às sociedades no plano da duração.

O historiador irá então investigar as mudanças que na vida dos povos se produzem, à luz dos problemas relacionados com o Estado econômico e social de uma sociedade, resolvidos pelos seus estadistas ou arrastados pela corrente revolucionária, dominados pelas forças que constituem a complexidade no interesse da coesão social.¹⁰⁸⁴

Depurados os fatos pela heurística e pela erudição crítica tem em mãos o historiador o material necessário para a construção histórico-narrativa. Mediante a interpretação chega-se às conclusões amparadas por modelos que não desmentem a empiria: leis gerais ou determinantes e condicionantes do processo histórico. Assim se estrutura, portanto, a síntese histórica, um procedimento cognitivo-historiográfico moderno.¹⁰⁸⁵

Encaminham-se, para Rebelo, leis que não aparecem enquanto espelhamento da realidade, mas enquanto aberturas empírico-conceituais junto ao tecido societário que se quer estudar. “Imaginou-se, assim, pelo conjunto sintético de todos os elementos da civilização que não era bastante relatar fatos sem estudar as ideias que eles encerram”.¹⁰⁸⁶ Nesse sentido, argumenta o sócio, que a narrativa histórica, repousando na análise conjugada com a síntese, leva o historiador francês Fustel de Coulanges a afirmar que “uma vida inteira de análise corresponde apenas uma hora de síntese”.¹⁰⁸⁷ Ao mesmo tempo que as leis, ou tendências, imprimiam um horizonte de análise, elas, invariavelmente, retiravam o elemento identitário das comunidades fora da história única.

O grande desejo de parcela considerável de homens e de mulheres de letras daquele período era a passagem dos padrões explicativos de uma história filosófica para uma síntese sociológica. E isso incluía, no limite, a transformação das crônicas, daquilo que Basílio

¹⁰⁸⁴ REBELO, Discurso... op. cit., p. 780

¹⁰⁸⁵ A operação de síntese é teorizada por Jörn Rüsen: “A interpretação histórica é um trabalho de síntese. Ela remete perspectivas teóricas ao passado, nas quais o passado se reveste do caráter de histórico, com o conteúdo informativo das manifestações empíricas, mediante as quais esse passado se faz perceptivelmente presente. Com isso, ela modifica as perspectivas teóricas ao remeter a experiência a teorias com o maior conteúdo informativo possível. Ao mesmo tempo, ela pondera os fatos sob a ótica de seu significado para contextos históricos estudados (determinados por critérios de sentido). O princípio metódico determinante desse trabalho de síntese deve levar em conta essa relação entre teoria e empiria”. RÜSEN, *Reconstrução...* op. cit., p. 129.

¹⁰⁸⁶ REBELO, Discurso... op. cit., p. 780.

¹⁰⁸⁷ Idem, p. 780.

Magalhães considerou “erudição vã”, para a esfera interpretativa. Interpretativa no sentido de que os fatos históricos passavam a ser circunscritos socialmente. Preocupa-se, então, com as representações sociais. Lembrando que representações são, em suma, fatos sociais.

A historiografia brasileira, na perspectiva aberta por Basílio de Magalhães, inicia-se através das obras de Gandavo, de Gabriel Soares, de Frei Vicente de Salvador e de Andreoni. Elas arregimentam fatos de natureza episódica e se preocupam com a “lenta evolução da colônia luso-americana, e tiveram que ser mais esforços corográficos do que crônicas políticas”.¹⁰⁸⁸ Elas, com a ajuda da heurística e da crítica, podem ser aparelhadas enquanto resultado de análise, o que coloca em foco a concretude dos fatos.¹⁰⁸⁹

Rocha Pita, cuja obra é posterior a de Antonil, mobiliza certo sentimento patriótico, mesmo que em um estilo considerado fora dos padrões científicos, posto que “gongórico”. Na passagem da colônia ao Império mais nomes de “proto-historiadores” cujas obras servem como esteio para as sínteses: Jabotão, Claudio Manoel da Costa, Pedro Taques, Frei Gaspar da Madre de Deus, José Joaquim da Costa, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, Aires do Casal, José Feliciano Fernandes Pinheiro e do Monsenhor Pizarro. “Coletâneas especiais, embora, são elementos preciosos de que há de fatalmente servir-se o escritor, que tomar aos ombros redação da História definitiva do Brasil”.¹⁰⁹⁰ Na memória disciplinar criada por Basílio de Magalhães é interessante notar que enquanto “cronistas” ou “coleccionares de fatos” em sua dimensão episódica esses sujeitos não são reconhecidos como escritores, uma prática que somente se efetiva com o complemento de explicações e de uma narrativa interpretativa de sentido. Os seus trabalhos tornam-se importantes como repositório empírico para que o escritor-historiador-sintético realize o seu *métier*, sobretudo, com o auxílio das ciências sociais, que tornam os fatos representações e não mimeses da realidade.¹⁰⁹¹ A síntese pode ser entendida, então, como uma *metavirtude* capacitada a orientar todo o processo que leva, em horizontes científicos, a

¹⁰⁸⁸ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 590.

¹⁰⁸⁹ Maria da Glória de Oliveira salienta que Von Martius e Capistrano sugerem que os estudos históricos devem avançar para além da crônica: “Em ambos, a depreciação do gênero justifica-se por sua incapacidade de conferir coerência, unidade e inteligibilidade à exposição dos fatos já transcorridos. Com a emergência de uma concepção moderna de escrita da história, passava-se a esperar dos historiadores mais do que o registro dos acontecimentos dentro do quadro cronológico de sua ocorrência original”. OLIVEIRA, *Crítica...* op. cit., p. 57.

¹⁰⁹⁰ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 590.

¹⁰⁹¹ Valdeí Lopes de Araújo e João Paulo Garrido Pimenta historicizam essas abordagens historiográficas nos deixando mais cientes sobre o que Basílio de Magalhães elege ou silencia em sua memória disciplinar: “Frente às novas exigências documentais, estéticas e filosóficas, a ‘História do Brasil’ ainda não encontrara uma forma adequada dentro da tradição historiográfica português. A realização de Southey refletia uma evolução do gênero no mundo britânico, e não no português. Neste havia uma rica tradição cronística e, mais recente, de corografias, mas faltava ainda uma concepção orgânica do processo histórico”. ARAUJO, Valdeí Lopes de; PIMENTA, João Paulo Pimenta. História. In: JÚNIOR, João Feres. *Léxico da história dos conceitos político do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 131.

complementariedade entre erudição e reflexividade. Esse é o horizonte da *síntese modernista*, consciência historiográfica que circula na República.

Nas prescrições contidas no discurso de Magalhães havia um esforço de história da historiografia. A primeira história do Brasil em termos modernos é a *History of Brazil* de Robert Southey (1806-1819). Ela é reconhecida em muitos pontos como superior a *História geral do Brasil* de Varnhagen, vinda a lume em 1854. Porém, o seu descrédito está relacionado com a falta da autópsia, de um conhecimento *in loco* da história que se narra, posicionamento teórico-metodológico advindo da historiografia clássica, e com o excesso de imaginação, que é proveniente, em tese, do fato de Southey ser um poeta. Além do mais, por ser escrita por um estrangeiro lhe falta a sensibilidade, outra virtude epistêmica, para com a história local, imprimindo-lhe amor pátrio. Southey também é criticado em razão de explicações de natureza providenciais, uma “taumaturgia”, para certos episódios e situações históricas. Assim:

A sua obra é, a muitos respeito, superior à de Varnhagen. Mas o erudito inglês era poeta, poeta de arroubada inspiração, e o seu Tratado histórico, qual bem o observou o nosso autor Oliveira Lima, ressentido-se, em mais de um passo, do fantasioso tão grato aos conversados das Musas, a quem naquela fase de declínio do classicismo, sorriam sobretudo as encantadoras lendas do romancero ibérico¹⁰⁹².

Já os historiadores posteriores ao Visconde de Porto Seguro, como Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo, não se aproveitam da gama robusta de documentos metodicamente tratados por ele em sua *síntese historicista* e se limitam a ficar no âmbito da compilação, não se tornando escritores de obras originais, muito menos imprimindo um direcionamento explicativo científico para que se possa compreender a experiência da história nacional. Os autores que se situam nessa perspectiva são: Melo Moraes, Cônego Gay, Machado e Oliveira e Joaquim Felício dos Santos. Destaca-se João Francisco Lisboa, a quem Basílio de Magalhães considera um grande pesquisador, que só não escreve uma história geral do Brasil pelo fato de não mobilizar quadros interpretativos ditos científicos em sua prática; sem as condições necessárias para a *síntese modernista*.

Mesmo com todos esses avisos é de uma “pena alienígena” a sugestão e a realização de um trabalho de síntese, ou de conjunto, sobre a experiência história brasileira. Heinrich Gottfried Handelman é o responsável, em 1860, pela realização de um trabalho de história do

¹⁰⁹² MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 591.

Brasil sintético, mas de cunho filosófico.¹⁰⁹³ Para a realização dessa obra o estudioso alemão supostamente se vale do plano filosófico de Karl von Martius, ou dele se aproxima:

O plano do cientista bávaro ali foi seguido admiravelmente. O historiógrafo alemão apreciou, com inteireza e clarividência, os elementos formativos do nosso povo e, além de acompanhar-lhe a devolução política, analisou-lhe a organização civil e o desdobramento das forças econômicas¹⁰⁹⁴.

Ficam em evidência as virtudes epistêmicas que o historiador deve seguir de acordo com Magalhães, e que correspondem à conjuntura epistêmico-discursiva que enreda os historiadores na República. A história desejada deve se referir ao povo, por mais difícil que seja a caracterização desse conceito. Para além da dimensão política deve-se ter como referente a sociedade (e a pátria), ou organização civil (e o patriotismo), o que implica fatos e problemas sociais. Deve-se ir além no que tange as explicações sobre os homens no tempo, acoplando outros fenômenos sociais. No caso de Handelmann essa premissa se realiza pela via econômica. Esses elementos estão, é necessário ressaltar, nos horizontes da *síntese modernista*.

Mas é Sílvio Romero que define com maior propriedade os desafios da síntese orgânica e sociológica, de cariz *evolucionista*, colocada aos homens de letras da passagem para o século XX, mesmo que por via de uma linguagem epistêmica naturalista. Consta na sua *História da literatura* (1888), aqui coligida por Basílio de Magalhães, o seguinte:

O verdadeiro historiador do Brasil deveria ser bastante naturalista, para o pórtico do seu livro, distender a descrição vasta, exata, verdadeira, da terra natal, determinando-lhe as zonas, os climas, os aspectos, todos os cem modos diversos, pelos quais os meios colaboram com os homens.¹⁰⁹⁵

Nas prescrições de Romero encontramos elementos correspondentes aos desejos de atualização da história do Brasil e, também, podemos visualizar outras habilidades e virtudes epistêmicas condizentes com a conjuntura historiográfica situada entre o final do Império e o alvorecer republicano. A referência ao naturalismo relaciona-se com a tentativa de observar e descrever os sujeitos histórico em uma perspectiva cientificista e que se atém a dimensão corpórea das ações humanas. Ela tem um componente ideológico altamente classificatório. Romero projeta e deseja uma história total, capacitada, em uma perspectiva sinóptica, de coordenar todos os

¹⁰⁹³ Um estudo que analisa a leitura da *Dissertação* de von Martius por Handelmann, bem como os impactos desse gesto na Primeira República, especialmente em João Ribeiro, encontra-se em RODRIGUES, Rogério Rosa. João Ribeiro e Heinrich Handelmann: Diálogos subterrâneos. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César Nascimento (orgs.). *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

¹⁰⁹⁴ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 593.

¹⁰⁹⁵ Idem, p. 593.

elementos que envolvem a formação dos sujeitos no tempo. O historiador deve primar pela postura interdisciplinar, com especial atenção à aproximação com as ciências sociais. Romero é o maior idealizador da *síntese sociológica* no Brasil, no caso orientada teoricamente pelo *evolucionismo*. E Magalhães filtra as suas prescrições com o objetivo de caracterizar a síntese:

(..) deveria ser bastante etnológica, para compreender e amar as diversas raças que levantaram nesse país as suas tendas e que agitaram a luz do sol brasileiro seus músculos de combatentes, travando a luta da vida, a luta da civilização; para compreender em seus cantos, em suas aspirações; deveria ser bastante filósofo e democrata, para rir e chorar com o povo, segui-lo na sua formação gradativa e suas transformações progressivas, assistir a geração do nosso terceiro Estado e da nossa burguesia, acompanha-los na vida municipal, nas agitações da vida política, nos anelos da liberdade.¹⁰⁹⁶

Ser etnologista significa, para Romero, desempenhar a habilidade da descrição densa ou da autópsia. O problema aqui é abordar os indígenas, por exemplo, pelo olhar civilizador. O autor, além disso, movimenta o *topos* do amor pátrio em direção não ao Estado monárquico ou republicano, mas, sim, ao povo, fazendo um elogio do mestiço. Mas todos sabem da ideia de “branqueamento” futuro de Romero. Demanda-se um historiador filósofo, que compreende os eixos causais da formação história brasileira, bem como um historiador democrata, quer dizer, que esteja habilitado a dialogar com o contexto político em sentido geral, fomentando a sua republicanização constante. De todo modo, a partir da posição do historiador filósofo e democrata, deve-se compreender os passos dos agora cidadãos republicanos em formação no interior de uma experiência da história que se preocupa em voltar-se para um futuro em aberto. Romero, nesse sentido, prefigura alguns aspectos próprios das *sínteses modernistas*, tão correntes na Primeira República através dos *ensaios de interpretação histórica do Brasil*. Se deve ter em mente, em última instância, que as *sínteses evolucionistas* funcionam como uma espécie de *face de Janus* da moderna historiografia brasileira, pois atualizam as *sínteses historicistas* ao mesmo tempo em que anunciam as *sínteses modernistas*, sem deixar, obviamente, de conter as suas especificidades de cariz *ilustrado*.

Basílio de Magalhães compila outra prescrição de Romero no sentido de projetá-las à experiência epistêmica disposta na Primeira República:

(...) o moderno historiador deveria ser bastante economicista, para surpreender o povo no seu trabalho, tomar nas mãos os fios determinadores da formação da nossa riqueza pública e particular, mostrando a irradiação desse pólo enorme, - a escravidão, - pólo de nova espécie, fecundo, produtor, sugado pelo parasitismo imenso e infamante, grande crime da raça colonizadora (...), que ainda hoje faz, a nossa História ser uma obra de privilégio e iniquidade; deveria ser bastante filósofo, para ter uma visão nítida

¹⁰⁹⁶ Ibidem, p. 593.

de cultura e dos destinos humanos, compreender a formação das pátrias recentes, o advento dessas nações coloniais, mestiçadas, herdeiras de antigas glórias e antigos ideais, prestes a transformar-se, urgidas por necessidades novas; deveria ser bastante erudito, para conhecer a fundo todos os fatos, todas as peripécias do passado colonial; deveria, finalmente, ser bastante poeta, para construir de tudo isto uma obra artística, viva, palpitante de seiva e de entusiasmo¹⁰⁹⁷.

Vemos nas prescrições de Romero coligidas por Basílio de Magalhães o desejo por uma história total. O vetor economia, por exemplo, é de suma importância para que se repense, nos trópicos, a instituição social do trabalho. Há repúdio ao escravismo, o grande crime dos colonizadores portugueses. A escravidão é geradora, na experiência histórica nacional, de privilégios e de iniquidades. Daí a necessidade do historiador filósofo (sintético), na medida em que ele consegue captar os “nexos” diretores dos destinos do devir histórico.¹⁰⁹⁸ Além disso, o historiador filósofo deve ser, também, erudito. Ora, não há síntese sem erudição. O que significa que só conjugando esses pares se opera um saber moderno e científico. O historiador republicano deve atrair as musas, quer dizer, a arte narrativa engendra nas almas dos cidadãos o amor à pátria. Uma pátria, por sinal, mais marginalizadora do que inclusiva. Cabe anotar que a história total, e evolucionista, prescrita por Romero é mimética. Assim, as próprias leis que organizam a sociedade para o autor são de natureza fixa, perpetrando fortes determinismos.

Basílio de Magalhães quer atualizar as prescrições de Sílvio Romero. Por tudo isso, uma nova história geral e sintética do Brasil ainda se faz desejada em termos de operacionalização prática. “Mas a História Integral, a História que tanto se tem almejado, a História, que é uma necessidade imperiosa da nossa cultura, essa nem sequer tem a sorte do ainda inacabado Código Civil”¹⁰⁹⁹. Resume Magalhães a necessidade da realização de uma síntese da história brasileira que supere o trabalho de Varnhagen: “o código máximo das nossas tradições - consta de projetos engoiabados e dorme ao preguiçoso mistério de marasmática incubação”.¹¹⁰⁰ Magalhães assume a demanda por uma nova síntese, chamada por nós de *modernista*, ao mesmo tempo em que se porta como um crítico daquela consciência historiográfica que projeta a síntese somente para o futuro, herança conjugada de *historicistas* e de *evolucionistas*. Para nós esse

¹⁰⁹⁷ Ibidem, p. 594.

¹⁰⁹⁸ Rodrigo Turin descreve o movimento teórico de Sílvio Romero em direção à síntese: “Mediante o uso de teorias europeias de que fazia uso, Romero procura imprimir um caráter nomológico à sua escrita da história. O que garantiria a cientificidade de seu trabalho, por oposição à tradição imperial, seria a capacidade de generalização. ‘Um conhecimento que não e generaliza, fica improficuo e estéril, e, assim, a história pinturesca deve levar à história filosófica e naturalista’. A partir de conceitos como os de ‘raça’, ‘meio’, ‘momento’ e ‘evolução’, munido ainda, do critério ‘popular e étnico’, ele estaria apto a identificar as leis gerais que presidiriam o momento histórico da nação. O objetivo da sua *História*, como diz, é ‘encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro’”. TURIN, *Narrar o passado...* op. cit., p. 103.

¹⁰⁹⁹ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 594.

¹¹⁰⁰ Idem, p. 595.

registro, presente nas prescrições dos sócios do Instituto, traduzia o desejo por uma nova *história geral do Brasil*, aparentemente com parâmetros teóricos informados pelas *sínteses evolucionistas*, em um momento que se demandavam outras propostas epistemológicas, e narrativas, junto à prática historiadora. O efeito colateral percebido nesse descompasso era que esses resíduos da *síntese historicista* acoplados à perspectiva teórica evolucionista monocausal, no contexto da República, eram responsáveis por sempre adiar a realização do chamado “grande livro da pátria”, da forma como queria importante parcela dos historiadores do IHGB.

Em 1914 há o *Primeiro Congresso de História Nacional* organizado pelo IHGB. Magalhães considera proveitosos os seus resultados, dado que ali se cria uma verdadeira polissemia de concepções historiográficas. Em sua opinião, todos os trabalhos então reunidos, que estão na esfera monográfico-analítica, servem ao historiador que se arrisque na produção de uma nova história geral do Brasil, ou mobilizando o vocabulário epistêmico diferente, uma *síntese modernista* da formação histórica nacional. Um rico material empírico já está, portanto, à disposição. Lembrando que a *síntese modernista* é a conjugação entre empiria e reflexividade em busca da complexidade dos fenômenos históricos. A realização do congresso faz crer que “seus conseqüências naturais” se movam em direção “ao surto de uma História geral do Brasil, em que se aproveitem os cabedais agora granjeados e nos moldes que uma obra de fôlego impõem as conquistas do progresso, as conquistas da ciência contemporânea”.¹¹⁰¹

Em se tratando de epistemologia do saber histórico vemos Magalhães se aproximando do ideal de *síntese modernista*: um estudo de carácter mais meditativo, teórico e reflexivo do que preso e refém de minúcias explicativas ou do inglório trabalho metódico fomentador da representação do passado. Em suas concisas palavras: “emancipei-me por completo, desde anos muito em flor, da ociosa pesquisa das causas primeiras e finais (...)”.¹¹⁰² A *síntese modernista* necessita, vale lembrar, da análise, mas o que se argumenta é que ela transforma o empirismo em representação explicativa.

O que está em jogo para o autor é uma forma de se pensar e de se filosofar a história que transcenda certas perspectivas que se modulam por vias empiricistas encerradas em si mesmas, ou em um esforço de pensamento cujas elucubrações são de natureza metafísica. Seus alvos mais imediatos são Nietzsche e Bergson. Com esta passagem a seguir temos uma orientação mais esclarecida sobre o pensamento teórico de Magalhães, e ao mesmo tempo ficamos sabendo o que ele entende por síntese:

¹¹⁰¹ Ibidem, p. 595

¹¹⁰² Ibidem, p. 596.

E, si não abracei o nietzschianismo ou o bergsonismo, este agora tão no galarim além-atlântico, foi porque tanto a viril concepção do primeiro como o suave monismo do segundo se nimbaram de sutilezas metafísicas, incompatíveis com o Estado do meu espírito, em más condições de receptividade para com o nefelibatismo quaisquer, a não atingirem à formação de uma síntese perfeita, explicativa do cosmos e do microcosmos, *conditio sine qua non* de toda verdadeira criação filosófica destinada a conquistar e a erguer bem alto a razão humana.¹¹⁰³

Ramiz Galvão, orador do Instituto, concorda com Basílio de Magalhães no que tange à necessidade da escrita de uma nova história geral do Brasil, uma história única, que atenda as demandas da nova conjuntura discursivo-históriográfica. Mas a *síntese historicista* de Varnhagen é valorizada por Galvão. Os vícios e as virtudes do Visconde de Porto Seguro são indícios daquilo que se deve ou não fazer em termos de pesquisa. “Faltou-lhe talvez a amplitude de vista filosófica, faltou-lhe de certo a vibração patriótica; mas seu espírito frio e analítico deixou páginas e quadros, que não é lícito desestimar”.¹¹⁰⁴ Em todo caso, se deseja entre aqueles homens e mulheres de letras uma história integral, isto é, uma síntese. No caso uma história total à nível conceitual. É uma necessidade imperiosa daquela experiência historiográfica, uma espécie de “código máximo das nossas tradições” que, até aquele momento, é suprida pelos *ensaios de interpretação histórica*. Galvão sinaliza para as virtudes epistêmicas requeridas nessa difícil tarefa: “é certo que a grande obra espera ainda o seu máximo arquiteto, ardoroso, profundo, imparcial e probo, capaz a todos os respectivos de erigir o monumento ambicionado”.¹¹⁰⁵ O *historiador-sintético-modernista* obedece aos códigos da análise.

Enquanto isso, para Manoel Cícero Peregrino da Silva a função primeira do IHGB também não pode repousar, em uma postura próxima à de Magalhães, unicamente em armazenar documentos e lançá-los à publicidade, mas vai ao ponto de analisá-los para deles extrair a síntese. Isso é a moderna concepção de história para o estudioso, que permite colocar em relevo, hermeneuticamente, os fatos culminantes da vida da humanidade através do tempo, encandeando-os uns aos outros conforme as exigências do olhar cognoscente do pesquisador e explicando-os por causas diversas acumuladas pelo passado ou subordinadas pelo meio. Eis, então, os caminhos para a realização da *síntese modernista*.¹¹⁰⁶

¹¹⁰³ MAGALHÃES, Discurso... op. cit., p. 596.

¹¹⁰⁴ GALVÃO, Ramiz. Discurso em razão de recepção do sócio Basílio de Magalhães. *RIHGB*, tomo LXXVII, parte II, 1914, p. 601.

¹¹⁰⁵ GALVÃO, Discurso em razão... op. cit., p. 602.

¹¹⁰⁶ SILVA, Discurso... op. cit., p. 606.

Capítulo 10 - Pedro Lessa e os canteiros da historiografia: os desafios da prática do historiador no alvorecer do século XX

A história coleciona e dispõe metodicamente os materiais, os fatos, em cuja observação e comparação haurem suas induções, ciências diversas.¹¹⁰⁷

Pedro Lessa

A prática da historiografia entre antigos e modernos

O primeiro movimento interpretativo realizado por Pedro Lessa em suas *Reflexões sobre o conceito da História* (1906) foi o de buscar entre os historiadores clássicos as raízes da prática da historiografia, abrindo a possibilidade de se compreender o todo da pesquisa histórica, do arquivo à narrativa. Essa preocupação materializou-se em uma das primeiras histórias da historiografia cognitiva realizada no Brasil, distanciada das historicizações do *métier* efetuadas pela história da literatura, como em Sílvio Romero e, anos depois, em José Veríssimo.¹¹⁰⁸ Valdei Araujo argumentou que esse tipo de estudo sobre a pesquisa histórica consolidou-se *pari passu* com a própria efetivação da história como discurso autônomo em fins do século XIX. Esse apontamento ganha sentido ao situarmos a obra de Lessa. Araujo sintetiza: “(...) uma das suas principais funções foi traçar o progresso da pesquisa histórica desde a antiguidade até sua forma científica moderna”.¹¹⁰⁹ O que realmente está em jogo em nossa investigação é que o texto de Lessa se apresenta como um indício de questões que se relacionam com uma tarefa incontornável naquele período, ainda que por vezes implícita: definir o que constitui a prática historiográfica, e como compreendê-la, legitimando-a, a partir da sua historicidade.

O empenho de Pedro Lessa não se limitou em elencar um conjunto de autores e de obras. O jurista mineiro analisou, avaliou e hierarquizou os trabalhos que discutiu. Dessa atividade encontrava-se um ideal aproximado do significado de historiografia, em que se observava a reunião de qualidades indispensáveis, bem como de vícios a serem superados. Lessa contribuiu teoricamente, ao narrar o significado da prática da historiografia, com um movimento notadamente importante para a história intelectual brasileira, localizado na Primeira República, em que verifica-se “debates e novas versões sobre o que era e o que devia ser a História do Brasil, com desdobramentos importantes para o campo intelectual e

¹¹⁰⁷ LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito da história. *RIHGB*, tomo 69, parte II, 1906, p. 283.

¹¹⁰⁸ José Honório Rodrigues é quem afasta definitivamente os estudos sobre a historiografia das histórias da literatura, pois nelas, segundo ele, “imperaria o critério formal e estilístico, em contraposição a uma abordagem centrada nas especificidades da disciplina história”. SANTOS; PEREIRA, Mutações no conceito... op. cit., p. 19.

¹¹⁰⁹ ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. In: *Locus: Revista de História*, JF, v. 12, n. 1, 2006, p. 79. Disponível em: <https://cutt.ly/7v3890c> Acesso: 08 abr. 2021.

historiográfico”.¹¹¹⁰ O texto de Pedro Lessa é, ao contextualizar o significado da atividade historiográfica europeia, autolegitimador de uma forma específica de conceber o trabalho do historiador. Como toda história, é uma história do presente. O preenchimento do conteúdo da categoria historiografia estava condicionado às demandas e aos desafios colocados aos historiadores brasileiros na Primeira República. Esse “estado da arte” oferecido pelo autor também se apresenta propositor de ações de delimitação e de fixação interna e externa dos conteúdos da disciplina história, estabelecendo os seus Outros. Prescrevendo, então, o que era importante, ou não, para a atividade do historiador no presente e no futuro.

Assim, a escrita da história entre os clássicos deseja se “perpetuar” através do tempo. Ela possui em seu cerne uma dimensão moralizante, como no caso da honra e da glória. Isso é verificado através das temáticas dos feitos bélicos, militares e políticos.

Não há plausibilidade historiográfica nessas formas de se conceber a história, para Lessa. As suas considerações são episódicas e de memória: “tradições” e “crônicas” que não são avaliadas pela virtude epistêmica da fidelidade e da confiabilidade do laudo documental, próprios da prática da historiografia. Por outro lado, há nelas virtudes literárias, relativamente importantes para o historiador, que se localizam no último estágio da operação historiográfica. Fala-se de “primores literários” coadunados com a habilidade da narrativa descritiva, princípio herdado pela prática da historiografia.¹¹¹¹ Estamos diante de uma memória disciplinar, pois há, aqui, uma tentativa de silenciar autores, perspectivas e obras que não são consideradas científicas, nos moldes do século XX.¹¹¹² A historiografia, ao se autolegitimar, colocava à margem toda uma contra-história. Nesse caso específico a historiografia apagava as pretensões ficcionais da história, as temáticas da antiguidade, as suas fontes e a sua perspectiva de eternização. Assim, historiografia é o resultado lexical de um processo duplo: de silenciamento e de autolegitimação do que devia ser a prática do historiador através do tempo. De pacificação das tensões intelectuais existentes ao eleger a forma mais adequada de se praticar o *métier*.

Não há, para Pedro Lessa, sistematicidade na prática histórica dos antigos. Mas nessa dinâmica comparativa podia-se perceber as habilidades e as virtudes modernas pelo não dito, ou por aquilo que faltava ao Outro, desqualificando-o. Indiciariamente a prática da historiografia forma-se a partir de resíduos descontínuos. A historiografia liga-se ao regime

¹¹¹⁰ GOMES, *A República...* op. cit., p. 25.

¹¹¹¹ LESSA, *Reflexões...* op. cit., p. 198.

¹¹¹² Manoel Luiz Salgado Guimarães nos esclarece a dinâmica própria da memória disciplinar: “Nossa própria disciplina tem a sua história, frutos de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o *panteon* dos nossos clássicos. Interrogá-lo é tarefa da historiografia, procurando deslindar as tramas que tornaram operatória e necessárias estas escolhas, dentre um leque de outras possíveis. Reconstituir estes cenários de disputas e tensões em que ações eletivas são acionadas ajuda-nos a compreender o trabalho de escrita da história como parte de um esforço maior de construção social da vida humana”. GUIMARÃES, *Historiografia e cultura histórica...* op. cit., p. 32.

historiográfico metódico, modulado pelas habilidades e pelas aptidões condensadas na metáfora epistêmica do “gosto pelo arquivo”, primeiro movimento da operação historiográfica em seu desejo de fazer da pesquisa histórica uma cadeia de “operações de busca, seleção e ordenamento dos ‘documentos’ - bases confiáveis para a narrativa do historiador - e acompanhada pelo exercício da ‘crítica interna’ a tais documentos”.¹¹¹³ Segundo Angela de Castro Gomes essa é a habilidade que identifica o historiador diante de outros intelectuais coevos na Primeira República, em um momento marcado pela poligrafia. Entre os historiadores clássicos não se localizam as virtudes epistêmicas da confiabilidade, da diligência e do rigor analítico.

A verdade dos fatos se mostrava distinta entre as *epistemes* moderna e antiga-clássica. Eram instâncias de verdade não equivalentes, dado que entre os regimes historiográficos clássicos não havia a preocupação do estabelecimento metodicamente orientado da veracidade por indícios e por evidências. As narrativas históricas clássicas operacionalizam virtudes narrativo-literárias, chegando a ser adjetivadas como “atraentes ou empolgantes”. Mas Pedro Lessa afirma que para haver historiografia faz-se necessário os métodos e os cânones da heurística, da diplomática, bem como da crítica de informação. Sem essas habilidades “ninguém se aventura à árdua tarefa da **historiografia**”.¹¹¹⁴ Este é o seu parecer sobre a pesquisa histórica greco-romana: a “(...) história, para os gregos e romanos, é um gênero literário. A amplificação oratória, as ficções, o maravilhoso épico, inçam as narrativas, desfigurando os fatos, e subtraindo-os à justa apreciação dos mais claros e seguros entendimentos”.¹¹¹⁵

A historiografia deve corresponder às seguintes atividades e habilidades: o “escrupuloso exame das provas (...) pelo improbo labor de cirandar meticulosamente os documentos” entendidos como fontes de primeiro grau e/ou indícios e evidências pertinentes ao exame.¹¹¹⁶ Mais alguns vícios epistêmicos encontrados em historiadores do porte de Tucídides (c. 460 a.C-400 a.C),¹¹¹⁷ de Políbio (c. 203 a.C-120 a.C) e de Tito Lívio (c. 59 a.C-17 d.C) são evidenciados:

¹¹¹³ GOMES, História... op. cit., p. 43.

¹¹¹⁴ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 196.

¹¹¹⁵ Idem, p. 199. O regime de verdade das histórias clássicas, especialmente gregas, pode ser melhor compreendido fora da memória disciplinar da história ciência criada por Pedro Lessa: “o gênero histórico, como qualquer outra forma de relato que deveria atender às prerrogativas da arte de escrever, teria de buscar a beleza e o agrado na forma e no conteúdo. Atendo-se à verossimilhança, ao possível de ter ocorrido, ao captável pela imaginação, a história partiria do particular para o geral. Relataria casos específicos, visando modelar exempla. Uniria de forma atávica passado, presente e futuro, numa cadeia causal que conduziria o leitor/ouvinte pelo interessante relato do ocorrido. De igual maneira, caberia ao historiador, enquanto mestre da linguagem, escolher um bom tema, as melhores palavras e lançar mão de seu repertório de imagens para produzir a mais adequada narrativa”. GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Entre gregos e romanos: história e literatura no mundo clássico. *Revista Tempo*, vol. 20, 2014, p. 4. Disponível em: <https://cutt.ly/BcLHqqk> Acesso: 08 abr. 2021.

¹¹¹⁶ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 197

¹¹¹⁷ Pedro Lessa faz um parêntese sobre Tucídides. O autor da *Guerra do Peloponeso*, dentro dos limites da sua época, almeja a objetividade, deixando à disposição dos leitores como se opera os critérios utilizados na economia do seu texto. É justamente por conta dessa disposição que os escritos de Tucídides são, de algum modo, retomados

falta a eles a habilidade metódica da elaboração analítica dos fatos e o engenho hermenêutico que respeita a “sistematização dos elementos preparados pelos historiadores”. Assim, “não se pretenda tampouco descobrir nos historiadores gregos e romanos, a coordenação metódica dos fatos, a sistematização científica dos elementos preparados pelo historiador, para as generalizações das ciências sociais”.¹¹¹⁸ Pedro Lessa afirma que a leitura de Hippolyte Taine lhe fornece essa consciência epistemológica. O estudioso francês assim caracteriza as dimensões e as dinâmicas historiográficas presentes entre os historiadores antigos: “oferecem unicamente uma sucessão de acontecimentos, e não classes de fatos”. Essa diferenciação apresenta uma ideia das virtudes epistêmicas solicitadas por Lessa, na medida em que fato se diferencia de acontecimento em razão de apresentar-se no âmbito do valor, da representação; já o acontecimento é episódico. Por isso se pode classificar os fatos. Pedro Lessa projeta em seu texto as expectativas quanto ao ideal da prática historiográfica requerida na Primeira República à custa do silenciamento de tradições e de formas de se fazer história, ou seja, “o ponto de vista do historiador entra irrevogavelmente em toda observação que ele faz; a história é atingida inúmeras vezes pela relatividade”.¹¹¹⁹

A prática da historiografia ganhava corpo por meio do confronto entre antigos e modernos, indicando qual podia ser a sua performance na Primeira República brasileira. Ela, em primeiro lugar, parecia autonomizar o conhecimento histórico diante de certa competição epistêmica com as ciências sociais no que se referia a qual disciplina melhor interpretava a história e a sociedade. Em segundo lugar, na passagem para o século XX não são poucas, vindas desses mesmos campos, as advertências de que a história estava presa ao nível da erudição massiva, da crítica documental internalista e da cronística.¹¹²⁰ Diante dessa forte demanda a historiografia prometeu sistematizar e atualizar a sua tradição erudita e se abrir interdisciplinarmente. A historiografia reúne em torno de uma *expertise* uma longa tradição de se conceber a prática do historiador, não só a escrita.

Assim, o que é herdado da Idade Média são, para Pedro Lessa, “toscos esboços de história universal, modelados que estavam pelos escritos de Eusébio [c. 265-339], Osório [c 385-420] e outros historiadores católicos”.¹¹²¹ Mas há habilidades que merecem ser colocadas

e aclamados século XIX adentro como modelo possível de história. Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. A tradição Herodoteana e Tucídideana. In: _____... *As raízes...* op. cit., 2004.

¹¹¹⁸ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 201.

¹¹¹⁹ CARR, Edward. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 104.

¹¹²⁰ “Se em alguma medida as crônicas, a erudição, e longas digressões de crítica documental são reprovadas e vistas como empecilhos por ambos os momentos, novos pressupostos teórico-metodológicos e um novo vocabulário surgem na virada do século XIX para o XX para lidar com a problemática de narrar a história do Brasil”. DETONI, A moderna... op. cit., p. 26.

¹¹²¹ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 202. Guy Bourdê e Hervé Martin admitem que a produção intelectual

no plano das atividades da historiografia, onde localiza-se a prática da glosa e da descrição fiel dos documentos, bem como a mobilização do sistema compilatório, cuja utilidade revela-se no campo do direito e da pesquisa histórica. A glosa se faz importante por servir como elemento de crítica das fontes. Está, aí, parte da herança historiográfica advinda do medievo. Mas o que se observa no geral são “investigações ou a exposição do historiador a nenhum princípio, doutrina, método, ou classificação científica” orientadora de sentido e de racionalidade.¹¹²²

Do Renascimento se destacaram os escritos de Maquiavel (1469-1527), que também foram interditados epistemologicamente. Sua teoria da historicidade seria estruturada por um “abstruso semi-fatalismo”: o movimento cíclico das esferas. Nessa teoria da historicidade “a direção dos astros, o curso das estações, a passagem da vida para a morte, tudo é preestabelecido e dominado pela evolução circular do universo”. A categoria historiografia não estava nesse compasso interpretativo, posto que os seus horizontes eram realistas. O movimento epistemológico de Maquiavel propicia a seguinte consciência de historicidade: “as continuas mutações são resultantes do impulso comunicado pelas esferas, e os homens nunca podem adivinhar o fim definitivo do universo”.¹¹²³ Um eixo orientador de historicidade que se estruturava em torno da ideia de Deus, da fortuna ou do destino enquanto instâncias metafísicas não combinava com as prescrições da categoria historiografia. As proposições de Maquiavel foram desatualizadas por Pedro Lessa. As explicações do intelectual florentino seriam derivadas de um momento específico da história da historiografia em que as suas diretrizes não eram capazes de fomentar uma atividade, um fazer ou uma prática sistemática. Lessa distancia-se do autor italiano a partir de três ângulos: da narrativa historiográfica, da teoria da historicidade e da fundamentação epistêmica. O seu modelo historiográfico está, no limite, desatualizado diante da “hodierna concepção da natureza da ciência”, não existindo ali, então, uma “teoria científica da história”.¹¹²⁴

O princípio da teoria da historicidade dos autores medievais e renascentistas resume-se por meio desta argumentação: “Era dado ao homem conhecer o futuro de um modo sobrenatural”. Praticar historiografia significava, por outro lado, conceber uma teoria do conhecimento realista. As odisséias do devir histórico não podiam amparar-se em uma inteligência superior ou no destino, cujo exame empírico, real e vitalista desabonavam. Isso servia tanto para Maquiavel quanto para Bossuet (1627-1704). Em Bossuet é assim descrita a

disponível na idade média está voltada aos interesses religiosos dos produtores ou daqueles que encomendam a produção. BOURDÉ, Guy & Martin, Hervé. *As Escolas históricas*. Lisboa: PEA, s.d, p. 13-43.

¹¹²² LESSA, Reflexões... op. cit., p. 202.

¹¹²³ Idem, p. 202.

¹¹²⁴ Ibidem, p. 203.

sua teoria da historicidade: “Deus intervém na direção das coisas humanas, obrigando constantemente a natureza a sair das leis por ele próprio estabelecidas; é um senhor absoluto, despótico, cuja vontade constitui o único vínculo que mantém a ordem do universo”.¹¹²⁵ Na teoria do conhecimento elaborada por Pedro Lessa a providência não era passível de plausibilidade epistêmica, posto que escapava aos princípios racionais da investigação historiográfica. Uma prova do seu racionalismo analítico e do seu veto à providência pode ser verificado neste excerto: “Isso não quer dizer que as religiões sejam verdadeiras. Em todo os tempos o dogma religioso é uma engenhosa falsidade, engendrada pelos homens em proveito de seus interesses”.¹¹²⁶ Os fundamentos clássicos da ideia de providência informam, pois, algo “superior às leis, e sem o conhecimento destas, isto é, das relações necessárias derivadas da natureza das coisas, do que é comum, constante, permanente, na produção dos fenômenos, não existe ciência”.¹¹²⁷ Esses sujeitos enunciaram teorias da historicidade com tons metafísicos em suas explicações sobre o sentido primeiro da história, sendo que para Lessa o motor da história era realista, desse mundo e humano, isto é, radicalmente histórico.

Torna-se essencial a localização, na passagem do século XVIII para o XIX, de determinados tipos historiográficos que se aproximaram do vitalismo na referenciação de uma teoria da historicidade realista. Deseja-se perquirir e teorizar a partir de “causas de caráter puramente histórico, algo como causas psicológicas ou pragmáticas” que são capazes, ao menos em certos ângulos, de interditar, arrefecer ou excluir a “Velha Fortuna”.¹¹²⁸ A época iluminista trouxe consigo as filosofias da história. No entanto, elas guardam enquanto resíduo um fator específico da teoria da historicidade providencialista: eram fatalistas na tentativa de ordenar e urdir a inconstância própria dos eventos junto ao plano da temporalidade. O elenco de autores é substantivo em termos de relevância para uma história da historiografia ocidental: Vico (1668-1744), Hegel (1770-1831), Voltaire (1694-1778), Montesquieu (1689-1755), Herder (1774-1803) e Condorcet (1743-1794). Além disso, a *história mestra da vida* sofreu nessa conjuntura epistêmico-discursiva uma mutação: agora o aprendizado era em perspectiva futurocêntrica.¹¹²⁹

¹¹²⁵ Ibidem, p. 204. Maria Izabel M. Oliveira coloca em seus termos a performance do providencialismo de Bossuet, contribuindo para uma melhor historicização da leitura realizada por Pedro Lessa sobre o filósofo. “O providencialismo, uma ideia muito antiga de um Deus que dirige a história dos homens, aparece com toda a sua força no pensamento político de Bossuet. Em sua concepção é Deus quem dirige a política aqui na Terra. Aos reis cabe somente fazer a Sua vontade; qualquer deslize acarreta em graves consequências. Deus, ao ver Suas leis violadas, lança os piores castigos aos reis e aos seus respectivos reinos”. OLIVEIRA, Maria Izabel M. “Os combates intelectuais de Bossuet: a unidade política por meio da unidade religiosa”. *Fênix*. Revista de história e estudos culturais, vol. 3, ano II, n. 3, 2006, p. 9 -10. Disponível em: <https://cutt.ly/fcZekni> Acesso: 08 abr. 2021.

¹¹²⁶ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 203.

¹¹²⁷ Idem, p. 210.

¹¹²⁸ KOSELLECK, Reinhart. O acaso como resíduo de motivação na historiografia. In: _____ op. cit., p. 149.

¹¹²⁹ A filosofia da história é um gênero especulativo que emerge no século XVIII se propondo a teorizar sobre temáticas como o sentido da história, a sua lógica imanente, o progresso e a decadência através da história. José D’Assunção Barros é preciso ao delimitar o espaço de trabalho do filósofo da história: “Sobretudo, os filósofos da

A partir das aproximações e dos distanciamentos entre antigos e modernos pode-se perceber o delineamento da prática da historiografia, que em último caso explica o significado da pesquisa histórica em todas as suas fases de execução. Pretendemos, por meio do conteúdo da categoria historiografia, compreender melhor as performances do fazer histórico na Primeira República, momento esse em que ela parece, por meio dos escritos de Lessa, condensar toda a prática do historiador: 1) a historiografia forma um arquivo; 2) há a preocupação metódica, do arquivo à escrita; 3) a historiografia trata o fato histórico enquanto valor, conceito e representação, instituindo, então, a análise; 4) a historiografia preocupa-se com o plano realista e não transcendente; 5) a historiografia classifica os fatos históricos; 6) a historiografia tem a capacidade de ensinar, acompanhando, então, as mutações da *historia magistra vitae* na modernidade; 7) a historiografia mobiliza a narrativa descritiva, herança grega.

As impossibilidades das filosofias da história como modelo explicativo da historiografia

Por meio do enredamento e da urdidura de intriga oferecidos pelas filosofias da história que se formalizou a consciência do caráter processual e linear da temporalidade. A partir desse horizonte, Lessa instituiu uma importante teoria da historicidade para a conjuntura epistêmica a qual se inseria, em que o ser do tempo não se articulava por meio da repetitividade progressiva, contínua e ilimitada enquanto flecha a um futuro em aberto. O embate contra as filosofias da história armado por Pedro Lessa, além de ser puramente epistemológico, era uma forma de oferecer um “estado da arte” para os historiadores brasileiros que já vinham negando as perspectivas filosóficas de interpretação da história em favor de abordagens sociológicas. As filosofias da história estavam desatualizadas no contexto historiográfico não por poucos intelectuais, tais como Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, Araripe Jr., José Oiticica e Oliveira Vianna. Essa passagem da dimensão filosófica para o aporte das ciências sociais como registro teórico da historiografia era uma forma de erigir uma perceptiva de história social no Brasil. A emergência da historiografia interditava, naquele contexto, as especulações filosóficas sobre a humanidade em prol de explicações sobre a sociedade, dos mais diversos matizes.

Mas o que é a filosofia da história? “A doutrina que pretende ensinar-nos as leis que presidem a evolução da humanidade. Ao darmos crédito aos filósofos da história, a sua teoria

história não esgotavam seu trabalho, de modo algum, com fenômenos históricos que tinham diante de si através dos registros e evidências que habitualmente dão suporte ao trabalho do historiador. O filósofo da história queria ir além, e enxergar mesmo o futuro, ou ao menos um determinado padrão necessário de evolução ou de desenvolvimento da história em direção ao futuro”. BARROS, José D’Assunção. “Teorias da história” e “filosofias da história”: considerações sobre o contraste entre dois espaços de reflexão sobre o fazer histórico”. *Anos 90*, vol. 19, n. 36, 2012, p. 374. Disponível em: <https://cutt.ly/nclneAM> Acesso: 08 abr. 2021.

abrange o curso inteiro da história da humanidade. Eles nutrem a pretensão de determinar donde veio a humanidade, e qual a direção que há de seguir no futuro”.¹¹³⁰ Mas ao indicar o seu objeto, que trazia consigo uma espécie de pedagogia civilizadora, implicitamente se averiguava os seus limites historiográficos, porquanto não era possível conhecer o conjunto dos fatos que organizam o todo da história da humanidade.¹¹³¹ Daí uma das virtudes da historiografia residir, então, na indicação da contingência e da complexidade em história.

Dito isso, temos como exemplo a refutação dos escritos daquele que, em tese, primeiro produziu uma filosofia da história: Giambattista Vico. A sua forma de compreender a sociedade é amparada por uma lei universal da história, qual seja, aquela que admite que as nações necessariamente passam por três idades que se repetem eternamente: a *idade divina*, a *idade heroica* e a *idade humana*. Aos olhos vigilantes da historiografia essa percepção da história não parecia adequada para tornar-se um modelo teórico válido. Aqui está o ponto chave da *derrota das filosofias da história*: as leis que se dispõe a abranger todo um sistema de situações histórico-sociais não comportam o exame do detalhe por parte da categoria historiografia, que para tanto mobiliza toda uma prática de pesquisa metodicamente conduzida. Sobre o mecanicismo de Vico se discorre o seguinte:

Comparemos a nossa idade com a idade média, ou estas duas entre si, e vejamos se os três períodos repetem os mesmos fatos, e na ordem de sucessão das três épocas – *divina*, *heroica* e *humana*. Seria uma tarefa ingrata, por infantil, demonstrar que o presente difere do passado quanto aos costumes, à religião, às instituições políticas e jurídicas, às ideias científicas, ao progresso das artes, à indústria e à guerra.¹¹³²

Operar a categoria historiografia nesse sentido seria negar, então, a lei histórica do *corsi e recorsi*, quer dizer, o principal eixo intelectual da filosofia da história de Vico.

Para alguns foi Voltaire o idealizador da história filosófica. Além disso, foi ele que ampliou o leque de temas que um historiador devia abranger: os costumes, as letras, a filosofia,

¹¹³⁰ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 255.

¹¹³¹ Os interditos à filosofia da história são verificados no século XIX, sobretudo na Alemanha. O historicismo de autores como Johann Gustav Droysen (1808-1884), Leopold von Ranke (1795-1886), Jacob Burckhardt (1818-1897) e Friedrich Carl von Savigny (1779-1861) corrobora o argumento. Entre esses historiadores alemães há a rejeição de explicações absolutas sobre os fatos, eliminando, então, qualquer forma de valor universal dos mesmos. Segundo Herbert Schnädelbach, “o relativismo, então, vem a ser a última palavra de uma cultura que considera a si mesma científica”. Esses sujeitos, por meio do seu historicismo, arrogavam para si a tarefa de acabar com a subordinação do saber histórico às leis apriorísticas. O fator de entendimento “individualidade histórica”, em que os fatos só podem ser abordados através do seu próprio desenvolvimento, suspende qualquer abordagem que os circunscreve para além deles próprios. A história científica preconizada pelos alemães é elaborada através das noções de observação e de compreensão dos fatos, bem como por intermédio da crítica das fontes, que vem a determinar, enfim, a deontologia dos fatos. SCHNÄDELBACH, Herbert. *La filosofia em Alemania*, 1831-1933. Madrid: Cátedra, 1991.

¹¹³² LESSA, Reflexões... op. cit., p. 208.

todos os elementos, enfim, que refletiam a vida humana.¹¹³³ Mesmo nessas condições o filósofo francês não desenvolveu, para Pedro Lessa, um sistema analítico, pois movimentou em suas explicações uma variante fatalista-teleológica. Voltaire não estruturou uma prática ou desenvolveu uma pesquisa metodicamente orientada, como era o caso da historiografia. Por fim, argumenta-se que o filósofo francês, apesar de toda a sua luta por tornar o campo temático da história plural¹¹³⁴, ainda se orientava através da dimensão dos costumes, sendo que a historiografia demandava uma análise das instituições, pois essa instância seria passível de classificação. Já Montesquieu, para além de admiráveis observações sobre a política, não projetou uma filosofia da história. Ele não prognosticou determinantes a que estão sujeitos os fatos históricos no tempo, porém, reduziu as conclusões obtidas a um “princípio superior”. Em Montesquieu há, além disso, “um conjunto de notas, e não um sistema”.¹¹³⁵

É precisamente da leitura crítica da história filosófica de Condorcet que Lessa orienta as suas perspectivas epistêmicas, bem como a elaboração da sua teoria da historicidade. Em suas palavras: o livro *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* ocupa “um lugar saliente entre os que pretenderam criar a filosofia da história”. A sua teoria da historicidade assinala e expõe isto: a “perfectibilidade do homem é infinita; os progressos dessa perfectibilidade, de hoje em diante independentes da compreensão de qualquer poder, tem como termo único a duração do globo em que nos colocou a natureza”.¹¹³⁶ No entanto, a economia nocional a qual assinalava que as histórias dos costumes dos povos podiam ser racionalizadas

¹¹³³ É Luiz Francisco Albuquerque de Miranda quem circunscreve a dimensão progressista implicada nas filosofias da história, com especial atenção para o caso do filósofo francês Voltaire: “Para os autores do século XVIII, os sinais mais evidentes do progresso podem ser encontrados no aperfeiçoamento dos costumes, das artes, das ciências e da filosofia. Em Voltaire não é diferente, mas é necessário observar que, para ele, esses aperfeiçoamentos dependem de uma rede complexa de relações sociais: a vida produtiva, por exemplo, possibilita recursos para as belas-artes que, por sua vez, refinam o gosto da elite (as cortes, por exemplo); a partir de então, a elite passa a exigir do mundo da produção artefatos de melhor qualidade. Sendo assim, o desenvolvimento das atividades produtivas – chamadas por vezes de ‘artes úteis’ – sempre antecede e possibilita a prática de artes destinadas à contemplação e à vida espiritual – as ‘belas artes’”. MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque. Progresso e decadência na história filosófica de Voltaire. *História da historiografia*, n. 7, 2011, p. 285. Disponível em: <https://cutt.ly/EcL8H29> Acesso: 08 abr. 2021.

¹¹³⁴ De todo modo, José D’Assunção Barros faz uma importante consideração acerca da estrutura epistemológica implicada nas obras de Voltaire, complexificando a sua recepção por parte de Pedro Lessa: na “‘história filosófica’, apresentada em um texto intitulado ‘filosofia da história’ e realizada parcialmente no *Ensaio sobre os Costumes* (1756), Voltaire não almeja mais o leitor culto de modo geral e o ‘príncipe esclarecido’ a ser instruído”. A “história filosófica” é escrita por um “historiador filósofo” visando um “leitor-filósofo”. É interessante perceber que é precisamente através desse tipo de texto historiográfico que encontramos os comentários voltairianos mais visionários sobre a história, bem como as tentativas mais “consistentes de colocá-lo em prática de modo a fazer da História um campo de conhecimento que pode ir além do factual e estabelecer uma reflexão complexa e diversificada sobre as diversas instâncias do social – a cultura, os hábitos, os modos de pensar e de sentir – e não apenas sobre a instância política”. BARROS, José D’Assunção. Voltaire: considerações sobre a sua historiografia e teoria da história. *Revista de Teoria da História*, ano. 3, n. 7, 2012, p. 28-29. Disponível em: <https://cutt.ly/lcLnkCk> Acesso: 08 abr. 2021.

¹¹³⁵ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 211.

¹¹³⁶ Idem, p. 212.

em sua jornada futurocêntrica e progressista, tanto em termos epistemológicos quanto de teoria da historicidade, que consequentemente tinha impactos nas formas narrativas, ou seja, nas filosofias da história, era o mote exato de inflexão do pensamento de Pedro Lessa. Não havia plausibilidade, em termos de teoria do conhecimento, na efetivação de metanarrativas progressistas, característica marcante da produção histórica moderna. Essas metanarrativas não possuíam princípios internos e lógicos que a caracterizavam como um produto teórico-científico, que no caso do jurista Lessa significava sistematização, crítica, observação, procedimentos lógicos, demonstráveis e falseáveis de indução e de dedução, além do desejo pela narrativa dupla. As filosofias da história, diante do poder de análise implicado pela historiografia, não podiam se performar como o seu horizonte teórico. Contudo, havia nesses autores a consciência da necessidade da passagem da ideia de acontecimento episódico para o fato enquanto totalidade processual. De todo modo, era a teoria do conhecimento, bem como da historicidade, que subsidiava as filosofias da história que as tornavam incompatíveis como modelo teórico para a prática da historiografia.

Aqui encontramos mais um acúmulo residual para a constituição da categoria historiografia. É aberta, nesse contexto historiográfico, condições para a emergência de formas de inteligibilidade desvinculadas em essência de uma *ordo temporum*, quer dizer, de uma disposição epistêmico-narrativa fundada e enraizada em datas e em referenciais acontecimentais.¹¹³⁷ Epistemologicamente essa herança residual dos iluministas informava a concepção de historiografia, mas a problemática essencial não se localizava por meio desse ângulo de análise, mas, sim, no plano da teoria da historicidade, que oferecia condições para o enredamento e para a urdidura dos fatos históricos. O que se colocava em suspensão na teoria da historicidade das filosofias da história era a ideia de progresso, o ser do tempo iluminista. A ideia de progresso enquanto suporte para uma teoria da temporalidade diante do crivo analítico do regime historiográfico metódico se desvanecia.¹¹³⁸ Não havia progresso no sentido iluminista para Pedro Lessa. A sua teoria da historicidade era baseada na ideia de sincronia e de diacronia em modo complementar.

Já Herder argumentou que toda a história humana era uma história natural das forças humanas; de ações e de motivos que dependem das circunstâncias. Lessa explica a filosofia da

¹¹³⁷ KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Trotta, 2004.

¹¹³⁸ No contexto europeu coevo ao de Lessa destacaram-se as críticas ao progresso realizadas pelo filósofo Friedrich Nietzsche. Para o autor de *Assim falou Zaratustra*, “(...) ao contrário do que se crê, a humanidade não representa uma evolução para algo melhor, de mais forte ou de mais elevado. O ‘progresso’ é simplesmente uma ideia moderna, ou seja, uma ideia falsa. O europeu de hoje vale bem menos do que o europeu do Renascimento; desenvolvimento contínuo não é forçosamente elevar-se, aperfeiçoar-se, fortalecer-se”. NIETZSCHE, Friedrich. *O anticristo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 14-15.

história de Herder nos seguintes termos: “O homem é um ser subordinado à natureza, e dela depende”.¹¹³⁹ A história era essencial para o esclarecimento dos homens. Mas faltava à Herder questões comungadas pela ciência: a precisão nos conceitos e a averiguação dos vínculos que ligavam as partes ao todo na explicação histórica. De qualquer maneira, conhecer a história, em Herder, implicava compreensão do gênero humano e, conseqüentemente, do espírito do povo. Neste sentido, elaborar a história tornava-se relevante para o esclarecimento dos sujeitos. De forma tal que a história expressava o particular e o singular de cada povo e de cada momento histórico. Todavia, a proposta de filosofia da história encampada por Herder, em que era reconhecida a pluralidade de elementos que enredavam o humano em sociedade, expunha prescrições e orientações teleológicas de natureza providencial.¹¹⁴⁰ Seria Deus, então, o educador da humanidade. Já Pedro Lessa trabalha com a ideia de *conformidade de circunstâncias*, que abre margem para a sua concepção de investigação historiográfica, posto que se torna possível historicizar os agentes sociais no tempo, ou seja, eles são apreendidos simultaneamente através dos vetores realistas tempo e espaço.

O que nos parece inegável é que os modelos iluministas, travestidos de filosofias da história, estavam desatualizados diante das demandas teóricas da prática da historiografia, que enfocava a particularidade, o distintivo e o único. A sua disposição epistêmica, considerada não-científica, não abrangia as performances da historiografia, com as suas habilidades de diligência no trato com as fontes, de observação atenta dos indícios e dos vestígios, de mobilização do crivo racional percebido tanto na crítica interna quanto na externa das fontes, ou nas atividades lógicas de indução e de dedução. Essa teoria do saber encontrava-se em estado de obsolescência na concepção de Lessa.

Auguste Comte foi outro pensador envolto à atmosfera do século XIX, ainda na *episteme* romântico-iluminista, desejava do estabelecimento da história como ciência das leis universais. A sociologia de Comte, ou a sua dinâmica social, que se modula em formas narrativas aproximadas às filosofias da história, estabelece uma lei fundamental da história que eleva seu pensamento à categoria de ciência: a lei dos três Estados. Mas nem o seu “gênio assombroso” ou a “admirável solidez de seus conhecimentos” são suficientes para atender as demandas e os desejos implicados pelo contexto epistêmico em que Lessa se localiza, não sendo capazes, e

¹¹³⁹ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 215.

¹¹⁴⁰ Bárbara Natália Gomes nos informa a disposição do agir humano em Herder entre a providência e o progresso: “Herder acreditava também que as capacidades do indivíduo influenciavam dividindo as responsabilidades do plano e do progresso, tanto na providência como nos sujeitos individuais. Em suma, o progresso ocorreria através da união destes dois elementos: o divino e o individual. Dessa forma, Deus era concebido como educador da Humanidade, e esta era conduzida por seus desígnios e aos fins desejados por ele. Deus como educador cumpria um papel preponderante no processo de Aufklärung”. GÓMEZ, Bárbara Natália. “Conceitos fundamentais para compreender a filosofia da história de Johann Herder”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: USP, 2011, p. 7. Disponível em: <https://cutt.ly/AcLGBJJ> Acesso: 08 abr. 2021.

essa é a tarefa fundamental do conceito de história nesse regime de saber, de solucionar a tensão entre empiria, vista de modo historiográfico, e reflexividade, em dimensão sociológica.

Através dessa dinâmica vemos parte dos caminhos e dos descaminhos da matriz disciplinar da história no contexto epistêmico-historiográfico do Brasil na Primeira República. Essa abordagem sobre as filosofias da história se origina da demanda em tornar a historiografia a matéria do historiador e a sua *expertise*. Se prescreve no Brasil, desde os primórdios do IHGB, que a fase explicativa da operação historiográfica seja abordada filosoficamente. O grande exemplo no Brasil é a dissertação publicada por Karl von Martius na Revista do IHGB na década de 1840: *Como se deve escrever a história do Brasil*. Ali são prescritas orientações para o fazer histórico no Brasil em que a especulação filosófica era o mote teórico para a atividade do historiador. A conhecida lei da “mescla das raças” apresenta-se como um exemplo de performance de uma lei de teor filosófico, acoplada ao âmbito da antropologia, disponível no Brasil. De acordo com Martius, a “historiografia filosófica do Brasil” aborda tanto

(...) a história dos povos quanto a dos indivíduos”, ela “nos mostra que o gênio da história (do mundo), que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na origem do mundo.¹¹⁴¹

A categoria historiografia, em Pedro Lessa, requer as ciências sociais como plano teórico para os resultados da sua pesquisa, especialmente a sociologia.

Desde ao menos 1878, quando Capistrano de Abreu escreveu o famoso *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*, estava lançada a ideia a qual o plano teórico da historiografia, a que ele deu o nome de “estudos históricos”, devia se orientar através das ciências sociais em circulação no Brasil, e não mais pela história filosófica. Capistrano de Abreu, ao falar das limitações da prática historiográfica de Varnhagen, assinala o seguinte: “pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social”.¹¹⁴² Já José Oiticica, em 1910, aponta que “os nossos melhores historiógrafos”, via de regra, “baralharam sempre os acontecimentos, nunca os separaram uns dos outros, nem lhes deram, com precisão, a influência por eles exercida na evolução da sociedade brasileira”¹¹⁴³ em razão de não possuírem um plano teórico

¹¹⁴¹ MARTIUS, Karl von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Livro...* op. cit., p. 65.

¹¹⁴² ABREU, João Capistrano. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*. In: NICOLAZZI, Fernando (org.). *História...* op. cit., p. 31.

¹¹⁴³ OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Americana*. Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, ano I, n. 7, 1910, p.110.

com feições sociológicas, o que impossibilita a classificação e a teorização dos mesmos. Enquanto isso Sílvio Romero não concebe nenhuma originalidade na dissertação de Martius e a considera desatualizada em termos de ciências, como no caso da etnografia. No fundo da crítica de Romero reside o fato do naturalista bávaro não movimentar as ciências sociais como aporte teórico para a historiografia, se apegando a uma dimensão filosófica facilmente refutada em termos científicos.¹¹⁴⁴ É nessa conjuntura historiográfica que compreendemos as *Reflexões* de Pedro Lessa, e a desatualização das filosofias da história e das histórias filosóficas na República. Sendo que Lessa estava no limar do pós-evolucionismo, diferentemente dos autores brasileiros elencados. A historiografia estava à procura do seu Outro, a sociologia - em um momento de transformação do evolucionismo. Assim podia-se efetivar a síntese. Esse desejo era uma estrutura-estruturante da produção historiográfica na República. Lessa afirma o seguinte sobre a substituição das filosofias da história pela sociologia:

A história contém os fatos, cuja comparação nos leva às induções da sociologia e das ciências sociais particulares. A filosofia da história foi substituída pela sociologia. (...) a filosofia da história precedeu a sociologia, do mesmo modo e na mesma relação, em que a alquimia havia precedido a química, a astrologia – a astronomia. Não procuramos hoje formar uma teoria científica sobre a evolução da humanidade, não nutrimos a pretensão de prever o futuro mais distante da espécie humana.¹¹⁴⁵

Esse desejo de Pedro Lessa, tanto em termos de teoria do conhecimento quanto da historicidade, vem ao encontro de algumas análises realizadas pelo historiador italiano Arnaldo Momigliano acerca da historiografia moderna e sobre a figura do que ele chama de “historiadores filósofos”, figuras do saber próprias do regime de saber romântico-iluminista. Ele destacou Edward Gibbon e Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), historiadores que, em tese, bravamente tentaram conciliar filosofia da história diretora dos sentidos atribuídos ao devir (uma generalização empírico-conceitual) e as estratégias oriundas do movimento antiquário (a análise). Essas virtudes e habilidades nesses dois historiadores “atuavam um sobre o outro e chegavam próximo à síntese”. A complementariedade das virtudes erudição/teoria, particularidade/generalização, episódios/fatos como construção teórica “parecia apenas uma questão de tempo. Mas essa fusão, de algum modo, nunca ocorre. Há algo em seu caminho”.¹¹⁴⁶ A síntese parecia se realizar na passagem para o século XX, em que a figura do “historiador

¹¹⁴⁴ Cf. ROMERO, Sílvio. Diversas manifestações na prosa-História. Capítulo I. Carlos Frederico von Martius e suas ideias acerca da história do Brasil. In: _____. *História da Literatura Brasileira*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1960.

¹¹⁴⁵ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 271.

¹¹⁴⁶ MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____. *As raízes...* op. cit., p. 113.

filósofo” se tornava relativamente caduca. Havia uma variedade de ciências sociais disponíveis à historiografia para que ela alcançasse o ideal sintético.

Theodor Mommsen foi outro exemplo, inscrito no século XIX alemão, de figura do saber que buscava conectar, para Momigliano, as habilidades e a sistematicidade erudita junto à análise do particular por meio de uma teoria do conhecimento que visava explicações baseadas em leis hipotéticas-conceituais que envolviam as instituições sociais. Esses sujeitos não tomavam a análise factual e do material empírico como mimeses do real, como era entre aqueles que acreditavam no fato histórico como episódio. Recorria-se a uma teoria do conhecimento que oferecia quadros conceituais-representacionais apropriados para a interpretação da empiria-erudita, tendo em vista que a temporalidade dos fatos não era mais linear e progressista, como nas filosofias da história, mas pluri-evolutiva e sem um *telos* finalístico, como no caso da sociologia. É, portanto, a passagem da história filosofia para a *síntese modernista*.

Arnaldo Momigliano argumenta, e Pedro Lessa tenta resolver esse impasse próprio da história na modernidade, que as perspectivas interpretativas chamadas de “estruturalistas” não conseguem, na *episteme* romântico-iluminista, validar objetivamente “coerência interna” e “significado” em termos de teoria do conhecimento visando o estudo dos costumes sociais ou humanos.¹¹⁴⁷ Essa estrutura de saber só será possível por intermédio do diálogo entre historiografia e ciências sociais (pós-evolucionistas, ou ainda híbridas), interditando, assim, os filósofos da história e a sociologia evolucionista de Comte, cara à Pedro Lessa cabe destacar.

Podemos retomar, assim, as interdições e os silenciamentos impostos às filosofias da história como forma de compreendermos melhor as performances da prática da historiografia no presente da Primeira República: 1) a prática da historiografia nega o linearismo das filosofias da história; 2) a prática da historiografia demanda teorias explicativas sociológicas, superando as filosofias da história; 3) a historiografia nega as leis universais da história; 4) a historiografia acusa as filosofias da história de não contemplarem uma sistemática científica, limitando-se a um fatalismo filosófico; 5) herda-se das filosofias da história a consciência não episódica dos fatos, porém eles, ainda, não passam pelo plano da análise classificatória; 6) coloca-se em dúvida o progresso como lei histórica; 7) o ideal de saber requerido é aquele que reúne historiografia e ciências sociais, especialmente a sociologia; 8) o saber historiográfico coloca em dúvida as pedagogias civilizadoras implicadas nas filosofias da história; 10) há relativismo nas formas de abordagem historiográfica metodicamente conduzida.

Pedro Lessa contra Buckle. As virtudes da historiografia

¹¹⁴⁷ Idem, 2004.

Lessa chega, então, ao seu confronto intelectual mais imediato em sua história da historiografia que é o modelo de história estruturado por Henry Thomas Buckle. Lembrando que as *Reflexões*, em sua ideia original, foram concebidas como introdução para a tradução da *História da Civilização na Inglaterra*, de 1900, sendo que o seu título posterior é o seguinte: *É a história uma ciência?* Em um primeiro movimento a sua crítica era em termos de teoria da historicidade, em que se abordava o progresso a partir da subordinação de homens e de mulheres ante o domínio da natureza. O esquema buckleano é evolucionista em termos de teoria do saber, articulando-se através do determinismo das leis históricas colocadas mimeticamente em estado de anterioridade, cuja virtude preponderante estava na prefiguração do progresso do devir junto ao enredamento da rítmica das transformações dos artefatos humanos no tempo.

No âmago da teoria da historicidade do historiador inglês encontramos a metáfora epistêmica do *motor da história*. Foi a partir dessa preocupação que Lessa leu Buckle. Colocava-se o seguinte problema investigativo: o que governa a história é o livre arbítrio ou o determinismo? Vemos que essa problemática, que tinha raízes historiográficas, ainda mais se considerarmos as teorias deterministas do meio e da raça circulantes no Brasil, também estava no âmbito da sua carreira como jurista. O problema dessas duas linguagens historiográficas é que, conforme bem pontua Angela de Castro Gomes, elas “impossibilitavam o estudo científico dos fatos sociais; logo, vetariam em tese a existência da história e das ciências sociais”.¹¹⁴⁸ Temos, aí, um quiproquó historiográfico. O problema residia no fato se o humano tinha, ou não, capacidade limitada de atuação face aos seus desejos. Até que ponto o ser humano conseguia ser livre diante dos desígnios deterministas da natureza que o circunda?¹¹⁴⁹

Esse é um problema que podia ser resolvido através da mobilização da categoria historiografia. O determinismo era arrefecido pela historiografia, posto que interditava as leis miméticas em sua elaboração epistêmica face à ordem do mundo. A concepção de historiografia estava distante das histórias filosóficas como a de Buckle, porque essa enredava os fatos no âmbito das formas e não e dos conteúdos que passavam pela virtude da classificação analítico-conceitual. O determinismo, ao projetar generalizações totalizantes e universais, esbarrava na categoria historiografia ou nas malhas do *regime historiográfico metódico*, já que a facticidade

¹¹⁴⁸ GOMES, *A República...* op. cit., p. 45.

¹¹⁴⁹ Buckle, “(...) apoiando-se no método indutivo de Bacon, desenvolve minuciosa descrição de diferentes sociedades como fundamentos para uma extensa argumentação sobre os inescapáveis efeitos da natureza sobre as civilizações e as diferenças sociais nelas encontradas. Não se limitando apenas ao frio ou ao calor, ele se propõe demonstrar, com apoio em verificações objetivas dos fenômenos, e em um modelo teórico fundamentado nas condições da reprodução humana, que quanto mais pródiga a natureza, mais apequenado torna-se o homem”. CASTRO, Iná Elias de. Do imaginário tropical à política. A resposta da geografia brasileira à história da maldição. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, vol. 10, n. 218, 2006, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/2cLYrxB> Acesso: 08 abr. 2021.

empírica do mundo humano era ali colocada como primordial. O determinismo visto pela ótica da historiografia estava repleto de incongruências epistemológicas, esvaziando o seu conteúdo científico. O livre arbítrio estava destituído de conteúdo científico, dado que a ação social se localizava no plano do condicionalismo. A historiografia interditava o livre arbítrio e o determinismo, cabendo aos agentes serem concebidos em *conformidade de circunstâncias*.

Pedro Lessa não foi o primeiro, cabe destacar, a colocar em suspenso as prescrições de Buckle, que assumiu a posição determinista (mesológica) em sua teoria do conhecimento e da historicidade. A recepção da obra entre os seus coevos já assinalava isso. Valdeí Lopes de Araujo argumenta, nesse sentido, que a cronologia do progresso civilizatório incutida em sua teoria da historicidade informa uma crono-geografia que orienta “um mapeamento evolucionista das sociedades contemporâneas dentro e fora da Europa”.¹¹⁵⁰ O eurocentrismo de tipo inglês é sentido em suas primeiras recepções, sendo motivo de acaloradas discussões. Assim, Buckle produz “intrincadas explicações para esses ‘fatos’, celebrando e legitimando como único possível o modelo civilizacional inglês”. Em resumo, o seu “crono-mapeamento, que dava ares de ciência a um conjunto muito antigo de preconceitos”, é recebido criticamente por diversos intelectuais do seu tempo, dentro e fora da Europa, mas, sobretudo, entre aqueles agentes intelectuais de países que estão excluídos do seu modelo de história, considerados menos aptos ao progresso.¹¹⁵¹ A historiografia era um recurso diante dessa história dita científica, pois a particularidade, o fragmento *sui generis*, a análise das relações sociais serviam como contraprova ao modelo universalizante elaborado na *History* de Buckle. Em diversos discursos proferidos no Instituto Histórico essa atitude da historiografia foi concebida como patriótica, isso porque essa prática suspendia os determinismos universais.

No âmbito do “bando de ideias novas” observado por Silvio Romero a partir da experiência intelectual da década de 1870 no Brasil, para além das ideias de Haeckel, Comte, Spencer e Taine, encontramos entre os historiadores uma consistente recepção da obra de Buckle. Luciana Murari salienta que “a fonte por excelência desta doutrina”, qual seja, as teorias deterministas do meio natural, “junto à geração de 1870 foi a obra do historiador inglês Henry Thomas Buckle”. A sua recepção movimentou-se a partir das suas prescrições sobre as regularidades advindas do contato dos sujeitos com o mundo natural, disposição que se apresentaria como estrutura-estruturante das sociedades. Esse modelo historiográfico começava

¹¹⁵⁰ ARAUJO, Valdeí Lopes de. Apresentação da Introdução geral à História da civilização na Inglaterra. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *História pensada*. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010, p. 221.

¹¹⁵¹ Idem, 2010.

a fazer parte, para o bem e para o mal, das explicações dos agentes históricos no que tange ao domínio do social.¹¹⁵²

O desejo da história dita científica de Buckle é o de efetivar uma cronotopia-espacial que localiza as regiões do globo em que há a vitória, ou não, do ser humano sobre a natureza. Uma impossibilidade epistêmica, segundo Lessa, pois a historiografia em seu efeito espectral fragmento/todo impede o caráter de ciência das leis desejadas por Buckle em sua investigação. Ademais, a trama e a urdidura dos fatos são apenas acionadas no nível da forma, não abrangendo a sistemática do ser dos eventos, em que se verifica a dimensão conceitual e classificatória. O seu desejo é desenvolver um *motor da história*, uma lei fundamental, em que a teoria da historicidade descreva a marcha progressiva e evolutiva dos episódios históricos através de leis replicáveis em qualquer espaço-tempo. A historiografia interdita essa ambição.

Mas Luciana Murari afirma que no momento em que Lessa lê o estudioso britânico e prepara a sua introdução para a *History*, em 1900, “a obra já havia sido lida, em sua versão original ou na tradução francesa, por Tobias Barreto, Capistrano de Abreu e Araripe Jr, por exemplo”.¹¹⁵³ Incluímos Sílvio Romero e Fausto Cardoso. De todo modo, Murari assevera que no contexto historiográfico em que Pedro Lessa efetua a sua leitura é expressivo o fato, agora que a *History* está vertida para o português, da obra já não mais resistir à crítica.¹¹⁵⁴ Este é o princípio diretor e orientador da teoria do conhecimento de Buckle: “a uniformidade da natureza no espaço e no tempo, parte indissociável de todo esforço teórico no sentido de articular a história do homem e o mundo natural”.¹¹⁵⁵ Se verifica que o progresso existia na medida em que o homem conseguia converter as forças naturais à seu favor pela técnica. A prática da historiografia não admite essa disposição epistêmica, pois ela é antiprogressista e situacional.

O esquema de Buckle tem ampla recepção dentro e fora da Europa, como vimos. Porém, desde a década de 1850 se espalha a percepção de certo exagero por parte do historiador inglês, sobretudo, no que tange o eixo epistemológico advindo das relações entre o homem e a natureza: “ao mesmo tempo matéria do conhecimento e força restritiva, repressiva, dominadora e potencialmente aniquilante”.¹¹⁵⁶ Pedro Lessa tem a seu lado a prática da historiografia, com a sua virtude de assimilação do particular no domínio do factual-conceitual metodicamente conduzido, que coloca em suspensão a ideia de sucessão própria do evolucionismo determinista. Além disso, a sua consciência historiográfica punha em dúvida a noção de sequencialidade, incidindo, portanto, também em sua teoria da historicidade. A recepção da obra de Buckle, para

¹¹⁵² MURARI, *Tudo o mais...* op. cit., 2002, p. 96.

¹¹⁵³ Idem, p. 103.

¹¹⁵⁴ Ibidem., 2002.

¹¹⁵⁵ Ibidem, p. 103.

¹¹⁵⁶ Ibidem, p. 101.

Murari, também se atém a esses problemas, pois a sua história é acusada de “cair no pecado da generalização excessiva, ao mesmo tempo em que a rigidez de suas leis históricas pretensamente científicas deixava pouco espaço para o acidente, a paixão e os costumes”.¹¹⁵⁷ Vemos outra filosofia da história desatualizada a partir das performances da historiografia, derivando daí a sua impossibilidade de tornar-se um modelo teórico para a prática.

A partir apreciação da obra de Buckle a categoria historiografia consolida o seu conteúdo semântico-epistemológico, fazendo-nos perceber a sua performance na República: 1) a categoria não permite a instauração de determinismos universais; 2) a categoria historiografia analisa os homens e as mulheres no tempo em *conformidade de circunstâncias*; 3) a historiografia interdita o eurocentrismo e o etnocentrismo enquanto ideologias de dominação (simbólica); 4) a prática historiográfica é assimilada como um exercício patriótico; 5) a sequencialidade evolutiva é posta à prova pela contingência que a historiografia evidencia.

A síntese modernista, ou como a historiografia encontra o seu Outro: a sociologia

As disposições epistemológicas prescritas após a apropriação e a superação dos instrumentais teóricos do cientificismo clássico europeu e a revisão metódica dos princípios da crítica documental realizada pelos historiadores imperiais criaram condições de possibilidade para algumas importantes tentativas de atualização dos elementos diretores do conhecimento histórico na República. Colocava-se em destaque uma dupla demanda, qual seja, realizar sínteses entrecortadas por parâmetros de cientificidade sobre a formação nacional, bem como buscava-se transcender as eventuais lacunas da erudição crítica promovida pela geração romântica. Foi em meio a esse contexto que compreendemos o significado da categoria historiografia e o seu desejo de síntese. Melhor: *síntese modernista*, pois atendia os reclames da pluricausalidade, da complexidade e da interdisciplinaridade. Nessa conjuntura historiográfica o autor que mais refletiu sobre esses problemas foi Pedro Lessa, nos legando uma peça historiográfica cujo eixo teórico correspondia justamente ao registro demandado acima. Saber isso significa não considerar Pedro Lessa como um *outsider* da historiografia brasileira, posto que as suas *Reflexões* iluminam e são iluminadas por esse contexto epistêmico.

Assim, Pedro Lessa argumenta, de acordo com as ideias contidas em *De l'histoire considérée comme science*, de Paul Lacombe (1834-1919), que para a história alcançar o estatuto de ciência ela necessita inserir a singularidade junto ao plano da generalização.¹¹⁵⁸

¹¹⁵⁷ Ibidem, p. 102.

¹¹⁵⁸ Para Paul Lacombe há fatos concebidos como únicos e fatos vistos em sua similaridade. O autor chama um de acontecimento e o outro de instituição. “Leia os historiadores – digo estes de história ordinária, narrativa, parece que não há história senão acontecimentos; leia os sociólogos, parece que não senão instituições. Contudo, o tecido da história apresenta por toda parte os acontecimentos e as instituições profundamente cruzados e entrelaçados,

Segundo o historiador francês Jacques Revel, as prescrições de Lacombe visam “ultrapassar o estatuto da crítica e do estabelecimento dos fatos, sob a condição de renunciar a toda legibilidade científica”.¹¹⁵⁹ Essa postura radical de Paul Lacombe é, em certo sentido, assumida por Pedro Lessa: a verificação e a evidenciação da singularidade própria dos fatos históricos, tarefa da historiografia, necessita da articulação explicativa revelada pelo procedimento de síntese, por meio da extração de regularidades conceituais e representativas, forma possível de tornar os estudos sociais cientificamente verificáveis e cognitivamente conduzidos. Cerca de uma década após Lacombe efetuar as suas reflexões, François Simiand (1873-1935) publica o seu *Méthode historique et science sociale*. Diferentemente de Lacombe, mas próximo de Lessa, o sociólogo durkeimiano denunciava que a história não tinha nada de científica, mas apresentava-se como uma espécie de técnica, um procedimento destinado à descrição dos fenômenos contingentes casuais, enquanto que a sociologia podia ter acesso aos fenômenos regulares e estáveis, deles deduzindo a existência de tendências.¹¹⁶⁰ A historiografia se portava como conhecimento relativo, o que não lhe conferia uma disposição científica nos moldes requeridos em que se perscrutava o recorrente e o repetitivo.

De todo modo, o duelo epistêmico de François Simiand era contra os historiadores Charles Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942), autores do famoso manual *Introduction aux études historiques*. A performance epistêmica e os procedimentos de validação interna do conhecimento agenciados por esse manual “não permitiam aos olhos de François Simiand, qualificá-la como ciência”,¹¹⁶¹ posto que as suas operações, e isso está ligado diretamente com a sua noção de síntese, perfaziam aquilo que ele chamava de três ídolos: o político, o individual e o cronológico. As reflexões de Simiand conjugavam-se com as de Lessa. Ambas estavam em uma mesma conjuntura epistêmico-historiográfica transnacional. Vê-se, por meio das ideias desses autores, a constituição, mesmo que não categorizada, da noção de síntese histórica, no caso denominada por nós como *modernista*. Havia para esses autores, quando pensavam a historiografia perpassada pelo âmbito explicativo da sociologia, a

somente o nosso espírito os separa”. LACOMBE, Paul. O domínio da história ciência e seus limites. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições...* op. cit., p. 405.

¹¹⁵⁹ Cf. REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2009.

¹¹⁶⁰ François Simiand elabora uma dinâmica epistemológica que congrega história e ciências sociais: “(...) a preocupação dominante deve ser a de substituir uma prática empírica, mal refletida, por um método pensado com rigor e verdadeiramente crítico. Não acredito em uma reformulação repentina, bastando, para isso, a definição e a aceitação consensual do fim a ser atingido. Creio, entretanto, que nos trabalhos dos historiadores atuais, na escolha e no ordenamento refinado de suas pesquisas, na sua preocupação manifesta em renovar a sua obra, aproveitando-se dos progressos das disciplinas vizinhas, evidenciam-se as tendências de substituição progressiva da prática tradicional pelo estudo positivo e objetivo do fenômeno humano, susceptível de explicação científica, e, finalmente, de elaboração consciente de uma ciência social. Conduzir o bom termo estas tendência, transformando-as em ato, será, espero, obra da nova geração”. SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 115-116.

¹¹⁶¹ REVEL, *Proposições...* op. cit., p. 21.

possibilidade não só da análise dos indivíduos, tarefa da historiográfica, mas a realização de uma abordagem que levasse em consideração os fatos como instâncias representacionais a partir de um método comparativo entre as instituições, que fosse além do enredamento narrativo-filosófico das histórias filosóficas preocupadas com os costumes civilizadores.

Cada um a seu modo, Lacombe, Simiand e Lessa, desejavam que a história cooperasse com a *síntese modernista*. Essa noção necessitava epistemologicamente da prática da historiografia, posto que a elaboração abstracional-explicativa-conceitual se conectava com a empiricidade, o trabalho metódico e a evidenciação do particular. Assim, esse horizonte epistemológico precisava abarcar as duas instâncias de saber envolvidas na síntese, a historiografia e as ciências sociais, especialmente a sociologia pós-evolucionista clássica. Seria a partir do material disponibilizado pela historiografia que se podia alcançar o plano das regularidades sociológicas replicantes por intermédio de representações sociais.

As disposições disciplinares que envolviam a prática da historiografia e a noção de *síntese modernista* instauravam, em um primeiro plano epistemológico, o seguinte: a historiografia possuía como dimensão epistêmica a crítica, a análise e a classificação dos fatos, que eram vistos como representações sociais e não episódios; já a síntese, tendo como disciplina teórica por excelência a sociologia ou a psicologia, universalizava os fatos em uma dimensão de regularidade empírico-conceituais. Esse trajeto conformava a concepção de ciência para Pedro Lessa, identificada com a ideia de *síntese modernista*. Este era o esquema de pensamento armado regressivamente por Pedro Lessa: uma teoria do conhecimento em que a historiografia analisava e as ciências sociais sintetizavam por meio de um registro de dependência e de autonomia entre esses saberes. Ou melhor, um movimento em que as ciências sociais se valiam da disposição empírico-analítico oferecida pela historiografia para realização da generalização sintética. A *síntese modernista* era um benefício epistemológico para ambos os lados. A prática da historiografia não encontrava razão sem o seu Outro, ou seja, a sociologia. Assim, fechava-se o circuito epistêmico *sintético modernista*. A historiografia era uma prática que implicava, necessariamente, a interdisciplinaridade.

A partir do discurso da falta no que tange à ciência da história encontramos qual o papel da historiografia diante dos horizontes da *síntese modernista* abertos por Lessa:

A história não tem um conteúdo científico próprio, leis do seu domínio, induções, princípios e deduções, que lhe sejam peculiares, generalizações que dela façam uma ciência. Quando o historiador, uma ou outra vez, extrai dos fatos uma verdade geral, o *suco ideal* que constitui a ciência, é a sociologia; ou qualquer das ciências sociais especiais, é talvez a antropologia, em algumas das suas divisões, é uma outra ciência qualquer, das que se aproveitam dos

dados históricos, que conquista mais uma noção, e alarga o âmbito de sua doutrina.¹¹⁶²

A categoria historiografia podia se beneficiar dessa caracterização da não cientificidade da história. A história não era ciência porque ela se orientava por meio de uma prática, nomeada de historiografia. Não havia cientificidade em historiografia pelo fato das suas pesquisas enfocarem o plano da historicidade, da diferença e do único, não podendo, então, ser orientada por determinantes. A historiografia não vivia de princípios científicos prescritos em sua pesquisa, posto que dispunha de técnicas de elaboração do seu produto intelectual que se efetivavam no saber-fazer. A variabilidade dos objetos da história impedia que a historiografia assumisse pressupostos e princípios enquanto anterioridade. O produto intelectual da historiografia servia às ciências sociais, propiciando a síntese, mas cujo resultado era um trabalho de história social ou de sociologia histórica, não havendo ainda definidas as fronteiras disciplinares entre história e sociologia. O *ensaio histórico* era a prova cabal desse argumento.

Temos aqui, então, a questão da orientação dada para a *síntese modernista*, preocupada com os “arranjos sociais” que era uma tarefa, inicialmente, própria das suas disciplinas monológicas como a sociologia ou as outras ciências sociais particulares que se distanciavam do evolucionismo clássico monocausal. O que ocorria, de fato, era uma dinâmica de hibridação de paradigmas sociológicos evolucionistas e pós-evolucionistas, deterministas e condicionalistas, sendo possível, ainda, a escolha de uns ou de outros dependendo da perspectiva histórico-social em foco. A *síntese modernista* desejava uma apreciação das regularidades, do uniforme e do permanente, que eram problemas próprios da sociologia, a “ciência social fundamental”.¹¹⁶³ Não era a busca por leis em sentido absoluto, ou seja, fixas e imutáveis. A historiografia subsidiava esse saber para que se pudesse formular leituras possíveis sobre a sociedade ao nível das representações sociais, mesmo que para isso tivesse a sua autonomia disciplinar ameaçada. A *síntese modernista* mostrava-se como a confluência entre história e sociologia.

A síntese tinha como eixo epistemológico a coordenação das diversas teorias sociais parciais do social, não confundindo esse aceno epistêmico “com uma teoria unitária do social”.¹¹⁶⁴ Mas era a historiografia a responsável por oferecer à sociologia o esteio empírico, por meio da sua diligência no trato dos fatos históricos, apto à nomologia sintético-conceitual. Não seria exagero dizer que a sociologia era, naquele contexto, a ciência social que sublinhava

¹¹⁶² LESSA, Reflexões... op. cit., p 277

¹¹⁶³ Ibidem, p. 272.

¹¹⁶⁴ BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004., p. 43.

os caminhos e os descaminhos das sociedades ao longo do tempo, substituindo uma tarefa que já foi das filosofias da história. A diferença é que uma mobilizava leis universais e indubitáveis enquanto a outra buscava recorrências a partir da interação social, não inculcando em sua análise leis miméticas colocadas em modo de anterioridade. A síntese necessitava do trabalho da historiografia.¹¹⁶⁵ Ela era a propedêutica da *síntese modernista*, a condição para um circuito epistêmico-científico possível envolvendo história e ciências sociais. Dependendo de cada autor em específico podia haver ou a autonomia de ambas as partes ou a assimilação de uma parte pela outra. Em Lessa a situação é a seguinte: o “que se chama a ciência da história, ou é uma série de verdades gerais pertencentes ao domínio da sociologia, e de ciências sociais várias, ou um conjunto de observações que não constituem leis, na acepção científica do termo”.¹¹⁶⁶

Essa divisão de trabalho entre a história e as ciências sociais, ou entre análise e síntese, vai ao encontro da concepção de ciência mobilizada por Lessa. Para o jurista:

Limitamos a nossa aspiração científica a conhecer a sociedade, isto é possível. Para alcançar este *desideratum*, dispomos das duas séries de processos lógicos, dos dois instrumentos únicos que a ciência pode admitir, a indução, a generalização, obtida pela comparação dos fatos, e a dedução, a extração pelo raciocínio de verdades gerais menos extensivas, compreendidas virtualmente em verdades superiores.¹¹⁶⁷

Essa constatação abria a possibilidade de se averiguar que naquela conjuntura epistêmica não se desejava mais, como era no caso das filosofias da história, “formar uma teoria científica sobre a evolução da humanidade, não se nutre a pretensão de prever o futuro mais distante da espécie humana”.¹¹⁶⁸ Não se desejava conhecer toda a humanidade, pois em termos de teoria do conhecimento e da historicidade isso era inexecutável. Era a superação do evolucionismo monocausal. O ansiado passava pelo conhecimento da sociedade, das relações *sui generis* que lhe davam forma em nível de complexidade. André Burguière fecha o todo dessa argumentação: se deseja “explicar a singularidade de cada cultura, de cada época, na medida do possível, as suas interações recíprocas”.¹¹⁶⁹

A teoria da historicidade de Lessa não admitia a ideia de evolução clássica. O desejo agora era outro: instaurar a compreensão da multiplicidade de estratos de tempo acessíveis e inculcados junto à complexidade própria dos fenômenos sociais. Por meio desse movimento

¹¹⁶⁵ A sociologia de matriz durkeimiana disputava espaços epistêmicos e de poder com a história. Não é um exagero encontrar entre os seus praticantes o parecer de que a história devia ser absorvida pela sociologia: “ao comparar, a história já não se distingue da sociologia”, afirma Durkheim. DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001, p. 19.

¹¹⁶⁶ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 277

¹¹⁶⁷ Idem, p. 272.

¹¹⁶⁸ Ibidem, p. 272.

¹¹⁶⁹ BURGUIÈRE, André. Da história evolucionista à história complexa. In: MORIN, Edgar. *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 318.

epistêmico, em que a historiografia cooperava com a *síntese modernista*, mantendo uma autonomia relativa ante às ciências sociais, encontramos um vestígio prático das formas de se pensar e de se praticar história na República.¹¹⁷⁰

A historiografia analisava e classificava os fatos históricos para a realização da síntese, que destituída desse movimento cognitivo “nada mais poderia conter que especulações, hipóteses, asserções mais ou menos aproximadas da verdade, como tem acontecido com as diversas teorias da filosofia da história”.¹¹⁷¹ O processo cognitivo sintético colocava em primeiro plano os assuntos sociais, “assuntos peculiares à história”. A disposição sociológica tinha como alvo a sociedade em suas particularidades e interações, e não a história humana vista de um ponto de vista universal. A sociologia promovia o estudo das agremiações humanas e a compreensão dos fatos sociais, bem como das formas de pensar e de sentir das coletividades. O presente aparecia como o esteio da síntese, a partir do olhar retrospectivo, distante da *episteme* romântico-historicista em suas pretensões de descortinar os fatos futuros da vida humana.

De todo modo, o horizonte da historiografia “consiste em coligir e classificar metodicamente os fatos”.¹¹⁷² Ela necessitava do diálogo epistêmico com as ciências sociais, especialmente a sociologia, para que se pudesse desenvolver teorias histórico-sociais em conjunto. Em termos epistemológicos era a passagem da análise à síntese, da colaboração entre história e ciências sociais. Havia modelos historiográficos que se orientavam através dessas prescrições? A resposta era positiva: Theodor Mommsen e Fustel de Coulanges. Historiadores que epistemicamente marcavam o seguinte desejo: descrição e classificação dos fatos e interpretação social científica. Após arrogar-se como um leitor de Mommsen, Lessa afirmou que em seu espaço de trabalho situavam-se os fatos históricos devidamente classificados: fatos sociais, econômicos, políticos, jurídicos, religiosos e artísticos. Tudo o que conferia legitimidade para o acompanhamento dos estratos de tempo que compunha o tecido histórico-social. Quer dizer, os fatos históricos descritos e observados regressivamente; classificados, coordenados e ajuizados de “acordo com uma certa ordem, em obediência a um certo método”. Ademais, essas categorias de fatos estavam posicionadas nos horizontes da síntese. Ao arquitetar a epistemologia do saber nesses termos Mommsen era reconhecido como um **mestre da historiografia**. Esses mesmos argumentos foram projetados junto à obra de Fustel de Coulanges, especialmente a partir de *A cidade antiga*. Talvez a diferença existente entre esses dois modelos de historiografia e a proposta de Pedro residia no fato do jurista estar em

¹¹⁷⁰ André Burguière avalia, complementando o ensejo, que “se o encaminhamento da História já não é considerado uma evolução necessária, homogênea e linear, o futuro já não se pode conceber como um simples prolongamento da linha de desenvolvimento do passado reconstituído”. Idem, p. 318.

¹¹⁷¹ LESSA, Reflexões... op. cit., p. 273.

¹¹⁷² Idem, p. 270.

movimento de distanciamento dos paradigmas evolucionistas, ainda abarcados pelas proposições de Mommsen e Fustel, mesmo que de uma forma não ingênua.

Finalizamos o texto com o resultado da caracterização das aproximações entre historiografia e ciências sociais, que deriva, para Pedro Lessa, no procedimento epistemológico da *síntese modernista*: 1) a síntese é o resultado da aproximação entre historiografia e ciências sociais; 2) a historiografia crítica, analisa e classifica os fatos tomados como representações; 3) a historiografia foca o singular, movimento epistêmico fundamental para que a síntese observe as suas regularidades *a posteriori*; 4) a historiografia é uma prática e não uma ciência 5) há o diálogo entre descrição e nomologia condicionalista; 6) diferentemente das pretensões universais das filosofias da história, a síntese quer abarcar estudos que circunscrevem variações sistêmicas; 7) a síntese identifica complexos estratos de tempo.

Capítulo 11 - A apologia da Historiografia, ou a prática do historiador. Pedro Lessa leitor de João Francisco Lisboa (1913) e de Francisco Adolfo de Varnhagen (1916)

Antes de ferir o alvo, e de atingir a unidade dos povos e a democracia universal, será mister atravessar a decomposição social, tempo de anarquia, de sangue talvez e de grandes sofrimentos por certo. A decomposição, sim, começou já; mas não está a reproduzir, dos germens ainda fermentados, o mundo novo e regenerado.¹¹⁷³

João Francisco Lisboa

Convencido igualmente de que a verdade é a alma da História, que só ela pode oferecer harmonia entre os fatos narrados, que a verdadeira crítica da verdade histórica não se pode aquilatar senão pela concordância nos incidentes, não nos poupamos a nenhuns esforços, afim de remontar às fontes mais puras.¹¹⁷⁴

Francisco Adolfo de Varnhagen

João Francisco Lisboa, o historiador público

Os contextos que envolveram a obra de João Francisco Lisboa foram tematizados na conferência proferida por Pedro Augusto Carneiro Lessa que estampa as páginas da *Revista do IHGB* do ano de 1913. O que levou o consagrado jurista a traçar a biografia intelectual do Timon? Vale ressaltar que Lisboa foi identificado desde o início do estudo como um historiador. Em vista disso, que tipo de história ele produziu e qual a figuração da sua prática? Melhor ainda: qual a razão de Pedro Lessa atualizar Lisboa na Primeira República? Antes de qualquer coisa o Timon foi considerado um crítico severo, frio e implacável das misérias políticas e sociais do Brasil. A partir das suas atividades como jornalista e como publicista no *Jornal de Timon* emergiu, também, a disposição para ser um historiador, na medida em que os temas por ele estudados ou eram históricos propriamente ditos, ou eram circunstanciados por uma reflexão histórica.¹¹⁷⁵ Mas vê-se, pois, que a figura ideal de historiador projetada por Pedro Lessa a partir

¹¹⁷³ LESSA, Pedro. João Francisco Lisboa. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte I, 1913, p. 77

¹¹⁷⁴ LESSA, Pedro. Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Francisco Adolfo de Varnhagen. *RIHGB*, tomo 80, parte II, 1917, p. 632.

¹¹⁷⁵ Jussara Rodrigues da Silva propõe que nos escritos de João Francisco Lisboa são mantidos os valores da pesquisa histórica, a ponto da sua obra ser considerada ciência segundos os protocolos da matriz romântica da história. João Francisco Lisboa “(...) já indicava uma preocupação com a submissão de seu trabalho aos procedimentos de crítica e pesquisa necessários para que ele fosse tomado como verdadeiramente histórico. Trata-se em sua obra de uma concepção de história com pretensões científicas”. *Reformar os costumes pela história: a historiografia de João Francisco Lisboa no Jornal de Timon*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017, p. 44. Disponível em:

da trajetória do intelectual maranhense era a de um historiador público preocupado com problemas ético-políticos. Através, sempre, de um olhar não partidário. Uma historiografia que tinha como modelo a obra de Lisboa estava, então, conectada às carências de orientação republicanas, sem deixar de se atentar para preceitos cognitivo-disciplinares.

O intelectual maranhense é visto por Lessa a partir do signo da contenda, sendo que em seu *Jornal de Timon* pelega por anos em favor de “ideias extraordinárias, exóticas, inacreditáveis, em nosso meio social”.¹¹⁷⁶ Todas elas, guardadas algumas ressalvas, absolutamente atuais para o contexto da Primeira República no entender do ministro mineiro. Exemplo: o governo e a administração pública competiam, havendo aqui certa carga de aristocratismo, aos mais notáveis pela inteligência, pelo caráter e pelo saber; os governantes deviam, enquanto compromisso ético, subordinar-se às leis e respeitar todas as liberdades e todos os direitos dos cidadãos e das cidadãs; diante das autoridades, especialmente no começo dos seus governos, os cidadãos e as cidadãs não deviam se orientar através de lisonjas exageradas nem deviam se humilhar para conseguir algum benefício; a autoridade ideal representava o povo e não era certo que a população em geral somente ao final dos mandatos exigisse os seus direitos, muitas vezes incitando a calúnia e a revolta.

Evocar Lisboa, pelo exemplo da sua personalidade e pelo caráter da sua obra, significava realizar uma crítica ao estado de coisas do contexto da Primeira República, mais especificamente em um momento no qual havia certo sentimento de desilusão¹¹⁷⁷, ao menos nos ambientes mais intelectualizados, em relação ao novo regime político:

Em meio deste vasto tremedal, que é hoje a vida pública no Brasil, em que tudo se afunda e desaparece na mais infecta lama, sobrenadando quase unicamente a absoluta incapacidade, o cretinismo em suas mais expressivas revelações, a suprema inconsciência e o completo e desnudado impudor, a servirem as ambições do mais rombo, estéril e envilecido egoísmo, com a silenciosa aquiescência dos que em imensa legião, perdidos os ideais dos homens civilizados, só cuidam tranquila e sordidamente dos interesses materiais, evocar a figura histórica de João Francisco Lisboa (...), fora para me utilizar de uma imagem outrora muito ao sabor dos nossos políticos e jornalistas, para produzir a mesma impressão que o aparecimento da sombra de Banquo em meio do festim de Macbeth.¹¹⁷⁸

<https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/9341> Acesso: 04 dez. 2020.

¹¹⁷⁶ LESSA, João... op. cit., p. 77.

¹¹⁷⁷ “É esse o tempo que se convencionou chamar de ‘desilusão republicana’, uma forma de pensar e de sentir a produção artística e intelectual profundamente impregnada pelo ceticismo e o desencanto” ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto de. *Desilusão republicana – percursos e rupturas no pensamento de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto*. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91232> Acesso: 04 dez. 2020.

¹¹⁷⁸ LESSA, João... op. cit., p. 97.

A passagem é longa, mas proveitosa para compreendermos o pensamento de Pedro Lessa de forma geral. João Francisco Lisboa parecia mobilizar, em muitos sentidos, a antiga linguagem tacitista, quer dizer, os seus escritos tinham como destino, via de regra, a crítica aos governantes e aos seus comportamentos. Timon fez Pedro Lessa compreender, nesse sentido, o estado atual da política brasileira na década de 1910, bem como o modo como cidadãos e cidadãs portavam-se na esfera pública. Não foi um político que escreveu o *Jornal*. Era, pois, um filósofo e historiador. Para Lessa, a filosofia a qual ele se filiava transparecia amargura e pessimismo, a saber, as *Memórias de além-túmulo*, de Chateaubriand. Eis algumas passagens compiladas por Pedro Lessa dos escritos de Lisboa, e que atualizadas respondiam a um certo conjunto de carências de orientação do contexto republicano:

A falta de energia na época em que vivemos, a ausência das capacidades, a nulidade ou degradação dos caracteres por via de regra esquivos à honra e voltados ao interesse; a extinção do senso moral e religioso; a indiferença para o bem e para o mal, para o vício como para a virtude; o culto do crime; a inércia e apatia com que assistimos a acontecimentos que em outros tempos teriam resolvido o mundo; tudo isto inclinaria a crer que o desfecho se aproxima, vai levantar-se o pano. E começar novo espetáculo – de nenhum modo.¹¹⁷⁹

Percebe-se que essa passagem lapidar de Lisboa se acoplava à crítica social que Pedro Lessa realizava em sua conferência na *Sociedade da Cultura Artística*. Há, ali, alguns *topos* temáticos, lugares-comuns ético-políticos, que denunciavam o estado atual da sociedade brasileira na década de 1910, além de percepções sobre a passagem do tempo que pareciam se repetir, todas elas apropriadas por Lessa, e que tornavam Lisboa¹¹⁸⁰ “atualíssimo” no contexto da República. Em termos ético-políticos os textos do Timon desmascaravam uma crise da moral pública republicana, sendo o país devorado pelos egoísmos interesseiros e individualistas. Ademais, havia, correlatamente, falta de padrões valorativos que sustentavam o regime político aludido a partir de uma vida cidadã saudável. Temporalmente, no plano da historicidade, a sensação era de morosidade e de imobilidade. Lessa efetuava um diagnóstico presentista para aquela sociedade brasileira?

Aline Menoncello pontua que o jurista mineiro é mais um personagem da década de 1870, momento em que luta contra o sistema escravista e deseja o fim da Monarquia

¹¹⁷⁹ Idem., p. 77.

¹¹⁸⁰ Rodrigo Turin observa a formulação de uma *persona* narrativa por parte de João Francisco Lisboa: “Esta *persona* narrativa, assumida por Lisboa, seria caracterizada pela acidez e agudeza crítica, em tom satírico, de sua visão de história nacional”. TURIN, Rodrigo. João Francisco Lisboa (1812 – 1863), s/d, p. 68. Disponível em: https://www.academia.edu/36987967/Jo%C3%A3o_Francisco_Lisboa Acesso: 19 dez. 2019.

parlamentar. Todavia, naquele “(...) momento ele não era mais um estudante, mas um juiz do Supremo Tribunal Federal e lutava contra as imprudências do governo e as perseguições políticas, e defendia a liberdade de expressão. Por isso, Lisboa é para Pedro Lessa um exemplo de patriota ‘crítico’, ‘frio’ e ‘implacável’”.¹¹⁸¹

Mais uma vez Lessa compilou o Timon fazendo da sua voz um unísono com a sua. Os temas são, ainda, os da corrupção de homens e de mulheres, da ética como princípio de responsabilidade na esfera pública e do crescente egoísmo, individualismo e materialismo de cidadãos e de cidadãs. Pedro Lessa se apropriou das ideias de João Francisco Lisboa – não era, em todo caso, tão somente uma conferência a partir de uma leitura passiva. A cada citação pinçada disparava um tema contemporâneo, sobretudo, da alçada ético-política. As apropriações de Lessa serviam para clarear o universo político-social da Primeira República. E o ministro do STF fazia, como igualmente fez Lisboa, uma crítica à política em sentido *lato sensu* e não partidário. Vejamos a passagem do Timon:

Ninguém creia que atrás dos homens atuais se ocultem outros diferentes; não é uma exceção que fere os nossos olhos, senão o estado comum dos costumes, das ideias e das paixões; é a grande e universal enfermidade do mundo que se dissolve. Se tudo mudasse amanhã com a proclamação de novos princípios, nada mais havíamos de ver, além do que estamos vendo: os devaneios destes, os furores daqueles. Todos impotentes e infecundos.¹¹⁸²

Mas João Francisco Lisboa e Pedro Lessa não eram sujeitos niilistas. A democracia continuava sendo um horizonte para ambos. Diferentemente de parcela considerável dos intelectuais que desiludidos com a República federalista passaram a movimentar interpretações autoritárias da história e da sociedade, entre eles Sílvio Romero, Gilberto Amado, Oliveira Vianna e Francisco Campos. Para Lisboa, e para Lessa, a democracia nasceria espontaneamente e suplantaria o estado geral de corrupção. Ela não era, de maneira alguma, impositiva. Em passagem de Lisboa compilada por Lessa:

E por mais que a corrupção, a imoralidade e o vício estejam generalizados e patentes, não é impossível fazer calar os bons princípios, se uma voz e uma ação poderosa se fazer ouvir e sentir, porque existem sempre secretas e simpáticas harmonias entre o homem de bem e do gênio que fala e obra, e a multidão que escuta e vê.¹¹⁸³

¹¹⁸¹ MENONCELLO, Aline Michelini. A escolha de Pedro Lessa: João Francisco Lisboa, o historiador patriótico. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – Anpuh* Santa Catarina: UFSC, 2015, p. 5. Disponível em: <https://cutt.ly/McL34n9> Acesso: 08 abr. 2021.

¹¹⁸² LESSA, João... op. cit., p. 77.

¹¹⁸³ Idem, pp. 77-78.

Talvez essa dimensão democrática percebida em João Francisco Lisboa e lançada intencionalmente ao contexto da Primeira República por Pedro Lessa pudesse ser compreendida a partir da figuração dada ao Timon como um “reformador moralista” por José Murilo de Carvalho. Mesmo acionando uma *persona* crítica Lisboa acreditava, em tese, na democracia, algo subscrito por Pedro Lessa, a partir da “capacidade de reforma dos costumes pela ação do próprio homem”.¹¹⁸⁴

Um modelo de história pública

A obra de Lisboa é, em quase a sua totalidade, formada por artigos de jornal, especialmente do *Jornal de Timon*. Além desses escritos ele nos legou uma biografia inacabada sobre o padre Antônio Vieira. De todo modo, mesmo nessas circunstâncias, o publicista maranhense foi qualificado por Pedro Lessa como um historiador. Percebemos que o modelo de história de Lisboa não deixava de estar próximo de certa prática realizada no Instituto Histórico e, também, acompanhava certas técnicas investigativas movidas, por exemplo, por Varnhagen, que para Lessa inaugurou o campo da “Historiografia” no Brasil. De todo modo, como classificar a proposta de história movimentada por Lisboa?

Para Pedro Lessa, o lugar social de Lisboa já era visível desde as suas primeiras iniciativas como jornalista na década de 1830, como na redação do *Brasileiro*, do *Eco do Norte* e do *Farol maranhense*. O *ethos* projetado em Lisboa é o do civismo, enquanto que os seus escritos direcionam-se para a pátria: “(...) o que nos empolga é a ponderação, o raro descortino do patriota, e o conjunto de qualidades superiores do chefe de um partido político, digno de ser, de um homem que nasceu para pastor de rebanhos humanos”.¹¹⁸⁵ A partir da figuração de Lisboa e da sua obra foi elaborado um perfil possível para o historiador da República. Ele se dirigiria à pátria e orientaria as “massas” populares de forma pragmática. Seria um historiador público. Interessante que o tema historiográfico da pátria inspirava uma posição imparcial naqueles que se dedicavam à história.

Dito isso, a certa altura da sua vida o Timon se dedicou ao estudo das leis sobre a escravidão, bem como sobre os costumes e as condições dos cativos. O desejo de Lisboa era redigir uma história do Brasil em que esse capítulo figurasse não apenas descritivamente, porém, acusando todos os males presentes naquela “maldita instituição, que tanto e tão radicado

¹¹⁸⁴ CARVALHO, José Murilo de. Lisboa e Timon: o drama dos liberais do Império. In: LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 19.

¹¹⁸⁵ LESSA, João... op. cit., p. 70.

mal nos tem feito”, no dizeres de Pedro Lessa.¹¹⁸⁶ Doravante, o seu plano mais imediato era lançar um romance histórico de propaganda contra a escravidão. Mas Lisboa demoveu essa ideia em razão da publicação de *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, em 1852, pois as ideias e os princípios articulados no romance estadunidense compreendiam o seu horizonte mais imediato de ideias.

Em vista dessa postura como historiador ninguém “parece o mais digno de ser lembrado, nesta vil atualidade”.¹¹⁸⁷ O presente de Pedro Lessa, que como vimos experimentava uma crise da consciência histórica e social, requeria um modelo de historiador como o de Lisboa. O historiador Lisboa se ocupava com os problemas ético-políticos referentes à nação de maneira crítica, não deixando de lado certa dimensão metódica cara ao *métier*. Exemplo: o primeiro volume do *Jornal de Timon* foi consagrado a uma análise das eleições e dos partidos políticos existentes no Império; ele encerrava, em tese, um “quadro fidedigno” dos usos e dos costumes eleitorais e da vida política do Maranhão: “(...) aí temos uma miniatura do que se passava, nesse assunto, em todo o Brasil”.¹¹⁸⁸ Vê-se que havia particularidades na palheta historiadora de Lisboa: a superação da crônica, a passagem da dimensão episódica para a dos costumes e uma história do tempo presente. Lessa promoveu certos usos político-historiográficos da obra de Lisboa, dado que o projetou como autor exemplar para o entendimento dos desmandos dos oligarcas da República, das eleições fraudulentas e da corrupção de toda a sorte. O jurista se apropriou dos seus escritos historiográficos como forma de clarear a sua percepção da realidade ético-política da jovem República, que em pouco tempo já se tornava ruína: antes mesmo de se consolidar já carrega consigo o gérmen da finitude.¹¹⁸⁹

Mas Lisboa também era, de certo modo, um historiador disciplinado, mesmo fora da instituição reguladora e normatizadora dos estudos históricos no Brasil, ou seja, o IHGB. Entre as preocupações historiográficas de Lisboa encontramos estas: o descobrimento da América e do Brasil, com especial atenção para território do Maranhão; o suposto erro de Portugal na colonização, o qual não ocupava o território adequadamente com artífices e com lavradores,

¹¹⁸⁶ Idem, p. 73.

¹¹⁸⁷ Ibidem, p. 76.

¹¹⁸⁸ Ibidem, p. 76.

¹¹⁸⁹ Esse sentimento de desilusão, sobretudo, entre os intelectuais não passa despercebido aos estudos de José Murilo de Carvalho: “A expectativa inicial, despertada pela República, de maior participação, foi sendo assim sistematicamente frustrada. Desapontaram-se os intelectuais com as perseguições do governo Floriano; desapontaram-se os operários, sobretudo sua liderança socialista, com as dificuldades de se organizarem em partidos e de participarem do processo eleitoral; os jacobinos foram eliminados. [...] Quanto ao grosso da população, quase nenhum meio lhe restava de fazer ouvir sua voz, exceto o veículo limitado da imprensa” CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 37.

tornando, assim, o Brasil um espaço passível de constantes guerras; as invasões holandesas e francesas; o estudo sobre os índios e sobre os jesuítas; as primeiras expedições no Maranhão; a legislação colonial; os “nobres”, os “plebeus” e os africanos no Brasil. O estudo sobre essas temáticas corroborava com o argumento de Lisboa como historiador. Vê-se que ele não era, nesse sentido, um *outsider* da história do século XIX, mas estava inserido em um mesmo contexto epistêmico-histórico em que estavam, por exemplo, o IHGB e o Visconde de Porto Seguro. Lisboa passou por certo momento do arquivo, era um crítico social mordaz na fase explicativa dos acontecimentos e era detentor de primor narrativo e estilístico se comparado com os seus coevos. “O que imprime relevo ao estilo de Lisboa é a clareza, a concisão, a elegância, a nobreza e a linguagem, e mais que tudo aquela simplicidade”,¹¹⁹⁰ ou seja, o modo de exposição em Lisboa não é apenas forma, mas é, também, conteúdo.

Lessa colocava em evidência que o historiador devia manejar bem a linguagem escrita, assim como Lisboa, de modo a imprimir uma exposição formal clara. Tudo isso para que ele pudesse se expressar não apenas entre os seus pares, mas com a população como um todo, posto que era ele que, pela crítica social através da pragmática da história, esclarecia e deixava em relevo a dimensão histórica das mazelas sociais. Sobre o seu estilo expositivo Pedro Lessa discorre o seguinte: “A linguagem de Lisboa é a que bem se casa com o seguro critério, o claro entendimento, o espírito penetrante e a austeridade de princípios do historiógrafo, amigo e admirador de Alexandre Herculano, e que tanto ilumina alguns capítulos de nossa história”.¹¹⁹¹

Uma diferença de posicionamento de Lisboa perante a história disciplinada majoritária do IHGB é que ele se portava como um americanista,¹¹⁹² ou seja, o passado que ele fazia presente era de reação ao jugo metropolitano e de afirmação da nacionalidade brasileira destituída da sua herança ibérica. Uma passagem compilada por Lessa em que Lisboa retratou os governadores desde a colônia evidencia o argumento:

(...) mandões ignaros, corrompidos e perversos, que obcecados pela cobiça, e encarniçados nas lutas civis, e na perseguição da raça desvalida dos índios, calcavam todos os seus deveres, e preteriam todos os outros meios, cujo emprego inteligente conduziria se dúvida e para logo aquela obre colônia à prosperidade agrícola e comercial, de que se viu privada durante o longo período de mais de século e meio?¹¹⁹³

¹¹⁹⁰ LESSA, João... op. cit., p. 82.

¹¹⁹¹ Idem, p. 87.

¹¹⁹² Sobre as ideias de americanismo e de iberismo conferir o clássico estudo de WERNECK VIANNA, Luiz. *A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ, 1997.

¹¹⁹³ LESSA, João... op. cit., p. 87.

O americanismo de Lisboa era apropriado por Pedro Lessa como forma de efetivar uma crítica não partidária à política republicana. O jurista realizou certos usos políticos do passado (não partidários) através das lentes investigativas de Lisboa. Vejamos só:

Ao ouvirdes essas palavras candentes do escritor brasileiro, não vos lembram imediatamente as figuras, tão vulgarizadas pelo ferrete da mais justa reprovção pública, de certos governadores de Estados da Federação Brasileira, que parecem repetir, por uma espécie de lei dos “corsi e recorsi” de Vico, os tipos ancestrais dos nossos mandões políticos?¹¹⁹⁴

Ou seja, se havia o modelo de história disciplinada, que concebia a “Historiografia” como resultado da sua prática, havia, também, modelos alternativos, que talvez possamos chamar de públicos, que faziam crítica social. Percebemos, de qualquer forma, que o ideal de história professado por Pedro Lessa congregava ambos os modelos assinalados.

Pedro Lessa, por meio da sua **memória disciplinar**, assinalou que o americanismo de João Francisco Lisboa incidia sobre as temáticas historiográficas por ele pesquisadas, como era o caso da investigação dos primeiros colonizadores do Brasil. Lisboa concluiu que a colonização, diferentemente da opinião corrente, não era realizada por pessoas degredadas por crimes na Metrópole. Essa pesquisa foi importante, visto que esse era um *topos* temático entre aqueles que estudavam o passado colonial, dos cronistas aos primeiros grandes relatos da história brasileira. Não era esse, então, o motivo do malogro da colonização portuguesa. Outra análise histórica de Lisboa em que transpareceu o seu americanismo referia-se ao governo metropolitano português, mais especificamente a sua “boçalidade” que se manifestava, pois, a partir da falta de incentivo a uma colonização agrícola e industrial, o que levava, primeiramente, o território parecer suscetível à invasão e, em segundo lugar, a uma dependência externa de produtos manufaturados. O seu americanismo também se traduzia na pesquisa sobre a escravidão e sobre as eleições, conforme já tratado acima. Essa perspectiva de história, partilhada por Pedro Lessa, se associava ao moderno, à democracia, à igualdade, à liberdade e ao materialismo das elaborações sociais, contrárias, portanto, à metafísica orientadora da autoridade política e social.¹¹⁹⁵

A constituição de uma prática: Varnhagen, “iniciador da Historiografia brasileira”

¹¹⁹⁴ Idem, p. 87.

¹¹⁹⁵ Ao se apropriar de João Francisco Lisboa, Lessa também manifestava, na passagem para o século XX, uma concepção de história americanista. Sobre o americanismo na Primeira República ver MARTINS, Maro Lara. Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República. *Política e sociedade*, vol. 9, n. 17, pp. 231-258, 2010. Disponível em: <https://cutt.ly/mcL9fU9> Acesso: 08 abr. 2021.

No âmbito das comemorações do centenário de nascimento de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, ocorrido em 1916, o ministro do STF Pedro Lessa proferiu uma importante conferência abordando os contextos da obra do historiador sorocabano. Mais do que por meio de estudos biográficos Varnhagen devia se fazer presente, assegura o conferencista, na Primeira República por intermédio dos seus numerosos trabalhos que davam a ele o título de **iniciador da Historiografia brasileira**.¹¹⁹⁶ Lembrando que a sua obra póstuma *A Independência do Brasil* foi publicada pelo Instituto Histórico um ano antes. Quer dizer, os escritos de Varnhagen promoviam, destacando-se a sua *História geral do Brasil*, princípios metodológicos, disposições epistemológicas, eixos temático-narrativos que configuravam a prática do historiador. Foi em razão dessa aparelhagem historiográfica voltada ao estudo da história brasileira que Lessa concedeu à Varnhagen o título de iniciador. Então, mais do que o gênero *história geral*, desatualizado na Primeira República, o que Varnhagen legou foi uma prática historiográfica, na visão de Lessa, exemplar. “Historiografia”, para Pedro Lessa, significava todo o processo que envolvia a produção do conhecimento histórico.

Ademais, o discurso de Lessa era uma peça de defesa diante de certa recepção dos escritos do historiador sorocabano ao longo do século XIX e início do XX, bem como da forma como ele operava a sua prática historiográfica. A interpretação do estudioso sobre Varnhagen e a sua obra não deixava de manifestar, então, a constituição de um autor de história¹¹⁹⁷, bem como conformava-se, através da categoria “Historiografia”, como um indício das demandas caras à prática dos historiadores na Primeira República.

O juiz Lessa aborda, de imediato, os esforços intelectuais de Varnhagen face ao contexto epistêmico-historiográfico internacional. É evidente, para o conferencista, que a sua formação como historiador, em sua época e no ambiente que o circunscreve, estava fora da observância dos preceitos modernos da “Historiografia”.¹¹⁹⁸ Mesmo no contexto da Primeira República não existia um perfeito estudioso versado completamente nesses princípios. Praticava-se “Historiografia”, no entender de Pedro Lessa, somente em países considerados de vanguarda como Alemanha e França, que “adotam os rigorosos processos” de averiguação da verdade histórica e que seguiam “fecundos preceitos de Metodologia”.¹¹⁹⁹

¹¹⁹⁶ LESSA, Conferência... op. cit., p. 615.

¹¹⁹⁷ Sobre o referido problema recomendo o estudo instigante de MENONCELLO, Aline Michelini. Julgamentos a serviço da história. *História da historiografia*, vol. 9, n. 22, pp. 238-257, 2016. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1152> Acesso: 08 abr. 2021. Conferir, também, a clássica teorização sobre a autor de FOUCAULT, Michel. *O que é um Autor?* Lisboa: Vega, 1992.

¹¹⁹⁸ LESSA, Conferência... op. cit., p. 616.

¹¹⁹⁹ Idem, p. 616.

Todavia, quem mais se aproximou da prática da “Historiografia” no Brasil foi o próprio Varnhagen. O seu metodismo e a sua busca pela verdade histórica não eram oriundos de manuais, mas do fazer-saber, da prática, do acúmulo de erudição. Por isso era forçoso reconhecer a operação de conhecimento do historiador brasileiro em razão de modular-se a partir das virtudes epistêmicas da “exatidão” e do “rigor”. Dentro dos seus limites ele observava os cânones da ciência auxiliar heurística, “procurando penetrar o sentido dos livros e de todos os documentos relativos ao nosso passado”, faz-se versado em idiomas, além de ser perito em artes e conhecer “as nossas antiguidades”. Além disso,

(...) da segurança da sua crítica veremos depois a melhor das provas, uma prova pela qual muito poucos historiadores terão passado. No interpretar as fontes e no pesquisar as condições físicas e morais da nação, não descuro o indispensável estudos prévio da Nossa Geografia e da nossa Etnologia.¹²⁰⁰

A prática da “Historiografia” constituiu-se em meio a toda essa disposição epistêmica.

Varnhagen não tolerava, situando a dimensão da prática da “Historiografia”, o plágio. Em razão dessa prática ele se envolveu em algumas polêmicas. Com essa atitude o Visconde Porto Seguro inaugurava uma **ética historiográfica** no Brasil.¹²⁰¹ Os seus alvos eram mais especificamente Alphonse de Beauchamp e Abreu e Lima. Por meio dessas querelas pode-se vislumbrar as suas “qualidades boas e más” como intelectual e como historiador: amor pela verdade e pela justiça, áspera franqueza, certa ingenuidade e um comportamento um tanto quanto irascíveis, escrupuloso cuidado e, não raro, uma minuciosidade na exposição dos fatos e na manifestação dos seus juízos. Os tão propalados descuidos da forma em seus textos, que muitos consideram monótonos e pesados, derivavam justamente dessa **ética historiográfica** por ele fundada e através do metodismo da sua prática de pesquisa. Vê-se que a prática da “Historiografia” ganhava contornos por meio de uma postura intelectual, através de um domínio de atribuições técnico-cognitivas advindas do saber-fazer e por meio de condutas exemplares, estabelecendo, então, uma *persona* orientadora para a prática da “Historiografia”.

Dito isso, Pedro Lessa podia, agora, reinserir Varnhagen no circuito europeu de produção historiográfica. Não para comparar o que se fazia no Brasil com aquilo que se praticava na Europa, mas para demonstrar o significado da tarefa da “Historiografia” e o que

¹²⁰⁰ Ibidem, p. 617.

¹²⁰¹ Me aproprio da noção de “ética historiográfica” a partir do sentido proposto por Evandro Santos. Santos se debruçou sobre a produção historiográfica de Varnhagen, sendo o seu trabalho fundamental para o aprofundamento de questões apreciadas por nosso texto. SANTOS, Evandro. *Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista*. Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/114431> Acesso: 04 dez. 2020.

ela representava. A partir do momento em que o Visconde de Porto Seguro se iniciava historiograficamente, pensando em sua *História geral do Brasil* (1854), havia ao seu dispor apenas a prescrição (1845) de Martius e modelos de *história geral* escritos por estrangeiros que podiam servir de guia orientador para a sua prática. Para Pedro Lessa, o contexto da primeira metade do século XIX lhe oferecia um saber histórico limitado epistemologicamente, dado que não era perpassado pelo crivo da “Historiografia”.

O que vinculava a prática de Varnhagen àquela realizada no continente europeu, especialmente na França, era a “caça aos documentos”, potencializando os trabalhos já realizados pelas academias históricas do século XVIII. Dessa arte foram recrutados intelectuais que orientavam as suas investigações a partir da verdade histórica advinda da pesquisa e do estudo das fontes. Victor Hugo chegou a dizer, por exemplo, que para se escrever a história da França fazia-se necessário perquirir todos os livros e todas as fontes históricas que de algum modo alimentavam informações sobre o país. Em meio a essa preocupação o ministro François Guizot imprimiu cunho oficial à tarefa historiadora. Mas de ambos os lados do Atlântico eram raras, em tese, as cogitações filosóficas causais (e urdiduras poéticas) sobre os fatos históricos. Insuficientes para situá-los, e isso era uma dimensão necessária para a prática historiográfica, no plano teórico, no caso de Lessa propiciado pelas ciências sociais. De todo modo,

(...) para a formação de generalizações assentadas nos fatos históricos, para as concepções superiores de História, que apareceram mais tarde com Renan, com Taine, com Fustel de Coulanges; pois, as belas sínteses de Michelet foram produtos de uma fulgurante imaginação do que de uma inteligência servida por métodos severos no domínio da ciência”.¹²⁰²

Eis, aqui, o passo decisivo para a categoria “Historiografia”: ela devia ser assistida em sua estruturação epistêmica por princípios teóricos de natureza sociológica. Isso, de fato, o Visconde não possuía, sendo, então, o seu calcanhar de Aquiles, posto que os seus juízos, os seus comentários e as suas colocações, mesmo afiançados pelos horizontes da verdade e da justiça¹²⁰³, estavam destituídos dos moldes teóricos exigidos. A consciência teórica de Lessa projetada junto ao plano explicativo da “Historiografia” tornava possível a hibridação de paradigmas sociológicos evolucionistas e pós-evolucionistas, deterministas e pós-deterministas, podendo ser escolhidos uns ou outros dependendo da especificidade histórico-

¹²⁰² LESSA, Conferência... op. cit., p. 660.

¹²⁰³ Temístocles Cezar aponta as disposições epistêmicas da verdade e da justiça em Varnhagen: “Entretanto, encontramos sobretudo alusões aos temas da justiça e da verdade. Esquemáticamente, afigura-se lícito dizer que ser justo e verdadeiro é um efeito de sua formação erudita. São características normativas de todas suas atividades intelectuais. Isso não significa que eu o considere justo e verdadeiro, mas, simplesmente, que ele acreditava sê-lo” CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, vol. 8, n. 15, 2007, p. 178. Disponível em: <https://cutt.ly/GcLUvdpd> Acesso: 08 abr. 2021.

social em questão. Exemplo: Lessa acredita haver determinismo psíquico. Mas a sua consciência epistemológica estava mais próxima do condicionalismo do que do determinismo clássico. Essa era a disposição teórica projetada por Lessa à prática da “Historiografia”. Esse registro epistêmico possibilitava as *sínteses modernistas*.

Para Pedro Lessa, Varnhagen era, em termos de prática historiográfica, o nosso Fustel de Coulanges. Estas palavras do historiador francês poderiam muito bem ser do Visconde de Porto Seguro: “O melhor historiador é o que mais se adstringe aos textos, que os interpreta com mais justeza, que só pensa e escreve de acordo com eles”.¹²⁰⁴ Fustel de Coulanges não hesitava, assim como Varnhagen em sua **ética historiográfica**, em afirmar que a manipulação de um bom procedimento epistemológico era de interesse tanto da moral quanto da ciência. O descompasso na obra do historiador brasileiro estava na forma de exposição: “A história Geral do Brasil bem merecia um pouco mais de cuidado na exposição”.¹²⁰⁵ Portanto, em Pedro Lessa o registro da prática da “Historiografia” também atingia a exposição formal, que se queria clara, concisa e direta. Ela requeria, também, a aproximação interdisciplinar (sintética) com as teorias sociais. Disposição ainda não apreendida pelo Visconde. Contudo, “o que atenua as faltas de Varnhagen é a lembrança do peso imenso da tarefa de criador da nossa História”.¹²⁰⁶ “Historiografia”, diante de todos esses argumentos, estava implicada nos horizontes da prática do historiador. O historiador, portanto, faz “Historiografia”.

Varnhagen e seus pares: abertura historiográfica e memória disciplinar

Lessa recobrou que ao iniciar os seus trabalhos para a estruturação da sua *História geral do Brasil* (1854) Varnhagen se deparou com este cenário historiográfico: não havia nenhum plano, nenhum antecessor que pudesse lhe orientar em sua prática, além da *Dissertação* de Martius e das poucas *histórias gerais* escritas por estrangeiros. Nenhum brasileiro escrevera um livro que pudesse enquadrar-se no gênero *história geral*. Antes de Varnhagen havia, na leitura de Lessa, as crônicas do período colonial, como as de Gandavo, de Anchieta, de Nobrega e de Gabriel Soares, que, via de regra, não podiam ser consideradas histórias *stricto sensu*. Os que vinham depois ou escreveram sobre assuntos pontuais e restritos, como o Frei Jaboatão, ou estavam informados por erros graves, como se percebia na genealogia de Pedro Taques, ou, ainda, ofereciam memórias aos seus leitores, isto é, subsídios (não criticados a partir dos

¹²⁰⁴ LESSA, Conferência... op. cit., p. 661.

¹²⁰⁵ Idem, p. 662.

¹²⁰⁶ Ibidem, p. 661.

preceitos da “Historiografia”) para uma história de maior envergadura, como era o caso de Frei Gaspar da Madre de Deus, de Monsenhor Pizarro e de Luiz Gonçalves dos Santos. Para Lessa,

(...) todos esses que vieram depois dos Gandavo, dos Nobrega, dos Gabriel Soares, apenas proporcionaram alguns subsídios, que só podiam ser aproveitados depois de uma rigorosa seleção. Tal foi também o concurso de Ayres do Casal, de Fernandes Pinheiro, Acioli e de alguns outros”.¹²⁰⁷

Percebe-se, claramente, os contornos da obra de Porto Seguro na leitura alinhavada por Pedro Lessa, a saber: o seu plano superava a crônica, os assuntos que se propunha a investigar estavam situados na esfera macro-analítica, ou seja, relacionavam-se com a nação e mobilizava tecnologias historiográficas que expurgam os erros e o falso.¹²⁰⁸

Já a obra de Rocha Pita possuía, no entender de Pedro Lessa, “colorido poético”, porém era destituída de crítica, omissa em fatos capitais e duvidosa quanto aos objetivos de reforço do “espírito nacional”. Alegava-se que o autor pouco recorreu às fontes históricas, sendo mais imaginativo do que pensador, mais poeta do que crítico. Além disso, a *História da América portuguesa* estruturava-se formalmente por meio do panegirico.¹²⁰⁹ Pela crítica à Pita vê-se que o historiador não era um artista, tampouco fazia elogios, mas situava-se como consciencioso crítico dos fatos e das circunstâncias. Era justamente essa postura historiográfica dos seus antecessores que encaminhava Varnhagen para o difícil trabalho de estruturação de arquivos e de mobilização da crítica documental, que conseqüentemente lhe oferecia a oportunidade de estabelecer uma ética para a moderna “Historiografia brasileira”. O metodismo do Visconde era mais um resultado circunstancial da operacionalização de uma prática e menos a assimilação de um manual de estudos históricos. Isso também podia ser aplicado aos trabalhos do IHGB.

Porém, antes de Varnhagen havia uma história geral que chamava a atenção, qual seja, a escrita pelo laureado poeta inglês Robert Southey. Para Lessa, por mais que se exaltasse o

¹²⁰⁷ Ibidem, p. 624.

¹²⁰⁸ Varnhagen reforçou, nesse sentido, uma longa tradição ocidental que buscava a verdade pela apuração dos fatos: “A historiografia ocidental, desde sempre, travou uma guerra obstinada contra a ficção. Foi por sua luta contra os mitos, as lendas e fabulações da memória coletiva transmitidas pela tradição oral, que ela criou um afastamento em relação ao discurso comum, forjando-se precisamente dentro da diferença que a creditou como *savante*, ou seja, como discurso portador de conhecimento. Mais do que estabelecer a verdade, com os procedimentos da crítica de documentos, o historiador detecta o que é o falso, equiparando-o à condição de ‘fábula’” OLIVEIRA, *Escrever vidas...* op. cit., p. 87.

¹²⁰⁹ Pedro Telles da Silveira possui uma leitura mais alargada, justa e contemporânea acerca da obra de Rocha Pita, evitando que caiamos em uma armadilha da *memória disciplinar* forjada por Pedro Lessa: “Pode-se dizer que toda a História de Rocha Pita é modelada a partir do panegírico. Não é à toa, portanto, que ele tenha escolhido Timantes como emblema para sua história, pois este, ao pintar o pouco para sugerir o muito, simboliza, de alguma forma, como as virtudes da composição e da seleção operadas pelo panegírico acabam por salvar a história de sua própria dispersão” SILVEIRA, Pedro Telles. O pincel de Timantes: pintura, erudição e panegírico na História da América Portuguesa, de Sebastião da Rocha Pita”. *Temporalidades* – Revista de História, vol. 9, n. 2, 2017, p. 320. Disponível em: <https://cutt.ly/zcZcoY6> Acesso: 08 abr. 2021.

poder de imaginação e de eloquência contidas nessa *History*, não podia Southey escrever com “exatidão” e com “segurança” a história geral do Brasil. Na verdade, retirados os primores da forma, a arte da exposição habilmente construída por Southey, “não conheço mais clamorosa ofensa à verdade e à justiça do que a praticada por aqueles que querem roubar de Varnhagen, para conferir para o poeta romântico inglês (...) o grau elevado de primeiro historiador do país”.¹²¹⁰ Pedro Lessa admitia em sua **memória disciplinar** que Southey não podia ser considerado o nosso primeiro historiador, visto que a sua *History* pecava no pouco embasamento geográfico, bem como se atrapalhava nas “minúcias”. Ademais, ele era um estrangeiro que desconhecia o Brasil. No limite, o poeta inglês estava destituído do poder da autopsia. A partir da crítica à Robert Southey observamos mais elementos que circunscreveram a prática da “Historiografia”: conhecimento da geografia, posto que os acontecimentos se desenrolavam no tempo e no espaço, censura à imaginação e à retórica e valorização dos intelectuais brasileiros que se queriam historiadores, pois eram conhecedores da realidade histórico-social do país.

A fortuna crítica de Varnhagen, argumentava Lessa, continuamente colocava a seguinte questão: por qual razão o Visconde de Porto Seguro simplesmente não seguiu a conhecida *Dissertação* de Martius, ganhadora de um concurso no IHGB que tinha como horizonte o melhor plano para se escrever a história do Brasil? Alguns apontamentos do naturalista bávaro eram, para Lessa, incontornáveis: a mescla das raças e o seu impacto na formação histórica brasileira, as lutas entre os portugueses e os indígenas, bem como a escravidão destes e dos africanos. Tais pontos eram abordados por Martius, tornando-se *topos* temáticos na escrita da história oitocentista. Mas parecem injustas e despropositadas as críticas à Varnhagen sobre a sua não “filiação” ao programa de pesquisa do naturalista viajante. Primeiro: porque muitos temas propostos pelo estudioso europeu eram abordados por Varnhagen. Segundo: pelo fato de que nem todas as asserções saídas da sua pena eram úteis ao campo aberto pela “Historiografia”, o qual demandava a elaboração de um arquivo, a exatidão das descrições, a busca pela autenticidade das fontes, a segurança da crítica e uma teoria do conhecimento que dê significado narrativo para toda a prática. Como podia, indaga-se Pedro Lessa, um botânico propor um plano para a escrita da história de uma jovem nação em que se via a recordação de vagas leituras

¹²¹⁰ LESSA, Conferência... op. cit., p. 626. Temístocles Cezar argumenta que ao mesmo tempo que os primeiros sócios do IHGB e Varnhagen buscam se distanciar da obra de Southey, eles a utilizam em suas pesquisas e composição de suas obras: “Parece-me correto afirmar que os membros do IHGB fizeram a história da nação um pouco contra Southey, mas muito a partir dele. Varnhagen é o melhor exemplo: ele usa e abusa do trabalho de Southey ao mesmo tempo em que dele procura distanciar-se. Para o brasileiro a obra de Southey não era completa, o que, por outro lado, o inglês reconhecia de bom grado, em que pese considerar que não seria superada tão cedo”. CEZAR, O poeta... op. cit., p. 309.

clássicas, como de Heródoto, de Xenofonte, de Tito Lívio ou de Salústio, consideradas obsoletas, e a prescrição para a sua elaboração a partir de um poema heroico? Porém, havia um historiador consciencioso e verdadeiro, admitia Lessa, que desautorizava tais predicativos: Varnhagen, o **iniciador da Historiografia no Brasil**. “Em 1854, não era possível a um espírito sério e instruído conceber a História desse modo. A primeira qualidade do historiador (será preciso repeti-lo?) é a fidelidade nas descrições, a verdade, a exatidão”.¹²¹¹

Para Pedro Lessa, o plano de Martius pode incorrer na falta de verdade por parte do historiador: “(...) a verdade, e só a verdade, no fato e na lei, particular ou geral, transitória ou permanente, é sempre o esforço capital do historiador”.¹²¹² O *epos* prescrito por Martius só é compreensível em livros que são dedicados à instrução secundária, pois nesse contexto pode-se exibir, como forma educativa, os fatos e os quadros históricos aptos a incitarem, nos jovens, o amor à pátria e a aspiração de bem servi-la. Varnhagen se apresenta próximo de Von Martius¹²¹³ ao colocar luz alta em situações que, no Brasil, manifestam o espírito de patriotismo, mas a ele falta a *estese* e algumas outras qualidades do artista. Porém, o Visconde de Porto Seguro tem consciência disso e é defendido por Lessa: “(...) a mais solícita investigação da verdade e ao mais acurado critério na apreciação dos fatos buscou associar a maior simplicidade na expressão, preferindo às galas do estilo a sua maior clareza e sobriedade”.¹²¹⁴ Para Varnhagen, os textos de história deviam concorrer para a promoção da formação das virtudes cívicas e para clarear os horizontes da história nacional. Não através dos artifícios literários ficcionais, tampouco pela oratória, ou pela disposição dramática, ou pelo épico, tal qual entre os historiadores da Grécia e de Roma, porém, por meio do ensinamento dos fatos, quer dizer, pela busca e pela exposição da verdade.

Pedro Lessa e a apologia da Historiografia

Antes realizar a apologia da “Historiografia” o ministro Pedro Lessa prestou reverência à obra de Varnhagen. As suas disposições historiográficas eram consideradas fecundas e quando se refletia o tamanho do seu esforço intelectual não emergia outro sentimento que não fosse o de patriotismo:

¹²¹¹ LESSA, Conferência... op. cit., p. 631.

¹²¹² Idem, p. 631.

¹²¹³ Arno Wehling não deixa de apontar que mesmo salientado a mescla étnica na formação da nacionalidade brasileira Varnhagen enfatiza o elemento português. Deixa-se em relevo o seu papel no processo de colonização, sendo ele o responsável pela garantia da “expansão territorial” e “pela unidade política” do Brasil WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 187.

¹²¹⁴ LESSA, Conferência... op. cit., p. 633.

(...) que nos leva ao sentimento da mais pura gratidão diante da construção monumental, que, examinada sob faces diversas, é um indestrutível monolito, que constituirá para sempre o supedâneo, sobre o qual há de repousar toda a História do Brasil, e um grande foco de luz a iluminar simultaneamente o nosso passado e o nosso futuro.¹²¹⁵

A partir da obra de Varnhagen, defendida e atualizada no presente da Primeira República, Lessa desenvolve uma teoria da historicidade.¹²¹⁶ O passado lido pelas lentes da “Historiografia” evidencia com segurança o desvelamento do devir histórico para homens e para mulheres, quer dizer, racionaliza-se a transformação lenta e gradual da sociedade brasileira em formação “desde a origem da colônia, iniciada com graves erros, máculas e estigmas”, passando pelos obstáculos do meio físico e pela completa insuficiência de uma direção política, para chegar, então, à “admiráveis períodos de bem-estar, de progresso, de liberdade política e de moralidade administrativa”.¹²¹⁷ O passado tem condições de ensinar o presente em movimento. Era a moderna *historia magistra vitae*. A saber: Lessa não era um leitor passivo da obra de Varnhagen. Ele se apropriou, pois, da sua dimensão metódica e descritiva, posto que ele era um mestre da empiria e da correção dos fatos, para construir um horizonte de sentido que negava a herança ibérica. A formação da nacionalidade brasileira chegava ao seu cume com o advento da Monarquia e, posteriormente, da República agora em crise. Essa experiência intelectual com a história proporcionada pela obra de Varnhagen oferecia à Lessa o aprendizado necessário para que ele movimentasse o seu americanismo historiográfico. Este possuía utilidade pública e intelectual, pois ao mostrar-se dotado de fatos verdadeiros possibilitava que os agentes da República pudessem interpretar o Brasil, orientando-se.

Dessa maneira, esse presente em formação, continuando a teoria da historicidade empregada naquele momento por Lessa, podia ser amparado pelas certezas oferecidas pelo saber metodicamente correto sobre o processo histórico. Nessa teoria da historicidade os cidadãos partilhavam sentimentos cívico-patrióticos. Todos eles concebidos em perspectiva histórica para transporem os inevitáveis momentos sociais anormais, de perturbações sócio existenciais, de depressão e até mesmo de recuos históricos. O ministro Lessa pregava uma possível função social para a história. Além disso, as virtudes morais passavam a ter grande utilidade histórico-social na administração dos instantes de “extraordinária prosperidade”, que

¹²¹⁵ Idem, p. 662.

¹²¹⁶ Sobre a noção de historicidade vale a explicação de Paul Ricoeur: “Os homens do passado foram, como nós, sujeitos de iniciativa, de retrospectão e de prospecção. As consequências epistemológicas dessa consideração são notáveis. Saber que os homens do passado formularam expectativas, previsões, desejos, temores e projetos é fraturar o determinismo histórico, reintroduzindo, retrospectivamente, a contingência na história” RICOEUR, *A memória...* op. cit., p. 392-393.

¹²¹⁷ LESSA, Conferência... op. cit., p. 663.

sabidamente eram transitórios. Assim, vê-se que era a história enquanto formação o eixo orientador da vida humana. E por isso a necessidade de conhecê-la sob o crivo da verdade da “Historiografia”, que no Brasil foi inaugurada por Varnhagen.

Lessa continuou a atualização da obra de Varnhagen ante os seus detratores. Isso em virtude de tais acusações assinalarem que os seus escritos se inscrevem no plano político e factual. Para o jurista, esse tipo de história, “árida e seca”, era a que melhor fixava a atenção dos leitores, proporcionando a estes a possibilidade de se extrair “um suco ideal” dos fatos em seus contextos de origem. Lessa, leitor de Fustel de Coulanges, preferia, antes, os esforços da descrição, o prolongando raciocínio, do que “diversões estéticas”. Por isso o pecúlio de Varnhagen possuía pregnância comunicativa no contexto historiográfico da República. Era esse tipo de história que devia se conectar às ciências sociais visando a síntese. Para o palestrante:

Sim, talvez por abstrair um pouco tais imperfeições, vou até me convencer de que essa história, verdadeira e severa, despida dos ornatos mais singelos, que somente dos fatos expostos em toda a sua nudez faz uma eloquente e fecunda lição moral, social política, é a História que nos convém, a que nos ministra os mais úteis ensinamentos”.¹²¹⁸

Cumpram que os sócios do IHGB lessem os livros de Varnhagen. Através das suas páginas aprendia-se que o fator raça e que o elemento mesológico não eram obstáculos para o desenvolvimento dos(as) brasileiros(as). Tome como exemplo as suas narrativas sobre a guerra contra os holandeses. Ali ficava patente, em meio às demonstrações de patriotismo e de heroicidade, o valor das raças envolvidas na formação da sociedade brasileira, e mostrava-se evidente que o meio cósmico e o cruzamento dos vários segmentos étnicos não conformavam uma nacionalidade de somenos valor. Interessante essa percepção sobre Varnhagen. Primeiro: porque alocava o Visconde de Porto Seguro na vanguarda do pensamento científico da década de 1910, que começava a colocar em estado de suspensão várias ordens de determinismos atávicos advindos da segunda metade do século XIX. Segundo: em razão da leitura de Pedro Lessa não assinalar um elogio da colonização portuguesa no Brasil em Varnhagen.

Lessa admitiu que naquele contexto em que estava inserido havia uma crise da consciência histórica. As grandes verdades propulsoras da modernidade eram abaladas, por exemplo, pelos eventos da Grande Guerra. O clima histórico que Lessa e parte dos seus coevos experienciam é de imobilidade e de morosidade. “Que é que nos falta neste momento de prementes dificuldades, em que o desânimo e a conseqüente inércia avassalam tantos

¹²¹⁸ Idem, p. 663.

espíritos”?¹²¹⁹ O que brasileiros e brasileiras precisavam, no entender do jurista, para vencer a presente crise era, pois, o conhecimento da história e a comparação do presente com o passado. Interessante a dimensão retrospectiva impressa por Lessa em sua argumentação. Necessitava-se, então, “de predicados que já tivemos, e facilmente podemos readquirir, de qualidades que se formam com algum esforço de compreensão e um pouco de boa vontade”: trabalhar tenazmente, viver com a coragem de sujeitos dignos, respeitar as leis e as autoridades, eleger representantes que inspirem autoridade junto ao povo, criar disciplina e coesão, findar ambições criminosas e corruptas, além de enaltecer o patriotismo. Assim, Pedro Lessa apresentava-se como um “moralista reformador” em sentido ético-político. De acordo com as suas palavras:

Refletindo-se, vê-se bem claramente que o remédio para os nossos males está na observância dos preceitos rudimentares da Moral, que, desde os tempos mais remotos até hoje, tem sido aconselhado pelos sacerdotes, pelos apóstolos, pelos educadores, pelos filósofos e pelos estadistas. Não é necessário fazer nenhum milagre, nem revelar nenhum heroísmo raro, nem descobrir nenhuma original solução, nem empreender nenhuma ação extraordinária.¹²²⁰

De todo modo, a história tornava-se uma espécie de profilaxia social. Em situações como as enfrentadas pelo Ocidente no período em torno da Grande Guerra, em que os sonhos da modernidade se desvaneciam sob balas e sob canhões, e instaurava-se um clima de imobilidade, era a história, como processo e como conhecimento, que habilitava os agentes sociais a se reorientarem no tempo. “Em períodos como este, que ora atravessamos, mais claramente se patenteia a incontestável utilidade do conhecimento exato do passado”.¹²²¹ De todo modo, o que ficava era o seguinte: o conhecimento metódico e cognitivamente orientado do processo histórico, a “Historiografia”, servia à vida. Por isso a obra de Varnhagen era considerada importante para aquele contexto, assegurava o jurista mineiro. Não apenas por sugerir uma narrativa e uma interpretação para a história brasileira, mas por instaurar uma **ética historiográfica**, isto é, uma maneira exemplar de conceber e de praticar a história. Por isso o Visconde de Porto Seguro foi o **iniciador da Historiografia no Brasil**. Considera-se que ele transformava fontes em fatos sob o crivo da verdade. Lessa compreendeu a “Historiografia” como o processo de elaboração do conhecimento histórico do arquivo à narrativa histórica. Em tempos de hesitação do regime de historicidade moderno o saber preciso do passado tornava-se um caminho possível para que os agentes sociais superassem o sentimento de imobilidade.

¹²¹⁹ Ibidem, p. 664.

¹²²⁰ Ibidem, p. 665.

¹²²¹ Ibidem, p. 665.

Lisboa, Varnhagen e o historiador ideal de Pedro Lessa

O que Varnhagen e Lisboa possuíam em comum? Desde muito tempo diversas contendas animaram os intelectuais que buscavam complementar os dois historiadores, em que a qualidade de um absolvía a limitação do outro. Pedro Lessa conseguiu, em suas conferências de 1913 e de 1916, identificar dois “tipos ideais” de se fazer e de se praticar a história que conjugados, sem a necessária justaposição, ofereciam indícios consistentes sobre a figuração do seu historiador ideal para o contexto da Primeira República. Um disciplinado, de Varnhagen, que se orientava através da constituição da prática da “Historiografia”, invenção no Brasil de Porto Seguro que propiciava a normatização das atividades do historiador, e o público, em certa conformidade com os preceitos disciplinares circulantes, por exemplo, no IHGB, mas capaz de subsidiar carências de orientação ético-políticas, como era o caso de Lisboa. Para Fernando Nicolazzi, “(..) cada tipo de história possui suas regras próprias e uma maneira particular pela qual ela deve ser realizada. De igual forma, a expectativa que se pode projetar para determinada história deve levar em consideração a espécie na qual ela se insere”.¹²²²

As duas matrizes, em um movimento de aproximação e de distanciamento, respondiam às exigências de Lessa por um tipo ideal de história na Primeira República. A partir desses dois modelos a figuração do *métier* passava a atender aos seguintes pressupostos epistêmicos: **1)** o historiador almeja a verdade com exatidão e com imparcialidade; **2)** o historiador possui um método (mesmo que advindo do saber-fazer); **3)** o historiador trabalha com um *corpus* de fontes, instaurando, então, um arquivo; **4)** o historiador deve possuir um estilo narrativo claro e, via de regra, descritivo (observacional, diria Lessa), pois fala para diversificados públicos; **5)** o historiador veta a imaginação e a retórica; **6)** o historiador movimentava modelos teóricos de matriz sociológica (pós-evolucionismo clássico) no processo da síntese; **7)** o historiador necessita ter como referente a pátria e promover a crítica ético-política, suprimindo, então, as carências públicas do presente. A “Historiografia brasileira” na Primeira República apresentava-se, portanto, em movimento a partir da leitura, que se queria complementar, desses dois modelos de história do oitocentos realizada por Pedro Lessa.

A história assim instaurada na Primeira República levava o jurista mineiro a enfrentar o clima de desilusão experienciado por parcela significativa da intelectualidade brasileira da década de 1910. A prática da “Historiografia” poderia ser uma maneira, também, do historiador portar-se politicamente (não partidário), desde que fusionada aos horizontes do historiador

¹²²² NICOLAZZI, Fernando. O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história. *História da historiografia*, n. 13, 2013, p. 73. Disponível em: <https://cutt.ly/bcL6GJn> Acesso: 08 abr. 2021.

público. Toda aquela aparelhagem epistemológica fazia do seu praticante o informante de um conhecimento dito verdadeiro sobre a realidade. Não foram poucos os intelectuais que admitiram que essa disposição historiográfica possuía alto valor patriótico. De posse desse saber podia-se, imparcialmente, realizar crítica social e manifestar-se diante das mazelas sociais públicas. E isso de maneira precisa e distante da ilusão das sínteses destituídas de empiricidade, muitas das quais de cariz autoritário.

Pedro Lessa se portou nessa conferência como historiador, mais do que como juiz. Um historiador que se iniciou lá em 1900 com a monografia *É a história uma ciência?* e que se tornou um assíduo frequentador das reuniões do IHGB, chegando até mesmo a tornar-se o seu vice-presidente. Mas qual o posicionamento ético-político de Pedro Lessa após se armar historiograficamente? Democrático reformador (plano moral em evidência). Pois ele fazia crítica reformista com pretensão de imparcialidade das mazelas sociais e dos descaminhos das instituições localizadas no presente, assim como Lisboa, e procurava ser, em tese, metucioso, objetivo e justo em suas intervenções, como Varnhagen. Em meio àquela atmosfera de imobilidade a crítica às instituições proposta por Lisboa aparecia como uma orientação possível para o exame e para o julgamento das instituições oligárquicas, do atraso social e dos descaminhos do federalismo na República. Tudo isso distante do autoritarismo e dos seus usos políticos do passado, mas por intermédio de um saber que se desejava exato, justo e verdadeiro da história, da forma como foi supostamente elaborado por Varnhagen.

Lessa, expondo o significado da prática da “Historiografia” e admitindo a possibilidade da crítica ao historiador, não impunha nenhuma solução para o momento de crise político-social do Brasil a não ser o conhecimento da história vista em processo de formação, deixando isso ao encargo da sociedade, posto que os princípios éticos, passíveis de reforma, deveriam acompanhar as dinâmicas democráticas.

Capítulo 12 - Entrelaçamentos entre historiografia e história científica. Max Fleiuss leitor de Rómulo Carbia (1925) e de Oliveira Lima (1928)

O Sr. José Veríssimo, que costuma acompanhar com muita perspicácia e fixar com muita finura os cambiantes do pensamento contemporâneo, decerto refletia ao fazer aquela observação, a preferência que muitos recentemente tem ido reconquistando nos espíritos mais cultos a síntese sobre a análise histórica.¹²²³

Rómulo Carbia e o seu modelo de história da historiografia

Em meio ao conjunto de pareceres da Comissão de bibliografia, presidida por Max Fleiuss, publicado no ano de 1925 na Revista do IHGB, destacou-se a abordagem realizada sobre a obra *Historia de la historiografia argentina* (1921), de Rómulo Carbia (1885-1944), catedrático de *Introdução aos estudos históricos argentinos e americanos* da Universidade Nacional de La Plata. Escolher esse livro como objeto de análise, e de divulgação, não era obra do acaso, visto que a categoria historiografia, que nomeava o significado da prática do historiador, começava a circular na comunidade de historiadores brasileiros na República. Quando não categorizada o conteúdo semântico de outras expressões, como estudos históricos, ciência da história ou história científica, substituíam o seu significado. A importância da categoria situa-se no âmbito da legitimação da prática do historiador como uma atividade autônoma e, igualmente, com foros identitários.

Nesse sentido, uma história da historiografia tornava válido, por meio do procedimento de historicização do próprio *métier*, o todo do processo intelectual que derivava no trabalho de escrita da história. Uma história da historiografia, na leitura que Fleiuss fez de Carbia, era uma espécie de acervo disponível ao historiador dos modos de fazer e de se praticar história. Uma ementa virtual que articulava legados e demandas. O primeiro-secretário do IHGB é uma figura esquecida pela história da historiografia brasileira, mesmo com participação destacada junto ao funcionamento do Instituto em uma quadra importante da história brasileira. Lucia Maria Paschoal Guimarães assinala que as principais referências intelectuais de Fleiuss são nacionais: Varnhagen, barão do Rio Branco e Capistrano de Abreu. Porém, havia um autor francês que era apropriado em suas pesquisas, especialmente em *Centenários do Brasil*: o Hippolyte Taine. Para além do famoso sistema teórico que compreendia o universo histórico-social através dos vetores raça, meio e momento, Taine, fonte do cientificismo nacional, superava uma historiográfica acontecimental, avançando em direção a um conhecimento total perpassado por

¹²²³ SOBRINHO, Barbosa Lima. *Oliveira Lima, obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1976. p. 670.

estes três eixos. O que mais importa aqui nesta reflexão relaciona-se com o âmbito prescritivo da pesquisa histórica possivelmente apropriado pelo intelectual brasileiro. O intelectual francês elaborou um método histórico disposto desta forma: 1) análise (pesquisa e isolamento dos fatos); 2) classificação dos fatos de acordo com classes (política, religião, arte filosofia); 3) definição dos fatos, sob a forma de uma frase resumida, síntese das operações realizadas; 4) estudo das dependências entre diferentes definições, para verificar se há a formação de um sistema da história. Essas operações epistemológicas não tinham outro objetivo que não fosse o de transformar a história em uma ciência legítima e autorizada para aquele momento.¹²²⁴

Nos anos de 1920 não foram poucas as vezes que Max Fleiuss se aventurou como crítico historiográfico sob a forma de pareceres ou de conferências. Acreditamos que nesse contexto, após processos particulares de apropriação, a produção intelectual-disciplinar de Fleiuss ainda seja devedora do método da ciência da história de Hippolyte Taine – mais das suas disposições práticas de pesquisa e menos do seu registro teórico determinista. Era essa noção de ciência da história que oportunizava ao primeiro-secretário a tradução para o contexto epistêmico-historiográfico brasileiro o significado da categoria historiografia operado por Rómulo Carbia, apresentada, igualmente, como o horizonte teórico para conceber a prática historiográfica de Manuel de Oliveira Lima como exemplar. Oliveira Lima atravessou, à sua maneira, as quatro fases da operação historiográfica prescritas por Taine para a realização em *ciência da história*.

Dito isso, vemos que Carbia, propenso aos estudos teóricos durante a sua carreira como historiador e como professor de história, estava, para Fleiuss, praticando uma nova forma de história, a história da historiografia, tornando evidente “um esforço pujante da sua aplicação à matéria e profundidade de conhecimentos na especialidade a que se dedicou”.¹²²⁵ A história da historiografia de Rómulo Carbia, para além do estoque historiográfico que agencia, era um modo de desnaturalização da atividade do historiador através da objetividade científica, isto é, por meio do crivo da validação epistêmica. Fleiuss diz que essa modalidade analítica se parece com um “cálculo de resistência dos materiais, próprio das engenharias”. Assim, a metáfora epistêmica da engenharia era mobilizada para se referir ao ofício do historiador, que para

¹²²⁴ GUIMARÃES, *Da Escola Palatina...* op. cit., p. 68. Lucia Guimarães argumenta o seguinte sobre a disposição historiografia de Max Fleiuss: “A preocupação com o rigor científico, bem como a utilização do método classificatório contribuíram, ainda, para que Fleiuss aprofundasse suas análises sobre determinadas classes de fatos na época marginalizados pelo paradigma tradicional (...) periféricos aos interesses verdadeiros do historiador”. Idem, p. 70.

¹²²⁵ FLEIUSS, Max. Parecer da Comissão de Bibliografia sobre a obra *Historia de la historiografia argentina*, de Rómulo Carbia. *RIHGB*, tomo 97, parte I, 1925, p. 321.

Fleius e Carbia tinha o sentido de historiografia.¹²²⁶ A história da historiografia era, em Carbia, uma história de fato, respeitando todo o arco de alcance da categoria historiografia enquanto prática. Ademais, essa modalidade de estudo apresentava-se como uma propedêutica vigilante para toda e qualquer história. Era um passo cognitivo diante de outros trabalhos, chamados de crítica historiográfica, presentes no Brasil, por exemplo, através de Cairu¹²²⁷, de Capistrano de Abreu¹²²⁸, de João Ribeiro, de Pedro Lessa¹²²⁹ ou de Tristão de Athayde.

O processo de historicização das práticas do historiador realizado por Rômulo Carbia era relativamente restritivo e disciplinador, abrangendo as suas formas de operacionalização como produto intelectual que se enquadrava sob o selo de historiografia. Vejamos o parecer: “Estranha o autor não hajam os que, na maior parte, se tem aventurado as explicações de temas históricos, desde logo percebido que nem todos os depoimentos em apoio das construções históricas merecem o mesmo grão de fé”.¹²³⁰ Assim, a prática da historiografia estava distante do “baralhar” de citações eruditas sem o critério que invocava um necessário valor diferencial. A leitura que Fleius fazia da categoria historiografia operada por Carbia era atravessada pela ideia da história como (re)construção, que implicava todo um processo de análise que sinalizava para as operações de conhecimento que estavam por trás do trabalho de escrita da história. A metáfora da construção foi muito acionada no IHGB republicano por seus “obreiros”.

Porém, o que se vê contemporaneamente é o uso da *retórica da lógica* na transformação dos materiais primários em direção a “uma obra de descurada reconstrução do passado nacional, engalanando-se eruditamente de preceitos e legendas e definindo-as sob a aparente figura de uma pirâmide arquitetural”.¹²³¹ Esse tipo de história não atravessava o momento do arquivo, na fase explicativa excedia na teorização e apresentava uma narrativa que invocava não o trabalho árduo da construção, mas o *design* da arquitetura, isto é, uma história mais preocupada com a forma conceitual generalizadora. Para Fleius, Carbia considera que esse

¹²²⁶ A metáfora da construção é mobilizada pelos sócios do IHGB, especialmente por Capistrano de Abreu. Cf. HRUBY, *Obreiros diligentes...* op. cit., 2007. Cf. GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *Revista de História* (São Paulo), vol. 24, pp. 159-185, 2005. Disponível em: <https://cutt.ly/fv354yq> Acesso: 08 abr. 2021.

¹²²⁷ Cf. ARAUJO, Valdei Lopes de. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830). In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (et. al). *Estudos...* op. cit., 2011.

¹²²⁸ Cf. PEREIRA; SANTOS; NICODEMO, *Uma introdução...* op. cit., 2018.

¹²²⁹ Cf. DETONI, Piero di Cristo Carvalho. *A síntese como desafio historiográfico na Primeira República*. Pequenos estudos de caso. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6124> Acesso: 04 dez. 2020.

¹²³⁰ FLEIUSS, Parecer... op. cit., p. 321.

¹²³¹ Idem, p. 321.

(...) novo gênero de Historiografia, fruto do improviso juvenil ou da preocupação de celebridade literária, é que, segundo o erudito mestre platino, se tem difundido errôneos conceitos e falsos lances de vista sobre o passado nacional da grande República do Prata, desde a conquista até Caseros.¹²³²

Essa prática intelectual, que para Rómulo Carbia distancia-se dos preceitos da historiografia, se compara com o “arbusto à flor da terra”, em que se observa a frase rotunda, o adjetivo lapidar e a facilidade em atinar.

Carbia queria habilitar a historiografia como uma forma metódica de revisão de valores no tempo. Quer dizer: a prática do historiador não deixava de ter uma função pública. Está em tempo, conforme nos informa Fleiuss, que escreve esse parece com os olhos voltados para o caso brasileiro, de reagir contra os processos da “historiografia superficial” e considerada efêmera, que muitos têm chamado de “interpretação sociológica”, capaz de distorcer, até mesmo com levandades, os estudos sobre o passado. O primeiro-secretário do IHGB evidenciou os procedimentos que Carbia se valeu para chegar a esse tipo de conclusão: “o autor não se pontifica de iconoclasta, nem faz postulado das quantidades negativas. Mede, pesa, analisa, isso sim, com critério clínico; e, si alguma vez amputa, faz sempre como os cirurgiões praticam: para salvar o que ainda tem direito a vida”.¹²³³ Nessa direção, Fleiuss concedeu à Carbia o posto de escritor da primeira história da historiografia moderna na região do Prata, modelo de abordagem historiográfica que ainda não se fazia presente no Brasil de modo pleno. O que chamou a sua atenção e dos contemporâneos de Carbia foi o senso de objetividade, a extensão dos conteúdos e a sistematicidade apreendidas naquela obra considerada inaugural.

Carbia era um leitor do historiador italiano Benedetto Croce (1866-1952). Isso fez com que a sua concepção de historiografia respeitasse o critério do “conceito puro de história”, que deseja investigar a consciência humana através de processos psíquicos com consequências lógicas. Ademais, o estudioso argentino também se apropriou da “história idealmente contemporânea”,¹²³⁴ quer dizer, aquela que sentencia que toda história é uma história do presente, o que possibilita a revivência presentificada do passado junto ao espírito do

¹²³² Ibidem, p. 321.

¹²³³ Ibidem, p. 322.

¹²³⁴ MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *Toda verdadeira história é histórica contemporânea: a historiografia como passado-presente na obra de Benedetto Croce*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UNICAMP, 1999. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/282018> Acesso: 04 dez. 2020. Raimundo Moreira nos empresta a definição de história contemporânea em Croce: “(...) a contemporaneidade do conhecimento histórico não seria característica de uma classe de histórias (como se considerava na classificação empírica), mas traço intrínseco de toda a historiografia. A partir desse prisma, Croce pontuou que se tornava necessário pensar a relação entre a história e a vida sob um vínculo de *unidade* – aqui aplicada no sentido croceano de *unità sintetica*, implicando tanto a sua unidade quanto a sua distinção”. MOREIRA, *Toda...* op. cit., p. 124.

historiador. Mas a manifestação integral das épocas passadas, em seus resquícios e vestígios, estava no âmbito da especulação logicista, elaborada pela “historiografia superficial” corrente, isto é, a “história sociológica”. Contudo, a verdadeira historiografia revive o passado “dentro do relativo domínio das coisas humanas” de modo dinâmico.¹²³⁵ Por isso a reconstrução, única e exclusivamente, por meio de uma disposição lógica não podia ser considerada história. Era preciso congregiar, agrupar e ligar fatores filosóficos e históricos junto ao passado materializado por meio de vestígios por via da recomposição erudita, que tornava vivo esse conjunto de indícios até então inertes. O objeto geral da história era a apreensão do espírito, tarefa encampada pela historiografia: a consciência humana, a qual se apresentava por meio de três fases (sensorial, consciência e revivência). A síntese delas era o espírito, porém este era móvel.

Historiografia *versus* história sociológica: a epistemologia da história de Carbia

Da proposta teórica de Croce apropriada por Carbia derivava toda uma forma específica de se conceber a historiografia. Desse modo, o processo do conhecimento histórico, a historiografia, de uma época passa por três períodos distintos, que se correlacionavam com três estados distintos do espírito. O primeiro era o “sensorial”: era a disposição “heurística” ou montagem do “espólio”, que se assemelhava com o processo intelectual humano de percepção sucessiva das “sensações”. O segundo era o perceptivo: que não dependia apenas da soma dos dados sensoriais, mas da coordenação dos estados de consciência conforme a hermenêutica acionada, da forma como queriam Ernst Bernheim (1850-1942), Charles Langlois & Charles Seignobos e Amedeo Crivellucci (1850-1914). O terceiro período funcional do saber histórico através do espírito, alinhavado pela prática da historiografia, era aquele que tratava de reviver o passado, de dar vida ao passado, de modo a “mover e dinamizar esse conjunto, - harmônico e lógico por si mesmo, mas, apesar de tudo, inanimado”.¹²³⁶ Esse registro só seria possível através da sensibilidade do historiador com o seu presente. Ele depreendia os fatos de modo relacional, formando a chamada série de sucessão, apontando as causas e os efeitos, descobrindo a fisionomia do espírito em sua abordagem e visão sobre o passado. A partir de todos esses procedimentos, uma verdadeira operação historiográfica, a “visão do histórico” revelava, pois, o seu cunho artístico. Epistemologicamente significava, no limite, os momentos, não necessariamente justapostos, da heurística, da crítica e da interpretação.¹²³⁷

¹²³⁵ FLEIUSS, Parecer... op. cit., p. 323.

¹²³⁶ Idem, p. 324.

¹²³⁷ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UNB, 2010. É necessário, para que compreendamos o significado epistêmico da história de Carbia, assimilarmos o significado de metodologia na pesquisa historiográfica: “Trata-se da tessitura das diretrizes que conduzem o

A produção histórico-sociológica argentina, e as suas narrativas ensaísticas deturpadas, ultrapassava o segundo tempo deste processo descrito acima, o momento próprio da reconstrução, sendo, então, a sua limitação; não se modulando como verdadeiras obras de historiografia. Os historiadores-sociólogos, na leitura que Max Fleiuss fez de Carbia, ao se rebelarem contra as regras metódicas inscritas nas formas de conhecer a história saltavam do tempo das imprecisas sensações (heurística periférica e rápidas) para as camadas da generalização sintética (interpretação). De forma tal que Carbia assinalou um duplo erro na epistemologia da história sociológica argentina: 1) em passar do vago sensorial ao expoente dinâmico (ou da heurística à generalização); 2) em atribuir o máximo de autoridade aos clássicos da historiografia, sendo que tais autores não eram tão confiáveis quanto pareciam desde que vistos pelo crivo da historiografia.

Rómulo Carbia considerava que a historiografia dependia do trabalho dos “ecólogos”, ou seja, os pacientes e laboriosos reconstrutores do passado nacional, os quais, na sua pitoresca expressão, serviam como andaimes para as mais arrojadas obras e para os mais “portentosos edifícios da ciência de Clio”. Após esse elogio aos “obreiros” de Clio, Rómulo Carbia elaborou três argumentos contrários à história sociológica argentina: 1) essa produção intelectual carecia de significado sério em sua elaboração epistêmica, oportunizando tão somente “tremulas visões caprichosas e fantásticas”; 2) as “obras-primas” da historiografia não subsidiavam elementos cabais para a realização das generalizações; 3) o que se necessitava, para aquele contexto epistêmico-historigráfico, eram os dois primeiros tempos do processo do conhecimento histórico. Em suma, a historiografia era uma forma de identificar, e de legitimar, o trabalho do historiador do arquivo à escrita. Era uma forma de defesa ante a sociologia, principalmente aquela que submetia a história como a sua disciplina subsidiária. Era um ataque às formas de sínteses que hierarquizavam história e sociologia, em que a primeira se apresentava como a responsável pela empiria e a segunda pela generalização. O que se evidenciava nesse processo era, ainda, o pouco embasamento empírico das sínteses histórico-sociológicas, na medida em que não se valiam do trabalho heurístico-sensorial propriamente dito, mas fita-se no terceiro estágio do processo de construção do saber histórico, a narrativa.

Realizar uma história da historiografia, legitimando essa prática, era uma maneira da história tornar-se, e apresentar-se, autônoma. Ela mesma podia realizar a síntese, desde que passando pelos três momentos que estruturavam o processo do conhecimento histórico. Faltava,

pensamento histórico à pesquisa empírica, à reflexão sobre os pontos de partida e à teorização, conferindo-lhe a dinâmica do progresso cognitivo, da ampliação das perspectivas e do reforço de identidade”. RÜSEN, *Razão...* op. cit., p. 101.

no entanto, aos historiadores-sociólogos fazer a crítica dos estados de consciência com suportes teóricos apropriados. Somente após esse movimento, que implicava uma radical historicização e reconstrução da consciência humana, se podia articular generalizações. Assim sendo, vemos a história da historiografia de Carbia projetando o seu “olhar vigilante”¹²³⁸ sobre as obras de história que não movimentavam o conteúdo da categoria historiografia por ela engendrada. Esse movimento configurava-se como uma clara disputa epistemológica. Não é um exagero, pois, dizer que a resposta daquela história sociológica argentina era que os historiadores *stricto sensu* nacionais ainda estavam situados nos horizontes heurístico-sensorial.

Para Carbia, na leitura de Max Fleiuss, que como dissemos estava enraizada em problemas que eram brasileiros, o momento atual devia ser o dos “ecólogos” e dos “datólogos”. Isso em razão de não se acharem ainda devidamente reunidos os elementos sensoriais do passado (via heurística), parecendo razoável que não se pudesse pretender a interpretação filosófica (ou sociológica). Por exemplo: a historiografia do período colonial argentino estava, assegurava Carbia, alinhavada, através de bases escassas e pouco confiáveis, bem como por elementos parciais de informação. “E para não cair no absurdo da intuição empírica de Kant, não se deve, portanto, filosofar com tal fundamento para não edificar na areia”.¹²³⁹

A obra de Rómulo Carbia se estruturava epistemologicamente através de quatro arquétipos, ou escolas, de historiadores: provincialistas, positivistas, românticos e os idealistas da nova escola histórica. O critério era o seguinte: os historiadores que por suas obras, volumosas ou modestas, integrais ou fragmentárias, movimentavam um estilo historiográfico até então incomum, ou que levavam aos seus leitores a sensação de uma “nova visão de história”. Esses dois critérios eram balizados pela prática da historiografia em seu funcionamento pleno. Esse registro fez Carbia considerar certas obras carentes de significação, enquanto que outras, até então direcionadas para outros fins, passavam a ter valoração historiográfica. É importante lembrar que os procedimentos que amparavam a obra do estudioso argentino conformavam uma **memória disciplinar**, estabelecendo, então, o panteão dos clássicos da historiografia.¹²⁴⁰ A abordagem de Carbia excluía uma rica produção histórica pelo fato de não se enquadrar na categoria historiografia. Ou ainda: compreendia-se que as obras de história estavam em um nível evolutivo que tinha como ponto de chegada a realização máxima da historiografia. E, por fim, apresentava-se como empreendimento político-epistêmico em que se diferenciava a atividade do historiador das ações de outros agentes intelectuais também

¹²³⁸ HARTOG, *Evidência...* op. cit., 2011.

¹²³⁹ FLEIUSS, *Parecer...* op. cit., p. 325.

¹²⁴⁰ GUIMARÃES, *Historiografia e cultura histórica...* op. cit., 2005.

preocupados com o passado. A historiografia empreendia uma política disciplinar que visava proteger o campo das apropriações de outras disciplinas, ao mesmo tempo em que empoderava a história identitariamente, podendo, então, ela se socorrer de recursos próprios das demais disciplinas que se ocupam com a ação social no tempo. A historiografia era uma prática que indicava a especialização da história, o que não significava que ela se abstinisse de trocas interdisciplinares. A historiografia era uma maneira, em um contexto de poligrafia, dos intelectuais que se arrogavam como historiadores fossem reconhecidos como tais pelo público em geral. O historiador passava a praticar uma *expertise* e tornava-se um perito.

Assim Max Fleiuss leu a historiografia argentina amparado nos escritos de Carbia. Cabe ao leitor se atentar para as categorias mobilizadas por Fleiuss para a designação do tipo de história que se pratica. 1) os primeiros: “glosadores” da crônica jesuítica; 2) cronistas menores; 3) historiadores filosóficos; 4) ensaísta da filosofia da história, sendo precursor Alejandro Magariños Cervantes (1825-1893); 5) “guizotianos”, cujo pioneiro foi José Manuel Estrada (1842-1894); 6) “guizotianos” filosóficos; 7) “guizotianos” eruditos; 8) românticos, notabilizando-se Vicente Fidel López (1815-1903); 8) escola erudita crítica, cujo nome mais representativo é o de Bartolomé Mitre (1821-1906). Eduardo Madero (1833-1894) destaca-se no aperfeiçoamento do método historiográfico erudito e crítico; 9) nova escola histórica, com destaque para Paul Groussac (1848-1929). É perceptível que a obra de Carbia tinha um destino manifesto, qual seja, o aperfeiçoamento do regime historiográfico metódico indutor da síntese. Digo mais: essas categorizações de sentido movidas para designar a prática historiográfica na argentina indicavam, a partir da leitura de Max Fleiuss, aquele movimento próprio da historiografia moderna, da forma como queria o historiador italiano Arnaldo Momigliano, em progressão, qual seja, o câmbio entre procedimentos empíricos-metódicos, herança antiquária, e os quadro explicativos, inspirados inicialmente pelas filosofias da história. Procedimento esse que resultava na síntese. Percebe-se que havia um melhoramento do regime historiográfico metódico época após época – esteio para a emergência da prática da historiografia. Através de heranças residuais e de atualizações se elaborava essa forma específica de operar o conhecimento histórico. O que se verificava era um processo de atualização das escolas históricas cujo eixo se localizava nas formas possíveis da história passar do arquivo para as generalizações. Esse processo era possível através das mutações da categoria historiografia no tempo. Podemos dizer, portanto, que era um processo de atualização do rigor da análise historiográfica o que se verifica na obra de Rómulo Carbia.

O ensaio enquanto modelo narrativo da prática da historiografia

Um passo decisivo para a prática da historiografia na Argentina foi a obra de Mitre. Considerado por Carbia e Fleiuss como um “erudito crítico”. Vejamos o seu procedimento de análise: a *História de Belgrano y de la independencia argentina* se performava a partir de um sólido conhecimento bibliográfico e o seu autor se valeu fartamente das ferramentas que dispunha, tornando complexas as situações históricas que analisou. Os “historiógrafos” anteriores à Mitre, e isso é uma *memória disciplinar* que perdurou em grande parte do século XX, valeram-se dos cronistas como principal fonte de análise, incorporando em suas obras todos os seus desvios informacionais. O erudito argentino promoveu a crítica de procedência quanto aos relatos dos cronistas, abandonando-os enquanto fonte principal na prática da historiografia. O historiador argentino procurava, dessa forma, investigar a verdade nos documentos originais, quase todos inéditos. Essa declaração era, como se deixava ver, a primeira reação “ao absurdo em voga” que atribuía infalibilidade a toda e qualquer fonte escrita. Em seguida, Mitre submeteu a bibliografia que se ocupou com a história americana à crítica, classificando-a como “precipitada”; tratando de opor o que estava disponível ante os frutos da sua pesquisa original junto às fontes inéditas. Assim, a “correção, a harmonia, o significado, o movimento e até o colorido dos feitos históricos devem fluir direta e exclusivamente na construção erudita, servida pelos documentos inéditos, pela bibliografia depurada pelo crisol da crítica e pelos elementos testemunhais da tradição”.¹²⁴¹ O caso de Mitre, e de seus seguidores, como Eduardo Madero, era uma forma de compreendermos o processo contínuo de atualização que a historiografia passou até chegar a sua, em tese, forma plena no século XX.¹²⁴²

Com relação aos chamados “heurísticos”, os pacientes “obreiros”, que constituíam uma tradição erudita por mobilizarem radicalmente o regime historiográfico metódico, exibiam-se as suas importantes pesquisas nos arquivos. De todo modo, Carbia não os inseriu nos horizontes do “processo genético central” da historiografia platina, visto que as suas contribuições para a sua constituição se localizava no plano da assessoria. De um lado podia se encontrar os “simples papelistas”, porém, de outro, havia “meritórios aficionados”. Rómulo Carbia ainda elencou uma série de estudiosos que se valeram de fontes diretas, mas sem um especial propósito crítico, tais como Manuel Ricardo Trelles (1821-1893), Vicente Quesada (1830-1913) e Angel Justiniano

¹²⁴¹ FLEIUSS, Parecer... op. cit., p. 327.

¹²⁴² O historiador argentino Fernando Devoto é bastante claro quanto aos processos cognitivo-historiográficos acionados por Mitre. “O ponto de partida de uma historiografia moderna na Argentina, se nos ativermos a dar relevância à nova combinação entre erudição, método filológico-crítico e esquemas gerais, que se costuma admitir como ponto de partida para a operação histórica, encontra-se na *Historia de Belgrano* de Bartolomé Mitre, de 1857”. DEVOTO, Fernando. A história e as ciências sociais na profissionalização da historiografia argentina”. *Tempo social* - Revista de Sociologia da USP, v. 21, n. 2, 2009, p. 110. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a06.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

Carranza (1834-1899). Também foram abordados os “datistas”, representados por José Joaquín de Araujo (1762-1835), Saturnino Segurola (1776-1854), frei Juan Alegre, José Antonio Pillado (1845-1915) e Adolfo P. Carranza (1857-1914). Havia os “monografistas”: Andrés Lamas (1817-1891), Juan María Gutiérrez (1808-1878) e Manoel Mantilha, dentre outros. *La chasse aux documents*, da forma como Louis Halphen (1880-1950) a pensou, exerceu o maior impacto estrutural junto aos eruditos metódicos argentinos.

De acordo com Rómulo Carbia, em sua *História da historiografia argentina*, eram chamados de “heurísticos” todo e qualquer investigador das coisas do passado que de preferência congregava os materiais para as construções historiográficas.¹²⁴³ Tendo em vista que a heurística, segundo o cânone metodológico em voga, apresenta-se como a disciplina que desenvolvia o estudo metódico sobre os documentos, ministrando o conhecimento das fontes da história. Alguns deles, argumenta Fleiuss, se arrogavam datólogos ou ecólogos. Parte da obra de Madero, por exemplo, era um protótipo mais perfeito dessas prescrições. Caracteriza-os “a ausência de finalidade transcendental e, pode-se dizer, de credo historiográfico”.¹²⁴⁴

Max Fleiuss destacou que a cronística, para Carbia, performava como um gênero historiográfico específico. Mais: o estudioso argentino faz a diferenciação entre “cronista” e “historiografo”. No entanto, até aquele dado momento, Carbia avaliou não existir no país uma crônica geral que pudesse apresentar de modo harmônico e lógico os aspectos do passado nacional argentino não compreendidos a partir do fenômeno político. Percebe-se que a noção de crônica, ao menos entre os intelectuais argentinos, parece possuir uma maior abrangência de significação ante aquela vista na tradição historiográfica brasileira.

Era preciso, agora, colocar luz alta sobre a *escola historiográfica dos ensaístas*, supostamente inaugurada por José Manuel Estrada (1842-1894). Como se sabe o gênero ensaio tem larga sobrevivência no interior da cultura intelectual latino-americana. Carbia conceitua ensaio histórico: “todo o trabalho historiográfico em que o Autor cuida de aparelhar elementos eruditos no sentido de uma demonstração particularizada ou no de uma exibição de um determinado sucesso do passado”.¹²⁴⁵ Os ensaístas se destacaram dos monografistas, que expunham apenas os resultados das suas pesquisas, dado que comparavam, explicavam e filosofavam. Neste exato ponto estava o elemento de discórdia. Isso em razão de existir dois tipos específicos de ensaístas. Primeiro: “os que partindo da tendência de escrever a História

¹²⁴³ Uma parcela significativa dos sócios do IHGB também trabalhava metodicamente com vistas às interpretações históricas futuras. No Brasil os heurísticos eram, em uma comparação imperfeita, os “obreiros”. Cf. HRUBY, *Obreiros diligentes...* op. cit., 2007.

¹²⁴⁴ FLEIUSS, Parecer... op. cit., p. 328.

¹²⁴⁵ Idem, p. 329.

como filósofo, ingressam facilmente pela sociologia”. Segundo: “aqueles com a mesma tendência ao partir, caminham para a ordenação genética dos fatos, seguindo a linha das suas causas geratrizes”.¹²⁴⁶ Os primeiros eram chamados de *sociólogos declamadores*, que Emílio Ravnani (1886-1954) indicou praticar o “sofisma da generalização”; enquanto que os segundos eram os eruditos, que orientavam as suas pesquisas pela “retilínea do espírito”. Não era por acaso o modo de exposição do parecer de Fleiuss. A sua posição como sujeito cognoscente estava presente em sua leitura, a qual não deixava de se ancorar na experiência historiográfica brasileira. Esse dilema entre *ensaístas declamadores* e *ensaístas eruditos* era um dos problemas historiográficos mais acusados no ambiente intelectual da Primeira República. Essa discórdia abordada por Carbia, e que era sublinhada por Fleiuss nesta peça discursiva, era a própria *querela da síntese* verificada no Brasil, em que a sociologia e a história disputavam o posto de quem efetuaría o balanço das experiências humanas de modo disciplinar. Interessante assinalar que esse problema era, como percebido, transnacional, pois foi verificado em ambos os lados do Atlântico. É importante assinalar que o ensaio era uma forma narrativa, sinteticamente generalizada, de um procedimento mais abrangente chamado historiografia. Dito de outro modo: quem praticava historiografia podia escrever ensaio de interpretação histórica. O que era o recomendado ante os chamados ensaístas meramente declamadores.

De qualquer modo, estudando os verdadeiros historiadores-sociólogos, e toda uma valiosa produção historiográfica, de Sarmiento (1811-1888), passando por Alberdi (1810-1884), até chegar a Ingenieros (1877-1925) e Levene (1885-1959), se localiza interpretações possíveis sobre os problemas da escravidão nas Américas, a chamada “legenda negra”, bem como a denominada “legenda vermelha” própria da política dos *criollos*, culminando com a ditadura. O que Carbia estava assinalando, com o auxílio interpretativo de Fleiuss, é que o ensaísmo, e consequentemente a historiografia, tinha a capacidade de colocar em evidência questões de ordem, e de interesse, pública. Essa modalidade historiográfica estava preocupada com os aspectos formativos da nação, revelando os males de origem que afetavam a região platina. Em suma, o ensaísmo possuía um valor pragmático de organização do tempo.

Era possível classificar parte dos ensaios como “cientificistas”, ou seja, ensaios psiquiátricos e psicológicos que eram subsidiados pelo recurso da medicina geral ou da psiquiatria, cuja matriz advinha da escola neurológica francesa. Seu maior tradutor na Argentina

¹²⁴⁶ Ibidem, p. 329. Esses ensaios validados pela história de Carbia podem ser compreendidos por meio desta teorização de Fernando Nicolazzi, intérprete do ensaísmo no Brasil: “(...) correlato ao predomínio da síntese, nos ensaios é perceptível o deslocamento da erudição crítica justamente em proveito da interpretação sintetizadora”. NICOLAZZI, Raíces... op. cit., p. 91.

foi José Maria Ramos Mejía (1849-1914). Entre os científicistas encontramos aqueles que, para Carbia, aplicam os caracteres da interpretação psicológica aos fenômenos sociais, como Lucas Ayarragaray (1861-1944) e Carlos Octavio Bunge (1875-1918) (racismo científico).

Max Fleiuss sublinha os “ensaístas genéticos”, que movem uma operação de pensamento que visa “(...) fundamentalmente em desentranhar não a contextura anatômica ou melhor, dir-se-á, a ossatura dos acontecimentos, mas, sim, a fisiologia normal, isto é, não perseguem propriamente a verificação das causas, mas a própria causa, como uma espécie de fisiólogos sociais”.¹²⁴⁷ Os expoentes desse tipo de ensaio são Juan Ignacio de Gorriti (1776-1842) e Esteban Echeverría (1805-1851). Nenhum deles era um historiógrafo *stricto sensu*, mas a ambos coubera a ambição de revelar um sentido explicativo para fisionomia característica do passado argentino e latino-americano. Gorriti, por exemplo, em *Reflexiones sobre las causas morales de las convulsiones interiores de los nuevos Estados americanos* encarou um conjunto amplo de fenômenos americanos “sem descer aos detalhes de suas particularidades”, sendo o primeiro a desvendar a “visão histórica” da América vinte anos após a emancipação dos espanhóis”. O que ficou de lição do ensaio de Gorriti foi a vista de conjunto, o olhar sinóptico, que revelava o essencial da experiência histórica. Um passo decisivo para as sínteses. O apogeu do ensaio histórico argentino, já se valendo dos aportes teórico-científicos das ciências sociais, ocorreu através das obras, por exemplo, de Ernesto Quesada e Juan Téran (1880-1938).

Por fim, havia uma ensaística que se devia evitar, que era justamente aquela que não se orientava pelos preceitos da historiografia enquanto prática. Eram obras de história sociológica que não respeitavam as fases necessárias para a execução e para a operação do conhecimento histórico. Eram os “expositores de teses”, os “simples literatos”, os “reivindicadores”, os “coordenadores de fatos” e os “divagadores sem objetivo sério”. Essa constatação assinala que não se devia banalizar, de forma alguma, a operação de síntese.

Após finalizar o seu parecer sobre a obra de Rómulo Carbia, que se mostra não apenas descritivo mas propositivo, o primeiro-secretário do IHGB, Max Fleiuss, acredita encontrar no “espírito do leitor brasileiro” a seguinte questão: por qual motivo não se propõe uma iniciativa parelha, inclusive com subsídios oficiais, no Brasil? Não faltava boa vontade, não faltavam materiais e não faltavam intelectuais para a execução desse projeto, dentre eles Ramiz Galvão, Oliveira Lima, Afonso Celso, Capistrano de Abreu, Manuel Cícero, Afonso Taunay, Basílio de Magalhães, Rodolfo Garcia, João Ribeiro, Clóvis Bevilacqua, Oliveira Vianna. Eram estudiosos, acrescenta Fleiuss, cuja profunda erudição e apuro analítico sobre a matéria os lançavam como

¹²⁴⁷ FLEIUSS, Parecer... op. cit., p. 330.

os mais recomendados para operar com bom êxito essa “benemerita e patriótica” obra, tomando como exemplo a própria *História da historiografia argentina* de Carbia.

Fleiuuss sugeriu que o ambiente historiográfico brasileiro era carente desse tipo de abordagem histórica. E fazer história da historiografia era praticar historiografia. O parecerista esperava que a iniciativa de Carbia reverberasse entre os historiadores e os intelectuais brasileiros. Esse tipo de produção era o passo decisivo para a fixação definitiva dos fragmentos esparsos da crítica historiográfica local desde muito tempo desejosa de um sintetizador vigoroso, a exemplo de Carbia, que “valha para a Historiografia da nossa pátria o mesmo que Varnhagen foi para a sua história científica.”¹²⁴⁸

Oliveira Lima: patrimônio historiográfico brasileiro

Max Fleiuuss foi o responsável por proferir uma conferência, que serviu como um *necrológico*, em memória de Manuel de Oliveira Lima, intelectual da mais alta envergadura no contexto da Primeira República, principalmente como diplomata e como historiador, falecido em 1928. Para o primeiro-secretário do IHGB a conferência em homenagem ao historiador pernambucano é “um preto merecidíssimo”. Fleiuuss se valeu da sua crítica historiográfica, da mesma forma como fez na análise da obra de Carbia, para reconstruir todo um registro epistêmico partindo de casos específicos. Outra estratégia de Fleiuuss foi buscar os vários contextos das obras em exame. As virtudes de Oliveira Lima como historiador foram ressaltadas por Fleiuuss tendo em vista a ambiência historiográfica das primeiras décadas republicanas. O estudioso carioca era um “pensador da história”,¹²⁴⁹ ou como dito antes: um crítico da historiografia. Categoria que ele conhecia bem, dado que era leitor de Rómulo Carbia. Então compreendemos, em um primeiro movimento, o processo de contextualização da obra Lima com o objetivo manifesto de colhermos vestígios possíveis acerca da figuração ideal do historiador no alvorecer republicano. Em um segundo movimento cruzamos a leitura que Fleiuuss faz da obra de Lima com as preocupações historiográficas de Carbia. Ao que parece o diplomata-historiador é quem melhor pratica historiografia naquela conjuntura.

A importância de Oliveira Lima, símbolo intelectual de uma época, é registrada por Max Fleiuuss: “Se bastam alguns pró-homens para fazer a fortuna moral de uma nação, o falecimento de Oliveira Lima representa, de certo, para o Brasil culto, avultada e irreparável perda patrimonial”.¹²⁵⁰ O primeiro-secretário constrói um lugar social para o estudioso

¹²⁴⁸ Idem, p. 333.

¹²⁴⁹ Sobre a ideia de “pensador da história” cf. GONTIJO, Manoel Bomfim... op. cit., 2003.

¹²⁵⁰ FLEIUSS, Max. Conferência – Oliveira Lima. *RIHGB*, tomo 104, parte II, 1928, p. 822.

pernambucano. Falar em termos de patrimônio significava que Lima representava, no caso da história, toda uma forma de fazer, de praticar, de narrar e de divulgar o conhecimento historiográfico. O que Fleiuss estava tentando dizer era que Oliveira Lima era um homem-síntese da experiência historiografia das primeiras décadas republicanas.¹²⁵¹ Ele era, ademais, um patriota – condição necessária para a figuração do historiador naquela quadra temporal. Ou seja, o autor em questão reunia todas as virtudes que subsidiavam o contexto epistêmico-político-historiográfico da Primeira República. Mas Lima consegue extrapolar esse âmbito descrito acima, dado que ele é mais do que um simples historiador e ministro plenipotenciário, mas um verdadeiro “embaixador da intelectualidade brasileira no Velho e no Novo Mundo”.¹²⁵²

Para Max Fleiuss, o historiador de *Dom João VI no Brasil* foi o último sobrevivente da grande tríade dos maiores historiadores brasileiros, juntamente com Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, todos eles sócios do Instituto Histórico. Esse elenco de historiadores não foi sublinhado por acaso, dado que eles formavam uma tradição daquilo que Fleiuss denominou de *história científica*, que se comparado com o texto de Rómulo Carbia possuía uma significação aproximada da categoria *historiografia*. A história científica de Fleiuss engendrava uma disposição prática, uma atividade intelectual, que se observava no conteúdo da categoria historiografia. Esse tipo de prática historiográfica, considerada científica, era uma faceta do “patrimônio historiográfico Oliveira Lima”. Segundo o nosso autor, “ninguém se ilustrou e engrandeceu tanto, engrandecendo e ilustrando o nome da pátria do que esse extraordinário mestre da história americana”.¹²⁵³

A partir de um discurso realizado em Bruxelas, proferido por Van Busschere, presidente do Instituto de Direito Comparado belga, acompanhamos o tamanho do reconhecimento de Oliveira Lima como intelectual (historiador) em âmbito internacional:

O sr. Oliveira Lima não é somente um perfeito diplomata. É um intelectual, pertence a mais elevada hierarquia da intelectualidade – é um sábio. Há nele simultaneamente um conferencista notável e um escritor de talento. Quando ministro na Bélgica, em meio de trabalhos e de responsabilidades do seu cargo, – e foi precisamente isso que mais nos tocou – achava sempre ocasião de assistir as sessões acadêmicas científicas, a que sempre comparecia muito simples e modestamente, com ares de vir aprender algo conosco, quando estávamos certos de que ele é que poderia dar as melhores lições.¹²⁵⁴

¹²⁵¹ Mitre, na Argentina, também é considerado um patrimônio historiográfico. Cf. NETO, Mitre... op. cit., 2011.

¹²⁵² FLEIUSS, Conferência... op. cit., p. 823.

¹²⁵³ Idem, p. 823.

¹²⁵⁴ Ibidem, p. 824.

É ressaltado, ainda, algo importante para a configuração da sua *persona acadêmica*, isto é, Lima além de se portar como um patriota é alguém que “divulga o país”, sobretudo, através das suas conferências tematizando o Brasil no exterior, cuja finalidade maior é oferecer um conhecimento correto sobre a história brasileira, dado que circulam visões deturpadas acerca da mesma. Esse duplo vetor torna pública a sua história científica.

O intelectual argentino Estanislao Zeballos (1854-1923) define o horizonte epistêmico da obra de Lima: “suas obras históricas distinguem-se pela verdade comprovada dos fatos fundamentais, e pelo comentário conceituoso. Não faz crônica; escreve filosofia da história do seu país e da América”.¹²⁵⁵ A recepção de Lima na Argentina estava próxima da definição de historiografia elaborada por Carbia, garantindo este exercício comparativo. Se percebermos bem, a sentença de Zeballos corresponde aos três tempos necessários para elaboração de uma obra historiográfica considerada plena, segundo Carbia, e que se localiza na prática de Lima.

O “patrimônio Oliveira Lima” detinha um profundo conhecimento da história e das questões exclusivas da América, que se ligavam aos antecedentes, às condições geográficas, povoamento, à forma de crescimento, à cultura, ao estado social e político, etc. Percebia-se que as preocupações de Oliveira Lima estavam em sintonia com os problemas e as temáticas historiográficas em voga, sendo ele enredado por esse contexto, ao mesmo tempo em que inspirava novas abordagens junto à comunidade de historiadores brasileiros, especialmente aqueles que eram sócios do Instituto Histórico. Esse horizonte de preocupações era atravessado por uma prática, chamada de história científica por Max Fleiuss, que se movia pelas virtudes epistêmicas da diligência, da objetividade, da imparcialidade, da confiabilidade, bem como se organizava praticamente entre o arquivo, a explicação e a escrita. Esses requisitos eram fundamentais para a estruturação de uma história científica no Brasil, que acreditamos possuir a mesma disposição epistêmica da categoria historiografia estudada pelo próprio Fleiuss por intermédio da obra de Carbia.

A história científica de Oliveira Lima enquanto prática historiográfica exemplar

Essa argumentação pode ser comprovada através da leitura do conde de Afonso Celso sobre a obra de Oliveira Lima, em que se vislumbra os seguintes registros: 1) investigação meticulosa, consciencioso esforço, probidade extrema; 2) conceitos engenhosos e argutos e deleitosa didaticidade; 3) sinceridade, espírito de imparcialidade e justiça na apreciação ponderada de homens e coisas; 4) suprema independência e desassombro; 5) inexcusável

¹²⁵⁵ Ibidem, p. 825.

patriotismo.¹²⁵⁶ A apreciação do conde sobre o trabalho historiográfico de Oliveira Lima era, pois, uma súpula dos predicados que um historiador devia possuir naquela conjuntura para operar a sua prática em modo de excelência. Acrescento o seu fino traço interpretativo. É interessante pontuar que Fleiuss diz que Lima em muitos pontos se aproximava de Varnhagen, mas especialmente em um: a paixão da investigação histórica subordinando todas as suas manifestações do escritor. Não havia traço algum de “jingoísmo” em seus escritos, especialmente entre aqueles que abordavam a história, bem como a sociedade e a cultura de outros países, como Japão, EUA e Argentina. O que se observava em toda a sua carreira como historiador era, no limite, a vocação patriótica, o espírito imparcial de nacionalista, um grande amor pela paz universal, “confraternizando como o amor patriótico as nossas tradições”.¹²⁵⁷ Fleiuss aproximou Oliveira Lima da *persona acadêmica* do IHGB, qual seja, a “*pacifica scientiae occupatio*”. O cargo de diplomata tornou-se o meio eficaz e o pretexto suficiente para que ele pudesse conhecer o Brasil, estudar com profundidade a gênese e o desenvolvimento nacional, podendo frequentar assiduamente arquivos e bibliotecas do exterior. Ademais, era uma oportunidade ímpar para fazer o país ser amado e conhecido no mundo “culto”. Essa questão da divulgação positiva do Brasil no estrangeiro era uma importante preocupação historiográfica verificada no contexto da Primeira República.

Oliveira Lima se multiplica como historiador: escreveu livros de farta erudição e documentação, foi exímio conferencista diante de plateias exigentes no exterior, publicou artigos de generalização sobre “os homens e as coisas do Brasil”. Por meio das formas como Oliveira Lima tornou público os seus trabalhos podemos aproximar a sua prática dos três momentos fundamentais da historiografia conforme pensada por Rómulo Carbia (heurística sensorial - percepção ou coordenação hermenêutica dos estados de consciência - generalização vivificante). Ambos acreditavam que praticar história significava ir ao arquivo, montar modelos hermenêuticos e generalizar conceitualmente os resultados da pesquisa. Ambos acreditavam na necessidade da “fusão de horizontes”.¹²⁵⁸ Isso perpassado pelas virtudes epistêmicas que já arrolamos acima e da constituição de uma *persona acadêmica* patriótica. É possível admitir que na Primeira República, ou por meio da noção de história científica ou através da categoria historiografia, houvesse modos consistentes de subjetivação de formas específicas de se fazer e de se praticar história. De ser historiador, em suma. História científica e historiografia

¹²⁵⁶ Ibidem, p. 825.

¹²⁵⁷ Ibidem, p. 826.

¹²⁵⁸ De acordo com Gadamer, “a compreensão deve ser pensada menos como uma ação da subjetividade que uma participação em um evento da tradição, um processo de transmissão no qual o passado e presente são constantemente mediados”. GADAMER, H. G. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 385.

condensavam tudo aquilo que um historiador devia movimentar em suas pesquisas, sob o risco de não terem os seus trabalhos validados por seus pares e pelo público leitor. A prática da historiografia, a concepção de história científica, individualizava e identificava o *métier* diante das outras ciências. E era Oliveira Lima, para Max Fleiuss, aquele que melhor encarnou esse tipo de atividade intelectual nos contextos da Primeira República brasileira.

A mobilização do regime historiográfico metódico, base para a ciência da história, podia ser encontrada em uma aproximação com os esforços investigativos realizados por Varnhagen que o próprio Lima realizou em seu *Elogio a Varnhagen*:

Quando, muito novo ainda, eu estudava Paleografia na Torre do Tombo, de Lisboa, tendo por mestre José Bastos, um dos auxiliares de Herculano na obra grandiosa *Portugaliae Monumenta Historica*, costumava ansioso a esquadrihar nos maços de papéis bolorentos, de caracteres semi-apagados, debaixo da poeira dos séculos, alguns documentos que a minha prosápia juvenil julgava dever ser decisivo para a solução de qualquer dos enigmas da nossa História, que os tem, conquanto date de ontem. Ora, com viva surpresa e não menos vivo desapontamento que, em quase todos aqueles papeis, se me deparava a marca discreta do lápis de um pachorrento investigador que me precedera na faina, e que verifiquei não ser outro senão Varnhagen.¹²⁵⁹

Esse testemunho é um indício consistente de todo aparato cognitivo necessário para o historiador no processo que transformava, pela crítica, fontes em fatos. Essa disposição de Lima era fundamental para o desenvolvimento historiográfico, como queria Carbia, que se ressentia na Argentina diante de uma “historiografia superficial” que não passava pelo momento do arquivo, como Lima o fez, e se valia tão somente dos resultados das pesquisas presentes no plano da narrativa historiográfica. Esse era um problema que a historiografia brasileira também enfrentava, dado que não poucos autores, como Oliveira Vianna, movimentavam as suas pesquisas através de pouca carga empírica. A historiografia, assim, critica as sínteses históricas que se articulavam através de um subsídio tão somente indireto do momento do arquivo. Para que a síntese ocorresse era necessária uma forte carga empírica, podendo ser extraída da prática da historiografia. Percebemos esse movimento na atividade historiográfica de Lima: “desde cedo na capital da antiga Metrópole rebuscando paciente os arquivos e bibliotecas, bebendo na própria fonte o subsídio de todo indispensável ao conhecimento do Brasil colonial”.¹²⁶⁰

Pernambuco e seu desenvolvimento histórico, obra do jovem Oliveira Lima, foi estruturada a partir de “afanosas pesquisas nas bibliotecas e arquivos do velho mundo, em busca de material de erudição”. O livro, como quer Max Fleiuss, pode ser considerado um exemplar

¹²⁵⁹ FLEIUSS, Conferência... op. cit., p. 829.

¹²⁶⁰ Idem, p. 829.

de história científica, posto que além do registro erudito há “fundo filosófico” e “vivacidade de descrição”. Esses dois componentes resolvem aquele problema, já abordado por nós, que Arnaldo Momigliano verifica na historiografia moderna entre empiria e reflexividade. Era uma obra de *síntese modernista*, como se demandava naquele contexto. Além disso, essa obra de Lima se armava hermeneuticamente através de aparatos econômicos e sociológicos para complexificar a explicação acerca da passagem do tempo. *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico* “molda-se na *escola de História científica*, fundada por Varnhagen, mas Oliveira Lima, como historiador, dispunha de visão de crítica filosófica muito mais ampla”.¹²⁶¹

Para Max Fleiuss, Oliveira Lima era um historiador completo. Isso pode ser verificado, mais uma vez, através da movimentação do regime historiográfico metódico. Em 1903 publicou a meticulosa *Relação dos manuscritos de Museu Britânico de interesse para o Brasil* na *RIHGB*. Esse trabalho superou o de Figanière (1827-1908), até então o mais completo. Salvador de Mendonça chega a dizer que Oliveira Lima abastece a “oficina de trabalho dos futuros historiadores do Brasil”. A iniciativa foi tão bem recebida por se fazer útil que os sócios do Instituto sugeriram que Lima fizesse o mesmo trabalho nos arquivos de Portugal. Ademais, Max Fleiuss faz alusão a toda a bibliografia de Oliveira Lima e em que situações elas se tornaram possíveis, com especial atenção para as suas conferências e os seus estudos culturais em universidades europeias e norte-americanas respeitadas, como a Sorbonne.

Porém, o livro de Lima considerado mais representativo diante daquele contexto epistêmico-historiográfico era *Dom João VI no Brasil*. Segundo o parecer do respeitado crítico literário José Veríssimo, não era apenas uma história circunstancial, porém, uma verdadeira história geral, uma síntese, do país. Era história econômica, social, cultural e literária. Max Fleiuss adjetiva o livro em questão como “monumento insuperável de erudição”. Sendo que erudição não significava apenas crítica, mas todos os elementos que circunscreviam o regime historiográfico metódico. Além disso, o trabalho restituía a imagem de João VI, fundador da nacionalidade, e de seu reinado, tão vilipendiados pela fortuna historiográfica disponível. Era um trabalho de reconstituição histórica amparada por copioso escopo documental e por demais fontes, na maior parte das vezes originais e inéditos, de arquivos particulares e públicos, nacionais e estrangeiros. Havia, ainda, a pesquisa com outro tipo de fonte: a correspondência diplomática. Esse posicionamento historiográfico de Lima partia ao encontro das demandas da historiografia, como desejava Rómulo Carbia, pois não se realizava o procedimento incompleto da passagem direta da heurística à generalização, ou de um “vago sensorial” para um “expoente

¹²⁶¹ Ibidem, p. 830.

dinâmico”. Era preferível avançar junto às fontes a se fiar nas obras historiográficas prontas. Oliveira Lima era um leitor de Varnhagen e de Capistrano de Abreu, e mesmo salientando os horizontes da história política o realizou de modo novo, quer dizer, ela era articulada a partir do vetor da complexidade, congregando aspectos sociais, culturais, econômicos e literários para o processo de reconstrução do passado. De um modo ou de outro, Fleiuss aproximou Oliveira Lima das inovações historiográficas verificadas após a Primeira República. A comparação com Capistrano de Abreu é incontornável, enquanto um categorizou a prática dos historiadores através da chancela dos “estudos históricos”,¹²⁶² o trabalho do outro era compreendido, por Fleiuss, através da “história científica”, sendo que ambos prefiguraram a categoria historiografia, como acionada por Carbia.

Não é por acaso que Oliveira Lima era conhecido, entre os seus pares, como o “embaixador da verdade histórica”. E Max Fleiuss procurava realizar uma aproximação, inclusive, entre a personalidade do historiador e o seu *métier*. Entre as “qualidades de seu espírito, que tinha a rigidez e o fulgor do diamante, sobressaía a de ser positivo e retilíneo. Sua característica é a sinceridade, como acentuou Salvador de Mendonça, só diz o que acredita ser verdade e di-lo sem rodeios na forma explícita da sua convicção”.¹²⁶³ Fleiuss constrói uma *persona acadêmica*. O conferencista desejava criar uma *persona* para Oliveira Lima em que o intelectual passasse a ser percebido como alguém totalmente absorvido pelos estudos. Ela fica no meio do caminho entre um *scholar* e um erudito. Para Max Fleiuss não existe alguém tão “lhano”, “modesto” e simples em seus hábitos de estudioso “infatigável”, cuja vida é totalmente absorta pelos estudos, sendo que o seu último pedido é que escrevam em sua lápide: *Aqui repousa um amigo dos livros*.

Oliveira Lima e os combates pela história

Por meio da análise crítica do prefácio do compêndio *História da Civilização*, redigido por Oliveira Lima em 1919, tornamos factível os horizontes de leitura de Max Fleiuss, bem como os pontos de interação com a obra de Rómulo Carbia. Essa peça discursiva, com grau elevado de teoria, foi uma das últimas manifestações epistemológicas de Oliveira Lima ante uma prática exercida desde o século passado. A reflexão teórica de Lima acionava os suplementos que subsidiavam a experiência historiográfica na República, sobretudo, no que dizia respeito à delimitação das fronteiras e à promoção de canais dialógicos com as ciências

¹²⁶² ABREU, Necrológio... op. cit., 2015.

¹²⁶³ FLEIUSS, Conferência... op. cit., p. 835.

sociais, especialmente as de carga sociológica. A importância destas estava na promoção do caráter sintético e reflexivo para o saber histórico. Mas esse registro epistêmico não caminhava na mesma direção da história sociológica argentina, descrita por Rómulo Carbia. A história possui, nesse sentido, uma identidade assegurada e se distingue dos estudos sociológicos, dado que estes, em sua concepção, formam a “súmula, ou melhor dito, a síntese das ciências”. Enquanto isso os espaços de trabalho da história inseriam-se autonomicamente nesse movimento interdisciplinar em que a sociologia se apresentava como a coordenadora dos saberes sociais disponíveis, inclusive o histórico, contribuindo com o balanço das experiências humanas. Esse movimento historiográfico podia ser perfeitamente realizado pelos historiadores. Em Oliveira Lima a história não era a simples subsidiária empírica da sociologia. É um saber interdisciplinar o desejado pelo historiador pernambucano.

Assim, o diplomata podia, de fato, ser inserido na tradição nacional de “história científica”, como queria Fleiuss, o que abria margem para a sua obra ser enredada pela categoria historiografia de Carbia, situando-se, talvez, entre Mitre (erudição) e os ensaístas (sentido). A história se performa através do formato “narrativo, isto é, o inventário dos fatos memoráveis ocorridos no seio das sociedades civilizadas”, através da sua disposição “pragmática, isto é, que procura dar a significação moral dos fenômenos históricos e trata de deduzir as relações que regem o seu encadeamento”, ou, por fim, em função da sua atitude “filosófica, isto é, que busca alcançar e definir as causas da evolução humana e tenta mesmo explicar a sua finalidade”.¹²⁶⁴ Com esse conhecimento em mãos os historiadores podiam buscar o auxílio hermenêutico das ciências sociais, e da sociologia, que abriam condições para o historiador realizar a *síntese modernista*. Era justamente o contrário do que se verificava na Argentina de Carbia, onde muitos estudiosos contemporâneos se enveredavam pelo caminho da história sociologizante sem a consciência mínima da ordenação genética dos fatos. Havia apenas generalização. A prática da historiografia podia levar à síntese, que se tornava mais completa com o contato interdisciplinar com as ciências sociais (evolucionismos híbridos ou complexos). Não podemos deixar de observar o conceito de civilização em Oliveira Lima, que denotava tanto uma forma de compreender as sociedades do passado como um ideal social europeu. Ao que parece o nosso autor mobilizava os dois lados dessa ambivalência.

Diante desse cenário, Lima novamente frisou as disposições relacionais presentes a partir do contato da história com as ciências sociais em voga, em que a sociologia dava a última

¹²⁶⁴ LIMA, Manuel de Oliveira. Prefácio. In: _____. *História da Civilização*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1919, p. 15.

forma para a síntese. Não era a história sendo absorvida pela sociologia no entender do estudioso pernambucano, mas a sociologia, que também não era absorvida, emprestando os seus suportes teóricos à história. Em suas próprias palavras: “a sociologia é rigorosamente uma ciência, e a história logicamente também o é”. Ou seja, a importância da interdisciplinaridade com a sociologia mostra-se fundamental, visto que as pesquisas dos historiadores oferecem “(...) os elementos necessários para ela operar, projetando sobre as investigações que são oferecidas à luz da decomposição analítica, seguida da reconstituição sintética do produto social como expressão da civilização”.¹²⁶⁵ É possível dizer que a expressão de civilização em Oliveira Lima seja perpassada pela noção de engrandecimento patriótico e nacionalista.

Conforme a consciência historiográfica de Oliveira Lima, nos anos 1920 as fronteiras entre os conhecimentos que investigavam as instituições histórico-sociais no tempo encontravam-se relativamente assentadas, sendo que essa demanda por sínteses era capaz de nos indicar uma conjuntura epistemológica em que esses procedimentos apareciam enquanto indícios cognitivos que revelavam o desejo por uma disposição interdisciplinar por parte desses estudiosos. Para Lima, a hierarquização valorativa dos saberes tendia a ser ilusória, em que a sociologia aparecia no último estágio da produção do conhecimento sintético. Sem o registro advindo da prática historiográfica, e de toda a aparelhagem de conhecimento mobilizada nesta atividade, as *generalizações teórico-sintéticas* não possuíam condições de emergência. O que se deve ter em mente é que as etapas da síntese eram individuais, mas não necessariamente sequenciais, sendo que o almejado era um conhecimento interdisciplinar em que, dependendo do ponto de vista, encontrava-se uma história social ou uma sociologia histórica como produto intelectual. Uma ou outra subsidiada pela prática da historiografia.

Percebe-se que Oliveira Lima admitia que o historiador pudesse se valer dos recursos da sociologia para tornar a “história científica”, como almejava Max Fleiuss. O que era muito diferente daquela história sociológica argentina, descrita por Carbia, que precipitadamente do material heurístico preparado pelos historiadores já realizava a generalização. O argumento vai mais longe: essa “escola histórica”, também presente no Brasil, se valia do resultado da heurística vertida em narrativa, e não do conhecimento metódico em si. O que tornava as suas interpretações ceifadas por equívocos interpretativos e pela baixa empiria. O que se desejava, no limite, era avançar do comentário à análise. De todo modo, a partir da prática da *historiografia*, como ambicionou Carbia, ou da *história ciência*, da forma como prescrevia Fleiuss, Oliveira Lima apareceu como alguém preparado para esses combates pela história.

¹²⁶⁵ LIMA, Prefácio... op. cit., p. 17.

Parte V

Narrativas da história no IHGB republicano

Capítulo 13 - Entre iberismo e americanismo. O passado colonial nas páginas da Revista do IHGB

Tudo arrasta Portugal para o Brasil e vice-versa.¹²⁶⁶

Luiz Gastão d'Escragnolle Dória

Elogio a Portugal

Em palestra realizada em Lisboa no ano de 1909, Luiz Gastão d'Escragnolle Dória realizou um elogio ao passado luso-brasileiro, bem como à herança ibérica para a formação do Brasil independente. Há até mesmo, por sua parte, uma dimensão racial que vincula o Brasil à Portugal: “O homem policiado, representante superior de qualquer raça, há de seguir o rumo certo de sua origem étnica, sob pena de ficar sem rota de civilização, ou ir de encalhe nas submissões aos mais fortes no escolho das raças estranhas”.¹²⁶⁷ Essa sentença admite que o sujeito civilizado, além de se autoconhecer, necessita conhecer a sua origem étnica para acompanhar a direção do processo histórico, o que implica a preservação da sua identidade perante o Outro. Os(as) brasileiros(as) devem, então, reconhecerem-se como latinos, mais especificamente como portugueses. Palavras, costumes, religião, tradições, tudo significa um pouco de Portugal no Brasil. Eis a celebração da herança da civilização ibérica no Brasil: “A alma dos outros povos criados conosco no berço latino, ao olhar de Roma, nunca nos concederá por inteiro a intimidade oferecida pela alma portuguesa. Além oceano, por três séculos, animou, pequena e ardente, o nosso corpo de colosso”.¹²⁶⁸ Ser brasileiro é ser, no limite, português.¹²⁶⁹

Até 1822 só era possível estudar, afirma Dória, a história brasileira como uma página da expansão colonial portuguesa. Talvez a grande herança ibérica legada fosse, segundo o conferencista, a manutenção da integridade do território nacional e a unidade étnica e religiosa,

¹²⁶⁶ DÓRIA, Luiz Gastão d'Escragnolle. Da conveniência de um acordo luso-brasileiro. RIHGB, tomo LXXVI, parte I, 1913, p. 576.

¹²⁶⁷ DÓRIA, Da conveniência... op. cit., p. 573

¹²⁶⁸ Idem, p. 573.

¹²⁶⁹ O discurso de Luiz Gastão d'Escragnolle Dória corrobora com certo sentido de lusitanidade existente na Primeira República, fazendo eco ao famoso discurso de Joaquim Nabuco nas comemorações do tricentenário da morte Camões. Giselle Venâncio observa o discurso através da chave interpretativa da identidade, que pode muito bem ser redimensionada para o caso de Dória: “(...) embora parte da intelectualidade brasileira do período estivesse mais preocupada com a constituição de um ideal de nacionalidade que se plasmava, em grande medida, por um discurso de oposição à produção intelectual de Portugal – forjando uma identidade nacional distinta, capaz de plasmar o consenso social –, as falas e eventos da festa do tricentenário de Camões elaboraram-se num campo condicionado por um mito de fundação da identidade nacional brasileira que era, na opinião de seus mentores, na origem fundamentalmente lusitano. Assim, o que se constituía como brasilidade, nesse momento, era num certo sentido também lusitanidade”. VENÂNCIO, Giselle Martins. Comemorar a nação e repensar a nação: o discurso de Joaquim Nabuco na festa do tricentenário de morte de Camões no Rio de Janeiro (1880). *Revista brasileira de história*, vol. 33, n. 65, 2013, p. 287. Disponível em: <https://cutt.ly/VcZQcUE> Acesso: 08 abr. 2021.

algo que não ocorreu nas Repúblicas hispânicas. A preservação da unidade brasileira é vista através desta imagem: “(...) o Brasil nas mãos de Portugal, do descobrimento à independência, foi transportado qual vaso de alabastro, que cumpre fazer chegar ao destino sem o mínimo toque, o mais insignificante arranhão na vestidura preciosa”.¹²⁷⁰ Além disso, o iberismo se materializou nos laços políticos ainda existentes mesmo após a Independência. Ainda nesse sentido o Brasil mantém-se fiel a “alma portuguesa” e identificado com ela em uma espécie de simbiose solidária.¹²⁷¹ Outra citação de Dória nos elucidada a sua verve iberista: “Portugal e Brasil são duas moléculas do mesmo corpo histórico, esperando o momento da coesão. Constituem dois mananciais nascidos da fonte latina, mingando não por falta de cópia ou excelência das águas, mas pelo desvio e desperdício delas em proveito de outras correntes”.¹²⁷² Dória estava se referindo explicitamente à questões raciais. Essas outras “águas” mencionadas são as diferentes etnias que concorrem com os portugueses na formação do povo brasileiro. O agremiado é, em sua palestra, claramente a favor de novos contatos com os portugueses, inclusive imigratórios, para estabelecer e fortalecer os vínculos iberistas identitários.¹²⁷³

Nessa direção, Dória compilara uma passagem de Luiz Couty em que a questão étnica envolvendo Brasil e Portugal era colocada nos termos desejados: o que o Brasil precisa é “da energia europeia ativa e apta para o desencadeio das suas energias naturais”.¹²⁷⁴ A imigração e o contato com culturas e com etnias não europeias podia, no limite, descaracterizar o iberismo (sócio racial) brasileiro, marca maior da sua identidade nacional. Há, assim, o que Euclides da Cunha diz ser, em uma leitura particular de Dória, o conflito entre as “energias dominadoras da vida civilizada” e a “originalidade de nossas tendências, garantidoras entre as nações”.¹²⁷⁵

¹²⁷⁰ DÓRIA, Da conveniência... op. cit., p. 375.

¹²⁷¹ Investigando as relações de aproximação entre portugueses e brasileiros na Primeira República, Lucia Maria Paschoal Guimarães assinala a seguinte equação: “os defensores do conagraçamento cultural e político com a antiga metrópole, por seu turno, percebiam no legado lusíada o fator dominante da construção da nacionalidade, baseados na afinidade linguística, na história e na ocupação do território”. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A luso-brasilidade e o projeto da revista *Atlântida. Cultura*. Revista de história e teoria das ideias, vol. 26, 2009, p. 56. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/381> Acesso: 08 abr. 2021.

¹²⁷² DÓRIA, Da conveniência... op. cit., p. 577

¹²⁷³ Dória não é a única voz que partilha dessa ideia. Sílvio Romero se aproxima da sua posição sobre o fator português no interior do processo de miscigenação ocorrido na Primeira República em razão da imigração. A tese de Romero é a seguinte: “há a conveniência de fortalecer no Brasil o elemento português”. Assim o autor da *História da literatura* desenvolve o tema: “(...) como não se trata de uma tese de política local e de ocasião, não se trata de opor o elemento português aos outros elementos que com ele colaboram na formação da nação brasileira, senão de opô-lo com os seus auxiliares e concorrentes novos, inesperados e perigosíssimos, sob o ponto de vista nacionalista, a proposição pode tomar esta outra forma: *da conveniência de reforçar no Brasil os elementos que o constituíram uma nação luso-americana, os elementos que falam a língua portuguesa*, ou, ainda e como consequência de tudo isso: *de como de todas as novas colonizações que possam vir ao Brasil a mais conveniente é a portuguesa*”. ROMERO, Sílvio. *O elemento português no Brasil*. Lisboa: Tipografia da companhia nacional editora, 1902, p. 6.

¹²⁷⁴ DÓRIA, Da conveniência... op. cit., p. 581.

¹²⁷⁵ Idem, p. 581.

Primórdios da colonização: o conflito como elemento identitário

O 4º centenário da posse da América por parte de Portugal foi marcado por festejos e por revisões historiográficas. Um primeiro dado colocado em discussão foi a própria data da chegada portuguesa às costas do território que veio a se chamar Brasil. O 4º centenário foi comemorado no dia 3 de maio, gerando controvérsias entre os historiadores:

(...) com efeito, passar de 22 de abril para 3 de maio, e isto quando documentos da época determinam quase precisamente o primeiro daqueles dias, só para atender à reforma do calendário precedida por Gregório XIII, em 1582, é ato que não recomenda o critério histórico de quem sugeriu e menos ainda, de quem, sem maior exame, o aceitou.¹²⁷⁶

Podia-se ter, segundo Max Fleiuss, como certo que o descobrimento do Brasil ocorreu em 22 de abril de 1500, data rigorosamente histórica, prevalecendo sobre o 3 de maio. A diferença de calendários não era argumento suficiente para a troca das datas, dado que se a chegada dos navios portugueses à América ocorreu no primeiro calendário cristão em circulação era ele que devia vigorar porque estabelecia as datas exatas dos acontecimentos que envolveram essa situação histórica. Havia uma prova cabal nessa querela das datas: a carta de Caminha assinalava a chegada lusitana em 22 de abril.

O Pe. Rafael Galanti também se empenhou na pesquisa sobre a exatidão da data correta do “descobrimento do Brasil”. A respeito do ano, dizia o jesuíta, não havia questionamento. A maioria dos autores concordavam, especialmente os cronistas coloniais, em situar o fato em abril, mesmo discordando do dia, que variava de 22 a 27. A sequência cronológica realizada por Galanti, amparada na comparação entre cronistas e historiadores antigos era a seguinte: no dia 21 de abril, uma terça-feira de Páscoa, encontrou Cabral sinais de terra. No dia 22, quarta, avistou-se a costa americana. No dia 23, quinta, chegaram à beira da costa e travaram as primeiras relações com os nativos. No dia 24, sexta, fizeram as primeiras incursões no território e prenderam dois indígenas. No sábado, dia 25, a armada toda entrou no “porto seguro”, levando à terra dois “degredados” e os dois autóctones. No dia 26 realizou-se a primeira missa. No dia 1º de maio, sexta-feira, tomou-se posse da terra através do soerguimento de uma cruz cristã e a celebração da segunda missa. Assim, concebe-se os episódios e as situações envolvendo a posse das terras sul-americanas, através da crítica historiográfica, como fatos históricos.¹²⁷⁷

¹²⁷⁶ FLEIUSS, Max. Centenários do Brasil. *RIHGB*, tomo LXIV, parte I, 1901, p. 91.

¹²⁷⁷ O exemplo da crítica histórica e sua relação com a verdade pode ser exemplificado pelo caso Capistrano de Abreu, que também se debruça sobre os primórdios da colonização. Ver ARAÚJO, R. B. de. *Roda noturna...* op. cit., 1988.

Desse modo, no contexto da República se tem estabilizada a ideia que nos primeiros anos da sua existência política o Brasil permanece em um absoluto “isolamento do mundo”. Naturalizava-se a conquista. Portugal, preocupado com as Índias, cujas riquezas lhe atestam “as arcas do tesouro que ainda sobravam para passar pela Europa a faustuosa opulência asiática da Corte lusitana, só de longe em longe distraidamente volvia os olhos para a remota terra de Santa Cruz (...)”.¹²⁷⁸ Araujo Jorge assinala que a história brasileira é, nesse período, um catálogo de incursões estrangeiras em seu território. Pode-se resumir, em sua visão, o primeiro século brasileiro como o da defesa da terra conquistada. Assim, essa relação com a terra, como um território que manifesta a extensão de uma “proto-nacionalidade”, além dos vislumbres de alteridade advindos da batalha com o estrangeiro, marca as primeiras identificações dos agentes com o Brasil. A historiografia republicana concebeu, é bem verdade, esses momentos como sendo, de algum modo, de ancestralidade da noção de pátria.¹²⁷⁹

Nos momentos iniciais da colonização “especuladores” e “aventureiros” de grande parte dos países europeus aportam em vários pontos do vasto e mal conhecido território brasileiro; traficam, tranquilamente, com os indígenas “que, a troco de miudezas quinquilharias, abarrotavam as suas naus de toda a sorte de produtos do país, vendidos a preços avultados nos mercados europeus”.¹²⁸⁰ Uma das formas de se compreender esse contexto marcado por invasões, e pelas tentativas de defesa por parte do poder metropolitano, é através das relações entre Portugal e França. Foi por meio das investidas francesas que Portugal, para além de buscar a diplomacia, colonizou, como sugere Araujo Jorge, de fato o Brasil.¹²⁸¹

¹²⁷⁸ JORGE, Araujo. O Brasil e a França no século XVI. *RHGB*, tomo LXXVII, parte II, 1914, p. 194.

¹²⁷⁹ Um autor emblemático inserido no contexto epistêmico-histórico da Primeira República que também sugere que a resistência inaugura, no Brasil, o sentimento de amor pátrio é Manoel Bomfim: “(...) é certo que a defesa da terra contra os franceses antecede qualquer manifestação da alma brasileira; mas, tanto dura a luta, e tanto se estende, que valeu como a primeira lição de patriotismo às novas gentes, e deve ser citada explicitamente porque aí, nas peripécias dessa defesa, pronunciam-se os primeiros lances de valor já propriamente brasileiro”. BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1997, p. 209.

¹²⁸⁰ JORGE, O Brasil... op. cit., 194.

¹²⁸¹ Essa tese não é nova nos estudos históricos realizados no Brasil. As duas grandes matrizes de interpretação da colonização do Brasil, Varnhagen e Capistrano de Abreu, concordam que as primeiras iniciativas colonizadoras do Brasil são decorrentes do trânsito francês nessa parte da América. Para o Visconde de Porto Seguro: “Pouco antes, o governo português, instado ainda de França pelo Dr. Diogo de Gouvêa, e receoso do demasiado desenvolvimento que os franceses iam dando a seu comércio com o Brasil, viu-se obrigado a adoptar o plano de ceder essas terras a uma espécie de novos senhores feudais, que, por seus próprios esforços, as guardassem e cultivassem, povoando-as de colonos europeus, com a condição de prestarem preito e homenagem à Coroa”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854, p. 60. Já Capistrano de Abreu descreve que a decisão portuguesa de ocupar e povoar as terras brasileira decorre, também, das notícias das ações francesa na América portuguesa: “A tomada de *La Pelerine*, a feitoria francesa fundada em Pernambuco, as notícias de preparativos para fundarem-se outras, espancaram finalmente a inércia real”. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 65.

Os franceses, atraídos por notícias que afirmavam existir riquezas na nova terra, tornaram-se os mais assíduos promotores desse comércio dito clandestino. Em 1504, afirma Jorge, já se pode verificar seus barcos na encosta baiana. Eis, então, a presença francesa no Brasil e como ela é essencial para a configuração territorial da Colônia e para a visualização do tipo de colonização realizada por aqui: “Aproveitando-se da desídia do Governo português e da insignificância oferecida pelos miseráveis colonos disseminados pela vastidão das costas brasileiras chegaram mesmo a fundar estabelecimentos e feitorias que facilitassem o escambo com as tribos do interior”.¹²⁸² O Brasil ganhava status identitário no interior do Império colonial português a partir do momento em que havia ameaça de perdê-lo e quando se realizava um confronto com a alteridade do invasor. Para nascer o sentimento de pátria entre os colonos era fundamental a expulsão dos franceses, pois eram dois projetos francamente em disputa.¹²⁸³ Essa disposição representou, na historiografia republicana, as primeiras autoidentificações do(a) brasileiro(a) como tal. Cabia a partir daí a sua adesão, ou não, ao projeto colonial.

Os navios franceses se espalharam por todo atlântico e costa brasileira. Sucessivas expedições foram enviadas para a Terra de Santa Cruz. Araujo Jorge assinala que as rotas comerciais portuguesas e espanholas correm sérios riscos de saque. A continuidade do tráfico estabeleceu desde cedo um profundo laço de reciprocidade entre os povos originários e os franceses, a contrastar com certa ojeriza que lhe inspiravam os portugueses. É exatamente essa cadeia que Portugal quer quebrar. Primeiro: acabar com o tráfico francês. Segundo: inserir os indígenas em um projeto civilizador, fazendo-os crer serem parte do Império português.

Nessa situação tornaram-se incontornáveis os conflitos entre os súditos de Portugal e da França. Eles emergiram da tomada de consciência portuguesa acerca do perigo estrangeiro que ameaçava a integridade da sua Colônia. As medidas de ordem administrativa elaboradas, as providências rigorosas tomadas para interromper o tráfico, os atos de força para expulsar a pirataria das costas brasileiras, provocaram protestos, pedidos de indenização e reclamações por parte da França, dando origem a uma série de negociações entre as duas Coroas, que se prologa até a unificação ibérica, em 1580.

¹²⁸² JORGE, O Brasil... op. cit., p. 195.

¹²⁸³ Entendemos o movimento de colonização a partir da seguinte grande conceitual operada por Fernando Novais: “*Colonização* significa, no plano mais genérico, alargamento do espaço humanizado, envolvendo ocupação, povoamento e valorização de novas áreas; mais estritamente, como processo criador de colônias, essas novas regiões configuram entidades políticas específicas (colônias), que se definem na relação bilateral metrópole-colônia; historicamente, na época Moderna, entre a expansão ultramarina europeia e a revolução industrial, exploração e povoamento constituem-se nos dois sentidos básicos em que se processa o movimento de europeização no mundo, delimitando as duas categorias fundamentais de colônias geradas nesse período”. NOVAIS, Fernando. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. *Anais do IV Simpósio Nacional do Professores Universitários de História - ANPUH*, Porto Alegre: UFRGS, 1967, p. 254.

Além das preocupações com os franceses, o que leva Portugal de Dom João III a buscar a colonização efetiva do Brasil é o rápido declínio do comércio com as Índias:

A magia da Índia principiara a desvanecer-se. As vantagens do comércio Oriente já não compensavam as grandes perdas em homens e os imensos sacrifícios de dinheiro. Cerrara-se definitivamente o período, em que os capitais empregados nessas empresas longínquas chegavam a render o juro fabuloso de quinhentos por cento.¹²⁸⁴

Era necessário voltar os olhos para o Brasil e para o Atlântico em razão da questão financeira, para expulsar os franceses das suas possessões e combater a pirataria. Foi nesse contexto que Portugal nomeou Cristovão Jacques governador das terras do Brasil. Sua missão era salvaguardar o território e rivalizar com as embarcações francesas.

Após Jacques, Martin Afonso de Sousa recebeu o comando da expedição destinada ao Brasil. Ele partiu investido de poderes para tomar posse dos territórios e para distribuir as terras em sesmarias conforme julgava conveniente, organizando o governo e a administração colonial. Dom João III enfrentou seriamente o problema da colonização/conquista do Brasil e quais os meios de ativar o povoamento e a ocupação da terra. Foi adotado o expediente de dividir a grande extensão territorial em vários lotes, entregues à responsabilidade de diversos donatários, autoridades soberanas na Colônia.

Mas Portugal almejava a centralização do poder na Colônia. Fechando a primeira metade do século XVI, Dom João III transformou o sistema de colonização adotado no Brasil. As capitanias hereditárias sozinhas não ofereciam o mesmo resultado como em Açores e em Madeira. Tornava-se necessário instituir um Governo central, a fim de assegurar a unidade política junto às capitanias isoladas umas das outras, estabelecendo regras uniformes de administração, restando os desmandos e os abusos dos donatários e, mais do que tudo, tornando efetiva a guarda e a propriedade da terra, constantemente ameaçada pelas incursões de normandos, de ingleses, de espanhóis e, sobretudo, de franceses. O primeiro Governador geral do Brasil foi Tomé de Sousa, cuja investidura de cargo aconteceu no ano de 1549. Com ele chegaram algumas autoridades civis: um ouvidor-mor, um procurador e um capitão-mor das costas, além da primeira direção jesuíta, comandada por Manuel da Nobrega.

Mesmo com um governo estabelecido em sua Colônia Portugal precisava combater a maior expedição colonizadora enviada ao Brasil: a de Nicolas Durand de Villegagnon, que objetivava colonizar as terras brasileiras e fundar a chamada França Antártica. De qualquer

¹²⁸⁴ JORGE, O Brasil... op. cit., p. 198.

forma, Villegagnon e os seus comandados foram expulsos do Rio de Janeiro por Mem de Sá com o auxílio da população local. Tem-se inaugurado, na historiografia republicana, outro momento patriótico ancestral noticiado na história brasileira. Havia, gradativamente, a percepção da individualização identitária da Colônia no âmbito do Império português.¹²⁸⁵

De qualquer forma, quando são lidos os cronistas Fernão Cardim e Gabriel Soares de Sousa, e colocada em luz baixa a dimensão conflitiva da Colônia ante seus invasores, encontra-se “entre as brumas do passado longínquo, o Brasil de outras eras, balbuciante na civilização, é certo, mas copioso nas suas riquezas nativas, na tenacidade de seus habitantes, na opulência de sua flora”.¹²⁸⁶ Esse é o parecer de Max Fleiuss em seu trabalho sobre os centenários do Brasil. O que fica gravado no primeiro centenário, em 1600, é que as instituições portuguesas ainda não logram total êxito, mesmo com o auxílio dos jesuítas em sua missão de civilizar/colonizar/conquistar aquelas terras. O Brasil é concebido, e Fleiuss se vale fartamente dos relatos dos cronistas, como uma Colônia extrativista, em que o povoador, à mercê do Poder régio, enfrenta toda a sorte de obstáculo para sobreviver. Porém, mesmo nessas condições, o Brasil, em 1600, se comparado com o início do século, vive “franca prosperidade”. A expulsão dos franceses fortalece o empreendimento colonial no final do século, na leitura iberista de Fleiuss. A união entre portugueses, indígenas e jesuítas nas lutas contra os franceses é uma miniatura das relações sociais na Colônia. Naturaliza-se a conquista lusitana mais uma vez.

O fato dos franceses não terem, assim como os holandeses, assentado domínio no seio da pátria é considerado por Fleiuss elemento essencial para a Independência.¹²⁸⁷ Se a França ou a Holanda, ou qualquer outra nação, “tivesse apressado a colônia portuguesa, achar-nos-íamos reduzidos às condições das Guianas ou das possessões desses países: a qualquer tentativa de

¹²⁸⁵ Maria Fernanda Bicalho nos informa que atualmente a historiografia sobre a “expulsão” dos franceses do Brasil concebe esse ato a partir de uma ascendência portuguesa: “Ao retribuir os feitos de seus vassallos, a Coroa reafirmava o pacto político que os unia a si própria. A partir desses valores, noções e práticas do Antigo Regime – e que tinham na justiça distributiva ou na economia das mercês sua lógica fundadora – os conquistadores do Rio de Janeiro – assim como seus filhos e netos – disponibilizavam suas vidas e fazendas em prol de uma causa que não era apenas sua ou dos grupos que representavam, tornando-se, enquanto vassallos do Rei de Portugal, agentes da fundação e da coesão do Império português. Nesse sentido, a memória da conquista da terra e expulsão dos franceses da Guanabara se constituiu em ato heroico dos portugueses em plena guerra viva. BICALHO, A França Antártica, o corso, a conquista e a ‘peçonha luterana’. *História*, vol. 27, n. 1, 2008, p. 38. Disponível em: <https://cutt.ly/IcLmKw2> Acesso: 08 abr. 2021.

¹²⁸⁶ FLEIUSS, Centenários... op. cit., p. 94.

¹²⁸⁷ Essa narrativa da formação, em que se vislumbra um *telos* político no futuro, é um resíduo da historiografia da segunda metade do século XIX. João Pacheco de Oliveira nota essa disposição historiográfica: “Uma constatação imprescindível é a de que essa narrativa que aqui combatemos não foi de maneira alguma contemporânea aos fatos do século XVI, mas uma produção do século XIX – não do universo renascentista ou do mundo colonial, mas do evolucionismo científico e no Brasil sobretudo do Segundo Império. Desde então reina como absoluta entre pensadores de direita ou de esquerda, entre historiadores, sociólogos e filósofos”. OLIVEIRA, João Pacheco. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. *Anuário antropológico* [online], 2015, p. 13. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/758> Acesso: 08 abr. 2021.

separação, numerosas forças subjugariam o movimento”.¹²⁸⁸ A grande herança deixada pelo século XVI foi a garantia da não fragmentação do território. Essa disposição, para Fleiuss, já corresponde a um patriotismo legítimo dos(as) brasileiros(as).

Chegamos, pois, ao século XVII. Logo se verifica que cerraram as primeiras impressões da conquista, assim como os governadores sucederam-se regularmente e o solo pátrio acabou de experimentar conflitos armados. Dividido em dois governos sofreu novamente o poder real metropolitano na Colônia com a proteção do território. Agora o inimigo era a Holanda, que se estabeleceu na região do Nordeste entre 1630 e 1654. Os primeiros séculos no Brasil foram marcados pelos primeiros vínculos identitários com a pátria, sendo que para os autores da Primeira República não era apenas um autorreconhecimento lusitano, mas brasileiro. As batalhas traziam a possibilidade dos colonos se identificarem com um solo natalício, e com tudo o que ele começava a significar simbolicamente. Além disso, o confronto com o Outro, com o inimigo, com a alteridade, fez com que emergisse as primeiras disposições identitárias. É bem verdade que a administração de Nassau é considerada por Fleiuss frutífera em várias áreas públicas, porém “nas lutas que se travam, no intuito de serem expulsos os holandeses, brasileiros inscreveram com a vida o seu nome no número dos heróis que a nossa história assinala”.¹²⁸⁹ Esses indivíduos envolvidos nas lutas contra os holandeses fazem, certamente, parte do panteão dos grandes heróis nacionais na Primeira República.

Dito isso, o movimento bandeirante iniciou-se na segunda metade do século XVII, começando com entradas de reconhecimento territorial, depois com a “caça ao índio” e, por fim, com a corrida pelas pedras e pelos metais preciosos. Fleiuss não vê vantagem nessa forma específica de expansão geográfica e de colonização. Não se vê nas atitudes dos bandeirantes nenhum impulso civilizador¹²⁹⁰, como no caso dos jesuítas, tampouco se vislumbra ações patrióticas por parte desses sujeitos. Tudo gira em torno da “cobiça”, sentimento individual que nada agrega ao estabelecimento de uma comunidade de valores e de sentimentos de ascendência europeia no Brasil: “A invasão dos sertões, porém, não tinha mais o caráter humanitário da

¹²⁸⁸ FLEIUSS, Centenários... op. cit., p. 98.

¹²⁸⁹ Idem, p. 98.

¹²⁹⁰ O sentido de civilização impresso por Max Fleiuss é o seguinte, devoto das transformações lexicais do século XIX: “Por outro, civilizar e, mais tarde, civilização aparecem, sem ambiguidades ou duplos sentidos, no esforço de educar os povos e retirá-los não só de seu poder régio rústico, mas também bárbaro e, sobretudo, selvagem”. LIMA, Luís Filipe Silvério. Civil, civilidade, civilizar, civilização: história de usos, significados e tensões dos conceitos no Império português. Séc. XVI-XVIII. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: USP, 2011, p. 23. Disponível em: <https://cutt.ly/kcLNVF3> Acesso: 08 abr. 2021.

civilização, predominou a cobiça: o desejo de descobrir as minas e as pedras preciosas constituía o móvel verdadeiro das bandeiras”.¹²⁹¹

É necessário ressaltar a dimensão insurreta visível no século XVII brasileiro, que para além das guerras externas, passou por revoltas e por sublevações internas. A mais importante foi a(s) revolta(s) de Palmares, terminada em 1695. A organização interna palmariana obedecia a disposições “verdadeiramente extraordinárias”, como argumenta Fleiuss, quanto aos deveres cívicos. Só assim se explica a tenacidade da sua resistência, capaz de surpreender cerca de “25 expedições” enviadas pelo governo. Não há carácter emancipatório nas causas quilombolas, sendo que a luta é contra a escravidão. Palmares é um movimento espontâneo e reativo à política colonial. “Palmares foi a nosso ver a primeira guerra civil de nossa pátria e o embrião não se exterminou jamais: ora dominado pelas práticas humanas, ora explodindo quando a tibieza dava a isso ensejo, ele viveu sempre a vida horrível dos parasitas maus”.¹²⁹²

Das indisposições crescentes contra a administração, a justiça e o movimento jesuítico originam-se diversos conflitos, entre os quais o mais notável é, para a historiografia republicana, a Revolta dos irmãos Beckman, que consegue tomar o governo do Maranhão. Também há, ainda nesse mesmo tipo de conflito, as investidas de Ferroles, chefe militar da Colônia vizinha de Caiena, sobre os territórios próximos ao Macapá. Rapidamente o poder Real português inibe as suas manobras militares. Após isso há a Guerra dos Emboabas e a Revolta de Filipe dos Santos. Também não são poucas as revoltas indígenas, sobretudo, no Nordeste. Em vista disso,

(...) as lutas internas já em via de apaziguamento, graças às medidas tomadas pela corte e pelos governadores, e a intervenção de Gomes Freire de Andrada, incumbido de aplacar a sedição do Maranhão, e que de fato conseguiu, são de novo continuadas pelas ‘correrias dos índios’ no Ceará, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e noutros lugares”.¹²⁹³

É certo o seguinte: essas “revoltas nativistas” ocorridas no século XVII e início do XVIII já possuíam, em tese, o componente nacional em sua causa para a historiografia republicana. Antes de tudo elas são, principalmente entre os indígenas, reações ao jugo metropolitano. O que implicava leituras anti-iberistas no contexto por nós estudado.

O sol e a sombra: a Colônia sob a égide do Poder régio

¹²⁹¹ FLEIUSS, Centenários... op. cit., p. 101.

¹²⁹² Idem, p. 102.

¹²⁹³ Ibidem, p. 103.

Em palestra realizada nos salões do IHGB, no ano de 1918, o sócio Braz do Amaral realizou uma incursão ao passado colonial brasileiro. O título da palestra foi este: *Exposição sobre alguns pontos especiais do período colonial*. O enredo da palestra girou em torno da tomada de consciência do Poder régio português acerca da necessidade de se estabelecer um governo e instituições fortes e centralizadas para que se pudesse executar o projeto de conquista. Aqui a história do Brasil colonial representava o paulatino (e progressivo) poderio iberista em sua possessão ultramarina sob a égide do Poder régio e das suas práticas de governantabilidade. A história brasileira é a história do domínio do Poder régio português sobre a Colônia.¹²⁹⁴ É através dele que se formou um sentimento luso-brasileiro.

E o primeiro passo dado para o estabelecimento do Poder régio português na América ocorreu após o fracasso da colonização através das capitânicas hereditárias. Portugal, em um exercício que retira o poder sobre a Colônia das mãos de iniciativas não governamentais, criou, então, o cargo de Governador geral do Brasil. Segundo as palavras de Braz do Amaral: “Os perigos e inconvenientes de tão vastas atribuições dadas a vassallos, tornaram-se em breve transparentes, e a vinda de um governador geral para o Brasil demonstrou que a Coroa havia reconhecido a necessidade de restringir aquelas demasiadas extensões da autoridade (...)”.¹²⁹⁵ Vê-se que o ato inaugural e oficial da presença portuguesa na Colônia ocorreu a partir da centralização do poder no intuito de impossibilitar a existência de autonomias locais com poder. A Metrópole lançou-se em um projeto de colonização, não sem controvérsia, visando a diminuição da autoridade local. Através do iberismo de Amaral, a instituição de um poder centralizado por meio do governador geral tornou-se o ato inaugural do autoritarismo, aceito socialmente na Primeira República por não poucas vezes, na história do Brasil.¹²⁹⁶

¹²⁹⁴ As análises sobre a questão do Poder régio colonial na Primeira República caem no anacronismo se realizadas a partir da compreensão da razão de Estado contemporânea: “É certo que a metrópole não constituía uma entidade monolítica, assim como também não era monolítico o extenso império luso. Ainda assim, a razão de Estado não deve ser descartada como se fosse a aplicação anacrônica da razão de Estado contemporânea. Pelo contrário, o fundamental é que se investigue como o objetivo de manter e ampliar domínios se deu com base nas condições materiais, técnicas e políticas – em geral marcadas por certa fragilidade – que se encontravam à disposição nos mais diversos contextos”. SILVEIRA, Marco Antonio. Razão de Estado e colonização: algumas questões conceituais e historiográficas. *História* (São Paulo), vol. 37, 2018, p. 18. Disponível em: <https://cutt.ly/xcZxN2S> Acesso: 08 abr. 2021.

¹²⁹⁵ AMARAL, Braz do. Exposição sobre alguns pontos do período colonial. *RIHGB*, tomo 83, parte I, 1918, p. 499.

¹²⁹⁶ A recente historiografia sobre a centralização política na Colônia aponta que “(...) as tendências centralizadoras sempre coexistiram com outras forças, igualmente fortes, que apontavam no sentido da descentralização política e da manutenção da pluralidade de polos de poder. Depois, revelam que o processo de centralização percorreu um caminho descontínuo, com muitos avanços, mas também com inúmeros recuos, tendo sido levado a cabo por personagens, por forças ou por grupos sociais que, em geral, tiveram pouca consciência do alcance dos seus atos. CARDIM, Pedro. Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime. *Nação e Defesa*, n. 87, 1998, p. 132. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1487> Acesso: 08 abr. 2021.

O governo português transformou a sua visão sobre Colônia em razão, sobretudo, das investidas de outros países nas costas brasileiras, mas também para evitar a emergência de soberanias locais que rivalizassem com a Coroa. A autoridade dos governadores gerais é oficialmente reconhecida no território colonial: “contra ela não se conhecem revoltas dos donatários e seus descendentes, que, isolados uns dos outros e pela maior parte empobrecidos e sem forças, nada fizeram de prático e seguro para se tornarem independentes”.¹²⁹⁷ Percebe-se que a narrativa de Braz do Amaral encaminha-se para a celebração do Poder régio português contemplando toda a sua amplidão governamental no perímetro colonial, impedindo, assim, a sublevação das autoridades locais e a anarquia. É iberista a sua leitura da história. O caso da justiça é um exemplo flagrante. Ela é retirada do círculo de ação dos donatários em razão de mostrar-se como instrumento de poder nas capitânias, favorecendo os representantes locais. Essa ação metropolitana também tem como foco, em consequência, impedir o surgimento de poderes paralelos ao da Coroa.

Em Braz do Amaral há um elogio das formas de colonização portuguesa. Ou seja, a história do Brasil colonial é a implantação bem-sucedida do Poder régio português no Brasil. Amaral concebe que a colonização do Brasil é vitoriosa, conforme este parecer: “Para isso foi preciso tempo, habilidade e uma persistência e tenacidade no alcançar o fim, que é uma das feições mais características da gente portuguesa na sua existência política, tanto na diplomacia, como na administração, qualidade que ela não parece ter legado aos seus descendentes americanos”.¹²⁹⁸ Está claro no excerto o conteúdo da ideia de iberismo, a qual usamos para compreendermos a positivação do passado português entre os intelectuais na República. O governador geral Tomé de Sousa inaugura essa dimensão na política portuguesa nos trópicos, que tende a extinguir os benefícios e as aberturas jurídicas aos donatários e aos seus círculos locais. Há uma racionalização da colonização e da forma como o Poder régio português se faz presente na América:

Foram lentamente cortadas as prerrogativas dos donatários, com expansão da autoridade dos governadores, até que a vinda à colônia de delegados do soberano, com o título de vice-reis, revelou claramente a intenção de encarnar neles o respeito que nos países monárquicos se dá ao imperante, pessoa julgada inviolável e sagrada.¹²⁹⁹

¹²⁹⁷ AMARAL, Exposição... op. cit., p. 499

¹²⁹⁸ Idem, p. 501.

¹²⁹⁹ AMARAL, op. cit., p. 501.

A centralização do poder é necessária para o estabelecimento da unidade (trans)nacional e para a boa governança da Colônia, que deve manter-se passiva face aos ditames metropolitanos, que se fazem presentes através ou dos seus agentes administrativos ou da nobreza da terra.¹³⁰⁰ Essa é uma interpretação da história autoritária? É uma história que está conectada ao presente político da República? De todo modo, para Amaral, “(...) vale a pena notar como aproveitou o Governo a concentração de poderes, indispensável aos olhos de todos, necessitada pelo desenvolvimento da guerra holandesa, na sua primeira fase, para fazer isso que era tanto do seu interesse”.¹³⁰¹

O iberismo de Amaral o faz conceber e aceitar, anacronicamente, uma “ditadura” no Brasil colonial a partir do governo dos vice-reis, os quais possuem, em tese, direito de vida e de morte sobre os súditos. O palestrante acredita que tais poderes

(...) se justificam no interesse de pôr termo a abusos de ordem administrativa, que pouco a pouco se tinham resvalado na colônia, e aí morando, tais como descaminhos do dinheiro público e desvios cometidos por funcionários, de mãos dadas com alguns negociantes, contratadores e gentes que tinham parte no comércio do Reino para as demais colônias”.¹³⁰²

O Poder régio português, que se quer cada vez mais centrípeto com o passar do tempo, para manter a sua posição governamental e a sua representação como autoridade na Colônia, reduz o potencial de entendimento “cívico” dos colonos. Uma das medidas arcaicas, para além das leis centralistas e dos decretos reais, movimentadas para tal intento é a restrição ao acesso dos colonos à educação. É Moreira de Azevedo quem nos informa o *status* da Colônia aos olhos portugueses e a sua posição diante do ensino:

Reconhecia Portugal a vastidão do Brasil, apreciava a sua riqueza de vegetação, admirava os tesouros de diamantes e ouro descobertos nos leitos dos rios, as minas de metais preciosos ocultos na profundidade do solo, saciava-se com as preciosidades que mandava buscar na sua colônia, mas deixava-a envolvida nas trevas da ignorância.¹³⁰³

¹³⁰⁰ Eis, então, o novo mundo político que se abre à Portugal nos primeiros séculos da colonização: “Se a expansão, desde o século XV, e a conquista do Novo Mundo, a partir do XVI, abriram um variado leque de possibilidades de prestação de serviços à monarquia, também agiram no sentido de ampliar o campo de ação da Coroa, permitindo-lhe dispor de novas terras, ofícios e cargos; atribuir direitos e privilégios a indivíduos e grupos; auferir rendimentos com base nos quais concedia tenças e mercês; além de criar uma nova simbologia do poder, remetendo ao domínio ultramarino da monarquia portuguesa. BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack braziliense*, n. 2, 2005, p. 22. Disponível em: <https://cutt.ly/XcLQe6S> Acesso: 08 abr. 2021.

¹³⁰¹ AMARAL, Exposição... op. cit., p. 503.

¹³⁰² Idem, p. 507.

¹³⁰³ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Instrução pública nos tempos coloniais do Brasil. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892, p. 141.

Portugal não ambicionava fomentar, para Azevedo, uma colonização em que os sujeitos ali inseridos se reconhecessem como coparticipes de uma comunidade imaginada paralela. Retirava-se do colono a educação, instituição capaz de esclarecê-lo ante à alienação política, social e cultural imposta pela Metrópole. No limite, como observou o sócio, a visão da Metrópole sobre a Colônia era puramente econômica e extrativista. Mantê-la em estado de ignorância não deixava de ser um projeto arcaísta de poder.¹³⁰⁴

Azevedo informa que Portugal restringiu, através de sua política colonial, o comércio, não ofereceu subsídios para a indústria, mandou destruir os teares, proibiu o ofício de ourives, de lapidadores, de cravadores e de fundidores em Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Senão se investia em nenhuma modalidade industrial no país, não era a instrução pública o alvo da Metrópole. A saber: Portugal queria restringir qualquer forma, ou possibilidade, de existir no Brasil uma esfera e uma opinião públicas. De forma tal que era restrito o alcance do colono junto à indústria da época e à educação. Azevedo nos esclarece essas afirmações com o seu americanismo: não circulam

(...) livros, nem quaisquer impressos, não tolerava que se estabelecesse tipografia alguma, e nem uma escola mandava criar onde se ensinassem os elementos rudimentares da instrução. Sepultado na ignorância, era governado o povo pelo despotismo, pelo terror, era pobre e o Estado rico, vivia abismado no embrutecimento e na miséria”.¹³⁰⁵

Em pleno século XVIII não existia, informa Moreira de Azevedo, uma academia acessível à população em geral voltada aos estudos de ciências. Não havendo outra opção para ingressar nos estudos recorria o colono às escolas jesuítas, mesmo sabendo que a educação ali era voltada para as artes liberais e mecânicas a partir do princípio da *Ratio Studiorum*. O projeto educacional implantado pela Companhia de Jesus no Brasil durante o século XVI apresentava-se como parte integrante da estratégia colonizadora perpetrada pela Coroa portuguesa. Mais um parecer elucidativo de Moreira de Azevedo, agora sobre a instrução primária, é este: “Era deplorável o Estado das escolas primárias em todas as capitanias do Brasil, poucas existiam, e estas exercidas por homens ignorantes. Não havia sistema nem norma para escolha de

¹³⁰⁴ Deve-se lembrar que nesse contexto havia o modelo educacional proposto pelos jesuítas que almejava formar um tipo de sujeito baseado nos princípios escolásticos. Algo coerente com as necessidades e as aspirações daquela sociedade em formação na primeira fase do período colonial. Sobre as relações entre os jesuítas e a Coroa portuguesa vale este comentário: “A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé”. RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. *Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, 1998, p. 43.

¹³⁰⁵ AZEVEDO, Instrução... op. cit., p. 141.

professores, e o subsídio literário não bastava para pagar ao professorado”.¹³⁰⁶ A carta régia de 1799 facultava, segundo Moreira de Azevedo, o vice-rei, os governadores e os bispos o direito de censurar, de castigar e de vigiar a conduta e os procedimentos desses primeiros professores. Mesmo com o ministério dito ilustrado de Pombal, ainda sim parecia minimamente suficiente, na percepção de Azevedo, a instrução pública no Brasil. A política autoritária portuguesa não tolerava nenhuma forma de tipografia em sua Colônia, de sorte que eram raros os livros que circulavam – não havendo entre os colonos, no geral, o hábito da leitura.¹³⁰⁷ As escolas eram poucas e mal dirigidas, a frequência era baixa e havia um número diminuto de mulheres. Parece que a Metrópole conhece a sentença: saber é poder.

A transferência da Corte para o Brasil em 1808 melhorou, de algum modo, a situação da instrução pública no Brasil. Todavia, se há nesse contexto a abertura de escolas nas cidades e vilas mais importantes da Colônia, não havia interesse em regularizar o ensino, em escolher os melhores professores e quem lhes orientasse pedagogicamente. Em suma, “(...) ensinava cada um de modo que lhe parecia mais cômodo, e não havia método nem sistema, um plano organizado pelo governo. Os mestres eram nomeados sem concurso, e sem que fosse avaliada a moralidade de suas ideias e costumes”.¹³⁰⁸ Não deixava de existir, de uma forma ou de outra, restrição sobre livros, panfletos e impressos em geral.

Outra maneira pela qual o Poder régio português se impôs sobre a Colônia, no sentido de dominação ideológica, foi através do controle relativo sobre a fé dos habitantes do Brasil. Para esse fim dito civilizador concorreu a Igreja católica, mais especificamente a partir da Companhia de Jesus, ou seja, através dos jesuítas.¹³⁰⁹ Para tanto, vejamos a figuração do “apostolado evangelizador” de José de Anchieta realizada por Luiz Gastão d’Escragnolle Dória na década de 1910. Mas antes relatamos, aqui, as relações entre a Igreja e o Poder régio nos primórdios da colonização: “Enquanto Tomé de Sousa e seus auxiliares tratavam da cidade de Salvador e do tamanho de sua circunvizinhança, o padre Manoel da Nobrega e seus

¹³⁰⁶ *Idem*, p, 148.

¹³⁰⁷ É possível perceber esta dinâmica na censura da leitura por parte da Metrópole: “Desejando manter sob controle os pensamentos e os desejos de seus súditos, a Coroa portuguesa tentava examinar toda matéria escrita em circulação em seus domínios, exigindo daqueles que tencionassem transportar livros o preenchimento de pedidos de autorização submetidos à instituição de censura competente”. ABREU, Márcia. *Leituras no Brasil Colonial. Remate de Males*, s/d, p. 1.

¹³⁰⁸ AZEVEDO, *Instrução...* op. cit., p. 153.

¹³⁰⁹ Não há uma instituição tão cheia de ambiguidades como é a Companhia de Jesus no Brasil colonial. A clássica leitura de Simão de Vasconcelos vem ao caso: “nenhuma instituição humana há sido julgada com mais parcialidade do que a dos jesuítas: para uns foram eles a idealização do poder católico, o tipo mais perfeito do ministro do Evangelho, numa palavra verdadeiros apóstolos, como em sua aparição, os denominou o povo; para outros simboliza o instituto de Loyola a falsificação da fé, o relaxamento das máximas da moral cristã, a corrupção da disciplina eclesiástica, quando exigiam-no os interesses de sua egoísta política”. VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes/ INL/MEC, 1977, p. 40.

companheiros cuidavam de traçar o sulco da ideia divina no coração da gente da terra”.¹³¹⁰ Vê-se, portanto, que é um projeto explícito de colonização. Em um primeiro momento o estabelecimento da conquista do território. Em uma segunda ordem a “civilização” da população com propósitos de controle. Dória é claramente iberista, e isso fica explícito na significação dada ao trabalho missionário de Anchieta e ao elogio às autoridades reinóis: “Aí começam os trabalhos de José de Anchieta, sob a sotaina, a farda de Deus. A esse tempo se desenvolvera no Duarte da Costa, tão encaiporado quão venturoso fora o seu antecessor”.¹³¹¹

A Companhia de Jesus age, percebemos isso nos escritos de Dória, como um segmento civilizador do projeto colonial português. A aculturação catequista dos indígenas, por exemplo, é fator, antes de mais nada, de dominação. Os exercícios doutrinários de Anchieta são símbolos da aproximação de interesses entre a Coroa e a Igreja:

No programa da vida americana de Anchieta cabem dois pontos capitais: a causa da Coroa e a causa dos índios”. “(...) Evangelizando, negociando, impondo-se como mediador as silvícolas, Anchieta defendeu a causa da Coroa. Tratou-a com o mesmo ardor de Nobrega e seus companheiros de Companhia, por largos períodos.¹³¹²

O iberismo de Dória faz a sua narrativa sobre o período colonial ser orientada pela formação civilizadora do Poder régio e da Igreja sobre a Colônia, significando, então, a paulatina expansão do território e o estabelecimento das leis, de um lado, e de outro o aplainamento das diferenças culturais através da religião católica, havendo até mesmo um processo de docilização dos corpos.¹³¹³ Isso é exposto nesta narrativa elaborada pelo autor:

Deixemos à margem a conservação da unidade territorial. Contemplemos mais perto de outro serviço inestimável da Companhia, o manejo da raça indígena submissa ao aceno dos missionários, dirão talvez inutilizada por ele. Mas basta que o missionário ausente para que a antiga hostilidade contra o invasor reapareça, violenta, veloz, implacável. Basta que o missionário surja de novo para obter de novo o silvícola a paz, o respeito e a ordem.¹³¹⁴

Dória faz, como já vimos, um elogio à colonização. Para ele a herança ibérica conforma a identidade brasileira. “Está hoje reconhecido que aos portugueses, malgrado erros e deslizes,

¹³¹⁰ DÓRIA, Luiz Gastão d’Escragno. A significação da obra de Anchieta na história do Brasil. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte I, 1913, p. 591.

¹³¹¹ DÓRIA, A significação... op. cit., p. 592.

¹³¹² Idem, p. 594.

¹³¹³ Nos socorremos nesse ponto no clássico estudo de Michel Foucault sobre a docilização dos corpos no mundo moderno: “Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina”. FOUCAULT, Michel. “Corpos Dóceis”. In: _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 164.

¹³¹⁴ DÓRIA, A significação... op. cit., p. 600.

cabe a glória de haver precedido os demais povos modernos na colonização, no sentido moderno da palavra”.¹³¹⁵ Para tanto, a Campanha de Jesus é, como abordado, detentora do elemento moral da conquista do processo de colonização.

Outra forma do Poder régio se fazer presente entre os colonos era, também, por meio da Igreja, mais especificamente através da inquisição, ou Santo Ofício. A Igreja era, no projeto colonial lusitano, a responsável por educar a população e por, em tese, torná-la civilizada. Seja como for a inquisição era uma instituição que docilizava os corpos dos colonos, disciplinando, na medida do possível, os seus comportamentos e as suas atitudes. Ela era um dispositivo do poder ideológico metropolitano em sua ambição de vigiar, de controlar e de punir os colonos. Através dela os súditos interiorizavam, naturalizando-as, formas de agir no mundo.

Em outra leitura, a Colônia aparece como um ambiente, inicialmente, de refúgio diante dos tentáculos civilizadores da Igreja. Para o historiador João Lucio de Azevedo,

A vastidão do território, a esparsa população, o apartamento de parentes, que eram nas causas julgadas pelos inquisidores as testemunhas principais, a ausência do órgão de repressão, tudo isso tornava o Brasil abrigo seguro dos que, sobretudo pela tendência inata de o exclusivismo da raça, se desviam da crença obrigatória no país”.¹³¹⁶

Porém, essa situação tende a mudar. Por exemplo: uma parcela da população que sofre com a censura é a dos judeus, ou dos chamados “cristãos novos”. Eles são impedidos de tornar públicos os ritos particulares do seu credo. “Milhares e milhares de processos, denúncias, testemunhos, confissões, autos de tormento e sentenças finais, algumas de morte, são dirigidas aos cristãos novos”.¹³¹⁷ De todo modo, a continuada interiorização das normas religiosas do catolicismo é tão bem-sucedida que os colonos passam a se autovigiar.¹³¹⁸

Azevedo informa que são três as visitas oficiais dos inquisidores nos séculos XVI e XVII: 1591, 1618 e 1627. Nessas visitas são criadas missões apostólicas que saem da Bahia e dirigem-se ao sul do país. Sabe-se, todavia, que na segunda visita muitos luso-brasileiros pedem asilo em Buenos Aires temendo os atos dos inquisidores. Em 1626 é nomeado mais um

¹³¹⁵ Idem, p. 501.

¹³¹⁶ AZEVEDO, João Lucio. Notas sobre judaísmo e a Inquisição no Brasil. *RIHGB*, tomo 91, parte I, 1922, p. 680.

¹³¹⁷ AZEVEDO, Notas... op. cit., p. 681.

¹³¹⁸ A pesquisadora Lana Lage da Gama Lima nos faz entender a prática processual do Tribunal do Santo Ofício português. Característica marcante do processo inquisitorial é a reiterada busca da autoacusação do réu, “expressada na pregação constante para que confessasse suas culpas e no uso da tortura como forma de extrair confissões. Não se pode esquecer de que esse estilo de processo de origem romana, conhecido por *inquisitio*, elevou a confissão à categoria de ‘rainha das provas’”. LIMA, Lana Lage da Gama. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição: o suspeito é culpado. *Revista de sociologia e política*, n. 13, 1999, p. 17. Disponível em: <https://cutt.ly/fcLNxTi> Acesso: 08 abr. 2021.

inquisidor geral, que cria no Rio de Janeiro o ofício de tesoureiro do fisco, indício consistente da existência de procedimentos de sequestro dos bens dos réus. Os locais mais assolados pela perseguição são Bahia e Rio de Janeiro. Daí o fio das denúncias leva a inquisição ao coração das Minas em meados do século XVIII.

O historiador português discorda de Varnhagen no que se refere à primazia dos atos inquisitoriais: se ordenados do Brasil ou da Corte portuguesa. Varnhagen acredita que seja um dispositivo político de controle local, porém, João Lucio de Azevedo, com subsídios empíricos mais avolumados, discorda da sentença: “Era de Lisboa, no palácio dos Estaus onde a inquisição centralizava seus terrores, que se despendia o raio para ferir além-mar os desaparecidos apostatas”.¹³¹⁹ O controle e a vigilância dos colonos partem, portanto, de Portugal, senhor das ações e dos costumes luso-brasileiros.

Em suma, João Lucio de Azevedo argumenta que as listas dos réus do Santo Ofício são documentos interessantes que abrem margem ao estudo da história das instituições e do cotidiano na Colônia. Neles se pode seguir a história de famílias inteiras envolvidas com a inquisição, tanto os réus quanto as testemunhas; se conhece as “classes” existentes na Colônia; “se induz o Estado moral da sociedade”; se descobre laços de parentesco, residência, profissões e particulares da vida colonial, a qual passa pelo insistente controle político, social e cultural da Metrópole diante das tendências autonômicas locais.¹³²⁰ Era uma forma de compreensão, em última instância, de como o projeto de conquista colonizadora se entrelaçava com o projeto ideológico civilizador.

A autonomia brasileira: entre o patriarcalismo e o nativismo patriótico

Tal o império dos costumes, tal a fraqueza das leis de administração e de justiça na Colônia. Eis, então, o dilema vivenciado no período colonial entre a institucionalização da espera pública metropolitana e o poder assumido pela localidade diante da ausência do Poder régio. Esse pêndulo movimentava os assuntos públicos entre Brasil e Portugal durante o período colonial, conforme se vê na historiografia republicana. Exemplo desse estado de coisas pode ser encontrado através da emergência no Brasil daquilo que o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe chama de *pater-famílias*, que em última instância são as autoridades naquele contexto.

Na antiguidade romana o *pater-família*, ou chefe de família, possui sobre seus escravos, sua mulher e seus filhos não um poder ordinário, mas um direito de propriedade pleno e inteiro,

¹³¹⁹ AZEVEDO, Notas... op. cit., p. 682.

¹³²⁰ AZEVEDO, Notas... op. cit., p. 686-87.

isto é, “direito de condenação sobre sua mulher e seus filhos; direito de vender estes últimos, de explorá-los, sobretudo quando eram disformes”.¹³²¹ Por mais que o termo e a instituição sejam mais conhecidos através do exemplo romano, o poder patriarcal se manifesta em outras sociedades. Em resumo, na antiguidade clássica localiza-se na família o fundamento básico das instituições políticas. Segundo Araripe: “O Estado não tinha então encargos tão complexos como hoje; deixava pois o indivíduo sem essa tutela imediata e incessante da autoridade pública, que é um flagelo das sociedades modernas”.¹³²² Percebe-se que a família não é, na antiguidade, um simples agregado civil. Ela é concebida como uma entidade política, tendo por essa razão as suas práticas de poder coercitivas internas. O Conselheiro Araripe nos esclarece a natureza dos *pater-famílias*: “Esta instituição nasce da fraqueza das sociedades primitivas, que ainda não têm o poder público suficientemente organizado, de sorte que possam acudir a todas as necessidades da comunhão em seu mais amplo desenvolvimento”.¹³²³

Tristão de Alencar de Araripe argumenta que essa organização familiar é ingênita às sociedades nascentes, de tal forma que ela se revela nas novas formações sociais independentemente da legislação existente, escrita ou praticada. É o que acontece com o caso brasileiro. Os portugueses, no processo de implementação das suas leis nas novas terras, vindo a povoar e a organizar a sua legislação, lidam com a situação de que elas nem sempre se aplicam por meio de uma execução exata, na medida em que a sua autoridade não alcança todas as localidades que surgem a partir da colonização, por onde vai, então, a população crescendo. De forma tal que “fora da ação imediata do poder autoritário, surgiu a instituição forçosa dos *pater-famílias* dos antigos tempos. O arremedo dessas eras primitivas realizou-se no Brasil; se a

¹³²¹ Cf. ARARIPE, Tristão de Alencar. *Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais*. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892.

¹³²² ARARIPE, *Pater-famílias...* op. cit., p. 16.

¹³²³ Idem, p. 17. Tristão de Alencar Araripe não é a única voz na historiografia brasileira da Primeira República a trabalhar com a ideia de *pater-família*, ou patriarcado. Oliveira Vianna, em *Populações Meridionais do Brasil*, oferece uma definição bem-acabada acerca do poder patriarcal durante o período colonial. Para o intelectual carioca, essa forma de poder tem uma presença marcante em nossos caracteres como povo: “Na alta classe rural, o contrário. É imensa a ação educadora do *pater-famílias* sobre os filhos, parentes e agregados, adstritos ao seu poder. É o *pater-famílias* que, por exemplo, dá noivo às filhas, escolhendo-o segundo as conveniências da posição e da fortuna. Ele é quem consente no casamento do filho, embora já em maioridade. Ele é quem lhe determina a profissão, ou lhe destina uma função na economia da fazenda. Ele é quem instala na sua vizinhança os domínios dos filhos casados, e nunca deixa de exercer sobre eles a sua absoluta ascendência patriarcal. Ele é quem os disciplina, quando menores, com um rigor que hoje parecerá bárbaro, tamanha a severidade e a rudeza. Por esse tempo, os filhos têm pelos pais um respeito que raia pelo terror. Esse respeito é, em certas famílias, uma tradição tão vivaz, que é comum verem-se os próprios irmãos cadetes pedirem a bênção ao primogênito. Noutras, as esposas chamam ‘senhor’ aos maridos, e esses, ‘senhoras’ às esposas. O sentimento de respeito aos mais velhos e de obediência à sua autoridade, tão generalizado outrora no nosso meio rural, é também uma resultante dessa organização cesarista da antiga família fazendeira. VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2005. p. 100.

instituição não estava na lei, transparecia no fato”.¹³²⁴ A lei portuguesa autoriza o pai de família a castigar e a prender os seus familiares. Eis, então, a lei coercitiva da família portuguesa, a qual os primeiros colonos dão extensão, transformando-a em direito *lato*. Por meio de um olhar retrospectivo Araripe admite essa herança ibérica no Brasil do século XIX. De fato, há na história brasileira um poder parental, nascido lá no período colonial, que está acima da jurisprudência em vigor: “O poder parental, que, não obstante as leis, existiu de fato no Brasil, nas condições expostas, transparece em muitos fatos, que repetiam-se nas fazendas criadoras dos nossos sertões, e nas fazendas agrícolas das nossas províncias fabricantes de açúcar”.¹³²⁵ Um exemplo de *pater-família* contemporâneo é o senhor de engenho.¹³²⁶

Voltando ao cenário colonial: o colono fundador de uma família só por meio da morte perdia o seu poder sobre a sua descendência, formando ao redor de si uma crescente parentela, a quem dirigia a sua autoridade moral. O *pater-família* dispensava a autoridade pública. Ele era, enquanto instituição, um poder local paralelo ao Poder régio. Por mais que Portugal avançasse em sua governantabilidade sobre a Colônia tornava-se impossível refrear essa autonomia local. Digamos que o “grande Leviatã” foi gravemente ferido pelos *pater-famílias* coloniais, as verdadeiras autoridades representativas na Colônia. Araripe sugestionou que essa forma de poder político, com todos os seus danos para a vida pública, ainda estava presente no contexto em que está inserido.

Os *pater-famílias* do Brasil formam a elite colonial. É uma herança ibérica que muitas vezes se volta contra a própria Metrópole. Porém, Tristão de Alencar Araripe tem uma leitura americanista da história do movimento colonial, mesmo que dominado pelos *pater-famílias*. Para o sócio cearense, a América colonizada se afasta da Europa colonizadora em função da distância, sendo que entre elas há um considerável intervalo social. Não parece crível, pois,

(...) a permanência da união política, desde que as populações subordinadas julgavam-se aptas para viver sobre si, e fora da tutela e da imediata direção de governos longínquos, e quando aliás a distância do centro diretor enfraquece

¹³²⁴ ARARIPE, Pater-famílias... op. cit., p. 18

¹³²⁵ Idem, 18-19.

¹³²⁶ Na década de 1930 Gilberto Freyre reforçou a ideia da instauração de um poder patriarcal no Brasil colonial. Freyre argumenta que a família é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil. A sua aristocracia colonial é a mais poderosa de toda a América, o que revela a inoperância da ação individual dos sujeitos. A colonização assenta-se na família patriarcal. Através dela é possível ver o resultado do sistema econômico, político, militar e principalmente social. Segundo o intelectual pernambucano, “familismo no Brasil compreendeu não só o patriarcado dominante — e formalmente ortodoxo do ponto de vista católico-romano — como outras formas de família: parapatriarcais, semipatriarcais, antipatriarcais (...), extrapatriarcais, extracatólicas”. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 137.

a ação diretriz, e assim anima a tentativa da independência, sempre suscitada pelo orgulho e interesses dos povos novamente formados.¹³²⁷

Ou seja: a partir do momento em que havia na Colônia condições materiais e sociais para uma possível emancipação se tomava a consciência das diferenças em relação à Metrópole. Era um processo de autoidentificação e de afirmação do sentimento patriótico.

Parece uma consequência lógica, para Tristão de Alencar Araripe, que o continente americano siga o destino fatal de outros países e regiões colonizados no passado. O estabelecimento colonial pode viver, orientar-se e dirigir-se por si próprio, resultando, pois, na emancipação. É isso o que acontece com o mundo antigo. Da Ásia à Europa, do oriente ao ocidente: “essa é a lei de emigração dos povos do levante para o poente veio ainda a verificar-se na América nos novos tempos”.¹³²⁸ As populações da Europa ocidental colonizam a América, enquanto que os luso-brasileiros imitam o mesmo processo com a população e os territórios nativos. Isso é, para Araripe, uma lei histórica.

O Conselheiro Araripe oferece um caso brasileiro para explicar o movimento independentista na América, em que se explica a forma de sublevação dos colonos diante do poder opressor da metrópole. A passagem é lapidar para compreendermos a luta entre colonos e colonizadores, entre Metrópole e Colônia, entre centro e periferia:

Em todos os tempos o povo colonizador procurou manter certa superioridade sobre o povo colonizado, desde muito cedo levantam-se divergências, com que a sujeição busca contrariar a supremacia do dominador para estabelecer a igualdade de condição de ambos os lados. A luta desperta o desejo da independência, única situação capaz de destruir o domínio tornado violento pela necessidade de suplantar a resistência, e por isso antipático às vítimas do poderio prepotente.¹³²⁹

No Brasil pode-se dizer, segundo Araripe, que são os pernambucanos de 1710, os conhecidos “mascates”, mercadores locais e de ascendência portuguesa (mas identificados com a Colônia), os primeiros a sublevarem no Brasil autonomicamente. O embate se dá entre os comerciantes de Recife e a aristocracia latifundiária de Olinda. A historiografia republicana denomina esse movimento como “revolta nativista”. A opção de governo dos mascates é considerada “republicana”.¹³³⁰ Essa ideia, considerada radical para época, não prevalece. A

¹³²⁷ ARARIPE, Tristão de Alencar. Movimento colonial da América. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1893, p. 94.

¹³²⁸ ARARIPE, Movimento... op. cit., p. 93.

¹³²⁹ Idem, p. 100.

¹³³⁰ Há uma linguagem republicana unificadora dos mitos de origem pernambucanos, consequentemente brasileiros, na Primeira República: “Expulsão dos batavos, Guerra dos Mascates, revolução de 1817 e Confederação do Equador correspondiam a momentos diferentes de um mesmo passado solidário; exprimir uma reserva no tocante a qualquer deles, sobretudo ao acontecimento fundador, equivalia a pôr todos em tela de juízo”. MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova

autoridade Real se reestabelece por meio da escolha de um governador simpático aos “mascates”, mas capaz de apaziguar o seu temerário patriotismo. “Foi esta comoção popular o primeiro brado erguido na América pelo colono contra o colonizador. Não vingou a agitação sediciosa, e os Pernambucanos foram suplantados; porém o gérmen fecundo da libertação colonial ficou lançado no solo americano, que o recebia com favor”.¹³³¹ Em 1714 o rei de Portugal Dom João V anistia, em uma atitude política, os envolvidos em tal contenda libertária.

O pensamento patriótico pernambucano não era voz solitária no Brasil colonial. Em Minas Gerais do ano de 1789 verificava-se um clima de conspiração entre letrados e pessoas públicas da Capitania, em que se falava, no entender de Araripe, sobre a possibilidade de o Brasil tornar-se independente sob a forma republicana. Porém, não havia tempo para tanto, nem meios de organizar elementos para uma luta material. Os envolvidos foram presos e submetidos ao rigor da lei. De todos os participantes do movimento, chamado de Inconfidência Mineira, conspiratório apenas Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi condenado a uma morte ignomínia. Porém, o seu exemplo e a sua imagem assombram os autoritarismos futuros: “condenado e supliciado no patíbulo para reprimir a liberdade, foi depois a sua sombra um fantasma aterrador da realeza. Os serviços póstumos das vítimas do despotismo têm valor incomparável, e desafiam a apoteose dos povos ao despedaçarem estes o jugo opressor”.¹³³²

Se colônias espanholas prosseguem na luta em favor da ideia separatista, no Brasil os “patriotas” ambicionam colocar fim ao domínio português. Por diferentes frentes promove-se a propagação das aspirações e das ideias libertadoras, alimentadas pelo “desgosto causado aos naturais do país pela prepotência e menosprezo dos dominadores de origem europeia, em cujo poder estavam os cargos públicos e os gozos sociais”.¹³³³

Supostamente por meio da maçonaria as ideias liberais chegaram à Pernambuco. A rivalidade entre os súditos americanos e os súditos europeus excitava o movimento. Em 1817 Pernambuco é palco de uma revolução com ideais republicanos. Após a tentativa frustrada do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro de abafar a conspiração entre os militares, as sociedades secretas e o clero agitaram Recife e instauraram um governo republicano.¹³³⁴ As

Fronteira, 1986, p. 378.

¹³³¹ ARARIPE, Movimento... op. cit., p. 101.

¹³³² Idem, p. 103.

¹³³³ Ibidem, p. 106.

¹³³⁴ José Murilo de Carvalho demonstra, em *A Formação das Almas*, que nunca a construção/elaboração historiográfica esse fez tão presente na vida social e política brasileira como na transição da Monarquia para a República. Nessa situação, o poder público sente a demanda da criação de valores republicanos junto à consciência popular, valendo-se, para tanto, “de uma ideologia que ajuda a propagar os símbolos, as alegorias, os rituais e mitos do novo regime. É nesse sentido que devemos compreender os nativismos republicanos do período colonial”. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo:

Capitanias da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Alagoas e do Ceará aderiram a causa patriótica. A nova República pregava, para Araripe, o patriotismo e a fraternidade. Mas durou pouco essa experiência política, e tão logo as forças de Dom João VI reintegraram Recife e puseram fim a dita revolução.

Havia outras formas de acentuar a autonomia da Colônia diante do poder Real metropolitano que não fosse o enfrentamento bélico. A produção artística era uma dessas formas de ampliar a consciência dos colonos para o vislumbre de liberdade. Antônio da Cunha Barbosa argumenta, em *Aspectos da arte brasileira colonial*, que ao mesmo tempo que a Metrópole proíbe a abertura de tipografias, a criação de associações literárias e científicas, o estabelecimento de livrarias, obsta, também, todo o progresso nas artes. Tem receio a Coroa que esse desenvolvimento prepare a emancipação política do Brasil: “(...) e, na verdade, tinha razão. A poesia e a arte começaram a quebrar o jugo colonial, inspiradas pelo patriotismo lançaram no espírito público os germens da nossa futura regeneração”.¹³³⁵ A arte anteciparia, para Barbosa, os ideais libertários antes mesmo das movimentações políticas. Essa clarividência mostra-se essencial para que os colonos se identifiquem como comunidade de origem e de destino: “a inspiração artística andou mais apressada que o plano dos políticos, sonhavam talvez os filhos da arte com a independência do ninho pátrio, antes dos acontecimentos políticos haverem demonstrado a resolução desse importante problema”.¹³³⁶ A poesia, a música, a pintura e a escultura estão, para o autor, intimamente ligadas aquele processo histórico, porém, “faltam às gerações que se sucedem a linguagem da rima, do som, da cor e da linha, que sobre o ponto de transmissão de pensamentos faz da humanidade uma só família”.¹³³⁷

Quem estudar o(s) movimento(s) artístico(s) do Brasil colonial tem forçosamente a necessidade de visitar os monumentos dos jesuítas e das ordens religiosas, dado que, como na instrução pública e na literatura, eram esses padres os responsáveis por ensinar, cultivar e difundir a arte nos primeiros anos da colonização. Os jesuítas ensinavam as artes liberais e as artes mecânicas aos indígenas, os aculturando, posto que eles possuíam as suas formas próprias de expressão artística, muitas das vezes em rituais. Todavia, acontecia que o indígena não recebia esses ensinamentos de forma passiva. Ele apropriava-se das técnicas ensinadas pelos jesuítas, como o douramento, a pintura, a escultura, a ourivesaria, a carpintaria, a marcenaria e tecelagem, emprestando um estilo único às construções daquelas ordens religiosas.

Companhia das Letras, 1990.

¹³³⁵ BARBOSA, Antônio da Cunha. *Aspectos da arte brasileira colonial*. *RIHGB*, tomo LXI, parte I, 1898, p. 95.

¹³³⁶ BARBOSA, *Aspectos...* op. cit., p. 95.

¹³³⁷ *Idem*, p. 96.

Ademais, o século XVIII trouxe à tona, para Max Fleiuss, diversos intelectuais e literatos que retrataram a Colônia a partir da sua identidade singular diante de Portugal, bem como a representaram autônoma diante da Metrópole. Entre eles estavam: Antônio José, Basílio da Gama, Santa Rita Durão, Tomás Antônio Gonzaga, Claudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, Pereira Caldas, Moraes e Silva, Hipólito da Costa, Azeredo Coutinho, Vilela Barbosa, Nogueira da Gama, Coelho de Seabra, Conceição Veloso e José Bonifácio. Todos eles, e respeitando os seus raios de ação literária e intelectual, elaboraram representações unitárias do Brasil, em que se acoplava as diversidades regionais e efetivava-se uma diferenciação identitária ante a Portugal, que podia ser, por exemplo, através da figuração do índio como símbolo brasileiro, por meio da natureza, ou mesmo através da diferenciação das literaturas.

Para Max Fleiuss, o terceiro centenário terminara em condições que anunciavam para um futuro não muito distante a instituição de um Estado-nação a que o espírito liberal de muitos brasileiros concorrera através de uma disposição política ou intelectual atuante. Além dos intelectuais e dos literatos aludidos, outros apresentam-se a partir de uma presença inestimável, posto que atuantes junto à opinião pública, “formando uma plêiade que inscreveu seus nomes nos fatos da história pátria como seus melhores servidores. As ideias de liberdade acentuavam-se e nos horizontes políticos do Brasil surgia, como uma aurora esplêndida e próxima, o movimento de sua independência”.¹³³⁸

A expansão geográfica do Brasil

Basílio de Magalhães era, certamente, a maior autoridade brasileira na década de 1910 no que tangia ao estudo da formação do espaço brasileiro. Em 1914, o seu livro *Expansão geográfica do Brasil* ganhou o prêmio de melhor monografia apresentada no 1º Congresso de História Nacional promovido pelo IHGB. A visualização do ambiente geográfico era operada por Magalhães através da antiga cronística cotejada com documentos oficiais.¹³³⁹ O interessante na abordagem de Magalhães é que ela se estruturava em paralelo com a crítica histórica no

¹³³⁸ FLEIUSS, Centenários... op. cit., p. 110.

¹³³⁹ Esse modelo de abordagem do espaço geográfico brasileiro torna-se conhecido através das pesquisas de Capistrano de Abreu. No entanto, Basílio de Magalhães avança a sua descrição geográfica Brasil adentro: “Capistrano de Abreu reproduziu em seus retratos da colônia a localização física dos cronistas coloniais, ou seja, descreveu a paisagem como se ele, narrador, estivesse situado na costa, observando o Brasil como alguém que está aportando. Jamais ultrapassou a linha formada pelas terras efetivamente apropriadas, dominadas e povoadas pelos colonos. Além desse território estava o sertão, mas, embora afirme a sua importância para o entendimento da formação do Brasil, jamais o penetra, esboça-o como se estivesse muito longe. Quando busca avançar sobre o sertão, a sua descrição perde objetividade e o que exhibe é um cenário caracterizado de forma genérica por seus aspectos geográficos, sugerindo uma natureza virgem”. CORRÊA, Dora Shellard. *Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. Revista Brasileira de História*, vol. 26, n. 51, 2006, p. 66. Disponível em: <https://cutt.ly/zcLIZmI> Acesso 08 abr. 2021.

primeiro nível da narrativa, isto é, o leitor tem a possibilidade de acompanhar todo caminho de pesquisa realizado pelo autor. Para esta sessão em especial abordamos dois artigos de Magalhães saídos na Revista do IHGB: *A conquista do Nordeste no século XVII* e *Bandeirismo no Brasil. Subsídios para o estudo desse importante fenômeno da nossa evolução*. O tema da interiorização do país, desde ao menos as pesquisas de João Capistrano de Abreu, tornava-se prioridade para aqueles que se arrogavam historiadores na Primeira República. Primeiro, por demonstrar o enraizamento patriótico dos primeiros(as) brasileiros(as) com o território local. Segundo, por conta das teorias do determinismo mesológico, especialmente as de Buckle e as de Taine, com grande circulação nesse contexto, asseverarem a incapacidade dos luso-brasileiros de progredirem materialmente. Ou seja: as entradas, as bandeiras, a expansão geográfica eram amostras incontestáveis da inoperância dessas leis, posto que os sujeitos situados aqui no Brasil eram capazes de submeter os elementos da natureza intrepidamente. Terceiro, em razão dos Estados federados buscarem a sua genealogia na República, o que implicava, necessariamente, que remontassem ao passado geográfico de cada um. No caso paulista a epopeia bandeirante apresentava-se como a sua “ficção de fundação”.¹³⁴⁰

A interiorização no Nordeste, região destacada nos primórdios da colonização, foi obra das atividades particulares de alguns sujeitos históricos autônomos, obviamente bem situados na Colônia no contexto aqui abordado, ou seja, o século XVII. Não havia um projeto por parte da Metrópole de interiorização da Colônia. A expansão geográfica brasileira foi obra dos seus colonos. Eles foram os responsáveis pela feição geográfica do Brasil, o que não era pouca coisa, na medida em que o sentimento patriótico era alimentado pela disposição territorial da nação. Sendo obra de particulares Basílio de Magalhães os chama de “heróis”. Como dito, foram esses sujeitos históricos, que mais tarde receberiam a designação de bandeirantes, os responsáveis por modelar o corpo geográfico nacional. Os ditos “heróis” da conquista do Nordeste foram, entre outros, Francisco Dias d’Ávila, Domingos Afonso Sertão e Domingos Jorge Velho. Distinguiu-se o primeiro pelo alargamento que deu aos seus domínios da Casa da Torre. Enquanto isso o segundo era lembrado em razão do estabelecimento de inúmeras fazendas de gado no Piauí. A pecuária é considerada por Magalhães uma das principais formas de alargamento geográfico do país, bem como para o estabelecimento de colonos em um território propenso a colonização. Já o terceiro era evocado pela fidelidade à Coroa, distinguindo-se pela extensão da sua atividade no tempo e no espaço, especialmente no auxílio que emprestou ao

¹³⁴⁰ Faça uma referência explícita ao estudo de SOMMER, Doris. *Ficções de fundação*. Os romances nacionais da América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

poder Real tanto na pacificação e no aprisionamento dos indígenas quanto na destruição de Palmares.¹³⁴¹ Vê-se que o processo de ampliação geográfica foi marcado pela subjugação forçada de culturas - muitas delas vinculavam-se a um território ancestral - e de controle e de extermínio de populações que não faziam parte da cartografia brasílica, como Palmares.

Só pelo título do texto de Magalhães, *A conquista do Nordeste no século XVII*, já encontramos implicações acerca do não reconhecimento civilizatório das populações que ali se estabeleceram. Se partilhava a consciência de que a colonização em sua forma geográfica aplainava qualquer diferença cultural e social ali existente. De qualquer maneira, a interiorização da colonização pela região Nordeste mostrava-se, em sua maior parte, como um episódio que não era devido à caça ao ouro ou às pedras preciosas, ou do escravo indígena, mas, sim, em razão da formação de estâncias de gado, isto é, zonas de criação. Em suma, a conquista do Nordeste não foi, por isso mesmo, um processo de entradas ou bandeiras nos intuitos mineralógicos ou escravagistas. Revela-se em sua maior parte saídas não do mar para o interior, porém, do *hinterland* para a região atlântica.

Essa foi a expansão do Nordeste. A construção histórica da sua geografia. No entanto, era do Sudeste que partiam as iniciativas mais agudas de conquista do território brasileiro. Surgiu, então, um personagem capital para a história pátria: o bandeirante paulista.¹³⁴² Ele era considerado o responsável por oferecer às gerações futuras uma fisionomia geográfica para a pátria. Se a noção de pátria tinha, em um primeiro nível, uma relação estreita com o território ancestral de origem dos cidadãos, podemos dizer que o bandeirante foi um dos mais notáveis responsáveis pela construção da geografia do Brasil. Antes de iniciar a sua explanação sobre o movimento bandeirante, Magalhães aciona Sílvio Romero para delimitar o *topos* temático da historiografia na República concernente ao conhecimento do interior do Brasil: “sabemos mais e melhor da história do antigo Egito, depois dos grandes descobrimentos modernos, do que da

¹³⁴¹ MAGALHÃES, Basílio de. *A conquista do nordeste no século XVII*. *RIHGB*, tomo 85, parte I, 1919.

¹³⁴² A produção intelectual de Basílio de Magalhães insere-se no contexto historiográfico da passagem para o século XX, em que há a proeminência do legado histórico paulista na elaboração das representações sobre a nação brasileira. Destaca-se no imaginário nacional a epopeia bandeirante e a sua importância na integridade e na expansão territorial. A figura do bandeirante paulista passa a ser totalmente identificada com a formação territorial do Brasil. O Brasil deve aos bandeirantes a fisionomia das suas fronteiras, obra da penetração sertanista. De acordo com Kátia Maria Abud, “os historiadores paulistas enfatizaram aspectos e deram consistência às representações do bandeirante como símbolo paulista, a ser imposto a toda nação, como construtor da integridade territorial brasileira”. ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 1986, p. 379-388. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000718219> Acesso: 04 dez. 2020. As ações na conquista ganham a sua dimensão representacional integral: bandeirismo e expansão de território, apropriação das terras indígenas, tudo ancorado por uma suposta ação civilizadora desses sujeitos, virtuais construtores da nação.

história do interior da nossa própria Pátria”.¹³⁴³ Era o bandeirante que se lançava na missão de conquistar e de povoar os sertões brasileiros, isto é, de triplicar a área do território nacional.¹³⁴⁴

Dois movimentos no passado colonial brasileiro são fundamentais para a sua expansão geográfica: a “epopeia pernambucana”, procedente das invasões holandesas, e a “epopeia paulista das bandeiras, oriunda das impulsões indômitas da raça, das condições do *habitat* e de circunstâncias políticas”.¹³⁴⁵ O movimento bandeirante constitui-se como obra dos mamelucos, argumenta Basílio de Magalhães. O certo é que os portugueses, menos de meio século após o início da colonização, cogitaram e imaginaram desvendar o caminho dos metais preciosos. Mas todas as tentativas realizadas sob esse escopo, sob o influxo metropolitano ou dos reinóis situados no Brasil, malograram. Era preciso que surgisse nos elevados do Piratini um núcleo de fortes mamelucos para iniciar a saga pelos sertões - aquém e além do Tratado de Tordesilhas.

Desde a entrada de Pero Lobo, no ano de 1531, até a jornada de Agostinho Barbalho Bezerra, em 1664, já à beira do Rio Doce, a ação da Metrópole, nesse mais de um século, só acumulou perdas e reveses. O poder Real não conseguiu, pois, estruturar uma bandeira que descobrisse de forma totalmente acertada as rotas para os metais preciosos.¹³⁴⁶ Todavia, os mamelucos paulistas, nesse meio tempo, já conquistaram algumas províncias jesuíticas, capturando e escravizando os indígenas, bem como iniciaram o povoamento das regiões do Paraná e de Santa Catarina, tornando possível a penetração no Rio Grande do Sul.

Um dos símbolos da nacionalidade na passagem para o século XX foi o bandeirante, porém, ele era identificado, como faz Basílio Magalhães, pelo fator raça, mais especificamente pela mistura étnica do branco português com o indígena resultando no mameluco. Era o fator raça que propiciava o êxito das entradas e das bandeiras. O mameluco tornou-se um símbolo ancestral da pátria. Só ele era capaz, em razão da sua raça, de adentrar aos sertões do Brasil. Para tanto se fez necessário a aptidão da raça, em que se positivava a miscigenação, o conhecimento do *habitat* e a resposta às pressões do tempo.¹³⁴⁷

¹³⁴³ MAGALHÃES, Basílio de. O Bandeirismo no Brasil (Subsídios para o estudo desse importante fenômeno da nossa evolução. *RIHGB*, tomo LXXVII, parte I, 1914, p. 71.

¹³⁴⁴ Desse modo, o paulista de Piratininga não é outro sujeito que não seja o português que necessita se transformar, se reinventar, para sobreviver naquela porção territorial da Colônia. É preciso que ele se distancie do principal modelo colonizador metropolitano, qual seja, os engenhos de cana de açúcar com seus escravos africanos e com a figura patriarcal do senhor de engenho, e se aventure no sertão dos nativos. Para se tornar sertanista ou bandeirante os sujeitos de ascendência portuguesa precisam “nascer de novo”. ESTERCI, Neide. O mito da democracia no país das bandeiras - análise dos discursos sobre colonização e migração no Estado Novo. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em Antropologia Social, UFRJ, 1972, 71.

¹³⁴⁵ MAGALHÃES, O Bandeirismo... op. cit., p. 73.

¹³⁴⁶ Para uma abordagem acerca das vicissitudes envolvendo os caminhos que levam ao descobrimento e à exploração dos metais e das pedras preciosas ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: _____ (org.). *A época colonial*. Tomo I, vol. 2. São Paulo: Difel, 1968 (História geral da Civilização Brasileira.

¹³⁴⁷ A interpretação sobre a suposta “raça” dos bandeirantes é diametralmente oposta, por exemplo, entre Basílio

O movimento bandeirante passa, segundo Basílio de Magalhães, por algumas etapas. Primeiro é o *ciclo da esmeralda e da prata*, já na segunda metade do século XVII, e cujos nomes mais representativo são Fernão Dias e Manuel de Borba Gato. Essa bandeira era fundamental por direcionar os focos de entrada para a região onde, de fato, se localizava os metais preciosos. Embora as esmeraldas que chegavam em Portugal fossem consideradas falsas, os esforços dessas primeiras bandeiras “serviram para apontar aos seus contemporâneos por onde haviam de chegar” para o “descobrimento dos miríficos tesouros que repletaram o Brasil, e, mais ainda, a sua metrópole venturosa, desde o esvaecer do século XVII”.¹³⁴⁸ Nota-se pela passagem que a interpretação da história do Brasil de Basílio de Magalhães é iberista. Quanto à prata as expedições, financiadas pela Coroa ou não, não lograram êxito em encontrá-la. O raio de ação dos bandeirantes na passagem para o século XVIII era considerável. A região sul já se fazia conhecida. Agora as bandeiras seguiam ao norte, não antes de percorrerem o vale do Paraíba, em busca dos metais preciosos em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O “intrépido bandeirante” Borba Gato, por exemplo, encontrou na passagem para o século XVIII as minas auríferas de Sabará, direcionando os esforços bandeirantes para aquela região. De tal forma que ia se desenhando, então, o mapa do Brasil.

Temos, então, o *ciclo espontâneo do ouro*. Antes de tudo, essas bandeiras valeram-se das antigas trilhas dos indígenas e dos caminhos que costumeiramente andavam. Antes e depois da unificação das Casas reinantes o bandeirante, segundo a referida interpretação, buscou extinguir as reduções jesuíticas. Se com os jesuítas a população indígena sofria o processo de aculturação, agora com o bandeirante paulista eles eram escravizados. Mais uma situação histórica que demonstrava as ambições de poder bandeirante, inclusive sobre os corpos daqueles que não faziam parte dos seus propósitos. Nesse ciclo não havia a intenção da descoberta do ouro, porém, ele foi encontrado na região de Taubaté, sendo explorado.

Por fim, há o *ciclo oficial do ouro*. Nele se destacaram as bandeiras em direção às minas de Taubaté, Cataguases e Sabará. Os bandeirantes, em busca das pedras e dos metais preciosos, supostamente ignoravam os métodos científicos que permitiam conhecer os minérios, distinguindo os verdadeiros dos falsos para explorá-los convenientemente. Toda a prática de mineração dos primeiros bandeirantes localizava-se no âmbito do fazer-saber. É verossímil, diz

de Magalhães e Oliveira Vianna, cuja interpretação é bastante respeitada nos anos 1920, mesmo que nitidamente eugenista. Vianna compreende, então, as “proezas assombrosas” dos bandeirantes através do impacto étnico das invasões germânicas sobre a formação racial portuguesa, invasões essas que trazem “numerosos e abundantes contingentes do tipo dólico-louro, homens de alta estatura e de temperamento essencialmente migrador e aventureiro”. VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1938, p. 131.

¹³⁴⁸ MAGALHÃES, O Bandeirismo... op. cit., p. 76.

Magalhães, que uma segunda geração de bandeirantes devassadores do interior do Brasil, responsáveis, também, por sua expansão geográfica, fossem acompanhados, mesmo em incursões de aprisionamento de indígenas, por práticos com experiência na coleta do ouro. A partir do momento que a Metrópole tomou conhecimento acerca da opulência do ouro encontrado na Colônia ela enviou artífices e mineiros. Esse gesto era uma forma de controlar a produção aurífera, que sem o devido cuidado se extraviava tomando toda sorte de destino. Não por acaso apareceram as primeiras autoridades reinóis para cuidar da extração aurífera, como no exemplo da fundação da *Casa dos quintos*, em 1695, e logo depois da Casa de fundição, 1697, tendo como provedor o homem público e bandeirante Carlos Pedroso da Silveira.

Dessa maneira, “o delírio do rápido e portentoso enriquecimento apoderou-se de todos os cérebros, encandecendo-os numa febre continua e insopitável”.¹³⁴⁹ De forma tal que paulistas e forasteiros vindos de localidades variadas não se ocupavam com o plantio de mantimentos junto às lavras e nem investiam no comércio interno de alimentos. As populações cresceram em torno dos focos de extração de ouro. Era uma colonização desorganizada. A carestia assolava essas regiões que sofriam com o mínimo material para se estabelecer. Para solucionar esse problema os bandeirantes dispersavam todo o contingente humano. O efeito não esperado dessa atitude era que essa mesma população descobria novas lavras, recapitulando todo o processo demográfico descrito acima. De todo modo, esse movimento não deixa de ser uma forma de expansão geográfica.

Dom João VI, o último Imperador

Dom João VI foi o último Imperador que manteve unido Portugal e Brasil. Ele foi sagrado rei de Portugal em 1816, porém, encontrava-se situado no Rio de Janeiro desde a transferência da Corte no ano de 1808. Permaneceu na América até 1821, deixando Pedro de Alcântara, seu filho, como regente do Brasil. O seu agir político e a sua representação como Imperador foram bastante debatidos no IHGB na Primeira República, animando contendas entre aqueles sujeitos que se arrogavam historiadores e que se faziam representados como tais. Isso podia ser verificado na posição de André Werneck, de 1897, em que se colocou em evidência as divergências existentes entre os historiadores referentes ao *status* e a posição de D. João VI como monarca, dado que circulavam posições estreitas e deturpadas, para não dizer maldosas, sobre a sua figura pública no contexto político tumultuado que se inseria.¹³⁵⁰ Para

¹³⁴⁹ Idem, p. 92.

¹³⁵⁰ Eduardo José Renato reafirma a existência de uma forte representação deturpada de Dom João VI, não só na historiografia luso-brasileira, mas na própria memória cultural brasileira: “Dom João VI tornou-se, talvez, o

ele, “só o passado pode julgar o valor dos grandes homens, porque só ele entra em ação com o ânimo desprevenido, abandonando pequenos senões que são comuns da natureza humana”.¹³⁵¹

Segundo André Werneck, fazia-se necessário, entre os historiadores, o resgate da figura de Dom João VI, pois ele era o “maior cooperador da nossa independência”. Além disso, a sua “sábia legislação” proporciona os maiores “progressos” para a América portuguesa, “agitando as atividades, abrindo fontes de riqueza, fazendo estudar o sertão do país, ainda em 1815 elevou o Brasil a Reino Unido, fazendo-o um Estado federado e tornando-se quase que um país livre”.¹³⁵² O que se pode assegurar, admite o novo sócio, é que a elevação do Brasil à Reino Unido foi um ato deliberado e conscientemente articulado por Dom João VI, prefigurando a independência política do Brasil em seus horizontes, ao contrário de muitos intelectuais que enxergavam no ato, como Euclides da Cunha, tão somente uma fortuidade do acaso.

O visconde de Ouro Preto também foi outro sócio que buscou imortalizar Dom João VI nos fastos da história brasileira. Para tanto, ele emite uma proposta, em 1903, acerca de um concurso de monografias sobre o período joanino. Antes disso, o visconde assegura que o monarca português, ainda quando príncipe, é “o fundador da nacionalidade brasileira”.¹³⁵³ Após essa constatação o prestigiado agremiado do Instituto Histórico elenca uma série de qualidades próprias de Dom João VI: 1) realiza o antigo projeto de transferência da Corte para o Brasil, franqueando os principais portos ao comércio das nações amigas e encerrando o regime colonial, dando a oportunidade de mais cedo ou mais tarde ocorrer a emancipação política e econômica do Brasil; 2) instinto popular; 3) apreço pelas coisas públicas do Brasil; 4) decreta a liberdade da indústria brasileira, organiza as repartições públicas, os tribunais, as escolas superiores de ciências e belas artes, a imprensa, os bancos, o primeiro jornal regular, as

personagem de nossa história mais vulnerável à caricatura fácil, à detração, fosse por sua personalidade, seus costumes pessoais ou pelas atribuições em sua vida conjugal. O imaginário sobre o rei transita de um universo jocoso e ficcional, para um universo dramático e melancólico”. REINATO, Eduardo José. De Rei Fúção a Construtor do Império Luso- brasileiro: D. João VI e as Transferência(s) em Linhas, Traços e Cores. *Karpa*, n. 5, vol. 2, 2012, p. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/PcZaQhQ> Acesso: 08 abr. 2021.

¹³⁵¹ WERNECK, Discurso... op. cit., p. 334.

¹³⁵² Idem, p. 335.

¹³⁵³ OURO PRETO, Visconde de. Proposta para um concurso de monografias sobre os treze anos do governo de Dom João VI. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903, p. 275. Manuel de Oliveira Lima é um dos grandes responsáveis, na Primeira República, pela revalorização tanto da imagem pública de Dom João VI quanto do seu governo. Corroborando a assertiva coeva do Visconde de Ouro Preto, Oliveira Lima também entende, sendo o porta-voz dessa interpretação no contexto assinalado, que Dom João VI é o arquiteto da fundação da nacionalidade brasileira: “Assim, a vinda da corte tem, para Oliveira Lima, um significado de transformações políticas, econômicas e também socioculturais que estão intimamente ligadas à uma intenção joanina de fazer do Brasil uma nação desenvolvida (pelo investimento urbano e artístico nos principais centros citadinos) que, pela primeira vez até então, faria com que o Brasil despontasse de universo rural à urbano, que iniciava a intelectualizar-se”. COSTA, Roger R. D.; IRSCHLINGER, Fausto. A. A “Heroicização” de Dom João VI na obra de Oliveira Lima. *Akrópolis*, v. 20, n. 4, 2002, p. 253. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/4882> Acesso: 08 abr. 2021.

bibliotecas, o jardim botânico, etc.; 5) recruta brasileiros para cargos públicos; 6) promove a exploração científica do interior do Brasil; 7) unifica o país sob uma autoridade central a que todos obedecem; 8) valoriza as forças armadas e é vitorioso nas contendas de fronteira; 9) eleva o Brasil à categoria de Reino Unido; 10) “ao partir para a Europa, em 1821, anunciou que o Brasil não tardaria em desligar-se de Portugal.”¹³⁵⁴ Uma leitura liberal do reinado de Dom João.

Novamente o visconde de Ouro Preto, agora relator do parecer sobre a obra *As minas do Brasil e sua legislação*, de João Pandiá Calógeras, restaura a memória de Dom João VI. Calógeras estaria certo, para parcela significativa dos sócios do Instituto, em refazer a representação do monarca bragantino, porquanto circulava entre muitos intelectuais da República sentenças maldosas sobre a sua imagem pessoal, sobre a sua capacidade administrativa e sobre as suas eternas hesitações. “É tempo de restituir-se a esse monarca o lugar que lhe compete na evolução portuguesa e brasileira”.¹³⁵⁵ Não era levado em consideração a concentração do poder efetivada pelo monarca e o fator escravidão.

As comemorações do centenário da abertura dos portos era uma oportunidade para se revisar o lugar de Dom João VI na historiografia brasileira, bem como de transmitir o seu legado. O conde de Afonso Celso fez, naquela ocasião, um verdadeiro elogio público às façanhas políticas e militares do referido monarca, em que se colocava em evidência as constantes reformas na administração pública que resultaram em progressos poucas vezes vistos na Colônia e, depois, Reino Unido. A sua estratégia política para se desvencilhar de Napoleão Bonaparte com a consequente mudança da Corte para o Brasil¹³⁵⁶, bem como as suas movimentações bélicas no norte e no sul do Brasil, comprovavam o seu tino político. Além disso, sendo considerado um gesto democrático, o então príncipe, em 1808, tornou livre a imprensa. Para Afonso Celso, “Dom João VI manifestou-se ainda nisso o chefe de governo mais acertadamente iniciador que ainda conheceu a nossa terra três quadriênios de constantes reformas e progressos, aureolados até pela glória militar (...)”.¹³⁵⁷

Em uma biografia escrita por Antônio da Cunha Barbosa demonstrava-se a importância do reinado de Dom João VI, além do seu impacto sobre os acontecimentos que desencadearam

¹³⁵⁴ OURO PRETO, Proposta... op. cit., p. 275-76.

¹³⁵⁵ OURO PRETO, Visconde. Parecer da comissão de história sobre as obras de Pandiá Calógeras. RIHGB, tomo LXVIII, parte II, 1905, p. 602.

¹³⁵⁶ Segundo Luís Norton, a transferência da corte para o Brasil é uma atitude política pensada e declarada: “(...) abandonar a Europa para fundar no Brasil um grande império, fora, em Portugal, desde o século XVI, um plano esboçado, estudado maduramente por soberanos e estadistas, quando circunstâncias políticas tornaram periclitante a soberania continental portuguesa, ou esta foi ameaçada por estranhas tentativas de absorção fulminante”. NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil*. Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1979, p. 124

¹³⁵⁷ CELSO. Afonso. Palestra comemorativa do centenário da abertura dos portos. RIHGB, tomo LXXI, parte II, 1908, p. 455-54.

a Independência. A figura do monarca como um benemérito serviria de modelo aos governantes republicanos. Na biografia de Raimundo José da Cunha Matos Barbosa salienta, pois, que o antigo rei é “inquestionavelmente o fundador da Nação Brasileira, e iniciador do nosso antigo progresso e prosperidade, o legislador desta liberdade, que outrora gozamos, sem limites, sem graves perturbações”.¹³⁵⁸ É uma injustiça histórica que “aquele benemérito soberano” não tenha grandes monumentos, praças ou repartições públicas em homenagem a sua pessoa pública e ao seu governo. Justamente “ele que tanto amou este país, que não era a sua pátria, e no qual atirou os gérmenes da sua emancipação política, que não a pode realizar, repetiremos, por circunstâncias fortuitas”.¹³⁵⁹ O monarca torna-se, então, um prócere da República.

Logo no parágrafo inicial de *A missão artística de 1916*, de Afonso d’Escragolle Taunay, encontramos referências positivas à figura e ao agir político de Dom João VI. De forma tal que ele desconstrói a caricatura corrente, especialmente entre a povo, sobre o imperador:

Os historiadores que estudaram, imparcial e conscienciosamente, a ação de D. João VI no Brasil, conseguiram, de modo tão notável, a destruição da lenda que deste príncipe fazia uma espécie de glutão semi-imbecil, tão incapaz de governar quanto resignado às mais deploráveis condescendências (...).¹³⁶⁰

No entanto, para aqueles que possuíam critérios e estavam isentos das paixões não restavam dúvidas acerca dos esforços realizados junto à pátria pelo rei português.

Já Euclides da Cunha oferece, em seu *Da Independência à República*, uma visão negativa sobre o último imperador do período colonial, arrefecendo o iberismo dos autores acima estudados. Desde a Europa o príncipe já demonstrava, em tese, tibieza no comando político lusitano, como nos casos do seu posicionamento ante Napoleão Bonaparte. A solução encontrada é, como sabemos, a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808. Eis o retrato de Dom João VI elaborado pelo autor d’*Os sertões*:

E D. João VI, um medíocre, foi um predestinado. Avesso a bravuras, alma ingênua ornada de uma placabilidade burguesa, abatido ademais pelas desordens de um lar infeliz, entristecido pela figura da velha rainha D. Maria I, que enlouquecera – a inércia foi lhe atributo preeminente: permitiu que lhe agisse intacta, sobre o ânimo, a vontade de alguns homens superiores que o rodeavam.¹³⁶¹

¹³⁵⁸ BARBOSA, Antônio da Cunha Barbosa. Marechal Raimundo José da Cunha Matos (Notícia bibliográfica). *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903, p. 108.

¹³⁵⁹ BARBOSA, Marechal... op. cit., p. 108.

¹³⁶⁰ TAUNAY, Afonso de E. *A missão artística de 1816*. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte I, 1911, p. 5.

¹³⁶¹ CUNHA, Euclides. *Da Independência à República*. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1906, p. 17-18.

Quanto ao retorno de Dom João VI, eminente desde a Revolução do Porto, Euclides não concebeu nenhuma estratégia política por parte do monarca, nem mesmo que esse ato prefigurasse a Independência. Era tão somente, como em 1808, uma simples fuga.¹³⁶²

Max Fleiuss também reabilitou, em *Centenários do Brasil*, a figura histórica de Dom João VI, diferentemente de Euclides da Cunha. Desde príncipe as ações de Dom João seriam importantes para a futura Independência do Brasil: “(...) é preciso estudar a figura desse Príncipe, que foi o primeiro a enunciar a ideia de fundar no Brasil um novo império e que, não obstante, é desenhado por grande número de historiadores como um indivíduo da menor valia”.¹³⁶³ Nos treze anos que esteve no Brasil constituiu um governo liberal, compreendendo os interesses do novo reino, transparecendo os desejos de engrandecê-lo em termos de civilização. Fleiuss ficava consternado com certas figurações do monarca bragantino disponíveis no contexto, como esta de autoria de Felisbelo Freire, presente em sua *História constitucional dos Estados Unidos do Brasil*: “D. João não tinha a perpendicularidade decorativa de um estile; tinha bochechas, pernas inchadas, e, como sua esposa Carlota, não se lavava nunca, crescendo, como os minerais pela justaposição do cisco”.¹³⁶⁴ Fleiuss repudiava essa forma de tratamento dada ao monarca, pois atentava contra a sua vida privada e estava destituída de objetividade histórica. Ele esclareceu que fez questão de manter esta passagem ao lado da rubrica do seu autor para que em contraste se pudesse desmenti-la pela análise factual.

Assim, após elucidar os fatos concernentes ao período joanino, pôde Max Fleiuss, enfim, responder devidamente, e como historiador, aos “insultos” de Felisbelo Freire e, ao que parece, a posição de Euclides da Cunha sobre a figura e o governo de Dom João VI:

A figura, portanto, grotesca com que alguns escritores apresentam D. João VI, desaparece ante a evidência de fatos. Não podia ser medíocre um homem que tantas provas deu de alto senso administrativo, abrindo os portos, fomentando a colonização, animando as artes e os artistas estrangeiros e nacionais (...), fundado o Real Teatro de S. João, protegendo em suma, de modo eficaz, todos os serviços e ideias que se ligavam à civilização e ao engrandecimento da pátria.¹³⁶⁵

A posição da maioria dos sócios que se dispuseram a escrever sobre Dom João VI e sobre o seu governo, excetuando Euclides da Cunha, era de positivação da herança ibérica. Para

¹³⁶² A interpretação de Euclides da Cunha sobre Dom João VI e seu governo, de certo modo estereotipada, vai ao encontro da abordagem de Oliveira Martins, a qual permanece no imaginário político-historiográfico-social luso-brasileiro. Cf. MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Livraria de Antônio Maria Pereira, 1880.

¹³⁶³ FLEIUSS, Centenários... op. cit., p. 112.

¹³⁶⁴ Idem., p. 113.

¹³⁶⁵ Ibidem, op. cit., p. 118.

além de reabilitarem moralmente a figura do último imperador da era colonial, era colocado em luz alta o liberalismo das suas políticas, bem como a sua clarividência quanto à futura Independência brasileira, sendo ele um participante direto do processo e o seu governo um passaporte para realização dessa realização política. Uma leitura, no limite, ibero-liberal.

Capítulo 14 - A historiografia da Independência do Brasil no contexto da Primeira República

Com o grito do Ipiranga os brasileiros entravam em novo caminho relativamente à sua existência política. Até ali a obediência à mãe-pátria era um dever; de então por diante o dever era resistir-lhe.¹³⁶⁶

Tristão de Alencar Araripe

(...) os fatos encaminharam os homens.¹³⁶⁷

José Maria Pinto Peixoto

Guerra de memória: o 7 de setembro depois do 15 de novembro

Proclamada a República se fez necessário dotar de sentido essa nova experiência que se abria, a qual, por meio de militares, colocou um ponto final em um regime político de cerca de meio século. Era a construção de uma história única republicana. Nesse sentido, qual o lugar da Monarquia na República? Mais ainda: como a República acomodou a experiência monárquica, especialmente o processo de Independência, em suas ficções de fundação? Até a Proclamação a data cívica mais importante para a nação era o 7 de setembro. As razões não são difíceis de serem percebidas: o grito do Ipiranga representava o momento culminante do sentimento nacional. A partir dele o Brasil seguia o seu destino de Colônia para se tornar o herdeiro da dinastia bragantina. Mas era esse o olhar que a historiografia republicana projetava naquele evento? Era ele um antecedente lógico e causal da República? Ou era um movimento que suplantava o desejo por República advindo desde o período colonial? Essas e outras questões acompanharam a produção historiográfica sobre a Independência do Brasil no IHGB na Primeira República. A partir da sua *persona acadêmica, pacifica scientiae occupatio*, o Instituto Histórico tomou para si o vaticínio historiográfico de mover pesquisas sobre a Independência, ao mesmo tempo em que não se posicionava politicamente diante das querelas entre republicanos e monarquistas,¹³⁶⁸ pois o seu intuito estava para além das paixões. Se deseja o

¹³⁶⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. Patriarcas da Independência. *RIHGB*, tomo LVII, parte I, 1894, p. 177.

¹³⁶⁷ PEIXOTO, José Maria P. Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência. *RIHGB*, LVI, parte II, 1893, p. 9.

¹³⁶⁸ As posições dos monarquistas e dos republicanos no alvorecer republicano podem assim ser resumidas: “(...) enquanto os monarquistas consideraram a implantação do novo regime um ‘golpe de Estado’ alheio à vontade do povo e às necessidades da nação, decorrente da indisciplina do exército, do ressentimento do clero e de fazendeiros prejudicados pela abolição da escravidão, os republicanos retomaram velhas críticas à monarquia – sua ‘exótica’ presença na América, o apoio no ‘despotismo’ do Poder Moderador e na corrupção política – e defenderam a república como meta histórica, longamente protelada”. MARSON, Izabel Andrade. Do Império das “revoluções” ao Império da “escravidão”: temas, argumentos e interpretações da história do Império” (1822-1950). *História:*

sentimento pátrio. Exatamente em razão dessa postura institucional e epistêmica o IHGB pôde acomodar versões possíveis sobre o *7 de setembro* que, de algum modo, representavam a permanência e o confronto de diferentes tradições intelectuais acerca da sua historiografia.

Nas *Efemérides brasileiras* do barão do Rio Branco, publicada postumamente pela Revista do IHGB em 1917, estão situados, como crônica, os principais feitos e os principais fatos ocorridos em toda a história brasileira. Cabe lembrar que as *Efemérides* passaram a ser comemoradas nas sessões do Instituto.¹³⁶⁹ De certo modo, elas conformavam-se como a visão oficial acerca dos principais acontecimentos ocorridos junto à experiência histórica brasileira. Qual, pois, o conteúdo do *7 de setembro* nessa história oficial republicana?

Segundo o barão do Rio Branco, o príncipe voltava de Santos quando, junto ao ribeiro do Ipiranga, foi encontrado pelo sargento mor de milícias Antônio Ramos Cordeiro e pelo emissário Paulo Bregaro. Eles traziam cartas e ofícios da princesa Leopoldina e do ministro José Bonifácio dando notícias dos últimos acontecimentos em Lisboa. Tomou conhecimento Pedro de Alcântara que as Cortes lisboetas não aprovaram o ato adicional à Constituição, proposto por Fernandes Pinheiro, Antônio Carlos, Vilela Barbosa, Lino Coutinho e Araujo Lima, relativo à organização particular e autonômica do Reino do Brasil com um governo e com um congresso especiais. Tornava-se, então, urgente responder as medidas e as provocações das Cortes, antes que novos decretos chegassem transmitidos oficialmente. Ademais, Dom Pedro I não concordava com as restrições impostas ao seu ministro José Bonifácio, porquanto era ele mesmo quem sancionava as articulações e os passos do ministério.

Não podia admitir o início dessa era de perseguições e de castigos, que as Cortes queriam abrir no Brasil. Submeter-se a cumprir tais decretos, seria desonrar-se, esquecendo o título de que aceitara de Defensor Perpétuo. Não era mais possível contemporizar, e, junto ao mesmo ribeiro do Ipiranga, no meio daquelas vastas campinas da primitiva Piratininga, de João Ramalho, lançou o brado de – independência ou morte! –, que logo repercutiu em toda a extensão do território. Assim salvou D. Pedro o Brasil, e tornou possível a união de todas as províncias, pondo-se à frente do movimento separatista.¹³⁷⁰

Questões e Debates, n. 50, 2009, p. 147. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15674> Acesso: 08 abr. 2021.

¹³⁶⁹ Cabe salientar que o governo republicano instituiu, ainda no ano de 1890, um calendário cívico que se ocupa com as festas que a República manda comemorar: “As festas republicanas podem ser divididas em duas categorias: aquelas que privilegiam a fraternidade universal (1 de janeiro; 14 de julho; 12 de outubro e 2 de novembro) e as que se referem diretamente à fraternidade nacional (21 de abril; 3 de maio; 7 de setembro e 15 de novembro). Outro ponto relevante é que essas festas pretendem assinalar a continuidade entre as gerações, a continuidade com o passado ou comparte deste passado, estando distante da ideia de um novo marco, o ponto zero, na tradição brasileira. A inspiração intelectual dessas comemorações está longe de indicar princípios revolucionários e parece ser muito próxima do pensamento positivista de Comte”. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos históricos*, vol. 2, n. 4, 1999, p. 182. Disponível em: <https://cutt.ly/ZcZwIzW> Acesso: 08 abr. 2021.

¹³⁷⁰ RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides brasileiras*. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917, p. 427.

O barão do Rio Branco valeu-se, primordialmente, da *História da Independência*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, para oferecer o conteúdo histórico à efeméride do dia 7 de setembro. Foi essa narração, e Rio Branco era um homem público no Império e na República, que se tornou canônica na memória cultural brasileira. Não havia nessa efeméride o povo, ou a população livre, participando do desenrolar da história. Não havia um movimento separatista brasileiro articulado, mas, sim, uma reação à política das Cortes de Lisboa. A solução monárquica apareceu como a mais adequada para o momento, na medida em que ela garantia a unidade nacional.¹³⁷¹ Outras versões circulavam no contexto republicano, doravante, foi a perspectiva encetada pelo visconde de Porto Seguro, fortalecida pelas *Efemérides* do barão Rio Branco, que orientou as datas passíveis e dignas de rememoração, sobretudo, com festividades cívicas, tornando-as canônicas, sendo por isso parte estruturante da memória cultural brasileira.

Por outro lado, temos no livro de educação cívica *Festas nacionais*, de Rodrigo Otávio, que nos parece interessante pelo fato de também dotar de sentido histórico a efeméride do 7 de setembro. Otávio imprimiu uma leitura radicalmente republicana ao evento, implicando em consequências sociais, na medida em que o seu livro era destinado aos estudantes secundaristas. A Independência do Brasil é um anticlímax, ou “um lapso anacrônico”, das aspirações por liberdade que correm no período colonial. Apenas com a Proclamação da República, que representa, naquele contexto, o apogeu da narrativa formativa dos devires liberdade e democracia no Brasil, se mostra possível articular “o fio lógico de nossa verdadeira independência e emancipação política”.¹³⁷² Essa interpretação do 7 de setembro enquanto o ápice de um movimento contra-republicano, que inibia o sentido legítimo e histórico da ideia de emancipação, se fez presente no pensamento republicano desde a década de 1870. Várias tentativas emancipacionistas, ou insurretas, verificadas nos contextos colonial e regencial foram elaboradas como memória possível para o presente que se desejava republicano.¹³⁷³

Nesse processo histórico articulado pelos republicanos, a Monarquia aparecia como um entrave ao fluxo contínuo do motor da história libertário e democrático. A percepção da Revolução de 1817, em Pernambuco, é sintomática do anticolonialismo, para não dizer anti-

¹³⁷¹ Luís Cláudio Villafañe Santos deixa em evidência que o barão do Rio Branco é um historiador conservador, subscrevendo as teses tradicionais inscritas da historiográfica brasileira na grande maioria dos seus temas: “A independência, por exemplo, ele descreve como uma reação à tentativa das Cortes de submeter os brasileiros outra vez ao jugo colonial. A existência do Brasil e dos brasileiros àquela altura é, naturalmente, dada como um fato inquestionável”. SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. O Barão do Rio Branco como historiador. *Revista Brasileira*, ano 18, fase 7, n. 69, 2011, p. 24.

¹³⁷² OTÁVIO, Rodrigo. *Festas nacionais*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C., 1893, p. 126.

¹³⁷³ KÄFER, Eduardo Luis Flach. *Entre a memória e a história: a historiografia da independência nos cem anos da emancipação*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação História, PUC/RS, 2016, p. 35. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6978> Acesso: 04 dez. 2020.

iberismo, de Rodrigo Otávio: “De que o fermento revolucionário preparava francamente a reação de 17, contra o príncipe poltrão e sem vontade, contra a corte dissoluta e vadia, contra o funcionalismo prevaricador, contra a massa dos portugueses monopolizadores do comércio, a que chamavam de *marinheiros*”.¹³⁷⁴ Já com relação ao destino manifesto da República no Brasil, Otávio faz esta contundente consideração: “As tentativas revolucionárias que até então tinham irrompido do seio do povo, bem claramente patenteavam a índole e o espírito do governo que o país desejava”.¹³⁷⁵ Em suma, a Independência do Brasil aborta o ímpeto revolucionário do “espírito republicano” na forma de governo democrático:

Era bem acentuado o espírito do movimento separatista e a república teria uma realidade se a ingênua generosidade deste povo não se houvesse acalentado com promessas vãs de completa liberdade sem lutas e não houvesse espavorido com a ameaça infundada de repetição das cenas de 89 e do Terror, sobretudo, com o receio vão de ver fragmentado, em vários Estados fracos, esse enorme corpo que constituía o Brasil.¹³⁷⁶

Porém, essa leitura do passado colonial não deixa de apresentar, como querem Wilma Peres da Costa e Eduardo Käfer, um caráter conservador no que tange aos projetos políticos e de nação elaborados pelas elites republicanas. Ainda que assumamos a existência de tentativas de elaboração da nacionalidade por meio da ruptura com Portugal, e que haja, de fato, revoltas que ambicionam tal ensejo, as “associações entre a república e o Brasil eram marcadas por um traço de continuidade”.¹³⁷⁷ Efetuava-se, sobretudo entre os positivistas¹³⁷⁸, uma elaboração da memória nacional em que se colocava em evidência futuros-passados que não se concretizaram no regime monárquico. A Proclamação da República era, nessa perspectiva, a confirmação, o clímax, de uma teleologia de sentido iniciada no século XVII. Em vista disso, não se percebia uma ruptura com o passado, mas o estabelecimento lógico e ôntico da Independência.

Sabemos que a República federativa ganhou maior sustentação política, mesmo com os poderes oligárquicos minando a democracia, com a presidência do primeiro civil, isto é, Prudente de Moraes; enquanto isso Campos Salles, com o seu pacto entre os governadores,

¹³⁷⁴ OTÁVIO, *Festas...* op. cit., p. 129.

¹³⁷⁵ *Idem*, p. 116.

¹³⁷⁶ *Ibidem*, p. 113.

¹³⁷⁷ Eduardo Käfer é preciso quanto à dimensão continuísta da história na República: “Esse mesmo topos demonstra o caráter conservador de boa parte dos projetos de Estado e de nação pensados pelas elites republicanas. Mesmo que possamos concordar que houve tentativas de construir a nacionalidade enfatizando a ruptura com Portugal e, louvando algumas revoltas ocorridas no período colonial e imperial, as associações entre a república e o Brasil eram marcadas por um traço de continuidade”. KÄFER, *Entre a memória...* op. cit., p. 35; Cf. COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

¹³⁷⁸ Cf. CARVALHO, *A formação...* 1990.

solucionou as principais rivalidades estaduais. Contudo, mesmo com o triunfo do federalismo o ideário positivista manteve-se atuante no plano historiográfico, direta ou residualmente. Ele apregoava a necessidade de um governo centralizado, forte e autoritário, na medida em que concebia as estruturas sociais corrompidas. Isso ocorreria a partir de uma purificação moral daquilo que se fazia importante no passado e que podia apresentar-se, correlatamente, exemplarmente no presente.¹³⁷⁹ Historiograficamente esse movimento epistêmico-temático impactava a forma de elaborar a memória nacional, dado que figuras como Bonifácio, Pedro I, Diogo Feijó e Pedro II, Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Floriano Peixoto apresentavam-se como líderes exemplares. Todos eles, nessa valorização do passado monárquico e de afirmação republicana, eram percebidos como antidemocráticos e antifederalistas, quer dizer, eram projeto políticos autoritários e conservadores que embasavam esses usos políticos do passado imperial.

Enquanto isso, os desencantos e as decepções com a República, que já se afluavam na década de 1910, também tinham impactos na própria forma como determinada parcela, especialmente entre aqueles que se arrogavam historiadores, da intelectualidade brasileira abordava o passado. Havia, como vimos, uma revalorização do passado monárquico não só como precursor da República, mas, também como forma de nutrir essa carência de orientação advinda da crise da consciência histórica iniciada no Brasil da década de 1900.

Nós que vivemos em uma época sem fé e sem princípios, de puro materialismo político, não compreendemos as aspirações que os nossos pais se nutriam naqueles tempos memoráveis. Era o entusiasmo da juventude política; era o despertar da nação iluminado pela liberdade que espargia o seu clarão, qual sol brilhante da primavera, chamando à vida a natureza entorpecida por um longo inverno.¹³⁸⁰

Basílio de Magalhães, em palestra de 1917, *Jornalistas da Independência*, após elucidar a participação da imprensa no movimento independentista, avisa que era chegado o tempo da comemoração máxima do *7 de setembro*. Evocando a história mestra da vida Magalhães admitia que era o momento de recordar os exemplos de dedicação à causa “sagrada da terra natal”. Reiterando os preceitos ciceronianos: essa valorização do passado monárquico não é apenas para “que rendamos preito da nossa gratidão aos fundadores da nacionalidade brasileira, como também para que recebamos, dos que por ela desinteressadamente e fecundamente

¹³⁷⁹ Cf. LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006; KÄFER, *Entre a memória...* op. cit., 2016.

¹³⁸⁰ PEIXOTO, Duas palavras... op. cit., p. 8.

trabalharam”, a “luminosa lição” de um perfeito patriotismo, que urge ser aprendida e posta “em prática pelas almas, pelos corações e pelos braços de toda a geração presente”.¹³⁸¹ A presença do passado monárquico incidia sobre o próprio agir político dos cidadãos e das cidadãs. Eis uma amostra breve das guerras de memória sobre o sentido da Independência, bem como os usos políticos desse passado na República.¹³⁸²

A Independência como desdobramento político

No ensaio histórico *A Independência do Brasil*, de 1896, Franklin Dória, o barão de Loreto, empreendeu uma interpretação sobre os acontecimentos e as situações em torno da Independência em que não se verificava na sociedade um sentimento, uma ideia, ou um clamor pela emancipação. No estudo do barão de Loreto não havia em curso, fomentando os acontecimentos, um sentimento nacional. A Independência do Brasil ocorrera como um desdobramento político; mais especificamente ela era decorrente do autoritarismo das Cortes de Lisboa. Não havia, ainda, participação popular no movimento. Outro ponto: a Independência era obra do acaso, não era resultado da providência divina e nem de um evolucionismo mecanicista. Ela ocorreu em razão da eclosão de eventos não calculados.

O barão de Loreto buscou circunscrever o cenário em que ocorreu a Independência a partir de importantes acontecimentos políticos localizados no final da década de 1810: a Revolução Pernambucana de 1817 e a instauração de uma Monarquia Constitucional na Espanha e em Portugal. Somado a isso havia, em Portugal, um latente desejo pelo regresso de Dom João VI, que estava no Brasil desde 1808, bem como que a sede da monarquia voltasse para Lisboa. A tutela inglesa tornava-se impraticável politicamente. Aqui está o resumo da posição portuguesa, que muito afeta os acontecimentos políticos no Brasil: “No meio de tamanhas calamidades, e sob a influência das ideias liberais propagadas na Europa desde o começo d’estes século, como não havia Portugal de aspirar à sua regeneração política”?¹³⁸³ Logo que instaurada a Monarquia Constitucional portuguesa Dom João VI retornara à Portugal, deixando em seu lugar o príncipe regente Dom Pedro de Alcântara. Com o estabelecimento de um governo representativo foram convocadas as cortes gerais e constituintes da nação portuguesa. Foi o estabelecimento dessa junta e a sua política, considerada pelo barão de Loreto

¹³⁸¹ MAGALHÃES, Basílio. *Jornalistas da Independência*. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917, p. 809.

¹³⁸² Wilma Peres Costa resume esse horizonte conflitivo acerca da memória da Independência na historiografia: “o amálgama peculiar entre continuidades e discontinuidades tornou-se um componente incontornável do debate sobre a Independência na historiografia brasileira. COSTA, A independência... op. cit., p. 62.

¹³⁸³ DÓRIA, Franklin (barão de Loreto). *A Independência do Brasil*, ensaio histórico. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896, p. 151.

“ditatorial”, que fez eclodir no Brasil o movimento que resultou na Independência. Assim, não acompanhamos no desenrolar dessa narrativa uma tomada de consciência nacional por parte da sociedade brasileira em si. Na escrita da história da Independência do barão de Loreto os sujeitos não eram os responsáveis pelos fatos em torno da Independência - tudo era decorrido dos acontecimentos políticos. Não havia, conseqüentemente, participação popular, pois tudo ocorrera a partir de um intrincado jogo de forças da alta política.¹³⁸⁴

As Cortes de Lisboa almejavam, desde a sua instituição, “recolonizar o Brasil”, adotando, segundo o barão de Loreto, medidas “vexatórias” e “desorganizadoras”. Criaram-se juntas eletivas nas províncias sujeitas ao congresso e ao governo português. Além disso, capitães gerais, governadores ou comandantes de armas, magistrados e empregados da fazenda eram submetidos à autoridade das Cortes e do monarca. Por fim, decretara-se que Pedro de Alcântara regressasse, anulando, dessa maneira, a delegação dos poderes que a ele foram confiados. Em 10 de dezembro de 1821 o Brasil deixou de ser Reino Unido à Portugal. O que se verifica é que diante da intransigência das Cortes a política brasileira agiu de maneira reativa. Os desdobramentos que levaram ao *7 de setembro* não foram articulados e orquestrados por líderes carismáticos, bem como não eram oriundos do clamor popular. Eram unicamente decorrentes de fatos políticos ocorridos não de forma prefigurada por algum tipo de motor da história, mas, sim, frutos do acaso e das circunstâncias do tempo. A Independência brasileira foi, para o barão de Loreto, uma reação ao autoritarismo político português. Não deixava de ser, então, a narração de um jogo político e uma luta por interesse de elites.

A postura geral dos deputados brasileiros nas Cortes era sintomática, para Dória, da falta de sentimento nacional como motor emancipacionista:

Queria que o Brasil, desde 1815 politicamente emancipado, não revertesse a submissão colonial, mas que, à sombra de um governo próprio, gozasse por igual das mesmas garantias e prerrogativas da mãe pátria, sem que haja quebra da sua união com ela; queria, em uma palavra, que fosse independente.¹³⁸⁵

O que há, por meio da escrita da história do barão de Loreto, é uma narrativa que se desenvolve somente no plano político partidário oficial. E percebe-se que mesmo nessa instância, a da alta política, não tem o Brasil, isso já em 1821, aspirações independentistas. No limite, na narrativa

¹³⁸⁴ Vê-se que, de certo modo, a produção historiográfica de Franklin Dória está relativamente distanciada das novas perspectivas que se desenvolvem entre os historiadores mundo afora, inclusive, no IHGB da Primeira República. Essas novas abordagens confrontam, com intensidade progressiva, os pressupostos do saber histórico consagrados no século XIX, considerados “tradicionais” e adstritos a uma perspectiva político-administrativa. Cf. IGGERS, Georg G. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Hanover and London: Wesleyan University Press, 1997.

¹³⁸⁵ DÓRIA, A independência... op. cit., p. 155.

do barão de Loreto o Brasil não vislumbra a sua liberdade diante da metrópole. Se observa, apenas, certa autonomia política, porém no plano social não é desejada a perda dos vínculos, político e afetivo, com os portugueses.¹³⁸⁶

Somente esse movimento reativo por parte dos brasileiros e das brasileiras suscitava certo patriotismo, mesmo que advindo de órgãos oficiais: “Entretanto, o Rio de Janeiro, a província de São Paulo, e depois a de Minas Gerais dirigiram a D. Pedro representações, ardentes de patriotismo, contra a execução de tais decretos”.¹³⁸⁷ Assim, Pedro de Alcântara tomava partido e decidia apoiar o Brasil diante das arbitrariedades das Cortes. Enquanto regente ele reorganizava os ministérios, abrindo espaço para a atuação decisiva de José Bonifácio. Além disso, ele decidiu permanecer no Brasil, contrariando as ordens portuguesas. Era o evento do “Fico”. Mas as Cortes imprimiram, diante dessa decisão, uma série de sanções ao Brasil. Em vista disso, Pedro de Alcântara começou, então, a articular os setores políticos brasileiros: “O Príncipe já então prevenia que a opinião a eles contrária se tinha estendido e arraigado de maneira que lhe parecia impossível cumpri-los”.¹³⁸⁸ Havia um momento de participação da população, mas no bojo da reação brasileira ao autoritarismo português, não como difusão de um sentimento nacional, ou de defesa de uma comunidade imaginada autônoma, ocorrido na Bahia: o brigadeiro Inácio Luís Madeira, governador de armas da Bahia, foi impedido de tomar posse por partidários da causa independentista. Estamos em fevereiro de 1822. Somente como reação que setores da sociedade brasileira se atreveram a encampar a causa política.

Conforme os acontecimentos se desdobraram mais autoritárias as Cortes se portaram. Os decretos de 23 de junho acirraram ainda mais os ânimos políticos. Todos eles assegurando poderes às Cortes e ao monarca diante das pressões dos(as) brasileiros(as). “Antes, porém, de serem conhecidos entre nós os preditos decretos de 23 de julho, na cidade do Rio de Janeiro seguiram-se outros sucessos, que muito concorreram para acelerar a marcha da nossa independência”.¹³⁸⁹ Foi nesse cenário, portanto, que o príncipe Pedro de Alcântara aceitou, sem hesitação, o título de Defensor Perpétuo do Brasil.

¹³⁸⁶ Acreditamos que essa leitura da Independência do Brasil naturaliza e oculta a violência impressa no movimento, especialmente em suas províncias. Narrativas como a de Franklin Dória, no entender de Sonia Regina de Mendonça, trazem consigo o “ocultamento da violência presente na história do Brasil em geral, e naquela sobre a independência em particular, marcado pela secundarização atribuída às guerras da independência ocorridas entre 1822-1824 em inúmeras províncias. MENDONÇA, Sonia Regina. A independência do Brasil em perspectiva historiográfica. *Revista Pilquen*, Ano XII, n. 12, 2010, p. 3. Disponível em: <https://cutt.ly/McL3KoL>. Acesso: 08 abr. 2021.

¹³⁸⁷ DÓRIA, A independência... op. cit., p. 165.

¹³⁸⁸ Idem, p. 151.

¹³⁸⁹ Ibidem, p. 166.

A narrativa de Dória chega ao clímax com o brado “Independência ou morte”, ocorrido em São Paulo no dia 7 de setembro. “Dentro de pouco tempo, o mágico brado do Ipiranga, de boca em boca repetido com as mais vivas demonstrações de regozijo, ecoou auspicioso por todos os ângulos do Brasil”.¹³⁹⁰ Não existia aspiração popular pela Independência, tampouco eram colocados em evidências os diversos grupos políticos presentes no movimento. A Independência só tomava feição própria após um ato político. Somente a partir daí, das sequências políticas lideradas por Dom Pedro I diante das medidas das Cortes lisboetas, que o sentimento nacional, aquele “regozijo”, afloraria.

Max Fleiuss corrobora com a argumentação do barão de Loreto acerca da Independência como um desdobramento político incontrolável. Para ele, Pedro I não só era o responsável direto pela Independência política, como, também, estava à frente dos acordos de reconhecimento, que terminaram em 1825, do Império brasileiro com as demais nações mundiais. “Honremo-los, [Pedro I e Bonifácio], porque a eles deve o Brasil duplamente a sua emancipação política, pelo gesto do Ipiranga e pela sanção oficial que dele fez a Portugal, capitulando conosco e sagrando cortesmente os nossos direitos de povo livre, pelo tratado de paz e aliança, cujo 1º Centenário hoje corre”.¹³⁹¹ Ou seja, passado o consagrado grito do Ipiranga todos os empenhos “cifravam em erigir as dignidades e foros de pessoa livre de Direito das gentes do novel Estado sul-americano”.¹³⁹² Para esse concurso o imperador foi decisivo. Na narrativa de Fleiuss, assim como na de Loreto, foram os desdobramentos políticos, portanto, que se transformaram em vórtice do sentimento nacional.

Varnhagen e o Estado como fonte da nacionalidade

Em 1916 o Instituto Histórico e Geográfico publicou uma obra póstuma e inédita de Francisco Adolfo de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro, autor da primeira história geral do Brasil escrita por um brasileiro, “perdida” ao menos há quatro décadas. Trate-se de um livro sobre a Independência do Brasil resgatado no espólio do barão do Rio Branco. O falecido Rio Branco foi o responsável por sua organização, tornando-a uma narrativa atualizada àquele contexto historiográfico. A obra sobre a Independência de Varnhagen é um clássico de nascença. A sua leitura do movimento independentista tornou-se referência certa para os trabalhos que saíram na Revista, serviu de bibliografia para palestras sobre o tema realizadas no

¹³⁹⁰ Ibidem, op. cit., p. 170,

¹³⁹¹ FLEIUSS, Max. Primeiro Centenário do tratado de reconhecimento da Independência. *RIHGB*, tomo 97, parte I, 1925, p. 359.

¹³⁹² FLEIUSS, Primeiro... op. cit., p. 359.

Instituto nos anos 20, além de ser presença, indireta e não sem controvérsia, nas comemorações do centenário do 7 de setembro em 1922.

A *História da Independência* do visconde de Porto Seguro logo revelou-se canônica, colocando à margem tradicionais interpretações sobre o movimento, tais como a *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* (1827-1830), do visconde de Cairu, a *História da fundação do Império* (1864-1868), de Pereira da Silva e a *História do Brasil reino e do Brasil império* (1871-1873), de Alexandre José de Melo Moraes. Ela se tornou uma “construtora de discursividade”,¹³⁹³ na medida em que oferecia suporte para a interpretação da Independência a partir da proposta e da solução imperial.¹³⁹⁴ O livro póstumo de Varnhagen se coadunava às carências de orientação próprias dos anos 1910, isto é, a desilusão republicana permitia uma nova disposição temática-epistêmica-narrativa por parte de alguns sócios que apostavam na valorização do passado imperial.

A interpretação de Varnhagen sobre a Independência é conservadora. Ela salienta que a formação do Estado-nação no Brasil é resultado de uma continuidade histórica do Estado português, ilustrado e civilizador, sendo Pedro II, um Bragança, o elo que une a antiga Metrópole ao recém independente país. Essa relação com os portugueses, em que não há um movimento de separação até a Revolução do Porto em 1820, pode ser vislumbrada na narrativa de Varnhagen a partir dos pedidos e dos estudos enviados ao Senado da Câmara solicitando a permanência de Dom João VI. Varnhagen sinaliza, então, que no Brasil, até 1820, não há um movimento organizado, muito menos clamor popular, pelo fim da união com Portugal.¹³⁹⁵ De acordo com a narrativa do visconde:

Levou o Senado da Câmara à presença de el-rei, em 26 de março, três memórias, em uma das quais insistia pedindo el-rei que não se ausentasse do Rio de Janeiro. Agradeceu, por el-rei, o ministro do Reino, Quintela, em data de 28, dizendo ao presidente do Senado que S.M. ficava penetrado dos puros sentimentos de amor, de lealdade e respeito do seu povo, porém que a situação dos negócios políticos e o interesse bem entendido e geral da monarquia lhe não permitiam aceder aos seus desejos, prolongando por mais tempo a estada nesta corte.¹³⁹⁶

¹³⁹³ Cf. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1996.

¹³⁹⁴ KÄFER, *Entre a memória...* op. cit., 2016.

¹³⁹⁵ Helena Miranda Mollo salienta que a temática da Independência do Brasil não pode ser abordada fora do planejamento da *História geral*: “A independência, entretanto, não pode ser vista fora do plano da História geral mesmo após o seu corte, e percebe-se sua presença, quando Varnhagen promove uma espécie de linearidade entre a conquista portuguesa e os acontecimentos que culminam em 1822; e aí se expressa um primeiro critério para a história, segundo Varnhagen: ela é vista como a sucessão natural dos acontecimentos. Assim, a história da colonização portuguesa e a construção do Estado brasileiro se entrelaçam, não se oferecendo como oposições na obra do historiador sorocabano.” MOLLO, Helena M. “Varnhagen e a história do Brasil”. *Anais XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Londrina: UEL, 2005, p. 1.

¹³⁹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. *RIHGB*, tomo LXXIX, parte I,

Também em Portugal, mesmo após as agitações da Revolução do Porto, em que a maior consequência é o retorno de Dom João VI e o estabelecimento de uma Monarquia constitucional, não havia uma unanimidade em rebaixar o Brasil da categoria de Reino Unido. O estudante Antônio de Oliva de Sousa Siqueira, por exemplo, publicou dois estudos que repercutiram no país. Ele falava de uma constituição geral para o Reino Unido, em que se sugeria o Rio de Janeiro, ou a Bahia, como a sede da capital. Projetou um congresso no Brasil, onde todas as possessões ultramarinas possuíam representação, sendo que o rei nomeava um vice-rei para Portugal. Trabalhava-se com a hipótese do retorno do rei e do príncipe para o Brasil. Elaborou uma série de projetos visando o melhoramento social do Reino. Para Varnhagen, “Depois de provar que interessava a Portugal seguir a união com o Brasil, e aos brasileiros a união a Portugal, deduz que a política dos portugueses da Europa, para sustentarem essa união, devia ser a conservação da metrópole no Brasil”.¹³⁹⁷ Havia, então, a percepção por parte de certa *intelligentsia* lusa que o Brasil regeneraria Portugal.

Varnhagen é claro neste ponto: até a interferência das Cortes na política brasileira não se verifica projetos de emancipação que arregimentem brasileiros e brasileiras, tampouco na vida política localiza-se pretensões separatistas. Afirma Porto Seguro:

No Brasil, antes do conhecimento desses planos, propostos para recolonizar, e das injúrias de muitos deputados e consequências que daí se derivaram, todos os indivíduos mais respeitáveis, tanto funcionários, como escritores ou simples pensadores, consideravam, como os Canadenses hoje em dia a respeito da Grã-Bretanha, possível e até vantajosa a continuação, ao menos ainda por um tempo, da união a Portugal, como ainda hoje vemos com respeito à Suécia e Noruega e à Áustria e Hungria”.¹³⁹⁸

Uma inovação historiográfica praticada nessa obra tardia, pensando que ela provavelmente foi escrita entre 1860 e 1870, de Varnhagen é a seguinte: a Independência não era o resultado da ação de um indivíduo isolado e senhor absoluto das suas atitudes, tampouco regido pela providência divina que conduzia tudo. O movimento de emancipação era, para o visconde de Porto Seguro, derivado do devir histórico e estava destituído de dimensões metafísicas, isto é, o processo histórico brasileiro não era regido por uma força sobrenatural que acomodava todos os eventos e todas as situações no tempo. Além disso, havia a ampliação dos sujeitos e dos grupos participantes no movimento emancipacionista, bem como uma explicação possível e racional para se compreender a herança portuguesa do jovem país. A Independência

1916, p. 71.

¹³⁹⁷ VARNHAGEN, História... op. cit., p. 73.

¹³⁹⁸ Idem, p. 121.

era, para o visconde, resultado da atmosfera política luso-brasileira dos anos 1820-1822, mais especificamente ela ocorreu como uma forma de antecipação das resoluções autoritárias das Cortes de Lisboa:¹³⁹⁹ “Eram, porém, as resoluções tomadas pelas Cortes que careciam com urgência de ser prevenidas, antes que chegassem oficialmente”. (...). “Não lhe restava, pois, mais que uma de duas resoluções a tomar; ou proclamar de todo a independência, para ser herói, ou submeter-se a cumprir e fazer cumprir os novos decretos das Cortes”.¹⁴⁰⁰

Além disso, a perspectiva historiográfica de Varnhagen tornava plural o movimento, posto que havia vários sujeitos e grupos políticos com diferentes projetos de Brasil envolvidos nessa trama. Isso implica a suspensão da memória disciplinar advinda especialmente do posicionamento de Pereira da Silva, que posicionara individualidades específicas como as responsáveis únicos pelo todo do processo:

Os que no Brasil se ocupavam de política se viram então muito desconforme em opiniões. Em uns predominavam os sentimentos em favor da monarquia pura, em outros da constitucional, não faltando já alguns que se inclinavam à democracia e republicanismo. E cada uma dessas três comunhões fraccionava-se ainda, inclinando-se uns à união com Portugal e outros à independência. É necessário ter-se em conta o jogo desencontrado desses três elementos, para explicar (...). De modo que estavam verdadeiramente em jogo cinco partidos. Quando o príncipe parecia de acordo com as Cortes, apoiavam-no os próprios democratas unionistas, e se lhe opunham alguns monarquistas independentes. E, vice-versa, a harmonia de sentimentos veio depois a fazer militas muitos ultra-democratas, ao lado de ultra-monarquistas; ou vice-versa, quando um novo elemento, o da ambição, ou os instintos de vingança por ela se não haver realizado, converteram monarquistas em demagogos.¹⁴⁰¹

No entanto, o livro de Varnhagen é, mesmo nesses termos, um livro de história política. Poderíamos dizer que é uma certa história social do político. Deve-se considerar que o autor se vale de fontes oficiais como forma de fiar a sua narrativa, o que implica, necessariamente, uma abordagem política sobre a história.¹⁴⁰²

O mérito de Pedro I foi de orquestrar os grupos políticos e as suas ideias discordantes existentes no Brasil em prol da emancipação. À medida que Dom Pedro I atuava como uma

¹³⁹⁹ Martha Victor Vieira entende que Varnhagen concebe a política das Cortes como fator de agregação das províncias brasileiras: “A política das Cortes, porém, teve uma positividade porque fez as províncias se unirem em prol da separação, o que favoreceu a unidade. Esse aspecto da narrativa nos parece bastante pertinente, na medida em que ele argumenta que a união do “Brasil num só Estado”, congregando, de norte a sul, províncias tão distantes entre si, foi beneficiada pela oposição às atitudes das Cortes”. VIEIRA, Martha Victor. Varnhagen: um intelectual monarquista. *Revista Intelléctus*, ano. 5, vol. III, 2006, p. 7. Disponível em: <https://cutt.ly/kcZWfbD> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁴⁰⁰ VARNHAGEN, História... op. cit., p. 185.

¹⁴⁰¹ Idem, p. 108.

¹⁴⁰² Esse apontamento é da lavra de Arno Wehling em WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

espécie de regente de todas aquelas vozes, e se retraía perante as tentativas portuguesas de tirá-lo do Brasil, crescia o número de adeptos da causa emancipacionista. Esse movimento se acirrou ainda mais com a possibilidade do fim da regência e a consequente impossibilidade da Independência, bem como no momento em que foi sugerido o servilismo das províncias diante das Cortes de Lisboa. De todo modo, o processo de Independência, em Francisco Adolfo de Varnhagen, se estabeleceu pela rearticulação dos interesses e dos desejos que levavam à estruturação do Estado. O sentimento nacional caminhava em Porto Seguro lado a lado com a formação do Estado, quando não era dependente do mesmo.¹⁴⁰³ Por exemplo: por intermédio de um manifesto

(...) justificava o príncipe a sua resolução de ficar no Brasil, de se declarar defensor perpétuo e de convocar o congresso. Recapitulava as providências tomadas iniquamente contra o Brasil, as desfeitas sofridas pelos deputados brasileiros em Lisboa, os planos das Cortes para desunir as províncias umas das outras”.¹⁴⁰⁴

A política estatal era, então, sinônimo de identidade nacional.

Eram os eventos e as situações que podiam colocar em perigo o recém Estado brasileiro e a sua união nacional que orientavam a atuação dos sujeitos envolvidos no processo. A história de Varnhagen não se caracterizava pela distinção dos sentidos sociais de ser brasileiro e de ser brasileira, pelo estabelecimento da nacionalidade, em oposição à identidade sociocultural portuguesa.¹⁴⁰⁵ O caráter unificado da nação era obra unicamente do poder estatal. Porto Seguro confirma a asserção: “(...) felizmente para o Brasil, a própria oposição violenta feita aos seus deputados em Lisboa, que tanto contribuíra a uni-los, havia muito contribuído à fraternidade entre as diferentes províncias, e veio a favorecer muito a fazer-se a independência, ficando o Brasil um só Estado”.¹⁴⁰⁶

Era por meio, portanto, do Estado que se verificava todas as garantias dos súditos, e na medida em que eles o legitimavam e o assentavam mais forte tornava-se o sentimento de

¹⁴⁰³ Em decorrência disso, a sua narrativa histórica, mais do que estabelecer uma memória, imprime uma ação e uma prática de ordem política entre os seus contemporâneos, a qual se coaduna com a instituição monárquica. Assim, assinala o seguinte Nilo Odália: “A história e o historiador, nesse instante, (...) se transfiguram no instrumento de ação no presente, com os olhos voltados para o futuro”. ODÁLIA, Nilo (org.). *Varnhagen: História*. São Paulo: Ática, 1979. p. 18.

¹⁴⁰⁴ VARNHAGEN, História... op. cit., p. 173-174.

¹⁴⁰⁵ Essa posição já está presente na *História geral do Brasil*. José Carlos Reis afirma que “Varnhagen defende a presença portuguesa no Brasil, é compreensivo com os seus erros e despotismo. A independência não foi prejudicial porque garantiu a continuidade do Brasil colonial no nacional: um Brasil português”. REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa. In: _____. *As identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007, p. 47.

¹⁴⁰⁶ VARNHAGEN, História... op. cit., p. 173-174

nacionalidade. Percebesse isso na narrativa de Varnhagen logo após a Independência, no momento em que Pedro I conclama a população para aderir a causa: “Continuava recomendando a todos a união, não só por dever, mas porque a pátria ‘estava ameaçada de sofrer uma guerra’, e não hesitava em dizer que daí por diante a divisa do Brasil devia ser independência ou morte”.¹⁴⁰⁷ Em sua *História da Independência*, o visconde de Porto Seguro caracterizou como eixo diretor do movimento independentista a ação de ordenamento social orquestrada pelo jovem Estado esclarecido e civilizador. A nacionalidade era, aqui, ôntica e logicamente posterior ao Estado.¹⁴⁰⁸

Esse era, então, o fio condutor de sentido criado por Varnhagen. Era um processo passível de racionalização, posto que arregimentava homens e mulheres através de um telos. Porém, o fator social do político era levado em consideração na história de Varnhagen, sobretudo, por meio do seu domínio sobre a empiria, que o deixava seguro frente às filosofias especulativas. Essa premissa fazia com que a sua história não fosse fechada em si mesma. O visconde habilmente historicizou as ações humanas dentro de uma ótica político-social, explicando as suas atitudes e as suas intenções no tempo e no espaço. O caso da narrativa da Independência era sintomático, pois havia, ali, a acusação de que o sentimento de nacionalidade advinha da atuação estatal em prol da emancipação, como também se elucidava as condicionantes sociais envolvidas nesse processo:

Com está resolução, acabava de salvar Brasil, propondo-se a formar de todo ele unido uma só nação americana. Nem podia mais duvidar da união de todas a províncias, quando já haviam manifestado oficialmente os seus sentimentos da Bahia, Pernambuco e outras, e era reconhecido que as demais o não faziam pela pressão exercida pelas trocas que a ocupavam; e para estas, pelo conhecimento pessoal que possuía, não só dos Fluminenses, como dos Mineiros, e agora dos Paulistas, não tinha a menor dúvida de que encontraria entre eles milhares de peitos valentes e patrióticos para as vencer e debelar.¹⁴⁰⁹

Era pela via da atuação forte e enérgica, para não dizer autoritária, do recém-criado Estado que se garantia tanto a soberania quanto o sentimento nacional. O ordenamento social do Estado era fundamental para a união dos brasileiros e das brasileiras à custa do apagamento

¹⁴⁰⁷ Idem, p. 188.

¹⁴⁰⁸ A esse respeito, da nação imaginada a partir da construção do Estado, vale a colocação de Ruth Gauer Chittó: a “(...) historiografia brasileira tem, ao longo dos séculos XIX e XX, procurado explicar a substancialidade nacional reatualizando o mito, a metáfora de uma identidade imaginada. O evento fundador vincula-se à necessidade de criar um sistema de representações que permita aos cidadãos brasileiros participarem, como uma coletividade, da noção de pertencimento. O discurso - a maneira como foi construído o sentido que influenciou e organizou as ações e as concepções que temos de nós - inscreve-se na história da fundação do Estado”. CHITTÓ, Ruth Gauer. Violência e medo na fundação do Estado-Nação. *Civitas* - Revista de Ciências Sociais, vol. 1, n. 2, 2001, p. 80. Disponível em: <https://cutt.ly/TcLIqV> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁴⁰⁹ VARNHAGEN, História... op. cit., p. 187.

dos diversos projetos de Brasil existentes, notadamente regionais. Só se poderia pensar uma identidade nacional a partir das ações governamentais que aplacavam as diferenças societárias. O Estado era, no limite, o guardião da nacionalidade que se desejava. Eis o papel, então, do ministério de José Bonifácio nos meses subsequentes à proclamação da Independência:

Desse mesmo dia 2 de novembro foi datada uma portaria, em que José Bonifácio ordenou ao intendente que, sem perda de tempo, houvesse de proceder a uma rigorosa devassa sobre as pessoas já infamadas na opinião pública como facciosas e perturbadoras da ordem, conspirando contra o governo estabelecido, propagando contra ele através calúnias, e pretendendo excitar entre o povo a discórdia e a guerra civil, derramar sangue dos cidadãos honrados e pacíficos e cavar até aos alicerces a ruína do nascente Império.¹⁴¹⁰

Passado mais de um ano do “Fico”, e deixando em luz baixa as desavenças políticas ocorridas na Corte, Varnhagen sinalizou que a população em geral aclamava o agora D. Pedro I a ponto de não ser descartada pela opinião pública que ele se fizesse imperador absoluto. Aqui mais uma prova de que os brasileiros e as brasileiras se reconheciam como tais a partir da instância estatal. Argumenta o visconde de Porto Seguro: “Entretanto, de todas as províncias vinham ao Imperador adesões e felicitações, e, o que é mais, não faltaram entre estas algumas pedindo-lhe que se declarasse absoluto. Mostravam-se por toda a parte os Brasileiros satisfeitos de terem um imperador, que este se via em sê-lo”.¹⁴¹¹

De todo modo, a *História da Independência* de Porto Seguro reconstrói os eventos que envolvem o período emancipacionista amparados por uma explicação a qual garante que a solução monárquica é o sentido que orienta a proclamação da Independência. Em suma: a Monarquia era a melhor resolução política para aquela situação. Seria esse Estado monárquico que ofereceria, no limite, todos os contornos possíveis para o surgimento de um sentimento coletivo legitimamente brasileiro, configurando, assim, o estabelecimento da identidade nacional. Vemos a força do iberismo como eixo explicativo dessa importante história.

A Independência como ideia

Tristão de Alencar Araripe colocou, a partir do seu estudo sobre a Independência do Brasil, à prova uma face do seu projeto historiográfico, contido em suas *Indicações*, que empreende investigações sobre os “barões beneméritos” da história pátria. Dessa vez Araripe voltou-se para aquilo que ele denominou de “patriarcas da Independência”. Ou seja, as figuras mais representativas envolvidas no movimento independentista. No entanto, só existe um

¹⁴¹⁰ Idem, p. 226-227.

¹⁴¹¹ Ibidem, p. 253.

patriarca da Independência caso haja um sujeito histórico “que por iniciativa antecipada e poderosa” propague e dê impulso “por seus atos e opiniões o pensamento libertador”.¹⁴¹² Para Araripe, não havia esse líder carismático no processo da Independência. Moreira de Azevedo demonstrou essa tese ao narrar o dia do “Fico”, em que Pedro de Alcantara não tomou a iniciativa a partir da sua tomada de consciência:

Realizou-se o dia do *Fico*, em que D. Pedro, desobedecendo ao governo do rei, permanece no Brasil, porque os Brasileiros, que almejavam a independência, fizeram grande oposição a sua partida para Portugal. Foi esse o prologo da revolução da independência, e lançando à frente d’essa revolução entusiasmou D. Pedro pelo seu resultado, e conseguiu libertar um povo, e criar uma nação”.¹⁴¹³

Os exames historiográficos realizados por Araripe e por Moreira de Azevedo, que se queriam imparciais, avaliaram que a Independência não se concretizou por meio de uma iniciativa individual, tampouco por um possível líder político carismático. Em suma, um cidadão que reunia em torno de si forças, meios e recursos para fazer a Independência do Brasil sozinho. A Independência para esses estudiosos não era obra de um ou de poucos sujeitos históricos, como era ensinado na historiografia dos fundadores do Império. Araripe sinaliza o povo como agente histórico. Ele, sim, as suas aspirações, que proporcionava condições para o fato histórico da Independência e para o surgimento de eventuais líderes ou mártires. Outra vez Azevedo nos elucida com uma narração histórica: “As medidas hostis tomadas pelas cortes de Lisboa contra o Brasil levaram o povo a oferecer ao príncipe regente o título de defensor perpétuo do Brasil, que ele aceitou”.¹⁴¹⁴

Contudo, o que se vê até o regresso de D. João VI é uma situação em que

(...) a dificuldade das relações das diversas capitanias entre si inibia a formação de interesses comuns, e a concentração de uma só direção n’esses interesses; por isso a ninguém cabia influência geral; tudo localizava-se, porque tudo estava segregado. Não levantava-se pois uma vontade, que pudesse dominar o país”.¹⁴¹⁵

Até a regência de Pedro I ainda não se verificara um sentimento coeso e organizado de nacionalidade partilhado pelo povo, bem como um líder carismático que unificasse os desejos

¹⁴¹² ARARIPE, Patriarcas... op. cit., p. 168.

¹⁴¹³ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira. A Independência do Brasil. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897, p. 97.

¹⁴¹⁴ AZEVEDO, A Independência... op. cit., p. 97.

¹⁴¹⁵ ARARIPE, Patriarcas... op. cit., p. 169.

de emancipação das diversas regiões do Brasil.¹⁴¹⁶ Não havia, em suma, um movimento político-social de Independência.

Doravante, para Araripe os movimentos políticos quando não partiam de ações e de atitudes de certas comunidades ou de certos de líderes, manifestavam-se pela circulação de ideias; um domínio eficaz e poderoso que podia decidir revoluções ou reformas sociais. É isso que acontece no Brasil em 1822. A ideia de independência surge espontânea “no ânimo de todos os brasileiros; ela foi simultânea em diversos pontos do país, de maneira que ao primeiro brado ela generalizou-se, não podendo quase dizer-se com certeza onde esse brado primeiro levantou-se”.¹⁴¹⁷ Vê-se que em Araripe é a ideia que orienta a ação, e não o contrário. Quanto maior a disseminação da ideia de emancipação, maior os adeptos que visam realizá-la. Moreira de Azevedo também compreende que da ideia de emancipação precede o próprio agir político, emergindo de maneira espontânea: “Surgiu essa ideia no ânimo de todos os brasileiros, e operou-se aceleradamente, porque era o voto popular. Não foram os homens, que guiavam os fatos, mas fora os fatos que correram diante dos homens. A liberdade do Brasil foi obra mais da natureza do que dos seus filhos”.¹⁴¹⁸ Em vista disso, Araripe assume que desde a partida de Dom João VI a Independência nacional é uma opinião “assentada no ânimo dos Brasileiros”.¹⁴¹⁹

Não é difícil acompanhar que Tristão de Alencar Araripe trabalha com categorias que agenciam o agir: as ideias dão forma a práxis, o pensamento orienta o ânimo, a opinião movimenta os agentes. É por meio das ideias, que surgem espontaneamente, que as opiniões em torno da causa emancipacionista se avolumam, e o povo passa a tomar parte no certame: “A voz popular, a nascente imprensa e todos em geral sentiam a força da opinião. Era ela tão manifesta, que o próprio rei não duvidava do seu próximo êxito”.¹⁴²⁰

Assim, tudo no país, por intermédio de uma ideia que nascia espontânea e se difundia pluridimensionalmente, transparecia independência, sem que, aliás, aparecesse um autor ou um líder conhecido que pudesse ser apontado como o propagador de tal pensamento, cujo êxito implicava na formação autônoma de um povo. A verdade histórica sobre esse movimento para

¹⁴¹⁶ Luisa Rauter Pereira demonstra que o conceito de povo emerge com vigor no Brasil a partir da Revolução Constitucionalista de 1820, em Portugal. Segundo a pesquisadora, o “(...) conceito, que antes ganhava grande recorrência na forma plural – povos – passou a aparecer no debate político mais frequentemente na sua forma singular, uma vez que agora se tratava para muitos do povo como totalidade da nação”. PEREIRA, Luisa Rauter. O conceito político de povo no período da Independência: história e tempo no debate político (1820 - 1823). *Revista Brasileira de História*, vol. 33, n. 66, 2013, p. 32. Disponível em: <https://cutt.ly/jcZyhpZ> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁴¹⁷ ARARIPE, Patriarcas... op. cit., p. 169.

¹⁴¹⁸ AZEVEDO, A Independência... op. cit., p. 98.

¹⁴¹⁹ ARARIPE, Patriarcas... op. cit., p. 170.

¹⁴²⁰ Idem, p. 170.

Araripe é que as formas adequam o real, como pode ser visto neste excerto: “O rei, o príncipe, a população, todos em suma, sentiam a força e o desenvolvimento da ideia emancipadora; todos previam e esperavam o efeito da explosão; mas ninguém via o promotor d’essa ideia, que parecia mais uma insurreição dos espíritos do que uma combinação de vontades”.¹⁴²¹ Mais uma vez as categorias mobilizadas por Araripe informavam a precedência da ideia sobre o agir, posto que se fala em “espíritos” em “combinação de vontades”. Havia materialidade na noção de ideia do Conselheiro, dado que ela agenciava realidades histórico-sociais.

José Maria Pinto Peixoto argumentou, nesse sentido, que o país estava dividido em duas grandes correntes políticas: a liberal e a absolutista. De todo modo, existiam ideias circulando de separação de Portugal, o que, para esse autor, oferecia as condições ideais para as medidas de Pedro de Alcantara e de seus ministérios. Eis, então, o impacto das ideias nos movimentos políticos: “Enquanto os pensamentos comuns entre os homens políticos não têm achado o centro, onde fecundam e organizam, diz um célebre publicista, que nada se efetua, pois as revoluções não passam de ideias, sendo esta comunhão que forma os partidos”.¹⁴²² A Independência como ideia significava, em Peixoto, que antes mesmo dos desdobramentos políticos mais imediatos havia uma comunhão de pensamentos razoavelmente articulada sobre a separação entre Portugal e Brasil, havendo participação parlamentar e popular. A ideia era uma forma, uma moldura, que orientava o agir humano.¹⁴²³

Era esta a nossa situação naqueles tempos famosos de patriotismo: a independência estava no pensamento de todos os Brasileiros, mas o partido *independente* e o seu adversário *lusitano* formaram-se, quando a comunhão de ideias achou posteriormente um centro, podendo afirmar sem receio de engano, que os fatos encaminham os homens”.¹⁴²⁴

Destacasse que em Peixoto o movimento independentista no Brasil era algo espontâneo.

Alguns fatos são necessários para que a ideia de emancipação se realize na prática. Os desacordos com as Cortes de Lisboa e a hipótese da retirada do príncipe do Brasil, além da supressão dos tribunais superiores. Assim, o Brasil se levantava e dentro de pouco tempo o

¹⁴²¹ Ibidem, p. 162.

¹⁴²² PEIXOTO, Duas palavras... op. cit., p. 8.

¹⁴²³ As abordagens de Tristão de Alencar Araripe e de Moreira de Azevedo endossam a tese de Anthony Smith sobre o fenômeno da emergência das nacionalidades modernas. Para o autor, a “invenção da nação” é uma recomposição inédita de elementos intersubjetivos já existentes, associada à ideia de que só se pode encetar um sentido “nacional” a certos conjuntos elementares de natureza identitária quando os próprios contemporâneos lhes atribuem tal condição”. SMITH, Anthony. *Myths and memories of the nation*. New York: Oxford University Press, 1999.

¹⁴²⁴ PEIXOTO, Duas palavras... op. cit., p. 9.

desejo de tornar a ideia de emancipação factível se irradiava por todo o país. Aqui surgia o papel de D. Pedro como o catalisador da ideia de emancipação. Em resumo:

O triunfo da causa do Brasil foi devido ao acordo dos brasileiros e aos auxílios locais, sem ação alguma geral, partida de um centro ativo, que tudo reunisse. O príncipe apenas constituía o alvo das esperanças, que desenvolvia as forças, e dava-lhes energia. Sendo assim, conclui-se, que ninguém dominou os acontecimentos, e ninguém pôde atribuir a si o êxito da luta.¹⁴²⁵

A luta termina em favor do Brasil, pois o povo auxiliou e orientou a causa emancipatória. Azevedo possui juízo semelhante: a ideia emancipacionista fez do povo protagonista.¹⁴²⁶ Pedro de Alcantara, guardadas as suas virtudes cívicas e a sua ação pragmática no desenrolar dos eventos, foi um instrumento da vontade popular. “Irrompia o pensamento emancipadora por todos os poros da nova sociedade, e era conhecida e evidente a vontade do povo para realizar a sua Independência. E por si só o Brasil a faria”.¹⁴²⁷

Se fica resolvido que a Independência não era obra de uma individualidade, que não havia um iniciador da ideia de emancipação, que não tivemos protagonistas, a quem, então, chamar de “patriarca da Independência”? Intenção do programa historiográfico de Tristão de Alencar Araripe. Mesmo não aparecendo um líder carismático que arregimentasse a população no processo de Independência, havia, naquela situação histórica, sujeitos com “caracteres nobres e generosos”,¹⁴²⁸ que pela causa patriótica distinguiram-se em termos de relevância. Os personagens que batalharam na causa da Independência com destaque foram: Dom Pedro de Alcantara, José Clemente Pereira e José Bonifácio de Andrada.

Pedro de Alcantara estando à frente do governo e dispondo, então, de força pública e dos cofres nacionais tornou-se vital para o concurso em prol da causa da Independência. O posicionamento do príncipe diante do desejo nacional era vantajoso. Ele apareceu como o mais poderoso elemento de trinco que a causa podia contar. Segundo Araripe:

No Brasil ninguém tem mais nem tamanho poder como ele; portanto ninguém prestou maior nem igual serviço ao que ele prestou à causa emancipadora. Ele, pois, em atenção à importância do auxílio, é também o primeiro, que deve ser enumerado entre os propugnadores do Independência. Sem o seu concurso a

¹⁴²⁵ ARARIPE, Patriarcas... op. cit., p. 173.

¹⁴²⁶ Esse protagonismo do povo vai em direção às reformulações na historiografia colocadas em prática durante a Primeira República brasileira. Não é mais o Estado-nação a personagem mais destacada nas narrativas historiográfica, mas o povo. Ele participa de uma difícil equação que visa explicar a formação da nacionalidade brasileira. Cf. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Anablume, 1998.

¹⁴²⁷ AZEVEDO, A Independência... op. cit., p. 99.

¹⁴²⁸ ARARIPE, Patriarcas... op. cit., p. 174.

independência do Brasil não se houvera feito nem tão cedo, nem tão isenta das calamidades da guerra fratricida.¹⁴²⁹

Moreira de Azevedo é da mesma posição. Pela postura que o príncipe regente ocupou no contexto era impossível não lhe conferir certo papel de protagonismo. Através dele a ideia de emancipação se generalizou rapidamente. A sua participação no processo da Independência foi decisiva, na medida em que ele teve a possibilidade de batalhar ao lado dos portugueses, o que certamente dificultaria o andar dos acontecimentos. Assim, Azevedo traça o seu perfil ao lado das suas motivações para encampar a causa brasileira:

Hesitou o príncipe a princípio antecipar-se, arrastado pelo amor filial e desejoso de ser o herdeiro de todos os Estados de seu pai; porém a conduta violenta das cortes, as solicitações dos Brasileiros, a ambição de adquirir a glória de ser chefe de um povo novo, é o seu ardor e entusiasmo de moço levaram-no a espisar a causa da pátria adotiva.¹⁴³⁰

José Clemente também batalhou pela causa nacional, porém, em outro flanco. Os portugueses residentes no Brasil 1822 se dividiram entre a negação da Independência e a aceitação da liberdade brasileira. José Clemente foi o hábil articulista que encaminhou esse grupo para a causa dos independentistas. Isso não era de somenos importância, posto que ter como aliados os portugueses fortalecia o preito moralmente. O magistrado era bem situado e possuía boa reputação entre os servidores públicos da capital. “Não representava ele um só indivíduo, porém uma classe, um partido, uma nacionalidade”.¹⁴³¹

Enquanto isso, José Bonifácio pode ser considerado um ator histórico decisivo no processo de Independência pelo fato de ser um hábil homem de Estado que fixou e que dirigiu as ideias de Pedro de Alcântara no momento exato em que ele devia resolver a grande questão nacional. Bonifácio foi importante por ter ajudado a dissipar a dúvida atormentadora do ainda Pedro de Alcântara sobre aquele momento histórico: lutar pela manutenção dos laços entre os “Reinos irmãos” ou se decidir pela luta dos brasileiros. Bonifácio foi, então, o mentor de Dom Pedro no que tangeu a escolha pela nova pátria. Está aí, então, o clímax político do enredo da Independência para Araripe: “Então o príncipe e o ministro entraram na via franca e decidida da independência nacional, e o brado do Ipiranga ecoou de leste a oeste e do sul ao norte, dissipando todas as dúvidas, e colocando o Brasil em frente às imprudentes cortes portuguesas, que nos provocaram”.¹⁴³²

¹⁴²⁹ Idem, p. 175.

¹⁴³⁰ AZEVEDO, A Independência... op. cit., p. 99.

¹⁴³¹ Idem, p. 101.

¹⁴³² ARARIPE, Patriarcas... op. cit., p. 176.

Pedro Calmon e o espírito de emancipação

Em 1923, ainda no bojo das comemorações do centenário da Independência, o jovem intelectual Pedro Calmon publicou mais uma análise historiográfica sobre o movimento independentista brasileiro. Os eventos comemorativos do centenário lançaram Calmon junto à comunidade científica do IHGB. O baiano Calmon foi sugestionado a publicar um trabalho da sua lavra na Revista em razão da efeméride de 2 de julho de 1823, data que rememorava a expulsão definitiva dos portugueses da sua Província natal. Há na monografia do autor certo realce quanto a prioridade da Bahia nos acontecimentos que levam à Independência, estando ela, então, em um circuito de guerra de memória em que os Estados republicanos disputam a prioridade sobre as lutas independentistas como passado possível que se quer inventar no presente. Cabe frisar que esse movimento narrativo de Calmon não o impediu de sublinhar o valor das outras províncias na luta pela liberdade e nem de reconhecer os sacrifícios dos seus mártires pela causa independentista.

Calmon demonstra, como é corrente na historiografia republicana, que o sentimento de “amor pátrio”, que corresponde a certo espírito de nacionalidade, é ôntica e logicamente anterior à estruturação do Estado. A ancestralidade da nacionalidade brasileira origina-se no século XII, mais especificamente nas lutas travadas pelos pernambucanos para a expulsão dos holandeses do território brasileiro. Esses conflitos despertam o sentimento patriótico, o amor à terra natal nos brasileiros e nas brasileiras, que passam a se localizar distintos identitariamente dos portugueses. É a formação de uma nova versão da história enquanto singular coletivo. É exatamente a identificação com o meio, com a terra, que torna possível imaginar um Brasil sem o jugo metropolitano.¹⁴³³ Vários eventos colaboram com esse movimento identitário: o estabelecimento fronteiriço, as bandeiras, a corrida pelas minas de ouro, o desbravamento dos sertões. Esse sentimento pátrio, eixo diretor da experiência da história brasileira, eclode em diversos movimentos de contestação, que posteriormente são chamados de “nativistas”, ao *status quo* colonial: a Revolta de Beckman, em 1684; a Guerra dos Mascates, em 1710; a Revolta de Filipe dos Santos, em 1720; a Inconfidência mineira, em 1789; a República baiana, em 1798; por fim, a Revolução pernambucana, em 1817. O que Pedro Calmon salienta é que esses movimentos do passado fazem parte da história do recém fundado Império brasileiro. Há

¹⁴³³ Fernando Catroga mobiliza uma conceituação segura para a ideia de pátria que nos faz compreender a sua significação nas interpretações histórica na Primeira República. Assim, “é a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais”. CATROGA, Pátria... op. cit., 2013, p. 13.

um americanismo na sua história da Independência. Ela é, então, um desdobramento lógico daquele sentimento pátrio nascido no século XVII.

Um exemplo dessa narrativa de sentido está em Hermenegildo do Amaral, que a partir de um estudo sobre a Conjuração Baiana de 1798, segundo ele pouco conhecida no começo do século XX, mas que é vital para os acontecimentos envolvendo o *7 de setembro*, refaz a ancestralidade da ideia emancipacionista brasileira:

A conjuração baiana de 1798 é, entretanto, um fato de notável relevo na vida deste povo, porque é prova irrefutável de que se fazia um movimento com intuítos libertários em todo o país, nos fins do século XVIII e princípios do XIX, o qual apresenta três grandes expoentes, as saber: a conspiração de Minas Gerais em 1792, chamada também do Tiradentes, a conspiração da Bahia de 1798 e a revolução de Pernambuco de 1817¹⁴³⁴

Amaral salienta que não se deve desarticular logicamente esses três movimentos da causa independentista de 22, porquanto são irmãos na luta e na reivindicação por liberdade. Eles são fundamentais em sua argumentação historiográfica ante as políticas da memória. Eles se concatenam e são sintomas de um mesmo Estado de espírito político e social.

Dito isso, no momento da Revolução do Porto, em 1920, a qual leva Portugal a tornar-se uma Monarquia Constitucional, Calmon adverte que já existe um clima emancipacionista no Brasil. A população livre, as autoridades locais e o clero são os sujeitos que experimentam essa atmosfera; proporcionado, sobretudo, pela Revolução Pernambucana. Há um sentimento nacional anterior ao estabelecimento do Monarquia constitucional brasileira.¹⁴³⁵ Porém, a sua manifestação é, ao menos no Nordeste, duramente reprimida, imprimindo na população medo. “O terror crescia, o terror se derramava, todos o sentiam, pressentindo, nessa agonia etérea e imprecisável, que ozona a atmosfera agoirando revoluções”.¹⁴³⁶ O anúncio da Independência gera um clima que absorve não só os “pró-homens” inseridos nas tramas da alta política, mas engloba toda a população livre. É uma espécie de sentimento compartilhado, é possível assinalar, intersubjetivamente.

¹⁴³⁴ AMARAL, Hermenegildo do. Conspiração republicana da Bahia. *RIHGB*, tomo 99, parte I, 1926, p. 345.

¹⁴³⁵ Isso nos faz crer que o sentimento nacional é anterior ao Estado nacional. Luiz Carlos Bresser-Pereira nos ajuda a entender esse movimento ao conceituar o Estado e as suas dinâmicas: sem “(...) dúvida, o Estado se distingue da sociedade que regula, mas isso não o torna independente da soberania popular. Pelo contrário, essa dependência, que originalmente era um mero pressuposto teórico, só tendeu a aumentar através do tempo. O poder do Estado está sempre baseado na sociedade que ele regula – uma sociedade que inicialmente se subordina inteiramente à oligarquia dominante, mas aos poucos vai dela se libertando”. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, Estado-nação e formas de intermediação política. *Lua nova*, 100, 2017, p. 162. Disponível em: <https://cutt.ly/FcLOG1O> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁴³⁶ CALMON, Pedro. História da Independência do Brasil. *RIHGB*, tomo 94, parte I, 1923, p. 128.

Complementando o ensejo, Basílio de Magalhães afirma que nem mesmo a elevação do Brasil à Reino Unido, em 1815, basta para uma sociedade que majoritariamente deseja a emancipação política. De acordo com o sócio do IHGB: essa

(...) medida não satisfaz as justas aspirações de uma parte considerável do país, ansiosa pelo total rompimento dos laços que a manietavam a Portugal, - evidenciam a revolução de 1817, que congregou em torno do lábaro da independência, sob a forma republicana, os espíritos mais esclarecidos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará”.¹⁴³⁷

Não parece justo entre brasileiros e brasileiras e entre os diversos países que conhecem a causa patriótica local a permanência dos laços com Portugal: “Seria ignominioso que uma terra em tais condições, de todo em todo verdadeiras, não conquistasse sem tardança a sua definitiva liberdade”.¹⁴³⁸ Estava, então, minado o esteio político português no Brasil. Propagava-se pelo Brasil a ideia, quando mais exaltada, da emancipação e, quando mais moderada, da permanência, desde que com autonomia, do Reino Unido:

Mas o rastilho revolucionário corre célere. É em 26 de fevereiro o Rio de Janeiro. Em 6 de abril o Maranhão. Em 14 o Ceará, em veemente oposição de Crato, onde o coronel Leandro Bezerra Monteiro chegara a declarar que preferia ter as mãos cortada a assinar a sua adesão a uma junta provisional, e se tinha a impressão, como diz Varnhagen, de que a Constituição “era uma de lei do diabo”. Em 20 de abril a Paraíba. Em 24 seguinte o Rio Grande do Norte. Em 28 o Recife. Em 11 de junho Maceió das Alagoas. Em 23 S. Paulo. Minas Gerais em 21 de setembro.¹⁴³⁹

O que Pedro Calmon assinala com essa argumentação é que, em primeiro lugar, a causa independentista é algo que corre em paralelo às relações entre Brasil e Portugal no âmbito da alta política, isto é, ela possui peculiaridades locais e não se configura apenas como reação às medidas autoritárias das Cortes. Existiam projetos de Independência, algo que podia ser percebido nos focos de revolta nas Províncias, cada qual com as suas demandas próprias.¹⁴⁴⁰ Por fim, diversos setores da população estavam envolvidos nesse movimento plural: “E o povo conspirava; conspiravam os letrados; a tropa conspirava”.¹⁴⁴¹

Não foram os atos centralistas do regente Pedro de Alcântara ante as tentativas de sublevações das Províncias, ou o despotismo das Cortes de Lisboa, que desencadearam no

¹⁴³⁷ MAGALHÃES, Jornalistas... op. cit., p. 772.

¹⁴³⁸ Idem, p. 772.

¹⁴³⁹ CALMON, História... op. cit., p. 138-139.

¹⁴⁴⁰ Sobre a participação das Províncias e do poder popular no processo de Independência cf. KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820 - 1825). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹⁴⁴¹ CALMON, História... op. cit., p. 140.

Brasil o sentimento nacional, bem como o desejo da emancipação política. Não era o Estado, diferentemente de Varnhagen, que dirigia os desejos, os interesses e o sentimento nacional, sendo ele, então, o vórtice da ideia emancipação. Foi a percepção da população, em comunhão de sentidos e de interesses, que demandou a Independência, em um movimento nacional que completava 100 anos na República. Quando se fala em atmosfera está implícito que o sentimento compartilhado incide, inclusive, sobre os corpos daqueles sujeitos históricos: “Pelo Estado geral dos espíritos, de muito embriagados na prodigiosa atmosfera revolucionária que envolvia a América inteira, não era difícil ao observador prever a impressão que de fato causaram os acintosos decretos de Lisboa”.¹⁴⁴² A defesa pela causa independentista não era da ordem da providência divina, também não era obra de um líder carismático. Ela advinha de uma tradição de pensamento, de um sentimento que se transformava em nacional com o processo histórico. As suas causas eram totalmente humanas, dado que vinculadas à comunidade que se imaginava e se inventava como portadora de ideais comuns: “A Independência não podia tardar muito. Era a opinião indistinta do país. Forjara-se em mais de um século. Os últimos acontecimentos tinham-na de tal forma precipitado, que poucos no país ainda encaravam a hipótese de uma demorada contemporização administrativa”.¹⁴⁴³

Basílio de Magalhães também é da opinião que o movimento independentista não é resultado do carisma de Pedro de Alcantara ou de qualquer outro “patriarca da independência”, porém, realizou-se como aspiração patriótica coletiva: “(...) é perfeitamente possível inferir deles que os patriotas se agitariam, e a Pátria nada mais fez do que conduzi-los à indefectível causa, num movimento coletivo, num titânio afã solitário, em que quase se não pode lobrigar quais foram os capitães e quais os soldados”.¹⁴⁴⁴

O povo é o grande agente da história em Pedro Calmon, mesmo quando ele se mostra representado por alguma autoridade política legitimada. O povo não estava passivo diante dos acontecimentos. Ele foi copartícipe do movimento. Isso pode ser visto na narrativa de Calmon no momento em que a população carioca presencia os embates entre brasileiros independentistas e reinóis fiéis às Cortes de Lisboa:

O sangue manchava as pedras da rua; as vidraças das casas voavam e estilhaçavam; bandos enraivecidos, em vozes bravas, passavam ameaçando. Havia emboscadas pelas esquinas. Um frio de medo corria pela cidade. Os pretos dos sobrados e casas fidalgas, bem armados, nos palcos e saguões, guardavam as entradas. Outras casas eram forçadas e saqueadas.¹⁴⁴⁵

¹⁴⁴² Idem, p. 169.

¹⁴⁴³ Ibidem, p. 169-170.

¹⁴⁴⁴ MAGALHÃES, Jornalistas... op. cit., p. 773.

¹⁴⁴⁵ CALMON, História... op. cit., p. 193.

A *História da Independência* do jovem Pedro Calmon é americanista, distinguindo-se, por exemplo, do iberismo de Francisco Adolfo de Varnhagen. A proposta do intelectual baiano é contestatória, quer dizer, a Independência não representa um elogio à colonização portuguesa. O passado metropolitano português é autoritário, e a identidade nacional encontra-se justamente no poder de resistência que o brasileiro e a brasileira ostentam há três séculos. Em suma, há uma negação do passado colonial luso-brasileiro. Já os momentos de resistência, de união e de conagração de sentimentos esses, sim, fazem parte do presente que se quer construir:

Tal foi a sorte do Brasil por quase três séculos; tal a mesquinha política, que Portugal, sempre acanhado em suas vistas, sempre faminto e tirânico, imaginou para cimentar o seu domínio e manter o seu fictício esplendor. Colonos e indígenas, Conquistados e Conquistadores, seus filhos, e os filhos de seus filhos, tudo foi confundido, tudo ficou sujeito a um anátema geral. E porquanto a ambição do poder, e a sede do outro são sempre insaciáveis e sem freio, não esqueceu de mandar continuamente paxás desapiedados, magistrados corruptos, e exames de agentes fiscais de toda a espécie, que no delírio das suas paixões e avareza despedaçavam os laços da moral, assim pública, como doméstica; devoravam os mesquinhos restos dos suores e fadiga dos habitantes; e dilaceraram as entranhas do Brasil.¹⁴⁴⁶

Francisco Eugênio de Toledo compreende, em sentido aproximado, a colonização portuguesa desastrosa para o Brasil. O que mais corrompe a nacionalidade brasileira era o absolutismo. Segundo o autor, a orientação iberista impõe costumes e tradições autoritárias às suas Colônias. Essa “herança maldita” não legitima de modo algum os princípios fundamentais da organização social e política de um povo. “É princípio corrente em assunto de leis da ordem social que a liberdade privada se torna completa quando os costumes privados estão na altura de todas as condições da liberdade pessoal civil e religiosa”.¹⁴⁴⁷ O absolutismo português chega à década de 20 do século XIX, mesmo que queira se apresentar liberal por se tornar constitucionalista. Ele

(...) nos mostra o maior desprezo pelos bons costumes e retrata no colorido de sua tela o mais perigoso estado de uma civilização decadente. Era, portanto, quase impossível pensar-se na liberdade política daquela extinta monarquia, porque o governo estava corrompido, e nestas condições não era possível a realização da liberdade pública”¹⁴⁴⁸

¹⁴⁴⁶ Idem, p. 237.

¹⁴⁴⁷ TOLEDO, Francisco Eugênio de. *História da Independência do Brasil*. *RIHGB*, tomo 107, parte I, 1930, p. 165.

¹⁴⁴⁸ TOLEDO, *História...* op. cit., p. 165.

Há uma narrativa de sentido, ou um eixo norteador do processo histórico, na exposição de Pedro Calmon no que se refere ao que ele chama de *espírito de emancipação*. É esse o devir da história para o historiador baiano:

O espírito da emancipação revelava-se na plenitude da forma, poético, quase místico, a semelhança de uma religião de governo e de pátria, que obrigava o voto do sacrifício, da abnegação e do altruísmo. Secular embora, sua fisionomia é francesa de Paris, ano de 1792. Esse sentimento de pátria, conquanto espontâneo, como soam as criações orgânicas no desenvolvimento etho-biológico dos povos, com as suas fitas tricolores. Rousseau, Voltaire, D'Holbein, Mably, numa fusão de bento ecletismo dogmático – deixava ao crítico sociólogo a imagem vaga da mais furiosa e excelsa das limitações, que não somente no Brasil, antes mais ainda em Portugal, dava a cismar das consanguinidades morais que impõem os mesmos fenômenos essenciais do crescimento. Apenas aqui, o egoísmo do congresso é bárbaro e insciente. Tudo que quer para si e para a metrópole denega aos irmãos e à pátria além-mar.¹⁴⁴⁹

O espírito de emancipação age como horizonte de sentido, porém se performa sincronicamente na narrativa de Calmon. Está incutido nele a noção de pátria e o sentimento nacional. O desenvolvimento geral do devir histórico ocorre em concordância com os aspectos particulares e locais. Em vista disso, vê-se que o autor se vale da linguagem organicista, atuante entre os intelectuais da passagem para o século XX, como forma de explicar os horizontes da sua abordagem. Esse registro teórico percebe a sociedade enquanto um “organismo vivo”, delegando um lugar determinado para cada segmento social, acomodando harmoniosamente todo um corpo.¹⁴⁵⁰ Há certa herança ilustrada em Calmon, que se legitima em razão do seu conteúdo liberal, porém, os seus princípios, dentro da lógica organicista, devem emergir espontaneamente, o que sugere que cada povo possui a sua especificidade. A explicação do espírito de emancipação na *História da Independência* de Calmon, nos apoiando nesta passagem específica da sua obra, deriva do hibridismo entre organicismo e filosofias ilustradas.

Próximo à noção de espírito de emancipação encontra-se a de *índole democrática*, elaborada por Agenor de Roure, e o seu imediato não dito. A Independência não realizou prontamente aquele sentimento de liberdade há séculos requerido, pois a constituinte foi dissolvida, a Constituição foi outorgada e o poder moderador entrou em cena. O Primeiro Reinado, para Roure, era autoritário e absolutista. Ademais, corria na Corte uma “inversão portuguesa” com uma espécie de projeto de recolonização do país. Cabe salientar, então, que não há uma proclamação da Independência, mas, sim, proclamações até a abdicação em 1831

¹⁴⁴⁹ CALMON, História... op. cit., p. 170.

¹⁴⁵⁰ Cf. BLANCKAERT, Claude. *La nature de la Société*. Organicisme et sciences sociales au XIXe siècle. Paris: L'Harmattan, 2004.

– até a consumação da índole democrática. Uma dessas efemérides é, por exemplo, a de 1826 e está relacionada com o funcionamento pleno do legislativo. Segundo Roure:

País de índole democrática, o Brasil vinha trabalhando, desde 1823, pela reação absolutista e pelo movimento recolonizador. Caracterizava-se aquela pelas atitudes de Pedro I e de seus auxiliares mais imediatos; caracterizava-se este por uma série de fatos que punham a alma nacionalista em desconfiança e em defesa no começo, em ação e em hostilidade no fim do primeiro mandato, ocasionando a abdicação.¹⁴⁵¹

Ou seja, nessa nova proclamação os(as) brasileiros(as) estão no parlamento imbuídos de sentimentos “democráticos” e “nacionalistas” ante o espírito de recolonização e absolutista de matriz lusa. Mesmo que Portugal, assevera Agenor de Roure, tenha reconhecido politicamente a Independência, não deixava de ser uma possibilidade a recolonização. Esse processo de luta pela liberdade definitiva, ou seja, pelo pleno funcionamento da nova Monarquia constitucionalista, se acirrou até o momento da definitiva abdicação em 1831. Ou seja, a *índole democrática* era o próprio movimento da jovem nação em seu vir a ser, quer dizer, em seu intuito de estabelecimento da liberdade.

¹⁴⁵¹ ROURE, Agenor. Centenário do poder legislativo. *RIHGB*, tomo 99, parte I, 1926, p. 284.

Capítulo 15 - Considerações sobre a Abolição e o negro na Revista do IHGB no pós-emancipação

Os povos, como os indivíduos, não são conduzidos só pela inteligência, mas também e principalmente pelo caráter: a formação desse caráter depende da formação étnica da nacionalidade e do meio social criado pelo povoamento.¹⁴⁵²

Agenor de Roure

O IHGB e a Abolição

Abolida a escravidão no Brasil fez-se necessário criar uma narrativa de sentido, uma tradição inventada, em que as ideias antiescravistas se faziam presentes como patrimônio simbólico para a afirmação do Brasil como país civilizado. Mas foram poucas as falas e os artigos sobre a escravidão e o negro no contexto historiográfico da Primeira República, o que demonstra um silenciamento seletivo¹⁴⁵³ sobre esses temas em específico, atrelados que estavam ao que Pedro Lessa chama de “instituição maldita”.¹⁴⁵⁴

Uma primeira menção à Abolição da escravidão no IHGB ocorreu ainda 1888, mais especificamente no Jubileu da agremiação, isto é, nas comemorações dos seus 50 anos de atividades.¹⁴⁵⁵ Coube à Franklin Távora a abertura das discussões sobre a escravidão como problema historiográfico na instituição. Para o sócio em questão, “a lei que extingui entre nós o cativo” torna-se, a partir daquele momento, digna de ser inserida na “história da humanidade”.¹⁴⁵⁶ O fim da escravidão era, de todo modo, vislumbrado no devir formativo da história, quer dizer, o evento em si era esperado. Mesmo assim a sua repercussão e os seus efeitos o tornava uma novidade em termos de sociedade, na medida em que toda a nação agora era livre e podia, enfim, preitear um lugar entre os países ditos civilizados. O historiador podia,

¹⁴⁵² ROURE, Agenor de. A Abolição e seus reflexos econômicos. *RIHGB*, tomo 83, parte I, 1918, p. 329.

¹⁴⁵³ Nessa direção, é importante lembrar que, para Pollak, “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, vol. 2, n.3, 1989, p. 13. Disponível em: <https://cutt.ly/XcZuOiQ> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁴⁵⁴ LESSA, Pedro. João Francisco Lisboa. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte I, 1913, p. 77.

¹⁴⁵⁵ O instigante trabalho de Renata Figueiredo Moraes informa que o problema da escravidão não se constitui enquanto um problema historiográfico para os sócios do IHGB. Segundo a autora, os “membros do IHGB não propuseram ao longo dos seus primeiros 50 anos nenhum trabalho Histórico mais específico a respeito da escravidão no Brasil, talvez por esse tema não constituir ainda um problema Historiográfico. Ele só veio à tona com a Abolição, de fato, e quando isso ocorreu o Instituto manteve sua coerência ao associar o 13 de maio como objeto de desejo do Império”. MORAES, Renata Figueiredo. *Os maos de 1888: História e Memória na escrita da História da Abolição*. O caso de Osório Duque-Estrada. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 107. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_MORAES_Renata_Figueiredo-S.pdf Acesso: 04 dez. 2020.

¹⁴⁵⁶ TÁVORA, Franklin. A extinção da escravidão no Brasil. O Jubileu do Instituto Histórico. *RIHGB*, tomo LI, parte I, 1888, p. XVIII.

assim, estudar o povo em sua integralidade, pois os elementos raciais não eram mais impeditivos para o estabelecimento de populações juridicamente livres e incorporadas à nação. Deixemos Távora nos relatar o universo que se abre para a nação e para o trabalho do historiador a partir do evento da Abolição:

Com a extinção do Estado servil o gênio da história nacional ganhou novo critério. Ele está agora completo com a parte da liberdade que lhe faltava para ser digno de uma nação que rende culto nas aras da civilização. O nosso historiador terá de agora em diante homens para submeter à sua análise fisiopsicológica, terá um povo verdadeiramente livre para estudar e julgar nos seus sentimentos e na sua evolução.¹⁴⁵⁷

O IHGB felicita, de imediato, Dom Pedro II, a Princesa Isabel e o Conde d'Eu por meio de telegramas. Além disso, membros do IHGB participam de uma procissão cívica organizada pela imprensa da época. Chegando ao Paço o visconde de Taunay, em nome de uma comissão especial do Instituto, profere um discurso. Eis a posição oficial do IHGB diante da Alteza regente: “(...) enviou-nos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro afim de patentearmos o intensíssimo júbilo que o domina pelo evento da nova era iniciada a 13 de maio de 1888, que extinguiu no Brasil a escravidão e fez cessar todas as consequências dessa nefanda organização”.¹⁴⁵⁸ Desenha-se uma primeira interpretação sobre o fim da escravidão no Brasil, qual seja, aquela que enaltece o Imperador e a Princesa Isabel como os grandes responsáveis pela liberdade dos cativos, sendo eles próceres da causa abolicionista.¹⁴⁵⁹ Ela, ao invés de ressaltar o longo caminho necessário para a liberdade dos negros escravizados, alça o evento como ponto cume das ações do Império brasileiro enquanto participante da civilização ocidental. Vejamos estas palavras:

A Vossa Alteza coube a inefável alegria e imorredoura glória de dar solução definitiva ao temeroso problema, que tanto entenebreceu a magnânima alma do Vosso ilustre pai, Sua Majestade o Senhor. D. Pedro II, que consternou largos anos o espírito nacional e empeceu o progresso do Brasil, quer na ordem moral, quer na material.¹⁴⁶⁰

¹⁴⁵⁷ TÁVORA, A extinção... op. cit., p. XVIII.

¹⁴⁵⁸ TAUNAY, Alfredo. Discurso em razão da Abolição da escravidão. *RIHGB*, tomo LI, parte I, 1888, p. XX.

¹⁴⁵⁹ Esse posicionamento do IHGB também é percebido Fabiany Glaura Alencar e Barbosa: “(...) após a proclamação da República, o IHGB reafirma a construção da Abolição associada à iniciativa imperial e ao ato redentor da Princesa Isabel, contrapondo-se aos discursos republicanos que buscam silenciar tal memória, mobilizando outros lugares, personagens e significados”. BARBOSA, Fabiany Glaura Alencar e. *A Abolição da escravidão e modos de pensar e representar a experiência passada: livros didáticos (1865 - 1918)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, 2012, p. 57. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11642> Acesso: 04 dez. 2020.

¹⁴⁶⁰ TAUNAY, Discurso... op. cit., p. XX-XXI.

Outra posição acerca dos acontecimentos que envolveram a Abolição da escravidão no Brasil relacionava-se com o esquecimento programado, intencional e deliberado desse passado. Isso ocorrera em razão do próprio tipo de história que se produzia: de posituação dos eventos, das situações e dos personagens que contribuíram para a constituição da pátria. Revisitar o passado escravocrata era negatizar a experiência da história brasileira, e não contribuir com a história dos vencedores produzida no Instituto: “Vencido hoje está o tremendo empecilho e como que atirada aos fundos abismos do esquecimento essa imensa rocha, que obstruía o caminho, pelo qual deve a Pátria chegar aos mais altos destinos”.¹⁴⁶¹ Uma história da civilização do Brasil, vista através da ideia de pátria, não podia comportar as suas próprias barbáries.¹⁴⁶²

Nas atas das sessões do IHGB no ano de 1888 são constantemente discutidas questões relativas à Abolição. A Princesa Isabel e o Imperador Pedro II são considerados os benfeitores da causa, e por conta disso chegam ao IHGB felicitações a ambos na forma de telegrama e de comitivas. De imediato os sócios do Instituto propõem que se cunhem medalhas comemorativas para a nova efeméride e que se erga uma coluna de bronze no campo da “aclamação”. Perdígão Malheiros é considerado, nessas falas, o precursor da ideia de liberdade dos escravos com o seu livro *Escravidão no Brasil*. O então vice-presidente Olegário Herculano emitiu este parecer acerca da Abolição no Brasil, que serve, então, como a fala oficial da agremiação:

Se há fatos notáveis e grandiosos na história do nosso país, que devam ser perpetuados na memória das gerações futuras, por honra nossa e glória da nação que constituímos, é sem dúvida um deles e dos mais brilhantes o da proclamação da liberdade da raça escrava, que infelizmente, até há pouco, nodou a nossa vida social. As festivas aclamações e aplausos com que, sem a mínima perturbação da ordem pública, foi entre nós efetuada essa revolução incruenta, que em outros países tem custado porfiosas lutas e dolorosos sacrifícios, vieram claramente demonstrar inteiro acordo entre a opinião popular e a vontade do parlamento e da coroa no arrojado cometimento, que hoje nos enche de orgulho e intima satisfação.¹⁴⁶³

¹⁴⁶¹ Idem, p. XXI.

¹⁴⁶² Assim, entendemos a forma como a historiografia, ao sublinhar de forma pacífica o processo de emancipação, também oblitera e silencia as lutas e as manifestações civis e de escravos na busca pela liberdade. Como muito bem pontuado por Livia de Lauro Antunes: esse “(...) discurso historiográfico foi responsável pela perpetuação de uma memória, ainda presente no seio da sociedade, na qual a luta pelo fim da escravidão partiu da vontade de uma aristocracia intelectual, sem intervenção decisiva da massa da população. Mais importante, construiu uma memória que limita os processos geradores de grandes transformações sociais à vontade de uma diminuta elite intelectual, majoritariamente branca”. ANTUNES, Livia de Lauro. *Por uma memória da nação: Abolição e pós-emancipação nos Institutos Históricos (uma abordagem comparada)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Comparada, UFRJ, 2014, p. 66. Disponível em: <https://cutt.ly/1cLccBI> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁴⁶³ CASTRO, Olegário Herculano de Aquino. Parecer do Vice-presidente do IHGB sobre a abolição da escravidão no Brasil. *RIHGB*, tomo LI, parte II 1888, p. 257.

Após essas percepções quanto ao evento da Abolição da escravidão no Brasil, o IHGB voltou a se manifestar na celebração dos seus 20 anos, em 1908. Coube ao conde de Afonso Celso, orador da instituição, proferir uma palestra acadêmica que desse conta de circunscrever o tema após duas décadas. O momento era de comemoração, de fazer o passado presente, porém era uma oportunidade, também, de se passar a limpo esse passado através do crivo crítico do historiador. Algo que, de fato, não se efetivou. Diante desse desafio Afonso Celso desenvolveu algumas teses em seu discurso de “celebração da Abolição do cativo”: 1) a primeira tese advoga que não há nenhuma desonra por parte do Brasil em manter por tanto tempo a “maldita instituição”, na medida em que os países mais adiantados e civilizados, como a Inglaterra e a França, fazem a mesma coisa, e os Estados Unidos, até aquele momento, lutam contra o “problema negro”; 2) a segunda tese abrandava os impactos da escravidão brasileira, pois se admite que em nenhum outro ponto do globo ela é tão mitigada pela “pela caridade, pela filantropia, por belos costumes da população”;¹⁴⁶⁴ 3) o Brasil, segundo o conde, não “ama” e “defende” a escravidão, mas apenas a “tolera” por circunstância do momento, não se opondo radicalmente ao movimento abolicionista; 4) o processo gradual de extinção da escravidão é considerado o mais acertado e inteligente, além de evitar abalos e atritos entre o governo e os particulares; 5) proprietários, ex-escravos, poderes públicos, povo, todos concorrem para a Abolição, que segundo Afonso Celso não deixa ódios nem prejuízos irremediáveis. Como vemos, constrói-se uma postura conservadora, aristocrática e até mesmo condescendente com relação a escravidão no Brasil.

Passados 4 anos da celebração dos 20 anos da Abolição no Brasil o IHGB voltou a prestar homenagens às principais figuras do 13 de maio, aquelas que para o conde de Afonso Celso se envolveram decisivamente com a causa do movimento social, quais sejam, a “redentora” Princesa Isabel, Joaquim Nabuco e João Alfredo. Todavia era uma cerimônia na qual se efetua certo silenciamento sobre a memória da luta dos ex-escravos em prol da liberdade, destacando, apenas, os grandes vultos abolicionistas. De todo modo, a ocasião dessa pequena “homenagem” era a inauguração dos quadros das referidas personalidades históricas no IHGB. No discurso cerimonial do conde, relativamente diferente daquele proferido na comemoração dos 20 da Abolição, transparecia que a agremiação, na década de 1910, endossava uma interpretação conservadora e oficial da causa abolicionista, sendo ela vista, politicamente, de cima para baixo.¹⁴⁶⁵

¹⁴⁶⁴ CELSO, Afonso. Celebração da Abolição do cativo. *RIHGB*, tomo LXXI, parte II, 1908, p. 460.

¹⁴⁶⁵ Para um estudo sobre comemorações populares do 13 de maio, bem distantes da frieza oficial dos salões do IHGB, ver ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. É chegada “a ocasião da negra bumar”:

Afonso Celso comparou o movimento abolicionista brasileiro com a guerra contra os holandeses. Primeiro: pelo heroísmo que subjazia os dois movimentos. Segundo: pela longevidade da contenda. Terceiro: porque eram causas que extrapolavam o plano simplesmente político, dado que o seu alvo era a glorificação da pátria. Percebe-se que o IHGB, com esse ato comemorativo, articulava em uma narrativa de sentido republicana os eventos e as situações que envolviam a Abolição, isto é, esse movimento era digno de fazer parte da história oficial do Brasil. Argumenta o conde que a campanha abolicionista

(...) pode ser muito bem comparada à *Ilíada* pernambucana. Na realidade, durou mais tempo: apresentando dificuldades, crises, perigos equivalentes aos da primeira; acirra igualmente intensas paixões e feriu valiosos interesses; tem também combates renhidos, feitos legendários, vultos grandiosos, oradores de perene gratidão nacional.¹⁴⁶⁶

As quatro principais datas da Abolição eram: 1831, abolição do tráfico; 1871, emancipação dos filhos das mulheres escravas; 1885, libertação dos cativos sexagenários; e 1888, declaração da extinção integral da escravidão. Todas elas foram alçadas pelo conde de Afonso Celso junto aos principais eventos patrióticos registrados em nossa história, sendo que essas efemérides deviam constar no calendário cívico republicano.

A história pensada na Primeira República requeria que se destacasse os sujeitos mais representativos em determinadas situações e eventos que faziam parte da experiência nacional. Não eram meras individualidades, mas supostos representantes do povo. Podiam ser os “benfeitores” ou “patriarcas”, como desejava Tristão de Alencar Araripe, como podia ser os “pró-homens” que Afonso Celso se apropria, entre outros, de Carlyle. Nessa cerimônia acompanhamos o desenvolvimento desse raciocínio voltado para a temática da Abolição. Se destacavam a Princesa Isabel, “para quem pesou mais o direito de uma raça oprimida do que a posse do trono”; Joaquim Nabuco, “o líder e a voz mais poderosa da campanha abolicionista”; e João Alfredo, “que triunfalmente dirigiu as forças abolicionistas em ambas as peremptórias consagrações legais de 1871 e 1888”.¹⁴⁶⁷ Eles, “pelo seus exemplos, em agitadas crises, atuaram, de modo luminoso e orientador, sobre a alma nacional”.¹⁴⁶⁸ Ao final do discurso

comemorações da Abolição, música e política na Primeira República. *Varia história*, vol. 27, n. 45, 2011 Disponível em: <https://cutt.ly/ccLzHoH> Acesso: 08 abr. 2021.; MORAES, Renata Figueiredo. As festas da Abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888 – 1908). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-RJ, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34952/34952.PDF> Acesso: 04 dez. 2020.

¹⁴⁶⁶ CELSO, Afonso. Isabel, a Redentora, Joaquim Nabuco e João Alfredo. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912, p. 309.

¹⁴⁶⁷ CELSO, Isabel... op. cit., p. 310

¹⁴⁶⁸ Idem, p. 312.

vemos claramente a moderna *historia magistra vitae* atuando na recepção desses personagens na República, posto que eles são percebidos com “simpatia carinhosa”, “patriotismo orgulhoso”, “reconhecimento” e “veneração”. Tanto essas figuras representativas quanto a campanha e a Abolição da escravatura entravam definitivamente para os fastos da dita história oficial republicana.

A Abolição como fato histórico: das medidas estatais à aclamação popular

Após a primeira intervenção junto ao tema da escravidão, em 1888, o Instituto voltou a tratar do assunto no ano de 1900, com um artigo do barão de Loreto. Franklin Dória foi o primeiro agremiado que transformou o evento da Abolição da escravidão em fato histórico, quer dizer, dotado de um campo de experiência e de um horizonte de futuro em perspectiva historicizada. Tal fato histórico foi narrado como a crescente conscientização do povo pela causa abolicionista, passando dos debates, tramites e leis parlamentares até o ato derradeiro promovido pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888. A Abolição ganhava sentido histórico, isto é, um horizonte de origem e de destino.

O primeiro movimento do abolicionismo no Brasil inicia-se no reinado de Dom João VI. “Longo e cheio de capítulos bem tristes desenha-se o primeiro período da história dos fatos relativos à Abolição no Brasil”.¹⁴⁶⁹ Em razão de ser o momento em que há uma suposta reação em favor do comércio de escravos no Brasil diante das pressões políticas da Inglaterra que renuncia ao tráfico. Novamente a Inglaterra impõe, agora no reinado de Pedro I, em convenção realizada em novembro de 1826, o fim do tráfico como forma de instaurar a reciprocidade diplomática após ser decisiva nos acordos de Independência. Convém mencionar que entre essas duas balizas temporais há o posicionamento contundente de José Bonifácio, o qual salienta que a Independência não é completa sem a “fusão definitiva dos elementos étnicos formadores da nação”.¹⁴⁷⁰ De todo modo, a abdicação precoce de Pedro I impede a execução das diretrizes antiescravistas acordadas naquela convenção. Esse primeiro ciclo de discussões acerca a escravidão no Brasil é balizado, então, pela posição dita filantrópica da Inglaterra que

¹⁴⁶⁹ DÓRIA, Franklin (barão de Loreto). A Abolição no Brasil. *RIHGB*, tomo LXIII, parte II, 1900, p 187.

¹⁴⁷⁰ BEVILAQUA, Clovis. A lei de 28 de setembro de 1871 e o visconde do Rio Branco. *RIHGB*, tomo 80, parte II, 1916, p 791. É desta forma que José Bonifácio pretende resolver, naquele contexto específico, o “problema brasileiro”: a “(...) exata extensão das transformações dominantes que ele tinha em mira consiste no seguinte: sem abolir a escravidão dos negros e sem civilizar os índios, não se atingiria a homogeneidade do corpo social; e sem lhes dar acesso à propriedade da/terra, as duas castas não alcançariam o estágio da assimilação socioeconômica, que extinguiria a marginalidade dos homens de cor”. SILVA, Raul de Andrada e. José Bonifácio, o pensador reformista. *Revista de História*, vol. 45, n. 92, 1972, p. 404. Disponível em: <https://cutt.ly/0cZz6AE> Acesso: 08 abr. 2021.

faz valer o seu poderio político e diplomático em favor da causa do fim do tráfico. Por outro lado, representa entre os portugueses e entre os brasileiros uma medida autoritária por parte dos ingleses, o que gera, para além da procrastinação do assunto no parlamento, manobras por parte dos civis para a preservação do tráfico de escravos. É o caso da lei de 7 de novembro de 1831, que restitui a liberdade a todos os escravos “importados”, mas que “não bastou a impedir o contrabando dos africanos apesar da sua sanção penal”.¹⁴⁷¹ A inoperância dessa lei é tamanha que o tráfico de pessoas no Brasil, para o barão de Loreto, tende a aumentar.¹⁴⁷² Clóvis Bevilaqua entende essa situação da seguinte maneira: “Não obstante o comércio nefando continuou. Nem lhe serviu de estorvo a lei de 7 de novembro de 1831, proclamando livres todos os africanos que fossem introduzidos nos portos do Brasil”.¹⁴⁷³

Essa situação é uma das maiores motivações da lei imposta pela Inglaterra, que não deixa de ter motivações imperialistas, *Bill Aberdeen*, de 1845. Ela proíbe o tráfico de escravos africanos no Atlântico e possui a promessa do policiamento marítimo inglês para a sua perfeita execução. Essa nova situação que o Brasil experiencia o coloca mais próximo dos países considerados civilizados, mudando, pois, a sua imagem inicial sobre o tráfico de escravos, além de ser, conseqüentemente, um grande impulso para que a causa da Abolição ganhe força no parlamento e entre a população. De qualquer maneira, para Dória, é o Estado que dirige as ações concernentes à lei de 1850, conhecida como “lei Eusébio de Queirós”, resultado indireto dos impactos da *Bill Aberdeen*. Nesse sentido, argumenta Clovis Bevilaqua que a “lei de 4 de setembro de 1850, afinal, extinguiu a importação de escravos e o país, desafogado da incômoda pressão estrangeira, pode tomar consciência de si, obedecer aos movimentos espontâneos da natural bondade da gente brasileira, e proceder segundo a equidade lhe aconselhava”.¹⁴⁷⁴

Diante dessa situação emerge, como salientado acima, o Estado ilustrado que impõe à nação o fim definitivo, em 1850, do tráfico de escravos. É, portanto, o Estado monárquico que civiliza a sociedade com ideais filantrópicos. Obviamente que essa conclusão parte do pressuposto que não há movimento popular pela causa dos escravos. Nas palavras do barão de Loreto: “Após constantes protestos, formulados pelo governo Imperial, contra as violências da

¹⁴⁷¹ DÓRIA, op. cit., p 187.

¹⁴⁷² A cientista política Paula Beiguelman retrata a inconsistente aplicabilidade da lei de 1831: “Por esse ato eram cominadas severas penas aos importadores de escravos, considerados como tais (artigo 3º) tanto os que os vendessem e transportassem, como os compradores (fazendeiros). Entretanto., mantendo a forma de julgamento por júri, a lei garantia a impunidade das infrações. Criava-se, assim, um instrumento legal que, embora não afetasse o tráfico, podia, contudo, ser invocado como argumento para evitar-se a ampliação do tratado anglo-brasileiro”. BEIGUELMAN, Paula. A extinção do tráfico negreiro no Brasil como problema político. *Revista de Ciência Política*, n. 1, 1967, p. 16. Disponível em: <https://cutt.ly/zcLn0og> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁴⁷³ BEVILAQUA, A lei... op. cit., p 791.

¹⁴⁷⁴ Idem, p 792.

nação que, assim abusava da sua força, a lei de 4 de setembro de 1850 pôs termo ao contrabando, que até então zombara dos esforços com que fora por nós repellido”.¹⁴⁷⁵ É o Estado, nessa interpretação historiográfica, o orientador prático da opinião pública. Eusébio de Queirós é considerado o articulador político da lei que extingue o tráfico.

Extinto o tráfico dos africanos progride, em tese, a aspiração humanitária, fortalecida pelo exemplo de outras nações que também abolem a “instituição maldita”. A partir dessa conjuntura em diante a ideia de emancipação gradual é refletida na imprensa, inspira mais de um projeto no legislativo, congrega associações civis de caráter filantrópico, move os intelectuais, incita a “caridade” dos cidadãos e faz multiplicar as manifestações.¹⁴⁷⁶ A interpretação histórica da campanha abolicionista acionada por Dória passa, então, do âmbito político, que tem o seu início lá nas Cortes constituintes de Lisboa, em 1822, com as propostas do visconde de Pedra Branca, é tutelada pelo Estado que direciona o fim do tráfico, para, enfim, tornar-se uma aspiração popular.

O barão de Loreto era partidário da interpretação que o fim escravidão, antes de ser postergada pelas forças políticas do Império, era um projeto em execução paulatino durante todo o Segundo Reinado. “A nova causa pleiteada a favor da escravidão encontrou o mais forte sustentáculo nos magnânimos intuitos do Imperador, que, pela fala do trono de 22 de maio de 1857, recomendou a Assembleia Geral a reforma do elemento servil”.¹⁴⁷⁷ Vê-se, dessa forma, que por mais que a Corte tenha a vontade, isso em meados do século XIX, de reformar a instituição escravocrata não há, ainda, a intenção, em nenhum momento, da sua extinção irrestrita.¹⁴⁷⁸ Essa leitura denota que o Estado era o racionalizador social, sendo ele o orientador do agir político e da ação social do povo.

Concluída a Guerra do Paraguai, que contribui para tornar mais visível a “mancha” que a escravidão impõe à organização social do Império, não podem mais os diretores da política nacional cerrar os olhos para a causa abolicionista. Assim, aquela reforma proposta por Dom Pedro II vem a se realizar no ano de 1871. Para a sua aprovação concorre decisivamente o visconde do Rio Branco, chefe de gabinete. Rio Branco consegue unir os principais partidos da

¹⁴⁷⁵ DÓRIA, A abolição... op. cit., p 188.

¹⁴⁷⁶ Idem, p 188.

¹⁴⁷⁷ Ibidem, p 188.

¹⁴⁷⁸ Beatriz Mamigonian e Ana Paula Siqueira mostram que as sucessivas leis atenuadoras da escravidão no Brasil não correspondem a uma abolição gradual deliberada: a “história da política imperial e das transformações da escravidão no Brasil mostram que cada uma das medidas foi tomada para garantir a manutenção, ou dar uma sobrevida à escravidão”. MAMIGONIAN, Beatriz G.; SIQUEIRA, A. P. P. A campanha abolicionista e a escravidão no século XIX no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos. In: Adriana Pereira Campos; Gilvan Ventura da Silva (orgs.). *A Escravidão Atlântica: do domínio sobre a África aos movimentos abolicionistas*. Vitória: GM, 2011, p. 55.

época para deliberar a proposta de reforma. Quem a executa é a Princesa Isabel, sancionando-a como regente na ausência do Imperador. De acordo com Dória, ela faz valer a vontade do seu pai, bem como demonstra toda a sua humanidade no gesto que a torna a redentora. “A Princesa Regente, pois, deu vida à lei que assegurou a liberdade dos futuros filhos das escravas, à lei que, demais, promoveu o resgate do cativo, e lhe reconheceu a dignidade de homem, concedendo-lhes direitos e favores preciosos”.¹⁴⁷⁹ A lei de 1871 demonstra, para Bevilaqua,

(...) a prodigiosa riqueza moral e afetiva da alma brasileira, que, superior às combinações, medrosas ou mesquinhas, dos estadistas, pôde transformar a meia liberdade concedida ao filho da escrava, na sua emancipação completa, sem se reclamarem indenizações por ingênuos, que deixassem de prestar serviços depois dos oito anos.¹⁴⁸⁰

A lei de 71 não tem, continua Bevilaqua, a simplicidade assertiva das grandes ideias ou das reformas radicais, como em 1888, que abole definitivamente a escravidão. Ela é complexa, na medida que abarca inúmeros interesses e contrariedades. Esse novo dispositivo legislativo modifica a atmosfera moral do país – ele fomenta um despertar da consciência nacional.¹⁴⁸¹ A partir dele se acelera o movimento emancipacionista mais do que o previsto. “Reagindo no meio escravo se fez sentir essa influência. Reagindo sobre o ambiente, a lei foi suscitando um Estado geral de espírito, incompatível com a permanência do cativo”.¹⁴⁸² Segundo o jurista cearense, a lei de *13 de março* de 1888 era apenas uma consagração da ação educadora da lei de 71.

A partir dessa situação histórica, na perspectiva da formação, o “espírito público”, já na década de 1880, interessa-se de maneira decisiva pela causa da Abolição, almejando tirar todos os escravos, o mais depressa possível, dessa condição, na medida em que não há povo, admite o barão de Loreto, quando um dos seus segmentos não se apresenta juridicamente livre. Nesse contexto, a última década do Segundo Reinado há no parlamento, na imprensa periódica, nas conferências públicas, em sociedades civis uma propaganda que acelera a aspiração por uma Abolição imediata e irrestrita.¹⁴⁸³ Em todos os níveis da sociedade imperial o movimento

¹⁴⁷⁹ DÓRIA, A abolição... op. cit., p 188.

¹⁴⁸⁰ BEVILAQUA, A lei... op. cit., p 798.

¹⁴⁸¹ Teófilo de Queiroz Júnior constrói uma periodização possível para o movimento abolicionista, com especial atenção para o marco temporal 1871, data da “lei do ventre livre”: “Aceito o início do interesse nacional pela abolição em 1866, e o começo da campanha, em 1871, tem-se uma periodização que dá conta da ‘fase propriamente revolucionária do abolicionismo’. O que aconteceu antes corresponde a uma fase menos inflamada, embora já marcada por inquietações e tentativas de saída para o problema (...)”. JÚNIOR, Teófilo de Queiroz. Abolicionismo, um processo em questão. *Revista de Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 28, 1988, p. 103. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70035> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁴⁸² BEVILAQUA, A lei... op. cit., p 791.

¹⁴⁸³ O movimento abolicionista é anterior a essa periodização. Angela Alonso verifica, a partir de 35 jornais de época, entre 1868 e 1888 o incrível número de 1446 eventos de protesto abolicionista. A campanha abolicionista é, para Alonso, caracterizada como um movimento social. Para a estudiosa, a “mobilização brasileira pela abolição da escravidão foi, pois, grande, estruturada e duradoura (...) os brasileiros construíram uma rede coordenada e

abolicionista ganha adesões e simpatias. A situação se afunila a partir do momento em que as Províncias do Ceará e do Amazonas libertam os cativos espalhados pelos seus territórios, “e o abolicionismo, embevecido nos primeiros triunfos, ostentava-se mais forte e mais resoluto”.¹⁴⁸⁴ Não tarda, em meio as crises políticas entre o governo e o parlamento, a lei do sexagenário, vinda a lume em 1885, a qual liberta os cativos com mais de 60 anos, cabendo, todavia, aos proprietários de escravos indenização. Essa lei, avançando na argumentação, potencializa a campanha abolicionista e a propaganda de imprensa, bem como mobiliza grandes segmentos civis. Em meio ao otimismo pela derrocada da “instituição maldita” é proposta um projeto de lei para a Abolição irrestrita em até 5 anos.

A força do movimento é tão grande, sobretudo na “filantropia particular”, que em 1887 a quantidade de escravos cai pela metade. A ruína final do escravismo começa com a adesão de São Paulo à causa. Daí em diante é um efeito em cascata. Multiplicam-se as alforrias gratuitas em outras províncias, reduzindo à cerca de 200 mil o número de escravos registrados. A Abolição definitivamente transforma-se em um movimento social nacional: “Semelhantes acontecimentos com clareza e segurança estavam indicando ao governo o rumo a seguir a respeito da Abolição imediata; ela tornara-se uma reclamação nacional, podia-se reputar-se virtualmente feita”.¹⁴⁸⁵

Agora cabe a Princesa Isabel o papel de protagonista para encerrar o ato. Ela é percebida pela historiografia republicana, sendo uma das primeiras peças interpretativas esta do barão de Loreto, como a redentora perpétua, aquela que tem a sensibilidade de traduzir o anseio popular da Abolição. O que leva, conseqüentemente, ao apagamento dos verdadeiros agentes da causa abolicionista. Esse clima de clamor popular, aliado à decisão da Princesa, pode ser percebido nesta narrativa sobre o dia 13 de maio de 1888:

Naquele dia, por volta de uma hora da tarde, inúmeras pessoas, ao longo das ruas que o préstito imperial atravessou desde S. Cristovão até o paço do Senado, e bem assim as famílias que enchiam as janelas de todas as casas, ao passar a Princesa, dirigiam-lhe as mais calorosas saudações. Quando se apeou o coche defronte daquele palácio, subiram ao ar girandolas de fogo, e, ao som do hino nacional o povo apinhado em vasta massa compacta, vitoriou freneticamente a Regente, juncando-lhe de flores o caminho. Desde a entrada do edifício, à qual o Ministério e as comissões das duas câmaras receberam

nacional de ativistas e associações e se valeram de uma pletera de estratégias de mobilização, inclusive propaganda de massas, recrutando grande número de adeptos. Essa mobilização de feições nacionais permite caracterizar o abolicionismo como nosso primeiro - e grande - movimento social”. ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos CEBRAP*, n. 100, 2014, p. 121-122. Disponível em: <https://cutt.ly/PcLxj9K> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁴⁸⁴ DÓRIA, A abolição... op. cit., p 190.

¹⁴⁸⁵ Idem, p 191.

Suas Altezas, uma luzida multidão, abrindo alas extensas, por sua voz aclamava a Princesa e sobre ela espargia uma chuva de flores.¹⁴⁸⁶

Se em um primeiro momento a Abolição era tratada pela alta política do Estado imperial, sendo ele o benfeitor da causa por meio das reformas que empreende, na segunda metade do século XIX era a sociedade que exigia o fim do cativo dos africanos e seus descendentes, sendo o Estado, para Dória, um termômetro para as aspirações populares. O que se percebe é, na realidade, o silenciamento programado dos verdadeiros agentes envolvidos com os movimentos sociais que levaram à Abolição.

A ética do trabalho livre e o espírito da Abolição

Em 1918 Agenor de Roure realizou, no IHGB, uma palestra sobre a Abolição e os seus reflexos, sobretudo, na economia. O eixo da palestra circunscreve os impactos sociais de cada lei, ou projeto, acerca do elemento servil. Antes de qualquer coisa, o sócio avalia que a aclamação da Abolição da escravidão em 1888 colocava o Brasil na “vanguarda” dos países considerados civilizados, isto é, entre aqueles que formavam a “humanidade”. Assim, entre as grandes efemérides nacionais a de 13 de maio de 88

(...) é, sem dúvida, a que mais nos deve orgulhar: embora um pouco tardiamente, ela nos fez voltar ao seio da Humanidade, de cujos princípios fomos afastados antes pelos erros da Metrópole do que por culpa nossa, mas longe dos quais permanecemos ou conservávamos sem ânimo de romper com os vícios iniciais da nossa organização política e econômica”.¹⁴⁸⁷

A escravidão é, para Agenor de Roure, um erro congênito na história brasileira desde os primeiros momentos da colonização. A necessidade de Portugal no que diz respeito à povoação e ao cultivo das novas terras, como forma de evitar novas investidas estrangeiras sobre o território conquistado, leva-o à prática desse erro fatal na organização do trabalho no Brasil. “Foi esse o primeiro vício de origem na organização do trabalho entre nós: os donatários de capitanias eram senhores feudais, para os quais os colonos trabalhavam como escravos e não como homens livres”.¹⁴⁸⁸ Desse modo, a herança ibérica do escravismo impacta em longa duração toda a história brasileira.

A falta do incentivo ao trabalho livre era o nosso grande “mal de origem” para esse sócio. Ele faz uma comparação com os Estados Unidos. O sentimento de aventura e de desprendimento, bem como a certeza de que o colono pode obter a sua própria propriedade, são

¹⁴⁸⁶ Ibidem, p 192.

¹⁴⁸⁷ ROURE, A abolição... op. cit., p. 316.

¹⁴⁸⁸ Idem, p 316.

fatores fundamentais para a “bem-sucedida” colonização americana e, portanto, para o desenvolvimento do capitalismo.¹⁴⁸⁹ “Num caso, a confiança no futuro e a certeza de que o esforço empregado redundava em proveito próprio; no outro caso, o desânimo produzido pelo fato do trabalho traduzir castigo ou imposição”.¹⁴⁹⁰

A fundação da sociedade brasileira mostra-se mais bem-sucedida e assentada em bases sólidas se a Coroa ao invés de doar as Capitânicas e as Sesmarias para pessoas ao seu em torno fomentasse a economia da Colônia através do trabalho livre, na fácil conquista da terra, na facilitação da entrada de colonos estrangeiros que venham e que se instalem como nos EUA, constituindo seus lares como núcleos de uma pátria futura. Esse “homem livre” que não habita o Brasil, que se admite ser do tipo aventureiro, mas possuidor dos recursos da civilização europeia, busca experimentar a abertura total do seu ser ante o mundo da vida, “ao medir tudo quanto, por si só, poderia fazer no infinito de um mundo, onde só encontrasse como adversários as forças naturais, logo dominadas e aproveitadas”.¹⁴⁹¹

A emancipação política em 1822 sofre muito com esse sistema econômico assentado no trabalho escravo. É um vício de origem da organização econômica brasileira que tem como uma das suas raízes o regime dos portos fechados que culmina com a intensificação do tráfico, resultando na dependência absoluta da Colônia quanto ao elemento servil. O trabalho escravo impede, no limite, o pleno desenvolvimento do capitalismo. Ele arrefece o âmbito da iniciativa autônoma e criadora, tornando-se inútil qualquer esforço individual em razão do lucro zero daí resultante, posto que as vantagens são tão somente dos senhores, algozes dos escravos. Em suma, o trabalho forçado executado por índios e por africanos, sem a “educação industrial” necessária, e sem o conhecimento, mesmo que superficial, da dinâmica da economia moderna, não pode oferecer, de fato, a independência política, tampouco a emancipação econômica, incluindo-a no contexto do capitalismo industrial ou da economia mundo.¹⁴⁹²

¹⁴⁸⁹ Esse diagnóstico de Agenor de Roure pode ser encontrado na economia política do século XVIII, a qual tem grande penetração no século seguinte. Seus princípios ideológicos são estes, de acordo com Henrique Espada Lima: existe “a crença de que as relações sociais deveriam organizar-se para dar expressão ao impulso “natural” do homem de buscar livre e individualmente seus interesses materiais. O modelo desta sociedade é o comércio, o mercado: o lugar onde os indivíduos operam segundo uma racionalidade definida pela maximização dos ganhos”. LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, vol. 6, n. 11, 2005, p. 289. Disponível em: <https://cutt.ly/ZcLNU0j> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁴⁹⁰ ROURE, A abolição... op. cit., p. 317.

¹⁴⁹¹ Idem, p. 317.

¹⁴⁹² De fato, as reflexões de Roure estão ancoradas no seguinte paradigma compartilhado por fisiocratas e economistas políticos da passagem para o século XIX: “no ideário dos economistas a liberdade só se concretizaria plenamente caso os trabalhadores fossem juridicamente proprietários da única mercadoria que o mundo lhes reservara: a força de trabalho”. ROCHA, Antonio Penalves. A escravidão na economia política. *Revista de História*, n. 120, 1989, p. 100. Disponível em: <https://cutt.ly/dcZdyTk> Acesso: 08 abr. 2021.

Voltando para as relações entre a Abolição e os seus impactos na sociedade e na economia, Roure salientou que era de conhecimento geral que o fim do tráfico, em 1850, mesmo permanecendo o trabalho escravo, era fator de progresso social, pois despertava a sociedade para a causa abolicionista. Mas a lei de 13 de maio trazia consigo a opinião dos escravocratas sobre a desorganização do trabalho. Porém, para Roure, esse argumento não passava de uma falácia, na medida em que não se desorganizava aquilo que não tinha organização. Não havia trabalho organizado no Brasil, porque só havia a experiência do trabalho forçado, cujos frutos não eram aproveitados pelos trabalhadores. Argumenta o sócio do Instituto: a “Abolição forçou-nos a cogitar o problema econômico, inteiramente entregue à imobilidade e à falta de iniciativa, que o lucro fácil do trabalho escravo favorecia e garantia. O progresso econômico do Brasil republicano não é senão uma consequência lógica da lei de 13 de maio de 1888”.¹⁴⁹³

A posição de Agenor de Roure era diametralmente oposta à de Manoel Francisco Correia, que defendeu a forma de interpretação mais corrente no século XIX. Correia era ministro dos negócios estrangeiros em 1870, e seu escrito saído na Revista do IHGB era uma resposta à obra *Memória do meu tempo*, de João Manuel Pereira da Silva, onde foi acusado de votar contra projetos em favor dos escravos. Correia afirmou, categoricamente, que não era refratário à projetos de lei que almejavam atenuar a escravidão no Brasil. Em sua defesa o ex-ministro aponta que era o autor de propostas para a matrícula de escravos e para o fim dos leilões humanos. Mas a sua ideia para a emancipação dos cativos necessitava daquilo que ele denominava de “medidas preparatórias” para que se evitasse precipitações sociais. Agenor de Roure era contrário a essa posição, pois se travestia de uma retórica que só procrastinava o desfecho da escravidão e mantinha o poder dos grandes fazendeiros ou, ainda, transforma a Abolição em um projeto de longa duração. Para Correia: “O meu juízo a esse respeito estava formado desde muito. Entrando para o parlamento, apressei-me em propor medidas preparatórias. O que por motivos de relevância de ordem política, não desejava, era que se procedesse de forma com precipitação”.¹⁴⁹⁴

Ao advogar em prol de medidas preparatórias que levavam ao fim do elemento servil era localizado um dos eixos argumentativos mais sustentados pelas elites oitocentistas, quer dizer, se apontava para a gradual Abolição da instituição escravista como uma maneira de apaziguar a possível desorganização da economia do Brasil. Essa posição era mantida por diversos setores da sociedade no Segundo Reinado que, de alguma forma, almejavam conservar

¹⁴⁹³ ROURE, A abolição... op. cit., p. 322.

¹⁴⁹⁴ CORREIA, Manoel Francisco. Esclarecimentos históricos. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897, p.104.

as relações senhoriais na esfera privada, mantendo os poderes públicos apartados desse problema, bem como deixando a condução da Abolição nas mãos da iniciativa particular. O esclarecimento de Manoel Francisco Correia é capaz de nos transportar para o seio de parte da opinião pública imperial, especialmente entre os grandes senhores rurais e políticos conservadores que ofereciam toda a sorte de obstáculos legislativos para prolongar a escravidão indeterminadamente, evitando, pois, a propagação de decisões a favor da Abolição irrestrita.

Enquanto isso, o agremiado Agenor de Roure afirmava que foi através do sistema escravista que brasileiros e brasileiras herdaram a desorganização econômica. A falta de organização da economia e a ausência completa de estímulos tornaram-se realidade sem o intermédio do trabalho livre. Para Alberto Torres, em *O problema nacional brasileiro*, a escravidão era uma das poucas fórmulas com visos de organização nesse país, sendo que ela fundava toda a produção material que vigora naquele presente de Primeira República. Fundava, não há dúvidas, admitia Roure. No entanto, sobre bases pouco sólidas e incapazes de suportar o progresso econômico que a nova divisão do trabalho aberta com a Abolição demandava, sobretudo, nos centros urbanos.¹⁴⁹⁵ Exigia-se, pois, uma verdadeira reconstrução econômica do país após o evento de 88. A lei áurea vinha para, de algum modo, regenerar a economia brasileira, bem como para ativar a incipiente indústria nacional. “Pode-se afirmar sem receio de erro, contrariando Alberto Torres, que a escravidão organizada impediu a organização econômica do Brasil, e que o progresso econômico dos últimos anos tem na Abolição o seu principal fator”.¹⁴⁹⁶

De todo modo, pode-se afirmar que existe uma corrente bem pronunciada da administração pública do Império em favor da transformação do trabalho no Brasil. Essa corrente liberal é, no entanto, contrariada pelos interesses dos senhores de escravos, muito prestigiados à época. É preciso a passagem do tempo para o convencimento que o avivamento econômico do país e o futuro da própria lavoura agrícola estão na Abolição. A Princesa Isabel canalizou, para Agenor de Roure, essa forma de perceber as dinâmicas econômicas do Brasil. Ela compreendia que as necessidades da lavoura mantinham a infeliz herança da escravidão. A Princesa Isabel percebeu, então, que os interesses de algumas dezenas de fazendeiros não deveriam prejudicar a imprescindível transformação do trabalho escravo em livre, como condição para o progresso e para o desenvolvimento da nação. Roure empreendeu uma leitura liberal acerca do posicionamento da Monarquia sobre a dinâmica do trabalho na segunda

¹⁴⁹⁵ Sobre o problema da escravidão na sociologia de Alberto Torres ver CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A razão governamental de Alberto Torres. *Política & sociedade*, vol. 17, n. 40, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/wcLENJq> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁴⁹⁶ ROURE, A abolição... op. cit., p. 324.

metade do século XIX. O receio recorrente de que a Abolição desorganizava o trabalho dissipava-se ao passo que os dirigentes e estadistas tomavam a consciência de que apenas se desorganizava a fortuna dos fazendeiros – não podendo a espólio público ser mantido à sorte da fortuna particular. “Se nunca havíamos organizado o trabalho nacional, como argumentar contra a Abolição com o receio da desorganização”.¹⁴⁹⁷ Assim sendo, a aclamação da Abolição fazia progredir a economia, sendo abraçada pela República. Agenor de Roure sugeriu dados econômicos ao afirmar que o valor da exportação praticamente duplicou logo após a Abolição. Esse aumento da exportação e da produção era devido, sobretudo, ao trabalho livre.

É certo que há progresso econômico após a Abolição, mas a Grande Guerra mostra que não há a emancipação econômica quase um século após a emancipação política. A herança do trabalho escravo impede a evolução completa da economia. O trabalho livre duplica o valor da produção no quinquênio seguinte à sua instauração, e tal valor, em 1918, argumenta Agenor de Roure, está quintuplicado, porém, o problema não está resolvido. “Por isso ou por aquilo, a verdade é que éramos ainda agora, ao rebentar o tremendo conflito europeu, uma Nação sem autonomia econômica”.¹⁴⁹⁸

Impressiona Agenor de Roure o fato de repousar em um pequeno número de produtos a força da exportação brasileira, pois que é justamente na variedade deles que se pode assentar a prosperidade econômica de qualquer nação. As fáceis vantagens obtidas por alguns gêneros agrícolas que servem à exportação anulam, por meio da ideia de “lei do menor esforço”, a propaganda para o cultivo de outros produtos. A crise advinda com a Guerra evidencia os erros do passado daqueles que se dedicam à lavoura. E esse mesmo erro de limitar a produção a um reduzido número de artigos resulta do trabalho escravo. Com o trabalho livre e assalariado a vida agrícola das grandes propriedades toma outra feição, e a multiplicação das pequenas propriedades, por compra ou por arrendamento, oferece à produção brasileira o aspecto que ela adquire somente após Abolição. “Só o trabalho livre pode vencer e dar prazer, pelo interesse que desperta e pela certeza de que os frutos colhidos não irão aproveitar exclusivamente aos exploradores do esforço alheio”.¹⁴⁹⁹ O trabalho é, na perspectiva do associado Agenor de Roure, praticamente uma instância anterior ao próprio homem em sociedade. Trabalhar, nesse sentido, é próprio à natureza humana - é um dado antropológico.

¹⁴⁹⁷ Idem, p. 327.

¹⁴⁹⁸ Ibidem, p. 328. Esse diagnóstico de Roure vai ao encontro da conclusão a que chega Celso Furtado sobre a transição da escravidão para o trabalho livre: “(...) à semelhança de uma reforma agrária, a abolição da escravatura teria de acarretar modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores. Com efeito, somente em condições muito especiais a abolição se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados”. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967, p. 145.

¹⁴⁹⁹ ROURE, A abolição... op. cit., p. 329.

O trabalho livre potencializa o capitalismo. A transformação do trabalho escravo em trabalho livre torna o ser humano senhor das suas ações e orgulhoso do seu esforço. Ele entrega-se a uma luta implacável diante da miséria de nação dentro de um país rico. Ele está certo que a vitória do seu esforço e da sua tenacidade pode compensar todos os sacrifícios realizados. Arremata Roure:

O prazer de lutar para viver, ou de viver lutando, e a imensa satisfação de trabalhar para viver com liberdade e honra, enchem de alegria sadia e nobre as casinhas brancas dos colonos isoladas nas grotas e nas colinas, em substituição das senzalas alinhadas em volta dos terreiros das fazendas.¹⁵⁰⁰

O racismo científico e as religiões de matriz africana

O fetichismo dos negros do Brasil foi analisado pelo padre Étienne Brazil em um estudo publicado na Revista do IHGB em 1911. Seu olhar sobre o fenômeno religioso de matriz africana era atravessado por preconceitos seculares advindos do movimento civilizador ocidental, que tinha na religião católica um dos seus principais veículos.¹⁵⁰¹ O fetichismo pode ser explicado como a crença em espíritos bons e maus, que para além de incidirem sobre o fluxo do devir, se encarnam e se materializam em seres vivos ou inanimados. A experiência religiosa dos africanos era nominada por Brazil como “grotesca” e “bárbara”. “Mais ainda: é superstição mais grosseira e hedionda que a dos africanos; todavia brotou no seio dos povos... civilizados”.¹⁵⁰² O distanciamento temporal empreendido pelo prelado começava no momento em que se reconhecia o fetichismo como uma religião, com seus dogmas, preceitos e rituais específicos. Todavia, ele é apenas a primeira fase da vocação religiosa, sendo contemporânea do período em que os “primitivos” conseguem libertar-se do “magismo”. Cabe ressaltar que desde o papado de Leão XIII havia uma orientação na Igreja Católica que sustentava uma verdadeira científicização da fé. O encontro entre fé e ciência demandado podia ser um horizonte de compreensão para uma perspectiva racionalizadora sobre o mundo, que marginalizava, portanto, as formas de devoção e de crença de matriz africana. Isso é percebido em sua fala sobre o fetichismo das etnias africanas: “É meramente um desvio, ou anomalia, uma

¹⁵⁰⁰ Idem, p. 330.

¹⁵⁰¹ Norbert Elias assinala que na ancestralidade do conceito de civilização encontra-se o embate entre cristianismo e paganismo. “E a despeito de toda a sua secularização, o lema ‘civilização’ conserva sempre um eco de Cristandade Latina e das Cruzadas de cavaleiros e senhores feudais”. ELIAS, Norbert. O desenvolvimento do conceito de *Civilité*. In: _____. *O processo civilizador*. Volume 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 65.

¹⁵⁰² BRAZIL, Étienne. Fetichismo dos negros do Brasil. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1912, p. 199.

aberração das crenças religiosas. É uma exuberância abusiva da fé no mundo sobrenatural”.¹⁵⁰³ Ao nominar o Outro era lhe atribuído, de qualquer forma, identidade.

Havia uma perspectiva de intervenção na sociedade no trabalho de Brazil observado através da mobilização da linguagem organicista, amplamente acionada no século XIX. Ele compara as práticas supersticiosas com sujeitos “aleijados” e “fisicamente disformes”. Esse olhar que estabelecia relações entre o religioso e o biológico era uma forma de interferir no social, influenciando-o. No caso em questão significava a instauração de um discurso verdadeiro: o cristão, esteio da sociedade majoritariamente civilizada.¹⁵⁰⁴ Essa interferência seria necessária em razão da miscigenação “das três raças” no Brasil impulsionar, “geneticamente”, a prática da superstição como um “instinto humano”.¹⁵⁰⁵

O português transportava, no processo de colonização, forçadamente para o Brasil negros de diferentes etnias, fazendo com que eles não se harmonizassem entre si, mas que buscassem sincretizar as suas religiões, o que tornava ainda mais difícil uma taxonomia civilizatória. Era esse horizonte religioso sincrético o único veículo que os unia. Porém, este excerto denuncia antigos preconceitos e a tentativa de imposição do cristianismo, religião da civilização ocidental, sobre os negros africanos. “Guardavam-lhes o fetichismo, as cabalas e as superstições, a poligamia e a incontinência luxuriosa dos costumes. O cristianismo que os escravizadores lhes impunham, não ganhava os corações”.¹⁵⁰⁶ Primeiro de tudo: o padre Étienne Brazil naturaliza a instituição escravidão, pois não há, em momento algum, uma tomada de consciência, mesmo sendo um cristão, do sofrimento imposto aos africanos. Segundo: o discurso majoritário cristão invalida e marginaliza as formas de crença dos africanos e dos seus descendentes, docilizando os seus corpos através da noção de pecado. Terceiro: a escravidão, para o padre, era para um caminho incontornável para o florescimento da civilização ocidental.

O fetichismo africano é considerado, então, um “parasita” do culto romano. É a interferência de uma “crença inferior” que se “aclimata” e continua vigorando em meio cristão. Mas isso não significa que se possa conceber esse fenômeno como a absorção da religião mais forte pela mais fraca. Valendo-se do princípio da absorção é o catolicismo que vem diminuindo gradativamente as forças dos valores religiosos dos africanos. “Estamos em presença de um exemplo de aplicação da grande lei de adaptações ao meio, o da seleção natural da luta pela

¹⁵⁰³ BRAZIL, Fetichismo... op. cit., p. 200.

¹⁵⁰⁴ Sobre esse tema conferir NICOLAZZI, Fernando. Representação e distância: naturalismo, linguagem e alteridade na escrita de *Os Sertões*. In: SILVA, Ana Roda Clocllet da; ____; PEREIRA, Mateus (orgs). *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 2013; BLANCKAERT, *La nature...* op. cit.,

¹⁵⁰⁵ BRAZIL, Fetichismo... op. cit., p. 200.

¹⁵⁰⁶ Idem, p. 201.

vida”.¹⁵⁰⁷ Ou seja, o que temos aqui é um padre defensor do discurso católico, criacionista, valendo-se da retórica cientificista através de um difuso darwinismo social, evolucionista em sua essência, para desautorizar um conjunto de crenças que não são consideradas civilizadas. “E, como a plasticidade de um ser é a sua melhor defesa contra os obstáculos do ambiente, o fetichismo brasileiro tem pedido de empréstimo ao catolicismo” os elementos basilares para a efetivação das suas crenças.¹⁵⁰⁸

O racismo científico de Étienne Brazil era contundente.¹⁵⁰⁹ Podemos constatar isso, mais uma vez, quando o padre salientou a importância do estudo do fetichismo para os africanistas, especialmente se esses investiam em pesquisas comparativas. No entanto, existia uma extrema dificuldade defrontada pelo observador das religiões de matriz africana: “Antes de tudo releva recordar que o cérebro africano é, por origem biológica, tosco e inferior, vago e incoerente. Nos domínios dessas inteligências obtusas reina, em matéria religiosa, o caos de ideias”.¹⁵¹⁰ O racismo se configurava desde a dimensão biológica, passando pelo âmbito do pensamento, chegando ao universo comportamental.

Essa constatação se acentuava quando Étienne Brazil tornava conveniente a prática da escravidão. O autor assinalou que os senhores de escravo foram os responsáveis pelo sincretismo das religiões brasileiras de matriz africana, na medida que não conseguiram o controle total sobre aqueles sujeitos inculcando-lhes o catolicismo. Em razão disso os cultos fetichistas, como o candomblé, são transmitidos através das gerações. Todavia, segundo as suas palavras, os escravos africanos, ou seus descendentes,

(...) também tiveram o seu quinhão de responsabilidade com a prática dos seus sortilégios, com que amedrontavam, posto que sem razão, os supersticiosos portugueses. Além disso, aos batuques e *candomblés*, demasiadamente frequentes, obstavam a regularidade dos trabalhos. Repetidas vezes, também, as sessões religiosas degeneravam em verdadeiras orgias tumultuárias. razão por que a polícia feroz e inexoravelmente perseguia então os bruxos pretos.¹⁵¹¹

¹⁵⁰⁷ Ibidem, p. 201.

¹⁵⁰⁸ Ibidem, p. 201.

¹⁵⁰⁹ Sobrepondo-se aos dogmas religiosos majoritários, as teorias raciais concedem *status* científico às desigualdades entre os seres humanos e, através da categoria raça, classificam a humanidade, mobilizando intrincadas taxonomias. Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, especialmente o capítulo 2, “Uma história de ‘diferenças e desigualdades’: as doutrinas raciais do século XIX”. Renato da Silveira diz que é preciso ao argumentar que o racismo científico difunde formas e modos de legitimação de poder, estruturando, em escala mundial, especialmente no século XIX e primeira década do XX, “o imaginário coletivo, a educação pública, os padrões da credibilidade e os mecanismos de formação da opinião. O racismo científico foi, portanto, uma parte importantíssima da estruturação, pela primeira vez na história da humanidade, de uma hegemonia abrangendo todo o globo terrestre”. SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, vol. 23, 1999, p. 90. Disponível em: <https://cutt.ly/scZcnbt> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵¹⁰ BRAZIL, Fetichismo... op. cit., p. 202.

¹⁵¹¹ Idem, p. 203.

Brazil repudiava, ainda nesse sentido, que em sua contemporaneidade os poderes públicos tolerassem o fetichismo, bem como os seus correlatos, quer dizer, o “imoralíssimo” espiritismo (kardecismo e umbanda) e a “sórdida” cartomancia. Por fim, o padre foi capaz de formular esta sentença, baseada em uma flagrante dicotomia entre bem e mal: “Os sortilégios, aliás soem cercar-se de mistérios e de silêncio; o arcano e as trevas emprestam-lhes o necessário prestígio para seduzir os tristes crédulos, nossos contemporâneos”.¹⁵¹²

De toda forma, não havia compatibilidade entre a fé fetichista dos africanos e o romanismo católico. Mesmo que no âmbito particular a “plebe ignorante” se mostre propensa à superstição, a teologia oficial da Igreja repele energicamente qualquer forma de fetichismo através da racionalidade filosófica com que analisa o fenômeno religioso; e isso deve ser o vaticínio de cada cristão. O afastamento das duas formas de culto vem mostrar que o fetichismo está fadado ao desaparecimento completo em razão de não pertencer ao universo simbólico civilizado. E Étienne Brazil moveu, além de tudo isso, uma teoria do branqueamento das raças, em que o negro era totalmente absorvido pelo “caucasiano” em um curto espaço de tempo. Em razão disso os fetiches perderiam progressivamente a sua funcionalidade ritualística e social.

Troia negra: Nina Rodrigues revisa a história de Palmares

Nina Rodrigues, conhecido na vida intelectual brasileira por conta dos seus estudos de antropologia, possui um estudo publicado na *RIHGB* sobre a história de Palmares. A chamada do título do artigo, *Troia negra* (1912), era da pena do historiador português Oliveira Martins. Rodrigues compreendeu a história de Palmares desde a fundação, passando pelo seu modo de organização, até a sua derrocada em 1695. Cabe mencionar, além disso, que o estudioso empreendeu um trabalho propriamente historiográfico: trabalhou com fontes originais, fez a sua crítica, levantou e confrontou temas amparado por farta bibliografia, redigiu um texto em que o leitor podia acompanhar os seus caminhos de pesquisa.¹⁵¹³ Contudo, mesmo com essas precauções epistemológicas, a parte da sua operação historiográfica destinada às explicações era perpassada por um flagrante racismo científico.

As guerras promovidas por negros nos “Impérios coloniais”, em que se tinha como mote primeiro a luta pela liberdade, eram consideradas por Nina Rodrigues sem poder de organização

¹⁵¹² *Ibidem*, p. 203.

¹⁵¹³ Mário Maestri ressalta os materiais utilizados por Nina Rodrigues em sua investigação sobre Palmares: “Para escrever seu ensaio, Nina Rodrigues serviu-se dos cronistas e historiadores que haviam se referido à Palmares; dos relatos sobre as duas expedições holandesas; dos documentos do século 17 editados pelas revistas dos Institutos Históricos e Geográficos brasileiros; da tradição oral, etc”. MAESTRI, Mário. Benjamin Péret: um olhar heterodoxo sobre Palmares. In: PÉRET, Benjamin. *O quilombo de Palmares*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002, p. 50.

pelo fato dos seus principais personagens, escravos e ex-escravos africanos, não estarem situados em uma pátria, que podia conferir o sentimento de defesa de um patrimônio cultural, ou uma sensação de coparticipação em uma comunidade de sentido e de valores. Sem o apego à noção de pátria a causa defendida pelas insurreições dos africanos e dos seus descendentes perde grande parte da sua força e da sua combatividade. Por estarem desterrados, fora dos seus horizontes de origem e de destino, que se verificam poucos relatos de organização entre escravos no sentido de emplacarem uma guerra, uma insurreição ou até mesmo uma revolução. Para Rodrigues: “Nas insurreições dos negros escravos, anteriores às guerras dos muçulmanos, de todo perde-se o cunho das lutas organizadas, enfraquece-se o nexa ao desígnio de um esforço pela liberdade, não se percebe mais vibrar o sentimento nostálgico da longínqua terra natal”.¹⁵¹⁴

Ao reescrever a história de Palmares na Primeira República Nina Rodrigues colocou de antemão o problema de se saber ao certo quais as inspirações patrióticas animavam aqueles sujeitos. Rodrigues admitiu ser insuficiente o conhecimento que se tinha sobre esses movimentos no contexto colonial. Fica difícil compreender, então, quais aspirações estavam em jogo, quais os intuitos eram demandados e a que se propunham os escravos africanos.¹⁵¹⁵ Tudo isso se deve em razão de uma explicação tripartite: a colaboração “por igual do desprezo dos senhores pelos escravos, a ignorância das leis que regem o desenvolvimento dos povos, a imprevisão da influência histórica que sobre os vencedores exerceram sempre os povos dominados”.¹⁵¹⁶ Rodrigues salientou que a história dos movimentos dos negros e dos seus descendentes não era de conhecimento geral por conta da força opressora dos senhores, pela falta de compreensão, por parte dos escravos, sobre os mecanismos que orientavam a organização social e pelo fato de não se ter a certeza sobre quão impactantes foram essas iniciativas diante do *status quo*. “Todavia, mesmo assim desconhecidas, de algumas se tem feito grandiosas epopeias da raça negra”, como é caso da chamada “República de Palmares”.¹⁵¹⁷

É de Rocha Pita a comparação de Palmares com uma República. Porém, essa qualificação de República, para o articulista, apenas tornava-se coerente se fosse feita uma analogia com o Estado de maneira *lato sensu*, jamais como justificação de um modelo de

¹⁵¹⁴ RODRIGUES, Nina. A Troia negra (erros e lacunas da história de Palmares). *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912, p. 233.

¹⁵¹⁵ Pedro Paulo Funari identifica laços de coesão comunitária em Palmares, mas ressaltando que isso não significa uma homogeneidade do quilombo. Segundo o seu estudo, “esta evidência não nega a construção de uma identidade específica de Palmares como comunidade, pois os habitantes tinham uma consciência de estarem em um Estado rebelde, o que era o resultado da solidariedade resultante dos ataques coloniais por todo o século XVII”. FUNARI, Pedro Paulo. Heterogeneidade e conflito na interpretação do quilombo dos Palmares. *Revista de história regional*, vol. 6, n. 1, 2001, p. 23. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/44> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵¹⁶ RODRIGUES, A Troia... op. cit., p. 233.

¹⁵¹⁷ Idem, p. 233.

governo por eles adotado. De forma tal que não “se pode tomar à letra a eletividade do *Zambi* ou chefe, em que aquela denominação se inspirou, pois esta eletividade não era a das repúblicas modernas, mas, como em toda África selvagem, a do chefe mais hábil ou mais sagaz”.¹⁵¹⁸ A qualificação selvagem, vale ressaltar, implicava um corte na ordem do tempo, pois essa categoria localizava temporalmente os africanos em um estágio anterior ao da civilização, que no caso era capaz de impor formas de governo complexas aos, então, primitivos.¹⁵¹⁹

Nesse estado primitivo de organização política Nina Rodrigues aponta que emerge, todavia, uma “polícia dos costumes”, que não excluí, cabe apontar, a escravidão. Essa polícia dos costumes desenvolve e apura a defesa interna e externa do quilombo, em uma espécie de organização da justiça e da guerra. São punidos a morte o adúltero e o ladrão, bem como todo ex-escravo que decide regressar ao jugo do seu antigo senhor. “A *suprema lex* na manutenção de Palmares era a capacidade de manter a liberdade adquirida: faltar a esse dever era desertar e trair a causa comum, e o máximo de punição devia correr em auxílio dela, a soerguer e sustentar os ânimos dúbios”.¹⁵²⁰

A geografia de Palmares é percebida como retalhada e descontínua, não havendo ruas com casas em sequência, sendo estruturada, invariavelmente, por agrupamentos, posto que o quilombo recebe africanos e ameríndios de diversas etnias. Esses agrupamentos são constituídos por sujeitos que, de algum modo, se reconhecem culturalmente. Rodrigues explica a cartografia de Palmares ressaltando a atomização populacional do quilombo:

Como em geral nas cidades africanas, mesmo as mais importantes, as cidades de Palmares deviam ser verdadeiros agrupamento de pequenas vilas, quarteirões ou distritos, em que raças, povos ou famílias diversas, regidas por leis e costumes diferentes, muitas vezes se associam ou se confederam. E assim era Palmares.¹⁵²¹

Essa geografia do quilombo é, segundo o autor analisado, fundamental para a realização da agricultura de subsistência, bem como para a sua defesa.

Palmares se ergue enquanto sociedade pelas mãos de aventureiros, de escravos e de ameríndios. As noções políticas apropriadas pelos negros na sua longa convivência com os brancos direcionam, forçosamente, os tons das regras e dos hábitos cultivados. Assim, o

¹⁵¹⁸ Ibidem, p. 238.

¹⁵¹⁹ Fernando Nicolazzi localiza o lugar do selvagem entre os modernos: “Distante no espaço mas colocado assim numa ordem de tempo em que ocupa a posição de anterioridade, o selvagem é então considerado um primitivo”. NICOLAZZI, Fernando. O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. Leitura de *Os Sertões*. Anos 90, vol. 17, n. 31, 2010, p. 265. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18945> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵²⁰ RODRIGUES, A Troia... op. cit., p. 238.

¹⁵²¹ Idem, p. 239.

comportamento adquirido, em um jogo de apropriação e de aculturação, empresta o modo de agir coletivo daqueles sujeitos no quilombo. Mas o que retemos por hora é o seguinte: o governo de Palmares importa, certamente, práticas e costumes da América portuguesa. Mas em termos de Estado Rodrigues assegura que os negros de Palmares se organizam como na “África inculta”. “A tendência geral dos negros é a de se constituírem em pequenos grupos, tribos ou Estados, em que uma parcela variável de autoridade e poder cabe a cada chefe ou potentado”.¹⁵²² Aos olhos de um portador, em tese, de civilização, como é o caso de Rodrigues, não se pode dar crédito à formas de governo e de organização estatal em pequenos núcleos que se subordinam a um chefe, e em que a elegibilidade venha do prestígio e da felicidade na guerra.

E o olhar civilizador de Nina Rodrigues, carregado de preconceitos, é novamente percebido em seu confronto com a historiografia que compreendia Palmares como um movimento precursor da liberdade dos escravos, ou mesmo um ponto originário da experiência da história republicana. Todavia, o antropólogo é categórico ao afirmar que a vitória de Palmares significaria o fim da civilização nos trópicos. Nina Rodrigues volta-se contra aqueles historiadores que são simpáticos à “mísera sorte dos negros escravizados”, que admiram a bravura dos habitantes do quilombo ante às investidas holandesas e portuguesas, além da exaltarem os seus líderes em um verdadeiro culto heroico à liberdade. Argumenta Nina Rodrigues que essa veneração pelas origens republicanas e libertárias em Palmares pode, em sua “cegueira sectária”, confundir coisas que são distintas: descobrir motivos liberais onde há tão somente o instinto pela sobrevivência. O que se deve afirmar, diante desse estado de coisas, é o suposto respeito pela cultura e pela civilização dos povos, ou seja, a civilização e os progressos da Colônia portuguesa.¹⁵²³ A efeméride republicana deve marcar a vitória das forças luso-brasileiras sobre Palmares. Acompanhamos a posição de Rodrigues através deste excerto:

A todos os respeitos menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil. E esse sucesso não foi produto de uma ação fácil e sem perigo. Custou ao contrário a tenacidade e previdência do Governo colonial grandes sacrifícios de homens e de dinheiro.¹⁵²⁴

¹⁵²² Ibidem, p. 240.

¹⁵²³ Thyago Ruzemberg Gonzaga de Souza assevera, tento em vista o exposto acima, que a obra de Rodrigues também é definida pela tentativa da “garantia da ordem social”. SOUZA, Thyago Ruzemberg Gonzaga de. De Nina Rodrigues a Arthur Ramos: a reinvenção de Palmares nos “estudos do negro”. *Temporalidades*, vol. 5, n. 2, 2013, p. 171. Disponível em: <https://cutt.ly/CcZvYDI> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵²⁴ RODRIGUES, A Troia... op. cit., p 241.

Nina Rodrigues explica que a derrota de Palmares ocorre durante o ano 1695, havendo, nesse contexto, construções e reconstruções do quilombo e diante de cerca de “25 investidas” da Coroa portuguesa. Os seus habitantes são reduzidos à escravidão e as habitações são arrasadas. Celebra-se, como clímax da narrativa, uma missa em ação de graças em Olinda. Realiza-se uma procissão e a capitania “entregou-se as maiores alegrias”.¹⁵²⁵

Nina Rodrigues vale-se do “programa” desenvolvido por Rodrigo de Souza da Silva Pontes no IHGB, em 1840, para examinar a história de Palmares: qual raça, ou qual povo negro, predomina em Palmares? Que crença professam os seus habitantes? Qual o grau de cultura do quilombo? Qual a sua capacidade de organização social? Vê-se que a atualização desse programa implica, no limite, na formulação de um questionário atravessado pelo olhar do homem branco e civilizado. Eram perguntas que se orientavam para a realização de uma verdadeira taxonomia social do quilombo de Palmares. O trabalho historiográfico do conhecido antropólogo está impregnado pelas mesmas noções de ser humano e de sociedade propagadas pelas teorias raciológicas em voga no Brasil na passagem para o século XX.

As categorias povo e a raça, em Nina Rodrigues, eram análogas, havendo a hipótese que a organização do quilombo de Palmares fosse obra de negros muçulmanos. O grau de cultura, haja vista a complexidade da sua religião, pode ser um indício para se compreender o sucesso organizacional do quilombo nordestino. De qualquer modo, a forma de culto e o comportamento dos supostos escravos descendentes de muçulmanos são atravessados pela religião católica, que os negros ali situados herdaram, por aculturação ou por apropriação, da cultura holandesa ou lusitana dos seus senhores. De tal forma que há imagens católicas e uma capela em Palmares. Mas o que se desprende desse processo de trocas e de fusionamentos culturais não é outra coisa que não seja a classificação, pelo olhar de um historiador juiz-cientista, de Palmares a partir de um patamar baixo de civilização, beirando a barbárie. Ademais, em se tratando miscigenação racial, Rodrigues era partidário daqueles intelectuais que compreendem esse fenômeno como degeneração¹⁵²⁶, ou seja, o autor era um racista científico. Rodrigues concluiu que eram negros fetichistas os que se congregaram em Palmares, ao menos entre os líderes; sendo essa forma de culto um exemplo do estado primitivo e selvagem do quilombo. O processo de degeneração ocorria, além do mais, no plano social e cultural, como se observava em Palmares.

¹⁵²⁵ Idem, p. 250.

¹⁵²⁶ Segundo Lilia Moritz Schwarcz, “toda mistura de espécies era sinônimo de degeneração”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nina Rodrigues e o direito penal: mestiçagem e criminalidade. In: ALMEIDA, Adroaldo; *et. al.* (org.). *Religião, raça e identidade: colóquio do centenário da morte de Nina Rodrigues*. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 38.

Nina Rodrigues explica que é da matriz político-religiosa bantu o termo *Zambi*, que significa rei, ou chefe de Palmares. *Zambi* é a palavra pela qual os povos bantus nomeiam a sua principal divindade. Mas a aculturação sofrida por negros e por negras no Brasil transforma o significado do vocábulo *Zambi* para designar apenas chefe de Estado. Eles possuem, pela catequese, a noção do Deus cristão. “Os palmarinos estavam evidentemente impregnados do ensino católico das fazendas e engenhos, e dispunham assim, na palavra portuguesa Deus, de outra expressão para designar as suas confusas ideias religiosas”.¹⁵²⁷ Mas o que fica evidente, enfatiza Rodrigues, é que *Zambi*, no contexto de Palmares, tem as atribuições de um Deus da guerra, com “um gênio terrível e guerreiro”.¹⁵²⁸ O estudo da linguagem bantu realizado pelo autor, que leva em consideração as transformações ocorridas no contexto de Palmares, o instiga a conceber que há *Ganga-Zumba* e *Zambi*. *Zambi* é, ao mesmo tempo, chefe e governador do quilombo, enquanto *Ganga-Zumba* figura como o rei - entidade suprema e sagrada.

De qualquer modo, o olhar classificatório de Rodrigues, como historiador e como antropólogo, apontava que o fetichismo e o estabelecimento de uma cosmovisão amparada por um Deus da guerra eram provas irrefutáveis que essas populações estavam em um estágio anterior ao da civilização. A mistura étnica verificada em Palmares era combustível para que não houvesse, entre aqueles grupos, qualquer forma de evolução.

Os traços distintivos que classificam Palmares como um ponto fora da curva do florescimento da civilização no Brasil relacionam-se ao seu modo de conceber a sua política governamental, a saber, tão somente organizada para a defesa interna e externa, bem como pelo fato de não haver naquele espaço social a passagem da agricultura para o comércio. Valendo-se dessa teoria da civilização, aplicada de antemão, Nina Rodrigues afirma que os africanos e as africanas (e os seus descendentes) ao invés de evoluírem com o seu pequeno Estado retrocedem ao estado de barbárie. Muito provavelmente esse parecer do antropólogo estava relacionado com a tese que comportava a afirmação que a miscigenação levava a degeneração das raças. “E tudo isto em nada excede a capacidade dos povos bantus. Assim se pode afirmar que francamente voltaram eles à barbárie africana”.¹⁵²⁹

¹⁵²⁷ RODRIGUES, A Troia... op. cit., p. 254.

¹⁵²⁸ Idem, p. 254.

¹⁵²⁹ Ibidem, p. 258.

Capítulo 16 - *Um passado para a República: reelaborando a memória nacional, escrevendo a história pátria*

Sendo, pois, assim, como negar no coração da Pátria o sentimento íntimo da liberdade na aspiração republicana? ¹⁵³⁰

Tristão de Alencar Araripe

Que mais é preciso para se compreender – que a proclamação da república federativa, no Brasil, não foi uma surpresa que causasse assombro, nem tão pouco um simples produto do acaso implacável e cego? ¹⁵³¹

Aristides Milton

O destino da República: em busca das origens democráticas da nação

Os eventos que levaram ao estabelecimento da República no Brasil foram, mesmo havendo certo veto a uma história do tempo presente, historicizados e articulados narrativamente pelos sócios do IHGB ainda na década de 1890.¹⁵³² Se a *persona acadêmica* do Instituto, a “*pacifica scientiae occupatio*”, retirava, em muitos sentidos, dos historiadores a dimensão do posicionamento, sendo eles neutros diante das paixões políticas próprias do tempo, por outro lado reescrever a história da pátria, instância que estava acima da nação e dos partidarismos políticos, fazia-se premente, sobretudo, para que os cidadãos republicanos se orientassem ante à experiência da história, assimilando os eventos da Proclamação e da Abolição como parte da sua memória coletiva.¹⁵³³ É a reprogramação do singular coletivo, ou da história única. Parte dos sócios do Instituto procurou alinhar-se a essa nova ordem representacional, considerando a Proclamação um desdobramento natural da formação histórica, a partir dos ideais de liberdade, de democracia e de progresso.

¹⁵³⁰ ARARIPE, Tristão de Alencar. Três cidadãos beneméritos da República. *RIHGB*, tomo LX, parte I, 1897, p. 389.

¹⁵³¹ MILTON, Aristides. A República e a federação no Brasil. Acontecimentos na Bahia. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897, p. 17.

¹⁵³² Reinhart Koselleck afirma que as histórias emergem, primeiramente, a partir da aquisição de experiência, ou seja, elas surgem a partir do campo experiencial das pessoas em seus contextos de atuação: “Direita ou indiretamente, toda história trata de experiências próprias ou alheias. Por isso, podemos supor que os modos de contar histórias ou de elaborá-las com método possam ser relacionados aos modos como adquirimos, reunimos ou modificamos as experiências. Cada aquisição ou modificação de experiência se desdobra no tempo, e assim surge uma história”. KOSELLECK, *Mudança de experiência...* op. cit., p. 33.

¹⁵³³ O seguinte apontamento de Angela de Castro Gomes é fundamental para que compreendamos a questão em jogo: “A abolição e a República impactaram profundamente o processo de construção da identidade nacional brasileira, até porque apenas depois desses eventos foi possível “imaginar” a existência de uma nação constituída por um “povo”, ou seja, integrada juridicamente por homens livres”. GOMES, *A República...* op. cit., p. 24.

Tristão de Alencar Araripe enfatizou que a República no Brasil foi prefigurada por uma teleologia de sentido. Dessa maneira, a República ao ser proclamada estava estritamente de acordo com a ordem do tempo, em uma espécie de motor da história que a tudo antecipava em forma de representação, não sendo a sua eclosão considerada, então, atrasada em termos de organização política, mais apta a conceber a pátria no presente e, tampouco, estava em desacordo com os anseios demandados pela sociedade.¹⁵³⁴

Diante dos argumentos dos restauracionistas monárquicos, que assinalavam que a Proclamação da República era um incidente na cadeia da formação histórica nacional, se fez necessário oferecer um passado para a República, para que assim ela ganhasse sentido no presente. Tristão de Alencar Araripe, por exemplo, acredita que há um processo longo de democratização do Brasil que tem como ponto culminante o 15 de novembro:

Sabemos, que os ânimos aferrados as ideias monárquicas inculcam a crença de que a República de 15 de Novembro de 1889 foi um ato de surpresa para o espírito público, e de violência para a maioria da Nação. Semelhante opinião, porém, só poderia originar-se da falsa apreciação dos fatos da nossa história, ou da ignorância deles, no propósito de desacreditar a causa democrática recentemente triunfante.¹⁵³⁵

A República era sinal das ideias civilizadoras nos trópicos. Os(as) brasileiros(as) eram responsáveis pela instauração dessa instituição política no país, dado que se fizeram agentes junto ao motor da história em questão, que a todos tocava pelos ideais de democracia (valoração eurocêntrica).¹⁵³⁶ A história do Brasil era vista como um caminho em que as luzes democráticas¹⁵³⁷ soterravam os vaticínios autoritários, como podia ser visto nos movimentos

¹⁵³⁴ Essa narrativa de sentido criada, por exemplo, por Araripe pode ser compreendida a partir daquilo que o historiador Jörn Rüsen denomina de “continuidade teleológica do sistema de valores da formação de identidade”, prevista, por exemplo, nas formas de afirmação etnocêntricas. Nesse âmbito, “(...) o sistema de valor de formação da identidade é representado na forma de uma origem arquetípica. A história está comprometida com essa origem, e sua validade provê o passado com sentido histórico e significado. A história tem uma meta, que é a força motriz do seu desenvolvimento desde seu princípio. Esta origem é sempre específica, é a origem de nosso próprio povo. A alteridade está tanto relacionada com origens distintas como com um desvio do caminho regular do desenvolvimento guiado pela validade da forma de vida original”. RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*, n. 2, 2009, p. 176. Disponível em: <https://cutt.ly/gcZfJcN> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵³⁵ ARARIPE, Três... op. cit., p. 387.

¹⁵³⁶ A partir do importante dicionário de Antonio Moraes Silva, de 1813, pode-se buscar uma ancestralidade para os conceitos de República e de democracia. Um dos significados de República é: “Estado, que é governado por todo o povo, ou por certas pessoas”. Enquanto isso, democracia é conceituada desta maneira: “forma de governo, no qual o sumo império, ou os direitos majestáticos residem atualmente no povo, e são por ele exercidos”. LYNCH, Christian Edward Cyril; STARLING, Heloisa Maria Murgel. República/republicanos. In: JÚNIOR, João Feres. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p. 225-226.

¹⁵³⁷ Maria Tereza Chaves de Mello observa atentamente o léxico político presente na década de 1880. Para a autora, os conceitos de República e de democracia apresentam-se como pares assimétricos, desautorizado, então, o ideário monarquista. A sinonímia que, na década de 80, se estabelece entre República e democracia na opinião pública é a principal conquista dos republicanos. Uma sinonímia tão fechada que torna excludente qualquer outra

políticos, muitas vezes chamados de “revoltas nativistas”, na Colônia e no Império. Esses movimentos prefiguraram a democracia republicana. A instituição “republicana em nossa terra foi inquestionavelmente assinalado progresso, que nos deve conduzir ao auge da grandeza; e beneméritos são, portanto, os Brasileiros, que por atos importantes concorreram para essa obra de melhoramento político e de dignidade”.¹⁵³⁸ Lembrando que progresso estava, aqui, alinhado com a matriz eurocêntrica civilizadora.

Em suma, a instauração da República no Brasil estava atrelada, em muitos dos casos, à ideia de democratização patriótica. Isso em razão da ideia de democracia também assegurar os atributos de liberdade para homens e para mulheres, sendo ela, então, oposta a Monarquia. O princípio democrático era mobilizado para confrontar a autoridade estatal imperial, sobretudo, no que tangia a instituição escravidão e o poder moderador. Assim, liberdade e democracia passavam a se movimentar como antíteses da Monarquia. Novamente Tristão de Alencar Araripe nos deixa cientes sobre a discussão em questão:

Ora, desde os tempos coloniais até os nossos dias, levantava-se com intermitência sempre acelerada o pensamento democrático, e afrontava a realeza, desprezando os tormentos cruéis, com que as leis bárbaras do sistema monárquico puniam os patriotas, encerrando-os em cárceres infectos, suplicando-os no patíbulo e mutilando seus corpos para expor em altos postes as cabeças das vítimas como espetáculo só digno da crueldade dos déspotas, que o destinavam a exemplificar a incutir pavor, como si o terror pudesse jamais dominar as almas nobres, e suprimir a dignidade do cidadão.¹⁵³⁹

Aristides Milton, em *A República e a Federação no Brasil*, apresenta o significado teórico implicado na teleologia de sentido demandada para a narrativização da experiência republicana no Brasil. Milton chama esse processo de lei da evolução social, sendo ela, segundo o autor, confessada por todos os “espíritos cultos”, bem como apresenta-se como um “fato verificado pela história da humanidade inteira”.¹⁵⁴⁰ Isto é: da mesma forma que no universo físico as leis que regem o mundo social vão sendo conhecidas.¹⁵⁴¹ Por exemplo: “(...) na política, também, por estágios e graus se poderá chegar à adaptação do sistema de governo, que mais se

interpretação. MELLO, Maria Tereza Chaves de. República *versus* monarquia: a consciência histórica da década de 1880. *História Unisinos*, vol. 14, n. 1, 2010, p. 19. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4701> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵³⁸ ARARIPE, Três... op. cit., p. 385.

¹⁵³⁹ Idem, p. 389.

¹⁵⁴⁰ MILTON, A República... op. cit., p. 5.

¹⁵⁴¹ Essa constatação evolucionista impacta, para Maria Tereza Chaves de Mello, a compreensão social do tempo no contexto aqui abordado: “As vertentes modernas de pensamento fizeram o tempo ser sentido e também percebido como um ator, ou melhor, como um construtor da História, encaminhando-a na perspectiva do progresso. Essa noção de progresso deu outra qualidade ao tempo: deu a ele um conteúdo histórico”. MELLO, República... op. cit., p. 21.

aproxime da justiça e da verdade”.¹⁵⁴² As nações democráticas procuram, para Milton, contemporaneamente obedecer aos predicados da República federativa, sistema político considerado mais evoluído, em que há preocupação em garantir os direitos individuais, em horizontalizar os indivíduos perante as leis e em dividir igualmente a riqueza da nação.

O primeiro sistema político moderno nessa teleologia de sentido teorizada por Milton é a monarquia absoluta, “que pesou sobre os Estados, qual pavoroso castigo do céu”. Ali a nação se resume ao rei. Até existem senhores, porém esses estão expostos aos caprichos da realeza. No mais, uma sociedade de escravos “fadados à vergonha, a ignominia e à morte”. Após a Revolução Francesa há, adentrando todo o século XIX, o investimento nas monarquias constitucionais. Até certo ponto aceita-se nesse sistema político a soberania popular, porém o rei continua sendo a encarnação do poder e do princípio de autoridade, representante máximo do ordenamento social e símbolo patente das tradições.¹⁵⁴³ Contudo, nessa dinâmica evolutiva das formas de organização políticas e sociais a Monarquia perde o seu significado e a sua legitimidade perante o poder popular, destino manifesto dessa teleologia de sentido:

A civilização, no entanto, foi progredindo em sua gloriosa jornada, e dentro em pouco as celebrações mais felizes reconheciam, e proclamavam – que a monarquia, qualquer que fosse a sua forma, já não era capaz de satisfazer às exigências da época, nem de suportar as novas fulgurações do direito”.¹⁵⁴⁴

Era chegado, então, os tempos da República federativa e democrática. Fator, em última medida, de civilização entre os brasileiros e as brasileiras.

Firma-se, contemporaneamente, o compromisso com a República, ou seja, se compassa os devires formativos das organizações políticas e sociais com os anseios do presente. A ideia republicana representa, no limite, a tomada do poder pelo povo, cujo chefe, sempre transitório, pode advir de qualquer segmento social através da escolha da maioria da população. Em algum sentido Aristides Milton também aproxima a República da democracia. Em resumo: a Monarquia absoluta tem como soberano o rei; a Monarquia constitucional tem os dois - o rei e o povo; a República tem apenas um, isto é, o povo. Assim, falta apenas um estágio nessa teleologia de sentido: a República federativa. Essa forma de organização política amplifica a democracia, pois reúne Estados diferentes, com as suas particularidades político-sociais-culturais regionais, sob o mesmo governo. São federações independentes dentro da República.

¹⁵⁴² MILTON, A República... op. cit., p. 6.

¹⁵⁴³ Idem, p. 7.

¹⁵⁴⁴ Ibidem, p. 8.

A queda da monarquia acontece, em tese, com a anuência do “caráter do povo” a partir de uma predisposição a acatar o federalismo como forma de governo:

Podemos dizer que a monarquia baqueou, não porque corrompesse o país ou fizesse da tirania uma arma formidável e exterminadora de direito e de liberdades, a exemplo das velhas dinastias europeias no seu absolutismo milenário, - mas sucumbiu pelo princípio de que as instituições políticas de um povo emergem de sua própria alma, e na alma dos brasileiros o único regime possível era e é o *republicano federativo*.¹⁵⁴⁵

Tristão de Alencar Araripe tinha uma concepção de história particular, em que se congregavam os modelos antigos e modernos de história. Por um lado, o Conselheiro acreditava em uma racionalidade adjacente ao devir histórico (singular coletivo); por outro, esse mesmo processo histórico era uma manifestação da providência divina (cristã). De todo modo, o que fica da compressão de Araripe sobre o processo histórico é a sua crença em um destino. No seu caso essa teleologia admitia a ampliação no tempo da ideia de liberdade humana, que podia ser verificada empiricamente pelo processo de republicanização das Colônias americanas: “conforme a ordem providencial as colônias americanas deviam ser independentes; e na série dos tempos o sentimento de suas tendências para nacionalidades novas iam-se manifestando por agitações indicativas deste sentimento e de suas próprias forças”.¹⁵⁴⁶

Desse modo, o elemento democrático, e a sua consequente ideia de liberdade¹⁵⁴⁷, estaria implícito, segundo Araripe, em toda e qualquer atividade humana. Todas as colônias modernas, por maior que seja o jugo opressor metropolitano, trazem consigo aspirações libertárias. É uma tendência quase antropológica que Araripe localiza entre os povos. A busca por liberdade, por democracia, do poder do povo para o povo, orienta o devir histórico humano de forma segura. Segundo o estudioso cearense:

O governo da igualdade é uma aspiração tendente à generalização entre os povos da Terra, sempre adversos ao privilégio social. Na Europa a França se mantém republicana, e a Suíça democrática subsiste, cercadas ambas de governos monárquicos, significando isto a força do sentimento democrático da natureza humana; e a agitação hodierna do proletariado no velho mundo exprime este mesmo sentimento, e não terá outro êxito senão a supressão do feudo medieval com o reestabelecimento da igualdade civil (...)¹⁵⁴⁸

¹⁵⁴⁵ MELO, Alfredo Pinto Vieira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 85, parte I, 1919, p. 351.

¹⁵⁴⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. Movimento colonial da América. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1893, p. 99.

¹⁵⁴⁷ Maria Tereza Chaves de Mello explica que isso não é somente uma preocupação de Tristão de Alencar Araripe, mas “de todos os republicanos”, em que se quer “introduzir no imaginário um outro relato da história nacional, onde a liberdade fosse a sua principal personagem”. MELLO, República... op. cit., p. 18.

¹⁵⁴⁸ ARARIPE, Movimento... op. cit., p. 114.

Euclides da Cunha admite que o pensamento político republicano, que segundo ele ganha força a partir da década de 1870, coloca em movimento tendências que ao longo de todo o Império são reprimidas. Liberalismo, anti-escravismo, federalismo agitam a cena política no último quartel do século XIX, sendo frutos de um amadurecimento progressivo dos ideais emancipacionistas, que a todos arregimenta e convence. É um movimento que mesmo abafado caminha sorratamente, na medida em que se configura como uma determinante histórica.¹⁵⁴⁹ Assim, Euclides cria uma narrativa de sentido, uma história única, que evidencia o republicanismo federativo desde a sua forma ainda pouco esclarecida, passando pelo momento em que se institucionaliza como partido atuando no Império até chegar a sua eclosão como demanda societária após a década de 1870:

O novo pensamento político, incarácterístico e mal vinculado às tendências separatistas nas insurreições incoerentes que vieram até 1817; inoportuno em 1822 e 1831, por contrariar o interesse maior da unidade da pátria; repellido em 1837-1848 por que ainda tornara indispensável a ação exclusiva da força centrípeta da realeza; evoluendo, imperceptível, e perdendo o caráter separatista com esposar os ressentimentos alastrados pelo país inteiro na trégua partidária de 1833-1858; afluando, por fim, no violento revide de 1862, que uma guerra externa abrandou, desviando as preocupações nacionais: - depois dessas vicissitudes, em 1870, impunha-se. Para vencer tinha a força das novas aspirações sociais tão vigorosas que se refletiam nos próprios partidos dinásticos, talhados em dissidências que se digladiavam, dessangrando-se, sem pouparem dos golpes, como vimos, a própria figura imperial.¹⁵⁵⁰

Diante disso, é impossível, para Euclides, compreender a Proclamação como fruto do acaso, ou como uma quartelada. A República, para Araripe, Milton e Euclides, possui origem e destino muito bem estabelecidos. Como salienta o autor d'os *Sertões*: “Depois disto a República não podia ser uma surpresa, inexplicável estribilho dos que enfermam da nostalgia desse passado brilhante, que também veneramos porque é toda a justificativa do nosso regime atual”.¹⁵⁵¹ Ele movimenta nessa narrativa um sentido explicativo para o perfeito conhecimento das ideias republicanas no Brasil, em que num primeiro momento despontam, caem e renascem por meio de aspirações dispersas em movimentos isolados – suplantadas a princípio pelo pensamento majoritário da unidade política da nação. “Impertinente em 1822, inoportuna em

¹⁵⁴⁹ Essa é a posição de Euclides desde o seu primeiro artigo na imprensa: “A pátria e a dinastia” (1888). A República segue o destino manifesto. Segundo o futuro autor d'Os *Sertões*: “Desiluda-se, pois, o governo; a evolução se opera na direção do futuro”. VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. *Estudos históricos*, 10 (26), 1996, p. 277. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8928> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵⁵⁰ CUNHA, Euclides. Da Independência à República. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1906, p. 63.

¹⁵⁵¹ CUNHA, Da Independência... op. cit., p. 69.

1831, abortícia em 1848, era-o a República, sobretudo porque se não podia inverter a série natural da evolução humana”.¹⁵⁵² A sociedade não repele a República, prorroga-a. A partir da década de 1870 ela começa a incorporá-la. Mas tudo isso de acordo com uma ordem natural. Esses autores citados promoveram uma nova adjetivação, decorrente de políticas da memória, junto ao singular coletivo Brasil.

Já Aristides Milton, que se pretende imparcial em suas análises, propõe um *foresight* da história nacional, acessando aí o devir do seu tempo histórico em formação, bem como para defender que a Proclamação da República no Brasil não é obra do acaso, mas, sim, “fruto de uma evangelização anterior e fecunda, o resultado de aspirações antigas e bem acentuadas”.¹⁵⁵³ Durante o período de domínio metropolitano, e ainda depois da Independência, há no Brasil algumas “revoluções” de caráter francamente republicano: 1710, Revolução dos Mascates; 1889, Inconfidência Mineira; 1798, Revolução Republicana na Bahia; 1917, Revolução Pernambucana; 1924, Confederação do Equador; 1835, República de Piratini (Revolução Farroupilha); 1837, Sabinada; 1842, Revoluções republicanas em São Paulo e Minas Gerais; por fim, 1848, Revolução Praieira. Conclui Milton sobre a herança que a República possui em termos de organização federativa:

Isto ocorrerá para provar – que, pelo menos, a federação, longe de ter sido uma solução inopinada, um recurso imprevisto, um mero expediente de ocasião, como alhures assoalharam; preocupava, ao contrário, desde muito tempo alguns espíritos iluminados, e sintetizava as esperanças de muitos corações patrióticos.¹⁵⁵⁴

Cabe destacar que para além dos movimentos federativos de contestação ao *status quo* ou da ordem metropolitana portuguesa, ou do Império brasileiro, encontravam-se registradas inúmeras tentativas de soerguimento da causa federativa no parlamento. É por meio das ações patriótico-federativas do parlamento, entre outras, que a Monarquia perde a sua a força enquanto projeto político autorizado para a nação. O caráter supostamente federativo da

¹⁵⁵² Idem, p. 69.

¹⁵⁵³ MILTON, A República... op. cit., p. 9.

¹⁵⁵⁴ Idem., p. 14. A fala de Julio de Castilho na Constituinte é uma amostra contundente da pregnância comunicativa da ideia de federalismo no contexto finissecular brasileiro: "Nós estamos aqui reunidos para instituir a República Federalista. Aqueles que, como nós, por longos anos, fizeram a propaganda da República, não a queremos unitária, mas sim federativa, essencialmente federativa. Nós entendemos, como sempre sustentamos, que a República Federativa é o único meio de garantir a unidade política no meio da variedade e dos costumes da Nação. E, se a Federação não ficar instituída na Constituição, havemos de ver ressurgir, sob a República, a mesma agitação que se avolumou sob o Império. Pedfamos a República Federativa como condição eficaz de garantir a homogeneidade política no meio da variedade dos interesses econômicos e das circunstâncias e costumes da população". Apud LAFER, Celso. O significado de República. *Estudos históricos*, vol. 2, n. 4, 1889, p. 220. Disponível em: <https://cutt.ly/ccLBVU> Acesso: 08 abr. 2021.

constituição imperial é o mote para que diversos estadistas argumentem, desde os primeiros anos da Monarquia, que há uma caducidade implicada nesse regime, posto que está descompassado com a sua própria “carta magna”, que melhor se adapta à República. Em resumo: “Tanto era a convicção partilhada por alguns, de não ser possível por muito tempo mais amparar o trono, se o privilégio que ele consubstanciava não fizesse novas concessões às exigências do progresso e aos impulsos da liberdade”.¹⁵⁵⁵

De qualquer maneira, independente do movimento de força orquestrado e utilizado pela Metrópole, ou pela Monarquia brasileira, junto aos seus súditos, o que prevalecia com o passar dos anos era o fortalecimento, mesmo que por vias marginais, do sentimento emancipatório e da ideia de República, a qual traz consigo a liberdade e a democracia:

Não obstante o rigor do régio poder em castigar o crime político dos nossos patrícios, a ideia emancipadora não morria, nem definhava; porque de balde a tirania procurava destruir o patriotismo com a violência e barbaridade das penas. A aspiração dos Brasileiros de formarem a sua nacionalidade a tudo sobrepujava”.¹⁵⁵⁶

(..) apesar do sague dos patriotas derramado em holocausto ao poder da tirania nos combates e no patíbulo, a ideia patriótica da emancipação política da América nunca recuara, parando apenas para adiante surgir mais fortalecida.¹⁵⁵⁷

Em vista disso, como quer o associado Jonatas Serrano, a República vem atender as prerrogativas daquele contexto histórico: “Teoricamente, estou em que se possa demonstrar a excelência de uma dada forma governativa. Tal é, para mim, a hipótese quanto à República. Praticamente o melhor governo é o que mais atende as justas exigência do meio social num dado momento de seu desenvolvimento histórico”.¹⁵⁵⁸

Ficções de fundação? Reelaboração e ampliação da memória nacional

Além da instauração de uma narrativa de sentido única, responsável por ordenar o tempo da pátria e por rearticular a sua memória coletiva, são eleitos pelo Conselheiro Araripe os personagens e os momentos simbólicos responsáveis por tornar factível a República. A esses sujeitos, “benfeitores da pátria”, se presta homenagem e veneração, sendo exemplos de civismo para a República brasileira. Na visão de Araripe entre esses sujeitos estão: Deodoro da Fonseca,

¹⁵⁵⁵ MILTON, A República... op. cit., p. 16.

¹⁵⁵⁶ ARARIPE, Movimento... op. cit., p. 111.

¹⁵⁵⁷ Idem, p. 115.

¹⁵⁵⁸ SERRANO, Jonatas. Discurso de posse. *RHGB*, tomo 85, 1919, p. 527.

Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Suas estátuas em bronze e em mármore, erguidas em todo país, eram sinais da devoção dos cidadãos e das cidadãs republicanos a esses sujeitos, sendo ainda uma marca de exemplaridade para que as gerações futuras se lembrassem dos seus feitos cívicos. Desse modo, “O povo brasileiro começa a tributar o devido preito à memória de três dos mais eminentes varões, que contribuíram de modo eficaz e decisivo para o estabelecimento das instituições republicanas no Brasil”.¹⁵⁵⁹

De acordo com a percepção de Tristão de Alencar Araripe, o Marechal Deodoro da Fonseca representa a força do momento histórico, capaz, então, de colocar fim a Monarquia em crise, consumando o evento do *15 de novembro*. Ademais, o Marechal é o símbolo máximo do exército, personagem que passa a ser considerado importante na esfera pública republicana. Enquanto isso Benjamin Constant é considerado o doutrinador, capacitado a encucar nos cidadãos e nas cidadãs republicanos os valores democráticos e cívicos. Já o Marechal Floriano Peixoto é importante em razão da sua firmeza e valor, isto é, por impedir qualquer tentativa de restauração monárquica. Deodoro proclama, Constant a doutrina e Peixoto a concretiza e a solidifica. Esse novo *panteão* faz os brasileiros e as brasileiras perceberem o regime republicano dotado de sentido próprio, em que há, inclusive, exemplos a seguir.

Esses três personagens faziam parte do presente republicano como líderes destacados. Porém, era necessário criar um passado mais longo e ancestral para a República.¹⁵⁶⁰ Para o entendimento das ações dos agentes que a proclamaram. Historicizando o “espírito republicano” (o conceito moderno de história) ao longo da experiência da história nacional encontram-se estes símbolos exemplares, momentos em que os brasileiros se insurgem contra a Coroa e o poder dito despótico: 1710, com os Mascates; 1789, com a Inconfidência Mineira; 1817, com a Revolução Pernambucana; 1824, com a Confederação do Equador; 1835, com a República de Piratini; 1837, com a Sabinada; por fim, 1848, com a Revolução Praieira em Pernambuco. Se têm um novo cânone representativo que apresenta a formação da história brasileira, posto que até aquele momento esses episódios e essas situações eram desautorizados por uma história oficial monárquica.¹⁵⁶¹ Há, ainda, uma maior pluralidade subjacente ao conceito de povo.

¹⁵⁵⁹ ARARIPE, Três... op. cit., p. 383.

¹⁵⁶⁰ Concordamos com José Murilo de Carvalho que a República institui mitos de origem. “O mito de origem é um fenômeno comum a quase todos os sistemas políticos. (...) As próprias revoluções transformam-se em mitos de origem de novos sistemas políticos. A universalidade do fenômeno denuncia o poder dos mitos em forjar identidade coletivas. A República tentou criar o seu mito de origem”. CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia e o imaginário da República. *Anos 90*, n.3, 1996, p. 16. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6115> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵⁶¹ Sobre a ampliação da memória republicana nas primeiras décadas do século XX ver o importante trabalho de

A ampliação da memória nacional, que corresponde ao movimento de dotar de passado a República, tem no major José Domingues Codeceira um dos seus principais articuladores. O major Codeceira tem o intuito de demonstrar que o passado republicano não se limita à Conjuração Mineira e ao seu mártir, Tiradentes, comemorado com festas públicas e cívicas todo dia 21 de abril. Era necessário alargar esse passado, e para tanto havia que se admitir a prioridade de Pernambuco na Independência e na liberdade nacional. Faz-se necessário “(...) que esta glória seja reivindicada à Pernambuco, a quem de direito pertence por ter sido a primeira província que em seu solo plantou a soberba árvore da independência brasileira, regando-a com o precioso e generoso sangue de seus filhos”.¹⁵⁶²

Eis as novas efemérides nacionais que são articuladas em uma narrativa de sentido única cujo destino manifesto é a tomada de consciência sucessiva sobre a importância da liberdade no Brasil: 27 de janeiro de 1654: libertação, após 24 anos de embates, do domínio holandês; 10 de novembro de 1714: Revolta dos Mascates; 6 de março de 1817: Revolução de 17: “Essa revolução foi completa e pela primeira vez se ouviu proclamada e tentada a realização de um governo republicano no solo brasileiro pelos pernambucanos em sua província”,¹⁵⁶³ 24 de julho de 1824: Confederação do Equador. Para Codeceira essas situações devem ser registradas no grande “livro da pátria”, dado que constam em documentos autênticos. Vê-se que Pernambuco é, portanto, a Província precursora da ideia de Independência e de liberdade em solo brasileiro:

Foi seguindo o nobre exemplo, de seu país, que os pernambucanos lançaram a semente da independência e liberdade no século passado, a 10 de novembro de 1710, tentando estabelecer um governo republicano e regando essa árvore com o seu precioso sangue nessa época que deu fruto no memorável dia 6 de março de 1817; decepado pela foice exterminadora do despotismo, foi ainda de novo regado e seu tronco com esse precioso sangue, que fazendo estender as suas raízes por todo o solo da pátria, fê-la rebentar vigorosa nas margens do Ipiranga; dando fruto no glorioso dia 7 de setembro de 1822.¹⁵⁶⁴

O que Codeceira propunha em 1890 foi, de fato, incorporado e reelaborado junto à memória nacional, estando, então, os acontecimentos libertários e independentistas ocorridos em Pernambuco atrelados a uma nova identidade narrativa da história pátria.¹⁵⁶⁵ Isso era

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Memórias regionais no IHGB: os centenários das revoluções pernambucana e farroupilha – 1917 e 1935. *Revista memória em Rede*, vol. 4, n. 10, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/107194> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵⁶² CODECEIRA, Major José Domingues. Exposição de fatos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional. *RIHGB*, tomo LIII, parte I, 1890, p. 327.

¹⁵⁶³ CODECEIRA, Exposição... op. cit., p. 336.

¹⁵⁶⁴ Idem, p. 337.

¹⁵⁶⁵ A história, como quer Codeceira, “possuía a ‘missão’ de mobilizar o conhecimento do ‘passado comum’ de uma nação, cumprindo uma função pedagógica, a partir da elaboração de narrativas coerentes e de fácil assimilação, com o intuito de conseguir despertar o amor à pátria de seus cidadãos”. CAVALCANTI, Amanda

possível de ser percebido em razão das comemorações dos centenários da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador, em 1824, ocorridas no Instituto.

A comemoração da Revolução pernambucana de 1817 foi articulada pelo IHGB e pelo IAHPG. Na sessão solene ocorrida em 6 de março o 1º secretário do Instituto Arqueológico pernambucano, Mario Melo, envia notícias por telegrama ao presidente do IHGB, Afonso Celso, sobre o tom da comemoração: “O Instituto Arqueológico, certo de que a Revolução de 1817 foi o movimento precursor da Independência, cujos ideais dignificam todos os brasileiros, felicita v. ex. pela data de hoje, quando Pernambuco inteiro glorifica venerandos mártires”.¹⁵⁶⁶ Melo informa, além disso, aos agremiados do IHGB o clima festivo verificado em Pernambuco naquele ano. Há missas campais recordando os mártires do movimento; procissões cívicas com as bandeiras do movimento e de Pernambuco; ergue-se um monumento em justa homenagem aos “heróis de 17”; há representantes de diversos Estados da federação; também se vê diversas paradas militares; e o *Diário de Pernambuco* dedica uma edição especial ao centenário.

O presidente Afonso Celso, antes de chamar o palestrante responsável por guiar as festividades, oferece a visão oficial do IHGB sobre o movimento de 17, prócere da independência, da liberdade e, também, da República:

A sessão especial de hoje tem por objeto exclusivo a comemoração do movimento revolucionário que, há exatamente um século, depôs o regime absolutista da metrópole e organizou o primeiro governo autônomo da nossa pátria, o qual exerceu a sua autoridade em três dos atuais Estados da união, revelou altos desígnios, procedeu com energia, bravura e honestidade, pagando com o holocausto de muitas preciosas vidas a aspiração de ver o Brasil independente e livre.¹⁵⁶⁷

O intelectual pernambucano Alexandre José Barbosa Lima profere a palestra da noite. Lima diz que está ali para rememorar os feitos e evocar os mártires pernambucanos de 17, “confessores da fé republicana”, “paladinos da independência brasileira”, “rebeldes e inconfidentes”, que a suposta legalidade de há exatamente um século condena a infâmia. Era justamente essa infâmia que se comemorava. “Esse crime é o que lhes dá, aos heróis de 17, a auréola máxima da virtude cívica”.¹⁵⁶⁸ Após isso, Lima pondera a posição de certa parcela de

Alves Miranda. *Cadê Mário Melo: um historiador do IAHPG pelas ruas do Recife*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UNIRIO, 2017, p. 87. Disponível em: http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_amanda-cavalcanti Acesso: 04 dez. 2020.

¹⁵⁶⁶ MELO, Mário. Sessão solene especial comemorativa do centenário da Revolução pernambucana de 1817. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917, p. 622.

¹⁵⁶⁷ CELSO, Afonso. Sessão solene especial comemorativa do centenário da Revolução pernambucana de 1817. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917, p. 622.

¹⁵⁶⁸ LIMA, Alexandre José Barbosa. Sessão solene especial comemorativa do centenário da Revolução

historiadores que não aderem à historiografia republicana: "Como se compreende que historiadores ainda hoje se manifestem horrorizados com as consequências da resistência que os conjurados opuseram aos executores na hora da ordem de prisão?"¹⁵⁶⁹ E o historiador pernambucano vai ainda mais longe, deslegitimando, então, qualquer resíduo da historiografia majoritária circulante no Império: "Como se compreende tanta benignidade para a legalidade quem *fuzila, enforca, esquarteja, confisca, infama (...)*"?¹⁵⁷⁰ O palestrante salienta que a reescrita da história na República possui qualquer coisa de "vingança" em seus horizontes, dando voz, de alguma maneira, aos vencidos.

As formas de governo propostas pelos revolucionários pernambucanos de 17 seriam preceptoras da República, na medida em que o poder emanava democraticamente do povo. Resgatar a Revolução de 17 não deixava de ser, cabe mencionar, um uso político do passado.¹⁵⁷¹ É uma maneira de legitimar a República e, sobretudo, o federalismo:

Esse Governo, porém, não era autoritário: tinha que subordinar-se às bases que, sob nome de Projeto de Lei Orgânica, foram enviadas às Câmaras para serem por estas aprovadas, caso achassem a propósito o dito Projeto – o qual teve aprovação do Governo e do Conselho, faltando para ser posto em prática, a aprovação das municipalidades. A essa se recomendou que convocassem o povo e todas as classes para discutir e votar o mesmo projeto, lavrando-se de todo o preciso auto com o maior número de pessoas notáveis e que concorresse "*o povo quase todo, pois lhe interessa conhecer como hão de ser governados*".¹⁵⁷²

A República nascida em Pernambuco se ergue, então, às margens do Capibaribe. No Campo da Honra estende-se a sua bandeira, em que se vê um arco-íris enquanto símbolo da concórdia e como um signo de solidariedade para com os demais Estados brasileiros. Diz Alexandre José Barbosa Lima sobre as medidas antiescravistas e de liberdade comercial: "As duas grandes medidas que imortalizaram os estadistas pernambucanos de 1817 são as que se

pernambucana de 1817. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917, p. 624.

¹⁵⁶⁹ LIMA, Sessão... op. cit., p. 648.

¹⁵⁷⁰ Idem, p. 648.

¹⁵⁷¹ A Comemoração da Revolução de 17 está no bojo das estratégias para a afirmação de um ideário republicano. Fazia-se necessário evocar datas e personagens que pudessem compor o cenário de positividade e divulgação de símbolos e de valores republicanos. Conforme Mariana dos Santos Ribeiro, é necessário atender "não só as aspirações dos grupos políticos ligados ao eixo econômico mais influente do país, como os localizados nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, mas na medida do possível, abrir o leque de opções que resultaria no panteão cívico representante da nação. As comemorações dos cem anos da Insurreição Pernambucana de 1817 surgem no contexto dessa nova empreitada do governo federal. Os festejos foram idealizados e organizados pelo IAGP, mas contou com o incentivo e a adesão do governo federal". RIBEIRO, Mariana dos Santos. O IHGB, o IAGP e as comemorações do centenário da República de 1817. In: _____. Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-Rio, 2011, p. 192. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=19904@>. Acesso: 04 dez. 2020.

¹⁵⁷² LIMA, Sessão... op. cit., p. 654.

contém nos decretos de 15 de março e 7 de abril, que antecederam de mais de meio século a leis de 13 de maio e 28 de setembro no Império e o decreto de 7 de janeiro do governo provisório da segunda República brasileira”.¹⁵⁷³ Desse modo, a República de 17 condena a escravidão, que o Império só ousa por fim em seus momentos de agonia diante das pressões políticas e populares finisseculares. Além disso, vários outros princípios e fundamentos republicanos são defendidos pelos revolucionários de 1817: responsabilidade imediata dos secretários e dos ministros; responsabilidade dos governadores com a probidade pública; publicidade das contas de despesa e de receita; liberdade de imprensa; naturalização de qualquer estrangeiro, liberdade religiosa; inamovibilidade da magistratura; rotatividade do poder executivo e do poder legislativo; eleições amplas, públicas e gerais. Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte aderiram à causa republicana, sendo que cada uma das Províncias possuía a sua particularidade regional diante dos princípios inicialmente estabelecidos pelos pernambucanos.

Todavia, as forças metropolitanas desmantelam, Província por Província, a República de 17. Seus líderes, mártires no presente da Primeira República, são caçados, mortos, ou deportados um a um, porém, não sem deixar uma centelha revolucionária que em um presente próximo viria a vingar. Conforme assinala Lima: “A revolução de 1817 em Pernambuco – vaticina um dos seus mártires que escreveu a história, - bem que ‘mui pouco durasse, fará sempre época nos anais do Brasil’: tempo virá talvez em que o dia 6 março, no qual ela foi efetuada, será para todos os brasileiros um ‘dia de festa nacional!’”.¹⁵⁷⁴

Novamente, agora em 1924, o IHGB voltava a comemorar os fastos republicanos do passado. Novamente o palco era o Nordeste. Falamos, pois, da Confederação do Equador.¹⁵⁷⁵ O uso político do passado¹⁵⁷⁶ da Confederação era evidente, pois ela foi abordada como prefiguradora da República de 89. Projetava-se no movimento virtudes e valores que formavam um possível campo simbólico republicano. A posição oficial do IHGB sobre o movimento é assim aludida pelo Conde de Afonso Celso, presidente da agremiação:

Seja qual for o critério para ajuizar do movimento revolucionário que, há cem anos, de Pernambuco se propagou a outras então províncias do Império, ninguém, de boa-fé, poderá contestar o ardor cívico dos revoltados, a sua

¹⁵⁷³ Idem, p. 657.

¹⁵⁷⁴ Ibidem, p. 675.

¹⁵⁷⁵ Para a compreensão da Confederação do Equador, através da historicização das memórias subjacentes ao movimento, conferir o instigante trabalho de FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. História e memória: os relatos da Confederação do Equador. *Maracanan*, n. 3, 2005/2007. Disponível em: <https://cutt.ly/IcLDSFM> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵⁷⁶ Segundo Angela de Castro Gomes, os usos do passado vinculam-se às ações conscientes e ativas de elaboração de memórias históricas, evidenciando, então, a necessidade sistemática de produção de passados que legitimem projetos políticos no presente e para o futuro. Cf. GOMES, *A República...* op. cit., p. 60

dedicação no cumprimento do que julgavam seu dever de brasileiro o heroísmo com que muitos sacrificaram interesses, arriscaram e perderam a vida.¹⁵⁷⁷

A celebração do centenário da Confederação era de fato um evento oficial, o que faz pensar que na década de 1920 a República encontrava o seu passado amplificado. Havia, na festividade, a presença de diversas autoridades, entre elas o presidente da República Arthur Bernardes. A palestra da noite, *Pernambuco e a Confederação do Equador*, ficou ao encargo do pernambucano Manuel Cícero Peregrino da Silva.¹⁵⁷⁸

Sugere Manuel Cícero que as tendências democráticas e os ideais de liberdade, que movimentam a região Nordeste desde a malograda Revolução de 17, não podem se compadecer com os rumos tomados pelo movimento independentista, em razão, pois, do modelo político adotado, isto é, a Monarquia. Argumenta o palestrante:

Fosse preferível ou não que se tivesse estabelecido desde logo a forma republicana, pois a separação se daria fatalmente, não podia a Independência sem a república constituir para os espíritos adiantados a solução definitiva do problema político brasileiro, mas apenas medida transitória que conduzisse à república, a que aliás só atingimos tantos anos depois.¹⁵⁷⁹

Manuel Cícero fortaleceu a memória narrativa de Pernambuco como precursor da República, onde se via que desde muito tempo vinha se formando na província um latente sentimento de nacionalidade. As ideias *avant lettre* de liberdade e a constante “coragem cívica” dos pernambucanos, além do seu “ardor patriótico”, é motivo suficiente que leva à expulsão do holandês, à Guerra dos Mascates e à Revolução de 17. Somente essa postura identitária de lutas pela liberdade explica a posição dos pernambucanos diante dos abusos autoritários de Pedro I após a Independência, tais como a dissolução da Assembleia Constituinte, a deportação de deputados opositores e, sobretudo, a extinção das Juntas Provisórias, sendo os seus presidentes escolhidos pelo próprio imperador. Essa posição da Corte quase leva Pernambuco a uma guerra civil em razão de destituir do poder homens que estavam à frente da Revolução de 17 e que são representantes populares. Diante do impasse não sobra alternativa aos

¹⁵⁷⁷ CELSO, Afonso. Sessão solene especial, em 2 de julho de 1824, comemorativa do centenário da Confederação do Equador. *RIHGB*, tomo 96, parte II, 1924, p. 373.

¹⁵⁷⁸ As comemorações do centenário da Confederação do Equador não ficam adstritas à Pernambuco. Um bom exemplo disso são as comemorações no Ceará, como pode ser acompanhado no trabalho de VALENTE, Paulo Gionanni G. *Memórias da política, políticas da memória: o centenário da Confederação do Equador no Ceará*. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-graduação em História Social da UFC, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9137> Acesso: 04 dez. 2020.

¹⁵⁷⁹ SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Pernambuco e a Confederação do Equador. *RIHGB*, tomo 96, parte II, 1924, p. 374.

representantes da Corte que não seja aceitar os reclames pernambucanos. O executivo e o legislativo provinciais são escolhidos através de eleição.

Mas não é esse o desfecho do problema. Correm os meses e disputas de poder entre a Província e a Corte se intensificam em torno dos problemas da organização política de Pernambuco. Nesse período, Manuel de Carvalho mantém-se presidente da Província, assumindo o dever a ele delegado: manter as convicções republicanas e democráticas. A outorga da Constituição é um dos pontos decisivos para o estabelecimento da Confederação do Equador. Em Pernambuco se desautoriza os deputados escolhidos pela Corte. Em lugar deles decide-se por representantes populares e homens notáveis da região. Manuel de Carvalho age habilmente para implementar a República em Pernambuco e adjacências:

Não se havia descuidado, porém, de ativar a propaganda das ideias republicanas nas províncias do Norte, para as quais despachara emissários, portadores de exemplares da Constituição da Colômbia e outros impressos a distribuir, e encarregados de promover os meios de em cada uma delas ser proclamada a República”.¹⁵⁸⁰

Pouco tempo depois é proclamada a Confederação do Equador por Manuel de Carvalho. Importantes manifestos republicanos são distribuídos em que o “tiranicídio”, o “despotismo” ou “absolutismo” da Corte são combatidos. A Confederação está organizada e deflagrada. Manuel de Carvalho e seus aliados criam as condições de defesa, de abastecimento e de promoção de uma nova política.

Um governo provisório é criado com uma “proto-constituição” inspirada na Carta colombiana. Mas a Coroa não deixa passar despercebido todo esse movimento republicano, e liderada por Cochrane e por Lima e Silva se antepõe aos republicanos. A batalha entre os revolucionários e o exército imperial se arrasta por meses, em que se vê o patriotismo e a abnegação dos soldados pernambucanos, o seu exemplo cívico e a sua bravura. Signos para o tribunal da posteridade.¹⁵⁸¹ Tornam-se mártires: Frei Caneca, Agostinho Bezerra Cavalcanti, Lázaro de Sousa Fontes, Antônio Macário, Francisco Antônio Fragoso, Nicolau Martins Pereira, Antonio do Monte de Oliveira e o americano James Heide Rodgers. “Mas o germe

¹⁵⁸⁰ SILVA, Pernambuco... op. cit., p. 388.

¹⁵⁸¹ É preciso, no entanto, ter em mente que nesse contexto político-social não estava em cena apenas, especialmente em Pernambuco, um único projeto político de nação, qual seja, o revolucionário, mas uma configuração em que havia uma disputa entre federalistas e adesistas. As palavras de Luiz Geraldo Silva revelam essa atmosfera política: “frequentemente, põe-se ênfase demasiada nas ideias e práticas do grupo federalista, isolando-o de uma configuração relacional da qual faziam parte os demais grupos políticos – notadamente aqueles partidários da centralização”. SILVA, Luiz Geraldo. Um projeto para a nação. Tensões e intenções políticas nas “províncias do norte” (1817 – 1824). *Revista de História*, 158, 2008, p. 205. Disponível em: <https://cutt.ly/qcZzdTE> Acesso: 08 abr. 2021.

ficou latente para vir a se tornar arvore frondosa a 15 de novembro de 1889, vitoriosa a forma definitiva, a forma republicana, federativa, sem distinções regionais e mantida a integridade indestrutível do território brasileiro”.¹⁵⁸²

Em vista disso, a história de Pernambuco tornava-se história do Brasil. O passado republicano expandia a sua memória. Exemplos do passado davam sentido à causa republicana no presente. Mártires foram cultuados como forma de devoção cívica. Parece que o tribunal da posteridade finalmente estava apto a julgar os republicanos de 24:

Recordar hoje os heroicos feitos daqueles propugnadores de princípios democráticos, comemorar o centenário daquela arrojada tentativa republicana, constitui para os brasileiros ato de patriotismo e dever de gratidão à memória dos que se atreveram a promovê-la, dos que corajosamente pugnaram em sua defesa, dos que tombaram no campo da honra ou vítimas da prepotência imperial, mas que, demonstrando no mais alto grau o espírito de sacrifício e revelando a indômita alma brasileira, caminharam para a glória e para a imortalidade”.¹⁵⁸³

Mas não se comemorava apenas os eventos precursores da República ocorridos em Pernambuco. Havia uma disputa pela prioridade dos antecedentes republicanos do passado. O caso é que em 1920 o IHGB comemora o bicentenário da Rebelião de Filipe dos Santos Freire, considerado por Jonatas Serrano o precursor de Tiradentes e líder do primeiro movimento “proto-republicano” que se tem notícia no Brasil.¹⁵⁸⁴ Filipe dos Santos Freire, apesar da morte ignomínia, transforma-se, no interior dessa argumentação, em um mártir da liberdade - alguém que ousa enfrentar o poder metropolitano em favor de causas locais e de brasileiros e de brasileiras. Eis o seu martírio em julho de 1720:

(...) faz hoje 200 anos dia por dia, o corpo de Felipe dos Santos, depois de enforcado, era atado à cauda de um cavalo, para Mazeppa não do amor; mas da liberdade, que é também amor e dos mais santos, escrever nas pedras da região mineira, as rubras letras de sague, o protesto da colônia oprimida contra a cúpida tirania dos prepostos d’el-rei”.¹⁵⁸⁵

É o modo de encarar como causa problemas nativistas diante da opressão, ou por impostos, ou pela escravidão, ou por códigos de conduta não compatíveis com os interesses locais, que leva Filipe dos Santos a ser considerado um precursor de Tiradentes. O que unia ambos? A causa da

¹⁵⁸² SILVA, Pernambuco... op. cit., p. 416.

¹⁵⁸³ Idem, p. 416.

¹⁵⁸⁴ Pode-se dizer que a República elegeu a figura de Tiradentes enquanto representante emblemático do herói nacional. O esforço de diversos intelectuais na passagem para o século XX em positivar a figura de Tiradentes contou, inclusive, com o apoio e o incentivo estatal. Cf. CARVALHO, *A formação das almas...* op. cit., 1995.

¹⁵⁸⁵ SERRANO, Jonatas. O precursor de Tiradentes. *RIHGB*, tomo 87, parte I, 1920, p 473.

liberdade. Que não por acaso é o motor da história na teleologia republicana mobilizada no Brasil pós-15 de novembro.

Em 1918 Homero Batista, no intuito de comemorar outra data cívica, também amplia a memória pátria ao incorporar o movimento revolucionário que popularmente veio a ser conhecido como *Guerra dos Farrapos*, iniciado em 1835. Batista assim caracteriza o projeto dos revolucionários liderados, entre outros, por Bento Gonçalves: “Como os movimentos políticos, a que tenho aludido, visceralmente republicanos, este também propugnava pela solução federativa, governo definitivo do país”.¹⁵⁸⁶

A Revolução de 1835 é organizada em bases absolutamente republicanas: designação de um chefe para coordenar as forças políticas; eleição de uma assembleia constituinte que elabora o estatuto fundamental do Estado; constituição de um governo regular com discriminação, por ministérios, dos serviços públicos; instrução popular; melhoramentos de ordem material por toda província; arrecadação de impostos; policiamento urbano e rural. Em 1845 cai a República de Piratini através do argumento, que se traduz em força militar, da coesão e da unidade da pátria.

Quatro decênios e meio após a pacificação rio-grandense, foi-nos dado assistir o advento da República, que, por si, enuncia a explicação do insucesso dos movimentos democráticos, como também demonstra o quanto de esforço, pertinácia, de abnegação e de civismo não foi mister, em tão longa e cruenta propaganda, para a instalação do novo regime.¹⁵⁸⁷

Daf que a federação surge na esfera pública como solução que impede a desintegração do povo em grupos nacionais.¹⁵⁸⁸ Assim, o exemplo das revoltas regionais, embriões dos acontecimentos de 89, aparecia como esteio para a orientação do devir republicano.

Por fim, já crepúsculo do Império, encontramos mais um movimento que foi incorporado junto à memória republicana, fazendo então parte da história pátria: a *Revolta do Vintém*, ocorrida entre 1879 e 1880. Posta em prática a taxa de 20 réis por passageiro nos bondes cariocas, a população se revolta e há agitação geral. Aponta Moreira de Azevedo: “Em verdade era severa, desigual e incomoda semelhante taxa”.¹⁵⁸⁹ José Lopes da Silva Trovão lidera os

¹⁵⁸⁶ BATISTA, Homero. Revoluções de 1817 e de 1835. *RIHGB*, tomo 83, parte I, 1918, p. 348

¹⁵⁸⁷ BATISTA, Revoluções... op. cit., p. 348.

¹⁵⁸⁸ José Murilo de Carvalho entende o progressivo ganho lexical do conceito de federação desde o manifesto republicano de 1870. A reflexão de Homero Batista é devedora desse movimento conceitual. Segundo Carvalho, o “Manifesto defendia a federação justificando-a inicialmente com o argumento da natureza e da topografia. Mas logo a seguir a geografia adquiria sentido político como sede de movimentos patrióticos revolucionários, como o da Inconfidência Mineira. O passo seguinte foi vincular o federalismo à democracia”. CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo no Brasil: 1870 - 1891. *Varia história*, vol. 27, n. 45, 2011, p. 151. Disponível em: <https://cutt.ly/nclTxEn> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵⁸⁹ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira. Imposto do vintém. *RIHGB*, tomo LVIII, parte I, 1895, p. 321.

revoltados. A agitação leva a multidão insurreta a atacar os bondes e a formar trincheiras pelas ruas do centro do Rio de Janeiro como forma de manifestação do desagrado popular. Diante desse cenário o exército é chamado para conter os ânimos. Doravante, e a narrativa ganha em dramaticidade, “o povo resistiu tenazmente à força pública, que teve de fazer fogo, resultando, da luta a morte de quatro cidadão e ferimento de muitos”.¹⁵⁹⁰

Em 1890, decorrido 10 anos da revolta popular, alguns “patriotas” cariocas resolvem tornar, sublinha Azevedo, o motim do Vintém um evento precursor da República, na medida em que a luta daquela população passa a ser considerada contra o autoritarismo monárquico. A iniciativa, que fica apenas no plano do projeto, é dividida em passeata cívica, sessão solene e publicação de um jornal histórico-literário. “Desejava-se memorar a independência, a dignidade e altivez do povo, e prestar culto cívico, na aurora da formação da República, aos cidadãos que haviam reagido contra uma medida injusta e vexatória do antigo regime”.¹⁵⁹¹ Fechava-se, então, o ciclo dos movimentos que ofereceram significado histórico, atualizando o singular coletivo nacional, para a emergência da República federativa em solo brasileiro.

Uma República coroada? Pedro II protetor do Instituto, prócere da República

Por outro lado, o Império passou a ser visto, para um conjunto de sócios, como uma etapa necessária para a eclosão da República em 15 de novembro. Nesse sentido, o presidente da agremiação carioca, Joaquim Norberto de Souza Silva, declara a posição inicial do Instituto diante dessa nova ordem político-social-representacional, quer dizer, aceita-se o presente republicano, porém, se admite respeito, e até mesmo veneração, com relação ao passado monárquico. Em suas palavras:

(...) sem que a queiramos antepor de modo algum a ordem das novas coisas estabelecidas e a que nos curvamos, certos de que o governo do povo pelo povo será uma realidade para a terra à qual Deus outorgou por símbolo a cruz da sua redenção, e a quem imploramos, que a república seja tão livre como foi o Império de Pedro II.¹⁵⁹²

Joaquim Nabuco é outro sócio que almeja ampliar o cânone republicano e elaborar a sua memória, indo além dos personagens históricos Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Não se coloca em suspeita total o papel, por exemplo, de Constant, considerado um dos fundadores da República, mas se tem o princípio epistemológico do distanciamento, ou

¹⁵⁹⁰ AZEVEDO, Imposto... op. cit., p. 322

¹⁵⁹¹ Idem, p. 326.

¹⁵⁹² SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Discurso do presidente do IHGB. *RIHGB*, tomo LII, parte II, 1889, p. 534.

seja, somente com o passar do tempo, e Nabuco fala em um quarto de século, se pode julgar com propriedade o passado. Há, aqui, uma relativa interdição de uma história imediata em razão do próprio regime de ciência em vigor. José Bonifácio e Tiradentes são considerados, sim, próceres da Independência e da República, porém, se quer alargar e acomodar outros indivíduos agentes da história brasileira, como por exemplo os “heróis pernambucanos de 1817”. Bonifácio como prócere único do movimento de independência silencia atores como Pedro I. Todos eles são coparticipes de um mesmo fato histórico. “A ideia é que entre Tiradentes e José Bonifácio de um lado Benjamin Constant de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase setenta anos, a que posso dar o nome de deserto do esquecimento”.¹⁵⁹³ Se tem a ideia de progresso formativo entre o Primeiro e o Segundo Reinado, chegando à República: um “progresso material, intelectual e moral do país.”¹⁵⁹⁴

Desse novo Brasil, nascido com a Independência, se tem a força da ideia de nacional que emerge na Colônia devido ao compartilhamento de elementos de “raça, religião, costumes e sentimentos.”¹⁵⁹⁵ É um “Brasil brasileiro” que oferece condições para o fato histórico da Independência e o estabelecimento da Monarquia constitucional. O segundo Reinado, que Nabuco luta para sair do esquecimento, é o “apogeu moral” desse movimento vivificante de nacionalidade. Não abordar essas fases, acontecimentos, situações, personagens é o mesmo que “escrever a história de Judá eliminando o reinado de Salomão e a história de França eliminando o reinado de Luiz XIV”.¹⁵⁹⁶

Um exemplo da grandeza do Segundo Reinado relaciona-se ao fato de que mesmo existindo um partido republicano articulado e disciplinado se opta pela preservação, durante quase meio século, do parlamentarismo e do respeito ao monarca até que ele se mantenha vivo e atuante. A marca do Segundo Reinado é, para Joaquim Nabuco, a “suavidade”. Não é uma época perdida para o desenvolvimento nacional, mas um período, mobilizando uma metáfora epistêmica lançada por Nabuco, “orgânico”. A recepção do Segundo Reinado por parte do líder abolicionista se opera no sentido de dar crédito ao parlamentarismo existente. É como se fosse

¹⁵⁹³ NABUCO, Discurso... op. cit., p. 311. A preocupação de Joaquim Nabuco acusa, nesse sentido, que a narrativa elaborada sobre o passado comporta, via de regra, uma dimensão seletiva, legando ao esquecimento certos aspectos e sublinhando outros. As estratégias postas em prática no “processo de esquecimento” operam diretamente nessa reconfiguração, na medida em que “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela”. RICOEUR, A memória... op. cit., p. 455.

¹⁵⁹⁴ NABUCO, Discurso... op. cit., p. 311.

¹⁵⁹⁵ Idem, p. 311.

¹⁵⁹⁶ Ibidem, p. 312.

uma República coroada em sua acepção.¹⁵⁹⁷ Pedro II é visto como um líder político exemplar, um amante da pátria, e mais: “as duas casas do Parlamento Brasileiro refletem o espírito de prudência, a sisudez, a circunspeção, a nobreza e o patriotismo desinteressado de um período de funda cultura moral”¹⁵⁹⁸, mesmo com todos os males advindos da instituição escravidão e da concentração do poder nas mãos do monarca. Diz Nabuco não conhecer mais belo epitáfio de instituição humana do que esse que se pode escrever com duas datas: *7 de setembro de 1822/13 de maio de 1888*. Nabuco pressiona o jogo das políticas da memória, dado que não quer ver de “fora” do singular coletivo republicano o passado monárquico.

A demanda colocada por Nabuco foi, de algum modo, apropriada por uma parcela dos sócios do IHGB. Havia, todavia, os problemas relacionados à distância histórica, ou seja, existia certo veto à uma história do tempo presente. Mas, sobretudo, por meio da reabilitação da figura de Pedro II, tomado como protetor do Instituto Histórico e prócere da República, se fazia possível atrelar o passado imperial à memória republicana.

Assim sendo, em termos de história, o bispo de Olinda não folga com as injustiças sociais, aplaudindo em sua recepção, que é de 1891, o fim da escravidão e a Princesa Isabel. Vejamos a concepção de história de João Esberard e como ela se coaduna com a figuração que ele faz dos trabalhos do IHGB:

A história que vós cultivais com tanto afã, é a reparadora suprema das grandes injustiças sociais! Aqui as minhas esperanças se avigoram. Sinto-me ver a cor simbólica com que por vossas próprias mãos cobristes aquela cadeira duplamente augusta, augusta pela majestade e augusta pela ciência de venerando ancião, que tão longos anos a ocupara!¹⁵⁹⁹

Vemos na fala do bispo lugares comuns, interpretações conservadoras, nos discursos proferidos no IHGB republicano. Em primeiro lugar, a ligação de Pedro II com o fim da escravidão, o que faz dele um prócere da liberdade, e mesmo da República, em termos simbólicos. Além disso, a permanência simbólica da sua cadeira coberta como homenagem póstuma indica que o IHGB coaduna, a partir da sua figura, as suas tarefas com o passado que se quer acionar. É uma

¹⁵⁹⁷ Ao abordar o pensamento de Joaquim Nabuco, Christian Lynch sugeriu que seria um erro localizar em sua fase “monarquista”, momento em que discursou no IHGB, um projeto restauracionista. O horizonte de futuro de Nabuco nunca deixou de ser republicano, o que impactava a sua forma de ver o passado monárquico, esteio dessa nova forma política ora instaurada. Segundo Lynch, “considerações de ordem estritamente prática levavam-no a ver, na Monarquia preexistente, um instrumento que permitiria promover mais efetivamente o civismo, o liberalismo e a democracia, capaz de preparar a sociedade brasileira para uma República que fosse além do mero rótulo, ou seja, sem desnível entre forma e conteúdo; entre o país legal e o país real. LYNCH, Christian Edward Cyril. O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. *Lua nova*, n. 85, 2012, p. 284. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n85/a08n85.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁵⁹⁸ NABUCO, Discurso... op. cit., p. 312.

¹⁵⁹⁹ ESBERARD, Discurso... op. cit., p. 286.

estratégia política, posto que se desvincula a imagem do grêmio da Monarquia e a aproxima da figura de Pedro II. As qualidades de homem de Estado de Pedro II, as suas virtudes cívicas, são requeridas exemplarmente pelos associados do Instituto Histórico, visto que fazem parte de todo um processo de elaboração de memória e de proposta social no presente.

Não só para satisfazer a curiosidade Pedro II se dedica aos estudos, inclusive com viagens científicas, mas para que lhe seja possível o alargamento de todas as províncias do saber. Pedro II é aclamado por suas viagens ao exterior em busca de conhecimento, e por deixar o Instituto a par das novidades intelectuais que circulam em diversas regiões do globo, passando por Egito, países do Oriente e Estados Unidos. “Adquiriu, por fim, uma espécie de universalidade de conhecimentos, de sorte que os próprios sábios o proclamam sábio.”¹⁶⁰⁰ Isso pode ser constatado através da honraria que recebe para ser membro da Academia das Ciências do Instituto de França. Pedro II como figura de saber compreende, enquanto exemplaridade, as próprias convicções dos sócios de IHGB destacadas em estatuto. Isso pode ser percebido até mesmo pelo seu incentivo à instrução primária, tornando, assim, a tarefa educacional uma das marcas do seu reinado. “A cada estátua levantada em sua homenagem é como o levantamento de uma escola de instrução básica”. Podemos verificar essa memória na fala do barão de Loreto:

Ao passo que, no seu reinado, por toda a parte e por todas as camadas sociais, se espalhava a instrução primária, surgidas sob os seus auspícios valiosas instituições de ensino secundário e superior; reorganizaram-se algumas outras; fundaram-se biblioteca, museus, observatórios; fizeram-se explorações científicas no interior do Brasil.¹⁶⁰¹

Essa preocupação com o ensino foi retomada na Primeira República. Era evidente, para os sócios do Instituto Histórico, que no Império o seu líder político preocupava-se com a formação de cidadãos e de cidadãs aptos a participarem da esfera pública. Algo importante no contexto republicano, em que se almejava, ao menos virtualmente, a democracia participativa.

A figuração de Pedro II também é lembrada, coadunando-se à imagens nacionalistas, como as iniciativas da literatura romântica. “O seu amor das letras, acrisolado pela sua vasta e profunda cultura intelectual, revelou-se eloquentemente na estima particular que ele tinha por todos quantos se dedicavam às obras do espírito.”¹⁶⁰² A todos os românticos, responsáveis por evocar a primeira fisionomia narrativa da nação, Pedro II é solícito. A imagem do monarca ilustrado persiste na Primeira República como herança, sendo que a literatura nacionalista vista

¹⁶⁰⁰ DÓRIA, A Independência... op. cit., p. 336.

¹⁶⁰¹ Idem, p. 337.

¹⁶⁰² Ibidem, p. 337.

nos primeiros anos do regime é devedora das iniciativas românticas, sobretudo, no que tange a abordagem da nação desvinculada do olhar do estrangeiro que a tudo estereotipa e pelo fortalecimento da ideia de cultura.

No âmbito político Pedro II era percebido como o rei das liberdades, mesmo com a prevalência da escravidão. As leis que atenuam a instituição são vistas em evolução progressiva até a abolição definitiva em 1888. Há no Império liberdade de ensino, liberdade de consciência, liberdade de tribuna, liberdade de imprensa e liberdade de reunião. A sua memória é, mesmo com o dispositivo do poder moderador, associada ao constitucionalismo. Essas liberdades criam “(...) as mais felizes condições à manifestação do pensamento, permitiram que o pensamento nascesse e brotasse na integridade da sua força, chegando, às vezes, na sua expansão, a censuráveis excessos.”¹⁶⁰³

O conde de Afonso Celso, em telegrama ao Congresso nacional informando as atividades do grêmio no centenário da Independência, resume a memória que se consolida, a partir da ética do Instituto, sobre o monarca no decorrer da República, após passar por um longo processo de depuração historiográfica. Segundo o Conde,

(...) o saudoso e inesquecível monarca foi incontestavelmente um grande servidor do Brasil e honrando e glorificando seu nome, a República fará obra de justiça histórica. Nenhum outro fim é colimado pelo Instituto que tem como um dos seus principais objetivos estudar, sem caráter político ou partidário, e apenas no ponto de vista nacional, os feitos notáveis que opulentam nosso inestimável patrimônio de conquistas morais e materiais, evocando através delas, a ação, os serviços, os exemplos e as virtudes dos varões ilustres que souberam engrandecer e dignificar a pátria.

D. Pedro II foi um deles e é por isso que o Instituto fiel às suas tradições e no cumprimento de seu dever apela para alta autoridade do Congresso afim de que sejam prestadas a sua memória as homenagens que têm direito.¹⁶⁰⁴

Ressalta o barão de Loreto que excetuando o período das guerras civis na Regência, o Império apresenta-se como um projeto bem-sucedido de paz que resguarda o território nacional em sua integridade, encobrendo todas as desigualdades sociais e as violências de Estado. Nesse período, argumenta, moderniza-se todos os âmbitos da vida pública. Todas essas memórias do

¹⁶⁰³ Ibidem, p. 338.

¹⁶⁰⁴ Apud FAGUNDES, Luciana Pessanha. Memórias da monarquia: D. Pedro II no cenário político da década de 20. *Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão - ANPUH-SP*. São Paulo, 2008, p. 6 Disponível em: <https://cutt.ly/YcLShTI> Acesso: 08 abr. 2021. Lucia Maria Paschoal Guimarães é precisa no tocante as representações de Pedro II na Primeira República, as quais nos servem como molde para verificarmos o lugar da memória do monarca entre os agremiados do IHGB: “Na memória nacional, desatrelou-se a figura do soberano dos signos da realeza para convertê-lo em uma figura atemporal e apolítica – ‘o honesto e patriótico servidor do Brasil’”. GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. Os funerais de d. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, M. R. Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca. (orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas*. Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009, p. 82.

Império têm como intuito evidenciar que entre a Independência e a República há um momento de transição que são os Impérios, responsáveis diretos pela configuração política republicana:

No espaço destes quarenta anos, a partir do ministério Paraná, o vasto e populoso Estado do Brasil viu construir-se as suas extensas vias-férreas, cruza-se por toda a parte o fio telegráfico, multiplicarem-se os barcos de navegação a vapor; viu afluir copiosamente a imigração para a exploração dos produtos naturais, viu expandir-se e avolumar-se o comércio; viu, por esforços do Imperador, decretar-se a extinção do tráfico dos africanos, e, pela ação combinada do Imperador e da Princesa, sua graciosa filha, a Sra. D. Isabel, a *Redentora*, decretar-se ainda a emancipação gradual dos escravos e, finalmente, a abolição da escravidão.¹⁶⁰⁵

O barão de Loreto articula a memória do Império com a imagem de Pedro II. Assim, o imperador torna-se, também, um prócere da República. O seu reinado é concebido como o ponto culminante do progresso moral, intelectual e político da nação, sendo o esteio que prefigura a Proclamação da República. Sem o Segundo Reinado ela não existe.

Na inauguração do retrato da princesa Isabel, em 1916, coube ao sócio Alfredo Valadão proferir um discurso que circunstancia o *13 de maio* de 1888 no interior da política e da vida social imperial. De imediato Valadão constata o seguinte: “Vivíamos em um Império liberal, no reinado de Pedro II, que era República de fato”.¹⁶⁰⁶ Isso demonstra que se quer fazer da República federativa, e isso é um uso político do passado, um verdadeiro desdobramento daquilo que já se anuncia no Império. Várias qualidades públicas e políticas, antes mesmo do *15 de novembro*, vigoram na Monarquia constitucional como predisposições políticas republicanas: uma Constituição que faz honra à nossa cultura, ainda mais depois das reformas de 1834 e 1840; leis verdadeiramente sábias como o código penal (que exprime o gênio de Bernardo de Vasconcelos), o código comercial, o regulamento 737; a manutenção do Conselho de Estado. A política partidária é verdadeira e democrática no Império, ao contrário do que se assiste no presente republicano federativo, em que as oligarquias estaduais dominam a arena pública.¹⁶⁰⁷ “A representação nacional era, quanto possível, verdadeira; ministros sofriam derrotas nas urnas, e republicanos tinham entrada no parlamento”.¹⁶⁰⁸ Como se vê, mais do que um uso político do passado, uma deturpação do trajeto histórico nacional.

¹⁶⁰⁵ DÓRIA, A Independência... op. cit., p. 341.

¹⁶⁰⁶ ALFREDO, Valadão. Discurso em razão da inauguração do retrato da princesa Isabel. *RIHGB*, tomo 80, parte II, 1916, p. 686.

¹⁶⁰⁷ João Camilo de Oliveira Torres elabora, anos depois, um traçado político em que a democracia toma parte no Império. Ver. TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada* (teoria política do Império). Brasília: Edições Câmara, 2017.

¹⁶⁰⁸ VALADÃO, Discurso... op. cit., p. 687.

Vários “beneméritos” da futura República atuam politicamente no Império, sendo exemplos possíveis de civismo no presente, bem como amenizam aquele “deserto do esquecimento” a que Nabuco alude em termos de manutenção da memória histórica do século XIX: José Bonifácio, o patriarca; Feijó, que com o seu pulso de ferro salva o Brasil da dissolução e da “anarquia” na Regência; Evaristo da Veiga, o mentor da Regência; Bernardo de Vasconcellos, o criador do parlamentarismo; Eusébio de Queiroz, que extingue o tráfico; Rio Branco, habilidoso ministro; Cotegipe, o vidente; Ouro Preto, o estadista que fez a passagem do Império para a República.

Alberto Pinto Vieira Melo também elabora uma narrativa de sentido para a história brasileira. Para o sócio, esse movimento é uma tentativa de racionalizar a tomada de consciência da nacionalidade. Deve-se incluir na memória da nação aqueles que

(...) contribuíram para a formação da nossa nacionalidade; aceleraram a sua evolução; proclamaram a sua independência; realizaram as mais impressionantes reformas sociais e implantaram, entre aclamações festivas, o regime federalista, que é o supremo ideal dos povos livres, já acalentado pelos antepassados desde a Independência”.¹⁶⁰⁹

Em vista disso, Melo inventa um passado para o federalismo no Brasil, compreendido como a forma de governo mais apta a democracia e a República. Aqui a disposição independentista, através da sua constituinte, prefigura o federalismo republicano, que ao menos no âmbito do discurso se quer democrático: “Monárquicos, então, outra coisa não pretendiam os ilustres patriotas, que a 17 de junho de 1823 propunham na constituinte – a federação das Províncias como um protesto contra a centralização da metrópole e como concepção feliz, racional e segura para alimentar o advento da democracia”.¹⁶¹⁰ Vê-se que os não ditos da escravidão e do poder moderador não eram, pois, empecilhos para a instauração de um Império democrático. O federalismo está presente em 1831 no Senado do Império, em 1870 com o manifesto republicano e em 1884 e 1885 através do tribuno Joaquim Nabuco. É um destino manifesto.

Morre um liberal, mas não morre a liberdade! Líbero Badaró, mártir da historiografia republicana

Na primeira prescrição historiográfica republicana que se tem notícia, *Indicações sobre a história nacional*, havia uma colocação que guiava grande parte dos trabalhos históricos após os eventos de *15 de novembro*. O historiador, segundo Tristão de Alencar Araripe, deve

¹⁶⁰⁹ MELO, Discurso... op. cit., p. 347.

¹⁶¹⁰ Idem, p. 347.

“premiar o mérito dos benfeitores do gênero humano”, bem como estimular a “imitação dos grandes modelos de patriotismo”, na medida em que esse sentimento “sublimado e generoso”, que dignifica o sujeito diante da sua consciência, infunde “valor para as mais altas empresas que o cidadão cometer”.¹⁶¹¹ Havia uma atualização epistemológica na prescrição de Araripe, na medida em que desde os antigos se venerava como modelo de imitação os grandes homens da nação. Doravante, as demandas eram outras. Havia que se procurar modelos cívico-patrióticos que orientassem os cidadãos e as cidadãs da República. Prover um passado único para a República apresentava-se como um desafio para aqueles sujeitos. Nesse cenário que surgiram os mártires da causa republicana. Cidadãos especiais que doaram a própria vida em favor da liberdade, prerrogativa primeira para os republicanos e para as republicanas. É assim que encontramos a figura de Líbero Badaró, mártir da historiografia republicana.¹⁶¹²

Em vista disso, a Revista do IHGB publica no ano seguinte à Proclamação da República o artigo, que tem a proporção de um livreto, *Alguns apontamentos biográficos de Líbero Badaró e a crônica de seu assassinato perpetrado na cidade de São Paulo*, de Argemildo da Silveira. O trabalho narra a juventude de Badaró na Itália, contando toda a sua formação, situa politicamente o contexto brasileiro do pós-independência, aloca Badaró nessa atmosfera e, por fim, faz a crônica do seu assassinato. Mas qual o motivo que leva a historiografia republicana a eleger Badaró como um dos seus mártires?¹⁶¹³ As palavras de Joaquim Antônio Pinto Junior, que servem de *Advertência* para o texto de Argemildo da Silveira, nos deixam alguns indícios da razão dessa escolha, que por sinal se coaduna aos anseios e às prerrogativas dos chamados “benfeitores do gênero humano” de Araripe. Segundo Junior: “A vida de um homem ilustre por suas virtudes e talento e sobretudo pelos relevantes serviços prestado à causa da humanidade, tem sempre um valor real, um merecimento intrínseco, que não poderá desmerecer pela debilidade da pena que se incumbiu de traçá-la”.¹⁶¹⁴ Para Argemildo da Silveira, narrar a sua vida significa no contexto republicano um culto cívico¹⁶¹⁵, que traz “ao público o sentimento

¹⁶¹¹ ARARIPE, Indicações... op. cit., p. 263.

¹⁶¹² A biografia de Badaró escrita por Argemildo da Silveira obedece, relativamente, ao paradigma oitocentista de escrita, sobretudo, por se tratar do caso de um homem de letras e de ciências. Desse modo, “entende-se assim que o elogio biográfico destacasse não apenas as proezas literárias e científica desses sujeitos, mas também fizesse a apologia de certas virtudes morais que conferiam exemplaridade às suas vidas”. OLIVEIRA, *Escrever vidas...* op. cit., p. 161-162.

¹⁶¹³ Mártir é aquele que ousa desafiar as normas vigentes em razão de uma causa. Originalmente o termo *martyr* significa testemunho. Ele passa a designar, a partir de meados do segundo século, especialmente para as comunidades cristãs, aqueles sujeitos, homens ou mulheres, que morrem e sofrem em nome de sua confissão religiosa. SIQUEIRA, Sílvia. Memórias das mulheres mártires: modelos de resistência e liberdade. *Horizonte*, vol. 4, n. 8, 2006, p. 61. Disponível em: <https://cutt.ly/UcZkhvH> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁶¹⁴ SILVEIRA, Argemildo da. Alguns apontamentos biográficos de Libero Badaró e a crônica do seu assassinato perpetrado na cidade de São Paulo. *RIHGB*, tomo LIII, parte II, 1890, p. 309.

¹⁶¹⁵ Os rituais cívicos fúnebres, no caso por meio da escrita da biografia de um mártir, aparecem como forma de

de gratidão, que vive no peito de quantos têm tido notícias do nome, do martírio e da glória de Líbero Badaró, esse venerando campeão das liberdades do povo”.¹⁶¹⁶

Estava aí a virtude cívica que Badaró deixava à posteridade: a causa da liberdade. Vê-se, então, o movimento historiográfico realizado no IHGB que buscava uma ordem do tempo em que as origens do sentimento de liberdade no Brasil preencheriam o passado republicano que se queria inventar.¹⁶¹⁷ Por isso a figura de Badaró foi reivindicada.

O primeiro capítulo do artigo sobre a vida de Badaró trata das suas origens italianas e da sua formação – desde a infância até o momento que se torna médico e cientista. Argemildo da Silveira narra, então, que nesse momento da sua vida Badaró está confortável no seio familiar, apresenta-se como um dedicado cientista, sendo um reputado médico em Ligúria, a sua cidade natal. Nesse período da sua vida já são visíveis todas as virtudes cívicas do biografado, sobretudo, o altruísmo e o desejo por instituições livres. É como se já preexistisse em forma de gérmen a sua disposição libertária que ao longo dos tempos floresce até o seu martírio. Isso tudo com pouco mais de vinte anos. De acordo com Silveira: “Mais imperiosos, porém, que isso tudo eram os sentimentos exclusivamente altruístas, que haviam de fazer daquela alma esclarecida, daquele preito generoso um herói da ciência e um mártir da liberdade”.¹⁶¹⁸ Mais adiante novamente é invocada a causa defendida por Líbero Badaró, que o leva a ser um mártir: “A divisa de Líbero Badaró foi então – ciência e liberdade – este duplo pedestal inquebrantável, em que se baseiam todos os progressos da humanidade”.¹⁶¹⁹ A causa libertária de Badaró, que o torna mártir, era concebida como origem e como destino.

O período imediato à Independência, que o autor considera importante elucidar para que se compreenda as ações de Líbero Badaró, é de profunda incerteza e de confrontos políticos. Há o desgaste político em razão dos embates entre “liberais” e “imperialistas”, bem como uma imprensa crítica ao governo estabelecido. As disputas partidárias minam, segundo Silveira, o

homenagear um sacrifício individual em favor de uma causa coletiva, evidenciando que esse sujeito tem total consciência sobre a finalidade dos seus atos. Conforme aponta Marcelo Santos Abreu, através “destes ritos, o sem sentido da morte, que caracteriza a experiência contemporânea do morrer, é ultrapassado: o sacrifício individual é recompensado pelo reconhecimento público do morto como agente da história”. ABREU, Marcelo Santos. Os mártires da causa paulista: a criação do culto aos mortos da Revolução Constitucionalista de 1932 (19132 - 1937). *UNESP - FCLAs - CEDAP*, vol. 7, n. 1, 2011, p. 200. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/182> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁶¹⁶ SILVEIRA, Alguns... op. cit., p. 310.

¹⁶¹⁷ Segundo Maria Tereza Chaves de Mello, os conceitos de liberdade e de democracia criam uma barreira limítrofe entre Monarquia e República. Através deles os republicanos sinalizam a caducidade das ideias monarquistas. “Se a liberdade matara o absolutismo, a democracia extinguiu os privilégios. A razoabilidade dessa visão do processo civilizacional tornou mais ineludível a distinção entre república e monarquia, distinção tanto mais clara num país americano”. MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República e o sonho. *Varia história*, vol. 27, n. 45, 2011, p. 126. Disponível em: <https://cutt.ly/FcL9CHO> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁶¹⁸ SILVEIRA, Alguns... op. cit., p. 314.

¹⁶¹⁹ Idem, p. 315.

Primeiro Reinado. Tudo isso leva Dom Pedro I a entregar aos militares o decreto de dissolução da assembleia constituinte, a deportar os oposicionistas e a outorgar a carta constitucional. Há, ainda, toda instabilidade política advinda de um republicanismo federativo autoproclamado no Brasil através da Confederação do Equador. O movimento acirra as disputas políticas na capital federal, sobretudo, na imprensa. Entretanto, como quer Silveira, o movimento separatista é duramente reprimido por Pedro I. Salienta Argemildo da Silveira: “(...) não podemos deixar esquecida no norte do Brasil a tentativa da *Confederação do Equador*, por cujo malogro dezesseis patriotas expiaram com seu sangue o amor da liberdade, preparando assim o caminho da mesma dura sorte, que esperava a Líbero Badaró”.¹⁶²⁰ Mas é esta a passagem de Silveira que nos interessa, posto que coloca em evidência os mecanismos historiográficos de invenção de um passado comum republicano por meio dos mártires: “Com Tiradentes e Badaró, os mártires da *Confederação do Equador* estão vingados com a proclamação da República Brasileira, da qual foram dignos precursores”.¹⁶²¹

Badaró chega ao Brasil em 1826. Hospedado no Rio de Janeiro passa seus primeiros momentos no país estudando a flora carioca. Os estudos e a carreira como médico, além do desejo de fazer parte das rodas intelectuais do país, levam-no a se transferir para São Paulo. Assim que chega à capital paulista passa a frequentar os ambientes intelectuais dos acadêmicos de direito. Ali o médico italiano toma contato com as doutrinas liberais nascentes e que circulam à época, além de tornar-se uma figura ativa no que tange às discussões que envolvem a política e a esfera pública paulistana. Eis a caracterização dada a essa nova fase da vida de Badaró:

O entusiasmo ardente dessa mocidade que ali afluía a uma escola nascente trazendo por assim dizer a flor e o sumo das doutrinas liberais de todas as partes do império, comunicou-se ao seu espírito e abalou seu coração, que sempre ardera pelo amor da liberdade, debaixo de cujos auspícios nascera. Suas virtudes e sua instrução o tinham disposto a prestar-se naturalmente para tudo o que fosse beneficiar a espécie humana; e a esperança de lhe ser útil com seus conhecimentos, unida aos convites de uma grande multiplicidade de vozes que se erguiam de toda a parte contra os inimigos do sistema político estabelecido e jurado, o determinaram a desposar a causa deste mesmo sistema e a levantar como escritor público a espada sobre as indignidades e maquinações dos perversos, fazendo-se para os povos interprete da razão e da lei e o órgão geral dos sentimentos da gente livre e cordata!¹⁶²²

Rapidamente Líbero Badaró passa a ter ascendência sobre os jovens intelectuais paulistanos, e começa o seu “apostolado de democracia e liberdade”, que de imediato é, narra

¹⁶²⁰ Ibidem, p. 319.

¹⁶²¹ Ibidem, p. 321.

¹⁶²² Ibidem, p. 323.

o autor, malvisto pelo poder público do Estado. Vê-se que a narrativa de Argemildo da Silveira tem como base a ideia de formação. É ela a orientadora a vida de Badaró do nascimento à vida adulta, em que se verifica o ápice na tomada de consciência da sua causa “proto-republicana”. É essa mesma narrativa da formação que leva o autor a ser considerado um mártir, porquanto as causas da democracia e da liberdade aparecem como pontos de origem e de destino no enredo construído, o qual, nessa peça historiográfica em questão, é de total conhecimento de Badaró.¹⁶²³ Assim sendo, a antecipação do futuro de forma consciente é o esteio do significado do seu martírio pela causa da liberdade.

É nesse cenário que Líbero Badaró torna-se redator do jornal *O observador constitucional*, em 1828. O clima político do Brasil é de incertezas e de contestações ao governo imperial, sendo que o parlamento é visto como um lugar em que não há disponível um projeto único de país. Essa efervescência política chega à sociedade através dos jornais da época, que se comportam em disputa política à semelhança do âmbito partidário. Nesse momento há, entre os liberais da época, a cristalização, na leitura de Argemildo da Silveira, da imagem de Dom Pedro I como um monarca autoritário. *O Observatório constitucional* prega ideias consideradas democráticas, liberais e federalistas, quer dizer, assume uma posição diametral à ordem estabelecida. Assim a historiografia compreende as ações de Badaró nesse jornal e nessa conjuntura política:

(...) figurava o Dr. Badaró como redator do *Observatório Constitucional*. Estrangeiro era ele, mas seu espírito cosmopolita votado à defesa da liberdade desde os seus verdes anos, adotou a causa do Brasil como sua, e este Império então nascente contou desde logo entre as vítimas sacrificadas à sua grandeza futura, que escreveu com tanto tino, tanta dedicação e tanto amor pela causa pública.¹⁶²⁴

Por sua atuação política, que abrange desde temas regionais à nacionais, Líbero Badaró é assassinado a sangue frio na noite de 20 novembro de 1830. O narrador cria um clima de tensão ao sugerir quem são os suspeitos do crime e quem é o mandante. A suspeita é que as autoridades locais tenham encomendado o crime. São indiciados, então, o ouvidor Japiassú como mandante e uma “dupla de alemães” como executores do crime. Porém, logo mais são

¹⁶²³ Podemos aproximar, então, a narrativa biográfica de Argemildo da Silveira aos chamados romances de formação. Tal estrutura narrativa “poderá ser chamada de *Bildungsroman*, sobretudo, devido a seu conteúdo, porque ela representa a formação do protagonista em seu início e trajetória em direção a um grau determinado de perfectibilidade (...)”. Na biografia de Badaró e nos romances de formação é mostrado “(...) os homens e o ambiente agindo sobre o protagonista, esclarecendo a representação de sua gradativa formação interior”. Apud MASS, Wilma Patrícia Marzari Dinardo. Romance de formação (*bildungsroman*) no Brasil. Modos de apropriação. *Caminhos do Romance*, 2005, p. 1.

¹⁶²⁴ SILVEIRA, op. cit., 332.

soltos por falta de provas. Também se cogita que Pedro I tenha sido o verdadeiro mandante do crime, pois expôs publicamente o seu desconforto com relação aos artigos de Badaró. “Ser A ou B o autor nada influi sobre principal, que é o seguinte: *Líbero Badaró foi vítima de seu amor ao bem público, foi um mártir da liberdade*”.¹⁶²⁵

Líbero Badaró agoniza por um dia e as suas últimas palavras fecham o ciclo do seu martírio: *morre um liberal, mas não morre a liberdade!*

O Dr. João Batista Badaró não era somente um entusiasta pelas ideias livres que começam, então, a conquistar a América; ele é, além disso, um homem bom, ilustrado, cheio de virtudes, e, sobretudo, levita do templo da caridade; assim, compreendia como poucos os sagrados deveres de médico”.¹⁶²⁶

Foi dessa forma que Badaró tornou-se um sujeito digno de fazer parte do passado republicano. Ele era um exemplo aos cidadãos republicanos no presente e no futuro. O seu martírio foi abraçado pela causa republicana, oferecendo justiça para a sua memória.

Aristides Milton e a “história oficial” da campanha de Canudos. Uma história dos vencedores?

Sem sombra de dúvidas *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, foi o livro que imortalizou em nossa tradição cultural e intelectual o movimento liderado por Antônio Conselheiro no agreste baiano no final do século XIX. Talvez essa permanência discursiva de *Os Sertões* junto à memória cultural brasileira se dê, para além de todo o talento estilístico e de estruturação narrativa da obra, pelo fato de Euclides ter verificado ali as mazelas advindas do confronto entre as tropas militares e os habitantes de Canudos, ressaltando que os ditos civilizados agentes públicos implantaram um verdadeiro estado de barbárie ante aquela população sertaneja, a qual, como argumentou o engenheiro-jornalista, passava por todos os tipos de provações sociais - “documento raro de atavismo”, segundo as suas palavras. Não por acaso que *Os Sertões* ostenta a insígnia de ser um livro “vingador”.

No entanto, e percebendo a repercussão imediata do livro de Euclides entre os letrados e as letradas do começo do século XX, naquele presente da ainda nascente República encontramos uma “história oficial” da Campanha de Canudos, que se articulava de maneira diametral à obra euclidiana, sustentando a legitimidade do cerco aos sertanejos e evocando que essa operação se fez necessária para a instauração e perpetuação da ordem político-social

¹⁶²⁵ Idem, p. 359.

¹⁶²⁶ Ibidem, p. 352.

republicana. Essa obra foi encomendada e publicada pelo IHGB e o seu autor é o sócio Aristides Milton, um republicano histórico.

O texto de Milton, saído na Revista do IHGB em 1900 com o título *A campanha de Canudos*, já em seu parágrafo inicial evidencia que de algum modo o movimento messiânico liderado por Antônio Conselheiro é um perigo à ordem republicana há pouco consolidada, bem como os seus desdobramentos uma repercussão negativa diante da população em geral, a qual pode tomar consciência da falta de legitimidade do governo e da ineficácia político-social das suas instituições.¹⁶²⁷ Para Aristides Milton:

Quando o país, depois de ver jugada a revolta de 6 de setembro, se reputava livre do pesadelo, que por longos meses o oprimira, e, restabelecidas afinal a tranquilidade e a ordem – que a República estava definitivamente consolidada, graves e originais acontecimentos, ocorridos no Estado da Bahia, vieram sobressaltar o espírito público, abrindo na história do Brasil um novo sulco de lágrimas e sangue.¹⁶²⁸

Deliberadamente Aristides Milton atrela o movimento de Canudos ao separatismo, estando a unidade nacional, portanto, ameaçada. Interessante que Milton filia os acontecimentos de Canudos aos movimentos que no passado colocam sub judice a unidade metropolitana, ou a imperial brasileira. Essa força “revolucionária” dos movimentos separatistas do passado, que o próprio Milton em outra oportunidade identifica como precursores do federalismo, difere do ocorrido em Canudos pelo simples fato que é, agora, a causa republicana que está em questão. De todo modo, o que retemos é que o agremiado do IHGB vislumbra certa força revolucionária em Canudos, ou seja, um movimento que se bem-sucedido é capaz de transformar toda a ordem implantada:

A mesma tendência revolucionária que, desde 1822 até 1848, trouxera pendente da sorte das armas o futuro do império, e, predominado ora aqui, ora acolá, celebrava esse quarto de século por uma agitação constante, e lutas fratricidas de pungitiva lembrança, havia ressurgido na plenitude de sua funesta energia para perturbar o regime, que em 1889 tinha sido inaugurado.¹⁶²⁹

¹⁶²⁷ Reapropriado por setores políticos desfavoráveis à República civil, como os jacobinos e os monarquistas, e tornado um ingrediente que dirige a opinião pública, “o discurso que transformara Canudos num foco revolucionário e perigosamente subversivo incendiou a arena política, tornando o extermínio do arraial conselheirista o único meio capaz de provar o compromisso do governo eleito com os princípios republicanos. Os ataques dos jacobinos eram diretos e passaram a exigir uma imediata tomada de posição do governo”. HERMANN, Jacqueline. *Canudos destruído em nome da República. Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. Tempo*, vol. 2, n. 3, 1996, p. 14. Disponível em: <https://cutt.ly/NcLZOua> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁶²⁸ MILTON, Aristides. *A Campanha de Canudos. RIHGB*, tomo LXIII, parte II, 1900, p. 5.

¹⁶²⁹ MILTON, A Campanha... op. cit., p. 5.

Milton destaca que há entre os protagonistas do movimento dois tipos específicos de cidadãos. Primeiro há aquele que, para além das convicções políticas, são estimulados pelo desejo de servir à pátria e respeitam as instituições republicanas. Porém, há um segundo tipo de cidadão ali existente totalmente contrário ao republicanismo. Faz-se necessário controlar esses sujeitos, porquanto Canudos corre o risco de tornar-se, e isso é muito difundido pela imprensa da época, um Estado dentro de outro Estado.

Mesmo que a Campanha de Canudos não revelasse um posicionamento político unitário por parte dos seus adeptos, ela ainda sim assinalava uma ruptura com a estabilidade do regime. Além disso, a existência de um movimento como esse servia de pretexto para a oposição, sobretudo, para aqueles que almejavam uma restauração monárquica, a deslegitimação do governo, bem como das instituições republicanas. De acordo com Aristides Milton:

Em todo caso, forçoso é confessar – que a campanha de Canudos, a despeito de não revelar feição partidária bem caracterizada, assinala um período de grandes surpresas e reais temores para a república. E – o que mais é – tendo sido explorada por uma politicagem perversa, serviu muitas vezes de pretexto para agressões injustas ao governo, e afrontas insensatas ao povo baiano.¹⁶³⁰

O Conselheiro é, no texto de Milton, figurado e reconhecido como um “homem alucinado” pela própria doutrina. Esse sujeito é marginalizado totalmente pelo discurso oficial de Aristides Milton, que sempre o aborda pelo crivo da des-razão¹⁶³¹. Enquanto isso os habitantes de Canudos, à mercê das mazelas sociais que lhes abatem, são vistos sob a pecha de “fanáticos”. No fundo todos estão em uma loucura coletiva e o seu discurso não possui legitimidade diante da civilizada República. No discurso oficial de *A Campanha de Canudos* a cisão entre litoral e interior, entre barbárie e civilização, que tanto imortaliza a interpretação de Euclides da Cunha, é expandida no seu limite máximo.

É certo que Antônio Conselheiro ataca em suas pregações e discursos a República, mas como sinaliza Aristides Milton é menos para uma propaganda restauracionista da monarquia e mais em razão da vontade de ver restabelecidas certas instituições do regime deposto, como, por exemplo, o casamento religioso, que a constituição não mais valida como oficial, “incorrendo por isto no desagrado dos tradicionalistas impenitentes”. Em resumo: “O *Conselheiro* hostilizava a república – por ter está decretado a separação do Estado e da Igreja,

¹⁶³⁰ Idem, p 6.

¹⁶³¹ Essa interpretação sobre o Conselheiro torna-se mais conhecida a partir da análise de Nina Rodrigues. Para conferir o ensejo ver “A loucura epidêmica de Canudos. Antonio Conselheiro e os jagunços”, presente em RODRIGUES, Nina. *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro, 1939.

medida repelida por quantos não aprofundam jamais os ensinamentos de Cristo, ou não tem forte e enraizada a sua fé”.¹⁶³²

Vê-se claramente que o fio condutor da narrativa de Aristides Milton estava ao lado da República como ilustradora, ou civilizadora, da sociedade, nem que para isso ela marginalizasse, ou exterminasse, setores da sociedade que não se adequavam a sua ordem política-social-cultural, como era o caso de Canudos. Milton sugestiona os sertanejos como inimigos da República, e narra uma história épica e heroica da vitória dos militares sobre aqueles sujeitos, que para além de “fanáticos” são considerados “bandidos”. É uma história confessadamente dos vencedores, como se pode apreender neste excerto: “Ele [o Conselheiro] insurgia contra a república, porque esta ousara enfrentá-lo em Maceté, dando assim o sinal que não reconhecia aquele Estado no Estado, constituído à sombra de uma tolerância imperdoável, em menoscabo das autoridades e da lei”.¹⁶³³

Os poderes republicanos não podem aceitar o “Bom Jesus” do agreste, tampouco a sociedade brasileira pode permitir tamanha insanidade, totalmente fora dos padrões de civilização que circulavam na *Belle Époque* brasileira, especialmente em suas grandes cidades. A descrição das migrações de sertanejos em direção à Canudos sinaliza para um olhar que estereotipa o Outro, caracterizando-o, pela falta de senso de alteridade, a partir de uma lógica identitária que se quer negar e colocar à margem. Vejamos um trecho do artigo de Milton: “(...) das cercanias desse lugar, como de pontos mais afastados, até onde chega a fama do *santo*, vinham troços de homens e mulheres, velhos e crianças, doentes e sãos, com o fim de ouvir e consultar ao *Bom-Jesus*, nome por que era tratado o *Conselheiro*, o qual não passava de um louco, de um sonhador das coisas do céu”.¹⁶³⁴

Além disso, o olhar cientificista da época, carregado de preconceitos em razão dos seus determinismos, também se fez presente no estudo de Aristides Milton. O movimento e o seu líder são considerados frutos do meio, bem como das formas de pensar nordestinas; o que implica, evidentemente, uma classificação taxonômica dessa região e dessa população, sempre vistos a partir do olhar civilizador, racional e republicano, marcas incontestes do progresso nacional. Como assinala o sócio do IHGB: “Alguma coisa, mais do que loucura de um homem, era necessária para este resultado, e essa alguma coisa é a psicologia da época e do meio, em

¹⁶³² MILTON, A Campanha... op. cit., p. 6.

¹⁶³³ Idem, p. 6.

¹⁶³⁴ Ibidem, p. 8.

que a loucura de *Antônio Conselheiro* achou combustível para atear o incêndio de uma epidemia vesânica”.¹⁶³⁵

Esse discurso de exclusão e de interdição daquilo que se considera fora da razão, ou seja, o louco, não era apenas registrado pela narrativa de Milton, mas pelas próprias fontes que utilizou, as quais mais do que informar o sujeito cognoscente historiador eram legitimadoras da história que se queria escrever. Entre elas encontramos estudos considerados científicos, que de antemão, por meio das suas leis deterministas, classificavam, rotulavam e excluía quem estava fora dos padrões estabelecidos como civilizatórios, como era o caso dos habitantes de Canudos, fadados a toda sorte de atavismo em decorrência do meio em que viviam.¹⁶³⁶ Verificamos isso a partir da utilização de um atestado de sanidade mental do Conselheiro realizado por um médico da época:

Antônio Conselheiro é seguramente um simples louco. Mas, essa loucura é daquelas, em que a fatalidade da moléstia registra com precisão instrumental o reflexo, senão de uma época, pelo menos do meio em que elas se geraram. E acrescenta: a cristalização do delírio de *Antônio Conselheiro*, ao terceiro período de psicose progressiva, reflete as condições sociológicas do meio em que organizou.¹⁶³⁷

Os sertanejos que migram para Canudos são narrados como descumpridores da lei e da ordem, mesmo antes de surgir o movimento propriamente dito. A República paira onipresente na narrativa de Aristides Milton. Os habitantes do sertão baiano são considerados bandidos, foras da lei e desordeiros antes, durante e depois do conflito armado. A governantabilidade republicana disciplina o espaço público e as formas de conduta, além de criar inimigos comuns que atentam contra a ordem e o discurso dominantes.¹⁶³⁸ Assim Milton descreve o arraial:

Foi desse modo que se formou aquela nova Vendéia, comparável à da França pelos acidentes topográfico, que ambas ofereciam, natureza especial do solo, devotamento cego a uma superstição e a um erro, pretexto religioso também como justificativa de uma conduta antipatriótica, insensata e criminosa.¹⁶³⁹

¹⁶³⁵ Ibidem, p. 8.

¹⁶³⁶ A busca de explicações “científicas” agenda elaborações discursivas que deixam Canudos “sitiado pela razão”. Cf. HERMANN, Jacqueline. Canudos sitiado pela razão: o discurso intelectual sobre a ‘loucura’ sertaneja. *Questões e Debates*, vol. 13, n. 24, 1996. Disponível em: <https://cutt.ly/IcLZ24E> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁶³⁷ MILTON, A Campanha... op. cit., p. 11.

¹⁶³⁸ Vanessa Sattamini Varão Monteiro expõe que o arraial de Canudos se torna “um território que não estava submetido a lógica instituída pela República. Por isso mesmo, uma ameaça. A comunidade é identificada pelos homens da República como local de desordem, de atavismo, um atraso que era preciso combater”. MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. Canudos: guerras de memória. *Mosaico*, vol. 1, n. 1, 2009, p. 84. Disponível em: <https://cutt.ly/1cL4Uly> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁶³⁹ MILTON, A Campanha... op. cit., p. 10. Roberto Ventura faz uma aproximação entre o caso francês da sublevação da Vendéia, em 1893, ainda nos horizontes da Revolução Francesa, e o imaginário republicano brasileiro: “A metáfora da Vendéia incorpora Canudos a uma história, a da Revolução Francesa, vivida ao nível imaginário pelos republicanos brasileiros, expurgando dúvidas e incertezas coletivas quanto ao futuro nacional”.

Nem mesmo a fé professada pelos habitantes de Canudos, de matriz cristã, é aceita pela República e por suas instituições. Primeiro de tudo, em razão desses sujeitos seguirem um “alucinado” que se considera o próprio Jesus de Nazaré. Algo inaceitável, como se pode perceber, para a Igreja católica da época. Em segundo lugar Antônio Conselheiro é acusado pela Igreja de usar o nome de Deus para “fanatizar” centenas de pessoas. Ademais, e isso é uma nova ordem política da Igreja na República, o Conselheiro e seus seguidores não respeitam a autoridade republicana. Por fim, o discurso católico da passagem para o século XX, cientificizado desde as reformas de Leão XIII, desautoriza as pregações do Conselheiro por não se pautarem por uma racionalidade litúrgica, sendo mera obra de credice, de fanatismo e de distorção dos princípios verdadeiramente cristãos.

Em vista disso, mais uma vez as fontes utilizadas por Aristides Milton confirmavam o seu preconceito racionalizador diante de um episódio que estava fora tanto da ordem política quanto dos princípios que organizavam a sociedade brasileira, majoritariamente católica. A fonte utilizada foi um ofício do chefe de polícia da Bahia remetido ao governador, ainda no ano de 1876, ou seja, em plena Monarquia Antônio Conselheiro já agia:

É de meu dever levar ao conhecimento de v.s. que, no arraial de Bom Jesus, existe uma seita de fanáticos e malvados que põe em perigo a tranquilidade pública. Há 12 anos, pouco mais ou menos, com pequenas interrupções fez sua residência neste termo Antonio Vicente Mendes Maciel, vulgo *Antônio Conselheiro*, que, por suas prédicas, tem abusado da credulidade dos ignorantes, arrastando-os ao fanatismo.¹⁶⁴⁰

Aristides Milton narra que o fanatismo se prolifera como uma espécie de “contágio”. Isso a partir da sua análise de “psicologia das multidões”, em que se assinala que os seres agem por imitação. Os sertanejos, em busca de um lugar estável para estabelecer as suas moradas, algo que só ocorre na década de 1890, entregam-se, na narrativa de Milton, aos crimes, perturbam a ordem pública, impelem à mão armada a cobrança de impostos, invadem e saqueiam as povoações. Ou seja, o que se inicia como um movimento religioso toma forma de “quadrilha” e coloca, naqueles sertões baianos, em suspeita o poder republicano em atuação por todo o território nacional. Para Milton, o Conselheiro é o líder de um Estado autônomo:

Realmente, não tardou muito – que os sectários do suposto profeta, abandonando a primitiva posição de simples adoradores do *Bom-Jesus*, como ao *Conselheiro* denominavam, se convertessem todos numa de legião de

VENTURA, Roberto. A nossa Vendéia: Canudos, o mito da Revolução Francesa e a formação de identidade cultural no Brasil (1897-1902). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 31, 1990, p. 131.

¹⁶⁴⁰ MILTON, A Campanha... op. cit., p. 15.

jagunços, que foram praticando por aqueles arredores vários atos infringentes da lei”.¹⁶⁴¹

Como forma de fazer os seus leitores verem a movimentação político-religiosa e os seus descaminhos do arraial de Canudos, Milton mais uma vez se valeu de uma fonte que apenas confirmava o seu ponto de vista. Uma fonte, como as outras, de natureza oficial. A testemunha ocular acionada por Milton foi o capuchinho João Evangelista de Monte Marciano, que permaneceu entre os sertanejos por algum tempo, podendo, então, emitir um relatório às autoridades locais e centrais sobre o cotidiano do Arraial. O relato do capuchinho só corroborava a narrativa do sócio do Instituto Histórico:

(...) confiou-me a árdua missão de ir ao povoado de Canudos, freguesia de Cumbe, onde se estabeleceu o indivíduo conhecido vulgarmente por *Antônio Conselheiro*, afim de procurar pela pregação da verdade evangélica, e apelando para os sentimentos da fé católica, que esse indivíduo diz professar, chamá-lo e aos seus infelizes companheiros aos deveres católicos e de cidadão, que de todo esqueceram, e violam habitualmente com as práticas mais extravagantes e condenáveis, ofendendo a religião e perturbando a ordem pública.¹⁶⁴²

A história oficial da Campanha de Canudos escrita por Milton nos revela, pois, o enfrentamento entre República *versus* desordem e entre razão *versus* loucura ou fanatismo. Obviamente que a República e a razão se impuseram diante daquela “seita político-religiosa”, capaz de hostilizar o governo constituído e manipular a fé dos crentes. A derrubada de Canudos foi o signo máximo do poder republicano em suas ambições de ordenamento social, repressão ideológica e de legitimação política. Uma perfeita história dos vencedores, porém longe de ser a versão que prevaleceria a longo prazo.¹⁶⁴³

Desilusão republicana

João Riberio revela, em seu discurso do ano de 1915, uma dimensão da experiência da história, sobretudo, em seu âmbito político, que faz parte dos horizontes histórico-sociais da República federativa passadas cerca de duas décadas desde a proclamação até a desilusão com o regime. Ribeiro chama essa característica da experiência nacional de “cunctatora”. Essa disposição do “caráter nacional” evidencia uma sociedade em que todas as suas experiências

¹⁶⁴¹ Idem, p. 18.

¹⁶⁴² Ibidem, p. 19.

¹⁶⁴³ De acordo com Reinhart Koselleck em curto prazo a história é feita pelos vencedores, porém em longo prazo ninguém a domina. A narrativa histórica dos vencedores “é elaborada para curto prazo, concentrando-se naquelas sequências de eventos que, graças à sua ação, lhes propiciariam a vitória”. KOSELLECK, Mudança de experiência... op. cit., p. 63.

políticas e sociais estão dessincronizadas com o tempo presente, o que torna caduco todo ganho de experiência. Esse fato é, assim, de natureza ancestral em nossa formação identitária: “Ele é assim, ao mesmo tempo, um fato de pré-história antes de ser da sua própria História”.¹⁶⁴⁴

O elemento “cunctator” traz consigo impactos na ordem do tempo, pois instaura “anacronismos” entre o tempo social, o tempo histórico e o tempo político. Exemplo: “Sempre conservadores, sempre lentos, tardos e precavidos, construímos com elementos medievais os fundamentos de uma nacionalidade, que desabrochou no renascimento”¹⁶⁴⁵. Essa lentidão dos processos caracteriza, para João Ribeiro, a própria imobilidade da vida nacional. O autor de *História do Brasil – curso superior* argumenta, em mais um exemplo, que a escravidão é outra experiência dessa ordem: longa e interminável. A ideia abolicionista vencera em todo mundo civilizado. Doravante, no Brasil há resistência, sendo o derradeiro povo a resolver o problema. Esse mesmo caso ocorre com a ideia de República. Ela está constantemente às portas desde o século XVIII, sem descanso e quase sem interrupção. “Resistimos ainda, e como sempre, fomos os últimos a adotar essa expressão da política”.¹⁶⁴⁶ Há no elemento “cunctator” um largo “conservantismo”. Os movimentos sociais no Brasil são vagarosos, tardios; “o gigante sul-americano demora os passos, deixando ao tempo amadurecer as resoluções graves, que podem decidir do seu futuro”.¹⁶⁴⁷ O passado supera a dimensão de transformação do tempo, tornando-a inatural antes mesmo da sua emergência. A repetição, nesse sentido, suplanta a novidade. A continuidade do passado impede a emergência de novos registros sociais.

A disposição de país “cunctator” ganhou uma forma acabada nos anos 1910, momento esse que houve uma crise da consciência histórica devido ao descompasso entre tempo social, tempo político e tempo histórico.¹⁶⁴⁸ A República, que até pouco tempo era considerada um fruto próprio da evolução histórica, passava a ser considerada uma decepção. Isso justamente pelo elemento “cunctator” do país, pois ela passou a ser concebida como anacrônica diante da experiência social brasileira. Não existia novidade, mas repetição.

¹⁶⁴⁴ RIBEIRO, Discurso... op. cit., p. 618.

¹⁶⁴⁵ Idem, p. 619.

¹⁶⁴⁶ Ibidem, p. 619.

¹⁶⁴⁷ Ibidem, p. 623.

¹⁶⁴⁸ Fernando Nicolazzi argumenta que essa “desordem do tempo” é fundamentada em uma sensação, presente entre homens e mulheres de letras da Primeira República, de descompasso “entre a sociedade e a história, entre o lento e descontínuo desenvolvimento social e o processo acelerado do tempo”, bem como na percepção dos lapsos e diferenças de tempo que separam a civilização (ocidental) e a cultura (brasileira). NICOLAZZI, Fernando. Orden del tiempo y escritura de la historia: consideraciones sobre el ensayo histórico en el Brasil, 1870-1940. *Prismas - Revista de Historia Intelectual*, n. 19, 2015, p. 51. Disponível em: <https://cutt.ly/WcZqtZi> Acesso: 08 abr. 2021.

Em 1906, Silvio Romero publicou na RIHGB um ensaio que colocava essa situação nos devidos termos. Em *O Brasil Social* Romero, autor da aclamada *História da literatura*, constrói um quadro sobre a crise na ordem do tempo que afeta o país:

O câmbio, a hiperprodução do café, as especulações dos bancos estrangeiros, a queda da monarquia, o militarismo, o regime presidencial, os despotismos oligárquicos dos Estados, os gastos supérfluos dos governos, os roubos nas repartições públicas, a pluralidade de magistraturas, os impostos interestaduais, a falsidade das eleições, os defeituosos programas e métodos do ensino público, a falta de confiança no novo regime, a revolta da armada, a do Rio Grande, a de Canudos... todas estas coisas e outras muitas têm sido invocadas como causa de nossos males.¹⁶⁴⁹

Romero como intérprete do Brasil busca os nossos males de origem, em que se pode apreender as raízes do “cunctatorismo” e da desilusão com as formas públicas de governo. Segundo o crítico, essa sensação de desilusão política não é nova em nossa experiência histórica. Desde o final do século XVII a experienciamos em cascatas sucessivas. Assim, vem a tão aguardada independência, e a desilusão já se inicia no momento seguinte: “Os agitadores de profissão sonhavam com farta mesa à custa do orçamento. Grupos inteiros, verdadeiros clãs políticos se preparavam para viver à sopa dos orçamentos municipais, provinciais ou gerais”.¹⁶⁵⁰ Chegamos na Regência, e novamente a desilusão generalizada, haja vista que se verifica em todo o país um total de “trinta e quatro” revoltas. “O atropelo causado pelas facções, o parco prestígio dos chefes do bando mais em evidência, o desengano de todos na própria força - levaram-nos a pedir um rei, um monarca, um ditador na pessoa dum menino de 14 anos”!¹⁶⁵¹ O novo reinado não é feliz em nenhuma das suas fases e a desilusão fora da Corte é flagrante:

Reformas sobre reformas de vários abusos e achaques políticos foram tentadas e levadas a efeito em quase todas as ordens dos serviços públicos, ensino, eleições, magistratura, regime judiciário. O resultado negativo de todas elas, cópias servis de instituições estrangeiras metidas no reativo dissolvente do caráter brasileiro, não se fazia muito esperar e cada vez mais se avolumara a descrença nacional”.¹⁶⁵²

Esse processo de desilusões sucessivas que Romero historiciza é advindo da diferença entre o tempo político e o tempo social. As instituições monárquicas não estão de acordo com a experiência social brasileira e seu caráter mais íntimo. Isso leva ao sentimento de frustração, na medida que essas instituições não atendem aos anseios sociais e do povo brasileiro, verdadeiro

¹⁶⁴⁹ ROMERO, Silvio. *O Brasil social*. RIHGB, tomo LXIX, parte II, 1906, p. 106.

¹⁶⁵⁰ ROMERO, O Brasil... op. cit., p. 109.

¹⁶⁵¹ Idem, p. 110.

¹⁶⁵² Ibidem, p. 111.

protagonista da história. As medidas administrativas e públicas ficam apenas no plano das leis protocolares e constitucionais - surgindo a linguagem do *Brasil legal* e do *Brasil real* -, não havendo pregnância junto à experiência social.

Esse mesmo sentimento de desordem do tempo, de incongruência entre tempo político e social, chega à República. Ela não é, em Silvio Romero, uma demanda popular. E isso pode ser visualizado na percepção da população sobre o *15 de novembro*: bestializados!¹⁶⁵³ Aponta o intelectual sergipano que

(...) a nação tinha adormecido monárquica e na bela manhã de 15 de novembro de 1889 acordou republicana! Era muito rápido para ser sério, era único em todo o mundo para não inspirar desconfianças ao observador imparcial dos fatos sociais. A *bestialização*, na frase gráfica do mais sincero dos republicanos do dia, porque tinha a sinceridade da loucura, a *bestialização foi geral*. Ninguém se moveu, ninguém lutou, alguém se bateu por uma instituição que a irmã gêmea da nossa independência, que tinha tantos anos de vida quanto temos nós de povo livre! Setenta anos de regime autônomo em quatrocentos quase de tutela, desde os primeiros passos que demos nos caminhos do destino que conduz os povos.... deslizaram-se como névoa rápida nas manhãs estivais, ou a leve poeira cedo apagada de sob os pés de viandante ignorado do sertão.¹⁶⁵⁴

O texto de Romero é importante pelo fato de ser um construtor de discursividade. Essa sensação de desilusão e de que havia um descompasso entre tempo político e tempo social foi o grande mote argumentativo da “linguagem autoritária”, cujos nomes mais representativos foram Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, atuante nos anos 20 e 30. Esse descompasso de tempos leva Silvio Romero a voltar-se contra o federalismo republicano, responsável por produzir “uma multidão quase amorfa, sem um caráter firme, intransigente, definido, dos que não torcem à mercê dos caprichos dos especuladores, uma espécie daquele *povo rebanho sem aprisco e sem pastor*, de que falava o poeta, fácil de ser guiado e iludido pelos grupos de policiais que o devoram”.¹⁶⁵⁵

A República é, para Romero, a última desilusão do povo brasileiro. A sua Constituição “espúria”, uma cópia do modelo norte-americano; a loucura financeira em razão do encilhamento; a revolta da Armada e a guerra de Canudos, em que se vê um Estado em posição de “ferocidade”; seu câmbios baixos, reveladores da depreciação da moeda; sua “bancarrota” que leva ao *funding-loan*; seus pesados impostos; o despotismo das oligarquias regionais, efeito colateral do federalismo; a desorganização de toda malha administrativa; a corrupção pública;

¹⁶⁵³ Sobre a ausência do poder popular na Proclamação da República ver CARVALHO, *Os bestializados...* op. cit., 1987.

¹⁶⁵⁴ ROMERO, O Brasil... op. cit., p. 112-113.

¹⁶⁵⁵ Idem, p. 113.

“todas estas chagas visíveis a olhos nus, que andam a afetar o corpo da República, levantaram um tão formidável coro de imprecações, como se não tinha ainda ouvindo outro igual em toda a existência da nação”.¹⁶⁵⁶

Em vista disso, a retórica cientificista de Romero o leva a propor um estudo sério sobre as disposições antropológicas de brasileiros e de brasileiras desde as suas origens étnicas mais ancestrais. Busca-se os “males de origem”. Romero quer saber qual o modelo político combina mais com o caráter “antropossociológico” da população nacional. Naquele contexto o que se tenta são meros paliativos para um problema que é congênito, quais sejam, a restauração monárquica ou revisão constitucional. O autor da *História da literatura brasileira* recomenda o poder de cariz autoritário, sendo a monarquia mais eficiente que a República nesse sentido. Parece à Romero que os brasileiros e as brasileiras não estão talhados para a democracia. Porém, uma restauração monárquica, de acordo com Romero, é combustível para mais perturbações. O que permanece? A própria República. Mas a sua existência só é possível, e isso tem a ver com a conciliação entre tempo social e tempo histórico, caso haja uma reforma que acabe com o federalismo e institua um poder centralizado. É esse o destino trágico da República?

Sílvio Romero assegura que a República federativa revela ao povo brasileiro o que ele é em sua essência ou caráter, quer dizer, um povo que necessita de um guia autoritário, pode ser até messiânico ou carismático, para tornar as instituições públicas democráticas. O regime federativo só agrava o descompasso entre tempo político e tempo social, pois o(a) brasileiro(a), em sua disposição antropológica, possui a tendência de formar grupos que se apoderam totalmente dos poderes locais. O federalismo é o grande culpado pela manutenção e pela ampliação das forças oligárquicas no Brasil. O ser nacional não está no mesmo compasso do tempo político, ou seja, da República federativa. A solução é a dissolução do federalismo e a criação de um poder centralizado e forte, apto a dissipar as desigualdades de poder regionais e tornar o país mais democrático.

É o destino da nação, e aqui Romero vale-se do seu particular evolucionismo: até a independência o Brasil é tutelado pela metrópole, “onde governos podem influir na estrutura das massas sociais sobre que lhes cumpre velar”. Na Monarquia igual tutela é realizada pelo poder moderador atribuído ao Imperador. Enquanto isso a República perde o poder centralizado e apto a tomar as direções necessárias para o melhor ordenamento social possível. Tanto o evolucionismo de Spencer quanto as pesquisas da Escola de Play assinalam que o povo brasileiro não está pronto para ser guiado através de suas próprias escolhas e decisões. De

¹⁶⁵⁶ Ibidem, p. 114.

acordo com o crítico nordestino: “A República manifestou o Brasil tal como é: e por isso é governo que lhe convém, com a condição de ser vasado em moldes conservadores, num unitarismo contido por um forte governo central”.¹⁶⁵⁷

A rápida desilusão com a República cria, segundo Nicolau José Debbané, uma crise da consciência histórica,¹⁶⁵⁸ ou sobre a percepção do devir histórico. Isso porque a ordem republicana de sentido é quebrada. Percebe-se naquele momento, como vimos, que o modelo republicano federativo é o mais evoluído e progressista já instaurado no Brasil. Doravante, a facticidade dos eventos corridos na Primeira República evidencia o contrário, isto é, a República como eterna promessa que não se realiza. Essa crise atinge, inclusive, os corpos dos cidadãos da República, em que se vê desânimo, individualismo e egoísmo. O tempo histórico está, portanto, totalmente em desacordo com o tempo político e o tempo social. A consequência desse Estado de coisas não é, para Nicolau José Debbané, outra senão a sensação de *torpor*:

Paramos desanimados. Alguns abandonaram a luta; outros, recuperando energia depois de ter descansado, continuaram a trabalhar, mas por si, só, e por sua parte, sem fazer caso dos outros. Não havendo direção única, não havendo ideal comum, não havendo mais concentração dos esforços, não havendo mais diretriz geral, esses esforços esporádicos não prestaram para nada, porque, se a união faz a força, a disseminação não pode produzir senão fraqueza. A falta de solidariedade produziu individualismo, o qual por sua vez gerou o egoísmo feroz.¹⁶⁵⁹

Essa crise na ordem do tempo seria curada pelo estudo e o pelo entendimento do passado. Paralelamente à construção simbólica e narrativa que a República movimentava, que implicava usos políticos do passado para legitimar o Estado presente das coisas, emergia uma nova perspectiva de sentido, que também recorria à história, para combater o regime republicano federalista. Como? Criando uma narrativa de sentido que buscava nas origens do Brasil o caráter antidemocrático da sua população e os êxitos de um poder centralizado e unitário. Estava, aí, aberta a possibilidade da emergência de toda a sorte de discurso autoritário. A República conviveu com esses dois polos de sentido. Até quando?

¹⁶⁵⁷ Ibidem, p. 116.

¹⁶⁵⁸ Para Jörn Rüsen a consciência histórica é “(...) a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”. RÜSEN, *Razão histórica...* op. cit., p. 57.

¹⁶⁵⁹ DEBBANÉ, Discurso... op. cit., p. 655.

Considerações finais

Embora o IHGB seja um palco importante para a prática historiográfica no Brasil na Primeira República, estudado por diversos especialistas em história da história em várias perspectivas, esta *tese de doutoramento* pretende colocar em evidência concepções de história de sócios, que se pensavam historiadores, mas que ficaram desconhecidos, vencidos ou silenciados pela memória disciplinar da história da historiografia brasileira - anônimos ante as inúmeras tradições analíticas que comportam o seu campo.

O intuito de nosso trabalho é o de, em um primeiro movimento interpretativo, lançar luz sobre os sócios do IHGB na Primeira República que não são considerados “clássicos” da historiografia nacional. Após esse primeiro movimento, reintroduzimos as suas contribuições intelectuais na teia de controvérsias e de desafios historiográficos que mantém a matriz disciplinar em funcionamento epistemológico. Desse modo, dotamos de historicidade os seus discursos sobre a história até agora esquecidos e reabilitamos historiadores pouco, ou nada, lembrados. Alguns dos sócios abordados nesta pesquisa, e as suas respectivas contribuições intelectuais, jamais receberam um estudo de natureza historiográfica por parte da comunidade de leitores de história da historiografia brasileira. Não que o nosso trabalho faça uma análise minuciosa sobre cada caso em específico, mas indica futuras pesquisas monográficas que devem levar em consideração a produção historiográfica desses sujeitos, posto que são fundamentais para a compreensão da escrita da história no período. Após essa abordagem, atualizamos o discurso da história do alvorecer republicano através da polifonia de vozes até então emudecidas por meio da fusão de horizontes. Desse modo, não apenas descrevemos essas disposições historiográficas, mas as tornamos provocativas por tratarem de temáticas inatuais. Toda essa movimentação epistemológica foi percebida através das performances da *comunidade científica* do IHGB.

Admitimos que os estudos em história da historiografia assumem o vaticínio de propor respostas tangíveis ao questionamento de Michel de Certeau, que uma vez realizado torna-se incontornável: *o que fabrica o historiador quando faz história?* De posse dessa problemática introduzimos a noção de *operação historiográfica*, definida a partir de um viés tripartite de análise: um *lugar social* de produção do conhecimento histórico, uma *prática* e uma *escrita*.¹⁶⁶⁰ Acreditamos ser possível que o leitor acompanhe as performances da escrita da história, da forma como propôs Certeau, junto ao IHGB. A pergunta de fundo que acompanha a nossa

¹⁶⁶⁰ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

investigação é, então, a seguinte: que tipo de operação historiográfica foi desenvolvida pelos sócios no contexto aludido? Aqui um apontamento importante de ordem epistemológica fundamental para entender os nossos objetivos: compreendemos a *operação historiográfica* desenvolvida no Instituto, que se apresenta plural, através da noção de *experiência* desenvolvida por Michel Foucault. Buscamos a **experiência historiográfica**. Fernando Nicolazzi, ao abordar a obra de Foucault, nos oferece a perspectiva de análise que subsidia teoricamente o trabalho: “para a episteme de cada época determinada, uma experiência de saber diferente e singular, a qual origina formas de conhecimento diversificadas”.¹⁶⁶¹ Em suma: como os sócios da instituição experienciaram, na República, a operação historiográfica? Nos *Ditos e escritos*, Foucault propicia a abertura arqueológica para pensarmos tal **experiência historiográfica**:

(...) entre a ciência e a experiência há o saber: não absolutamente como mediação invisível, como intermediário secreto e cúmplice, entre duas distâncias tão difíceis ao mesmo tempo de reconciliar e de distinguir; de fato, o saber determina o espaço onde podem separar-se e situar-se, uma em relação à outra, a ciência e a experiência”.¹⁶⁶²

Essa experiência intelectual compartilhada, não sem disputas, pelos considerados historiadores na Primeira República pode alcançar a categoria abrangente “historiografia” elaborada por Paul Ricoeur. A apreensão da experiência historiográfica movimentada pelos sócios é a nossa intenção investigativa. Para isso vale a teorização do filósofo francês: assim como Certeau, Ricoeur emprega o termo historiografia “para designar a própria operação em que consiste o conhecimento histórico empreendido em ação. (...) A escrita, com efeito, é o patamar de linguagem que o conhecimento histórico sempre já transpôs, ao se distanciar da memória para viver a tripla aventura do arquivamento, da explicação e da representação. A história é, do começo ao fim, escrita”.¹⁶⁶³

Há intenção de verdade no discurso histórico, a crença na história, presente nas três fases operatórias da historiografia: do arquivo, passando pela fase explicativa até chegar à configuração narrativa. Cabe salientar, no entanto, que essa disposição epistemológica não é justaposta, sequencial ou evolutiva. Mas como quer Paul Ricoeur: este “triplo conjunto de fatores permanece sendo o segredo do conhecimento histórico”.¹⁶⁶⁴

¹⁶⁶¹ NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. *Anos 90*, vol. 11, n. 19/20, 2004, p. 103. Disponível em: <https://cutt.ly/OcL6mWt> Acesso: 08 abr. 2021.

¹⁶⁶² Apud NICOLAZZI, op. cit., p. 103.

¹⁶⁶³ RICOEUR, História/epistemologia... op. cit., 2007.

¹⁶⁶⁴ Idem, p. 300.

Em razão desse horizonte de análise projetamos os nossos estudos sobre o IHGB na Primeira República a partir de uma deontologia que aborda a experiência historiográfica em sua dimensão tripartite, apoiando-nos em Certeau e Ricoeur. No limite, queremos deixar em evidência a história em ação, desnaturalizando as práticas que lhe oportuniza existência. Desse modo, verificamos diversos contextos que envolvem a experiência historiográfica presente entre os sócios do Instituto Histórico.

A presente tese afirma que a historiografia operacionalizada sob a égide das lutas de representação e das guerras de memória presentes no início da Primeira República foi central para a elaboração e para a constituição daquilo que veio a se chamar “moderna historiografia brasileira”. Foi naquela quadra temporal que diferentes fatos, personagens e situações históricas foram revisitados, ao mesmo tempo em que novas narrativas de sentido foram produzidas, posto que a disposição do perfil narrativo conhecido da nação necessita ser reelaborado de acordo com as novas carências de orientação. O contexto deve ser percebido como um momento de acomodação de novas visões sobre o que é, e o que deve ser, a escrita da história no Brasil, o que movimentava a comunidade de historiadores visível na Primeira República. Assim, havia a disputa, sendo o IHGB o lugar de produção do conhecimento histórico que escolhemos para a análise, pelos parâmetros historiográficos necessários para emplacar formas narrativas compassadas com o novo regime político vigente e com a nova experiência social, bem como por novas demandas epistemológicas em circulação, relacionadas, sobretudo, com o valor pedagógico da história, com o estabelecimento metódico de uma prática e com as explicações ditas científicas, que poderiam, ou não, ser vertidas para a consecução do saber historiográfico desejado. Esses fatores subsidiam, pois, a *colonialidade* entre as prescrições dos sócios.

Esse horizonte de abordagem enfoca como personagens centrais aqueles que se arrogaram e se identificaram como historiadores, além do lugar de produção do conhecimento histórico que os congregava através da partilha de uma experiência intelectual comum: o IHGB. O contexto epistêmico-historiográfico da República constitui-se, então, como um momento decisivo para a afirmação e para a conformação de uma forma atualizada de escrita da história, no sentido dado por Ricoeur e por Certeau, do Brasil e para a fixação de um perfil do historiador moderno, o que só pode ocorrer tendo como palco um conjunto de debates que levam em consideração a cientificidade da história e a sua forma de ensinar, perpassada, pois, por métodos seguros de análise.

Os historiadores que escreveram na *RIHGB* e que se propuseram a ser sócios da instituição no período que estudamos, entre 1889 e 1930, se reuniram e apresentaram suas

contribuições sob a epígrafe do grêmio “*pacifica scientiae occupatio*”. Por meio dessa *persona acadêmica* foi possível abordar os contextos historiográficos que motivaram a produção intelectual da associação no contexto específico da Primeira República.

Pudemos, através da leitura sistemática e analítica dos exemplares da *Revista*, recuperar os *topoi* que nos permitiram apresentar esta *tese*, considerando os autores, mesmo que desconhecidos, que em conjunto exploraram os limites do dissenso intelectual, repercutindo os debates historiográficos então vigentes.

Em nosso trabalho realizamos uma (re)descrição da experiência historiográfica partilhada por aqueles agentes intelectuais, ressaltando as condições de possibilidade envolvidas na produção desse tipo de saber ao abordar a historicidade dos princípios culturais, das normatizações disciplinares e das estratégias discursivas que apararam certa ideia de história no período. A partir das disputas e das tensões envolvidas nas formas de operar o trabalho de escrita da história nos foi possível perceber as diretrizes que conferiam cientificidade (metodização) à operação historiográfica, bem como as disposições paradigmáticas, as quais chamamos de *regimes historiográficos*, disponíveis, tais como a evolucionista, a nacionalista, a pragmática, a darwinista social, a positivista, a providencialista, a moralista, a metódica, a nacionalista-patriótica e, as mais comuns, as híbridas. Resgatamos, por fim, as tendências voltadas à escrita da história brasileira propriamente dita, em que se sublinhou os temas da Colonização, da Independência, da Abolição da escravidão e da implementação, consolidação e crise da República.

Esse conjunto de problemas e de temáticas mostra-se capaz de tornar plural e multidirecional o nosso olhar sobre o processo de “modernização” historiográfica no Brasil, resultando na complexificação das narrativas únicas (fundacionais) fomentadoras do cânone, que, no limite, propõem uma estabilidade disciplinar (identidade sócio-epistêmica) para o campo à custa do apagamento das diferenças.

Fontes

ABREU, João Capistrano. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: NICOLAZZI, Fernando (org.). *História e historiadores do Brasil: do fim do império ao alvorecer da república*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

_____. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. [1907]

ALBUQUERQUE, Conselheiro Salvador Pires de Carvalho e. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXV, parte II, 1902.

AGUIAR, José Lourenço da Costa Aguiar (bispo do Amazonas). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901.

ALVES, José Luiz. Discurso em razão da recepção do sócio Antonio de Almeida Costa. *RIHGB*, tomo 52, parte II, 1889.

AMARAL, Braz do. Exposição sobre alguns pontos do período colonial. *RIHGB*, tomo 83, parte II, 1918.

AMARAL, Hermenegildo do. Conspiração republicana da Bahia. *RIHGB*, tomo 99, parte I, 1926.

ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXII, parte II, 1909.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Discurso de recepção do sócio Damasceno Vieira. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Discurso de recepção do sócio Felisbelo Freire. *RIHGB*, tomo LIII, parte II, 1890.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Discurso de recepção do sócio João Vicente Leite de Castro. *RIHGB*, tomo LII, parte II, 1889.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. *RIHGB*, tomo 57, parte II, 1894.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Movimento colonial da América. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1893.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Patriarcas da Independência. *RIHGB*, tomo LVII, parte I, 1894.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Três cidadãos beneméritos da República. *RIHGB*, tomo LX, parte I, 1897.

ARCOVERDE, Joaquim (arcebispo). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXI, parte, 1898.

ARAUJO, Vicente Ferrer de Barros Wanderley e. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913.

AYARRAGARAY, Lucas. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVII, parte II, 1914.

AZEVEDO, João Lucio. Notas sobre o judaísmo e a Inquisição no Brasil. *RIHGB*, tomo 91, parte I, 1922.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. A Independência do Brasil. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Instrução pública nos tempos coloniais do Brasil. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Imposto do vintém. *RIHGB*, tomo LVIII, parte I, 1895.

BARBOSA, Antônio da Cunha. Aspectos da arte brasileira colonial. *RIHGB*, tomo LXI, parte I, 1898

BARBOSA, Antônio da Cunha. Marechal Raimundo José da Cunha Matos (Notícia bibliográfica). *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903.

BATISTA, Homero. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913.

BATISTA, Homero. Revoluções de 1817 e de 1835. *RIHGB*, tomo 83, parte I, 1918.

BELARMINO, Padre. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896.

BEVILAQUA, Clovis. A lei de 28 de setembro de 1871 e o Visconde do Rio Branco. *RIHGB*, tomo 80, parte II, 1916.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1997. [1929]

BORNAN, José Bernardino. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915.

BRAZIL, Étienne. Fetichismo dos negros do Brasil. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1912.

BRANNER, John Casper. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913.

CALMON, Pedro. História da Independência do Brasil. *RIHGB*, tomo 94, parte I, 1923.

CALÓGERAS, João Pandiá. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1905.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Estudos históricos e políticos (Res Nostra)*. São Paulo: Editora Nacional, 1936.

CÁRCANO, Ramon. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXIII, parte II, 1910.

CARVALHO, Alfredo Ferreira de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907.

- CASTRO, José Olímpio Viveiros de. Discurso de Posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXIII, parte II, 1900.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LXV, parte II, 1902.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Parecer do vice-presidente do IHGB sobre a abolição da escravidão no Brasil. *RIHGB*, tomo LI, parte II 1888.
- CAVALCANTI, Amaro. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897.
- CELSO, Afonso. Celebração da Abolição do cativeiro. *RIHGB*, tomo LXXI, parte II, 1908.
- CELSO, Afonso. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVI, parte II, 1893.
- CELSO, Afonso. Discurso em razão da recepção do sócio Francisco Augusto Pereira da Silva. *RIHGB*, tomo 71, parte II, 1908
- CELSO, Afonso. Discurso em razão da recepção do sócio Gastão Rush. *RIHGB*, tomo 70, parte II, 1907.
- CELSO, Afonso. Isabel, a Redentora, Joaquim Nabuco e João Alfredo. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912.
- CELSO, Afonso. Palestra comemorativa do centenário da abertura dos portos. *RIHGB*, tomo LXXI, parte II, 1908.
- CELSO, Afonso. Sessão solene especial comemorativa do centenário da Revolução pernambucana de 1817. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917.
- CELSO, Afonso. Sessão solene especial, em 2 de julho de 1824, comemorativa do centenário da Confederação do Equador. *RIHGB*, tomo 96, parte II, 1924.

CODECEIRA, Major José Domingues. Exposição de fatos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional. *RIHGB*, tomo LIII, parte I, 1890.

CORREIA, Conselheiro Manoel Francisco. Alocução do vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897.

CORREIA, Conselheiro Manoel Francisco. Esclarecimentos históricos. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897.

COSTA, Antonio de Almeida (bispo do Pará). Discurso de Posse. *RIHGB*, tomo 52, parte II, 1889.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 71, parte II, 1907.

CUNHA, Euclides da. Da Independência à República. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1906.

DEBBANÉ, Nicolau José. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915.

DÓRIA, Franklin (barão de Loreto). A Abolição no Brasil. *RIHGB*, tomo LXIII, parte II, 1900

DÓRIA, Franklin (barão de Loreto). A Independência do Brasil, ensaio histórico. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896.

DÓRIA, Luiz Gastão d'Escagnolle. A significação da obra de Anchieta na história do Brasil. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte I, 1913.

DÓRIA, Luiz Gastão d'Escagnolle. Da conveniência de um acordo luso-brasileiro. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte I, 1913.

DRUMOND, João da Costa Lima. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912.

EGAS, Eugênio. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915.

ESBERARD, João (bispo de Olinda). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIV, parte II, 1891.

FERNANDEZ, Julio. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1902.

FLEIUSS, Max. Centenários do Brasil. *RIHGB*, tomo LXIV, parte I, 1901.

FLEIUSS, Max. Conferência – Oliveira Lima. *RIHGB*, tomo 104, parte II, 1928.

FLEIUSS, Max. Parecer da Comissão de Bibliografia sobre a obra Historia de la historiografia argentina, de Rómulo Carbia. *RIHGB*, tomo 97, parte I, 1925.

FLEIUSS, Max. Primeiro Centenário do tratado de reconhecimento da Independência. *RIHGB*, tomo 97, parte I, 1925.

FIGUEIRA, Antônio Fernandes. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. [1933]
- FREIRE, Laudelino. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917.
- FREIRE, Teotônio. Discurso em razão da recepção do sócio Francisco Augusto Pereira da Silva. *RIHGB*, tomo 71, parte II, 1908.
- FREITAS, Carlos Vidal de Oliveira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIII, parte II, 1900.
- FURTADO, Alcibíades. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVIII, parte II, 1905.
- FURTADO, Alcibíades. Discurso em razão da recepção do sócio Joaquim Xavier da Silveira Junior. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907.
- GALANTI, Rafael (padre). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897.
- GALVÃO, Enéas. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVII, parte II, 1914.
- GALVÃO, Ramiz. Discurso de recepção do sócio Afrânio Peixoto. *RIHGB*, tomo 85, parte II, 1919.
- GALVÃO, Ramiz. Discurso em razão de recepção do sócio Basílio de Magalhães. *RIHGB*, tomo LXXVII, parte II, 1914
- GALVÃO, Ramiz. Discurso de recepção do sócio Francisco José de Oliveira Vianna. *RIHGB*, tomo 94, parte II, 1924.
- GALVÃO, Ramiz. Discurso de recepção dos sócios Enéas Galvão e Afrânio de Melo e Franco. *RIHGB*, tomo LXXVII, parte II, 1914.
- GALVÃO, Ramiz. Parecer da comissão de história para a admissão do sócio João Ribeiro. *RIHGB*, tomo 78, parte II, 1915.
- GALVÃO, Ramiz. Sobre a necessidade de uma carta geográfica. *RIHGB*, s/d.
- GEORLETTE, F. A. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXII, parte II, 1909.
- GUALBERTO, Luiz Antonio Ferreira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 71, parte II, 1908.
- GUARCH, Susviela. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901.
- GUIMARÃES, Artur. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVII, parte II, 1904.
- JORGE, Araujo. O Brasil e a França no século XVI. *RIHGB*, tomo LXXVII, parte II, 1914.
- JUNIOR, Joaquim Xavier da Silveira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907.
- JUNIOR, João Mendes de Almeida. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903.

- IHGB. *18ª Sessão Ordinária em 11 de outubro de 1889*. tomo LII, parte II, p. 485, 1889.
- IHGB. Parecer da Comissão de história do IHGB. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913, p. 537-538.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Adelino Antônio de Luna Freire. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898.
- IHGB. Parecer da Comissão História sobre as obras de Adolfo Saldías. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Afonso Celso. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Agenor de Roure. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Alberto de Toledo. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Alberto Lamego. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Alberto Rangel. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II 1912.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Alfredo Ernesto Jacques Ourique. *RIHGB*, tomo LIII, parte II, 1890.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Anselmo de Andrade. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Antonio Alves Câmara. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Antonio da Cunha Barbosa. *RIHGB*, tomo LXI, 1898.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Antonio Francisco Bandeira Junior. *RIHGB*, tomo, LIV, parte II, 1891.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Augusto de Siqueira Cardoso. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Augusto Tavares de Lira. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897.
- IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Bernardo Horta de Araujo. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1995, p. 586-587.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, *RIHGB*, tomo LXVI, 1903.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Braz do Amaral. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1911.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras do Capitão Honório Décio da Costa Lobo. *RIHGB*, tomo LXII, 1899.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Carlos Luiz d'Amour. *RIHGB*, tomo LII, parte II, 1889.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Cesário Mota Junior. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Cincinato Braga. *RIHGB*, tomo LVIII, 1895.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Clóvis Lamarre. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1889.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras do Conde de Figueiredo. *RIHGB*, tomo LII, parte II, 1889.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Daniel Garcia Azevedo. *RIHGB*, tomo LVIV, parte II, 1896.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de David Lopes. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Eduardo Prado. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Eugênio Egas. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Ernesto da Cunha de Araujo Vianna. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Escagnolle Dória. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1911.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Érico da Gama Coelho. *RIHGB*, tomo 80, parte II, 1916.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Euclides da Cunha. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Evaristo Afonso de Castro. *RIHGB*, tomo LII, parte II, 1889.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Feliciano Pinheiro de Bitencourt. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1889.

IHGB. Parecer da Comissão História sobre as obras de Felisbello Freire. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1902.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Fernando Luiz Osório. *RIHGB*, tomo 95, parte II, 1925.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Francklin Dória. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Francisco Batista Marques Pinheiro. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Francisco Manuel da Cunha Junior. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Gabriel do Monte Pereira. *RIHGB*, tomo LVII, parte II, 1894.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras do General Dantas Barreto. *RIHGB*, tomo LXXI, parte II, 1908.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Hélio Lobo. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Inocêncio Serzedelo Correia. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Irineu Jofly. *RIHGB*, tomo LIV, parte II, 1891.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Isidoro Martins Junior. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de J. M. Cardoso. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Joaquim Nabuco. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de João Batista de Moraes. *RIHGB*, tomo LXXII, parte II, 1909.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Joaquim Silvério de Souza. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de João Batista Correa Nery. *RIHGB*, tomo LXXII, parte II, 1909.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de João Batista Perdigão de Oliveira. *RIHGB*, tomo LIV, parte II, 1891.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de João Tolentino Guedelha Mourão. *RIHGB*, tomo LXV, parte II, 1902.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de João Esberard. *RIHGB*, tomo LIV, parte II, 1891.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de José Soto. *RIHGB*, tomo LVIV, parte II, 1996.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Honório Lima. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1889.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Lafaiete de Toledo. *RIHGB*, tomo LXV, 1892.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Laudelino Freire. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Liberato de Castro Carreira. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Lucio de Azevedo. *RIHGB*, tomo LVII, parte II, 1894.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Luiz Gonzaga da Silva Lema. *RIHGB*, tomo LXVII, parte II, 1904

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Manoel Baena. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Marco Teófilo. *RIHGB*, tomo LII, parte II, 1889.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Mariano Poliza. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Miguel Arcanjo Galvão. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Norival Soares de Freitas. *RIHGB*, tomo LVI, parte II, 1908.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Oliveira Lima. *RIHGB*, tomo LVIII, 1895.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Oliveira Santos. *RIHGB*, tomo 85, parte II, 1920.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre a obras de Otaviano de Toledo. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Paulo Barreto. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras do Pe. José Joaquim Correia de Almeida. *RIHGB*, tomo LVII, parte II, 1894.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Pedro Augusto Carneiro Lessa. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Pedro Solto Maior. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1911.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Pinto da Rocha. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Romaguera Corrêa. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Tristão de Alencar Araripe Junior. *RIHGB*, tomo LVI, parte II, 1893.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Velho da Silva. *RIHGB*, tomo LXI, parte II, 1898.

IHGB. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Zeferino Cândido. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899.

LEAL, Aurelino. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVIII, parte II, 1915.

LEITE, Solidônio. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 85, 1919.

LESSA, Pedro. Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Francisco Adolfo de Varnhagen. *RIHGB*, tomo 80, parte II, 1917.

LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907.

LESSA, Pedro. João Francisco Lisboa. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte I, 1913.

LESSA, Pedro. Reflexões sobre o conceito da história. *RIHGB*, tomo 69, parte II, 1906.

LIMA, Antonio Augusto de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1906.

LIMA, Alexandre José Barbosa. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXI, parte II, 1908.

- LIMA, Alexandre José Barbosa. Sessão solene especial comemorativa do centenário da Revolução pernambucana de 1817. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917
- LIMA, Manuel de Oliveira. Atual papel do Instituto Histórico. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913.
- LIMA, Manuel de Oliveira. Prefácio. In: _____. *História da Civilização*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1919.
- LIMA, Manuel de Oliveira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895.
- MAGALHÃES, Basílio de. A conquista do Nordeste no século XVII. *RIHGB*, tomo 85, parte I, 1919.
- MAGALHÃES, Basílio de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVII, parte II, 1914.
- MAGALHÃES, Basílio de. Jornalistas da Independência. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917
- MAGALHÃES, Basílio de. O Bandeirismo no Brasil (Subsídios para o estudo desse importante fenômeno da nossa evolução). *RIHGB*, tomo LXXVII, parte I, 1914.
- MARIA, Julio (padre). *Conferências da Assunção*. Aparecida; São Paulo: Editora Santuário, 1988.
- MARIA, Julio (padre). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Livraria de Antônio Maria Pereira, 1880.
- MARTIUS, Karl von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- MELO, Alfredo Pinto Vieira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 85, parte II, 1919.
- MELO, Jerônimo de Avelar Figueira de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 87, parte II, 1920.
- MELO, Mário. Sessão solene especial comemorativa do centenário da Revolução pernambucana de 1817. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917.
- MEROU, Martin Garcia. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895.
- MILTON, Aristides. A República e a federação no Brasil. Acontecimentos na Bahia. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897.
- MILTON, Aristides. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895.
- MOREIRA, José Maria. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 90, parte II, 1921.
- MOREIRA, Juliano. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917.

MOTA, João Xavier. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892.

MOURA, Gentil de Assis. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 87, parte II, 1920.

MOURÃO, José Tolentino Guedelha (monsieur). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1902.

NABUCO, Joaquim. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1896.

NASCIMENTO, Alfredo. Discurso em razão da recepção dos sócios Garcia Merou e Tomaz Ribeiro. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1895.

NASCIMENTO, Alfredo. Um átomo da história pátria. *RIHGB*, tome LX, parte I, 1892.

NERY, João Batista Correa (bispo de Campinas). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1911.

OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Americana*. Rio de Janeiro, ano I, n. 7, 1910.

OLIVEIRA, Conselheiro Luiz Maria de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVII, parte II, 1904.

OTÁVIO, Rodrigo. *Festas nacionais*. Rio de Janeiro: F. Briguier & C., 1893.

OURO PRETO, Visconde. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIII, parte II, 1900.

OURO PRETO, Visconde de. Parecer da Comissão de História sobre as obras de Pandiá Calógeras. *RIHGB*, tomo LXVIII, parte II, 1905.

OURO PRETO, Visconde de. Proposta para um concurso de monografias sobre os treze anos do governo de Dom João VI. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903.

PACHECO, Félix. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913.

PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1905.

PEIXOTO, Afrânio. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 85, parte II, 1919.

PEIXOTO, Eduardo Marques. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXVI, parte II, 1903.

PEIXOTO, José Maria P. Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência. *RIHGB*, LVI, parte II, 1893.

PEREIRA, Comandante Antônio Coutinho Gomes. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXIV, 1911.

PEREIRA, José Higino Duarte. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIV, parte II, 1891.

PERNAMBUCO, Belisário. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901.

- PINTO, Adolfo Augusto. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXII, parte II, 1909.
- PINTO, Edgar Roquete. Discurso de posse, *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913.
- PITANGA, Antônio Ferreira de Souza. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIII, parte II, 1900.
- PITANGA, A. F. de Souza. O Selvagem perante o direito. *RIHGB*, tomo LXII, parte, 1901.
- PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil? *RIHGB*, tomo III, 1841.
- PORTO, Luiz Alves da Silva Porto. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXII, parte II, 1899.
- PRADO, Eduardo. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXIV, parte II, 1901.
- REBELO, Aníbal Veloso. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 80, parte II, 1916.
- RIBEIRO, João. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 78, Parte II, 1915.
- RIBEIRO, João Coelho Gomes. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1911.
- RIO BRANCO, Barão do. Efemérides brasileiras. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917.
- ROCHA, Artur Pinto da. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVIII, tomo II, 1915.
- RODRIGUES, José Carlos. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, 1907.
- RODRIGUES, Nina. *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro, 1939.
- RODRIGUES, Nina. A Troia negra (erros e lacunas da história de Palmares). *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912.
- ROMERO, Silvio. “Diversas manifestações na prosa-História”. Capítulo I. Carlos Frederico F. De Martius e suas ideias acerca da história do Brasil”. In: _____. *História da Literatura Brasileira*. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1960. [1888]
- ROMERO, Silvio. *O elemento português no Brasil*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1902.
- ROOSEVELT, Theodor. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXVI, parte II, 1913.
- ROURE, Agenor de. A Abolição e seus reflexos econômicos. *RIHGB*, tomo 83, parte I, 1918
- ROURE, Agenor de. Centenário do poder legislativo. *RIHGB*, tomo 99, parte I, 1926.
- ROURE, Agenor de. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 82, parte II, 1917.
- RUSH, Gastão. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907.

SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912.

SANTOS, Manuel Porfírio de Oliveira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 90, parte II, 1921.

SERRANO, Jonatas. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 85, 1919.

SERRANO, Jonatas. O precursor de Tiradentes. *RIHGB*, tomo 87, parte I, 1920.

SILVA, Arthur Orlando da. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXX, parte II, 1907.

SILVA, Joaquim José Gomes da. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIV, parte II, 1891.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LIII, parte II, 1891.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Alocução do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, tomo LIII, parte II, 1891.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Discurso do presidente do IHGB. *RIHGB*, tomo LII, parte II, 1889.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LVIII, parte II, 1905.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Pernambuco e a Confederação do Equador. *RIHGB*, tomo 96, parte II, 1924.

SILVEIRA, Argemildo da. Alguns apontamentos biográficos de Libero Badaró e a crônica do seu assassinato perpetrado na cidade de São Paulo. *RIHGB*, tomo LIII, parte II, 1890.

TAUNAY, Afonso de E. A missão artística de 1816. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte I, 1911.

TAUNAY, Alfredo. Discurso em razão da Abolição da escravidão. *RIHGB*, tomo LI, parte I, 1888.

TÁVORA, Franklin. A extinção da escravidão no Brasil. O Jubileu do Instituto Histórico. *RIHGB*, tomo LI, parte I, 1888.

TAVARES, João de Lira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 80, parte II, 1916.

TAVARES, Raul. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912.

TOLEDO, Francisco Eugênio de. História da Independência do Brasil. *RIHGB*, tomo 107, parte I, 1930.

TONTI, Julio (núncio apostólico). Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LIX, parte II, 1906.

TORRES, Alberto. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXIV, parte II, 1911.

VALADÃO, Alfredo. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LXXV, parte II, 1912.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História da Independência do Brasil. *RIHGB*, tomo LXXIX, parte I, 1916.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes/ INL/MEC, 1977.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906.

VERISSIMO, José. As populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes. *RIHGB*, tomo L, parte I, 1897.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo 94, parte II, 1924.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1938.

VIEIRA, Damasceno. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LV, parte II, 1892.

WERNECK, André. Discurso de posse. *RIHGB*, tomo LX, parte II, 1897.

Bibliografia citada

ABREU, Marcelo Santos. Os mártires da causa paulista: a criação do culto aos mortos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932 - 1937). *UNESP - FCLAs - CEDAP*, vol. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/182> Acesso: 08 abr. 2021.

ABREU, Márcia. Leituras no Brasil Colonial. *Remate de Males*, s/d.

ABREU, Martha; GOMES, Angela de Castro. Apresentação (dossiê A nova ‘velha’ República). *Tempo*, UFF, Niterói/RJ, v. 13, n. 26, 2009, pp. 1-14.

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. É chegada ‘a ocasião da negrada bumbar’: comemorações da Abolição, música e política na Primeira República. *Varia história*, vol. 27, n. 45, 2011, pp. 97-120. Disponível em: <https://cutt.ly/ccLzHoH> Acesso: 08 abr. 2021.

ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 1986.

ALMEIDA, Luiz Alberto Scotto de. *Desilusão republicana* – percursos e rupturas no pensamento de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-graduação em Literatura, UFSC, 2008.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos CEBRAP*, n. 100, 2014, pp. 115-127. Disponível em: <https://cutt.ly/PcLxj9K> Acesso: 08 abr. 2021.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANHEZINI, Karina. Desnudar a historiografia na Primeira República: Alberto Rangel e Afonso Taunay na construção da Marquesa de Santos. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (orgs.). *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

ANHEZINI, Karina. Um metódico à brasileira: a escrita da história de Afonso de Taunay. *Revista de História*, n. 160, 2009, pp. 121-160. Disponível em: <https://cutt.ly/RcLcwff> Acesso: 08 abr. 2021.

ANTUNES, Livia de Lauro. *Por uma memória da nação: Abolição e pós-emancipação nos Institutos Históricos (uma abordagem comparada)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Comparada, UFRJ, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/1cLccBI> Acesso: 08 abr. 2021.

ARAÚJO, André de Melo. A verdade da crítica: o método histórico-crítico de August Ludwig (von) Schlözer e o padrão histórico dos juízos. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 18, 2015, pp. 93-109. Disponível em: <https://cutt.ly/1cLcNIT> Acesso: 08 abr. 2021.

ARAÚJO, José Carlos Souza. *A Igreja católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 28-54. Disponível em: <https://cutt.ly/TcLvTEA> Acesso: 08 abr. 2021.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. A época das revoluções no contexto do tacitismo: notas sobre a primeira tradução dos Anais. *Estudos ibero-americanos*, PUC-RS, v. 26, n. 2, 2010, pp. 343-365. Disponível em: <https://cutt.ly/RcLv8sW> Acesso: 08 abr. 2021.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Apresentação da Introdução geral à história da civilização na Inglaterra. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *História pensada*. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830). In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (et. al). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

ARAÚJO, Valdei Lopes de; PIMENTA, João Paulo Pimenta. História. In: JÚNIOR, João Feres (org.) *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. In: *Locus: Revista de História*, JF, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <https://cutt.ly/7v3890c> Acesso: 08 abr. 2021.

ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Lisboa: Antropos, 1992.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ASSMANN, Aleida. A luta das recordações nas histórias de Shakespeare. In: _____. *Espaços da recordação*. Formas e funções da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.

AVELAR, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (orgs.). *Contribuições à história intelectual do Brasil republicano*. Ouro Preto/MG: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. *História do direito, ciência e disciplina*, s/d.

BARBOSA, Fabiany Glaura Alencar e. *A Abolição da escravidão e modos de pensar e representar a experiência passada: livros didáticos (1865-1918)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UNB, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11642> Acesso: 08 abr. 2021.

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. *Albuquerque - Revista de História*, Campo Grande, v. 2, n. 3, 2010, pp. 71-115. Disponível em: <https://cutt.ly/ccLbRB0> Acesso: 08 abr. 2021.

BARROS, José D'Assunção. Geografia e história: uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço. *Geografia (Londrina)*, vol. 19, n. 3, 2010, pp. 67-84. Disponível em: <https://cutt.ly/6cLbKpN> Acesso: 08 abr. 2021.

BARROS, José D'Assunção. “Teorias da história” e “filosofias da história”: considerações sobre o contraste entre dois espaços de reflexão sobre o fazer histórico. *Anos 90*, vol. 19, n. 36, 2012, pp. 367-400. Disponível em: <https://cutt.ly/ncLneAM> Acesso: 08 abr. 2021.

BARROS, José D'Assunção. Voltaire: considerações sobre a sua historiografia e teoria da história. *Revista de Teoria da História*, ano. 3, n. 7, 2012, pp. 7-40. Disponível em: <https://cutt.ly/lcLnkCk> Acesso: 08 abr. 2021.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada Pátria idolatrada. Um estudo da obra *Porque me ufano de meu país*, de Affonso Celso (1900). *Educar em Revista*, Curitiba, n. 20, 2002, pp. 245-260. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2109> Acesso: 08 abr. 2021.

BEIGUELMAN, Paula. A extinção do tráfico negreiro no Brasil, como problema político. *Revista de Ciência Política*, n. 1, 1967, pp. 13-34. Disponível em: <https://cutt.ly/zcLn0og> Acesso: 08 abr. 2021.

BENTIVOGLIO, Júlio. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia? In: ARRAIS, Cristiano Alencar; _____. (orgs.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

BENTO, Luiz Carlos; BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira. A Revue de synthèse historique. Interdisciplinaridade e epistemologia nos estudos históricos franceses. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (orgs.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

BERNARDES, Joana Duarte. O moderno do antigo: a estesia cívica do jovem Almeida Garret nas revoluções liberais ibéricas. In: AZEVEDO, Francisca; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (orgs.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

Bíblia Sagrada. *Nova versão internacional*. São Paulo: Vida, 2000.

BICCA, Luiz. O esclarecimento e a moral da história. *Síntese - Revista de filosofia*, Belo Horizonte, v. 17, n. 51, 1990, pp. 33-47. Disponível em: <https://cutt.ly/WcLmTtZ> Acesso: 08 abr. 2021.

BICALHO, Maria Fernanda. A França Antártica, o curso, a conquista e a “peçonha luterana”. *História*, vol. 27, n. 1, 2008, pp. 29-50. Disponível em: <https://cutt.ly/IcLmKw2> Acesso: 08 abr. 2021.

BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack braziliense*, n. 2, 119-136, 2005, pp. 119-136. Disponível em: <https://cutt.ly/XcLQe6S> Acesso: 08 abr. 2021.

BITTENCOURT, Circe. *Pátria, civilização e trabalho*. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BLANCKAERT, Claude. *La nature de la Société*. Organicisme et sciences sociales au XIXe siècle. Paris: L’Harmattan, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES NETO, José. *Ensaio da filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira. A historiografia francesa do século XIX nas páginas da *Revue Historique* (1876-1914). *Revista trilhas da história*, vol. 8, n. 16, 2019, pp. 119-139. Disponível em: <https://cutt.ly/EcLQb34> Acesso: 08 abr. 2021.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janáina (org.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, Estado-nação e formas de intermediação política. *Lua nova*, n. 100, 2017, pp. 155-185. Disponível em: <https://cutt.ly/FcLQG1O> Acesso: 08 abr. 2021.

BRÖNSTRUP, Gabriela D’Avila. Rodolfo Garcia esboçado em cartas: tensões entre o erudito e o intelectual. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 24, 2017, pp. 114-129. Disponível em: <https://cutt.ly/fcLQ7ih> Acesso: 08 abr. 2021.

BUARQUE, Virgínia. Uma história moral, apologética e... moderna? A escrita católica do século XVIII ao início do século XX. *História da Historiografia*, n. 6, 2011, pp. 142-157. Disponível em: <https://cutt.ly/RcLW1L2> Acesso: 08 abr. 2021.

BUENO, Wilson. C. Jornalismo científico: conceito e funções. *Ciência e Cultura*, v. 37, no. 9, pp. 1420-1427. Disponível em: <https://cutt.ly/OcLEkUr> Acesso: 08 abr. 2021.

BURGUIÈRE, André. Da história evolucionista à história complexa. In: MORIN, Edgar. *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BURKE, Peter. *O que é história do conhecimento?* São Paulo: Editora UNESP, 2016.

CALLARI, Claudia. Os Institutos Históricos: do Patronato de Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001, pp. 59-83. Disponível em: <https://cutt.ly/GcLEOzw> Acesso: 08 abr. 2021.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A razão governamental de Alberto Torres. *Política & sociedade*, vol. 17, n. 40, 2018, pp. 341-372. Disponível em: <https://cutt.ly/wcLENJq> Acesso: 08 abr. 2021.

CAMPOS, Alzira. L. A. A produção do conhecimento: teoria e ciência dos modelos (Histórico e conceituação de interdisciplinaridade). *Tempo & Memória*, São Paulo, v. 2, 2004, pp. 1-11.

CANDIDO, Antonio. *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. *Tempo social*, vol. 18, n. 1, 2006, pp. 71-301. Disponível em: <https://cutt.ly/ZcLRYMV> Acesso: 08 abr. 2021.

CARDIM, Pedro. Centralização política e Estado na recente historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime. *Nação e Defesa*, n. 87, 1998, pp. 129-158. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1487> Acesso: 08 abr. 2021.

CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1972.

CARR, Edward. *Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CARVALHO, Alonso Bezerra de. Razão e paixão: necessidade e contingência na construção da vida ética. *Conjectura*, vol. 17, n. 1, 2012, pp. 199-217. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/127115> Acesso: 08 abr. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. A humanidade como deusa: o movimento positivista brasileiro defendeu os direitos dos negros, das mulheres e dos operários. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 21 set. 2007, pp. 1.

CARVALHO, José Murilo de. Lisboa e Timon: o drama dos liberais do Império. In: LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo no Brasil: 1870-1891. *Varia história*, vol. 27, n. 45, 2011, pp. 141-157. Disponível em: <https://cutt.ly/ncLTxE> Acesso: 08 abr. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. A nova historiografia e o imaginário da República. *Anos 90*, n.3, 1996, pp. 11-21. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6115> Acesso: 08 abr. 2021.

CASSIRER, Ernest. *El problema del conocimiento*. Vol. IV. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CASTELFRANCO, Diego. *La ciência em disputa*. El vínculo entre la ciencia y el catolicismo em la Argentina de siglo XIX (1860 – 1900). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Universidad Nacional de General Sarmiento, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/gcLT2hb> Acesso: 08 abr. 2021.

CASTRO, Iná Elias de. Do imaginário tropical à política. A resposta da geografia brasileira à história da maldição. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, vol. 10, n. 218, 2006, pp. 1. Disponível em: <https://cutt.ly/2cLYrxB> Acesso: 08 abr. 2021.

CASTRO, Maria João. *O viajante romântico e o apelo da ruína*. 2006. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/22145> Acesso: 08 abr. 2021.

CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestra da Vida? *Estudos ibero-americanos*. PUC-RS, Edição especial, n. 2, 2006, pp. 7-34. Disponível em: <https://cutt.ly/McLYAAs> Acesso: 08 abr. 2021.

CATROGA, Fernando. Pátria e nação. NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). *Conceitos e linguagens, construções identitárias*. São Paulo: Intermeios, 2013.

CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia Editores, 1908.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et al (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: história & cultura, Caxias do Sul*, vol. 2, n. 3, 2003, pp. 73-94. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1042> Acesso: 08 abr. 2021.

CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História – Unisinos*, 11 (3), 2007, pp. 306-312.

Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5909> Acesso: 08 abr. 2021.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, vol. 8, n. 15, 2007, pp. 159-207. Disponível em: <https://cutt.ly/GcLUvpd> Acesso: 08 abr. 2021.

CHARTIER, Roger. Formação social e Habitus: uma leitura de Norbert Elias. In: _____. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHITTÓ, Ruth Gauer. Violência e medo na fundação do Estado-Nação. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, vol. 1, n. 2, 2001, pp. 79-98. Disponível em: <https://cutt.ly/TcLIItqV> Acesso: 08 abr. 2021.

CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol. 26, n. 51, 2006, pp. 63-87. Disponível em: <https://cutt.ly/zcLlzmI> Acesso 08 abr. 2021.

COSTA, Roger R. D.; IRSCHLINGER, Fausto. A. A “Heroicização” de Dom João VI na obra de Oliveira Lima. *Akrópolis*, v. 20, n. 4, 2002, pp. 439-258. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/4882> Acesso: 08 abr. 2021.

COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC/Fapesp, 2005.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, EDUSC, 1999.

CUNHA, Euclides da. Preâmbulo. In: RANGEL, Alberto. *Inferno verde (cenas e cenários do Amazonas)*. Tours: Tipografia Arrault, 1927.

D`ALESSIO, Márcia Mansor. Práticas historiográficas: um estudo. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). *As múltiplas dimensões da política e da narrativa*. São Paulo: UNESP, 2003.

DALLAABRIDA, Valdir Roque. Economia, cultura e desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema. *R&DR*, vol. 7, n. 2, 2011, pp. 282-299. Disponível em: <https://cutt.ly/McLI6D6> Acesso: 08 abr. 2021.

DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república. *Tempo*, vol. 13, n. 26, 2009, pp. 56-79. Disponível em: <https://cutt.ly/PcLOmTe> Acesso: 08 abr. 2021.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DETONI, Piero di Cristo Carvalho. *A síntese como desafio historiográfico na Primeira República*. Pequenos estudos de caso. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/6124> Acesso: 08 abr. 2021.

DETONI, Vicente da Silveira. *A moderna historia magistra vitae de José Oiticica: regimes*

historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206273> Acesso: 08 abr. 2021.

DEVOTO, Fernando. A história e as ciências sociais na profissionalização da historiografia argentina. *Tempo social* - Revista de Sociologia da USP, v. 21, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a06.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

DIAS, Fabiana. Da gênese do campo historiográfico: erudição e pragmatismo nas Associações Literárias dos séculos XVIII e XIX. *Revista de Teoria da História*, ano, 2, n. 4, 2010, pp. 18-33. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28936> Acesso: 08 abr. 2021.

DIAS, Fabiana Rodrigues. *Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos* apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UERJ, 2009. Disponível em: <http://152.92.4.120:8080/handle/1/13208> Acesso: 08 abr. 2021.

DOMINGUES, Ivan. O intelectual público, a ética republicana e a fratura do ethos da ciência. *Scientiae Studia*, v. 9, n. 3, 2011, pp. 463-485. Disponível em: <https://cutt.ly/kcLPX2z> Acesso: 08 abr. 2021.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências do Brasil* (o futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer). Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UNICAMP, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281054> Acesso: 08 abr. 2021.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, Campinas: Unicamp, 1992.

DOSSE, François. El telos: de la Providencia al progreso de la razón. In: _____. *La historia: conceptos y escrituras*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história*. O caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

DUARTE, Luiz Sérgio. Karl Lamprecht (1856 – 1915), Apresentação. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada*. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

DURKHEIM, Émile. Prefácio. Tradução de Rafael Faraco Benthien. *Teoria e pesquisa*, vol. XVI, n. 01, 2007, pp. 7-14.

DUTRA, Eliana de Feitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte: Editora Humanitas, 2005.

ELIAS, Norbert. O desenvolvimento do conceito de *Civilité*. In: _____. *O processo civilizador*.

Volume 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. Sociogênese do conceito de *civilisation* na França. In: _____. *O processo civilizador*. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras* - análise dos discursos sobre colonização e migração no Estado Novo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFRJ, 1972.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Entre comemorações, rituais e passados construídos: a Monarquia sob o olhar da Primeira República. *Anais Seminário cultura e política na Primeira República: campanha civilista na Bahia*. Bahia, 2010. Disponível em: <https://cutt.ly/ccLA2fz> Acesso: 08 abr. 2021.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Memórias da monarquia: D. Pedro II no cenário político da década de 20. *Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão, ANPUH-SP*. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <https://cutt.ly/YcLShTl> Acesso: 08 abr. 2021.

FARIA, Frederico Felipe de Almeida. *Georges Cuvier e a instauração da paleontologia como ciência*. Tese (Doutorado interdisciplinar) – Programa de Pós-graduação interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94047> Acesso: 08 abr. 2021.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil Imperial. *História, ciência, saúde* - Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 2, 2006, pp. 271-291. Disponível em: <https://cutt.ly/ocLSCCw> Acesso: 08 abr. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, 2018, pp. 80-108. Disponível em: <https://cutt.ly/7cLDeM0> Acesso: 08 abr. 2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

FISCHER, Joachim. História dos dogmas, história da teologia, história do pensamento cristão. *Estudos teológicos*, v. 48, n. 1, 2008, pp. 83-100. Disponível em: <https://cutt.ly/ccLDxwW> Acesso: 08 abr. 2021.

FLECK, Ludwik. Consequências para a teoria do conhecimento da história apresentada a partir de um conceito”. In: _____. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte/MG: Fabrifactum, 2010.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. História e memória: os relatos da Confederação do Equador. *Maracanan*, n. 3, 2005/2007, pp. 31-56. Disponível em: <https://cutt.ly/IcLDSFM> Acesso: 08 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Corpos dóceis*. In: _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *O que é um Autor?* Lisboa: Vega, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Saber, historia y discurso*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015.

FRANZINI, Fabio. A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia. In: PEREIRA DAS NEVES, Lucia. M. B; GUIMARÃES, Lucia. M. P; GONÇALVES, Márcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. RJ: Editora FGV, 2011.

FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). *Mimeo*, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *Ideação: Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE*, n. 10, vol. 1, 2008, pp. 41-62. Disponível em: <https://cutt.ly/ScLD7aS> Acesso: 08 abr. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo. Heterogeneidade e conflito na interpretação do quilombo dos Palmares. *Revista de história regional*, vol. 6, n. 1, pp. 11-38, 2001, pp. 11-38. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/44> Acesso: 08 abr. 2021.

FURET, François. L'ensemble histoire. In: _____. *Livre et société dans la France du XVIII siècle*. Tomo II. Paris: Mouton and Co., 1970.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

GADAMER, H. G. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 1977. Disponível em: <https://cutt.ly/ScLFnLl> Acesso: 08 abr. 2021.

GODOY, João Miguel Teixeira de. Religião, Memória e historiografia. *Revista Mosaico*, v. 5, n. 2, 2012, pp. 109-119. Disponível em: <https://cutt.ly/KcLFJ1J> Acesso: 08 abr. 2021.

GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: ____; PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / FGV-CPDOC, 2002.

GOMES, Angela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte/MG: ARGUMENTUM, 2009.

GOMES, Angela de Castro. Apresentação. Reflexões sobre o conceito da história, de Pedro Lessa. In: NICOLAZZI, Fernando (org.). *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República. c. 1870 - 1940*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, Angela de Castro. José Veríssimo e “A educação nacional”. História pátria e cultura política republicana. In: JUNIOR, Raimundo Barroso Cordeiro; CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves (orgs.). *Cultura histórica e historiografia: legados e contribuições do século XX*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, pp. 244-280. Disponível em: <https://cutt.ly/AcLGwvf> Acesso: 08 abr. 2021.

GOMES, Angela de Castro. “Primeira República no Brasil: uma história da historiografia”. In: ____; MOURÃO, Alda (orgs.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Editora FGV, 2014.

GOMES, Angela de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. *Anais do XXV Seminário Nacional de História*. Fortaleza: UFC, 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/RcLGk5J> Acesso: 08 abr. 2021.

GOMES, Rodrigo Dutra. Aspectos do determinismo científico e a geografia. *Terra livre*, ano 25, vol. 1, n. 32, 2009, pp. 77-91. Disponível em: <https://cutt.ly/AcLGACf> Acesso em: 08 abr. 2021.

GÓMEZ, Bárbara Natália. Conceitos fundamentais para compreender a filosofia da história de Johann Herder. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/AcLGBJJ> Acesso: 08 abr. 2021.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Entre gregos e romanos: história e literatura no mundo clássico. *Revista Tempo*, vol. 20, 2014, pp. 1-14. Disponível em: <https://cutt.ly/BcLHqqk> Acesso: 08 abr. 2021.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 30, n. 59, 2010, pp. 15-36. Disponível em: <https://cutt.ly/0cLHh43> Acesso: 08 abr. 2021.

GONTIJO, Rebeca. Historiografia e ensino de história na Primeira República: algumas observações. *Anais do XII Encontro Regional de História do Rio de Janeiro - Usos do Passado*. Niterói: UFF, 2006. Disponível em: <https://cutt.ly/YcLHWN7> Acesso: 08 abr. 2021.

GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *Revista de História* (São Paulo), vol. 24, pp. 159-185, 2005.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da história” na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, pp. 129-154. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16523.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. O presente como problema historiográfico na Primeira República em dois manuais escolares. *Revista história hoje*, v. 2, n. 4, 2013, pp. 81-101. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/91> Acesso: 08 abr. 2021.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre as notas de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A luso-brasilidade e o projeto da revista Atlântida. *Cultura*. Revista de história e teoria das ideias, vol. 26, 2009, pp. 51-70. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/381> Acesso: 08 abr. 2021.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: O projeto da Academia de Altos Estudos – Faculdade de Filosofia e Letras: (1916-1921). *Revista de História*, n. 141, 1999, pp. 91-100. Disponível em: <https://cutt.ly/scLJz0v> Acesso: 08 abr. 2021.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, tomo 156, vol. 388, 1995.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Por uma historiografia ultramontana: Afonso Celso. *Intellèctus*, vol. 2, n. 1, 2003, pp. 1-16. Disponível em: <https://cutt.ly/hcLJDxv> Acesso: 08 abr. 2021.

GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. Os funerais de d. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, M. R. Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca. (orgs.). *Mitos, projetos e práticas políticas*. Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: HARTOG, François, *O século XIX e a história*. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: _____ (org.). *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e erudição. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora* (UNISC), vol. 11, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/Vértice, n. 1, 1988, pp. 5-27. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935> Acesso: 08 abr. 2021.

GUIMÃRES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado como história o IHGB e a Sociedade do Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio A. Passos (orgs.) *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access. 2001.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

GÜNTER, Horst; ENGELS, Odilo; KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da *ekphrasis*. *Revista USP*, n. 71, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13554> Acesso: 08 abr. 2021.

HANSEN, Patrícia. Sobre o conceito de “país novo” e a formação de brasileiros nas primeiras décadas da República. *Iberoamericana*, vol. 12, n. 45, 2012, pp. 7-22. Disponível em: <https://cutt.ly/8cLKZ3i> Acesso: 08 abr. 2021.

HANSEN, Patrícia. *Brasil, um país novo*. Literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/jcLK5qF> Acesso: 08 abr. 2021.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade antiga: sobre história e ruína em Euclides da Cunha. *Estudos avançados*, 10 (26), 1996, pp. 293-310. Disponível em: <https://cutt.ly/ucLLdwS> Acesso: 08 abr. 2021.

HARRISON, Peter. “Ciência” e “religião”: construindo os limites. *Revista de Estudos da Religião*, março de 2007, pp. 1-33. Disponível em: <https://cutt.ly/ncLLPmU> Acesso: 08 abr. 2021.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HARTOG, François. Experiências do tempo: da história universal à história global. *História, histórias*, vol. 1, n. 1, 2013, pp. 164-179. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10714> Acesso: 08 abr. 2021.

HARTOG, François; REVEL, Jacques. Note de conjuncture historiographique”. In: _____. *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de L’École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2001.

HARTOG, François. O tempo desorientado: tempo e história. Como escrever a história da França? *Anos 90*, v.5, n.7, 1997, pp. 7-28. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6183> Acesso: 08 abr. 2021.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Humanitas, 2014.

HARTOG, François. O século XIX e a história. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República. Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. *Tempo*, vol. 2, n. 3, 1996, pp. 81-105. Disponível em: <https://cutt.ly/NcLZOua> Acesso: 08 abr. 2021.

HERMANN, Jacqueline. Canudos sitiado pela razão: o discurso intelectual sobre a “loucura” sertaneja. *Questões e Debates*, vol. 13, n. 24, 1996, pp. 126-150. Disponível em: <https://cutt.ly/IcLZ24E> Acesso: 08 abr. 2021.

HESPANHA, Antônio M. *A história do direito na história social*. Lisboa: Livros Horizontes, s/d.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: ____; RANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: ____ (org.). *A época colonial*. Tomo I, vol. 2. São Paulo: Difel, 1968 (História geral da Civilização Brasileira).

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra*: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, PUC/RS, 2007. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2500> Acesso: 08 abr. 2021.

IGGERS, Georg G. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Hanover and London: Wesleyan University Press, 1997.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/Vértice, n. 1, 1988, pp. 55-78. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1934> Acesso: 08 abr. 2021.

IUMATTI, Paulo Teixeira; VELLOZO, Julio César De Oliveira. Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934). *Reflexos* - Revue pluridisciplinaire du monde Lusophone, n. 2, 2013, pp. 1-72.

JASMIN, Marcelo Gantus. Tocqueville, a Providência e a História. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, pp. 1-32. Disponível em: <https://cutt.ly/AcLXJHB> Acesso: 08 abr. 2021.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. *Locus* - Revista de História, vol. 10, n. 2, 2004, pp. 53-72. Disponível em: <https://cutt.ly/Zv321XZ> Acesso: 08 abr. 2021.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Receitas regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. *XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Identidades*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008. Disponível em: <https://cutt.ly/4cLCyAE> Acesso: 08 abr. 2021.

JÚNIOR, Guilherme Simões Gomes. Mal de Nabuco. Paisagem, crônica e crítica. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 27, n.2, 2015, pp. 201-230. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/108183> Acesso: 08 abr. 2021.

JÚNIOR, Teófilo de Queiroz. Abolicionismo, um processo em questão. *Revista de Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 28, 1988, pp. 101-108. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70035> Acesso: 08 abr. 2021.

JÚNIOR, Vitor Claret Batalhone. Conformando o discurso sobre a História Pátria: Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia entre notas e prefácios. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, USP, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/acLVzpk> Acesso: 08 abr. 2021.

JUNIOR, Wilson Antonio Frezzatti. Haeckel e Nietzsche: aspectos da crítica ao mecanicismo no século XIX. *Scientiae studia*, vol. 1, n. 4, 2003, pp. 435-461. Disponível em: <https://cutt.ly/0cLVUs9> Acesso: 08 abr. 2021.

KÄFER, Eduardo Luis Flach. *Entre a memória e a história: a historiografia da independência nos cem anos da emancipação*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, PUC/RS, 2016. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6978> Acesso: 08 abr. 2021.

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Boletim Museu Emílio Goeldi*, Belém, vol. 5, n. 2, 2010, pp. 253-272. Disponível em: <https://cutt.ly/ycLV0cm> Acesso: 08 abr. 2021.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço e história. In: _____. *Estratos do tempo*. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. Mudança de experiência e mudança de método. Um esboço histórico-antropológico. In: _____. *Estratos do tempo*. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. O acaso como resíduo de motivação na historiografia. In: _____. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. O futuro passado dos tempos modernos. In: _____. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. Historia Magistra Vitae. Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: _____. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos

históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – Contribuindo à apreensão historiográfica da história. In: _____. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madrid: Trotta, 2004.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-1825). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KUNH, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KUNH, Thomas. *A tensão essencial*. Lisboa: Edições 70, 1977.

LACEY, Hugh. A imparcialidade da ciência e as responsabilidades dos cientistas. *Scientiae studia*, vol. 9, n. 3, 2011, pp. 253-272. Disponível em: <https://cutt.ly/9cLBhSD> Acesso: 08 abr. 2021.

LACERDA, Giorgio. A “Suprema Causa Motora”: o providencialismo e a escrita da história no Brasil” (1808-1825). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo: USP 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/OcLBTRm> Acesso: 08 abr. 2021.

LACOMBE, Paul. O domínio da história ciência e seus limites. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história*. O caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

LAFER, Celso. O significado de República. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 4, 1989, pp. 214-224. Disponível em: <https://cutt.ly/ccLBVU> Acesso: 08 abr. 2021.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

LATOUR, Bruno. Abrindo a caixa-preta de Pandora. In: _____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEONE XVIII. *Aeterni Patris*. Roma. Presso San Pietro, il 4 de agosto de 1879. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/it/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris.html Acesso: 22 de março de 2019.

LEONE XVIII. *Saepenumero considerantes*. Roma. Presso San Pietro, il 18 de agosto de 1893. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/it/letters/documents/hf_l-xiii_let_18830818_saepenumero-considerantes.html Acesso: 19 de março de 2019.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, vol. 6, n. 11, 2005, pp. 289-326. Disponível em: <https://cutt.ly/ZcLNu0j> Acesso: 08 abr. 2021.

LIMA, Lana Lage da Gama. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição: o suspeito é culpado. *Revista de sociologia e política*, n. 13, 1999, pp. 17-21. Disponível em: <https://cutt.ly/fcLNxTi> Acesso: 08 abr. 2021.

LIMA, Luís Filipe Silvério. Civil, civilidade, civilizar, civilização: história de usos, significados e tensões dos conceitos no Império português. Séc. XVI-XVIII. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/kcLNVF3> Acesso: 08 abr. 2021.

LOPES, André Leme. Moralidade e justiça na historiografia antiga: o “manual” historiográfico de Luciano de Samósata. *História*, v. 24, n. 2, 2005, pp. 187-205. Disponível em: <https://cutt.ly/3cLMtvv> Acesso: 08 abr. 2021.

LOPES, Maria Margaret. Investigar oceanos, explorar terrenos historiográficos. *Revista Maracanan*, n. 13, pp. 11-22, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/ucLMQYM> Acesso: 08 abr. 2021.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. *Lua nova*, n. 85, 2012, pp. 277-311. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n85/a08n85.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 56, n. 4, 2013, pp. 727-767. Disponível em: <https://cutt.ly/1cLM3KK> Acesso: 08 abr. 2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril; STARLING, Heloisa Maria Murgel. República/republicanos. In: JÚNIOR, João Feres (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

MACHADO, Lia Osório. As ideias no lugar. O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil do início do século XX. *Terra Brasilis*, n. 2, 2000, pp. 1-14. Disponível em: <http://redebrasilis.net/TerraBrasilis/TerraBrasilis-2-2.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

MARCOS, Fernando Sánchez. Cultura Histórica. In: portal *Culturahistorica*, Espanha, 2009.

MAESTRI, Mário. Benjamin Péret: um olhar heterodoxo sobre Palmares. PÉRET, Benjamin. *O quilombo de Palmares*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

MAMIGONIAN, Beatriz G.; SIQUEIRA, A. P. P. A campanha abolicionista e a escravidão no século XIX no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos. In: Adriana Pereira Campos; Gilvan

Ventura da Silva (orgs.). *A Escravidão Atlântica: do domínio sobre a África aos movimentos abolicionistas*. Vitória: GM, 2011.

MARICONDA, P. R; LACEY, H. A águia e os estorninhos: Galileu e a autonomia da ciência. *Tempo Social*, vol. 13, n. 1, 2001, pp. 49-65. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v13n1/v13n1a05.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

MARIN, Jéri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. *Revista de Ciência Humanas*, n. 30, 2001, pp. 149-169. Disponível em: <https://cutt.ly/rcL2rBI> Acesso: 08 abr. 2021.

MARQUES, Juliana Bastos. A *historia magistra vitae* e o pós-modernismo. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 12, 2013, pp. 63-78. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/618> Acesso: 08 abr. 2021.

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. In: ALVES, Fernanda Mota (et al.). *Filologia, Memória e Esquecimento*. Lisboa: Húmus, 2010.

MARSON, Izabel Andrade. Do Império das “revoluções” ao Império da “escravidão”: temas, argumentos e interpretações da história do Império (1822-1950). *História: Questões e Debates*, n. 50, 2009, pp. 125-173. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15674> Acesso: 08 abr. 2021.

MARTINS, Estevão de Rezende. História: conhecimento, verdade, argumento. *Dimensões*, vol. 24, 2010, pp. 5-32. Disponível em: <https://cutt.ly/TcL23H9> Acesso: 08 abr. 2021.

MARTINS, Maro Lara. Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República. *Política e sociedade*, vol. 9, n. 17, 2010, pp. 231-257. Disponível em: <https://cutt.ly/mcL9fU9> Acesso: 08 abr. 2021.

MARTINS, Wilson. Pátria, latejo em ti. In: _____. *História da inteligência brasileira (1915-1933)*. Vol. VI. São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

MASS, Wilma Patrícia Marzari Dinardo. Romance de formação (bildungsroman) no Brasil. Modos de apropriação. *Caminhos do Romance*, 2005.

MATA, Sérgio da. Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico. In: ARAUJO, Valdeí Lopes de Araujo; MOLLO, Helena Miranda; NICOLAZZI, Fernando (orgs.) *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rido de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MCGRATH, Alister. *Fundamentos do diálogo entre Ciência e Religião*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República e o sonho. *Varia história*, vol. 27, n. 45, 2011, pp. 121-139. Disponível em: <https://cutt.ly/FcL9CHO> Acesso: 08 abr. 2021.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. República *versus* monarquia: a consciência histórica da década de 1880. *História* (UNISINOS), vol. 14, n. 1, 2010, pp. 16-22. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4701> Acesso: 08 abr. 2021.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da História e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2008.

MELO, Thais. Da Historiografia à Academia: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na educação e na política educacional do início do século XX (1900-1920). *História e cultura*, Franca, vol. 7, n. 2, 2018, pp. 203-225. Disponível em: <https://cutt.ly/BcL3p5L> Acesso: 08 abr. 2021.

MENDES, Marta Ferreira Abdala. *Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista-divulgador José Reis (1948 – 1958)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2006. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/19779> Acesso: 08 abr. 2021.

MENDONÇA, André Luis de Oliveira; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Progresso científico e incomensurabilidade em Thomas Kuhn. *Scientiae Studia*. São Paulo, vol. 5, n. 2, 2007, pp. 169-183. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ss/v5n2/a02v5n2.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

MENDONÇA, Sonia Regina. A independência do Brasil em perspectiva historiográfica. *Revista Pilquen*, Año XII, n. 12, 2010 pp. 1-10. Disponível em: <https://cutt.ly/McL3KoL> Acesso: 08 abr. 2021.

MENONCELLO, Aline Michelini. A escolha de Pedro Lessa: João Francisco Lisboa, o historiador patriótico. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História - Anpuh. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*, Santa Catarina, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/McL34n9> Acesso: 08 abr. 2021.

MENONCELLO, Aline Michelini. Julgamentos a serviço da história. *História da Historiografia*, vol. 9, n. 22, 2016, pp. 238-257. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1152> Acesso: 08 abr. 2021.

MENONCELLO, Aline Michelini. *Pedro Lessa, um juiz-historiador: nação, patriotismo e raça*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UNESP/Assis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/144441> Acesso: 08 abr. 2021.

MERTON, Robert. A ciência e a estrutura social democrática. In: MARCOVICH, Anne; SHINN, Terry (orgs.). *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34, 2013.

MERTON, Robert. *Ciência, tecnologia y sociedad en la Inglaterra del siglo XVII*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque. Progresso e decadência na história filosófica de Voltaire. *História da Historiografia*, n. 7, 2011, pp. 279-299. Disponível em: <https://cutt.ly/EcL8H29> Acesso: 08 abr. 2021.

MOLLO, Helena Miranda. Varnhagen e a história do Brasil. *Anais XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Londrina: UEL, 2005.

MOMIGLIANO, Arnaldo. A tradição Herodoteana e Tucidideana. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Tácito e a tradição taciteana. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *Toda verdadeira história é histórica contemporânea: a historiografia como passado-presente na obra de Benedetto Croce*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UNICAMP, 1999. Disponível em: <https://cutt.ly/8cL4c71> Acesso: 008 abr. 2021.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. Canudos: guerras de memória. *Mosaico*, vol. 1, n. 1, 2009, pp. 83-93. Disponível em: <https://cutt.ly/1cL4Ulv> Acesso: 08 abr. 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, história e história da geografia. *Terra Brasilis*, n. 2, 2000, pp. 1-8. Disponível em: <https://cutt.ly/CcL4BYu> Acesso: 08 abr. 2021.

MORAES, Renata Figueiredo. *As festas da Abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC/RJ, 2012. Disponível em: <https://cutt.ly/0cL7rat> Acesso: 08 abr. 2021.

MORAES, Renata Figueiredo. *Os maios de 1888: História e Memória na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/ucL7zHm> Acesso: 08 abr. 2021.

MURARI, Francisco. O fardo e o fio: na contramão da procissão historiográfica. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 15, 2014, pp. 70-88. Disponível em: <https://cutt.ly/LcL7AFB> Acesso: 08 abr. 2021.

MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica*. Ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões. São Paulo: Annablume, 2007.

MURARI, Luciana. Em guerra contra a natureza: representações do conflito entre o homem e o meio no Brasil. In: _____. *Tudo o mais é paisagem*. Representações da natureza na cultura brasileira. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://cutt.ly/kcL73YA> Acesso: 08 abr. 2021.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Anablume, 1998.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Pensando origens para o Brasil no século XIX: história e literatura. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 32, 2000, pp. 47-64. Disponível em: <https://cutt.ly/acL5aW0> Acesso: 08 abr. 2021.

NEDEL, Letícia Borges. Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 11, n. 19/20, 2004, pp. 347-389. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6361> Acesso: 08 abr. 2021.

NETO, Antônio Machado. *A estrutura social na República das letras*. São Paulo: EDUSP, 1973.

NETO, José Alves de Freitas. Mitre e a edificação de um patrimônio historiográfico argentino. *História da Historiografia*, n. 7, 2011, pp. 78-93. Disponível em: <https://cutt.ly/wcL5HEN> Acesso: 08 abr. 2021.

NETO, Mauro Franco. *Ciência, evolução e experiência do tempo no fim de siècle: estudos e revisões sobre letrados brasileiros e argentinos*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC/RJ, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/xcL6tmL> Acesso: 08 abr. 2021.

NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno (orgs.). *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. *Anos 90*, vol. 11, n. 19/20, 2004., pp. 101-138. Disponível em: <https://cutt.ly/OcL6mWt> Acesso: 08 abr. 2021.

NICOLAZZI, Fernando. Ensaio histórico e escrita da história: a historiografia brasileira entre 1870 e 1940. *Mimeo*, 2009.

NICOLAZZI, Fernando. História da historiografia e temporalidade: notas sobre tradição e inovação na história intelectual. *Almanack* [online], n. 7, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/Jv30Aww> Acesso: 08 abr. 2021.

NICOLAZZI, Fernando. O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história. *Revista História da Historiografia*, n. 13, 2013, pp. 63-77. Disponível em: <https://cutt.ly/bcL6GJn> Acesso: 08 abr. 2021.

NICOLAZZI, Fernando. O tempo do sertão, o sertão no tempo: antigos, modernos, selvagens. Leitura de *Os sertões*. *Anos 90*, vol. 17, n. 31, 2010, pp. 261-285. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18945> Acesso: 08 abr. 2021.

NICOLAZZI, Fernando. Orden del tiempo y escritura de la historia: consideraciones sobre el ensayo histórico en el Brasil, 1870-1940. *Prismas - Revista de Historia Intelectual*, n. 19, 2015, pp. 47-66. Disponível em: <https://cutt.ly/WcZqtZi> Acesso: 08 abr. 2021.

NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836 – 1936. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, 2016, pp. 89-110. Disponível em: <https://cutt.ly/3cZqzEx> Acesso: 08 abr. 2021.

NICOLAZZI, Fernando. Representação e distância: naturalismo, linguagem e alteridade na escrita de *Os Sertões*. In: SILVA, Ana Roda Clochet da; ____; PEREIRA, Mateus (orgs). *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 2013.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13823> Acesso: 08 abr. 2021.

NIETZSCHE, Friedrich. *O anticristo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, n. 10, 1993, pp. 7-28. Disponível em: <https://cutt.ly/jcZq9lp> Acesso: 08 abr. 2021.

NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil*. Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.

NOVAIS, Fernando. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. *Anais do IV Simpósio Nacional do Professores Universitários de História – ANPUH*. Porto Alegre: UFRGS 1967.

ODÁLIA, Nilo (org.). *Varnhagen: História*. São Paulo: Ática, 1979.

OLIVEIRA, João Pacheco. O nascimento do Brasil: revisão de um paradigma historiográfico. *Anuário antropológico* [online], 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/758> Acesso: 08 abr. 2021.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos históricos*, vol. 2, n. 4, 1999, pp. 172-189. Disponível em: <https://cutt.ly/ZcZwIzW> Acesso: 08 abr. 2021.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Ufanismo: versão otimista da nação. In: _____. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história da historiografia brasileira e as suas evidências. *História da Historiografia*, n. 10, 2012, pp. 274-278. Disponível em: <https://cutt.ly/NcZwNIQ> Acesso: 08 abr. 2021.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: SALGADO, Manoel (org.). *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Maria Izabel Moraes. Os combates intelectuais de Bossuet: a unidade política por meio da unidade religiosa. *Fênix*. Revista de história e estudos culturais, vol. 3, ano II, n. 3, 2006, pp. 1-19. Disponível em: <https://cutt.ly/fcZekni> Acesso: 08 abr. 2021.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1974.

PAUL, Herman. Sources of the Self: Scholarly Personae as Repertoires of Scholarly Selfhood. *BMGN: Low Countries Historical Review*, n. 131, 2016, pp. 135-154. Disponível em: <https://cutt.ly/RcZrbQd> Acesso: 08 abr. 2021.

PAUL, Herman. What is a Scholarly Persona? Ten theses on virtues, skills, and desires. *History & Theory*, v. 53, n. 3, 2014, pp. 348-371. Disponível em: <https://cutt.ly/7cZtOtO> Acesso: 08 abr. 2021.

PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 6, 2011, pp. 103-122. Disponível em: <https://cutt.ly/wcZt5F5> Acesso: 08 abr. 2021.

PEREIRA, Luisa Rauter. O conceito político de povo no período da Independência: história e tempo no debate político (1820-1823). *Revista Brasileira de História*, vol. 33, n. 66, pp. 31-47, 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/jcZyhpZ> Acesso: 08 abr. 2021.

PEREIRA, Mateus H. F.; SANTOS, Pedro Afonso C.; NICODEMO, Thiago Lima. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2018.

PEREIRA, Oswaldo Porchat. Verdade, realismo, ceticismo. *Discurso*, vol. 25, 1995, pp. 7-68. Disponível em: <https://cutt.ly/ccZySs7> Acesso: 08 abr. 2021.

PEREIRA, Sonia Gomes. Revisão historiográfica da arte brasileira no século XX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 54, 2012, pp. 87-106. Disponível em: <https://cutt.ly/JcZy3i9> Acesso: 08 abr. 2021.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Typographia de Silva, 1832.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudo históricos*, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 1-15. Disponível em: <https://cutt.ly/jcZuayL> Acesso: 08 abr. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, vol.2, n.3, 1989, pp. 3-15. Disponível em: <https://cutt.ly/XcZuOiQ> Acesso: 08 abr. 2021.

PONS, Anaclet; SERNA, Justo. Apologia de la historia metódica. *Pasajes - Revista de Pensamiento Contemporáneo*, Universidad de València, n. 16, 2005, pp. 128-136. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5130251> Acesso: 08 abr. 2021.

PROST, Antoine. Os fatos e a crítica histórica. In: _____. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES Adauto (org.) *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RANGEL, Marcelo de Mello Rangel. Gonçalves de Magalhães e a civilização do Império do

Brasil através da poesia. *História e perspectivas*, Uberlândia, n. 45, 2011, pp. 149-192. Disponível em: <https://cutt.ly/acZpDXo> Acesso: 08 abr. 2021.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. *Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, 1998.

REINATO, Eduardo José. De Rei fujão a construtor do Império Luso-brasileiro: D. João VI e as transferência(s) em linhas, traços e cores. *Karpa*, n. 5, vol. 2, 2012, pp. 1-19. Disponível em: <https://cutt.ly/PcZaQhQ> Acesso: 08 abr. 2021.

REIS, José Carlos. Anos 1850: Varnhagen. O elogio da colonização portuguesa”. In: _____. *As identidades do Brasil I: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

REIS, José Carlos. História e verdade. *Síntese - Revista de Filosofia*, vol. 27, n. 89, 2000, pp. 321-348. Disponível em: <https://cutt.ly/OcZaVgR> Acesso: 08 abr. 2021.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2009.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Modernidade no Brasil, Igreja católica, Identidade nacional. Práticas e estratégias intelectuais: 1889-1930*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7062> Acesso: 08 abr. 2021.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. O IHGB, o IAGP e as comemorações do centenário da República de 1817. In: _____. *Construindo Histórias e Memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações dos centenários do movimento pernambucano de 1817*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC/RJ, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/EcZsT2b> Acesso: 08 abr. 2021.

RICON, Leandro Couto Carreira. Das filosofias positivas da história à educação histórica conservadora: Comte, Buckle e Durkheim. *Encontros com a Filosofia*, ano 8, n. 11, 2020, pp. 79-92. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/40618> Acesso: 08 abr. 2021.

RICOEUR, Paul. A condição histórica. In: _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. História/epistemologia. In: _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.

ROCHA, Antonio Penalves. A escravidão na economia política. *Revista de História*, n. 120, 1989, pp. 97-108. Disponível em: <https://cutt.ly/dcZdyTk> Acesso: 08 abr. 2021.

RODRIGUES, Aryon D. Os estudos de linguística indígenas no Brasil. *Revista de Antropologia*. São Paulo, vol. 11, ns. 1 e 2, 1963, pp. 9-21. Disponível em: <https://cutt.ly/zcZdngt> Acesso: 08 abr. 2021.

RODRIGUES, Cíntia Régia. A construção da política indigenista na República brasileira a partir das ideias de modernidade. *Tellus*, ano 11, n. 21, 2011, pp. 203-223. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/248> Acesso: 08 abr. 2021.

RODRIGUES, Mara Cristina. Memórias regionais no IHGB: os centenários das revoluções pernambucana e farroupilha – 1917 e 1935. *Memória em rede*, Pelotas, vol. 4, n. 10, 2014, pp. 1-13. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/107194> Acesso: 08 abr. 2021.

RODRIGUES, Rogério Rosa. João Ribeiro e Heinrich Handelman: Diálogos subterrâneos. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César Nascimento (orgs.). *Escrever história: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

ROSSI, Daiane Silveira; WEBER, Beatriz Teixeira. Apontamentos historiográficos sobre a história da saúde pública. *Anais XVII simpósio nacional de história: conhecimento histórico e diálogo social – ANPUH*. Natal: UFRN, 2013.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996, pp. 85-91. Disponível em: <https://cutt.ly/0cZfnei> Acesso: 08 abr. 2021.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 2, 2009, pp. 163-209. Disponível em: <https://cutt.ly/gcZfJcN> Acesso: 08 abr. 2021.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido*. Orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis: Vozes, 2014.

RÜSEN, Jörn. *História viva*. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade na ciência histórica. *Estudos ibero-americanos*, vol. XXIV, n. 2, 1998, pp. 311-335. Disponível em: <https://cutt.ly/ycZf47X> Acesso: 08 abr. 2021.

RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. *Culturahistórica*, Espanha, 2009, p. 1. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, pp. 3-26].

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UNB, 2010.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Teoria da História II: s princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SANDOICA, Elena Hernández. *Los Camiños de la historia*. Cuestiones de historiografía y método. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

SANTOS, Evandro. *Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista*. Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/114431> Acesso: 08 abr. 2021.

SANTOS, Guilherme Francisco. *A teoria gasteira de Ernst Haeckel*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pós-graduação em Filosofia, USP/FFLCH, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/YcZg3Py> Acesso: 08 abr. 2021.

SANTOS, Ivan Norberto. *A escrita amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, UFRJ, 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/FcZhh8p> Acesso: 08 abr. 2021.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. O Barão do Rio Branco como historiador. *Revista Brasileira*, ano 18, fase 7, n. 69, 2011.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 1985, pp. 93-210. Disponível em: <https://cutt.ly/OcZhVlp> Acesso: 08 abr. 2021.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. A erudição histórica na historiografia brasileira: uma análise da memória acerca da historiografia oitocentista. *Anais do XXVI simpósio nacional de história - ANPUH-SP*. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/rcZju1o> Acesso: 08 abr. 2021.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. *Cobiçando o Amazonas: erudição histórica e diplomacia na questão dos limites entre Brasil e França no Segundo Reinado*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/ocZjPtO> Acesso: 08 abr. 2021.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Mutações no conceito moderno de história? Um estudo sobre a constituição da categoria Historiografia Brasileira a partir de quatro notas de rodapé (1878-1951). In: COCLET, Ana Rosa; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (orgs.). *Contribuições à história da historiografia luso-brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 2013.

SCHNÄDELBACH, Herbert. *La filosofía em Alemania, 1831-1933*. Madrid: Cátedra, 1991.

SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. *História da Historiografia*, n. 6, 2011, pp. 42-63. Disponível em: <https://cutt.ly/pcZj9bZ> Acesso: 08 abr. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nina Rodrigues e o direito penal: mestiçagem e criminalidade. In: ALMEIDA, Adroaldo; *et. al.* (orgs.). *Religião, raça e identidade: colóquio do centenário da morte de Nina Rodrigues*. São Paulo: Paulinas, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIQUEIRA, Sílvia. Memórias das mulheres mártires: modelos de resistência e liberdade. *Horizonte*, vol. 4, n. 8, 2006, pp. 60-76. Disponível em: <https://cutt.ly/UcZkhvH> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVA, Ana Paula B. R. da. Escrita da história e catolicismo na passagem do século XIX para o XX: um historiador e sua militância católica. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/kcZkFNe> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionário da Língua portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, 1755-1824*.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. *A genealogia em Portugal e o desafio do presente*. Porto: Centro de estudos de genealogia, heráldica e história da família, s/d. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/35305> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVA, Bárbara Winther da. *A escrita da história no IHGB no final do Império e Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UFRRJ, 2015. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/3196> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVA, Fernando Teixeira da Silva. História e ciências sociais: zonas de fronteira. *História*, São Paulo, vol. 24, n. 1, 2005, pp. 127-166. Disponível em: <https://cutt.ly/TcZIEZn> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVA, Giovane José. *O batismo de Clio: catolicismo, ensino de história e novas mídias em Jonathas Serrano*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1767.pdf> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVA, Jussara Rodrigues da. *Reformar os costumes pela história: a historiografia de João Francisco Lisboa no Jornal de Timon*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/9341> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVA, Luiz Geraldo. Um projeto para a nação. Tensões e intenções políticas nas “províncias do Norte” (1817-1824). *Revista de História*, 158, 2008, pp. 199-216. Disponível em: <https://cutt.ly/qcZzdTE> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVA, Marcelo Werner da. A geografia e o estudo do passado. *Terra Brasilis*, n. 1, 2012, pp. 1-18. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/246> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVA, Marco. *O historiador e seu tempo*. Conferência na posse como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 25 de janeiro de 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/acZzKjq> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVA, Raul de Andrada e. José Bonifácio, o pensador reformista. *Revista de História*, vol. 45, n. 92, 1972, pp. 403-409. Disponível em: <https://cutt.ly/0cZz6AE> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na sociologia de Oliveira Vianna. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 20, Jul/dez, 2008, pp. 238-269. Disponível em: <https://cutt.ly/jcZxkiJ> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVA, Taise Tatiana Quadros. Transgredir a ordem do arquivo. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 5, n. 8, 2012, pp. 197-204. Disponível em: <https://cutt.ly/gcZxP3T> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVEIRA, Marco Antonio da. Razão de Estado e colonização: algumas questões conceituais e historiográficas. *História* (São Paulo), vol. 37, 2018, pp. 1-22. Disponível em: <https://cutt.ly/xcZxN2S> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVEIRA, Pedro Telles da. O pincel de Timantes: pintura, erudição e panegírico na História da América Portuguesa, de Sebastião da Rocha Pita. *Temporalidades*, vol. 9, n. 2, 2017, pp. 229-323. Disponível em: <https://cutt.ly/zcZcoY6> Acesso: 08 abr. 2021.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, vol. 23, 1999, pp. 87-144. Disponível em: <https://cutt.ly/scZcnbt> Acesso: 08 abr. 2021.

SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. Bauru: EDUSC, 2003.

SMITH, Anthony. *Myths and memories of the nation*. New York: Oxford University Press, 1999.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Oliveira Lima, obra seleta*. Rio de Janeiro: INL, 1976.

SOMMER, Doris. *Ficções de fundação*. Os romances nacionais da América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SOUSA, Francisco Gouvea de. *Entre fronteiras e nações: um estudo sobre a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1870-1890*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC/RJ, 2008. Disponível em: <https://cutt.ly/7cZcFcM> Acesso: 08 abr. 2021.

SOUTO, Cláudio. Interdisciplinaridade: o caso das ciências jurídicas básicas. *Ciência e trópico*, n. 14, vol. 1, 1986, pp. 61-69. Disponível em: <https://cutt.ly/xcZc2OI> Acesso: 08 abr. 2021.

SOUZA, Josiney. Ciência e fé. Dádivas de Deus. *Revista eletrônica Espaço teológico*, São Paulo, v. 6, n. 9, PP. 18-27, 2012, pp. 18-27. Disponível em: <https://cutt.ly/6cZvfgs> Acesso: 08 abr. 2021.

SOUZA, Thyago Ruzemberg Gonzaga de. De Nina Rodrigues a Arthur Ramos: a reinvenção de Palmares nos “estudos do negro”. *Temporalidades*, vol. 5, n. 2, 2013, pp. 161-180. Disponível em: <https://cutt.ly/CcZvYDI> Acesso: 08 abr. 2021.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato*

antropológico brasileiro. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/16337> Acesso: 08 abr. 2021.

STAROBINSKI, Jean. A palavra “civilização”. In: _____. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TAGUIEFF, Pierre-André. Sélectionnisme et socialisme dans une perspective aryaniste: théories, visions et prévisions de Georges Vacher de Lapouge (1854 - 1936). *Mil neuf cent*, n. 18, 2000, pp. 7-51. Disponível em: <https://cutt.ly/RcZblan> Acesso: 08 abr. 2021.

TAVARES, André Luiz Cruz. *A presença da história antiga nos compêndios didáticos de história da Primeira República e a construção identitária nacional*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, UNESP/Franca, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103083> Acesso: 08 abr. 2021.

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000.

THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República Francesa. *Educação*, Santa Maria, UFSM, v. 34, n. 1, 2009, pp. 13-27. Disponível em: <https://cutt.ly/VcZbCHE> Acesso: 08 abr. 2021.

TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. *Revista de letras da UNESP*, São Paulo: vol. 46, n.1, 2006, pp. 231-244. Disponível em: <https://cutt.ly/fcZnebK> Acesso: 08 abr. 2021.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada* (teoria política do Império). Brasília: Edições Câmara, 2017.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das ideias religiosas no Brasil* (A Igreja e a sociedade brasileira). São Paulo: Editora Grijalbo, 1968.

TUAN, Yi-Fu. Afeição pela Pátria. In: _____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: EDUEL, 2013.

TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. *Revista de História (USP)*, ed. especial, 2010, pp. 131-146. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19141> Acesso: 08 abr. 2021.

TURIN, Rodrigo. O “selvagem” entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia história*, vol. 28, n. 48, 2012, pp. 781-803. Disponível em: <https://cutt.ly/gcZnZom> Acesso: 08 abr. 2021.

TURIN, Rodrigo. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). *Revue électronique du CRH*. v. 7, 2001, pp. 1. Disponível em: <https://journals.openedition.org/acrh/3748> Acesso: 08 abr. 2021.

TURIN, Rodrigo. *João Francisco Lisboa (1812 – 1863)*, s/d. Disponível em: https://www.academia.edu/36987967/Jo%C3%A3o_Francisco_Lisboa Acesso: 08 abr. 2021.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História*

da *Historiografia*, n. 2, 2009, pp. 12-28. Disponível em: <https://cutt.ly/zcZmlKZ> Acesso: 08 abr. 2021.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro*. Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10266> Acesso: 08 abr. 2021.

VALENTE, Paulo Gionanni Gomes. *Memórias da política, políticas da memória: o centenário da Confederação do Equador no Ceará*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História social, Universidade Federal do Ceará, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9137> Acesso: 08 abr. 2021.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, pp. 239-263, 1988, pp. 239-263. Disponível em: <https://cutt.ly/GcZQup8> Acesso: 08 abr. 2021.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Comemorar a nação e repensar a nação: o discurso de Joaquim Nabuco na festa do tricentenário de morte de Camões no Rio de Janeiro (1880). *Revista Brasileira de História*, vol. 33, n. 65, 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/VcZQcUE> Acesso: 08 abr. 2021.

VENTURA, Roberto. “A nossa Vendéia”: Canudos, o mito da Revolução Francesa e a formação de identidade cultural no Brasil (1897-1902). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 31, 1990, pp. 129-145.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1919*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. *Estudos históricos*, 10, 26, 1, 1996, pp. 274-291. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8928> Acesso: 08 abr. 2021.

VIEIRA, Cleber Santos. Civismo, República, e manuais escolares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 32, n. 63, 2012, pp. 325-340. Disponível em: <https://cutt.ly/McZQ5ZE> Acesso: 08 abr. 2021.

VIEIRA, Martha Victor. Varnhagen: um intelectual monarquista. *Revista Intelléctus*, ano. 5, vol. 3, 2006, pp. 1-12. Disponível em: <https://cutt.ly/kcZWfbD> Acesso: 08 abr. 2021.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: _____. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre historicismo*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2001.

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, v. 338, 1983, pp. 7-16. Disponível em: <https://cutt.ly/QcZWfrc> Acesso: 08 abr. 2021.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade*

nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

WERNECK VIANNA, Luiz. *A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ, 1997.

WIEACKER, Franz. *História do Direito Privado Moderno*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.

WOLKMER, Antônio Carlos. Paradigmas, historiografia crítica e direito moderno. *Revista da Faculdade de Direito*, Curitiba, ano 28, n. 28, 1994/1995, pp. 55-67. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/9368> Acesso: 08 abr. 2021.